

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA.  
UM ESTUDO SOBRE IMPACTE DAS INSTITUIÇÕES DE  
ENSINO SUPERIOR PRIVADO**

**Adelina Alexandra Carlos Pio de Kandingi**

**Tese de Doutoramento em Ciências da Educação**

**Ramo: Educação, Sociedade e Desenvolvimento**

**Junho, 2016**

**A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA.  
UM ESTUDO SOBRE IMPACTE DAS INSTITUIÇÕES DE  
ENSINO SUPERIOR PRIVADO**

**Adelina Alexandra Carlos Pio de Kandingi**

**Tese de Doutoramento em Ciências da Educação**  
**Ramo: Educação, Sociedade e Desenvolvimento**

**Junho, 2016**

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Ciências da Educação, Especialidade Educação, Sociedade e Desenvolvimento, realizada sob a orientação científica do Prof. Doutor António Neves Duarte Teodoro e a co-orientação da Prof<sup>a</sup> Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva.



## AGRADECIMENTOS

Ao meu Orientador Científico, Professor Doutor António Neves Duarte Teodoro, pela disponibilidade e pelo rigor crítico com que acompanhou esta tese, um agradecimento sincero e profundo. Apesar da distância física, foi incomparável a sua presença constante ao longo do processo de desenvolvimento deste trabalho que agora termina.

À Professora Doutora Maria do Carmo Vieira da Silva, pela partilha de conhecimentos, pela forma com que muito gentilmente me motivou para a concretização desta árdua tarefa de reflexão permanente.

Aos funcionários do Instituto Nacional Angolano de Gestão de Bolsa (INAGBE), de Lisboa e de Luanda, concretamente a Dr.<sup>a</sup> Paula Elias, a Dr.<sup>a</sup> Maria Manuela, a Djamila e aos Sr. Leite Faria e José Manuel. Igualmente, os colegas da Universidade Agostinho Neto, do Departamento de Planeamento e Estatística, e ao Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, por me ter encorajado a terminar esta tese por forma a abraçar novos desafios consentâneos com a sua missão.

À minha família, especialmente ao meu marido que sempre me incentivou a apostar e a valorizar a formação, contribuindo para a realização deste projecto. Ao meu filho, Samori, e ao meu neto Luís, as minhas horas de trabalho solitário, não deixaram de ser tempos de ausência ao longo de todos estes anos de formação. Às minhas irmãs, pelas palavras de conforto e de coragem.

Um agradecimento especial à Arlinda Cabral, amiga, colega e “irmã” de há longos anos nesta vida académica, com quem partilhei momentos, situações, angústias e reflexões, que em muito valorizaram este trabalho.

Aos amigos e amigas, especialmente à Liliana Pascueiro, à Leda Barbio, à Paula Bouça e à Celeste Sambeny e a todos aqueles que sempre acreditaram em mim e que de uma ou de outra forma me ajudaram ao longo deste caminho, muito obrigada!

## **A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA.**

### **UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PRIVADO**

**ADELINA ALEXANDRA CARLOS PIO DE KANDINGI**

#### **RESUMO**

O desenvolvimento do Ensino Superior em África, em sentido amplo, é o objeto da nossa investigação, mas incidiremos particularmente sobre o que nos é dado a perceber num país que durante a primeira década do novo milénio registou um dos mais elevados índices de crescimento económico, após o fim de um ciclo marcado por uma guerra civil devastadora. Trata-se de Angola, país situado na África Austral. A conquista da Independência Nacional, em 1975, é um momento de viragem a partir do qual são lançadas as bases para a edificação de um novo sistema de Educação e Ensino que passou a garantir maiores oportunidades de escolarização aos estudantes oriundos de todas as classes sociais. Com efeito, com as reformas realizadas no período pós-independência, o Estado criou um ambiente propício ao surgimento de operadores privados no sector do Ensino Superior, a partir de 1999. Daí em diante as instituições privadas passaram a constituir um segmento importante no processo de expansão do Ensino Superior em Angola, contribuindo para a satisfação das necessidades da sociedade em geral, em parceria com a única universidade pública angolana. Deste modo, o presente trabalho procura responder às interrogações suscitadas em trabalho anterior nosso de dissertação de mestrado, no qual procedemos à avaliação da política educativa angolana, no que diz respeito ao Ensino Superior, durante a última década do século XX. O objetivo geral consiste em compreender o ensino superior privado e o seu impacto na expansão do ensino superior em Angola e o comportamento das famílias e dos estudantes enquanto sujeitos económicos e o modo como se avalia a importância do Ensino Superior, especialmente do Ensino Superior privado em Angola. Para a realização do estudo recorreremos a uma metodologia mista, qualitativa (entrevista semiestruturada) e quantitativa (inquérito por questionário). Os resultados do estudo, cujos participantes foram os vice-reitores, as famílias e os estudantes, permitiram concluir que a crescente importância do papel desempenhado pelas instituições de Ensino Superior privado, por um lado, deve-se ao facto de ter existido, durante o período em análise, um progressivo aumento da procura que pressionou as universidades públicas e, por outro lado, ao elevado número de estudantes que, frequentando tais instituições, pertencem a famílias que apostam fortemente na formação dos seus filhos. Através de esforços suplementares, tais famílias realizam um investimento cujo retorno beneficia o diplomado e conseqüentemente a sua Família. A presente tese está estruturada em duas partes com cinco capítulos, articulados teórica e metodologicamente.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino Superior em África, Oferta Fomativa, Famílias, Procura, Universidades Privadas.

## **ABSTRACT**

The development of Higher Education in Africa, in a broad sense, is the object of our research, but particularly we will focus on what we are given to understand a country that during the first decade of new millennium recorded one of the highest rates of economic growth, after the end of a cycle marked by a devastating civil war. It is Angola, a country located in Southern Africa. The conquest of national independence in 1975 is a turning point from which the foundations for the building are released a new Education and Training System which now guarantee higher education opportunities to students coming from all social classes. Indeed, the reforms in the post-independence period, the State created an environment conducive to the emergence of private operators in the sector of higher education, from 1999. Thereafter, private institutions have a major segment in the expansion process Higher Education in Angola, helping to satisfy the needs of society in general, in partnership with the only Angolan public university. Thus, this study seeks to answer the questions raised in previous work in which we proceed to evaluate the Angolan educational policy, with regard to higher education during the last decade of the twentieth century. The overall goal is to understand the private higher education and its impact on the expansion of higher education in Angola and the behavior of families and students as economic subjects and the way evaluating the importance of higher education, especially in private higher education in Angola. For the study we used a mixed methodology, qualitative (semi-structured interviews) and quantitative (questionnaire survey). The results of the study, whose participants were the vice-rectors, families and students, showed that the growing importance of the role of private higher education institutions, on the one hand, due to the fact that it existed during the period, a progressive increase in demand pushed the public universities and, on the other hand, the large number of students, attending these institutions belong to families who bet heavily in training their children. Through further efforts, such families realize an investment whose return benefits the graduate and consequently your family. This thesis is structured in two parts with five chapters, theoretical and methodologically articulated.

**KEYWORDS:** Higher Education in Africa, offer Fomativa, Families, Search, Private Universities.



## INDICE

INTRODUÇÃO.....	1
-----------------	---

## PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

### 1 – O ENSINO SUPERIOR EM ÁFRICA: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

1.1. A emergência do Ensino Superior em África.....	7
1.1.1. O desenvolvimento do Ensino Superior em África: As instituições de Ensino Superior e as transformações da procura.....	9
1.1.2. O Ensino Superior como fator de desenvolvimento do Continente Africano.....	13
<b>1.2. Tendências das organizações internacionais e o Ensino Superior em África</b>	
1.2.1. As ações da UNESCO.....	20
1.2.2. O pensamento neoliberal do Banco Mundial.....	29
1.3. Perspetivas sobre o Ensino Superior Privado.....	43
1.3.1. Massificação e expansão do Ensino Superior em África.....	43
1.3.2. Do monopólio do Estado ao surgimento das instituições de Ensino Superior privado.....	47
1.3.3. O Ensino Superior privado em África: Sua caracterização .....	51

### 2 – O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: REDIMENSIONAMENTO, DESENVOLVIMENTO E NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. Dos Estudos Gerais (1962) à Universidade Agostinho Neto (1985) .....	54
2.1.1. Desenvolvimento do Ensino Superior: Da única universidade pública, a UAN, à coexistência de universidades públicas e privadas.....	63

2.1.2. Quadro normativo do Ensino Superior privado.....	67
2.1.3. Reorganização da rede de instituições de Ensino Superior .....	71

### **3 – A EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ANGOLA E O ENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS NO INVESTIMENTO DA EDUCAÇÃO**

3.1. Expansão do Ensino Superior privado: Uma contribuição para o desenvolvimento da sociedade angolana .....	76
3.2. O Ensino Superior privado em Angola: O investimento das famílias na formação dos filhos .....	79
3.3. Análise de alguns dados estatísticos sobre o Ensino Superior em Angola (1999-2012) .....	81

### **PARTE II – ESTUDO EMPÍRICO**

1. Problemática, objectivos e hipóteses.....	96
2. Opções metodológicas.....	98
3. Instrumentos e procedimentos.....	100
4. Técnicas de recolha e tratamento dos dados.....	102
5. Participantes do estudo: sua caracterização.....	107

### **6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS: APRESENTAÇÃO DOS DISCURSOS E PRÁTICAS DOS PROTAGONISTAS/ATORES DO ESTUDO EMPÍRICO**

1. A lógica das instituições: uma formação direccionada para as demandas do Ensino Superior em Angola – discursos na primeira pessoa.....	113
1.1. Interesse em abrir uma universidade privada – A perceção/representação dos vice-reitores das Universidades Privadas em Angola .....	115
1.2. Criação de cursos nas Instituições de Ensino Superior Privado.....	119

1.3.	Expansão das Instituições de Ensino Superior Privado.....	122
1.4.	Oferta de vagas das Universidades/IES privadas.....	125
1.5.	Ensino-aprendizagem e profissionalização dos docentes.....	129
1.6.	Relação universidade/famílias .....	133
2.	A perspetiva das famílias: A obtenção do diploma como um investimento com retorno garantido.....	135
2.1.	A educação como um investimento: Opção de escolha de um Curso e de uma Universidade privada.....	137
2.2.	O investimento na formação dos filhos como uma prioridade: Grau de satisfação da família com a formação.....	140
2.3.	Os custos do investimento no Ensino Superior: Esforço financeiro e interesse pela aposta feita.....	142
2.4.	Expetativas de um futuro melhor: Resultado esperado com a formação superior.....	144
3.	A lógica dos estudantes das universidades privadas em Angola: motivações, expetativas e aspirações.....	146
3.1.	Percurso Escolar dos Estudantes das Universidades Privadas.....	146
3.2.	Entrada na universidade: Imagens, motivações e aspirações.....	148
3.3.	Estratégia de aprendizagem: Vivência da vida académica.....	158
3.4.	Da universidade para o mercado de trabalho: Situação e aspirações profissionais.....	161
3.5.	Valores e atitudes.....	164
4.	Síntese.....	165
	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>169</b>
	<b>BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA .....</b>	<b>177</b>
	<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>202</b>
	<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>203</b>

<b>ANEXOS.....</b>	<b>205</b>
<b>Anexo 1 – Guião de entrevista dirigido aos representantes das universidades privadas.....</b>	<b>207</b>
<b>Anexo 2 - Guião de entrevista dirigido às famílias.....</b>	<b>209</b>
<b>Anexo 3 – Protocolo de entrevista dos representantes da universidade privada.....</b>	<b>210</b>
<b>Anexo 4 - Protocolo de entrevista das famílias.....</b>	<b>237</b>
<b>Anexo 5 – Análise de conteúdo das entrevistas representantes das universidades privadas.....</b>	<b>249</b>
<b>Anexo 6 – Análise de conteúdo das entrevistas das famílias .....</b>	<b>263</b>
<b>Anexo 7 – Modelo de inquérito por questionário aplicado aos estudantes.....</b>	<b>275</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AES – Anuário do Ensino Superior

CEA – Centro de Estudos Africanos

ES – Ensino Superior

IES – Instituições de Ensino Superior

IPOP – Pesquisa de Opinião Pública e Mercado

LBSE – Lei de Base do Sistema de Educação

LMES – Linhas Mestras para a melhoria do Ensino Superior

MES – Ministério do Ensino Superior

MESCT - Ministério do Ensino Superior da Ciência e Tecnologia

PNFQ - Plano Nacional de Formação de Quadros

## INTRODUÇÃO

O desenvolvimento do Ensino Superior em África, em sentido amplo, é o objeto da nossa investigação, mas incidiremos particularmente sobre o que nos é dado a perceber num país que durante a primeira década do novo milénio registou um dos mais elevados índices de crescimento económico, após o fim de um ciclo marcado por uma guerra civil devastadora. Trata-se de Angola, país situado na África Austral com uma população de cerca de 24,3 milhões de habitantes constituída por diversas comunidades étnicas e culturais cuja língua oficial é o português que coexiste com outras línguas nacionais. A conquista da Independência Nacional, em 1975, é um momento de viragem a partir do qual são lançadas as bases para a edificação de um novo sistema de Educação e Ensino que passou a garantir maiores oportunidades de escolarização aos estudantes oriundos de todas as classes sociais. Com efeito, com as reformas realizadas no período pós-independência, o Estado criou um ambiente propício ao surgimento de operadores privados no setor do Ensino Superior, a partir de 1999. Daí em diante as instituições privadas passaram a constituir um segmento importante no processo de expansão do Ensino Superior em Angola, contribuindo para a satisfação das necessidades da sociedade em geral, em parceria com a única universidade pública angolana. Tratava-se de um fenómeno novo com um impacto extraordinário nas dinâmicas da educação terciária em Angola. Para compreender melhor as tendências que se desenhavam no domínio do Ensino Superior, decidimos empreender um trabalho de investigação que tem na sua origem motivações de ordem pessoal na medida em que a presente investigação traduz a vontade de enfrentar o desafio, sendo o prolongamento de uma reflexão iniciada com a dissertação de mestrado.

Deste modo, o desenvolvimento da nossa investigação procura responder às interrogações suscitadas em trabalho anterior no qual procedemos à avaliação da política educativa angolana, no que diz respeito ao Ensino Superior, durante a última década do século XX. Afigurava-se então necessário prosseguir-la incidindo sobre a problemática da expansão do Ensino Superior e o lugar que estas instituições de ensino privadas ocupam, privilegiando uma perspectiva holística.

A presente tese constitui uma resposta sistematizada às seguintes interrogações:

- (1) Qual o impacto das instituições do Ensino Superior (IES) privado na resposta à crescente procura do Ensino Superior que se tem verificado em Angola, no decurso dos últimos anos?
- (2) Que lógicas e/ou racionalidades prevalecem na criação e implementação dos cursos oferecidos pelas instituições do Ensino Superior privado?
- (3) Quais os cursos que o Ensino Superior privado angolano tem oferecido aos estudantes, por forma a garantir a formação de profissionais altamente qualificados nos vários domínios necessários ao desenvolvimento do país?
- (4) Em que medida os cursos oferecidos pelas instituições de Ensino Superior privadas têm em conta a relação entre os recursos financeiros que as famílias têm de disponibilizar por forma a poderem investir na formação dos seus filhos, as áreas preferenciais de procura por parte dos estudantes e as necessidades do país em termos de recursos humanos qualificados?

A partir daí era necessário definir a estratégia de pesquisa, traçar um quadro analítico que recomendava o recurso a metodologias adequadas. Assim, para determinar o comportamento colectivo e individual dos sujeitos beneficiários dos serviços prestados pelas instituições de Ensino Superior privado, com a finalidade de avaliar o grau de satisfação das necessidades, realizámos entrevistas e aplicámos inquéritos por questionário. Os fundamentos que suportam o recurso à metodologia qualitativa e quantitativa assentam no facto de permitir a obtenção de um conhecimento mais alargado dos referidos comportamentos.

Neste sentido, a presente tese está estruturada em duas partes com cinco capítulos, articulados teórica e metodologicamente. O objetivo geral consiste em compreender o Ensino Superior privado e o seu impacto na expansão do Ensino Superior em Angola e o comportamento das famílias e dos estudantes.

No ponto 1, definimos o quadro histórico do desenvolvimento das universidades e sistemas de Ensino Superior em África. Para o efeito, procedemos à caracterização das instituições de Ensino Superior que surgem em África, a partir das quais são projetadas outras universidades antes das independências políticas dos países africanos. Traçamos o itinerário percorrido e identificamos as expectativas africanas relativamente ao papel que deve ser desempenhado pelo Ensino Superior no desenvolvimento socioeconómico do continente. Todavia, não perdemos de vista as tendências internacionais e o seu impacto

que são aqui avaliados através das acções desenvolvidas pela UNESCO e pelo Banco Mundial.

No ponto 2, abordamos o desenvolvimento da universidade em Angola, numa perspectiva histórica, e procedemos igualmente ao estudo dos processos de implementação de políticas públicas sectoriais do Ensino Superior.

No ponto 3, procuramos aprofundar o conhecimento das dinâmicas da expansão do Ensino Superior privado em Angola, através da análise da oferta formativa, tendo em atenção os indicadores que permitem determinar o número de instituições, de alunos matriculados, de cursos e de diplomados, desde a aprovação das primeiras disposições legais que regulam o surgimento dos operadores privados, entre 1999 e 2012. Ainda neste capítulo, exploramos os dados empíricos que permitem compreender o grau de envolvimento das famílias com poucos recursos financeiros para garantir que os filhos prossigam os estudos ao nível do Ensino Superior, bem como a importância que atribuem ao investimento na educação, tendo em conta uma lógica da melhoria do nível de vida dos seus filhos.

Nos pontos 1, 2, 3, 4 e 5 da parte II, apresentamos a problemática, os objetivos do estudo e as hipóteses, as opções metodológicas da abordagem empírica, a caracterização da população em estudo, os instrumentos e procedimentos, as técnicas de recolha de dados, tratamento e análise da informação.

No ponto 6, procedemos à análise e discussão dos dados e à apresentação dos discursos e práticas dos atores. Apresentamos a análise de conteúdo das entrevistas realizadas aos representantes das universidades privadas e às famílias, o respetivo processo de categorização, bem como os dados recolhidos por inquérito, por forma a compreendermos os percursos escolares dos estudantes inquiridos, as escolhas dos cursos e dos estabelecimentos, a frequência universitária, as suas motivações, a vivência académica e as suas aspirações profissionais.

Finalmente, apresentamos as conclusões do estudo mencionando algumas limitações e constrangimentos quanto ao procedimento de recolha dos dados empíricos e lançamos algumas das potenciais pistas para novas e futuras investigações sobre o Ensino Superior privado em Angola.



# **PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO**

# **1. O ENSINO SUPERIOR EM ÁFRICA: CONTEXTO SÓCIO-HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO EDUCATIVO**

## 1.1. A emergência do Ensino Superior em África

Neste ponto, abordamos numa perspectiva histórica o desenvolvimento das universidades e sistemas de Ensino Superior que surgem em África, procedemos à caracterização destas instituições e identificamos as expectativas africanas relativamente ao papel que deve ser desempenhado pelo Ensino Superior no desenvolvimento social, económico, político e cultural do continente. Por outro lado, não perdemos de vista as tendências internacionais e o seu impacto nos países africanos, através das ações desenvolvidas pela UNESCO e pelo Banco Mundial.

No continente africano a Universidade é uma instituição com raízes culturais antigas. A primeira universidade surgiu no Cairo, a Universidade de Al-Ahzar, em 988, antes de algumas universidades Europeias, tais como a de Bolonha (1088), Paris (1150), Oxford (1167) e Montpellier (1181). A Universidade de Al-Ahzar do Egito oferecia cursos de Agricultura, Engenharia, Estudos Dentários, Farmácia, Ciências Fundamentais, Estudos Filosóficos, Corânicos e Islâmicos (Ki-Zerbo, 1972). A segunda instituição africana foi a Universidade de Sankoré, situada na cidade Maliana de Tombuctu, entre os séculos X e XII, a primeira universidade ao Sul do Sahara. Trata-se de duas universidades reconhecidas em quase todo o mundo pelo seu vigor intelectual. Eminentemente doutores e professores deslocavam-se à cidade de Tombuctu para ministrarem cursos, contribuindo assim para o seu desenvolvimento. Na Declaração de Mahmud Kati, reportada por Joseph Ki-Zerbo, lê-se:

Naquele tempo, Tombuctu era sem igual entre as cidades do país dos Negros pela solidez das instituições, pela liberdade política, pela pureza dos costumes, pela segurança das pessoas e dos bens, pela dinâmica e compaixão para com os pobres e os estrangeiros, pela cortesia em relação aos estudantes e aos homens de ciência e pela assistência prestada a estes últimos. (Ki-Zerbo, 1972, p. 191)

Efetivamente, Tombuctu era uma grande cidade com poderosos focos economicamente próspera, onde a animação dos negócios e a erudição da ciência não ficavam atrás do fervor dos espíritos criativos e inovadores da época. Neste sentido, “a universidade em África surge como possibilidade de encontro com a ciência, o desenvolvimento e o vasto património cultural, constituindo deste modo o símbolo do renascer da África Negra” (Silva, 2004, p. 118). Portanto, numa perspectiva histórica pode dizer-se que em África os fundamentos da universidade perdem-se nas nuvens dos séculos.

Todavia, as universidades modernas africanas foram criadas durante o período colonial e antes de 1960 existiam apenas em 18 dos 48 países da África Subariana. Após as independências estas eram símbolos nacionais, à semelhança do hino, da bandeira, da moeda e dos presidentes. Os primeiros centros universitários surgiram na ressaca da II Guerra Mundial, designadamente as universidades de Makerere, Acra e Ibadan. Nessa época, as potências coloniais procuravam assegurar a manutenção da sua influência sobre as elites, sendo o ensino universitário o veículo principal para a realização desse objetivo.

É consensualmente reconhecido que a maioria das universidades existentes atualmente em África emergem no período pós-independência. Mamdani (2008) aponta o caso da Nigéria para ilustrar o percurso de crescimento das universidades africanas que em 1961 registava 1.000 estudantes mas que no espaço de 38 anos, isto é em 1999, passaram a ter 41 universidades, com um total de 131 mil alunos. Neste contexto, o Ensino Superior foi visto como fruto da implantação do Estado moderno, pois durante esse período foram construídas universidades com uma vocação desenvolvimentista. Na universidade de Dar-es-Salaam esse processo realizou-se em dois níveis: “(i) o mais superficial - descolonização do pessoal que se identificou com a política de africanização; (ii) o mais profundo - descolonização dos currículos” (Mamdani, 2008, p. 5).

Relativamente aos cursos oferecidos pelas referidas universidades, importa referir que eles abrangiam todos os campos da ciência, refletindo as grandes ambições do desenvolvimento dos países que acabavam de ascender à independência. As universidades fundadas e financiadas como instituições públicas serviram igualmente um objetivo público no projeto de desenvolvimento do período pós-independência. Por outro lado, um conjunto de universidades desempenhou papéis importantes, tais como a de Makerere, a de Dar-es-Salaam, a de Dakar, a de Fourah Bay, a de Ibadan, a de Legon, a de Cartum, a do Cairo, a de Argel e a de Ahmadu Bello, servindo de “melting pot” do Pan-africanismo, atraindo estudantes e estudiosos em todas as sub-regiões onde estavam localizadas, bem como da diáspora africana e do resto do mundo (CODESRIA, 2007).

Para atender às necessidades do desenvolvimento do continente, as instituições de Ensino Superior desencadearam reformas que consistiam no aumento do número de pessoal docente e de funcionários, e revisão curricular, com o objetivo de construir um sistema educativo que refletisse um paradigma alternativo. Pode dizer-se que neste contexto era um imperativo repensar o serviço prestado pelo Ensino Superior como um bem público que

podia contribuir para o progresso e o bem-estar da vida das populações e desempenhar igualmente um papel estratégico na realização dos objetivos relacionados com o desenvolvimento, dotando os países de recursos humanos com capacidade e competência para participar da economia global baseada no conhecimento (Castells, 2007; Ianni, 2001; Ochwa-Echel, 2013).

Na verdade, o Ensino Superior em África era reconhecido como um sector chave e como uma força fundamental para a modernização das sociedades, cabendo aos decisores políticos a definição de quadros normativos reguladores deste subsistema. Na esteira deste pensamento, é reforçada a frase de Paulo Freire: “Não há educação neutra nem qualidade por que lutar no sentido de reorientar a educação que não implique uma opção política e não demande uma decisão, também política de materializá-la” (Freire, 2000, p.44).

### **1.1.1. O desenvolvimento do Ensino Superior em África: As instituições de Ensino Superior e as transformações da procura**

O Ensino Superior assume um papel cada vez maior no desenvolvimento das economias e das sociedades do século XXI. De acordo com a UNESCO (1991) e Makosso et al. (2009), é possível distinguir três grandes momentos que marcaram o desenvolvimento do Ensino Superior em África, tanto em termos de objetivos como de orientação estratégica dos países.

Para a UNESCO (1991) pode ser definida a seguinte periodização: (i) Fase da universidade como símbolo de soberania, que remete para a ideia de que com a independência as nações africanas viram na educação a chave do desenvolvimento económico e social e do renascimento cultural; (ii) Fase da expansão, que responde à necessidade de formação de quadros, que tem subjacente a ideia de que na sequência das independências assistir-se-á a um esforço determinado dos dirigentes e aos sacrifícios das famílias africanas na ânsia de assegurarem um padrão de vida mais elevado e melhor para os seus filhos; (iii) Fase de crise, com cortes draconianos de recursos financeiros, na qual se ressalta o excessivo peso relativo do Ensino Superior em termos de custos, sendo uma das razões o baixo rácio professor-aluno e a grande quantidade de pessoal não docente (funcionários). Para Makosso et al. (2009), a história da universidade em África comporta

igualmente três períodos: (i) Era das universidades coloniais, que diz respeito às universidades instituídas pelo colonizador; (ii) Era das universidades da independência, que visava a afirmação da soberania nacional através da nacionalização, com vista à autodeterminação do campo acadêmico; (iii) Era das universidades de desenvolvimento, que concretizam os propósitos e os objetivos estratégicos definidos que se espera que contribuam para o desenvolvimento dos países, cujos conteúdos são definidos pelos dirigentes nacionais. Na verdade, após a independência os Estados dos países Africanos definiram as suas políticas educativas com um novo rosto, onde os currículos conheceram transformações decisivas, na medida em que foram integrados nos manuais e nos programas de ensino assuntos do continente que outrora não constavam.

A partir de 1970 regista-se uma maior proeminência da universidade no contexto africano, que pode ser analisada em quatro momentos: “(a) a africanização dos postos dos professores e investigadores; (b) a expansão e multiplicação dos estabelecimentos de ensino; (c) a elaboração dos novos quadros estatutários; (d) a criação de órgãos destinados a orientar as políticas nacionais” (Makosso et al., 2009, p. 1). Para este autor, estes fatores contribuíram para que o Ensino Superior fosse transformado num instrumento de mudança do sistema educativo e por esta via da sociedade em geral.

O crescimento de estabelecimentos, em África, responde a duas exigências: “(1) necessidade de os países africanos afirmarem a sua maturidade; (2) estrangimentos sociais ditados pela dinâmica e pela evolução económica” (Makosso et al., 2009, p. 1). Segundo a UNESCO (1997), em 1980 existiam 68 universidades distribuídas por 35 países africanos contra somente 32 universidades distribuídas por 22 países, em 1962, o que representava um aumento na ordem de 47%. Num contexto internacional caracterizado pela globalização dos mercados, as economias tornavam-se mais competitivas, atribuindo-se ao conhecimento um papel estratégico para o desenvolvimento. Neste sentido, a atenção prestada à educação em geral e ao Ensino Superior em particular refletem uma opinião comumente aceite segundo a qual os sistemas educativos constituem fatores poderosos para o desenvolvimento dos países.

Neste contexto, o primeiro Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano PNUD (1990) sublinhava que o nível de instrução devia constituir uma das mais importantes variáveis do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Assim se compreende o lugar e o papel da educação na sociedade, que se manifesta através do interesse dos

governos e das instituições de desenvolvimento (Makosso et al., 2009).

A este propósito Julius Nyerere<sup>1</sup>, primeiro presidente da Tanzânia independente, afirmava:

A educação em África, em qualquer nível deve inculcar um sentido de compromisso com a comunidade e ajudar os alunos a aceitar os valores apropriados para o futuro, dando-lhes o pensamento crítico e maturidade suficientemente razoável para a realização das suas atividades futuras com competência. (Kassam, 2000, p. 3)

Em suma, para Nyerere a educação deve incentivar o desenvolvimento da curiosidade intelectual e da capacidade de aprender com a experiência dos outros, de forma a incentivar os objetivos sociais, de viver e trabalhar juntos para o engrandecimento da sociedade. É neste sentido que Ki-Zerbo (1999), no seu livro *Éduquer ou Périr*, lançou um apelo aos educadores africanos para que se defina a tarefa de projetar uma educação de África e para a África, argumentando que a educação oferecida deve ser erguida sobre a cultura africana, fundando-se na sabedoria e no conhecimento tradicional dos Africanos e nas suas experiências quotidianas (Ki-Zerbo, 1999). Nesta linha de pensamento, Ochwa-Echel (2013) sublinha que uma educação universitária precisa de ser reformulada para se adaptar e atender as necessidades locais e sociais da população, cumprindo, assim, com a sua missão de bem público ao serviço do interesse geral.

Esta articulação entre cultura africana, Ensino Superior e necessidades locais e sociais é uma exigência para que o conhecimento científico, académico, técnico e tecnológico que estrutura os currículos das instituições do Ensino Superior não seja indiferente à realidade dos países africanos.

Se o capital humano qualificado e a autonomização contribuem para a formação da capacidade intelectual endógena, no âmbito de internacionalização do conhecimento científico, os países africanos implementaram a massificação com o objectivo de participar nas redes internacionais. Por isso, o Ensino Superior em África enfrenta grandes desafios devido à exponencial demanda e aos baixos níveis de resposta deste subsistema de ensino. Apesar destes aspetos o Ensino Superior em África é reconhecido como uma força fundamental para a modernização e o desenvolvimento do continente e assume uma grande importância no que diz respeito à abertura de oportunidades para a capacitação das pessoas,

---

<sup>1</sup> O pensamento de Julius Nyerere é elaborado numa colecção de estudos biográficos sobre pedagogos africanos da UNESCO.

a qualificação dos recursos humanos, a promoção da investigação científica, a criação cultural e tecnológica e o estímulo à inovação empresarial e social (Altbach & Teferra, 2004; Magalhães, 2004). Nesta ordem de ideias, Trow (2000) argumenta que estes problemas surgem na fase de transição do desenvolvimento do Ensino Superior, consistindo na transformação de um ensino de elite para um ensino de massas e universal. Assim, o crescimento transfere um leque de problemas para os sistemas educativos que os absorvem. Tais problemas surgem em qualquer sistema independentemente da existência de um maior financiamento do governo ou da administração, do recrutamento e seleção dos alunos, do currículo e formas de instrução, da sua socialização, da origem geográfica dos estudantes e da sua colocação profissional, da moral motivacional, da relação entre a pesquisa e o ensino, ou do Ensino Superior com o ensino secundário e a educação de adultos. Nesta medida, as instituições de Ensino Superior em África “podem ser categorizadas com base na sua missão ou objetivos e nas suas funções principais em relação ao ensino, investigação e serviços à comunidade” (Lumumba, 2006, p. 18), pois enfrentam obstáculos na prestação do serviço público de educação, da pesquisa e de outros serviços necessários ao seu normal funcionamento, apesar das difíceis circunstâncias atuais. A mais eloquente manifestação disso observa-se na implementação das políticas neoliberais do Banco Mundial, cujas orientações condicionaram o progresso dos sistemas de ensino africanos, conduzindo-os à estagnação.

No domínio da produção científica dedicada ao Ensino Superior em África é possível identificar duas grandes tendências, após a década 70:

A primeira tendência regista: (i) o crescimento rápido do número de universidades e matrículas de estudantes, a formação de quadros necessários ao funcionamento das organizações públicas e privadas e produtividade do trabalho e de outros fatores de produção, bem como o papel que os meios universitários desempenham nos processos de democratização da vida política africana. A segunda tendência contrasta com a primeira, (ii) pois incide mais sobre a situação de crise, devido ao crescimento rápido do número de estudantes concomitantemente com o desmoronar dos recursos alocados ao Ensino Superior (Makosso et al., 2009, p. 3).

Diante deste olhar é possível identificar dois grandes momentos vividos no universo académico africano. Por um lado, o florescimento das universidades e a importância que lhes é atribuída como alavanca para o desenvolvimento dos países, caracterizando-se por um aumento acelerado de candidatos e de instituições. Por outro lado, a crise devido à grande pressão exercida sobre todo o subsistema do Ensino Superior, que em termos de estruturas físicas e de financiamento não estava preparado para suportar as despesas com os

custos que conheceram um aumento assustador nesse período.

O Ensino Superior oferece vantagens para a cidadania democrática ao proporcionar oportunidades para o acesso à informação, aos níveis de conhecimento e à preparação da capacidade técnica de alto nível que constituem a base do crescimento económico das sociedades contemporâneas. Apesar da relativa escassez de pessoas altamente qualificadas, o Ensino Superior em África desempenha igualmente funções que contribuem para vincar a identidade nacional. Assim, sendo o direito à educação um direito humano consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos é em seu redor que gravita o progresso e o investimento estratégico dos países. O desenvolvimento de um país articula-se necessariamente ao enriquecimento e alargamento das competências dos indivíduos, na medida em que “depende cada vez mais de fatores qualitativos, como a capacidade humana e o capital intelectual” (Tolentino, 2006, p. 69). À medida que o conhecimento se torna um fator central de produção, os setores económicos exercem uma pressão considerável sobre o Ensino Superior, no que se refere à produção de conhecimento, transferência de conhecimento e formação e qualificação de recursos humanos. Esta ideia traduz a relevância económica do Ensino Superior num contexto de mudanças estruturais.

### **1.1.2.O Ensino Superior como fator de desenvolvimento do Continente Africano**

Nos anos 1940 e 50, nos países em desenvolvimento, o Ensino Superior era caracterizado por um pequeno número de estudantes e de diplomados, cujo destino era o serviço público e o exercício de algumas profissões específicas. A partir dos anos 1950, a educação passa a ser reconhecida como um fator de mudança social. Em África, desde os anos 1960, o Ensino Superior foi confrontado com as novas realidades, em termos de expansão, diferenciação e revolução do conhecimento, que introduziram mudanças no ambiente do Ensino Superior. Estas mudanças estão a ser incorporadas nos sistemas educativos dos países em desenvolvimento, que de certa forma desafiam os decisores políticos no sentido de terem um novo olhar sobre os seus sistemas de Ensino Superior e pensarem de modo criativo sobre o que podem alcançar, com a transformação da sua configuração. Atualmente tem-se assistido a grandes mudanças na estrutura social e de classe destes países, incluindo a progressiva marcha para a massificação do ensino, o que

originou o aumento de uma variedade de instituições de Ensino Superior. À medida que as crianças terminam o ensino primário e secundário, aumenta a proporção dos que desejam continuar os seus estudos, inclusive almejando a obtenção de um grau superior. Paralelamente a este facto assiste-se nestes países a aumentos reais dos rendimentos das pessoas o que coloca a educação de nível mais elevado ao alcance de um número crescente de estudantes e famílias com capacidade aquisitiva para frequentarem um curso superior.

Neste sentido, os países africanos registam o surgimento de muitos institutos e universidades públicas, a que se juntam as instituições de natureza privada. Assim, os decisores políticos confrontam-se com a necessidade de planificar o desenvolvimento do sistema de Ensino Superior, estabelecendo mecanismos para manter a qualidade e privilegiar áreas como a investigação científica de base, apoiar as áreas científicas das Humanidades e apoiar a atribuição de bolsas para aumentar o acesso dos grupos sociais não representados na população académica, para os quais os recursos privados não estão disponíveis.

Como vimos, nos países em desenvolvimento o Ensino Superior assume um papel de relevo na prossecução de objetivos ligados ao desenvolvimento, sem o qual não poderão beneficiar da economia global baseada no conhecimento (Banco Mundial, 2000). De acordo com Magalhães (2004, p. 143), “o conhecimento tornou-se não só um fator fundamental de produção [...] mas também uma questão política central: ninguém se pode dar ao luxo de, neste início de século, ser epistemologicamente ingénuo!”. Porém, o desenvolvimento de um país aponta para o alargamento das competências dos indivíduos. Numa altura em que há uma forte procura dos serviços prestados pelo Ensino Superior, somente investindo no ensino secundário e no Ensino Superior os países africanos poderão assegurar o nível requerido das qualificações necessárias, aprofundar a base institucional para a investigação nas universidades e nos institutos, e iniciar o processo de desenvolvimento tecnológico (Banco Mundial, 2010).

Neste sentido, o Ensino Superior assume um papel cada vez mais importante para o progresso das economias e das sociedades do século XXI, visto que as qualificações dos recursos humanos são cada vez mais exigentes, impulsionadas pela inovação e pelo progresso tecnológico<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> De acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano, de 2013, “o Sul, entendido como os países em

Os países africanos registaram grandes avanços na aquisição de altos níveis de literacia e no aumento das matrículas no ensino primário e empreendem esforços para melhorar os resultados de aprendizagem, criando alicerces para o desenvolvimento futuro, com a aquisição de qualificações e especializações de nível superior que lhes permitirão acrescentar valor às atividades económicas existentes e lançar-se em novas indústrias e serviços, para poderem competir na atual economia global. Neste sentido, a Comissão Económica da Organização das Nações Unidas para África (CEA, 2012, p. 1) sustenta que “África emergiu de um continente historicamente de crescimento lento para uma das regiões de maior crescimento no mundo, alcançando uma taxa média de crescimento acima dos 5% anualmente durante o período de 2000 a 2008”. Hoje mais do que nunca os países africanos devem prestar maior atenção ao ensino secundário e pós-secundário. Apesar do aumento de matrículas nas instituições de nível terciário, o número de graduados ainda não é expressiva, não obstante os esforços de reforma, a qualidade de ensino continua a ser baixa em relação aos outros países. O que se pretende é que haja mudanças para melhores perspectivas com as quais os países africanos possam gerar qualificações de nível superior, tendo em conta as opções de desenvolvimento desejáveis que apelam para o aumento do nível e da qualidade do Ensino Superior.

A África Subsariana deve procurar munir-se de estratégias para melhorar o desempenho das instituições de Ensino Superior, tendo em conta que o crescimento económico está a tornar-se cada vez mais intensivo em qualificações, requerendo níveis mais elevados de educação, competência técnica e domínio de informática, já que a qualidade da educação tem um peso maior nos resultados de crescimento de capital humano das populações e no desempenho económico mais forte das nações. Contudo, África Subsariana enfrenta um défice de capital humano qualificado, que continuará a ser um dos principais fatores de desenvolvimento, o que faz com que constitua um assunto de preocupação para os que definem as políticas de desenvolvimento nos países africanos.

A maioria dos cidadãos africanos vê a escolaridade como o principal caminho para o sucesso, sendo o Ensino Superior entendido como o nível de ensino com maior

---

desenvolvimento, emerge hoje como um terreno fértil para a inovação tecnológica e empreendedorismo criativo. A título de exemplo, na área do comércio estabelecido entre o Norte e o Sul, “as economias recentemente industrializadas adquiriram capacidade para fabricar de forma eficaz produtos complexos destinados aos mercados dos países desenvolvidos” (RDH, 2013, p. 15). De igual forma, tem-se registado no Sul um aumento exponencial do número de indivíduos que têm acesso à Internet, porquanto entre “os anos 2000 e 2010, o crescimento médio anual da utilização da Internet ultrapassou 30% em cerca de 60 países em desenvolvimento com populações iguais ou superiores a 1 milhão” (idem, p. 16).

probabilidade de retorno, a nível profissional, financeiro, social e pessoal. Por este motivo “o Ensino Superior é reconhecido como um motor de crescimento económico e como um guardião do portão de posições individuais de alta remuneração e *status* social” (Johnstone, 2009, p. 2). Esta realidade tem como consequência a constante procura social de acesso aos níveis de educação mais elevados, criando fortes pressões políticas para a expansão destes subsistemas de ensino. De igual forma, a procura de educação terciária que se assiste é fruto das tendências gerais que se registam no crescimento da população e no maior acesso aos níveis de ensino inferiores, ou seja, “os dados demográficos, o aumento da proporção de jovens que terminam a escolaridade secundária e a perceção crescente de que o trabalho também vai ser cada vez mais aprimorado com base no Ensino Superior” (Johnstone, 2009, p. 2). Segundo o Banco Mundial (2010), as projeções indicam que a população jovem da África Subsariana registará um rápido crescimento num futuro próximo, prevendo-se que o alargamento do acesso aos níveis de educação inferiores mantenha a tendência de crescimento, intensificando deste modo as pressões para o acesso à educação terciária que se verifica já em alguns países, tais como o Gana, o Quênia, a Tanzânia e o Uganda, sendo que Angola não estará alheia a esta tendência, pois começam a despontar tendências nesse sentido.

Em quase todos os países da África Subsariana, a alfabetização e o ensino primário atingiram níveis consideráveis seguindo-se agora a aposta na qualidade do ensino secundário e na elevação de qualificações de Ensino Superior. Os países em vias de industrialização e os desenvolvidos reconhecem simultaneamente que o conhecimento é o regulador do avanço económico, fator que se articula com a preparação dos alunos do ensino secundário e a formação dos estudantes de Ensino Superior, motivo pelo qual figuram entre as principais prioridades na definição de políticas económicas (Banco Mundial, 2010). Atualmente na África Subsariana matriculam-se cerca de mais de 4 milhões de estudantes na educação terciária. Este número representa uma das mais elevadas taxas de crescimento regional no mundo, com uma média de 8,7% ao ano. Apesar do rápido crescimento das matrículas, a taxa bruta em África continua a ser ainda uma das mais baixas do mundo. Embora se esteja a fazer grandes esforços, ainda é lenta a redução, devido sobretudo às elevadas taxas de crescimento populacional (idem).

Estudos do Banco Mundial (2010, pp. 75-76) referem que sendo a educação terciária parte integrante do amplo setor da educação, a partilha com os outros níveis de ensino a responsabilidade de dar resposta a quatro desafios que o sistema educativo

enfrenta: “ (i) equidade – que se prende com a existência de desigualdades em todos os níveis de ensino; (ii) acesso – apesar das matrículas terem triplicado, o rácio regional tanto do secundário como do terciário são os mais baixos de entre as 8 maiores regiões geográficas do mundo, embora se tenha registado ganhos na expansão do acesso a todos os níveis de educação, razão pela qual há fortes pressões políticas para a continuidade da expansão em todos os níveis educacionais; (iii) qualidade – muitos alunos saem do ensino secundário mal preparados para frequentar o Ensino Superior que nada consegue fazer para melhorar a qualidade; (iv) financiamento – os países da África Subsariana gastam cerca de 18% do orçamento do Estado e cerca de 5% do PIB em educação e consagram também uma média de 20% dos seus orçamentos à educação terciária”. Estes indicadores são ínfimos e em nada ajudarão a avançar mais depressa para apanhar o comboio do desenvolvimento económico, social, cultural e político no continente Africano, perspetivado como aquele “que tem o potencial para ser parte da solução do problema do baixo crescimento global, das taxas de desemprego e de desequilíbrios a nível mundial” (CEA, 2012, p. 1).

Neste alvorecer do século XXI, o Ensino Superior tem passado por uma série de mudanças e enfrentando novos desafios, fruto dos efeitos da globalização e das pressões políticas e económicas de liberalização e privatização, local e global, que estão a reconfigurar a vida destas instituições, concretamente no ensino, na pesquisa e nos serviços de extensão universitária. Neste contexto, a necessidade de se redefinir o papel das universidades africanas e defender a sua importância tornaram-se assuntos cruciais dos países, tendo em conta que elas devem saber equilibrar as exigências de autonomia e responsabilidade, expansão e excelência, diversificação e diferenciação e internacionalização dos seus serviços (Olukoshi & Zeleza, 2004).

Segundo estudos da OCDE (2000), atualmente as nações africanas são confrontadas com o impacto da globalização e também pela sua exclusão, tendo presente que uma África desligada da economia mundial é um continente condenado à marginalização e à estagnação (OCDE, 2002). Logo, os países africanos não podem, de forma alguma, estar imunes às mudanças profundas que são induzidas pelos ventos da “globalização” nas formas de interação económica e nas estruturas de governação que são necessárias aos governos e à sociedade civil. Isso significa que é necessário aumentar a exposição das economias individuais ao comércio e às tendências internacionais e oferecer novas

oportunidades para cada país do continente. Neste sentido, torna-se importante ter presente o espírito do Tratado de Abuja<sup>3</sup> que afirma a necessidade de se dar atenção à integração regional, na medida em que é vista como uma estratégia para fazer face à globalização.

Em todo o mundo, a década de 1990 testemunhou a crescente corrida para a aprendizagem, visível através do aumento das matrículas. Os incentivos atraentes para os indivíduos, as economias e as sociedades para elevar cada vez mais o nível de educação têm impulsionado o aumento da participação de um leque alargado por pessoas de todas as idades em atividades de aprendizagem. Neste sentido, e olhando para a realidade da maioria dos países em desenvolvimento, o Ensino Superior tem sido o subsector de mais rápido crescimento do sistema educacional dos últimos 20 anos, uma vez que as matrículas aumentaram em cerca de 6,2% ao ano em países de rendimento baixo e médio baixo e em 7,3% ao ano nos países de rendimento médio alto (Banco Mundial, 1995; UNESCO, 1999). Importa referir que se tivermos em conta esta tendência de crescimento, como reflexo do aumento global da procura de recursos humanos qualificados, o grande desafio nesta era de expansão e de diversificação consiste na resposta à da demanda para a aprendizagem ao longo da vida, melhor forma de atender a exponencial pressão, garantindo que a natureza e os tipos de aprendizagem possam responder eficazmente às necessidades reais das sociedades, dos indivíduos e das suas famílias.

O rápido aumento das matrículas deu lugar a um maior acesso ao Ensino Superior e aos grupos desfavorecidos, como é o caso de mulheres e estudantes provenientes de zonas rurais, e provocou um certo enfraquecimento da qualidade de ensino, pois anteriormente o ensino era destinado a uma elite, com formação secundária mais sólida, com um corpo docente com formação adequada e as universidades eram maioritariamente frequentadas por detentores de capital cultural e económico elevados. Esta tendência que perdurou durante vários séculos regista-se ainda em certos países. Mas em muitos países em desenvolvimento o Ensino Superior tem características particulares:

Baixa relação entre estudantes e docentes, serviços subutilizados, duplicação de programas, elevadas taxas de desistência e repetência e uma alta proporção de custos destinados a gastos não educacionais, com alojamento, alimento e outros serviços custeados pelos estudantes e suas famílias. (Banco Mundial, 1995, p. 2)

---

<sup>3</sup> O Tratado de Abuja foi assinado a 3 de Junho de 1991. A sua adoção pela OUA constitui um passo importante para a integração do Continente Africano.

Entretanto, o Ensino Superior, consensualmente aceite como um bem público, continua de um modo geral a ser elitista, apesar da democratização do ensino e de a maioria dos estudantes que a frequentam provirem de famílias acomodadas (idem). No que se refere ao país em estudo na presente tese, Angola, grande parte das pessoas que frequentam o Ensino Superior são de famílias desfavorecidas, pois neste país a procura exponencial pelo Ensino Superior resulta da necessidade de se formar uma classe média forte que neste momento ainda não é representativa por falta de quadros altamente qualificados.

Estudos do Banco Mundial (1995, p. 4) reconhecem a necessidade de se levar a cabo uma reforma profunda no ensino pós-secundário dos países em desenvolvimento, tendo em consideração as estratégias e opções para melhorar os resultados dos sistemas de Ensino Superior, centrados em quatro orientações principais: “(i) o fomento de mais tipos de instituições públicas e privadas; (ii) proporcionar incentivos para que as instituições públicas diversifiquem as suas fontes de financiamento; (iii) redefinição da função do papel do Estado no Ensino Superior; (iv) adoção de políticas que estão destinadas a dar prioridade à qualidade e à equidade”. Esta preocupação inscreve-se na necessidade das reformas empreendidas no Ensino Superior, cujo ritmo de execução e as prioridades das diversas opções dependem das circunstâncias específicas de cada país, bem como do nível de rendimento e do grau de desenvolvimento de educação, como por exemplo, a cobertura dos níveis primários e secundários e a existência de instituições privadas. De notar que o que se pretende com esse documento do Banco Mundial é fomentar o processo de análise e seleção de políticas nos países em desenvolvimento empenhados em melhorar a equidade, a eficiência e a qualidade dos seus sistemas de Ensino Superior (Banco Mundial, 1995). Estas reformas acontecem, no entanto, num contexto que não é indiferente às tendências internacionais, que seguidamente se apresentam.

## 1.2. Tendências das organizações internacionais e o Ensino Superior em África

### 1.2.1. As ações da UNESCO

Nos anos 1980, o processo de globalização das economias nacionais fortaleceu a influência do pensamento neoliberal, facultando novas orientações às políticas desenvolvidas pelas organizações internacionais. Estes organismos multilaterais de financiamento introduziram alterações no seu papel, passando “a figurar como agentes centrais do gerenciamento das relações de crédito internacional” (Soares, 1998, p. 20), impondo uma série de condições para a concessão de novos empréstimos, e intervindo na formulação da política interna e legislação dos países, principalmente através dos “programas de ajustamento estrutural” (Scaff, 2001, p. 116). Já nos anos 1990, com o surgimento das críticas dirigidas a tais programas, assiste-se a uma mudança no discurso, especialmente do Banco Mundial, que demonstra um interesse privilegiado na redução da pobreza, procurando legitimar as suas políticas com o foco central na lógica económica.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>4</sup>, como agência do sistema da Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada em 1945 numa conferência em Londres a que participaram representantes de 44 Estados. Numa dos seus principais postulados que tem consagração no Acto Constitutivo, afirma-se:

Impulsionar vigorosamente a educação popular e a difusão da cultura: mediante colaboração a prestar aos Estados-membros, a pedido destes, visando fomentar as suas atividades educativas; instituindo a colaboração entre as nações com vista à realização progressiva do ideal de iguais oportunidades de educação para todos [...]. (Ribeiro & Saldanha, 2003, p. 280)

Esta organização exerce um conjunto de atividades de coordenação e de cooperação,

---

4 Segundo o art.º 1.º do Ato Constitutivo, a UNESCO tem como objetivo principal contribuir para a manutenção da paz e da segurança no mundo, estreitando a colaboração entre as nações através da educação, da ciência, da cultura, a fim de assegurar o respeito universal da justiça, pela lei, pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais, sem distinção de raça, de sexo, de língua ou de religião, que a Carta das Nações Unidas reconhece a todas os povos; favorecer o conhecimento e a compreensão mútua entre as nações, mediante o seu apoio aos órgãos de informação; promover a educação popular e a difusão da cultura; ajudar ao progresso e à difusão do saber [...] (Campos et al., 1999, p. 429).

dispondo de meios financeiros para o desenvolvimento destas ações. Por outro lado, as suas deliberações são adotadas sob a forma de convenções, recomendações e declarações, cujas disposições os Estados-membros devem executar, de acordo com sua força vinculativa.

A UNESCO foi concebida como uma organização de cooperação multilateral integrada por Estados Soberanos. Dotada de autonomia, tem como objetivo criar condições para um genuíno diálogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas. Um dos temas que se prendem com a missão e as atividades desta organização consiste na articulação de visões globais de desenvolvimento sustentável com base na observância dos direitos humanos e na erradicação da pobreza. Por outro lado, com as suas atividades e estratégias, este organismo do Sistema das Nações Unidas pretende contribuir ativamente para que sejam alcançados, até 2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que têm como meta: (a) reduzir pela metade a proporção da população que vive em condições de pobreza extrema; (b) atingir o ensino básico universal; (c) eliminar a disparidade de género no ensino primário e secundário; (d) combater a sida, a malária e outras doenças, e (e) garantir a sustentabilidade ambiental (UNESCO, 2007)<sup>5</sup>. O alvo central das suas preocupações concentra-se na preservação da paz no mundo, exercendo, no quadro das suas ações, diferentes atividades:

(i) a sua ação normativa - com a adoção de convenções, de recomendações e de declarações - e (ii) a sua ação de coordenação, de impulso e de cooperação – no plano da coordenação da ação dos Estados, no da cooperação com outras instituições e no da impulsão de certas ações nacionais e internacionais que interessam aos objetivos que prossegue (Campos et al., 1999, pp. 441-444).

Por outro lado, a UNESCO defende que a cooperação internacional deve proporcionar uma cooperação e intercâmbio baseados na parceria e na busca coletiva da qualidade e relevância. Essa cooperação deve apoiar-se no princípio da solidariedade internacional, pois os países em desenvolvimento nem sempre possuem os meios necessários à implementação de projetos estratégicos.

Tendo em conta o agravamento das desigualdades em muitos países em desenvolvimento, a educação tem vindo a assumir um papel de relevo tanto no sentido de ser vista como uma hipótese salvadora, como no sentido de ajudar a transformar a

---

5 Constituição da UNESCO (ver Campos et al., 1999).

interdependência real em solidariedade desejada tendo em vista promover a formação dos indivíduos para que se compreendam a si mesmos e aos outros, por intermédio de um melhor conhecimento do mundo. Neste contexto, a UNESCO ajuda a reforçar a capacidade dos países em desenvolvimento em matéria da ciência, da engenharia e da tecnologia, fornece dados, assessoria e assistência técnica aos governos na formulação e implementação de estratégias e políticas eficazes nas áreas da ciência e da tecnologia, em colaboração com várias agências de financiamento.

No âmbito da política de mudança e desenvolvimento do Ensino Superior, a UNESCO procurou intensificar os seus estudos nesta área por forma a preparar este grau de ensino para receber os impactos decorrentes da expansão do ensino básico. Porém, por ocasião da 27ª Sessão da Conferência Geral, em 1993, os Estados membros adotaram uma resolução que visava estimular os responsáveis dos Governos a formular uma política destinada ao Ensino Superior. Em termos gerais essa resolução tinha como fundamento as transformações que se operavam no mundo e começou por identificar três grandes tendências do Ensino Superior comuns aos sistemas educacionais: (1) a extraordinária expansão quantitativa, acompanhada por desigualdades contínuas de acesso entre os países e as regiões; (2) a diversificação de estruturas institucionais, programas e formas de estudo; e (3) as dificuldades financeiras das estruturas do Ensino Superior.

Tendo presente que a UNESCO persegue uma cultura da paz, torna-se evidente que uma das âncoras dessa procura é a educação, pois a conquista da paz pressupõe o direito à educação. É por intermédio da educação que se contribui para a formação de consciências críticas e democráticas. A educação deve ter como objetivos o pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais. A ideia de democratização de conhecimentos defendida pela UNESCO está, assim, vinculada à emancipação das pessoas e ao auto-desenvolvimento sustentável dos diferentes povos e culturas em todo o mundo, visto que:

Um dos principais papéis reservados à educação consiste, antes de mais nada, em dotar a humanidade da capacidade de dominar o seu próprio desenvolvimento. Ela deve, de facto, fazer com que cada um tome o seu destino nas mãos e contribua para o progresso da sociedade em que vive, baseando o desenvolvimento na participação responsável dos indivíduos e das comunidades (Delors, 1997, citado pela UNESCO, 2005).

Considerando que o principal objetivo da educação é o constante desenvolvimento

humano, a UNESCO contempla, na sua missão permanente de contribuir para o aperfeiçoamento das pessoas, uma dimensão ética e solidária.

De notar que a UNESCO adotou várias convenções nas suas diversas áreas de atuação, entre as quais: a luta contra a discriminação no ensino e o reconhecimento de estudos, diplomas e graus académicos. No plano da coordenação da ação dos Estados, tem desempenhado em todo o mundo um importante papel nos domínios da promoção da educação e da cultura (Campos et al., 1999).

No âmbito do presente trabalho incidiremos a nossa leitura sobre alguns documentos da UNESCO, nomeadamente (i) Convenção Regional Sobre o Reconhecimento de Estudos, Certificados, Diplomas, Graus e Outras Qualificações Académicas no Ensino Superior Nos Estados Africanos (1981) – Convenção de Arusha, (1981); (ii) Declaração de Jomtien (1990); (iii) Declaração Mundial sobre a Educação Superior para o Século XXI: Visão e Ação (Paris, 1998); (iv) Plano de Ação para a África Subsariana: Educação para o Renascimento Africano no Século XXI (Johannesburgo, 1999); (v) Marco de Ação de Dakar: Educação para Todos (2001). É com base nestes instrumentos que procederemos a um enquadramento geral e à análise dos indicadores estatísticos da educação em África e respeitantes à evolução do Ensino Superior em particular. Para efeito, importará abordar a título preliminar as posição dos Estados-membros Africanos da UNESCO, em matéria de Índice de Desenvolvimento Humano<sup>6</sup> que têm vindo a registar avanços, desde os anos 1970, nas áreas da saúde, da educação e nos padrões de vida básicos das populações nas décadas mais recentes, com muitos países mais pobres a apresentarem os maiores ganhos de desenvolvimento humano, refletindo assim progressos significativos na área da educação<sup>7</sup>.

---

6 Cf. PNUD (2010). O Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento criado em 1990, tem proporcionado perspectivas novas sobre os desafios mais prementes enfrentados pela humanidade. É uma publicação anual independente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), traduzido para mais de uma dúzia de idiomas e lançado em mais de 100 países anualmente (PNUD, 2010).

7 O Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, com a epígrafe «*A verdadeira riqueza das Nações: Vias para o Desenvolvimento Humano*», faz uma análise das tendências dos 40 anos e revela que as nações pobres obtêm ganhos de desenvolvimento com maior rapidez. Dedicado ao 20.º aniversário do PNUD, conclui que “o progresso de longo prazo na saúde e na educação não é determinado pelo rendimento, ou seja, não existe uma ligação automática entre o crescimento económico e o progresso humano». Segundo a Administradora do PNUD, Helen Clark, “as pessoas têm atualmente mais saúde, maior riqueza e melhor educação do que antes, embora nem todas as tendências sejam positivas, há muita coisa que os países podem fazer para melhorar as vidas das pessoas, mesmo em condições adversas, o que requer liderança local corajosa e o empenho continuado da comunidade internacional” (PNUD, 2013).

A este propósito, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, Ban Ki-moon<sup>8</sup>, afirmava:

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano mudaram a forma de como vemos o mundo hoje, pois aprendemos que embora o crescimento económico seja muito importante, o que, em última análise, faz diferença é usar o rendimento nacional para dar às pessoas a oportunidade para uma vida mais longa, saudável e produtiva. (PNUD, 2010, p. 2)

Contudo, na análise do relatório de 2010<sup>9</sup> ficou demonstrado que a esperança de vida ao nível mundial subiu dos 59 anos, em 1970, para os 70 anos, em 2010, as matrículas escolares aumentaram dos 55% para os 70%, para todas as crianças em idade de escolaridade primária e secundária, e o PIB *per capita* duplicou para mais de USD 10.000. As pessoas de todas as regiões partilham deste progresso. Por outro lado, a esperança de vida escolar nos Estados Árabes subiu para 18 anos, entre 1970 e 2010, já na África Subsariana, para 8 anos (PNUD, 2010). Neste relatório destacam-se duas afirmações centrais, “o desenvolvimento humano é diferente do crescimento económico e as realizações substanciais são possíveis mesmo sem crescimento rápido” (PNUD, 2010, p. 3).

Nesta linha de pensamento, Helen Clark, Administradora do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, no prefácio do Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, observa que durante a década anterior os países tinham acelerado o seu progresso nos domínios da educação, da saúde e do rendimento, resultados aferidos pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), uma vez que nenhum dos países que disponibilizaram os seus dados registou, no ano de 2012, um valor do IDH inferior ao ano de 2000. Acrescenta que neste espaço de tempo, à medida que se acelerava o ritmo de progresso nos países com IDH mais baixo, verificava-se uma convergência notável para níveis mais elevados nos valores de IDH a nível mundial, embora tenha sido desigual entre as várias regiões (PNUD, 2013). Esta medida é constituída por indicadores relativos a três dimensões: “(i) longevidade; (ii) sucesso escolar, e (iii) controlo sobre os recursos necessários para uma vida digna” (PNUD, 2013, p. 1). Contudo, embora grande parte dos países em desenvolvimento tenha tido um bom desempenho, um número considerável realizou progressos significativos. De referir que o Relatório defende igualmente que a notável

---

<sup>8</sup> Cf. PNUD (2010).

<sup>9</sup> Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010, sobre todos os países para os quais estão disponíveis dados do IDH para os últimos 40 anos.

transformação de um elevado número de países em desenvolvimento em grandes economias dinâmicas com crescente influência política produz um impacto significativo no progresso do desenvolvimento humano. Este facto verifica-se em alguns países de África, destacando-se aqui o caso particular de Angola, que tem dando indicações de um grande crescimento da sua economia.

Passamos em seguida a proceder a análise dos referidos documentos da UNESCO. A Convenção Regional sobre o Reconhecimento de Estudos, Certificados, Diplomas, Graus e Outras Qualificações Académicas no Ensino Superior nos Estados Africanos (Arusha, 1981) prevê, no capítulo II, referente aos «Objetivos», nos n.ºs 1, 2 e 3, do artigo 2.º, que os Estados Contratantes pretendem contribuir para: (a) o reforço da unidade e da solidariedade Africana; (b) a remoção das restrições com base em diferentes experiências coloniais do passado que atravessam tradicionais laços históricos e culturais da região, e (c) a promoção e fortalecimento da identidade cultural da África e dos seus vários países.

No n.º 2 é referido que os Estados Contratantes declaram a sua firme vontade de cooperar com vista a: (a) permitir que os recursos educacionais disponíveis sejam usados de forma eficaz de acordo com os interesses de todos os Estados Contratantes a fim de: (i) tornar os seus estabelecimentos de Ensino Superior o mais acessível possível para estudantes de qualquer dos Estados Contratantes; (ii) reconhecer os estudos, certificados, diplomas, graus e outras qualificações académicas de tais pessoas, e incentivar o intercâmbio e a maior possível liberdade do movimento de professores, estudantes e pesquisadores da região; (iii) coordenar os requisitos de admissão das instituições de ensino de cada país; (iv) aliviar as dificuldades encontradas por aqueles que voltam para casa depois de completar os seus estudos no estrangeiro, de modo que a sua reintegração na vida do país possa ser alcançada de forma benéfica para a comunidade e para o desenvolvimento da sua personalidade; (v) adotar critérios terminológicos e de avaliação semelhantes, a fim de facilitar a aplicação de um sistema que garanta a comparabilidade dos créditos, temas de estudo, certificados, diplomas, graus e outras qualificações de Ensino Superior; (vi) ter em conta, na conceção e revisão dos seus sistemas e programas educacionais, e de seus métodos de avaliação, as realidades africanas e prever a adoção gradual das línguas africanas como línguas de ensino; (vii) adotar uma abordagem dinâmica em matéria de admissão de outras fases de estudo, tendo em conta não só o conhecimento atestado por habilitações académicas, mas também experiência e realizações pessoais; (viii) adotar métodos de avaliação com base apenas no conhecimento e competências adquiridas; (ix)

adotar critérios flexíveis para a avaliação de estudos parciais, com base no nível educacional alcançado e sobre o conteúdo dos cursos realizados, tendo em conta o carácter interdisciplinar do conhecimento a nível de Ensino Superior; (x) melhorar o sistema de troca de informações sobre o reconhecimento de estudos, certificados, diplomas, graus e outras qualificações; (b) revisão e harmonização dos currículos e planeamento do Ensino Superior nos Estados Contratantes, de modo a ter em conta as necessidades de desenvolvimento das aspirações africanas [...]; (c) promover a utilização mais ampla e eficaz dos recursos humanos, de modo a contribuir para a aceleração do desenvolvimento dos países em causa, evitando a ‘fuga de cérebros’; (d) promoção da cooperação inter-regional em matéria de reconhecimento de estudos, certificados, diplomas, graus e outras qualificações académicas.

No n.º 3 é referido que os Estados Contratantes concordam em tomar todas as medidas necessárias a nível nacional, bilateral e multilateral, em particular por meio de acordos bilaterais, sub-regionais, regionais ou outros, acordos entre universidades ou outras instituições de Ensino Superior e de acordos com as organizações nacionais ou internacionais competentes e outros organismos, com vista à realização progressiva dos objetivos definidos no presente artigo.

A Declaração Mundial sobre Educação para Todos (Jomtien, 1990) estabelece, no seu artigo 7º, o objetivo de “fortalecer alianças”, visando a realização do compromisso de “Educação para Todos”. De acordo com esta disposição as autoridades responsáveis pela educação têm a obrigação de proporcionar educação para todos. Não se pode esperar que elas supram a totalidade dos requisitos humanos, financeiros e organizacionais necessários a esta tarefa. Novas e crescentes articulações e alianças serão necessárias em todos os níveis: (i) entre todos os subsectores e formas de educação, entre os órgãos educacionais e demais órgãos de governo, incluindo os de planeamento, finanças, trabalho, comunicações, e outros sectores sociais; (ii) entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o sector privado, com as comunidades locais, com grupos religiosos, com as famílias. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias.

Temos aqui uma reflexão segundo a qual devem ser estabelecidas parcerias entre os atores intervenientes para a realização do principal desígnio. Entre os parceiros mencionados destacamos o sector privado. E como veremos mais adiante, assim se explica que os princípios do serviço universal no domínio da educação façam apelo à intervenção

de operadores privados.

O preâmbulo da Declaração Mundial sobre a Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Ação (Paris, 1998) refere que há uma demanda sem precedentes e uma grande diversificação do Ensino Superior, além de uma maior consciência acerca da sua importância tanto para o desenvolvimento sociocultural e económico como para a construção do futuro, exigindo-se que as novas gerações estejam preparadas com habilidades, conhecimentos e ideais. No mesmo documento é referido ainda que o século XXI passará para a história do Ensino Superior como o período mais significativo da sua expansão pelo facto de se ter verificado: (i) a multiplicação por mais de seis vezes do número de matrículas de estudantes à escala mundial, ou seja de 13 milhões, em 1960, para 82 milhões, em 1995; (ii) a grande disparidade entre os países industrialmente desenvolvidos, em desenvolvimento e especialmente os pobres, quanto ao acesso e a recursos para o Ensino Superior e a pesquisa.

Este documento atribui grande importância à educação, ao afirmar que sem um Ensino Superior e sem instituições de pesquisa adequadas que forneçam a massa crítica de pessoas qualificadas e cultas nenhum país pode assegurar um desenvolvimento endógeno genuíno e sustentável. Essa disparidade pode ser ultrapassada se a partilha do conhecimento, a cooperação internacional e as novas tecnologias oferecerem oportunidades novas. Neste sentido o Ensino Superior é confrontado com desafios e tem de proceder à sua mais radical mudança e renovação para que a sociedade possa transcender as considerações económicas e incorporar as dimensões fundamentais da moralidade e da espiritualidade.

Por outro lado, na alínea c) do artigo 8.º, que tematiza a “diversificação como forma de ampliar a igualdade de oportunidades”, a Declaração Mundial sobre a Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Ação (Paris, 1998) estabelece que a diversificação de modelos de Ensino Superior e dos métodos e critérios de recrutamento é essencial tanto para responder à tendência internacional de massificação da demanda, como para dar acesso a distintos modos de ensino e ampliar este acesso a grupos cada vez mais diversificados, com vista a uma educação contínua, baseada na possibilidade de ingressar e sair facilmente dos sistemas de educação. Na alínea c) do mesmo artigo é referido que “sistemas mais diversificados de ensino superior são caracterizados por novos tipos de instituições: públicas, privadas e instituições sem fins lucrativos, entre outros”.

Já na alínea b) do artigo 14.º, cuja epígrafe é “o financiamento do Ensino Superior

como serviço público”, é estabelecido que a sociedade no seu conjunto deverá apoiar a educação a todos os níveis, incluindo o Ensino Superior, dado o papel que este desempenha na promoção de um desenvolvimento económico, social e cultural sustentável. A mobilização deste fim depende da sensibilização e da participação do público, dos sectores público e privado da economia, dos parlamentos, dos meios de comunicação, das organizações governamentais e não-governamentais, dos estudantes e dos estabelecimentos, das famílias e de todos os agentes sociais que intervêm no Ensino Superior.

No Plano de Ação de Dakar: Educação para Todos (2001), argumenta-se que o direito à educação impõe aos Estados a obrigação de garantir que todos os cidadãos tenham oportunidades de satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Os sistemas de educação do futuro, por mais diversos que possam ser, precisarão ser transparentes e responsáveis no que se refere ao modo como são geridos, administrados e financiados. O papel indispensável do Estado na educação deve ser apoiado por parceiros ousados e abrangentes em todos os níveis da sociedade. A educação para todos implica o envolvimento e o compromisso de todos com a educação. No ponto 11 do mesmo documento, com a epígrafe “avanços e lições”, afirma-se que a nível mundial a matrícula na escola primária aumentou no final da década de 1990, pois os países em desenvolvimento atingiram um aumento de 80% das taxas líquidas de matrícula. As taxas de evasão diminuíram, registando-se um aumento dos níveis de educação de tal modo que os homens e mulheres tivessem mais informação ao optar pela dimensão da família.

A educação para todos é a mais alta prioridade da UNESCO, cujo foco principal é a realização do direito ao ensino básico, que responde aos compromissos assumidos no Fórum Mundial de Educação realizado em Dakar, Senegal, em Abril de 2000, e também às disposições do Ato Constitutivo da UNESCO, os quais os Estados presentes afirmaram a sua crença na plena e iguais oportunidades de educação para todos em todo o mundo<sup>10</sup> (UNESCO, 2002). As principais recomendações saídas da mesa redonda deste Fórum dizem respeito a: (i) recolha dos instrumentos sobre o direito à educação em África para a sua análise; (ii) desenvolvimento em bases constitucionais e legislativas do direito à educação como fator-chave para a ação a nível nacional; (iii) ajudar e apoiar os governos

---

10 Prefácio de Koichiro Matsuura (2002), Diretor Geral da UNESCO. No âmbito do Direito à educação: Anais da mesa redonda organizada por ocasião da VIII Conferência de Ministros de Educação dos Estados Membros Africanos (MINEDAF VIII), realizada a 5 de Dezembro de 2002, onde foram analisadas as Bases Legais e Constitucional do Direito à Educação para Todos em Todo o Mundo.

para desenvolverem e modernizarem a legislação nacional, proporcionando assistência técnica; (iv) garantir que estas recomendações estão nas estratégias e programas da UNESCO a serem realizados no biénio 2004/2005.

No Plano de Ação para a África Subsariana: Educação para o Renascimento Africano no Século XXI (Johannesburgo, 1999) são reiterados os princípios por que se pautam os Estados-membros da UNESCO. Nele podemos ler que: os Governos deverão tomar a liderança com o objetivo de facilitar a participação a todos os níveis da sociedade civil, do sector privado, das organizações não governamentais [...]. Estas referências extraídas dos documentos da UNESCO demonstram que há um pensamento dominante em matéria de Ensino Superior no que tange à criação de condições para aumentar o acesso e a frequência deste nível de ensino em África, estando Angola a apostar igualmente nesta direção através do investimento em todos os níveis de educação, particularmente no subsistema de Ensino Superior, reconhecido como um dos motores do desenvolvimento da economia e da sociedade.

Neste sentido, apercebemo-nos que desde os anos 1980, o Ensino Superior é reconhecido como uma área das políticas públicas que assume um papel crucial para a qualificação de recursos humanos e como um caminho eficiente para o crescimento económico e desenvolvimento social. Os países africanos adotaram o instrumento da UNESCO como uma forma de assumirem um compromisso que reconhece a importância do Ensino Superior numa região em que ainda se debatiam os aspetos relacionados com as questões básicas de vida. É neste contexto, que se revelam claras as tomadas de decisão quanto a uma nova abordagem das potencialidades de um país ter recursos humanos altamente qualificados. De igual forma, a abertura entre Instituições de Ensino Superior, de diferentes países africanos e de outras regiões, revelam que a globalização académica e científica constitui um caminho inadiável e irreversível para o fortalecimento e a afirmação da importância do Ensino Superior na África Subsariana.

### **1.2.2. O pensamento neoliberal do Banco Mundial**

No seu texto «Formulating higher education policies in Africa – The pressure from external forces and the neoliberal agenda», Brock-Utne (2003), refere que quando era professor da Universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia, foi convidado no início de 1988,

pela Agência Norueguesa de Desenvolvimento (NORAD) para fazer uma revisão crítica das Políticas Educativas para a África Subsariana de um relatório do Banco Mundial “Educative Policies for Sub-sahariana África (EPSSA)”. Brock-Utne aborda de forma crítica o corte de subsídios para a aquisição de livros para os alunos, do financiamento para visitas de férias dos estudantes e do pagamento das suas acomodações e alimentação. Juntamente com alguns dos seus colegas da Universidade organizou um seminário para discutir o referido Relatório, onde a maioria expressou críticas ao documento, por considerarem escandaloso o facto de o Banco Mundial querer decidir sobre as políticas de educação para a África Subsariana, não procedendo da mesma maneira para países como a Noruega. Na mesma ordem de ideias, o vice-reitor da Universidade do Malawi questionou as posições do Banco Mundial considerando que não se pode formular políticas para o setor do Ensino Superior em África quando as condicionalidades são impostas às instituições para a retenção dos empréstimos sem que para tal haja alternativas (Brock-Utne, 2003). Esta situação ocorre no contexto em que as políticas do Banco Mundial encorajavam o desinvestimento no Ensino Superior em África, contribuindo assim para a decadência deste subsistema de ensino e para o atraso económico dos países africanos.

De acordo com Brock-Utne (2003), não é possível abordar as políticas de Ensino Superior em África sem analisar o papel dos doadores e agências internacionais. Na sequência deste argumento, deparamo-nos com dois documentos do Banco Mundial (World Bank, 2000; Banco Mundial, 2002) que refletem uma mudança na sua posição sobre o Ensino Superior em África. Atualmente o Banco Mundial passou a atribuir maior atenção a este subsistema de ensino em todo o continente, recuando na sua preferência ao investimento no ensino primário em detrimento do Ensino Superior e encorajando as agências financiadoras internacionais e os Estados africanos a enveredarem no mesmo caminho.

Esta situação foi analisada também por Sawyerr (2004), ao considerar que a ideologia neoliberal do Banco Mundial foi reforçada pelo argumento de que as taxas de retorno no ensino básico eram muito maiores do que os retornos com o ensino universitário e que a eficiência exigida pelo ensino primário deve atrair a maior parte dos recursos públicos. O argumento das taxas de retorno foi entendido pelos governos africanos como condicionalidades para o financiamento. Influenciou igualmente os doadores externos para se afastarem do apoio ao Ensino Superior a favor do ensino básico. Para Sawyerr (2002), a Associação das Universidades Africanas (AAU) sempre defendeu uma política contra o

abandono do Ensino Superior em África. Isto pode ser observado a partir das declarações das Assembleias da AAU, em Harare, da década de 1980, e outros documentos que emanam da Associação defendendo maior atenção às universidades africanas<sup>11</sup>. Assim, com base neste pressuposto, passaremos a descrever as ações do Banco Mundial no continente africano.

O Banco Mundial<sup>12</sup> e o Fundo Monetário Internacional (FMI), as chamadas instituições de Bretton Woods, foram criados em 1944, na conferência realizada em New Hampshire, nos Estados Unidos. Entre os objetivos estatutários do Banco Mundial destacam-se as seguintes: “ (i) auxiliar a reconstrução dos territórios dos Estados-membros, facilitando o investimento de capitais para fins produtivos; (ii) promover os investimentos privados no estrangeiro, através das garantias ou de participação em empréstimos e outros investimentos realizados por capitais particulares; (iii) promover o desenvolvimento equilibrado do comércio internacional e a manutenção do equilíbrio das balanças de pagamento” (Ribeiro & Saldanha, 2003, p. 321).

A partir dos anos 1950, o Banco Mundial que, inicialmente era uma agência virada para a reconstrução da Europa, orienta a sua atenção para o financiamento de países em desenvolvimento no que diz respeito a assistência económica e financeira, cujo objetivo consistia na implementação de programas de ajuda e concessão de empréstimos e um maior controlo sobre os beneficiários dos seus apoios. Foi neste período que o Banco se tornou o principal organismo internacional no campo da cooperação multilateral, na medida em que era “o principal influenciador das reformas educacionais dos países periféricos e semiperiféricos”<sup>13</sup> (Leher, 1999, p. 19).

Este organismo internacional, que influencia a definição das políticas dos países, tem estado a promover mudanças na sua estrutura organizacional, visando transformar-se no maior centro mundial de informações respeitantes ao desenvolvimento, principalmente ao setores da educação, que constitui uma área-chave de políticas públicas, na medida em que produz conhecimentos, habilidades, valores e atitudes essenciais para a cidadania e o crescimento económico. O Banco Mundial é hoje a maior fonte de financiamento para a

---

11 Cf. Sawyerr, A. (2002). Challenges facing African universities. Selected issues. Unpublished study presented at the ASA (African Studies Association) conference. (p.65).

12 BIRD – Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

13 Cf. Sobre o conceito de semiperiferia, ver Boaventura de Sousa Santos (1985). Estado, Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: O caso Português. *In Revista Análise Social*, vol. XXI (87-88-98), 3, -4.º – 5.º, pp. 869-901.

educação, financiando projetos nas áreas do ensino primário, secundário e superior, tendo em vista ajudar os mutuários a reduzirem a pobreza e a melhorarem os padrões de vida, de crescimento sustentável e de investimento nas pessoas (Banco Mundial, 1995).

Em muitos países, o investimento público em educação aumentou como resultado da importância e do reconhecimento que é atribuído ao bem educação e do potencial que representa o Ensino Superior para o crescimento económico na sociedade do conhecimento, partindo do pressuposto de que a instrução pode ser usada como um mecanismo para lutar contra a crise, no contexto do processo de globalização, onde a competitividade depende da quantidade e da qualidade do Ensino Superior oferecidos pelos sistemas educativos. Por outro lado, o investimento na educação ajuda as famílias a superar as suas dificuldades e a investirem em níveis mais elevados de educação, o que leva a melhorar a competitividade da economia (UNESCO, 2012). A importância atribuída à educação tem sido reconhecida em convenções internacionais, tendo sido, em 1990, tema da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, sob o patrocínio conjunto da Organização do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e do Banco Mundial.

A nova estratégia educativa 2020, do Banco Mundial, estabelece as diretrizes e prioridades da reforma educativa em contextos de desenvolvimento para a próxima década. Ela aposta num modelo de reforma que se centra mais em resultados, ou seja, nas soluções de gestão e de governança<sup>14</sup> do desenvolvimento das instituições. Esta estratégia do Banco, que se distribui em todo o mundo, tem uma grande capacidade de estabelecer agendas

---

14 De acordo com a definição dada pelo Banco Mundial (1992), *Governance and Development*, governança consiste na maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos económicos e sociais de um município para o seu desenvolvimento. Enquanto a boa governação é sinónimo de gestão e de desenvolvimento, pois a experiência do Banco tem mostrado que os programas e projetos que ajuda a financiar podem ser tecnicamente viáveis, mas não alcançarem os resultados previstos, por razões relacionadas com a qualidade da ação do governo. O mesmo documento aponta oito características da “boa governança”: (i) Participação; (ii) Estado de direito; (iii) Transparência; (iv) Responsabilidade; (v) Orientação do consenso; (vi) Equidade e exclusividade; (vii) Efetividade e eficiência; e (viii) Prestação de contas (World Bank, 1992, p. 1). Por outro lado, segundo Boaventura de Sousa Santos, desde testemunhos históricos escritos até 1975, o catálogo da Biblioteca do Museu Britânico regista 47 títulos contendo a palavra “governação” (governance). A partir desta altura, a palavra teve uma proliferação desenfreada em todas as disciplinas das Ciências Sociais. Procurou demonstrar por outro lado, que desde a década de 1990, a governação se tornou a matriz política da governação neoliberal, pois alia a horizontalidade à verticalidade, sendo que ambas são auto-geradas, funcionando por meio de uma falsa dialética entre a governação e a desgovernação (Sousa Santos, 2005, p. 10). Para conceitos e definição de gestão e governança ver também estudo da Comissão Europeia (2008), *A Governança do Ensino Superior na Europa*. EURYDICE - A Rede de Informação sobre Educação na Europa. Disponível na Internet em <http://www.eurydice.org>

educativas de carácter global, na medida em que agentes diversos, tais como as ONG internacionais e os Ministros da Educação dos países em desenvolvimento as apreendem e as usam como guia de políticas educativas nos seus países (Verger & Bonal, 2011). Por outro lado, a referida estratégia pretende persuadir os países em desenvolvimento no sentido de levarem a cabo mudanças na governação dos seus sistemas educativos, por forma a melhorarem as oportunidades de aprendizagem dos estudantes.

Apesar de o Banco Mundial não ter um mandato oficial para se ocupar da educação, ao contrário da vocação da UNESCO enquanto instituição especializada do Sistema das Nações Unidas na área da educação, o antigo responsável do Banco Mundial (Paul Wolfowitz)<sup>15</sup> considerava que África constitui um assunto importante desta instituição, preocupação que se reflete nos 16 mil milhões de dólares que o Banco Mundial investiu em projetos em África<sup>16</sup>. Deste modo, o Banco transformou-se numa das organizações internacionais mais influentes no que diz respeito à educação para o desenvolvimento.

Nos últimos tempos, por meio de acordos de “cooperação internacional” o Banco Mundial instituiu uma lógica que favorece a propagação da ideologia neoliberal, advogando a “liberalização dos mercados, a desregulamentação, a privatização, o equilíbrio/autorregulação e o fim dos Estados Nacionais” (Leher, 1999, p. 121), e tem estado a promover a participação do sector privado na educação, refletida na sua estratégia atual que atribui maior ênfase à importância do sector privado e para o alcance dos objetivos da educação para todos, apoiando o papel das instituições educativas privadas com fins lucrativos, ao reconhecer que este sector pode ser benéfico para as populações desfavorecidas (Verger & Bonal, 2011).

Para o Banco Mundial, a tarefa principal do Ensino Superior em África consiste em desenvolver as habilidades específicas e necessárias a estes países. Esta ideia leva a concluir que há um discurso ambíguo e paradoxal, na medida em que nas suas ações manifestam preferência e intenção em direcionarem os recursos do Ensino Superior para o ensino primário e básico, o que fez com que os governos africanos protestassem. O Banco Mundial arrasta consigo pressões externas e condicionalidades, que no quadro do seu objetivo de ajustamento estrutural leva à falência do Ensino Superior em África, considerado “um luxo caro, ineficiente, muito desigual e marginal aos objetivos do

---

15 Paul Wolfowitz foi Presidente do Banco Mundial no período compreendido entre 2005 e 2007.

16 (Cf. BBC África, 2005).

desenvolvimento nacional dos países” (Samoff & Carrol, 2003, p. 1) e promovendo, deste modo, o aumento das propinas e fomentando políticas de privatização do sector da educação. Desta forma é consensual referir que, de um modo geral, o Banco Mundial foi responsável pela deterioração das universidades e pelo declínio do Ensino Superior em África, apesar de nos últimos tempos produzir um discurso mais flexível: “O Ensino Superior não é um luxo: ele é essencial ao desenvolvimento económico e social nacional” (AULP, 2000, p. 17).

No entender de Samoff e Carrol, as últimas duas décadas têm sido difíceis para as universidades africanas:

A deterioração das condições económicas, a pressão dos financiadores externos e público interno para reduzir os custos e direcionar os recursos para o ensino básico e a percepção de alguns líderes políticos de que as comunidades universitárias eram mais uma ameaça política do que um motor de desenvolvimento dos países africanos. (Samoff & Carrol, 2003, p. 1)

Tendo em conta que em quase todos os países a organização e a administração e gestão da educação refletem influências internacionais, é possível referir que a direção de influência é do núcleo europeu e norte-americano para a periferia do sul, denotando uma convergência da educação marcada por inovações criativas e semelhantes em diversas configurações das instituições educativas. Em África, os estudos sobre educação para orientar as decisões políticas, são pouco divulgados, tidos como “confidencial” ou “restrito” e geralmente disponíveis somente para as agências internacionais e alguns funcionários do governo. Este autor acrescenta, por outro lado, que o volume de estudos e teses tem um papel central na relação de ajuda e influencia os objetivos e prioridades da educação dos países africanos, sendo uma manifestação visível da evolução do papel internacional na educação, subjacente na institucionalização da influência internacional (Samoff & Carrol, 2003).

Ao abordar os novos posicionamentos do Banco Mundial<sup>17</sup>, no seu artigo intitulado o Banco Mundial e a Ensino Superior: Revisitando Teses e Posições?<sup>18</sup>, Valdemar Sguissardi (2000) destacou o facto de em muitos países, as orientações-chave do documento<sup>19</sup> já se terem tornado uma realidade devido à “maior privatização e

---

17 Banco Mundial (1994). *La Enseñanza Superior – Las lecciones derivadas de la experiencia*.

18 Artigo publicado, em 2000, na Revista Universidade e Sociedade, Brasília, v. 10, n.º 22, pp.66-77.

19 Segundo Sguissardi (2000) a tão criticada olímpica arrogância de outros documentos cede lugar a refinada

diferenciação, diversificação de fontes de recursos, redefinição das funções e menor envolvimento do Estado no Ensino Superior e o seguimento de medidas relacionadas com a qualidade e a equidade” (Sguissardi, 2000, p. 12). Neste contexto, o autor destaca “o quadro das implicações dessas evoluções no Ensino Superior dos países em desenvolvimento e a consideração de que o conhecimento é um bem público internacional cujos benefícios devem ultrapassar as fronteiras dos países onde tenha sido produzido” (idem, p. 12).

Segundo o Banco Mundial, a razão da crise do Ensino Superior nos países em desenvolvimento deve-se à má utilização dos recursos públicos, argumentando que a reforma é o melhor caminho a ser seguido no sentido de: “(i) fomentar a maior diferenciação das instituições de ensino; (ii) fomentar o desenvolvimento de instituições privadas; (iii) proporcionar incentivos para que as instituições diversifiquem as fontes de financiamento; (iv) redefinir a função do Estado no Ensino Superior” (Banco Mundial, 1995, p. 4). Entretanto, quando Robert S. McNamara<sup>20</sup> se torna presidente do Banco Mundial a educação passou a assumir outra posição na escala de prioridades através do investimento de capital. Segundo Carlos Alberto Torres (2005) “o investimento educacional não é a área mais importante de investimento do Banco, especialmente em comparação, por exemplo, com o investimento em infra-estruturas” (Torres, 2005, p. 15). Na verdade, este organismo internacional só nos anos 1990 é que se direciona de forma mais acentuada para os países em desenvolvimento, contribuindo com esforços de concepção e ação de modo a garantir os ajustes impostos pela ideologia neoliberal.

O Banco Mundial, como um dos representantes do interesse do capital internacional<sup>21</sup>, tem vindo a intervir na organização da política económica dos países em desenvolvimento, a impor modelos e a influenciar profundamente diagnósticos e orientações sobre o Ensino Superior, atuando e modificando a configuração da educação

---

forma de analisar, questionar e sugerir a eventual adoção, pelas autoridades de cada país, as medidas de ação sugeridas. Além disso, incide a sua análise na nova configuração da economia dos países centrais e da revolução científico-tecnológica ou sociedade do conhecimento, em que pese a ausência de uma interpretação crítica das razões das desigualdades e da pobreza dos países que abrigam 80% da população mundial, são bem articuladas e sob muitos aspetos bastante pertinentes (p.12).

20 Robert S. McNamara foi presidente do Banco Mundial, de 1968 a 1981.

21 De acordo com Silva (2003), os interesses do capital internacional permeiam as propostas educacionais propagadas pelo Banco Mundial por meio de acordos intitulados de “cooperação internacional”, mais precisamente empréstimos por meio dos quais o Banco impõe modelos de políticas e projetos educacionais, normas e regras que condicionam o processo de implementação das parcerias, instituindo uma lógica que favorece a abertura de mercado e a propagação da ideologia neoliberal.

dos países periféricos (Leher, 1999; Sguissardi, 2000). O objetivo é “expandir os interesses dos países hegemônicos por meio de políticas que visam a abertura comercial e financeira, a desregulamentação das relações de trabalho e a diminuição do tamanho e do papel do Estado na sociedade” (Silva, 2003, p. 53).

Em *La Educación Superior Según el Informe Del Grupo de Trabajo del Banco Mundial y la UNESCO*, Carlos Tunnermann Bernheim (2001)<sup>22</sup> argumenta que pela primeira vez o Banco Mundial, através de um grupo de especialistas, produz um documento em conjunto com a UNESCO dedicado ao Ensino Superior. Os autores do referido relatório referem que é necessário “uma apreciação mas equilibrada da educação em todos os níveis. Concentrar-se no nível do ensino primário é importante. Mas uma política que só enfatiza o ensino primário deixaria perigosamente as sociedades mal preparadas para sobreviver no mundo de amanhã” (Berheim, 2001, p. 2). Regista-se aqui um discurso do Banco Mundial em que não se afirma de forma clara a natureza prioritária do Ensino Superior para o desenvolvimento económico. Centrando a sua atenção no investimento no ensino básico parece contribuir de modo mais eficaz para a redução da pobreza, atendendo a uma lógica segundo a qual as maiores taxas de rentabilidade social são encontradas quando se investe neste nível de ensino.

Esta ideia antiga, a que se denominou “conceção tradicional do Banco sobre o Ensino Superior para os países em desenvolvimento” (Sguissardi, 2000, p. 5), foi objeto de reformulações, após o trabalho com a UNESCO, de que resultou a elaboração do referido documento conjunto, que viria a demonstrar outra posição em relação ao Ensino Superior, considerado central no contexto de uma sociedade globalizada, competitiva e baseada no conhecimento. Esta mudança de ideias do Banco Mundial, no entender de Tunnermann Bernheim (2001), poderá fazer com que muitos países reconsiderem as suas políticas educativas e reconheçam o papel estratégico que desempenha um Ensino Superior de qualidade, principalmente se tivermos em conta que é necessário participar na sociedade do conhecimento e fortalecer a competitividade das economias. O que passa necessariamente por uma disponibilidade de recursos humanos de alto nível, capazes de promover o desenvolvimento científico e gerar as tecnologias que darão valor acrescentado aos produtos naturais (Berheim, 2001).

---

<sup>22</sup> Para este autor, ao longo de três décadas passadas, a atenção se concentrou na escola primária ou básica, que conduziu ao descuido da educação secundária e superior.

Podemos concluir que as Organizações Internacionais desempenham um papel fundamental no âmbito das relações internacionais, devido à interdependência crescente dos Estados e dos povos nos mais diversos domínios da atividade humana (Campos et al., 1999). Atualmente, a UNESCO, o Banco Mundial e o FMI, cada um exercendo papéis diferentes mas intrinsecamente relacionados, convergem na mesma direção, que consiste em dar sustentação às políticas para o ajustamento económico e social dos países em desenvolvimento (Scaff, 2001).

A educação entendida como um bem público ocupa um lugar central na sociedade e na vida das pessoas, incluindo o nível do Ensino Superior, concebido como um serviço de interesse geral, respondendo ao direito universal de acesso à educação e à liberdade de aprender e ensinar. No contexto das estratégias neoliberais, que destacam o papel estratégico da educação, assistimos aos efeitos das reformas impostas pelos novos ventos do mundo global que, nas palavras de Silva<sup>23</sup> (1994), promovem uma regressão da esfera pública, porque abordam a escola no âmbito do mercado. Perante tal situação, os sistemas educativos dos países africanos, à semelhança dos outros países, introduziram alterações na organização das políticas das instituições de ensino. Segundo Anselmo Octávio,

A possibilidade de um país se tornar desenvolvido passa a estar atrelada à necessidade de integração à economia mundial e de adequação ao neoliberalismo, que trouxe a possibilidade de uma nova interpretação da África, ou seja, a adoção dos princípios neoliberais acentuou o processo de financeirização da economia africana facilitando o processo de privatização de empresas estatais. (Octávio, 2012, p. 77)

Justifica-se aí a relevância de compreender a integração do pensamento neoliberal na educação dos países africanos, que atualmente desenvolvem novas conceções de implementação das políticas dos seus sistemas educativos, particularmente do Ensino Superior.

O neoliberalismo<sup>24</sup> surgiu após a 2ª Guerra Mundial nos países capitalistas centrais

---

23 Cf. SILVA, Tomaz T. (1994). A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: Pablo Gentil & Tomaz Tadeu da Silva (orgs). *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes.

24 De acordo com Reginaldo Morais (2001, p. 10), o termo neoliberalismo tem vários significados: (i) uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social; (ii) um movimento intelectual organizado, que realiza reuniões, conferências e congressos, edita publicações, cria *think-tanks*, isto é, uma forma de geração de ideias e programas, de difusão e promoção de eventos; (iii) um conjunto de políticas adotadas pelos governos neoconservadores, a partir dos anos 70, e propagadas pelo mundo das organizações multilaterais criadas pelo acordo de Bretton Woods (1945), isto é, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). David Harvey, no seu livro *A breve história do neoliberalismo* apresenta a

da Europa e da América do Norte, como resultado da degradação do sistema de regulação do Estado-Providência<sup>25</sup> keynesiano, defendendo a redução do papel do Estado e a criação de mercados ou quase-mercados nos sectores públicos, nomeadamente na educação, na saúde e nos transportes, procedendo a grandes mudanças nas esferas económica e ideológica e seguindo numa tendência que visa harmonizar a liberdade de ação das forças de mercado no contexto de regulação livre de interferências exteriores à economia, com um grau selecionado de intervenção do Estado (Hayeck, 1977; Gentilli, 2012).

É neste espírito que se filia Carlos Martins ao argumentar que “as vicissitudes do direito de acesso ao Ensino Superior implicam a necessidade do não exclusivismo do Estado no desenvolvimento de atividades que conduzam à efetivação de direitos sociais, sendo o ensino universitário essencial para a democracia participativa” (Martins, 2006, p. 126). No mesmo sentido, Witte (2001) salienta a questão da relação entre a escolha educacional e o desempenho do aluno, chamando a atenção para um dos modelos que lhe está subjacente, o de Milton Friedman (1955)<sup>26</sup>, segundo o qual a educação seria mais eficiente se houvesse liberdade para escolher as escolas, num sistema de mercado em que estas competiriam não só em termos de desempenho, mas também dos produtos e preços

---

seguinte definição de neoliberalismo: “[...] uma teoria de práticas económicas e políticas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor alcançado através da libertação das habilidade empresariais e individuais dentro de um quadro institucional caracterizado por fontes e direitos de propriedade privada, do livre mercado e comércio” (Harvey, 2004, p. 2). Acrescenta, por outro lado, que o Estado deve ter o papel de criar e preservar um quadro institucional adequado para tais práticas, devendo para tal garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também configurar os militares, a defesa, a polícia e as estruturas legais e funções necessárias para garantir os direitos de propriedade privada e garantir o bom funcionamento dos mercados. Para este autor, se os mercados não existem, em área como a terra, a água, a educação, nos cuidados de saúde, segurança social e ambiental, então estes devem ser criados pela acção do Estado. Sublinha ainda que as intervenções do Estado no mercado devem ser mantidos a um mínimo, porque [...] o Estado não pode ter informações suficientes para prever os sinais do mercado, que está sujeito a poderosos grupos de interesse que distorcem as intervenções estatais em seu próprio benefício (idem, p. 2). Segundo António Teodoro, a definição de neoliberalismo avançada por Octávio Ianni é semelhante à de David Harvey, na medida em que este sublinha que, simultaneamente, conduz a uma “globalização das forças produtivas e das relações de produção”, ainda que de maneira desigual e combinada. Acrescenta ainda que o que está em causa no neoliberalismo é a “busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade” (Ianni, 2004, citado por Teodoro, 2010, p. 37), tendo em conta já não apenas os mercados nacionais, mas os mercados regionais e mundiais (Teodoro, 2010).

25 Cf. Mozzicafredo (1994, p. 15), no seu entender o Estado-providência é caracterizado como sendo um fenómeno geral da modernidade, como um produto, por um lado, da crescente diferenciação, desenvolvimento e extensão das sociedades e, por outro, como um processo de mobilização social e política. O desenvolvimento constitucional dos Estados de Direito, nas suas dimensões de universalização do sufrágio e do controlo sobre o tipo de estratificação e classes sociais, bem como a estrutura da matriz institucional que rege e regula as relações sociais é, nesta perspetiva teórica, a terceira variável estruturadora do modelo de Estado-Providência. Ainda sobre o conceito ver também Ramesh Mishra (1995). *O Estado-Providência na sociedade capitalista. Um estudo comparativo de políticas públicas na Europa, América do Norte e Austrália*. Oeiras: Celta Editora.

26 Cf. Friedman, M. (1955). “The role of government in public education.” In *Economics and the Public Interest*, ed. RA Solo. University of Rutgers Press. New Brunswick.

praticados.

A ideologia neoliberal tem como “matriz uma governação em que Estado é diminuído das responsabilidades do setor social e da regulação económica, passando a vigorar a lei do mercado<sup>27</sup>, através da qual estes “são vistos como a salvaguarda que garante com eficácia e eficiência<sup>28</sup> e com custos menores do que o sector público na provisão de serviços oferecidos com base no mérito e no esforço individual das pessoas envolvidas na atividade educacional, revelando-se a superioridade do mercado frente à ação estatal” (Torres, 2005, p. 18; Gentilli, 2012, p. 4).

A retórica neoliberal, postula “menos expressão do Estado, mais mercado e vê o indivíduo como um mero consumidor” (Carvalho, 2008, p. 4; Moraes, 2001, p. 9), a educação, transposta da esfera pública para o mercado, passa a incorporar no seu discurso palavras como: “(i) adequação do ensino à competitividade do mercado internacional, por forma a preparar os indivíduos para se adaptarem ao mercado de trabalho; (ii) modernização das escolas, no sentido de fazer destas um meio de transmissão da ideologia dominante e dos princípios doutrinários do neoliberalismo, e (iii) abertura da universidade aos financiamentos empresariais, incentivando o seu funcionamento de forma semelhante ao mercado” (Giron, 2008, p. 20; Santos, 2005, p. 13).

É no contexto deste pensamento que emergem as organizações da sociedade civil chamadas de “terceiro sector” e de “globalização contra-hegemónica”<sup>29</sup> com a finalidade de

---

27 De acordo com Reginaldo Moraes, “mercado é um processo competitivo de descoberta, onde os indivíduos movem-se orientados pelos seus próprios interesses. Os elementos motores são a função empreendedora do indivíduo e a concorrência, no interior de uma complexa divisão social do trabalho” (Moraes, 2001, p. 43).

28 Os neoliberais que têm como visão “livre mercado e livre economia” (Robertson, 2012, p. 287) sustentam que o intervencionismo estatal é ineficaz e ineficiente: (1) porque tende ao monopólio económico estatal e à tutela dos interesses de grupos produtores organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado; (2) por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive piorá-la, a derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade (Laurell, 2001).

29 Para Boaventura de Sousa Santos (2005), existem duas formas de globalização. A globalização hegemónica e a contra contra-hegemónica. Esta última centra-se na luta contra a exclusão social e é animada por um *ethos* redistributivo que redistribui recursos materiais, sociais, políticos, culturais e simbólicos. Afonso, A.J. (2001, p. 23-24), argumenta que “quando se fala de globalização, também se pode ter em mente, quer a expressão de movimentos sociais de resistência, quer as experiências e iniciativas concretas de mudança social [...] que se constituem como propostas alternativas sobre a organização do mundo, sobre os direitos dos seres humanos e sobre a preservação da vida na terra (globalização contra-hegemónica). Afonso (2001). Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional”. In *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, N.º75. Ao passo que Santos & Lucena (2007), sublinham que a globalização hegemónica é um processo que se posiciona a favor do capital e consequentemente atinge somente as partes do mundo que beneficiam a lucratividade do capitalismo (p.232). Ver também Gentilli, Pablo (2012). Neoliberalismo e educação: manual do usuário, <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalização/manualusuario.html>. Acedido em 23 de Janeiro de 2014. A reconfiguração do Estado Brasileiro mediante as estratégias neoliberais e seus desdobramentos na educação

auxiliar e satisfazer as necessidades humanas, outrora suportadas pelo Estado-Providência a que o mercado não consegue dar resposta e o Estado já não está em condições de proporcionar (Santos, 2005). Assim, o neoliberalismo, que representa a matriz política da globalização hegemónica (idem), assenta nas leis do mercado, fazendo florescer o capitalismo tendo em conta dois aspetos: “(i) o capital conhece oportunidades de investimento proporcionando taxas de lucro elevadas, e (ii) a degradação da vida das pessoas através da pobreza e do aumento das desigualdades de forma crescente e acentuada” (Teodoro, 2010, p. 35).

Com efeito, o neoliberalismo, que exige a estruturação do Estado, pondo em causa toda a dinâmica de organização do Estado-nação, tem subjacente a ideia de promoção dos direitos do consumidor e não das liberdades públicas e democráticas, opõe-se à participação do Estado na implementação dos direitos sociais das populações e distancia-se do liberalismo clássico que defende os direitos do homem e do cidadão, entre os quais o direito à educação. Esta ideologia, que parte do pressuposto de que a economia internacional é autorregulável, suficientemente forte e capaz de vencer as crises e distribuir benefícios pela aldeia global, sem precisar da pronta intervenção do Estado, fez com que a integração da liberalização do comércio, dos produtos internacionais, das novas tecnologias de informação e comunicação e da privatização das instituições estatais (relativas à educação, à saúde e à providência) modificasse a configuração das formas de organização, causando impacto no desempenho dos mercados dos países africanos e latino-americanos. No entender de Ianni (1998) trata-se da globalização da globalização<sup>30</sup> na medida em que as regiões que antes eram colocadas à margem desse processo, atualmente são chamadas a fazer parte da nova modernização, em que predomina a visão neoliberal do mundo. Nesta medida, a globalização está a afetar o Ensino Superior nos países em desenvolvimento ao construir um sistema moderno onde as universidades incorporaram tensões entre realidades nacionais e as tendências internacionais, que se traduzem naquilo que Rhoades e Slaughete (2004) defenderam de “capitalismo académico”<sup>31</sup> definido como “o envolvimento de institutos e faculdades nos comportamento de mercado” (Altbach, 2009, p. 83; Ianni, 1998, p. 27; Rhoades & Slaughete, 2009, p. 7; Torres, 2005, p. 17).

---

profissional. In *Revista HISTEDBR On-line, Campinas*, n. 27, pp.230-242, Set. 2007 – ISSN: 1676-2584.

30 Cf. Ianni, Octávio (2001). *Teorias da globalização*, 9.ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira

31 Segundo Rhoades e Slaughete (2009, p. 7), o «capitalismo académico» definido como «o envolvimento de institutos e faculdades no comportamento de mercado», tornou-se a chave-mestra do ensino superior nos Estados Unidos.

As políticas neoliberais afetaram diretamente vários países, incluindo os de África, e foram adaptadas como referenciais para os programas de desenvolvimento conduzidos por organizações internacionais tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), no que foi designado por “Consenso de Washington” (Barroso, 2006, p. 36), cujas principais receitas passavam pela privatização, desregulação e redução da intervenção do Estado. Estas receitas começaram a ser postas em causa com as experiências dos países do Bloco de Leste e das economias emergentes da América Latina. Nos últimos anos verifica-se um elevado crescimento económico mundial em todas as dimensões e níveis, dos países e da África, em particular, apesar de se registar ainda um fosso entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento, facto que é reforçado pelos dados segundo os quais 1/5 da população mundial que vive nos países com maior rendimento concentram 86% do PIB mundial, 82% dos mercados mundiais de exportação, 68% do investimento estrangeiro direto e 74% das infra-estruturas de telecomunicações mundiais, enquanto que 4/5 da população mundial vive em países mais pobres e só detém 1% de cada um dos sectores acima mencionados como é o caso de África e mesmo neste caso 80% do respetivo valor esta concentrado na África do Sul (Octávio, 2012).

A retórica neoliberal que se assumiu como modelo de ajustamento estrutural nos anos de 1980 devido a problemas económicos que se registaram em alguns países de África teve implicações negativas no ensino universitário ao nível dos cortes do orçamento dos Estados, de redução dos custos unitários e da diminuição da participação do Estado no sector social. É neste contexto que a educação sofre os efeitos da doutrina neoliberal, manifestando-se no pagamento dos serviços públicos, na privatização das atividades educacionais e, sobretudo, na “marginalização do Ensino Superior”<sup>32</sup> (Ochwa-Echel, 2013, p.7), beneficiando outros níveis de ensino, especialmente o ensino primário, com o argumento de que o acesso ao ensino básico de alta qualidade pode beneficiar os países menos desenvolvidos, onde cerca de 136 milhões de crianças e jovens ainda estão fora do sistema de ensino, permitindo que a maioria dos pobres tenham uma vida melhor e produtiva.

---

32 Segundo Ochwa-Echel (2013), a “marginalização” do ensino superior, pelo Banco Mundial, começou quando a maioria dos países da África Subsariana alcançou a independência, com a expansão da sua política de empréstimo ao sector da educação, especialmente para o ensino primário, secundário e profissional. Essa política foi justificada por McNamara, em 1981, que a denominou “de uma abordagem de necessidades básicas”.

Estas medidas fizeram com que houvesse um número reduzido de matrículas e um aumento das taxas de abandono de estudantes de famílias desfavorecidas, tendo provocado inclusive desigualdades entre as regiões, apesar de o investimento no ensino primário ser uma forma de proporcionar uma vida melhor aos pobres (Ochwa-Echel, 2013). Assim, perante o facto de o Ensino Superior ter passado por situações difíceis, o que se pretende atualmente é a sua revitalização em África e garantir a sua expansão, entendidas como a chave para as estratégias de mobilidade social ascendente, promoção pessoal/individual e benefício privado, que, no entender de Derrida (2003, p. 78), traduz a “desconstrução da universidade na<sup>33</sup> própria universidade em nome de uma “ideia” de universidade e por uma universidade *por vir*”. Para isso, insiste-se na responsabilidade irredutível do Estado para manter o sistema de Ensino Superior e a necessidade de convergência adequada sobre os seus objetivos em África (Samoff & Carrol, 2003). Apesar das tendências globais na promoção das políticas neoliberais é necessário ter em conta as especificidades de cada país quanto à sua inserção na economia mundial globalizada, por forma a responder às exigências das sociedades globalizadas que atribuem uma maior centralidade ao conhecimento e à informação.

### **1.3. Perspectivas do Ensino Superior Privado**

#### **1.3.1. Massificação e expansão do Ensino Superior em África**

No alvorecer do século XXI, o sistema educativo passou por um surto de crescimento em todo o mundo, revelando-se um fenómeno global visível através do aumento considerável do número de alunos em todos os níveis e instituições. Os anos de 2000 e 2008 registaram cerca de 86,7 milhões e 128,6 milhões de estudantes respetivamente, cujas taxas de escolarização bruta de matrículas apresentam-se na ordem de mais de 100%. Igualmente, no mesmo período as matrículas no ensino secundário aumentaram globalmente de 22 milhões para 36 milhões e as inscrições no Ensino Superior

---

33 Para Derrida (2003, p. 78), muito haveria a dizer da difícil topologia deste «*na*»: que significa a partir da Universidade, a partir do seu íntimo mais abissal – um íntimo, no entanto, ao mesmo tempo dentro/fora dela. [...] A desconstrução tem o tom amargo-doce deste dever – meditar e discutir [...].

de 1,8 milhões para 4,5 milhões (UNESCO, 2011). Nos países da África Subsariana, embora de forma tardia, a expansão quantitativa revela-se impressionante, de modo que os sistemas educativos deverão estar preparados para fazer face aos obstáculos que possam surgir por força deste fenómeno que se vive atualmente. Muitos países desta região de África ainda estão longe de alcançar o ensino primário universal, meta preconizada pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio até 2015. Assim, perante a situação de aumento da pressão social para a expansão do ensino secundário e superior, os governos deparam-se com a obrigação de enfrentar o desafio de expandir oportunidades educacionais, melhorar a qualidade e aumentar a equidade com recursos financeiros inadequados e limitados (UNESCO, 2011).

Nos últimos tempos, assiste-se a um renovado compromisso com o Ensino Superior por parte da maioria dos governos africanos que decorre da sua expansão, para que este possa dar resposta à procura crescente, embora a base de inscrição e de participação continue a ser baixa, com cerca de apenas 5% de estudantes matriculados neste nível de ensino, revelando uma baixa participação no Ensino Superior (Jegade, 2012; UNESCO, 2009; Osokoya, 2007). Esta expansão é explicada sobretudo por fatores como a forte procura local das famílias, restrições demográficas, necessidades económicas cada vez mais sofisticadas, redução das disparidades regionais, desenvolvimento de postos de trabalho nacionais e africanização do capital educativo (Altbach, 2007; Makosso et al., 2009). Importa referir que uma das maiores conquistas dos Estados africanos logo após a independência política consistiu na atribuição de uma maior importância na aposta do desenvolvimento do Ensino Superior, entendido como “o coração estratégico da educação” (Mamdani, 2008, p. 1), pois tem como missão a formação dos recursos humanos necessários para a gestão e garantia do bom funcionamento das instituições públicas e privadas: “é no Ensino Superior que os professores são treinados, onde os currículos são desenvolvidos, onde a liderança de um país independente é cultivada, onde está localizada a pesquisa e onde se desenvolvem uma gama de opções que tornam a democracia significativa em diferentes esferas da vida” (idem, p. 1).

Os países da África Subsariana apostam na expansão e diversificação do Ensino Superior pelo facto de reconhecerem que os recursos financeiros são utilizados para aumentar as taxas de inscrições e a matrícula dos estudantes devido a uma procura em constante ascensão (Mugimu, 2009; Varghese, 2004). Este facto pode verificar-se na análise dos dados que permite avaliar o nível dos investimentos tendo em vista a melhoria

dos seus serviços (UNESCO, 2011). No Burundi e em Moçambique, os níveis de despesa aumentaram numa média de 12% em cada ano, tendo-se registado apenas na República Centro Africana a redução das despesas com a educação. De acordo com o referido relatório da UNESCO (2011), assistimos a um progresso notável no desenvolvimento da educação na África Subsariana no período compreendido entre 2000 e 2008, visível através do aumento do número de crianças que frequentam a escola primária, correspondendo a 48%, e do crescimento das inscrições no pré-escolar, no ensino secundário e no ensino superior, em mais de 60%. Neste sentido, os governos irão, muito provavelmente, continuar a expandir ainda mais a educação, através de um equilíbrio na aplicação de recursos, requisitos e disponibilidade face às demandas sociais, às exigências e às necessidades económicas de uma força de trabalho que se quer cada vez mais altamente qualificada, num mundo cada vez mais global.

Portanto, olhando para as estatísticas dos sistemas educativos dos países da África Subsariana, verifica-se que elas têm vindo a expandir-se consideravelmente ao longo das últimas décadas se tivermos em conta que o número de matrículas no ensino primário aumentou 5,5 vezes, ou seja, de 23 milhões, em 1970, para 129 milhões, em 2008. No nível secundário, a matrícula cresceu 8,5 vezes, ou seja, de 4 milhões para 36 milhões, nesse mesmo período. No Ensino Superior, a matrícula cresceu igualmente, tendo aumentado 22,3 vezes, isto é, de 0,2 milhões para 4,5 milhões, durante o mesmo período, embora o crescimento tenha sido razoável quando comparado aos dois níveis apresentado anteriormente. No período compreendido entre 1985 e 1990 o número de matrículas aumentou de 55 milhões para 59 milhões, ao passo que no ensino primário e no ensino secundário a taxa bruta de matrícula diminuiu de 79,3% para 72,8%, e de 23,3% para 22,5% respetivamente. Neste sentido, a taxa de recrutamento foi mais lenta que a taxa de crescimento da população estudantil durante o período marcado pela estagnação económica. De 1980 a 2000, a taxa bruta de matrícula no ensino primário aumentou menos de 5%, mas posteriormente cresceu 20%, entre os anos de 2000 e 2008 (UNESCO, 2011). Na verdade, estes dados mostram que os subsistemas de ensino do continente africano têm aumentado de forma significativa, especialmente no Ensino Superior, embora em proporção ainda pequena, se compararmos com outros países do mundo, como os da América Latina, da Ásia e da Europa, que apresentam uma extraordinária evolução neste nível de ensino, com especial incidência no Ensino Superior privado.

Durante a década de 80 do século XX, a Europa testemunhou a massificação do

Ensino Superior, o que significou a abertura da universidade a um vasto número de estudantes. No entender de Cabral (2001, p. 1212), trata-se de um processo que era inevitável tendo em conta que “(i) com o desenvolvimento económico, a procura de saberes técnicos e científicos aumentou exponencialmente; (ii) o desenvolvimento da democracia levou uma parte crescente da sociedade a procurar a distinção social associada a um título universitário”. De acordo com Balsa (2007, p. 255), que prefere falar de democratização e não de massificação, regista-se baixos níveis de escolarização, em Portugal. Mas a questão da democratização tem a ver com o alargamento da base social da procura e da diversificação da oferta e das estratégias de escolarização. De acordo com o contexto e a especificidade da região, em África, estamos em presença de sistemas de massificação, pelo facto de se ter alargado a base de inscrição e de abertura a um público que anteriormente não tinha acesso, num espaço de tempo muito curto. Este fenómeno ocorreu tardiamente, isto é, nos anos 1990, com a promoção do acesso generalizado de todos ao sistema educativo. Nesta medida, o Estado investiu na ampliação e na modificação da estrutura de poder e nas formas de organização e gestão do setor público, posicionando o Ensino Superior como alavanca do desenvolvimento humano e da produção de conhecimentos necessários à sociedade e à economia (Delors et al., 2001). Nesse sentido, foram tidas em conta ações no quadro das políticas dos governos que induziram a promoção da expansão das instituições de Ensino Superior privado por meio da diversificação e da diferenciação destas instituições.

Segundo Mohamedbhai (2008), a massificação do Ensino Superior é um fenómeno global que resulta da democratização da educação e do advento da economia do conhecimento e da globalização. No continente africano, a massificação do Ensino Superior emerge como resultado da melhoria nos níveis de ensino primário e secundário. Apesar de não existir consenso relativamente ao conceito de massificação, vários autores procuram contribuir para a sua maior clarificação. Para Mohamedbhai (2008), a massificação consiste na adaptação de um fenómeno pela supressão das suas características. Scott (1995) recorreu a este termo no contexto de sistemas de Ensino Superior para descrever o rápido aumento no número de matrículas de estudantes. Por sua vez Trow (2000) elaborou uma tipologia em que distingue “ensino de elite”, de ensino de massas e universal. O ensino de elite representa uma proporção nacional de matrículas de até 15%, o de massas de até 50% e o universal superior a 50%. Transpondo a tipologia de Trow para o contexto africano, podemos dizer que África está longe de alcançar o último tipo, pois apresenta ainda uma

taxa de matrículas muito reduzida em relação ao resto do mundo.

Contudo, Mohamedbhai (2008) refere que o uso de taxas de matrícula nacionais ou taxas de participação será mais apropriado para definir a massificação do Ensino Superior nos países industrializados, mas o mesmo não acontece nos países em desenvolvimento, entre os quais os países africanos, na medida em que apresentam uma taxa de escolarização muito baixa, apesar de assistirem ao aumento acelerado no número real de alunos matriculados. O que não afasta a possibilidade da massificação. Neste sentido, este conceito engloba situações em que um determinado país cria condições para acomodar um número significativo de estudantes através dos procedimentos que conduzam ao aumento de matrículas. Uma das características das instituições de Ensino Superior em África é o fato de registarem uma massificação institucional sem ter em conta um adequado planeamento que acompanhe o aumento proporcional de recursos humanos, financeiros e físicos para lidar com esta nova realidade.

Se as universidades constituem instrumentos para a promoção da ciência, da tecnologia e da cultura os países que investem nas suas capacidades científicas e tecnológicas colhem maiores resultados em matéria de crescimento industrial. Logo, a expansão do Ensino Superior promove o desenvolvimento tecnológico de um país e melhora as suas capacidades de maximização da produção económica. Porém, a África Subsariana opera a um nível de produção de cerca de 23% abaixo das suas potencialidades. Tal quadro poderá alterar-se caso haja um maior investimento no Ensino Superior, o que poderá contribuir para o aumento da taxa de inovação tecnológica. Semelhante perspetiva traduz mais uma vez a importância do Ensino Superior nos países africanos.

A partir dos anos 1990, a maioria dos países africanos empreenderam esforços para ampliar o acesso ao Ensino Superior e reformar este subsistema. Mas afigurava-se necessário ter em conta as especificidades das regiões, pois “o estado geral do Ensino Superior no norte de África é diferente do resto da África Subsariana e mesmo neste alguns países como o Botswana, a Namíbia e a África do Sul apresentam uma certa diversidade na função, qualidade, orientação e apoio financeiro” (Altbach, 2007, p. 204). Tal constatação é referida pelo relatório da UNESCO (2009), *Trends in Global Higher Education: Tracking an Academic Revolution*, da Conferência Mundial sobre o Ensino Superior, dedicado à análise das mudanças que têm vindo a ocorrer desde a Conferência Mundial de 1998 da UNESCO. Este relatório examina os principais fatores da mudança, destacando a forma

como o Ensino Superior tem respondido ao desafio da massificação, referindo que configura uma lógica inevitável, enfatizando uma maior mobilidade social.

### **1.3.2. Do monopólio do Estado ao surgimento das instituições de Ensino Superior privado**

Durante a fase de construção da Nação, muitos países africanos dependiam de investimento estrangeiro para o desenvolvimento nacional em várias áreas cruciais. Reconhecendo as qualidades de uma força de trabalho com formação para planificar a economia e gerir os sistemas educativos, a maior parte dos países passou a atribuir importância ao desenvolvimento do Ensino Superior. Neste sentido, os governos adotaram e desenvolveram estratégias duais que consistiam na criação e estabelecimento de universidades nacionais para a formação académica e científica e no envio de cidadãos para estudarem no estrangeiro, com o objetivo de dar resposta às necessidades imediatas da sociedade (Varghese, 2004).

Desde a década 90 do século passado, África continua a sofrer um grande aumento na demanda de acesso ao Ensino Superior como consequência do sucesso do Programa de Educação para Todos, o que resultou numa expansão considerável do aumento do número de matrículas e das instituições de Ensino Superior. O número total de estudantes no Ensino Superior triplicou, passando de 2,7 milhões, em 1991 para 9,3 milhões, em 2006. A julgar por esta tendência de crescimento, o continente Africano terá entre 18 e 20 milhões de estudantes em 2015 (Banco Mundial, 2012)<sup>34</sup>. A pressão desta crescente procura, que tem sido um processo complexo e dinâmico, é fruto da interação do ambiente económico, social e demográfico e das políticas públicas orientada para o sector, que perante os recursos inadequados tem colocado problemas aos formuladores de políticas e à liderança das instituições de Ensino Superior (Almeida, 2007; Mohamedbhai, 2008; Cardoso, 2011). A par de toda esta situação, o nível de instrução em África, como um indicador fundamental para o futuro, continuará a progredir apesar dos enormes obstáculos que ainda persistem em

---

<sup>34</sup> Segundo o Banco Mundial (2012), África tem mantido o seu investimento público no ensino superior ao longo dos últimos 15 anos. Cerca de 0,78% da atribuição do seu produto interno bruto (PIB) e cerca de 20% da sua atual despesa pública é para este sector de educação.

grande parte deste continente (Torres, 2011).

As universidades públicas até muito recentemente detinham praticamente o monopólio da oferta de serviços ao nível do Ensino Superior nos países Africanos. Apesar de ainda continuarem a ser dominantes em África, há evidências de que o Estado, que responde maioritariamente por esta responsabilidade pública, está a perder o seu monopólio com a promoção do estabelecimento de instituições de Ensino Superior privado com fins lucrativos (Varghese, 2004; World Bank, 2002).

A pressão que o Banco Mundial e as suas agências exerceram na redução do financiamento para o sector público favoreceu a tendência para a privatização do Ensino Superior e o crescimento do Ensino Superior privado em quase todo o mundo. Portanto, a privatização pode significar a erosão das responsabilidades estatais em benefício do sector privado, dando lugar à desregulação, construção de redes nacionais de ensino híbridas ou baseadas em parcerias público-privadas, escolas públicas com estatuto de fundação e regidas pelo direito privado. Neste caso, o Estado transfere para o sector privado parte das suas tarefas de execução das políticas sociais, subordinando-se às determinações do mercado (Altbach, 2007; Silva, 2010; Lima, 2013). Este cenário da crescente privatização faz com que nos deparemos com o afastamento do Estado na oferta do Ensino Superior por meio da redução dos gastos públicos, que, segundo Chaves (2006), revela que tal processo pode ser percebido por meio de dois grandes movimentos:

“[...] expansão das instituições privadas via liberalização dos serviços educacionais, isenções tributárias, isenção da contribuição providenciada pelas organizações filantrópicas [...]; e privatização das instituições públicas por meio de diferentes mecanismos, dentre os quais destaca-se a criação de fundações de direito privado, cobrança de taxas e mensalidades em cursos de pós-graduação [...]” (Chaves, 2006, pp. 78-79)

O surgimento do Ensino Superior privado está associado a diferentes fatores: “(i) mudanças de necessidades económicas e sociais; (ii) falta de financiamento público; (iii) lentidão dos governos em pensar sobre as novas necessidades; (iv) decisões governamentais de fomentar as atividades do sector privado” (Wolff, 2002, p. 5). A existência das reformas favoráveis ao mercado iniciadas por programas de ajustamento estrutural, a desregulação das políticas e a crise financeira do Estado criaram igualmente um ambiente favorável à emergência do Ensino Superior privado em África (Varghese, 2004). Nos países em desenvolvimento, as políticas favoráveis à lógica de mercado e ao encorajamento do sector privado contribuíram para o crescimento das Universidades Privadas. No caso particular de

Angola, as instituições de Ensino Superior privado surgem a partir do momento que se começou a introduzir no enquadramento legislativo nacional dispositivos com vista ao estabelecimento, criação e acompanhamento destas instituições pelo Estado, através do Ministério do Ensino Superior. É sobre este assunto que me debruçarei no capítulo seguinte.

De acordo com a definição avançada por Neil McIntosh (2012), o setor privado corresponde o setor não-estatal que inclui vários tipos de fornecedores: (i) grupos comunitários; (ii) organizações não governamentais (ONG); organizações religiosas; (iii) sindicatos; (iv) empresas privadas; (v) provedores informais de pequena escala, e (vi) praticantes individuais, que oferecem a escolaridade alternativa para atender às necessidades individuais dos estudantes. Tais prestadores de serviços auxiliares nos sistemas de ensino não-estatais atendem particularmente às necessidades de grupos menos desfavorecidos que anteriormente não tinham acesso ao Ensino Superior.

Ao combinarem políticas eficazes para o investimento na educação a nível nacional os governos incentivaram os jovens a concluírem o nível primário e o nível secundário de tal modo que estes passaram a prosseguir os estudos. Todavia, devido às dificuldades de os governos atenderem à crescente demanda dos estudantes, o sector privado tem sido estimulado a intervir numa lógica de complementaridade no fornecimento de serviços neste domínio. A provisão privada de serviços públicos de ensino tem sido, assim, associada aos vários benefícios: (i) concorrência no mercado para a educação; (ii) autonomia na gestão escolar; (iii) normas melhoradas através de contratos, e (iv) partilha de riscos entre o governo e os fornecedores (Patrinos et al., 2009; Lewis & Patrinos, 2012). Para garantir essa provisão privada, os governos devem assegurar um ambiente regulador eficaz, favorável e seguro.

A problemática da expansão do Ensino Superior, a sua privatização e a relação entre público e privado em África tem merecido a atenção de vários pesquisadores (Lawton, 1992; Kitaev, 1999; Lumumba, 2006; Osokoya, 2007). Para estes autores, o setor privado é atualmente o segmento do Ensino Superior que mais se desenvolve, apesar de contribuir apenas para uma pequena parte da resposta à crescente procura.

Neste contexto, o debate sobre a relação entre o público e o privado e o Estado e o mercado foi minuciosamente estudado por Mamdani (2007), no seu livro *Scholars in the Marketplace. The dilemmas of neo-liberal reform at Makerere University, 1989-2005*, onde procura explorar as diferentes relações entre os dois sectores definindo os termos desta

relação e os seus objetivos, esboçando uma classificação dessas relações: (i) “privatização” limitada, em que as prioridades são definidas pela esfera pública; (ii) “comercialização”, em que o mercado define as prioridades para o funcionamento de uma universidade pública. De uma forma resumida, pode dizer-se que a diferença reside no facto de a privatização limitada ser a apropriação crítica do mercado para fins públicos, ao passo que a comercialização é a transformação de uma instituição pública para fins privados (Mamdani, 2007). No primeiro momento estamos em presença de um Estado regulador e/ou intervencionista, na medida em que não permite que o mercado tome conta da esfera pública, e por isso intervém para controlar. No segundo, estamos em presença de uma perfeita lógica do mercado, em que o Estado se abstém de qualquer responsabilidade com as empresas que prestam serviços públicos. O que se passa em Angola prende-se com o primeiro, pois o Estado regula as atividades desenvolvidas por agentes privados, através da produção de dispositivos legais para o efeito.

Lawton (1992) classificou seis critérios da relação entre o público e o privado, tendo em conta indicadores e critérios tais como propriedade, finanças, administração e controlo: (i) mercado completamente livre; (ii) sistema completamente privatizado de Ensino Superior; (iii) sistema de privatização de Ensino Superior subsidiado pelo governo; (iv) relação de concorrência entre instituições de Ensino Superior pública e privadas; (v) relação de complementaridade entre as instituições de Ensino Superior públicas e privadas; (vi) sistema de Ensino Superior onde são permitidas apenas as instituições públicas. A quinta opção pressupõe a cooperação entre os dois sectores. Para Thaver (2003) o sistema de Ensino Superior público é lento, insensível e burocrático. E a existência de um sistema privado paralelo levaria a uma relação de “custo-benefício” favorável aos estudantes e seus familiares, elevando o nível de formação em ambos os sectores. O caso de Angola aproxima-se desta quinta opção, na medida em que o sector privado auxilia o Estado no fornecimento do serviço de educação perante a incapacidade de resposta do sector público. Esta matéria será desenvolvida no capítulo II e no capítulo VI desta tese.

### **1.3.3.O Ensino Superior privado em África: sua caracterização**

O pensamento político que favorecia a aplicação dos princípios do mercado no Ensino Superior foi assunto de acesos debates na década de 80 do século XX, período a partir do qual passou a orientar o desenvolvimento do Ensino Superior em África. Assim, até aos anos 1990 não existiam instituições de Ensino Superior privado em muitos países. O aumento da pressão social e a procura dos diferentes tipos de oferta formativa impulsionou a adesão de medidas políticas que visavam o seu surgimento (Kitaev, 1999; Varghese, 2004).

Atualmente, o Ensino Superior privado em África tem conhecido um crescimento significativo devido, entre outros aspectos, à insatisfação com a qualidade do ensino público. Mas o que está na origem do sucesso é o aumento da procura, o maior acesso às tecnologias de informação e comunicação, a existência de turmas menos superlotadas, a flexibilidade no currículo e alguma qualidade do ensino oferecido. Esta situação reforça a ideia do reconhecimento de que os governos devem contar com um forte setor privado para que sejam alcançados os objetivos educacionais, sociais e económicos, contribuindo deste modo para o sucesso formativo das populações e, conseqüentemente, para o desenvolvimento dos países, sem perder de vista a recomendação de Osokoya (2007) de que África tem de ter um modelo de equilíbrio entre a privatização e as subvenções do Estado para a educação.

Em todo o mundo, o desenvolvimento do Ensino Superior privado tem sido notável nos últimos tempos. Cerca de mais de 30% das matrículas do Ensino Superior a nível mundial é atualmente proporcionada pelo sector privado. Os países com mais de 70% de matrículas privadas são a Indonésia, o Japão, as Filipinas e a República da Coreia. O sector privado acolhe mais de metade da população estudantil no México, no Brasil e no Chile (UNESCO, 2009). As universidades privadas estão a expandir-se rapidamente na Europa Central e Oriental, e nos países da ex-União Soviética (Banco Mundial, 2008). O sector privado encontra-se em franco crescimento em África e tem vindo a ganhar uma maior atenção por parte dos governos, pois oferecem aos estudantes a possibilidade de acesso a uma variedade de cursos, apresentando assim novas oportunidades para o financiamento da

educação. No entanto, tem-se revelado necessário que os governos façam um acompanhamento através de dispositivos de regulação e controlo das instituições de Ensino Superior privadas e públicas no que concerne às propinas cobradas, à qualidade da investigação e ao nível de educação, de forma que as suas atividades contribuam para os objetivos do desenvolvimento dos países, relativamente à diminuição da falta de mão-de-obra qualificada, considerada como um dos principais entraves ao progresso socioeconómico das sociedades africanas contemporâneas (Osokoya, 2007).

Neste contexto, de 7 universidades, em 1960, passou-se para 27 universidades, em 1990. Até 2006, este serviço de educação foi responsável por cerca de 22% dos estudantes do Ensino Superior no continente, uma percentagem perto dos níveis observados na Europa (World Bank, 2010). De referir que África, um continente com 54 países, é a região menos desenvolvida em termos de instituições de Ensino Superior e das taxas de matrículas de estudantes, apesar de possuir cerca de 800 universidades e mais de 1500 instituições deste nível de ensino, incluindo universidades privadas, que conhecem um aumento significativo especialmente nos últimos anos, o que perspectiva que ao longo de mais alguns anos poderá ter mais universidades privadas com fins lucrativos do que as estabelecidas pelos governos (Altbach, 2007; Jegede, 2012).

De acordo com Barry Varghese (2004) e (2009), em África existem diferentes padrões de propriedade de instituições de Ensino Superior privado: (i) Umas operam como multinacionais; (ii) algumas operam em colaboração com instituições estrangeiras; (iii) algumas são colaboração estrangeira estabelecidas através do Governo ou Universidades públicas; (iv) algumas são organizações religiosas; (v) algumas são firmas/empresas privadas estabelecidas por nacionais (vi) algumas estabelecem cooperação com outras instituições do mesmo país. No caso de Angola, encontramos igualmente estas situações entre algumas universidades privadas, apesar de a maioria se enquadrar na quinta opção.

Este estudo mostra a tendência da evolução das instituições de Ensino Superior privado em África, especialmente na África Subsariana, como veremos nos capítulos II e III, com incidência o caso de Angola.

## **2. O ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA: EVOLUÇÃO E NOVAS POLÍTICAS PÚBLICAS**

## 2.1. Dos Estudos Gerais (1962) à Universidade Agostinho Neto (1985)

Neste capítulo pretendemos fazer uma breve incursão histórica sobre o desenvolvimento da Universidade em Angola. Para o efeito, devemos definir um itinerário que se estende entre a década de 60 do século XX, período em que Angola era um território com estatuto de colónia de Portugal, e a década de 1970, em que se dá a conquista da independência nacional, e, depois, até aos acontecimentos que vêm ocorrendo no Ensino Superior em Angola.

No período colonial, o ensino em Angola desenvolveu-se mais nas zonas litorais ou urbanas e naquelas onde havia maior concentração de famílias de colonos. Em algumas áreas rurais ou periféricas, os missionários católicos e protestantes administravam um ensino que servia de instrumento à missão evangelizadora cujo objetivo era o de formar uma classe de quadros africanos. Deste modo, a religião e a educação constituíram uma via de integração dos africanos ao modelo social de dominação no quadro da situação colonial. No entanto, independentemente dos meios utilizados na sua conceção e implementação, a política educativa colonial em África e particularmente em Angola, visava a “manutenção e o desenvolvimento do sistema colonial” (M’Bokolo, 1992, p. 397).

Em 1961, na sequência das insurreições armadas ocorridas em Luanda, capital da colónia de Angola, assim como em outras localidades, o Governo português foi obrigado a alterar a sua política educativa, especialmente em Angola e Moçambique. Daí em diante assistiu a uma dinâmica de desenvolvimento que o catapultou para os mais elevados níveis de desenvolvimento dos países da África Subsariana<sup>35</sup> em pleno contexto. Tais indicadores são alcançados quando se associam as infraestruturas, designadamente, estradas, portos e caminhos-de-ferro. Esta tendência de crescimento, continuou e reflectiu-se na evolução do

---

<sup>35</sup> Cf. Soares (2002). Este autor apresenta alguns indicadores estatísticos, deste período, que comprovam os progressos alcançado em cerca de 10 anos onde: (i) a taxa média anual do crescimento real da população industrial foi de 13,1% e a do PIB foi de 4,7% entre 1962 e 1973; (ii) o peso da indústria transformadora no PIB passou de 13%, em 1962, para 21%, em 1971, e 25%, em 1973; (iii) a taxa média anual de crescimento das exportações de produtos industriais foi de 10,3%. Pois que: (i) o ensino universitário era frequentado por apenas 418 estudantes e lecionado por 38 docentes, em 1965/66; (ii) o número de estudantes era de 3.094 para 274 docentes, em 1972/73 (Soares, 2003, p. 3). Isto fez com que Angola passasse de um modelo de país exportador de matérias-primas, onde os produtos industriais passam a incorporar um valor acrescentado e refletindo-se na estrutura economia da sociedade angolana.

número de estudantes e estabelecimentos de ensino.

Em 1961, o Conselho Legislativo de Angola, aprovou o Plano do Governo para 1962 apresentado pelo então Governador-geral, Venâncio Deslandes (Soares, 2004). Entre os objetivos de desenvolvimento económico e social contemplava a criação de instituições educativas tendo em vista a formação de recursos humanos qualificados em áreas indispensáveis para promover o desenvolvimento económico e social do País.

É nesta senda que surge a universidade em Angola, cuja institucionalização está associada a dois grupos de fatores: (i) uns de natureza interna – a burguesia colonial, por um lado, que exigia a criação de uma universidade para que os seus filhos continuassem os estudos superiores sem terem de se deslocar a Lisboa, e por outro, as reivindicações nacionalistas que impunham a alteração da condição de atraso do sistema educativo; (ii) outros de natureza externa – ligados às denúncias internacionais da exploração colonial e às exigências da Agencia das Nações Unidas (ANU) e de organizações nacionalistas africanas para que Portugal concedesse a independência às suas colónias (Silva, 2004).

Por força do Diploma Legislativo n.º 3235, do Governador-geral de Angola, é criado, em 1962, os Centros de Estudos Universitários, junto dos Institutos Científicos e do Laboratório de Engenharia de Angola, tendo em conta o insuficiente número de técnicos de nível universitário que constituía um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento de Angola. Após a aprovação do referido instrumento legal, a publicação das Portarias n.ºs 12196 e 12201, através das quais são instituídos os cinco Centros de Estudos Universitários com os respetivos planos dos cursos profissionais e de especialização por semestres, distribuídos por Luanda, Huambo e Lubango.

**Quadro 1** - Centros de Estudos Universitários, por cursos e semestres

N.ºs	Centros de Estudos Universitários	Cursos e Semestres
1	Centro de Estudos de Ciências Pedagógicas	1.1. Cursos profissionais: <ul style="list-style-type: none"><li>• Ciências Filológicas – 3 semestres</li><li>• Ciências Geográficas e Naturais – 3 semestres</li><li>• Ciências Físicas, Químicas e Matemáticas – 3 semestres</li></ul> 1.2. Curso de Especialização: <ul style="list-style-type: none"><li>• Ciências Pedagógicas -2 Semestres</li></ul>
2	Centro de Estudos anexo ao Instituto de Investigação Médica	1.1. Cursos profissionais: <ul style="list-style-type: none"><li>• Medicina Geral – 5 semestres</li><li>• Análise Clínicas – 5 semestres</li></ul> 1.2. Cursos de especialização: <ul style="list-style-type: none"><li>• Cirurgia Geral – 2 semestres</li></ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Saúde Pública – 1 semestre</li> </ul>
3	Centro de Estudos de Ciências Económicas	1.1. Curso profissional: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Economia – 5 Semestres</li> </ul> 1.2. Curso de especialização: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estatística</li> </ul>
4	Centro de Estudos de Engenharia	1.1. Cursos profissionais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Comunicações – 5 semestres</li> <li>• Edificação e Urbanização - 5 semestres</li> <li>• Hidráulica - 5 semestres</li> </ul>
5	Centro de Estudos anexo ao Instituto de Investigação Agronómica	1.1. Cursos profissionais: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Agronomia - 5 semestres</li> <li>• Silvicultura - 5 semestres</li> <li>• Pecuária - 5 semestres</li> <li>• Medicina Veterinária - 5 semestres</li> </ul> 1.2. Cursos de especialização: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Biologia Agrícola - 1 semestre</li> <li>• Engenharia Agrícola -1 semestre</li> </ul>

Fonte: Soares (2004:62)

Por razões de ordem política revelava-se necessário alcançar uma maior articulação com as estruturas do poder central colonial. Neste sentido, o Ministro Português do Ultramar (Adriano José Alves Moreira) impulsionou a elevação do nível embrionário dos referidos Centros Universitários com a aprovação do Decreto-Lei n.º 44530, de 21 de agosto de 1962<sup>36</sup>, dando origem aos Estudos Gerais Universitários, integrados na universidade de Portugal.

Em 1963, assiste-se ao início das atividades dos Estudos Gerais Universitários<sup>37</sup>, com a criação dos cursos de Medicina, Engenharia (em Luanda), Veterinária, Agronomia, Silvicultura, Agricultura e Pecuária (no Huambo, antiga Nova Lisboa), Ciências Pedagógicas - de preparação do pessoal docente para estudos humanísticos (no Lubango) e, outros cursos que se foram estabelecendo com o intuito de alargar o Ensino Superior em Angola. Deste modo, o ensino ministrado organiza-se com base numa estrutura departamental: (i) Ciências Pedagógicas; (ii) Médico-Cirúrgico; (iii) Engenharia Civil; (iv) Engenharia de Minas; (v) Engenharia Mecânica; (vi) Engenharia Eletrotécnica; (vii) Engenharia Química-Industrial; (viii) Engenharia Agronómica; (ix) Silvicultura; (x) Medicina Veterinária. Do ponto de vista administrativo afigura-se necessário desconcentrar as estruturas em todo o território, tendo surgido assim, em 1966, delegações em Sá da

<sup>36</sup> Publicado no Diário do Governo, 1.ª Serie, agosto de 1962.

<sup>37</sup> Decreto-Lei N.º 45180, de 5 de Agosto de 1963.

Bandeira, atual cidade do Lubango, com os cursos de Preparação de Professores do 8.º e 11.º grupos de ensino técnico. Em 1968, são criados, em Luanda, a Faculdade de Ciências e Engenharia Geográfica e na cidade do Lubango o curso de Matemática. Neste mesmo ano, são extintos os cursos de Preparação de Professores do 8.º e 11.º grupos do ensino técnico, devido à abertura, na cidade do Lubango, da Faculdade de Letras, na qual eram lecionados cursos de Ciências Pedagógicas, Matemática, Geografia, História e Românicas. Ainda em Dezembro de 1968, os Estudos Gerais Universitários de Angola passaram a ser denominados Universidade de Luanda que se distribuía em cursos diferenciados pelas três principais cidades de Angola, nomeadamente Luanda, Nova Lisboa e Sá da Bandeira, cujo reitor era André Navarro. Entretanto, surgem novos cursos, em 1969: Filologia Românica, História e Geografia. Passa a funcionar em Luanda, em 1972, o Centro de Estudos de Engenharia de Minas e Geologia, que visava promover a investigação científica e apoiar as indústrias mineiras atuando como organismo oficial consultivo.

No contexto do processo de descolonização de Angola, num ato administrativo em que intervêm, o Alto-Comissário de Portugal, Silva Cardoso e o então Ministro da Educação do Governo de Transição, Dr. Jerónimo Elavoco Wanga, a Universidade de Luanda dá lugar, em 1975, as três diferentes universidades com autonomia própria e que tiveram vida efémera: Universidade de Luanda, Universidade do Huambo e Universidade do Lubango.

Um ano após a proclamação da Independência, em 1976, as três Universidades passaram a integrar a Universidade de Angola, criada por Decreto n.º 60/76, de 19 de Junho<sup>38</sup>. De acordo com o referido diploma o país devia dotar-se de estruturas necessárias para o exercício efetivo da soberania, tendo sido lançado as bases para reformar o sistema educativo de modo a responder aos reais interesses e profundas aspirações do Povo Angolano. Procede-se a reorganização do Ministério da Educação e Cultura, passando a Universidade de Angola a fazer parte deste órgão do Governo. E o Instituto de Investigação Científica de Angola, viria a ser integrado na Universidade de Angola cujo Reitor foi o primeiro Presidente da República, Dr. António Agostinho Neto. Por força, da resolução 1/85, do Conselho de Defesa e Segurança<sup>39</sup>, a universidade de Angola passa a denomina-se Universidade Agostinho Neto (UAN), em 1985, em memória do seu primeiro Reitor.

---

<sup>38</sup> Este Diploma revogou o Decreto n.º 69/75, de 3 de Maio que estabeleceu a criação dos cargos de Director-Geral do Ensino Superior.

<sup>39</sup> DR - 1ª Série, de 28/01/1985.

No quadro do seu desenvolvimento, a UAN implantou as suas Unidades Orgânicas<sup>40</sup> em várias províncias do país, distribuindo-se em unidades administrativas que tinham diferentes designações: Centros, Pólos e Núcleos Universitários<sup>41</sup>. A distribuição geográfica dos Centros Universitários obedeceu à seguinte organização:

**Quadro 2** – Centros Universitários distribuídos por províncias

N.ºs	Centro Universitários	Províncias
1	Centro Universitário de Luanda	Luanda e Bengo
2	Centro Universitário de Cabinda	Cabinda e Zaire
3	Centro Universitário do Uíge	Uíge, Cuanza-Norte e Malange
4	Centro Universitário do Huambo	Huambo e Bié
5	Centro Universitário de Benguela	Benguela e Cuanza-Sul
6	Centro Universitário da Huíla	Namibe, Huíla, Cunene e C.-Cubango

Fonte: Relatório da UAN (2002-2004)

Projetando a sua expansão definia-se uma estrutura hierárquica em que os Pólos Universitários a nível nacional dependiam dos Centros Universitários:

**Quadro 3** – Dependência hierárquica dos Pólos Universitários por província

N.ºs	Pólos Universitários	Províncias
1	Pólo Universitário do Cuanza-Sul	Benguela
2	Pólo Universitário do Bié	Huambo
3	Pólo Universitário do Namibe	Huíla
4	Pólo Universitário da Lunda-Sul	Luanda
5	Pólo Universitário da Lunda-Norte	Luanda
6	Pólo Universitário de Malange	Uíge

Fonte: Relatório da UAN (2002-2004)

<sup>40</sup> As Unidades Orgânicas de Ensino e Investigação são as estruturas básicas da Universidade e subordinam-se a um Centro Universitário ou a um Pólo Universitário. As Unidades Orgânicas podem ser Faculdades, Instituto Universitários, Escolas Superiores e Instituto de Investigação Científica. Cf. Relatório da UAN (2002-2004).

<sup>41</sup> Os Centros Universitários – subordinavam-se directamente à Reitoria da UAN, eram dirigidos por um Vice-reitor ou por um coordenador nomeado pelo Reitor, englobavam todas as Unidades Orgânicas de ensino e investigação de uma determinada região, caracterizadas pela sua autonomia pedagógica, científica, administrativa e financeira. Os Pólos Universitários eram um embrião de um futuro centro universitário estando subordinado a um deles, que pode conter Unidades Orgânicas e Núcleos Universitários ainda não autónomos sob o ponto de vista pedagógico e científico. Os Núcleos Universitários – eram um embrião de uma Unidade Orgânica em fase de desenvolvimento, estando dependente desta para efeitos académicos e científicos, sendo possível a prática de Ensino à Distância. Cf. Relatório da UAN (2002).

Esta estrutura administrativa visava um melhor equilíbrio na formação de quadros técnicos superiores, por forma a facilitar a sua concentração onde fosse necessário e promover a sua contribuição para o desenvolvimento socioeconómico de cada região.

Nesta medida, foram criados cursos específicos para corresponder às necessidades fundamentais de desenvolvimento das regiões, tendo em conta os cursos médios, pré-universitários ou técnicos ministrados nessas localidades, a existência de outras unidades orgânicas em regiões vizinhas. Com a aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo aprovado, em 2001, desencadeia-se a reforma educativa que daria lugar a uma nova geografia do Ensino Superior, tendo a UAN passado de uma implantação em 6 províncias para mais de 12 províncias, em 2008. O que representava uma cobertura de cerca de 66,6%.

No entanto, a referida distribuição geográfica do Ensino Superior<sup>42</sup> mostrava-se insuficiente para reverter as taxas desfavoráveis de participação no Ensino Superior, devido à desproporção na distribuição dos estudantes do Ensino Superior pelo país, que se encontravam maioritariamente concentrados em Luanda (124.697), Benguela (16.823), Huíla (13.576), Huambo (12.914), Uíge (8.843) e Cabinda (7.844). Nas restantes províncias, o número de estudantes matriculados era inferior a 5000<sup>43</sup>. O excerto da entrevista de um dos vice-retores mostra esta realidade: “*Luanda ainda continua a ser o centro, se bem que um terço da população está praticamente aqui em Luanda (E1)*”. Esta situação é favorecida pela migração forçada dos jovens para a capital, o que aumenta de forma drástica as assimetrias regionais, situação que as instituições de Ensino Superior públicas e privadas têm a obrigação de contrariar (Saúde et al., 2014).

De acordo com o pensamento estratégico plasmado no Memorando de Desenvolvimento da UAN<sup>44</sup>, projectava-se uma expansão assente em duas linhas operacionais: (i) antes do redimensionamento da UAN (2002-2008) – que se refere ao fim da UAN como única universidade pública, cuja estrutura se caracteriza por 6 Centros Universitários, 1 Pólo Universitário<sup>45</sup>, 21 Unidades Orgânicas (7 Faculdades, 8 Institutos e 6 Escolas Superiores) e é organizada em Departamentos de Ensino e Investigação,

---

<sup>42</sup> A predominância geográfica do ensino superior em Luanda reflete assimetrias de desenvolvimento no país. Se, por um lado, a maior parte da população reside na capital, por outro lado, a falta de Ensino Superior nas províncias motiva a permanente migração de jovens para Luanda. Cf. Estratégias Integradas (2001).

<sup>43</sup> Cf. (idem).

<sup>44</sup> Cf. GEPE-RUAN (2014). Memorando de balanço da área académico-científico e social da UAN.

<sup>45</sup> Dos 6 Pólos Universitários acima mencionados, apenas um, o do Cuanza-Sul, funcionou, os restantes não chegaram a funcionar por falta de condições de infra-estruturas e sobretudo de professores.

ministrando cursos e especialidades em diversas áreas científicas, a nível de Graduação (Bacharelato e Licenciatura) e de Pós-Graduação (Mestrado e Doutoramento); (ii) depois do redimensionamento da UAN (2009-2014) – o Decreto n.º 7/2009, de 12 de Maio, estabelece que a UAN passe a pertencer à Região Académica I (limitada pelas províncias de Luanda e Bengo), sendo composta por 7 Faculdades, 5 Institutos Superiores e 2 Escolas Superiores<sup>46</sup>. Os motivos que justificam esta expansão da UAN correspondem à atual conjuntura de crescimento do número de alunos que terminam o ensino secundário, bem como de outros fatores resultantes da pressão exercida por um segmento da população tendo em vista a aquisição de competências necessárias para o mercado de trabalho emergente e para fazer face aos novos desafios com que o país se defronta.

A partir de 2002<sup>47</sup>, assiste-se a alterações estruturais, na UAN, refletidas nas suas estratégias e nas prioridades das políticas públicas do Estado, constituindo um fator de organização interna do sistema para responder a pressões e constrangimentos diversos. Como resultado dessas mudanças atualmente a UAN encontra-se estruturada em 9 Unidades Orgânicas e 9 Centros de Estudos e Investigação Científica, organizados em departamentos de ensino e investigação, onde são ministrados cursos e especialidades em diversas áreas do saber científico. O quadro a seguir apresentado demonstra o aumento das unidades orgânicas, centros de Estudos e Investigação Científica, assim como dos exames de acesso da UAN:

**Quadro 4** – Duas fases do redimensionamento da UAN (2002-2008/2009-2014)

<b>1.ª e 2.ª - Fases</b>	<b>Unidade Orgânica e Centro de Investigação</b>	<b>Centros de Estudo e Investigação Científica</b>	<b>Exame de Acesso</b>
2002-2008 - Antes do redimensionamento da UAN	O crescimento das unidades orgânicas foi significativo nos últimos 6 anos, representando 50%, demonstrando a diversificação e ampliação da formação de quadros no país	O número de centros de investigação cresceu nos últimos 6 anos face ao ano de 2003, na ordem de 158%, revelando ser um indicador de aumento de trabalhos científicos	Verificou-se no país uma explosão do número de estudantes matriculados, representando uma taxa de crescimento nos últimos 6 anos na ordem de 85%, face ao ano de 2003. A taxa de ingresso foi de 100%

<sup>46</sup> Cf. As sete faculdades são: Faculdade de Ciências, Faculdade de Medicina, Faculdade de Direito, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Economia, Faculdade de Letras, Faculdade de Ciências Sociais; Os seis institutos superiores são: Instituto Superior de Ciências da Saúde, Instituto Superior Politécnico, Instituto Superior de Educação Física e Desporto, Instituto Superior de Tecnologia de Informação e Comunicação, Instituto Superior de Artes; As duas escolas superiores são: Escola Superior de Turismo e Hotelaria e Escola superior Pedagógica. Todas elas pertencentes a Região Académica I.

<sup>47</sup> Em 2002, tendo em conta a realidade do País, foi aprovado o programa de relançamento da UAN, visando criar oportunidades para o desenvolvimento equilibrado, sem prejuízo da atual estrutura político administrativa nacional (UAN, 2002-2004).

2009-2014 Depois do redimensionamento da UAN	Observa-se uma estabilidade com um aumento na ordem de 14%, nos últimos 5 anos, respondendo às necessidades de desenvolvimento de forma planificada	O número de centros de investigação cresceu na ordem de 4,5% em relação ao ano de 2003	Hegemonia da UAN na Região Académica I, com o aumento do número de inscritos a partir de 2013, ultrapassando os valores do ano de 2009
---	---	--	--

Fonte: Ministério do Ensino Superior - Reitoria da UAN: Gabinete de Planeamento e Estatística

Esta expansão, a nível da estrutura da UAN, teve repercussões no aumento do número de estudantes admitidos, matriculados, diplomados e inscritos em pós-graduações, antes do processo de redimensionamento da UAN. Depreende-se que o número de oferta de vagas, de 4.341, em 2002, passou para 8.212, em 2008, conferindo uma média de 6.832 vagas, o que representa uma taxa de crescimento na ordem dos 57% por ano. Neste mesmo período, o número de inscritos era já de 16.000 tendo em conta a melhoria de condições das instituições de ensino, assistiu-se ao aumento significativo de estudantes. O número de estudantes admitidos e matriculados era de 4.341, sendo o grau de preenchimento de vagas de 100 admissões por cada 100 vagas.

Ao nível da licenciatura, o número de estudantes que era de 12.554, em 2002, em 2008 passou a ser de 46.838 dos quais se encontravam matriculados 42.774 em licenciatura e 4.064 em bacharelato, o que representa uma taxa média de crescimento de 159% de licenciados e 367% de bacharéis por ano. Nos cursos de pós-graduação, o número de estudantes aumentou para 1.626, em 2008, dos quais 3 frequentavam doutoramento, 436 mestrado e 1.189 várias especializações, o que representa uma taxa de crescimento por ano de cerca de 802% em mestrados, 97% em especializações e 138% em agregação pedagógica. De igual forma, assistiu-se a um aumento do número de diplomados de 304 para 4.517, em 2008, conferindo uma média de 1.980 diplomados por ano e uma taxa de crescimento na ordem de 551%.

No período do redimensionamento da UAN (2009-2014), eram oferecidas 4.080 vagas, tendo este número baixado. Em 2009, o número de estudantes inscritos era de 36.889, ao passo que os candidatos admitidos e matriculados eram de 4.642, sendo o rácio de preenchimento de vagas de 114 admissões por cada 100 vagas. Em 2011, o número de vagas era de 2.877 e, em 2012, com a entrada em funcionamento do Campus da UAN, este número aumentou significativamente para 4.793 vagas, atingindo cerca de 5.053 vagas, em 2014. Neste mesmo ano, o número de estudantes de licenciatura era de 24.712 e passou

para 37.965, em 2014, dos quais 35.526 em licenciatura e 2.439 em bacharelato, o que representa um aumento significativo de crescimento na ordem de 13% em licenciatura e 820% em bacharelato.

Em termos de números de estudantes graduados e pós-graduados, no igual período de tempo, podemos destacar que, em 2009, havia 961 diplomados e, em 2014, este número aumentou significativamente para 6.197 diplomados, representando uma média de crescimento por ano na ordem de 1.912 diplomados, conferindo um aumento na ordem dos 98%. Podemos dizer que dos 1912 graduados e pós-graduados em média nos últimos 5 anos, face aos 961 graduados e pós-graduados, em 2009, destaca-se o facto de a média dos licenciados representar 1.843 por ano (uma taxa média de crescimento de 121%), os bacharéis representam uma taxa de crescimento de 383%, os 9 mestres por ano representam uma taxa de 52,6% e a média de 70 especializações em agregação pedagógica representam uma taxa de crescimento na ordem de 54,4%. De referir que no ano de 2012 a UAN graduou os seus 2 primeiros doutores, na Faculdade de Engenharia, Departamento de Engenharia Química. Esta tendência é fruto de um esforço que se tem vindo a evidenciar recentemente na promoção de políticas empenhadas no incentivo da formação pós-graduada ao nível de mestrado e de doutoramento. Entre 2005 e 2013, foram abertos 60 cursos de mestrados e 4 cursos de doutoramento<sup>48</sup> na UAN.

De acordo com a evolução expressamente significativa destes números e com o que podemos aferir no quadro 5, abaixo indicado, verifica-se que passados 12 anos (2002 a 2014) houve um aumento exponencial do número de estudantes de licenciatura de 12.554 para 37.905, pois em 2002, o número de estudantes era 12.554 que passou para 37.905, em 2014). De igual modo, no mesmo período, o número de inscritos que, em 2002, era de 16.000, conheceu um aumento bastante elevado, para cerca de 36.886, em 2014. O número de diplomados aumentou igualmente de forma bastante considerável de 304, em 2002, para 6.197, em 2014.

A evolução destes números ajuda-nos a compreender que atualmente muitos quadros e técnicos angolanos são formados na UAN. Como podemos constatar no quadro a seguir apresentado:

---

<sup>48</sup> Cf. Relatório Conjunto do Plano Nacional de Formação de Quadros (2014).

**Quadro 5** – Evolução nas instituições de Ensino Superior público em Angola 2002-2014, antes e depois do redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN)

<b>Evolução dos Estudantes nas Instituições de Ensino Superior Públicas (UAN)</b>						
<b>Ano</b>	<b>N.º de vagas</b>	<b>N.º de Inscritos</b>	<b>N.º de Candidatos</b>	<b>N.º de Admitidos</b>	<b>N.º de Matriculados</b>	<b>N.º de est. Licenciatura</b>
1999	-	8.536	-	-	3.012	-
2000	-	8.012	-	-	8.395	-
2001	4.341	12.000	12.000	2.182	8.499	-
2002	4.341	<b>16.000</b>	16.000	4.314	4.341	<b>12.554</b>
2003	4.791	26.660	26.660	5.202	5.160	17.866
2004	5.303	34.520	34.520	7.715	7.675	24.189
2005	7.406	56.595	56.595	9.664	8.607	30.664
2006	7.709	58.132	58.132	8.845	8.722	37.078
2007	7.569	60.127	60.127	8.769	8.451	42.920
2008	8.212	70.759	70.799	9.607	9.575	42.774
2009	4.080	36.886	36.889	4.642	4.642	42.553
2010	2.710	31.173	31.137	3.848	3.962	22.175
2011	2.877	32.834	31.834	3.262	3.488	21.918
2012	4.793	32.893	32.893	4.793	4.793	27.836
2013	5.020	37.746	28.433	4.103	5.020	31.654
2014	5.053	<b>37.233</b>	27.519	5.053	5.053	<b>35.526</b>
<b>Totais</b>	<b>77.227</b>	<b>339.904</b>	<b>523.538</b>	<b>81.999</b>	<b>99.395</b>	<b>349.707</b>

Fonte: Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatísticas da Reitoria da Universidade Agostinho Neto

### **2.1.1. Desenvolvimento do Ensino Superior: Da Universidade Agostinho Neto, à coexistência de universidades públicas e privadas**

As instituições de Ensino Superior enfrentam hoje novos desafios para responder às exigências das sociedades globalizadas que, dentre outras características, atribuem maior centralidade ao conhecimento e à inovação. Em Angola, as diferentes estratégias adotadas pelo Governo para promover o processo de expansão das instituições de Ensino Superior públicas e privadas tem como eixo central a diferenciação e diversificação institucional e o aumento da oferta de cursos de graduação e de pós-graduação aos jovens e adultos. Com base nesta procura crescente depara-se com a necessidade de reestruturação da política educativa para este setor, tendo em vista a descentralização, percebida como “a nova forma de gestão pública que sublinha a eficiência, à responsabilidade e a prestação de

contas” (Seixas, 2000, p. 222). Assim, apesar da existência de tendências globais nas políticas de expansão deste nível de ensino, as especificidades próprias do país devem ser tidas em conta, tanto no que concerne ao processo de expansão, do Ensino Superior quanto à sua inserção como um vetor essencial da economia globalizada.

Durante a primeira década do início do século XXI em curso a ampliação do subsistema de Ensino Superior revela-se crucial para o futuro de Angola. A UAN concretiza o seu plano de expansão universitária após a publicação do Decreto n.º 7/2009, que estabelece a reorganização da rede e cria novas instituições de Ensino Superior públicas cobrindo as 18 províncias do País. O quadro a seguir ilustra a distribuição da rede de instituições de Ensino Superior, quanto à sua classificação e ao estado de atividade (Anuário do Ensino Superior, 2014).

**Quadro 6** – Distribuição de número de IES segundo a classificação e estado de atividade

Classificação	Estado de Atividade					Total Geral	
	Ativas		Total ativa	Não ativas			Total não ativa
	Privadas	Públicas		Privadas	Públicas		
Universidades	10	8	18	-	-	-	18
Académias	-	-	-	-	1	1	1
Institutos	30	11	41	4	2	6	47
Escolas	-	4	4	1	1	2	6
Total Geral	40	22	62	4	5	9	71

Fonte: Extraído do Anuário do Ensino Superior (2014:27) do Ministério do Ensino Superior (Angola)

Em 2012, no âmbito da expansão universitária, a UAN, adquiriu novas instalações<sup>49</sup>, com a capacidade de acolher, na primeira fase, cerca de 4.500 estudantes de licenciatura das Faculdades de Engenharia e de Ciências. A mesma prevê albergar 40.000 estudantes de todo o país, distribuídos pelas várias faculdades. A UAN passou a contar com uma infraestrutura que permitirá aumentar o número de admissões de estudantes e melhorar as condições didático-pedagógicas do corpo docente e as condições de trabalho do pessoal

<sup>49</sup> Em 2000, surgiu por iniciativa do Governo Angolano a construção da cidade universitária da UAN, em Luanda, com o objetivo de racionalizar a partilha dos recursos humanos e das infra-estruturas de modo a solucionar as dificuldades enfrentadas por esta instituição. O projeto de construção do novo Campus universitário assentou nos programas e subprogramas seguintes<sup>49</sup>: (i) programa de Reabilitação e Dotação de Infra-estruturas do Ensino Superior, com o subprograma Construção e Reabilitação de Escolas de Graduação e Pós-graduação; (ii) programa de melhoria do Ensino Superior público, com o subprograma Eficiência e Melhoria de Ensino e de Investigação; (iii) programa de Promoção do Ensino à Distância na UAN. Estas três dimensões visam o aumento do número de estudantes admitidos e matriculados, dos licenciados, da melhoria da qualidade de ensino e investigação e da expansão universitária.

administrativo. Este projeto traz benefícios para o desenvolvimento do País e visa aumentar a taxa de escolarização no Ensino Superior, o que traduz no aumento de mais oportunidades de formação de quadros em várias áreas fundamentais do saber científico (Boletim da UAN, 2012).

Na verdade, o subsistema de Ensino Superior registou um crescimento substancial, na medida em que encontram-se em funcionamento 62 instituições de Ensino Superior, das quais 22 (35,5%) são públicas e 40 (64,5%) são privadas (AES<sup>50</sup>, 2014). Com efeito, está em curso a elaboração de uma série de instrumentos e diplomas legais que constituem a base do funcionamento deste subsistema de ensino<sup>51</sup>, por forma a colmatar o facto de “a legislação vigente apresentar ainda uma certa precocidade” (Teodoro, 2008, p. 74), por se revelar insuficiente para os atuais desafios do setor. Esta ideia é reforçada pelo Ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento (2014), na entrevista que concedeu à Agência de Notícias Angola Press (Angop), no dia 10 de Novembro de 2014:

Os desafios do sector da educação estão resumidos nas palavras do Presidente da República [...], quando anunciou ser necessário uma revolução qualitativa em todo sistema educativo, particularmente no subsistema do Ensino Superior. Isto significa muito, significa que temos que rever profundamente o que não está bem e rapidamente projectarmos o nosso ensino superior para uma modernização mais avançada, adequarmos todos os dispositivos educativos, isto é, em termos de corpo docente, em termos de exigência com o corpo docente, aos recursos materiais, equipamentos, laboratórios, estruturas, os currículos, programas de ensino, os métodos de ensino, os métodos de avaliação, portanto, temos que olhar profundamente bem cada um dos dispositivos e a sua articulação para projectarmos melhorias substanciais e fazermos assim uma qualidade mais significativa, uma qualidade diferenciada em relação ao que temos hoje. (Nascimento, 2014)

Em 2014, entraram em funcionamento três novas instituições de Ensino Superior, criadas à luz do Decreto n.º 07/2009, de 12 de Maio, nomeadamente o Instituto Superior de Educação Física e Desportos, o Instituto Superior de Ciências da Comunicação e o Instituto Superior de Artes. De acordo com o Relatório Conjunto sobre o Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ)<sup>52</sup>, estas áreas encontram-se entre os domínios estratégicos de formação superior identificados para o país. A área de artes foi considerada prioritária

---

<sup>50</sup> Cf. Anuário do Ensino Superior (AES) (2014). Ministério do Ensino Superior de Angola. Gabinete Estudos, Planeamento e Estatística. Luanda

<sup>51</sup> Cf. Boletim da UAN, II Série Janeiro-Junho de 2012, Ano 1.

<sup>52</sup> Cf. Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ) (2014). É referido neste documento que o (PNFQ) deve ser considerado uma prioridade contínua do Governo Angolano para responder aos maiores desafios da actualidade relativos ao desenvolvimento económico e social do País. Ele é integrado por um programa de acção para o biénio 2013-2014 e foi elaborado em conformidade com os princípios, objectivos e opções estratégicas constantes do Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, sendo esta uma emanação da estratégia de desenvolvimento de longo prazo “Angola 2025”.

por ser um domínio de formação sem oferta interna e a área Educação Física e Desporto, devido à inexistência de formação nesta área no âmbito do Ensino Superior pedagógico, embora esteja presente nos currículos do ensino médio. A área das Ciências da Comunicação foi igualmente considerada um domínio com excelente potencial. O Relatório Conjunto faz referência estatística do Ministério do Ensino Superior (MES) sobre o aumento da oferta de cursos distribuídos pelas várias províncias do País (ver quadro 7), estando prevista a criação de novos cursos e novas instituições de Ensino Superior nos próximos anos, no seguimento da identificação das prioridades estabelecidas pelo PNFQ.

**Quadro 7 – Distribuição dos novos cursos por algumas províncias do País**

Províncias	N.º	Cursos criados
Luanda	1	Gestão do Turismo
	2	Ciências da Comunicação
	3	Educação Física e Desporto
	4	Música
	5	Artes Plásticas
	6	Meteorologia
Bié	1	Informática
	2	Comunicação Social
	3	Psicologia
	4	Eng. Recursos Hídricos
	5	Educação Física e Desporto
	6	Ensino da Química
	7	Ensino da Biologia
Namibe	1	Metalurgia
Cunene	1	Engenharia Hidráulica
Huíla	1	Educação Física e Desporto
	2	Desenho
Zaire	1	Engenharia Mecânica
Kuando Kubango	1	Gestão do Turismo
Uíge	1	Ensino Pré-Escolar
	2	Ensino Primário
	3	Ensino Especial
Malange	1	Gestão do Turismo
Huambo	1	Engenharia Hidráulica
	2	Engenharia Mecânica

Fonte: Relatório sobre o Plano Nacional de Formação de Quadros (2014)

Perante esse progresso inicial da expansão universitária, quer ao nível do número de estudantes quer ao nível de infra-estruturas, levantava-se o problema respeitante a um corpo docente autónomo que correspondesse as exigências do momento. Tendo em conta que a

melhoria da qualidade do ensino e de investigação passa pela aposta na qualidade de um corpo docente diferenciado, com mestres e doutores empenhados e dedicados à produção científica e à excelência académica, Angola deverá criar condições para atração de quadros de alto nível e promover a estabilidade do corpo docente e garantindo o seu progresso na carreira docente universitária.

Portanto, a garantia do direito constitucional traduzido do acesso ao Ensino Superior constitui outro importante desafio do Ensino Superior em Angola, o que levou o Estado a acelerar a sua estratégia, de aumento do número destas instituições de ensino, de acordo com a Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola (2001), da Constituição da República de Angola (2010) e no quadro da iniciativa de promoção e de abertura das instituições de Ensino Superior privado, de que destacamos a Universidade Católica de Angola (UCAN), a Universidade Lusíada de Angola (ULA), a Universidade Jean Piaget de Angola (UniPiaget), o Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA), a Universidade Independente de Angola (UNIA), a Universidade Gregório Semedo (UGS), a Universidade Óscar Ribas (UOR), a Universidade Metodista de Angola (UMA), a Universidade de Belas (UniBelas), a Universidade Técnica de Angola (UTANGA). Deste modo, a UAN que nos últimos tempos passou por um processo de reestruturação, como vimos anteriormente, perdeu a exclusividade no subsistema de Ensino Superior. Na medida em que o Estado passou a estimular a participação no processo económico de todos os agentes e de todas as formas de propriedade, reconhecendo que a “iniciativa particular e cooperativa nos domínios do ensino exerce-se nas condições previstas na lei” (Correia & Sousa, 1996, p. 31). No âmbito deste esforço desenvolvido pelo Estado, a UAN passou a ser mais uma universidade da rede de instituições deste nível de ensino<sup>53</sup>. Assim se compreende que o surgimento das instituições de Ensino Superior privado, perante a crescente procura fossem consideradas parceiras do Estado, à luz do princípio da subsidiariedade, competindo-lhe assegurar as condições para o normal funcionamento de ensino, gestão administrativa, económica e financeira (Velo et al., 2010), cabendo ao Estado o papel de ditar políticas e conteúdos para a educação (Lombardi, 2005).

---

<sup>53</sup> As 7 universidades públicas que surgiram, em 2009, nomeadamente as Universidades Katiavala Buíla (Benguela e Kuanza-Sul), 11 de Novembro (Zaire e Cabinda), Kimpa Vita (Uíge e Kuanza-Norte), Lueji A'Nkonda (Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje), José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico), Mandume ya Ndemufayo (Huíla e Namibe), e a Kuito Cuanavale (Quando-Cubango e Cunene) que surgiu em 2014 (ver com mais pormenor as notas do quadro 10 da p. 74).

### 2.1.2. Quadro normativo do Ensino Superior privado

Neste ponto, procuraremos compreender o processo de regulamentação do funcionamento das instituições de Ensino Superior públicas e privadas, em Angola, apesar do vazio jurídico para este subsistema de ensino, que se vem verificando a algum tempo.

O Ensino Privado em Angola foi institucionalizado através do Decreto-Lei n.º 21/91, de 22 de Junho<sup>54</sup>, por intermédio do qual o Estado reconhece a sua incapacidade em satisfazer a grande procura de educação, devido à pressão exercida pelos segmentos da população urbana, que demonstra possuir uma forte capacidade aquisitiva, ambicionando obter bens e serviços de prestígio compatível com o seu estatuto social e económico. Este dispositivo legal só funcionou num primeiro momento no ensino de base regular e não no Ensino Superior, o que favoreceu o incentivo para a abertura de muitas instituições de ensino primário e secundário privado, fazendo com que o número destas aumentasse significativamente. Num curto período de tempo no âmbito da dinâmica da sociedade e da adequação de algumas legislações por forma a se ajustarem as necessidades do País, este diploma foi revogado e em sua substituição o Governo aprovou o Decreto n.º 43/02, de 3 de Setembro<sup>55</sup>, que revoga o diploma anterior.

Perante o crescimento exponencial de entidades instituidoras que se propunham intervir no Ensino Superior privado e tendo em conta a necessidade de expansão do Ensino Superior público e dos problemas que foram surgindo, no que diz respeito à concretização do direito de acesso ao Ensino Superior, o Governo angolano, através do Decreto-Lei n.º 5/07, de 5 de Abril, tomou a decisão de criar a Secretaria de Estado para o Ensino Superior (SEES)<sup>56</sup>. Em 2009, este documento é revogado, passando a vigorar o Decreto-Lei n.º 2/09,

---

<sup>54</sup> Com este diploma surge o primeiro dispositivo regulamentar para a abertura e funcionamento de ensino privado não superior.

<sup>55</sup> Este diploma aprova o estatuto do ensino particular até ao ensino secundário. Em Agosto de 2011, fruto de uma revisão e comparticipação de vários parceiros é revogado esta legislação e em seu lugar surge o decreto presidencial n.º 207/11 que regula a abertura e funcionamento dos estabelecimentos do ensino privado não superior. Atualmente, no âmbito do Ensino Superior, o Decreto Presidencial n.º 233/12 de 4 de Dezembro aprova o Estatuto Orgânico do Ministério do Ensino Superior (veremos detalhadamente mais abaixo).

<sup>56</sup> De acordo com o referido Decreto-lei as atribuições da então Secretaria de Estado para o Ensino Superior eram as seguintes: coordenar e controlar todos os órgãos que lhe estão afetos; conceber e formular medidas políticas para este subsistema de ensino a ser adotado pelo Governo, bem como o modo de organização, funcionamento, execução e avaliação; promover e executar medidas com vista à realização de uma boa administração do Ensino Superior de acordo com as decisões do Governo; velar pela qualidade e eficiência do subsistema; superintender o funcionamento e promover a observação permanente, a avaliação e a inspeção, nas diversas vertentes previstas na lei que regula os estabelecimentos do Ensino Superior; propor a abertura e encerramento dos mesmos.

de 29 de Abril, que regulava o Estatuto Orgânico da SEES<sup>57</sup>. No preâmbulo deste diploma, é referida a necessidade de se ajustar o estatuto orgânico da SEES aos novos desafios e políticas do Estado para o subsistema de Ensino Superior e adotar no domínio das suas actividades as diversas atribuições que integram o seu âmbito de atuação, visando uma melhor concepção, coordenação e implementação das políticas do Estado para o desenvolvimento deste subsistema. A Secretaria, que funcionou como um órgão do Governo, vigorou até Março de 2010<sup>58</sup>, altura em que se assistia a uma adequação dos órgãos centrais, através de uma nova configuração à luz da nova Constituição da República, que criou o Ministério do Ensino Superior da Ciência e Tecnologia (MESCT), cuja orgânica integrou a referida SEES como um subsetor do Ministério.

Mas, em 2009, procede-se a reorganização da rede instituições de Ensino Superior públicas, a criação de novas instituições de Ensino Superior públicas e o redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN), com Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio. Com efeito, era necessário estabelecer as normas gerais reguladoras do subsistema de Ensino Superior, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços prestados e devido ao aumento de instituições públicas e privadas. O que viria a acontecer através do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro (que revoga os Decretos-Leis n.ºs 35/2001, de 8 de Junho, e 2/2001, de 22 de Junho). Considerando que a legislação aprovada para este subsistema não dava resposta aos novos desafios e tendências do Ensino Superior no País e às perspetivas do Governo, foi impulsionada uma profunda alteração no funcionamento e gestão deste subsistema de ensino. Um dos princípios base deste documento *consiste na definição, pelo Governo, das políticas para o setor (...), que são coordenadas, supervisionadas e orientadas pelo órgão de tutela e executadas pelas instituições de Ensino Superior*<sup>59</sup>.

Importa referir que no n.º 1 do artigo 61.º, deste documento, é salientado que as *instituições de Ensino Superior privadas são as promovidas por iniciativa de pessoas coletivas e de direito privado, que garantem integralmente o seu desenvolvimento e asseguram o seu financiamento*. Do mesmo modo, o n.º 4 deste artigo advoga que o *processo de acreditação dos cursos superiores corresponde ao reconhecimento oficial destes, face aos parâmetros de qualidade e relevância previamente definidos, e é regulado*

---

<sup>57</sup> Atualmente existe em Angola um Ministério para o Ensino Superior.

<sup>58</sup> Cf. Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10, de 5 de Março.

<sup>59</sup> Cf. Decreto n.º 90/09 de 15 de Dezembro, capítulo I, secção II, art.º 5 (princípios específicos).

*em diploma próprio do órgão de tutela. Por outro lado, o n.º 1 do artigo 96.º, sobre o vínculo do corpo docente, refere que o quadro de pessoal docente das instituições de Ensino Superior deve ser constituído pelo menos entre 40% a 60% de docentes em regime de efetividade.*

Assim, ao mesmo tempo que o Estado produzia normas gerais para o sector de Ensino Superior procedia a criação das Regiões Académicas que delimitavam o âmbito territorial de atuação, estabelecendo um quadro espacial, que assegurava uma distribuição equilibrada de instituições de Ensino Superior, nas dezoito províncias do País. O referido diploma apresenta a organização das Regiões Académicas, conforme ilustrado no quadro 9 do capítulo 2. Trata-se do Decreto n.º 5/09, de 07 de Abril.

No entanto, o Decreto mencionado é regulamentado de modo a garantir o normal funcionamento das novas instituições de ensino superior públicas resultantes do redimensionamento da Universidade Agostinho Neto, bem como assegurar de forma ordenada e harmoniosa o respetivo processo de transição, de acordo com um plano de ação previamente aprovado. Segue-se a lista dos decretos referentes à aprovação e autorização do funcionamento das instituições de Ensino Superior privado, apresentados em resumo no quadro 8 seguinte:

**Quadro 8 – Decretos das IES privadas reconhecidas pelo Ministério do Ensino Superior até 2012**

N.º	Universidades/IES	Aprovação	Decretos Publicados
1	Universidade Católica de Angola	1992	Decreto n.º 38 – A/92; – Suplemento de 07 de Agosto
2	Universidade Jean Piaget de Angola	2001	Decreto n.º 44/01; 1ª Série n.º 30 de 06 de Junho
3	Universidade Lusíada de Angola	2002	Decreto n.º 42/02; 1ª Série n.º 66 de 20 de Agosto
4	Universidade Independente de Angola	2005	Decreto n.º 11/05; Dr 1ª Série n.º 43 de 11 de Abril
5	Universidade Privada de Angola	2007	Decreto n.º 28/07; Dr 1ª Série n.º 55 de 07 de Maio
6	Universidade Gregório Semedo	2007	Decreto n.º 22/07; Dr 1ª Série n.º 55 de 07 de Maio
7	Universidade de Belas	2007	Decreto n.º 25/07; Dr 1ª Série n.º 55 de 07 de Maio
8	Universidade Óscar Ribas	2007	Decreto n.º 27/07; Dr 1ª Série n.º 55 de 07 de Maio
9	Universidade Metodista	2007	Decreto n.º 30/07; Dr 1ª Série n.º 55 de 07 de Maio
10	Universidade Técnica de Angola	2007	Decreto n.º 29/07; Dr 1ª Série n.º 55 de 07 de Maio
11	Instituto Superior Técnico de Angola	2007	Decreto n.º 24/07; Dr 1ª Série n.º 55 de 07 de Maio
12	Univ. Sup. C.S. e Rela. Internacionais	2007	Decreto n.º 26/07; Dr 1ª Série n.º 55 de 07 de Maio
13	Instituto Politécnico de Benguela	2011	Decreto n.º 109/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto

14	Inst. Sup. Politécnico Metropolitano	2011	Decreto n.º 110/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto
15	Inst. Sup. Politéc. de Tecn. e Ciência	2011	Decreto n.º 111/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto
16	Inst. Sup. Polit. Hum. Tecn. Ekuikui II	2011	Decreto n.º 112/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto
17	Instituto Superior Politécnico do Cazenga	2011	Decreto n.º 113/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto
18	Instituto Sup. Politécnico da Tundavala	2011	Decreto n.º 114/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto
19	Instituto Superior Politécnico do Kangojo	2011	Decreto n.º 115/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto
20	Instituto Sup. Politécnico Independente	2011	Decreto n.º 116/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto
21	Instituto Superior Politécnico Pangeia	2011	Decreto n.º 117/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto
22	Instituto Sup. Politec. Gregório Semedo	2011	Decreto n.º 118/11; Dr 1ª Série n.º 149 de 05 de Agosto

Fonte: Ministério do Ensino Superior de Angola (2012)

### 2.1.3. Regionalização da rede de instituições de Ensino Superior

Às necessidades da sociedade contemporânea implicam instituições de Ensino Superior mais flexíveis pelo que em Angola a reorganização da rede de Ensino Superior deverá procurar assegurar a coerência nacional do sistema educativo e atenuar os desfasamentos regionais, de acordo com os princípios e diretrizes da política definida pelo Estado (UNESCO, 2005; Saúde et al., 2014). A criação das oito regiões académicas<sup>60</sup>, em Angola, constitui uma das principais tarefas do Ministério do Ensino Superior. O quadro de distribuição espacial das instituições de Ensino Superior tem como finalidade a expansão ordenada e adequação às necessidades de recursos humanos regionais.

Como vimos a partir de 2009, Angola passou a contar com um quadro normativo que asseguraria uma regionalização harmoniosa das instituições de Ensino Superior. Tal ordenamento assenta em seis pilares designadamente: (i) regionalização; (ii) autonomia; (iii) cobertura geográfica territorial; (iv) institucionalização da concorrência até três cursos; (v) institucionalização da concorrência até seis; (vi) relevância da atividade das instituições de Ensino Superior. Em cada uma dessas Regiões foram criadas outras universidades públicas, tendo em conta que a UAN passará a operar em apenas uma região de desenvolvimento que compreendia as províncias de Luanda e Bengo. Desse processo resultaram 7<sup>61</sup> novas universidades públicas: Universidades Katiavala Buíla (Benguela e

<sup>60</sup> Cf. Decreto n.º 5/09 de 7 de Abril, que cria as regiões académicas de Angola

<sup>61</sup> Importa referir que algumas destas instituições de Ensino Superior públicas estão a funcionar com limitações que passam por condições em infra-estruturas adequadas e sobretudo por a falta de professores que por enquanto ainda não existe em número suficiente para levar a cabo a sua atividade de ensino e investigação.

Kuanza-Sul), 11 de Novembro (Zaire e Cabinda), Kimpa Vita (Uíge e Kuanza-Norte), Lueji A'Nkonda (Lunda Norte, Lunda Sul e Malanje), José Eduardo dos Santos (Huambo, Bié e Moxico), Mandume ya Ndemufayo (Huíla e Namibe), e a Kuito Cuanavale (Cuando-Cubango e Cunene). De acordo com os respectivos planos de desenvolvimento, previa-se que cada uma delas acolheria cerca de 10 mil estudantes. Os quadros 9 e 10 a seguir apresentados refletem a regionalização da UAN e a criação de novas instituições de Ensino Superior, no âmbito da criação das 8 Regiões Académicas:

**Quadro 9** – Criação das oito (8) Regiões Académicas

	1. Unidades Orgânicas da UAN	2. Criação de novas Unidades Orgânicas na UAN (Artigo 7.º)
<b>Região Académica I</b> – Reestruturação da UAN (Secção I)	<p><b>a) Província de Luanda:</b></p> <p>1- Faculdade de Ciências; 2- Faculdade de Medicina; 3- Faculdade de Direito; 4- Faculdade de Engenharia; 5- Faculdade de Economia</p>	<p><b>a) Província de Luanda:</b></p> <p>i) Escola Superior de Hotelaria e Turismo; ii) Faculdade de Letras; iii) Faculdade de Ciências Sociais; iv) Instituto Superior de Ciências da Saúde.</p> <p><b>b) Província do Bengo:</b></p> <p>Instituto superior Politécnico</p>
<b>Região Académica I</b> – Criação de IES Públicas	<p>1. Criação IES Públicas de âmbito regional</p> <p><b>a) Província de Luanda:</b></p> <p>i) Instituto Superior de Ciências da Educação; ii) Instituto Superior de Ciências de Educação Física e Desporto; iii) Instituto Superior de Ciências da Comunicação; iv) Instituto Superior de Serviço Social; v) Instituto Superior de Artes.</p> <p><b>b) Província do Bengo:</b></p> <p>1) Escola Superior Pedagógica</p>	
<b>Região Académica II</b> – Criação da Universidade Pública	<p>1. Criação da Universidade Katyavala Buila com sede em Benguela e suas Unidades Orgânicas:</p> <p><b>a) Província de Benguela:</b></p> <p>i) Faculdade de Medicina; ii) Faculdade de Direito; iii) Faculdade de Economia; iv) Instituto Superior Politécnico; v) Instituto Superior de Ciências da Educação</p> <p><b>b) Província do Cuanza-Sul:</b></p> <p>i) Instituto Superior de Ciências da Educação</p>	<p>2. Criação de IES Públicas de âmbito Provincial:</p> <p><b>b) Província do Cuanza-Sul:</b></p> <p>i) Instituto Superior Politécnico; ii) Instituto Superior de Petróleos.</p>
<b>Região Académica III</b> - Criação da Universidade 11 de Novembro	<p>1. Universidade 11 de Novembro com sede na província de Cabinda, é constituída pelas seguintes unidades orgânicas:</p> <p><b>a) Província de Cabinda:</b></p> <p>i) Instituto Superior de Ciências da Educação ii) Faculdade de Direito; iii) Faculdade de Economia; iv) Faculdade de Medicina; v) Instituto Superior Politécnico;</p> <p><b>b) Província do Zaire:</b></p> <p>i) Escola Superior Politécnica</p>	
<b>Região Académica IV</b> - Criação da Universidade Lueji	<p>1. Universidade Lueji A'Nkonda, com sede na província da Lunda-Norte. É constituída pelas seguintes unidades orgânicas (Art. 12.º):</p>	<p>2. Criação de IES públicas, de âmbito provincial (Art. 13.º):</p>

<p>A'Nkonda e de outras Instituições de Ensino Superior Públicas</p>	<p><b>a) Província da Lunda-Norte:</b>  i) Faculdade de Direito;  ii) Faculdade de Economia;  iii) Escola Superior Politécnica;  v) Escola Superior Pedagógica;  <b>b) Província da Lunda-Sul:</b>  i) Escola Superior Politécnica;  <b>c) Província de Malanje:</b>  i) Faculdade de Agronomia;  ii) Faculdade de Medicina;  iii) Faculdade de Medicina Veterinária</p>	<p><b>a) Província da Lunda-Sul:</b>  i) Escola Superior Pedagógica  <b>b) Província de Malanje:</b>  i) Instituto Superior Politécnico;  ii) Escola Superior Politécnica.</p>
<p><b>Região Académica V</b>  - Criação da Universidade José Eduardo dos Santos e de outras Instituições de Ensino Superior Públicas</p>	<p>1. Universidade José Eduardo dos Santos, com sede na província do Huambo. É constituída pelas seguintes unidades orgânicas (Art. 14.º):  <b>a) Província do Huambo:</b>  i) Faculdade de Direito;  ii) Faculdade de Economia;  iii) Faculdade de Ciências Agrárias ;  iv) Faculdade de Medicina;  v) Faculdade de Medicina Veterinária  iii) Instituto Superior Politécnico;  <b>b) Província do Bié:</b>  i) Escola Superior Politécnica.  c) Província do Moxico:  i) Escola Superior Politécnica.</p>	<p>2. Criação de IES Públicas de âmbito provincial (Art. 15.º):  <b>a) Província do Huambo:</b>  i) Instituto Superior de Ciências da Educação  <b>b) Província do Bié:</b>  i) Escola Superior Pedagógica</p>
<p><b>Região Académica VI</b>  - Criação da Universidade Mandume Ya Ndemofayo e de outras Instituições de Ensino Superior Públicas</p>	<p>1. Criação da Universidade Mandume Ya Ndemofayo, com sede na Província da Huíla. É constituída pelas seguintes Unidades orgânicas (Art. 16):  <b>a) Província da Huíla:</b>  i) Faculdade de Medicina;  ii) Faculdade de Direito;  iii) Faculdade de Economia;  iv) Instituto Superior Politécnico;  <b>b) Província do Namibe:</b>  i) Escola superior Pedagógica;  ii) Escola Superior Politécnica</p>	<p>2. Criação de IES Públicas de âmbito Provincial (Art. 17.º):  <b>a) Província da Huíla:</b>  i) Instituto Superior de Ciências da Educação  <b>b) Província do Namibe:</b>  i) Instituto Superior de Pescas</p>
<p><b>Região Académica VII</b> – Criação da Universidade Kimpa Vita e de outras Instituições de Ensino Superior Públicas</p>	<p>1. Criação da Universidade Kimpa Vita, com sede na Província do Uíge. É constituída pelas seguintes unidades orgânicas (Art. 18.º):  <b>a) Província do Uíge:</b>  i) Faculdade de Direito;  ii) Faculdade de Economia;  iii) Escola Superior Politécnica.  <b>b) Província do Cuanza-Norte:</b>  i) Escola Superior Politécnica</p>	<p>2. Criação de IES Públicas, de âmbito provincial (Art. 19.º):  <b>a) Província do Uíge:</b>  i) Academia de Ciências da Saúde;  ii) Instituto Superior de Ciências da Educação  <b>b) Província do Cuanza-Norte:</b>  i) Escola Superior Pedagógica</p>
<p><b>Região Académica VIII</b>  – Criação da Universidade Cuíto Cuanavale e de outras</p>	<p>1. Criação da Universidade Cuíto Cuanavale, com sede na Província do Cuando-Cubango.  . Cria a Região Académica VIII</p>	<p>2. Criação de IES Públicas de âmbito Provincial (Art. 17.º):  <b>Artigo 1.º (Criação)</b>  É criada a Região Académica VIII, que integra as Províncias do Cuando Cubango</p>

Instituições de Ensino Superior Públicas	e do Cunene c) Província do Cuando Cubango d) Província do Cunene
--	---

Fonte: Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio; Decreto Presidencial n.º 172/14, de 23 de Junho

**Quadro 10** – Regiões Académicas e número de estudantes e de docentes

N.º de Regiões	Universidades e as IES	N.º Estudantes	N.º de Docentes
1.ª Região Académica I	Universidade Agostinho Neto (UAN), Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) e a Escola Superior Pedagógica do Bengo	18.191	1.027
2.ª Região Académica II	Universidade Katiavala Bwila (UKB) e os Institutos Superiores Politécnico e de Petróleos	1.967	313
3.ª Região Académica III	Universidade 11 de Novembro com seis unidades orgânicas	1.145	214
4.ª Região Académica IV	Universidade Lueji A'Nkonda	4.109	154
5.ª Região Académica V	Universidade José Eduardo dos Santos (UJES)	6.506	506
6.ª Região Académica VI	Universidade Mandume Ya Ndemofayo e sete Unidades Orgânicas*	8.485	392
7.ª Região Académica VII	Universidade Kimpa Vita	6.116	167
8.ª Região Académica VIII	Universidade Cuíto Cuanavale**	-	-
<b>Total</b>		<b>47.319</b>	<b>2.619</b>

Fonte: Documento do MESCT

\* Tendo em conta que a vasta dimensão territorial da Região Académica VI, que integra as Províncias da Huíla, Namibe, Cuando Cubango e Cunene, ter dificultado o acompanhamento directo das diferentes unidades orgânicas nelas instaladas, bem como o equilíbrio no seu crescimento, convindo assegurar um melhor acompanhamento do desenvolvimento da Região Académica VI, urge proceder ao seu redimensionamento, consubstanciado na divisão desta em duas, através da criação de uma nova região académica (Artigo 2.º do Decreto Presidencial n.º 172/14)

\*\* Decreto Presidencial n.º 172/14, Cria a Região Académica VIII, que integra as Províncias do Cuando Cubango e do Cunene.

Esta nova metodologia de gestão do Ensino Superior tem como objectivo promover um maior equilíbrio no aparecimento de instituições de Ensino Superior e diferentes cursos em todo o país, cuja meta é a implantação, de forma faseada, de um estabelecimento público de Ensino Superior em cada uma das 18 províncias. Com efeito, pretende-se com o aumento dessa oferta favorecer a permanência de quadros nas regiões de origem, como forma de reduzir gradualmente as assimetrias regionais e alcançar um maior equilíbrio na distribuição de pessoal qualificado.

Em síntese procedemos à apresentação das linhas de desenvolvimento da UAN, sua reestruturação e processo de regionalização do Ensino Superior em Angola. No capítulo seguinte analisaremos a emergência e expansão das universidades privadas.

### **3. O ENSINO SUPERIOR PRIVADO EM ANGOLA E O ENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS**

### **3.1. Expansão do Ensino Superior privado: uma contribuição para o desenvolvimento da sociedade angolana**

A expansão do Ensino Superior em Angola foi associada à tomada de posição política, dada a necessidade do seu enquadramento na estratégia global de formação de recursos humanos eficientes, competitivos e criativos para o desenvolvimento do país<sup>62</sup>. O Estado, como fonte das políticas públicas<sup>63</sup>, que tem sob a sua responsabilidade o financiamento da educação, procedeu a institucionalização das instituições de Ensino Superior privadas, por forma a responder à procura social crescente deste nível de ensino, numa época em que se faziam sentir transformações no domínio económico, político, social e cultural (Bondo, 2002; Rocha, 2010).

O Ensino Superior passou a ser cada vez mais procurado por um maior número de jovens que concluem o ensino secundário e de adultos já inseridos no mercado de trabalho, mas com qualificações escolares baixas. Esta situação parece retratar que, em Angola, os jovens aderiram ao modelo da aposta na formação académica num contexto em que se assiste à ocorrência de rápidas mudanças no mundo da informação e do conhecimento, o que reforça a ideia de que a formação inicial de jovens tende a se tornar mais prolongada e que a formação académica continua a ser um trunfo valioso, que pode exercer um impacto significativo na capacidade de obter um emprego (UNESCO, 2000; OCDE, 2013).

É neste contexto que se procedeu o desenvolvimento da rede de universidades privadas em Angola, fenómeno desencadeado a partir de 1999. Situando-se os seus factores determinantes no aumento da referida procura que traduz a necessidade de concretizar o direito à educação, das famílias e dos seus filhos, à luz das disposições constitucionais.

Neste sentido, a aposta no Ensino Superior é justificada, pelo governo angolano, também como uma resposta necessária à preparação dos quadros de que o País se encontra carenciado, conforme referido no Plano Nacional de Formação de Quadros (PNFQ)<sup>64</sup>, que fixou como meta, para 2015, um aumento significativo do número de estudantes

---

<sup>62</sup> O Ensino Superior tem vindo a ser considerado pelo Governo Angolano, no âmbito da formação de quadros, como uma das principais prioridades no domínio das políticas públicas, em resultado da tomada de consciência de que a situação atual poderá ser superada no futuro com um esforço do Estado e de toda a Sociedade civil.

<sup>63</sup> De acordo com Rocha (2010), políticas públicas, baseadas na lei com enquadramento constitucional, são as acções dos órgãos do Estado em ordem a responder a pretensões dos cidadãos. Pois que não existe política pública sem Estado.

<sup>64</sup> CF. PNFQ - Plano Nacional de Formação de Quadros (2014).

matriculados no Ensino Superior. Corroborando Cabrito (1999, p. 48), a expansão do Ensino Superior não é simplesmente o resultado do aumento da procura individual deste nível de ensino, na medida em que a teoria do capital humano, que se caracteriza numa interpretação das despesas em educação como um investimento, assume um papel primordial na condução das políticas educativas dos países.

Em ordem a evitar as assimetrias e promover a formação dos recursos humanos, o Estado definiu um quadro normativo, como vimos, de modo a permitir que a implantação das universidades privadas acompanhasse as dinâmicas de cada uma das regiões académicas, na medida em que o Ensino Superior é o motor de desenvolvimento das regiões menos desfavorecidas (Rego & Caleiro, 2003). Deste modo, poderemos compreender o crescimento do número de universidades privadas em todo o espaço territorial angolano.

Segundo o Ministro do Ensino Superior de Angola, o Estado valoriza o papel desempenhado por estas instituições de Ensino Superior: O aumento de instituições do Ensino Superior privadas é importante. Mas é importante ainda mais o volume de pedidos de criação de instituições de ensino superior privadas. Achamos que isto deve ser regulado. Esta matéria mereceu a nossa atenção e está espelhada no diagnóstico feito, bem como no conjunto de propostas de diplomas reguladores que espelham a solução aos problemas do ensino superior detetados. Acreditamos que, procurando regular melhor os processos de criação de novas instituições de ensino superior privadas, vamos ter critérios e procedimentos mais exigentes e mais claros de modo que contemos apenas com instituições que reúnam as melhores condições para assegurar a própria funcionalidade e a promoção da qualidade da formação, da investigação e dos serviços de extensão universitária. As que reprovarem ante os critérios estabelecidos serão eliminadas. Os filtros serão mais exigentes e mais à altura da promoção da qualidade que se pretende (Nascimento, 2014).

Deste modo, o Estado passou a ser “regulador”, em oposição a “regulamentador” (Barroso, 2005, p. 727)<sup>65</sup>, assumindo um papel de “controlador” e avaliador da educação,

---

<sup>65</sup> Segundo Barroso (2005, p. 727), no domínio educativo, o termo “regulação” está associado ao objetivo de consagrar um estatuto à intervenção do Estado na condução das políticas públicas. Ao diferenciar a “regulação” e a “regulamentação”, define o primeiro como mais flexível na definição dos processos e rígida na avaliação da eficiência dos resultados e o segundo centrada na definição e controlo dos procedimentos e relativamente indiferente às questões da qualidade e eficácia dos resultados. O autor acrescenta ainda que de acordo com a definição dos dicionários, a regulação é um ato de regular o modo como se ajusta a ação a determinadas finalidades, traduzidas sobre a forma de regras e normas previamente definidas e que as

que vai no sentido do pensamento de Seixas (2000, p. 217) ao referir que o “desenvolvimento de mecanismos de auto-regulação institucional ter implicado um enorme investimento legislativo, tornando ainda mais visível o crescente controlo estatal”.

Nesta linha de pensamento, advoga Bourdieu (2001) que o Estado, ao concentrar um conjunto de recursos materiais e simbólicos, está em condições de regular o funcionamento dos diferentes campos, apoiando diferenciadas formas de ensino, no que concerne às diferentes regulamentações do funcionamento e ao comportamento das organizações. O Estado, como principal regulador, não pode ser substituído pelo mercado na coordenação dos sistemas educativos, de um modo geral, e das instituições de Ensino Superior, de forma particular, cabendo-lhe, para o efeito, a tarefa de proporcionar um ambiente de políticas favoráveis quer para as instituições de Ensino Superior públicas, quer para as privadas, que estimule a que satisfaça as necessidades de ensino, de investigação e de inovação do conhecimento científico (Banco Mundial, 1995; Magalhães, 2004; UNESCO, 1996, 2014).

**Quadro 11** - Distribuição de número de IES por Província e estado de atividade

Províncias	Estado de Atividade		Total Geral
	Ativas	Não ativas	
Bengo	1	-	1
Benguela	6	1	7
Bié	1	-	1
Cabinda	3	-	3
Huambo	5	1	6
Huíla	5	1	6
K. Norte	1	-	1
K. Sul	2	1	3
<b>Luanda</b>	<b>32</b>	<b>2</b>	<b>34</b>
L. Norte	1	-	1
L. Sul	1	1	2
Malange	2	-	2
Uíge	2	1	3
Namibe	-	1	1
Total Geral	62	9	71

Fonte: Extraído do Anuário do Ensino Superior (2014, p. 27) do MES de Angola

diferenças entre regulação e regulamentação não estão nas suas finalidades, na medida em que uma e outra visam a definição e cumprimento das regras que operacionalizam objetivos, mas no facto de a regulamentação ser um caso particular de regulação, uma vez que as regras estão fixadas sob a forma de regulamentos. Sugere, por outro lado, que a regulação destina-se às dimensões de coordenação, controlo e influência exercidos pelo Estado sobre os sistemas económicos e sociais.

### **3.2. O Ensino Superior privado em Angola: O investimento das famílias na formação dos filhos**

No início do século XXI, o Ensino Superior enfrenta desafios ímpares para que se assumam como pilar promotor da economia mundial, quer do ponto de vista dos indivíduos, dos estudantes e das famílias, devido ao estatuto ocupacional e social que é presumido que o Ensino Superior permite alcançar, incluindo as do ponto de vista do Governo, devido aos inúmeros benefícios que proporciona tais como o bem-estar, o crescimento económico nacional, assim como provedor de oportunidades e prosperidade para o desenvolvimento social, cultural e económico dos países (Johnstone, 2003; Saúde et al., 2014). Seguindo esta linha de pensamento, é consensual considerar que a chave mágica para o desenvolvimento de um país encontra-se condicionada pelo investimento no capital humano e na qualidade da sua educação (Gadotti, 2000; Psacharopoulos & Woodhall, 1985; Schultz, 1961).

As estratégias de investimento<sup>66</sup> na educação de muitas famílias revelam as suas expectativas em relação à escolarização dos seus filhos, na medida em que representam diferentes visões acerca da participação nos trajetos académicos dos seus filhos. Nesta medida, as famílias constituem uma categoria de atores, reforçando a ideia unanimemente aceite de que o estudante e a família são os primeiros a suportar as despesas com a educação. Na esteira do pensamento de alguns autores (Diogo, 2006, 2010; Lahire, 2004; Sobrinho, 2005), esta realidade, observável em Angola, permite compreender que o facto de as famílias investirem na formação dos filhos, pressionam o subsistema de Ensino Superior de modo a que aumente a oferta formativa. O que vai contribuir para a expansão do setor privado e a valorização da educação como um bem transacionável, de acordo com a lógica do mercado, que no entender de Cabrito (2002, p. 31), “explica as exigências financeiras que se colocam aos estudantes e às famílias, uma vez que os custos resultantes da atividade económica neste nível de ensino produzem efeitos que levam à falência do Estado”.

A história da educação em Angola dá a perceber um fundamento antigo das

---

<sup>66</sup> O termo investimento deve ser entendido no duplo sentido de investimento económico: (i) o que é sempre objetivamente, embora não sendo reconhecido como tal; (ii) investimento afetivo, envolvimento, participação no jogo que é o produto do jogo e que produz o jogo. In Bourdieu, P. (2010). A distinção. Uma crítica social da faculdade do juízo. Coimbra: Edições 70.

referidas estratégias de investimento, já que é comum encontrar estudantes pertencentes a famílias com menos recursos financeiros que desenvolveram o seu percurso escolar com sucesso. Esta situação é caracterizada por Sousa (2009) e Gonçalves (2012) como trajetórias escolares improváveis em que a família, como núcleo fundamental, atribui sentido a uma escolarização prolongada, apesar de não existir essa realidade (referência) nas gerações anteriores. Boudon (1974) reforça esta ideia ao argumentar que existe uma sensibilidade das expectativas sociais em relação ao nível escolar, que é tanto maior quanto mais baixa a origem social. Tal resultado deve-se, as escolhas que conduzem a realização de incentivo à formação das aspirações à mobilidade social ascendente (Grácio, 1997).

Pode dizer-se que a origem social constitui um fator capaz de determinar práticas, atitudes, comportamentos e opiniões em todos os momentos de uma trajetória escolar de um indivíduo (Bourdieu, 1978), pois “o capital cultural é proveniente não apenas de experiências escolares, mas também do contacto com pessoas amigas e outros parentes que possuem familiaridade com o sistema escolar” (Nogueira & Nogueira, 2002, p. 22). É neste cenário que ocorre o envolvimento das famílias na cobertura dos custos associados à formação dos filhos, assim como o envolvimento no percurso escolar, factor essencial para obter no futuro sucesso financeiro e um estatuto social diferente (Viana, 2000; Pires, 2005). Tal não acontece através do acompanhamento detalhado da escolaridade destes ou de contactos frequentes com as instituições, nem da sua presença em reuniões. É principalmente através dos sacrifícios que consentem no processo de decisão de participação financeira para garantir o pagamento das propinas e outros custos associados (Psacharopoulos & Woodhall, 1985; Viana, 2000; Perez, 2010). No entender de Balsa et al. (2007), o facto de alcançarem o Ensino Superior é uma “vitória” que representa uma ascensão importante em relação à sua base social de origem, na medida em que a entrada do filho na universidade dá um *status* elevado e é uma forma de mudança social que possibilita a melhoria de condições de vida (Piotto, 2008).

Portanto, a família enquanto instituição, em Angola desempenha o papel de sujeito da procura de educação que luta para que os filhos, no processo de mobilidade social ascendente integrem a classe média, prognosticando o retorno do investimento. Esta prática vai ao encontro do estudo realizado por Silva (2008) ao verificar que “os professores valorizam bastante o empenho dos pais africanos, por serem pessoas abertas à escola e acreditarem nessa escola”, o que a autora considerou de pontos fortes e valiosos da cultura. Neste sentido, o capital escolar é um dos principais recursos que permite manter ou

melhorar as posições sociais das pessoas (Schultz, 1961; Becker, 1975). Associado à expansão da procura, está à questão da partilha de custos<sup>67</sup>, entre as famílias e o Estado. Trata-se do fenómeno denominado por «direct “out-of-pocket” expenses»<sup>68</sup> (Johnstone, 1986, p. 1) que se analisa na intervenção, do lado da procura, das famílias e dos estudantes.

Estes custos dizem respeito ao pagamento de propinas de frequência académica, alojamento, alimentação, saúde, livros, viagens de deslocação e outras despesas (Cabrito, 2002; Cerdeira, 2008; Epstein, 2002; UNESCO, 1996). Este envolvimento das famílias na tomada de decisão da formação dos filhos transforma-se em critério de honra, de privilégio e de legitimidade do novo modelo de vida construído com o processo de escolarização (Porte, 1993; José, 2010).

De acordo com as teorias económicas da educação, podemos concluir que a evolução da frequência académica, no período que corresponde ao surgimento e consolidação das universidades públicas e privadas, é um fenómeno de elevado significado para compreender as transformações que decorrem em Angola, sobretudo no que diz respeito ao investimento público e das famílias.

### **3.3. Análise de alguns dados estatísticos sobre o Ensino Superior privado em Angola (1999-2012)**

Com base na análise dos dados estatísticos recolhidos junto do Ministério do Ensino Superior e de algumas universidades privadas da província de Luanda, principal centro do desenvolvimento do Ensino Superior, de Angola, procederemos à apresentação, interpretação e leitura de quadros e gráficos sobre a temática em estudo.

O período em análise foi caracterizado por mudanças que se traduziram num

---

<sup>67</sup> Partilha de custos refere-se a uma mudança de os custos serem praticamente suportados na sua totalidade pelo Governo para um modelo em que a parte dos custos financeiros passem a ser suportados pelas famílias e os estudantes, através do pagamento de propinas ou de taxas de utilização para suportar os custos relacionados com alojamento/residência universitária (Johnstone, 1986; Johnstone, 2003; Cerdeira, 2008). O conceito de partilha de custos no Ensino Superior tem como base a assunção que os custos com este nível de ensino em todos os países e em todas as situações podem ser vistos como derivando de quatro partes principais: (i) o Governo; (ii) as famílias; (iii) os estudantes; (iv) beneméritos individuais ou institucionais (Johnstone, 2003, p. 1). A UNESCO (1996), também defende uma partilha de custos entre estudantes, famílias, sector público e privado, comunidades e autoridades locais e nacionais.

<sup>68</sup> Despesas do dia-a-dia que saem do bolso (tradução do autor).

crecente aumento da população estudantil do Ensino Superior.

Com a procura crescente de alunos deste nível de ensino, a UAN passou a enfrentar dificuldades, principalmente em termos de vagas, para dar resposta aos estudantes que terminavam o ensino secundário, os adultos que abandonaram precocemente o sistema de ensino e quadros que se encontravam inseridos no mercado de trabalho, mas pretendem obter uma qualificação superior.

No final da década de 90 do século passado, a rede de instituições de ensino integrava apenas 1 universidade pública e 2 institutos superiores, localizados em Luanda e Lubango. Em 2012, já existiam 39 universidades públicas e privadas, presentes em quase todas as províncias do país. No ano letivo de 1999, frequentavam a universidade cerca de 8.885 estudantes. Em 2004, este número aumentou para 27.558. Passados 5 anos, em 2009, o registo é de 90.625 estudantes. Em 2011, este número aumenta para 225.591. Assim, constatamos que a evolução do número de estudantes universitários progride de forma significativa num curto período de 12 anos, verificando-se uma taxa de crescimento de 24,4%. Este indicador regista-se de forma desigual no setor público (87,49%) e no setor privado (99,78%). Importa destacar aqui um facto histórico relevante que tem a ver com a história da universidade pública e das universidades privadas, remontando o início destas ao ano de 1999. É que o Ensino Superior privado representa um aumento superior na ordem de 12 pontos percentuais. O que constitui uma presença bastante expressiva, apesar de haver preferência pelo ensino universitário público associado ao facto de ser gratuito (Balsa, et al., 2007). Segundo Sobrinho (2005), a demanda pelo Ensino Superior tende a crescer nos países que precisam superar os seus atrasos económicos, culturais e educacionais. Esta tendência resulta das expectativas culturais, do retraimento dos mercados de trabalho e da crescente exigência de uma força de trabalho com graus de Ensino Superior (Castells, 2007). O quadro e o gráfico a seguir demonstram a referida evolução.

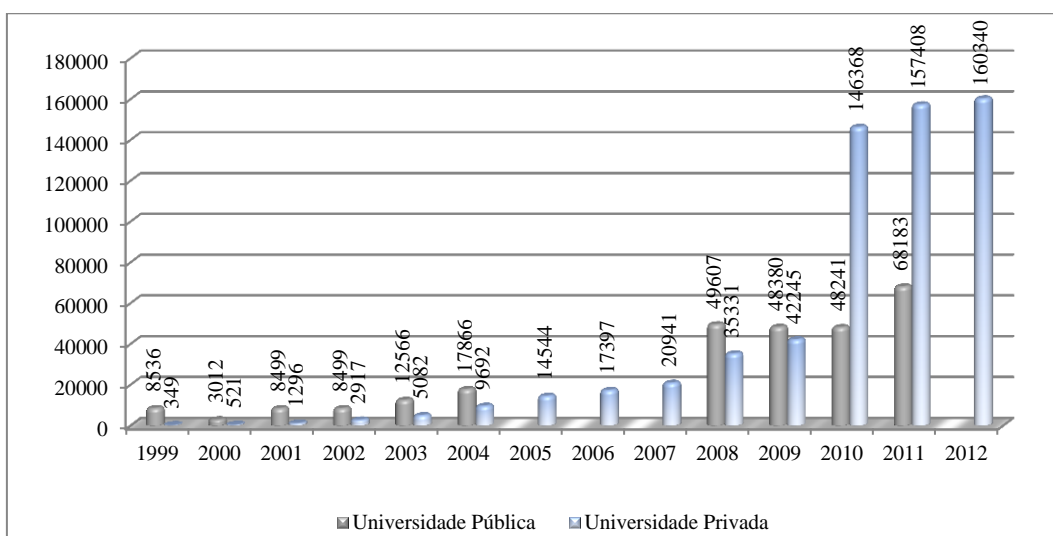
**Quadro 12** - Evolução da população estudantil inscritos no ES por tipo de instituições (1999/2012).

Ano	Universidade Pública	Universidade Privada
1999	8.536	349
2000	8.499	521
2001	12.000	1.296
2002	16.000	2.917
2003	26.660	5.082

2004	34.520	9.692
2005	56.595	14.544
2006	58.132	17.397
2007	60.127	20.941
2008	70.759	35.331
2009	36.886	42.245
2010	31.173	146.368
2011	32.834	157.408
2012	32.893	160.340
Total	586.375	614.431

Fonte: Ministério do Ensino Superior (2012); GEPE-Relatório da Universidade Agostinho Neto (2014); Instituições de Ensino Superior Privado.

**Gráfico 1** - Evolução da população estudantil inscritos no ES por tipo de instituições (1999/2012)



Fonte: Relatório de atividade da Universidade Agostinho Neto (UAN), 2000/2001/2002/2004; Burity da Silva Neto (2005); Ministério do Ensino Superior (2012).

O quadro 12 e o gráfico 1, que representam a evolução da população estudantil nas universidades públicas e privadas no período compreendido entre 1999 e 2012, mostram as diferenças entre o número de alunos matriculados nestes dois setores. Em termos de frequência de alunos, o Ensino Superior privado lidera, com uma diferença marcante, na ordem de 28.056 alunos matriculados apesar do seu início tardio. A maior diferenciação regista-se nos anos de 2011 e 2012, com 157.408, e 160.340, alunos matriculados no sector privado, contra 32.834 e 32.893, matriculados no sector público, para os mesmos anos, respetivamente. Numa perspetiva comparada fazemos apelo a realidade portuguesa, Cabrito e Chaves (2011, p. 49) referiram num estudo que, em Portugal, a presença do privado não

ultrapassou em número de estudantes o setor público. Com a leitura deste quadro, notamos o inverso, em Angola, na medida em que as instituições de Ensino Superior privado detêm a maior parte dos alunos que frequentam este nível de ensino. O mesmo acontece nos países da América Latina, particularmente no Brasil, onde o privado tem mais estudantes do que o público (Wolff et al., 2002).

Atendendo ao crescimento acentuado de estudantes no ensino superior público (UAN), resultado do aumento da oferta formativa e da criação da rede de estabelecimentos de Ensino Superior, na sequência da criação das Regiões Académicas, importa conhecer a proveniência destes estudantes, de acordo com o seguinte quadro.

**Quadro 13 - Proveniência dos candidatos inscritos, admitidos e excluídos da UAN**

N.º	Escolas do Ensino Médio	N.º de Inscritos	N.º de Admitidos	N.º Não Admitidos
1	Centros Pré-Universitários – PUNIVS	8.030 (32,6%)	1.481(32,0%)	6.074 (34,4%)
2	Institutos Médios Normais de Educação – IMNE	6.630 (26,9%)	1.751 (37,8%)	4.820 (27,4%)
3	Institutos Médios de saúde –IMS	3.442 (13,9%)	257 (5,6%)	1.454 (8,2%)
4	Institutos Médios de Economia – IMEL	2.600 (10,5%)	493 (10,7%)	2.107 (11,9%)
5	Institutos Médios Industrial – IMIL	2.077 (8,4%)	397 (8,6%)	1.682 (9,5%)
6	Colégios do Ensino Médio	1.081 (4,4%)	80 (1,8%)	1.001 (5,7%)
7	Seminários Maior	372 (1,5%)	63 (1,3%)	233 (1,3%)
8	Escola Prof. do Futuro	196 (0,8%)	57 (1,2%)	139 (0,8%)
9	Institutos de Ciências Religiosas – ICRA	195 (0,8%)	43 (0,9%)	152 (0,8%)
10	<b>Totais</b>	<b>24.623</b>	<b>4.622</b>	<b>17.662</b>

Fonte: Relatório da Universidade Agostinho Neto (UAN), 2003-2004

Da totalidade dos alunos inscritos na UAN, somente 20,7% é que tiveram acesso. Significa que 71,6% de alunos que pretendiam ingressar no Ensino Superior ou desistiram ou recorreram às universidades privadas, os 10% de diferença pode ser desistência. Analisando de forma mais detalhada, o quadro 2, relacionado com a proveniência dos candidatos inscritos, admitidos e não admitidos na UAN, verificamos que a maior parte (69,8%) dos estudantes, representando um número significativo, vêm primeiramente dos Institutos Médios Normais de Educação (IMNE) 1.751 estudantes, seguindo-se os dos Centros Pré- Universitários (PUNIV) 1.481. Grande parte dos inscritos fica fora do sistema,

na medida em que não conseguem entrar por falta de vagas no setor público. Dos 6.630 estudantes provenientes dos IMNE, 4.820, correspondentes a 27,6%, não são admitidos. O mesmo se regista em relação aos PUNIV, na medida em que da totalidade de inscritos (8.030), somente 1.481, corresponde a 32,% foram admitidos, ficando de fora 6.074, correspondente a 75,6%. No entanto, o facto de serem as duas instituições das quais provem a maior parte dos alunos, não significa que sejam as instituições com maior representatividade entre os alunos admitidos. Deparamo-nos com taxas de não admitidos inferiores primeiramente nos IMS (42,5%) e nos Seminários Maiores (62,6%).

Como podemos constatar, apenas um número muito reduzido de alunos conseguiram aceder ao Ensino Superior Público naqueles anos. É possível fazermos outras leituras, dentro das escolas secundárias plasmadas neste mesmo quadro, em relação às que têm os números menos expressivos de alunos que se inscreveram e acederam ao Ensino Superior, que são o Seminário Maior (SM) e a Escola Professor do Futuro (EPF), com 372 (1,5%) e 196 (0,79%) inscrições. De notar que a maioria dos inscritos são provenientes de 2 instituições, o PUNIV (32,6%) e o IMNE (26,92%). Os restantes inscritos vêm das restantes instituições. Do total de estudantes inscritos, a UAN absorveu apenas 18,77%, dos quais a maior parte é proveniente das 2 instituições anteriormente referidas. Constata-se no entanto que, apesar de a maioria de inscritos serem provenientes do PUNIV, no que se refere às admissões, estes são maioritariamente (37,88%) oriundos do IMNE e não do PUNIV (32,04%).

Assim, a expansão do Ensino Superior em Angola que aparenta ser uma tendência crescente, tem estado na ordem do dia, visível nos números acima representados e nos quadros e gráficos seguintes sobre o número de instituições, de alunos matriculados, de cursos e de diplomados. O quadro e o gráfico abaixo mencionados, apresentam esta realidade em relação às dez universidades privadas que constituem o elenco das instituições estudadas no período de 1999 e 2012.

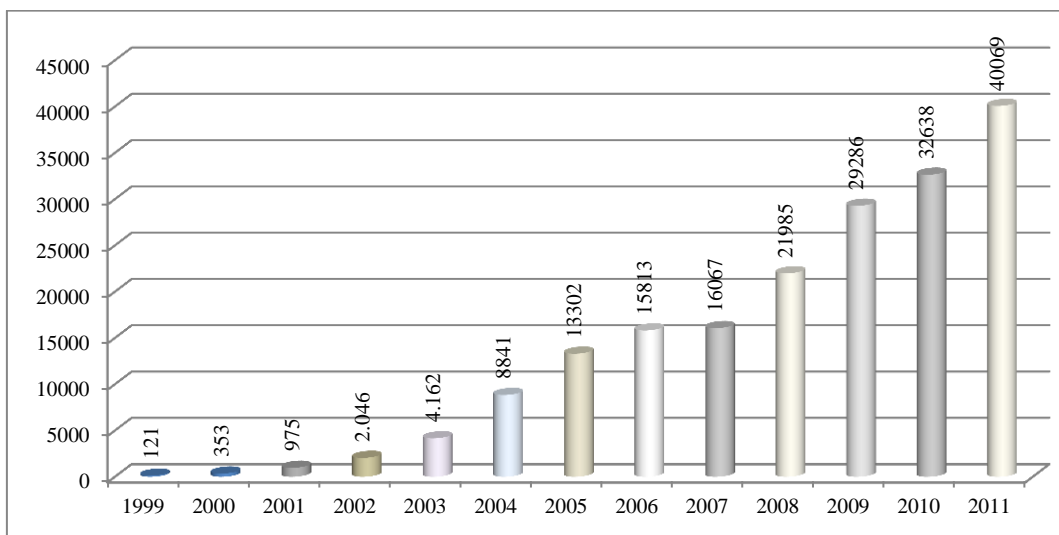
**Quadro 14** - Quadro Geral da Evolução das IES Privado em Angola (1999-2012)

Ano	IES	Cursos	Matrículas	Diplomados
1999	1	2	349	-
2000	4	15	521	-
2001	4	20	1.296	-
2002	4	25	2.917	-

2003	4	31	5.082	103
2004	6	46	9.692	211
2005	6	49	14.544	276
2006	6	49	17.397	534
2007	9	74	20.941	431
2008	9	78	35.331	902
2009	10	80	42.245	1095
2010	10	100	146.368	2499
2011	10	100	157.408	3761
2012	10	105	160.340	-

Fonte: Ministério do ES e IES Privado (2012)

**Gráfico 2 -** Evolução do número de estudantes matriculados nas IES privadas de 1999-2011



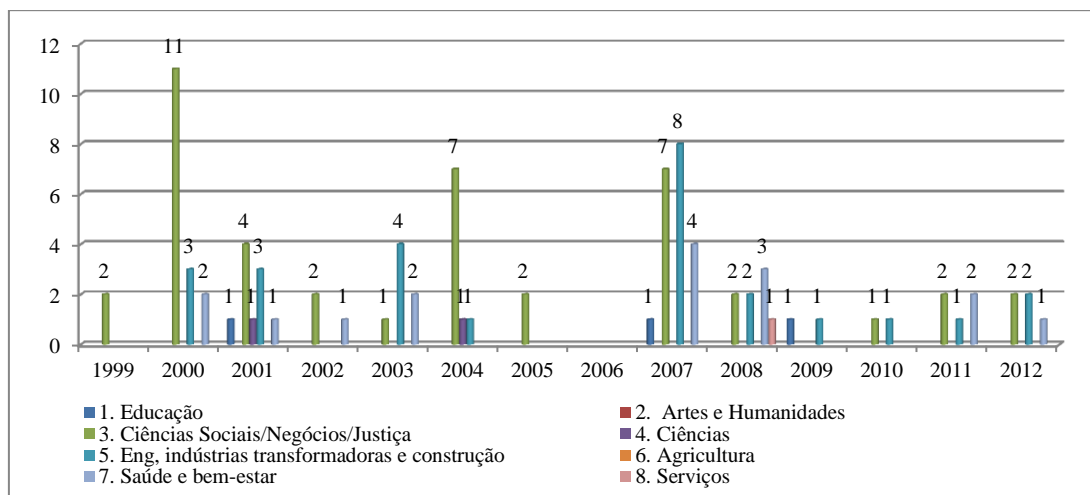
Fonte: Dados recolhidos junto das IES privadas (2012)

Nestes quadro e gráfico, é notória a dinâmica de crescimento das instituições de Ensino Superior privado em Angola, o que confirma a presença crescente e decisiva do setor privado perante a procura deste nível de ensino. Um dos pontos marcantes prende-se com uma maior oferta formativa, que inicialmente era de iniciativa de instituições públicas, e que passou rapidamente para a iniciativa privada. Basta observarmos que de 1 instituição de Ensino Superior privado, 2 cursos e 349 estudantes matriculados, em 1999, assistimos ao crescimento para 10 instituições de Ensino Superior privado, 105 cursos, 328.731 (106,16%) estudantes matriculados e mais de 3761 (2,73%) diplomados, até o primeiro semestre de 2012. Num contexto em que a procura suplanta de longe a oferta, no período de 12 anos assistiu-se ao aumento de instituições de Ensino Superior privado com uma taxa de

crescimento na ordem de 900%. Percebe-se, desta forma, que a demanda crescente pelo Ensino Superior tem sido provida pelo Ensino Superior privado. Neste sentido, a universidade pública, que era inicialmente a única instituição de Ensino Superior, já não lidera a expansão desse subsistema, cujo ritmo de crescimento, muito recente, é marcado pelos investimentos privados.

Os cursos criados por área de formação pelas universidades privadas procuram responder às necessidades que vão sendo gradualmente identificadas no sentido de dar simultaneamente resposta à procura dos estudantes e às políticas do Governo, traduzidas na preocupação de formar mais diplomados, capazes de garantir o desenvolvimento económico e o desenvolvimento social de forma equilibrada e eficiente (Crespo, 1993). Esta ideia é reforçada pela regionalização da rede de estabelecimentos de Ensino Superior em todo o país, por forma a evitar assimetrias regionais e atenuar a desigualdade de acesso ao Ensino Superior, cuja oferta encontra-se predominantemente em Luanda. Vejamos as informações que nos reportam o gráfico 3 e quadro 15.

**Gráfico 3** - Número de cursos criados por áreas de formação nas 10 universidades privadas estudadas de 1999-2012



**Fonte:** Fonte: IES Privada

**Legenda.** - Universidades privadas - Distribuição das áreas de formação de acordo com o International Standard Classification of Education (ISCED) 2011 (UNESCO, 2011)

**Quadro 15** - Cursos das instituições Ensino Superior Privadas em estudo

N.º	Instituições	Cursos	Total
1	Universidade Católica de Angola	Direito; Engenharia; Economia e Gestão; Ciências Humanas	4
2	Universidade Jean Piaget de Angola	Direito; Economia e Gestão; Sociologia; Psicologia; Motricidade Humana; Medicina; Enfermagem; Farmácia; Petróleos; Eletromecânica; Informática de Gestão; Construção Civil	12
3	Universidade Lusíada de Angola	Direito; Relações Internacionais; Economia; Gestão de Empresa; Contabilidade;	9

		Recursos Humanos; Informática; Psicologia; Arquitetura	
4	Universidade Independente de Angola	Direito; Gestão e Marketing; Ciência da Comunicação; Eng. Civil; Eng. Informática; Eng. de Recursos Naturais e Ambiente; Eng. Eletrotécnica e Telecomunicações	8
5	Universidade Gregório Semedo	Direito; Organização e Gestão de Empresa; Eng. Informática; Gestão de Recursos Humanos; Informática de Gestão; Gestão Comercial e Marketing	6
6	Universidade de Belas	Direito; Relações Internacionais; Enfermagem; Serviço de Saúde; Fisioterapia; Contabilidade e Gestão; Petróleo; Ciências da Computação; Administração e Marketing	10
7	Universidade Óscar Ribas	Direito; Psicologia; Eng. Informática; Eng. Civil; Eng. Eletrotécnica; Gestão e Administração Pública e Marketing; Relações Internacionais	7
8	Universidade Privada de Angola	Relações Internacionais; Saúde; Arquitetura e Urbanismo; Enfermagem; Farmácia; Fisioterapia; Odontologia; Eng. Informática; Hotelaria e Turismo; Eng. Civil; Psicologia; Gestão e Contabilidade; Comunicação Social	13
9	Universidade Metodista de Angola	Direito; Administração e Gestão de Empresa; Gestão Bancária e Seguradora; Contabilidade e Fiscalidade; Eng. Mecatrónica; Eletromecânica; Eletrónica; Computação; Eng. Industrial; Arquitetura e Urbanismo	10
10	Universidade Técnica de Angola	Eng. Informática; Eng. Ambiental; Eng. de Minas; Arquitetura e Urbanismo; Informática Empresarial; Contabilidade e Administração; Gestão de Recursos Humanos; Política e Relações Internacionais; Cursos de Línguas	9

Fonte: Ministério do Ensino Superior

Os dados expostos no gráfico 3 revelam que os cursos criados por áreas de formação de forma mais significativa foram as áreas de Engenharias, Indústria Transformadora e Construção; e as de Ciências Sociais, Negócio e Justiça. A Educação, as Artes e Humanidades, as Ciências Exatas e Naturais; a Saúde e Bem-Estar e a Agricultura apresentam menor expressão. A leitura que nos é dada fazer é que os Cursos da área de Ciências Sociais, Negócio e Justiça, num primeiro momento, (nos anos de 2000, 2004 e 2007), foram os mais concorridos, registando alterações de forma decrescente. Em contrapartida, até ao momento, os cursos da área de Engenharias, Indústria Transformadora e Construção registaram um crescimento no mesmo período, decrescendo somente nos anos de 2010 e 2012. Provavelmente estas variações acontecem pelo facto de neste período nos depararmos com a abertura de mais instituições e consequentemente com mais cursos, o que é particularmente visível nos anos de 2000, 2004 e 2007.

Podemos igualmente constatar que os cursos da área de Ciências Sociais, Negócio e Justiça foram, num primeiro momento, os mais procurados aquando do início do aparecimento das instituições de Ensino Superior privado, com particular incidência nos anos de 2000, 2004 e 2007. Os cursos de Engenharias, Indústria Transformadora e Construção são os mais procurados em segundo lugar, apresentando uma evolução crescente entre 2000 e 2012, com representação mais significativa em 2007. Os cursos da área de Saúde e Bem-Estar consistiram numa aposta dos estudantes desde 2000 e até 2012 revelando uma procura um tanto ou quanto expressiva.

Em comparação com os Cursos da área de Educação, Ciências e Saúde e Bem-Estar, que apresentam uma procura regular, tendo em conta a representatividade, enunciada no quadro que os cursos da área de Artes e Humanidades e de Agricultura são os menos

procurados, na medida em que não aparecem assinalados no gráfico. Esta situação explica a tendência que atualmente se verifica no que diz respeito “à procura social de educação superior” (Cabrito & Chaves, 2011, p. 47) e das escolhas dos cursos oferecidos pelas instituições de Ensino Superior privado por parte dos estudantes e das famílias. Nesta ordem de ideias a sociedade civil angolana exige um crescimento da oferta de cursos e de instituições (Queiroz, 2011), e “os cursos são objeto de procura por parte dos indivíduos que escolhem determinadas áreas de estudos para elevarem e garantirem um estatuto e uma posição social diferente na sociedade” (Cabrito, 2002, p. 95), destacando o facto de as altas qualificações proporcionarem melhores condições de vida para toda a família, na medida em que leva a um equilíbrio “qualificação alta-salário alto” (OCDE, 2013, p. 15). O excerto de algumas entrevistas realizadas aos reitores sustentam esta realidade:

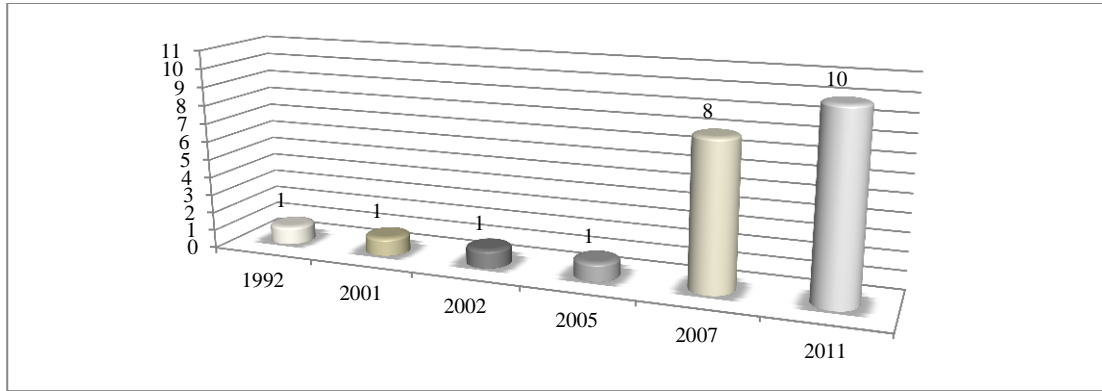
Os cursos que foram aparecendo (...) foi mais em função daquilo que se pensava de procura e também muitas vezes do condicionalismo dos professores que nós temos. (E1)

Nós propusemos cursos mais procurados no mercado, aqueles que os estudantes mais procuram e que de certa forma que mais facilmente há empregadores. (E5)

Aqueles cursos que “estão na moda” e que as empresas precisam (...) há cursos que são imprescindível a qualquer tipo de empresa e estes foram os primeiros. (E2)

Em virtude de a expansão do secundário e de outras instituições de ensino pós-secundário ter propiciado o aumento da procura, num contexto em que as universidades públicas não tinham capacidade de resposta, a demanda crescente por uma formação universitária foi o grande impulso para o reconhecimento e o crescimento do Ensino Superior privado, que tem disponível uma oferta formativa para os estudantes e suas famílias que procuram fazer da formação superior um projecto de realização profissional pessoal (Brito, 2001). Por forma a corresponder às expectativas da população, como vimos, o Governo produziu instrumentos normativos que conferiam às instituições privadas um papel subsidiário na prestação de um serviço de interesse geral e bem público social, com base no princípio segundo o qual “o desenvolvimento do Ensino Superior é justificado pelas perspectivas teóricas do capital humano associadas a uma visão optimista dos benefícios sociais e económicos da educação” (Seixas, 2000, p. 9). Até o primeiro semestre de 2012, Angola tinha dez universidades privadas registadas, a funcionarem autonomamente, com base nas respetivas missões e objetivos, e que eram geridas por capital económico próprio nas suas operações de investimento. O gráfico 4 é ilustrativo desta intenção de o Estado facilitar abertura de mais estabelecimentos de Ensino Superior privado.

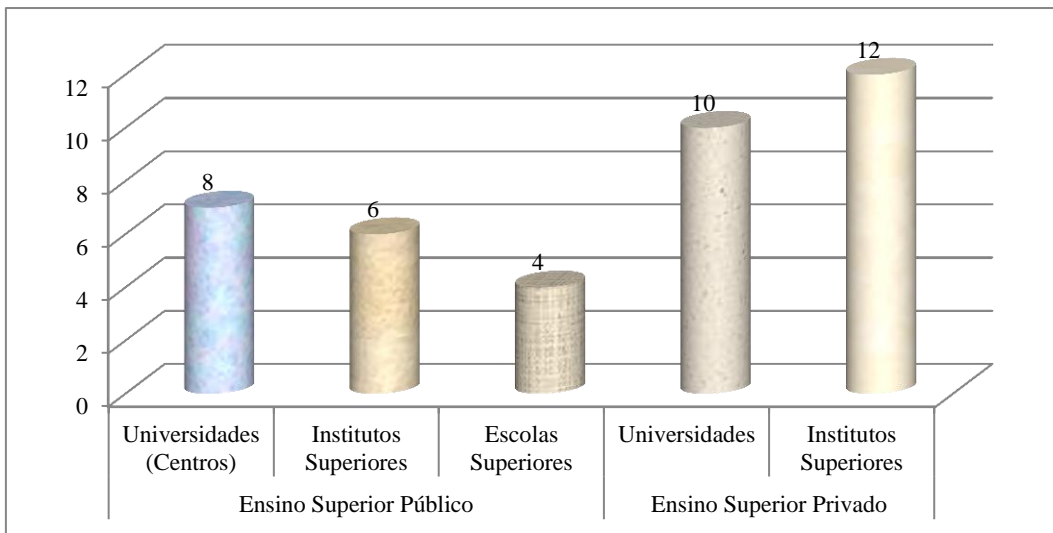
**Gráfico 4 – Evolução das IES privadas reconhecidas pelo MES de 1992 até 2011**



Fonte: Ministério do Ensino Superior (2012)

**Legenda** (ano de criação das IES privadas): **1992** - Universidade Católica de Angola | **2001** - Universidade Jean Piaget de Angola | **2002** - Universidade Lusfada de Angola | **2005** - Universidade Independente de Angola | **2007** - Universidade Privada de Angola; Universidade Gregório Semedo; Universidade de Belas; Universidade Óscar Ribas; Universidade Metodista; Universidade Técnica de Angola; Instituto Superior Técnico de Angola; Univ. Sup. C.S. e Rel. Internacionais | **2011** - Instituto Politécnico de Benguela; Inst. Sup. Politécnico Metropolitano; Inst. Sup. Politéc. de Tecn. e Ciência; Inst. Sup. Polit. Hum. Tecn. Ekuikui II; Instituto Superior Politécnico do Cazenga; Instituto Sup. Politécnico da Tundavala; Instituto Superior Politécnico do Kangojo; Instituto Sup. Politécnico Independente; Instituto Superior Politécnico Pangeia; Instituto Sup. Politec. Gregório Semedo.

**Gráfico 5 – Número de IES públicas e privadas**



Fonte: Dados obtidos no Ministério do Ensino Superior (2012)

Como constatámos nos gráficos 4 e 5, o aumento gradual e constante das instituições de Ensino Superior privadas, em Angola, no período em estudo, reflete a tendência da expansão destas instituições. O maior crescimento registou-se nos anos de 2000, 2004 e 2007, consequentemente com um aumento do número de alunos na ordem de 72.365. Este resultado permite-nos afirmar que o discurso político defendia a subsidiariedade entre o Ensino Superior público e privado como um desiderato fundamental

para que a sociedade angolana pudesse concretizar as aspirações à formação académica e por essa via, garantir melhores condições de vida e simultaneamente contribuir para o crescimento económico e desenvolvimento social do país, com aplicação de competências académicas, científicas e tecnológicas adquiridas ao longo da trajetória académica.

Todavia, ao longo desta discussão tornou-se evidente que a relação entre o Estado e as universidades privadas traduz uma convergência na prossecução de objectivos estratégicos que consiste em reforçar a oferta formativa para a satisfação imediata das necessidades das famílias, dos indivíduos, e das empresas. É nesta linha de pensamento que se argumenta que “é preciso que as universidades continuem à altura de responder à procura, adaptando constantemente os novos cursos às necessidades da sociedade” (UNESCO,1996, p. 143).

Os capítulos que acabamos de apresentar abordam, num primeiro momento, o processo histórico do desenvolvimento das universidades e sistemas de Ensino Superior em África. Procedemos à caracterização das instituições de Ensino Superior que surgem em África, a partir das quais foram projetadas outras universidades depois das independências dos países africanos. Identificamos as expectativas africanas relativamente ao papel que deve ser desempenhado pelo Ensino Superior no desenvolvimento socioeconómico do continente. Não perdemos de vista as tendências internacionais e o seu impacto em África, através das acções desenvolvidas pela UNESCO e pelo Banco Mundial. Num segundo momento, abordamos igualmente o desenvolvimento da universidade em Angola, numa perspetiva histórica, e procedemos ao estudo dos processos de implementação de políticas públicas do Ensino Superior. Posteriormente, procuramos aprofundar o conhecimento das dinâmicas da expansão do Ensino Superior privado em Angola, através da análise da oferta formativa, tendo em atenção os indicadores que permitem determinar o número de instituições, de alunos matriculados, de cursos e de diplomados, desde a aprovação das primeiras disposições legais que regulam o surgimento dos operadores privados.

Neste contexto, procurámos seguidamente nos deter na temática em estudo a partir da aplicação da metodologia de investigação qualitativa e quantitativa, analisando os testemunhos dos vice-reitores, das famílias e dos estudantes das instituições de Ensino Superior privadas. Tendo em conta que o objectivo deste estudo é de proporcionar uma compreensão profunda da expansão do Ensino Superior privado em Angola.



**PARTE II**

**ESTUDO EMPÍRICO**



# **ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS**

## **1. Problemática, objetivos e hipóteses**

O que mobiliza a mente humana são os problemas, ou seja, a busca de um maior entendimento de questões postas pelo real, ou ainda a busca de soluções para problemas nele existentes, tendo em vista a sua modificação para melhor (Laville & Dionne, 1999, p. 85). Uma investigação por definição visa algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite mesmo com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica. Muitos vivem este momento com angústia, outros como um fenómeno normal e estimulante (Quivy & Campenhoudt, 2005).

O processo acentuado de obtenção de escolarização por parte dos jovens e das suas famílias, que se tornou num dos principais recursos para manter ou melhorar as posições sociais começou em Angola muito recentemente, com forte incidência na atual procura do Ensino Superior, que demonstra ser pouco suscetível de regredir.

O desenvolvimento do Ensino Superior, em Angola, nos últimos anos, tem acompanhado as diferentes fases da evolução sociopolítica e económica da sociedade. A UAN, que até ao final da década de 1990 era a única universidade pública, deu início ao processo de expansão conducente à formação de uma rede de estabelecimentos de Ensino Superior pública e privadas, composta por 8 regiões académicas, tendo em vista melhorar a eficiência do Ensino Superior e procurando superar alguns problemas, tais como: a falta de infra-estruturas; as dificuldades de resposta perante a demanda; a exiguidade do corpo docente; a falta de qualificação pedagógica; a pouca flexibilidade dos currículos; as baixas remunerações salariais; os poucos recursos financeiros destinados ao subsistema do Ensino Superior, e a ausência de políticas públicas adequadas ao desenvolvimento do Ensino Superior.

A Lei de Bases do Sistema de Educação de Angola (LBSE), aprovada em 2001, constitui a base legal das Reformas Educativa realizadas e constitui uma referência importante para o setor da educação, porquanto define, no n.º 2 do seu artigo 1.º, que “o subsistema de Ensino Superior visa a formação de quadros de alto nível para os diferentes ramos de atividade económica e social do País, assegurando-lhes uma sólida preparação científica, técnica, cultural e humanística”.

Perante o novo quadro existente em Angola, caracterizado por uma grande expansão

e regionalização da rede das universidades públicas e privadas em todo o país, e a importância que têm estas últimas na satisfação da procura, colocam-se-nos as seguintes questões:

- Qual o impacto das instituições de Ensino Superior privado na resposta à crescente procura que se tem verificado, no decurso dos últimos anos?
- Com que racionalidade se opera para a criação da oferta formativa das universidades privadas?
- Que cursos o Ensino Superior privado oferece, tendo em vista a formação académica útil ao desenvolvimento do país?
- Em que medida a oferta formativa das universidades privadas têm em conta as necessidades do país?

Para o estudo destas questões de investigação foram definidos os seguintes objetivos:

- Compreender a posição das universidades privadas na estrutura da oferta perante a procura da formação superior em Angola;
- Perceber as racionalidades que estão na base da criação dos cursos/áreas do Ensino Superior privado em Angola;
- Compreender a relação entre as universidades privadas, as famílias e os estudantes;
- Conhecer as representações das instituições de Ensino Superior privadas e das famílias sobre o papel das instituições de Ensino Superior privadas;
- Compreender o papel do Estado em matéria de regulação do Ensino Superior privado.

A hipótese é um momento do processo heurístico, uma explicação provisória sobre as relações entre dois ou mais fenómenos, que ajudam a focalizar um estudo. Em resposta às quatro questões de investigação formuladas, apresentam-se seguidamente algumas hipóteses explicativas:

H1 - As mudanças registadas nas políticas educativas angolanas referentes à implementação do Ensino Superior privado impulsionaram a criação de instrumentos legais com vista à sua regulação;

H2 – Para a proposta da oferta formativa, as universidades privadas têm em conta as prioridades do desenvolvimento económico de forma a responder às demandas do mercado de trabalho;

H3 - As universidades privadas proporcionam às famílias oportunidades de concretizar as aspirações dos seus filhos, em matéria de qualificação, no que diz respeito a aquisição de capital cultural, aquisição de conhecimento, e capital simbólico ligado às credenciais académicas, assumindo que o diploma universitário permite um outro estatuto social;

H4 - As universidades privadas contribuem para satisfazer o aumento da procura de ensino superior, não respondida integralmente por meio do aumento da oferta de vagas pelas instituições públicas.

## **2. Opções metodológicas**

Estuda-se um determinado caso quando ele se reveste de um interesse especial, procurando a interação com os seus contextos (Stake, 2012). O estudo que nos propusemos realizar foi de natureza compreensiva e descritiva, está associado ao procedimento lógico de uma investigação empírica<sup>69</sup>, baseado numa metodologia mista, que pode combinar uma variedade de métodos, qualitativo e quantitativo (Bell, 1993), igualmente utilizado nesta pesquisa, tendo em vista obter informações complementares. A escolha do método<sup>70</sup> qualitativo, de carácter descritivo, indutivo, particular e de natureza heurística visa a compreensão do fenómeno em estudo. Como referem Bogdan e Bikler (1994), uma das características fundamentais da investigação qualitativa prende-se com a descrição e compreensão dos fenómenos estudados em toda a sua complexidade, privilegiando o contacto direto e prolongado com os sujeitos no seu meio natural. Do mesmo modo, Ludke e André (1986) argumentam que a pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento, através do trabalho intensivo de campo.

A presente investigação segue o paradigma qualitativo e quantitativo, referente às

---

<sup>69</sup> De acordo com Hill e Hill (2012, p. 19), “uma investigação empírica é uma investigação em que se fazem observações para compreender melhor o fenómeno a estudar”.

<sup>70</sup> Para Ludke e André (1986), o que determina a escolha da metodologia é a natureza do problema.

universidades privadas em Angola<sup>71</sup>. Portanto, recorreremos ao uso de mais de um método<sup>72</sup> para a recolha de dados, denominado de método de aproximação múltipla, conhecido também como triangulação<sup>73</sup>.

Neste sentido, a triangulação pode significar a combinação de vários métodos qualitativos, mas pode também significar “a combinação de métodos qualitativos e quantitativos” (Flick, 2005, p. 270). As diferentes perspetivas metodológicas complementam-se no estudo de um assunto, visando compensar os pontos fracos de cada um dos métodos. O que se pretende é que esta articulação seja compreendida numa lógica de complementaridade e não de rivalidade de ambos os métodos adotados pela investigadora. É preciso ter presente que os diferentes métodos mantêm-se autónomos, funcionando lado a lado, tendo como ponto de encontro a natureza do assunto estudado e que nenhum deles se sobrepõe ao outro, pois a triangulação é a busca de interpretações adicionais, mais do que a confirmação de um único significado.

A articulação da investigação qualitativa com a quantitativa pode centrar-se num caso, como por exemplo entrevistarem-se pessoas e, simultaneamente aplicarem-se questionários. Flick (2005, p. 271) conclui que “as respostas de ambos os casos são comparadas, agregadas e relacionadas umas com as outras”. As respostas do questionário são analisadas em termos de frequência de distribuição na amostra, e as respostas da entrevista são analisadas através da análise de conteúdo. Posteriormente, são conjugadas e comparadas a distribuição das respostas do questionário e da análise de conteúdo elaborada a partir das entrevistas.

É neste contexto que a investigadora, pela natureza da sua profissão de professora,

---

<sup>71</sup> A escolha dos temas a serem investigados nem sempre é voluntária, dependem da demanda e dos problemas que precisam de solução. O contexto social em que se vive e os problemas que esse contexto enfrenta ditam o tipo de temas que serão de interesse estudar (Rosário, 2013, p. 9). A escolha do presente estudo decorre do contexto atual que se vive em Angola a nível do Ensino Superior caracterizado por uma expansão das instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

<sup>72</sup> De acordo com Judith Bell (1993), nenhuma abordagem depende unicamente de um método, da mesma forma que não exclui determinado método, apenas porque é considerado “qualitativo”, “quantitativo”, ou designado por “estudo de caso”, “investigação- ação”. Para Stake (2012) é importante sentir-se confortável com a distinção sobre os métodos de investigação qualitativo, por exemplo a investigação com estudo de caso não é uma investigação por amostragem, nós não estudamos um caso com o objetivo de entender outros casos, na medida em que a nossa obrigação é compreender esse caso específico.

<sup>73</sup> Para Judith Bell (1993) trata-se de verificação da existência de certos fenómenos e da veracidade da afirmação individuais através da recolha de dados a partir de um determinado número de informantes e de fontes e comparações e confrontação subsequentes de uma afirmação com a outra, de forma a produzir um estudo tão completo e equilibrado quanto possível (Bell, 1993, p. 96).

elege o campo de investigação educativa<sup>74</sup> como objeto de pesquisa que, na feliz expressão de Coutinho (2008, p. 14), “é algo que está implícito quando alguém se assume na docência”, pois entende que se trata de um contexto em que o processo das relações humanas é dinâmico, interativo e interpretativo. Esta opção levou a investigadora a seguir uma estrutura metodológica com base no paradigma qualitativo e quantitativo, partindo do princípio de que as contribuições desse tipo de investigação estão na sua capacidade de compreensão dos fenômenos relacionados com a “escola”, e por proporcionar a real relação entre a teoria e a prática, oferecendo ferramentas eficazes para a interpretação das questões educacionais (Oliveira, 2008).

### **3. Instrumentos e procedimentos**

Na pesquisa qualitativa os instrumentos deixam de ser vistos como um fim para se tornarem numa ferramenta interativa entre o investigador e o sujeito investigado. De acordo com Rey (2005, p. 42), o instrumento é considerado como a “única via legítima para a produção da informação na pesquisa, porque representa o meio pelo qual provocamos a expressão do outro sujeito”. O instrumento representa o meio que deve envolver as pessoas emocionalmente, o que facilitará a expressão de sentidos subjetivos. Ao longo da realização das entrevistas e da aplicação dos questionários verificamos a entrega e curiosidade dos entrevistados e dos inquiridos em responder às questões elaboradas.

Recorremos às entrevistas e aos questionários para tornar compreensível e transformar em dados interpretáveis a informação diretamente comunicada pelos entrevistados e inquiridos, tal como diz Tuckman (2005, p. 307):

Ao possibilitar o acesso ao que uma pessoa está a pensar, é possível medir o que uma pessoa sabe (informação ou conhecimento), o que gosta e não gosta (valores e preferências) e o que pensa (atitudes e crenças), podendo esta informação ser transformada em números e dados quantitativos.

Neste sentido, realizamos entrevistas e aplicamos questionários para obter

---

<sup>74</sup> De acordo com Coutinho (2008, p. 68), a investigação educativa é uma atividade de natureza cognitiva que consiste num processo sistemático, reflexível e objetivo do estudo e que contribui para explicar e compreender os fenômenos educativos.

informação sobre um determinado grupo de pessoas que constituem o grupo alvo ou população em estudo.

No presente estudo foram utilizados dois instrumentos de recolha de dados:

(i) A realização de **entrevista**, a dois grupos alvo, os vice-reitores, sobre o interesse e o propósito da criação das instituições privadas de Ensino Superior em Angola, no período entre 1999 e 2012, por forma a obter a perspetiva das entidades promotoras (reitores) de algumas destas instituições. O outro grupo foi constituído pelas famílias, sobre o grau de envolvimento das famílias de estudantes de classes sociais menos favorecidas no Ensino Superior privado em Angola e a importância que atribuem à educação, entendida como um investimento para o futuro dos seus filhos. Para o desenvolvimento do estudo, recorremos à entrevista semi-estruturada, e para a análise dos dados à técnica de análise de conteúdo.

(ii) A aplicação de **questionário** aos estudantes, sobre a forma como tomam as suas decisões nos processos de candidatura, na escolha dos cursos e das universidades privadas e a forma como representam as suas expectativas em relação à mobilidade social face ao agregado familiar, o que permitiu aceder a dados primários junto dos estudantes que frequentavam algumas universidades privadas no ano de 2014. A amostra de inquiridos foi construída tendo em conta o método de seleção aleatória e os dados recolhidos foram tratados com o auxílio do programa estatístico *Software IBM Statistical Package for Social Sciences (SPSS) V:19*.

#### **4. Técnicas de recolha e tratamento dos dados**

##### **4.1. Entrevista: instrumento de recolha de dados e de análise de conteúdo**

No presente estudo recorremos ao uso da técnica de entrevista, enquanto instrumento metodológico, que consiste numa ferramenta interativa que adquire sentido dentro de um espaço dialógico e na qual o estabelecimento de um vínculo entre o pesquisador e os sujeitos investigados pode contribuir para a qualidade da informação recolhida. A entrevista constitui um instrumento de recolha de dados “universalmente aceite com a finalidade de recolher informações sobre as opiniões, perspetivas e

expectativas do entrevistado, obedecendo a certos parâmetros, critérios e procedimentos de acordo com o objetivo e temática a abordar” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 91). Optou-se pela utilização da entrevista semi-estruturada, pelo facto de representar, uma opção teórico-metodológica legítima na produção de conhecimentos nas ciências humanas, que valoriza o singular como campo produtivo de investigação.

A entrevista “consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de certo ato social como a conversação” (Goode & Hatt, citados por Marconi & Lakatos, 2005, p. 198), sendo uma técnica de adaptabilidade, visto que a sua utilização privilegia a exploração de determinadas ideias, a investigação de motivos e sentimentos, permitindo a obtenção de informação pormenorizada, detalhada e descritiva relativamente ao que se pretende investigar.

No que diz respeito ao papel do entrevistador, Bogdan e Biklen (1994), referem que

Este deve seguir a linha de pensamento do interlocutor ao mesmo tempo que zela pela pertinência das afirmações relativamente ao objetivo da pesquisa, procurando instaurar um clima de confiança de forma a assegurar a cooperação do entrevistado, controlando o impacto das condições sociais da interação sobre a entrevista, utilizando uma linguagem acessível e adequada ao perfil do entrevistado (Bogdan & Biklen, 1994, p. 105).

E visando estabelecer uma relação entrevistador-entrevistado mais próximo possível de forma que a informação seja fiel.

Os processos para conduzir uma entrevista são diferentes dos que se utilizam para recolher dados por questionário, apesar do objetivo ser o mesmo: “obter os dados desejados (...)” (Tuckman, 2005, p. 359). Antes da realização da entrevista torna-se necessário ter em conta aspetos de natureza prática: definir o objeto; construir o guião de entrevista; escolher os entrevistados; preparar as pessoas a serem entrevistadas; marcar a data, a hora e o local. Na realização da mesma é necessário explicar quem somos e o que pretendemos; obter e manter a confiança; saber escutar; dar tempo para se familiarizar a relação. A preparação da entrevista engloba um conjunto de atividades, desde a elaboração do guião de entrevista, à gravação da mesma e, por último, a sua transcrição.

Para a realização das entrevistas foram elaborados dois guiões de entrevista (ver Anexos 1 e 2), de acordo com Estrela (1996), para recolher informações junto das instituições de Ensino Superior privadas e das famílias, a saber: (i) o guião de entrevista para as instituições contém nove blocos e tem como objetivo obter informações sobre o impacto das instituições de Ensino Superior privadas na procura do Ensino Superior e no

processo de criação dos cursos nestas instituições; (ii) o guião de entrevista para as famílias contém oito blocos e tem como objetivo obter informações sobre a relação dos estudantes e suas famílias com as instituições de Ensino Superior privadas e as representações destas instituições.

Na fase da recolha dos dados fez-se a seleção da amostra, que se caracteriza por dois tipos de população, por um lado, os vice-reitores e, por outro lado, as famílias, o contacto prévio dos sujeitos e a marcação do dia da realização da entrevista. No dia do encontro marcado, que ocorreu em dias e horas diferentes, ao longo do ano de 2013, para cada um dos sujeitos a investigadora apresentou brevemente os objetivos e a natureza do trabalho, procurando fazer com que se sentissem à vontade para expressarem abertamente as suas opiniões sobre as temáticas apresentadas pela investigadora. Explicou a forma como iria registar as respostas, através da utilização de um gravador, e solicitou o consentimento dos entrevistados, segundo princípios éticos observados numa investigação, para assegurar a proteção das identidades dos sujeitos e para que a informação recolhida não causasse qualquer tipo de transtornos ou prejuízos (Bogdan & Biklen, 1994).

As entrevistas decorreram em locais propostos pelos próprios sujeitos do estudo, que na sua maioria (com exceção de um vice-reitor e uma família) preferiram que a mesma se realizasse no seu local de trabalho, o que proporcionou um ambiente calmo para a conversa, que teve a duração de aproximadamente uma hora.

A análise de conteúdo (Bardin, 2007), foi a técnica utilizada pela investigadora, pois como refere Vala:

Hoje é uma das técnicas de tratamento de informação mais comuns na investigação empírica, podendo incidir sobre material não estruturado, e permite trabalhar a entrevista aberta, realizada sempre que um investigador não se sente apto para antecipar todas as categorias ou formas de expressão que podem assumir representações ou práticas dos sujeitos. (Vala, 1986, p. 107)

Este tipo de análise, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2005, p. 227), “(...) oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade (...)”. Através desta técnica foi possível fazermos inferências das informações, permitindo a passagem da descrição à interpretação com o objetivo de atribuir sentido e significado às características dos elementos recolhidos, enumerados e organizados.

A realização da entrevista implica a elaboração da análise de conteúdo, que se

caracteriza por ser uma técnica de investigação com um vasto campo de aplicação. Segundo os argumentos de Bardin (2007, p. 16) “permite a descrição objetiva, sistemática e qualitativa/quantitativa do conteúdo manifesto da informação e comunicação dos dados recolhidos através da apresentação de questões”. No presente estudo, foi utilizada esta técnica por ter objetivos pragmáticos e interpretativos, e consistir numa das técnicas mais utilizadas nas diferentes áreas das Ciências Sociais e Humanas. Nesta mesma linha de pensamento, Laville e Dionne (1999, p. 214) sustentam que um dos princípios da análise de conteúdo “consiste em desmontar ou desconstruir a estrutura e os elementos dos dados recolhidos para esclarecer as suas diferenças, características e extrair a sua significação”. Ou seja, constitui um conjunto de vias possíveis para a reconstrução do sentido de um conteúdo. No entender de Vala (1986, p. 104), trata-se de uma “técnica de tratamento de informação”, visando a descrição objetiva e sistemática dos resultados.

Na presente pesquisa, a informação global (dados brutos) obtida através da transcrição das entrevistas, o que se designa por protocolo (ver anexo 3 e 4), foi submetida à análise de conteúdo (ver anexo 5 e 6). O tratamento desta informação através da análise de conteúdo consistiu na descrição e enumeração das características do texto e a sua posterior codificação, que, no entender de Holsti (1969, citado por Bardin, 2007, p. 97), consiste no “processo pelo qual os dados brutos são transformados e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição das características pertinentes do conteúdo”, e construção de categorias, de subcategorias, de unidades de registo<sup>75</sup> e as respetivas frequências<sup>76</sup>.

O processo de categorização é uma operação de classificação de elementos constituintes de um conjunto por diferenciação e por agrupamento com os critérios previamente definidos e baseia-se no argumento de que uma característica é tanto mais frequentemente citada quanto mais importante for para o entrevistado (Bardin, 2007; Quivy & Campenhoudt, 2008). Este processo tem como objetivo fornecer uma representação simplificada dos dados brutos e é composto por termos que indicam o significado que a mesma categoria realça através do discurso da entrevista e, no caso das subcategorias, pretende-se que estas organizem os conteúdos, oferecendo coerência e atribuindo um

---

<sup>75</sup> De acordo com Bardin (2007, p. 98), a unidade de registo é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial. Pode ser de natureza e de dimensões muito variáveis.

<sup>76</sup> Frequência é a medida geralmente mais usada e corresponde ao postulado de válidos em certos casos e noutros não, sendo que a importância de uma unidade de registo aumenta com a frequência de aparição e a regularidade quantitativa de aparição é aquilo que se considera significativo (Bardin, 2007).

sentido claro à categoria principal.

Em todo o processo existe a preocupação na escolha correta das categorias em análise, com o objetivo de evidenciar de forma significativa as informações presentes nas entrevistas, para que a categorização reduza a complexidade, no sentido de estabilizar, identificar, ordenar e atribuir significado às informações recolhidas, através do envolvimento emocional das pessoas, e facilitar a expressão de sentidos subjetivos do entrevistado.

#### **4.2. Questionário: recolha, tratamento e análise estatística dos dados**

Como referimos anteriormente, no presente estudo recorreremos igualmente ao uso da técnica do inquérito por questionário, que, de acordo com Ghiglione e Matalon (2001, p. 7), “pode ser definido como uma interrogação particular acerca de uma situação englobando indivíduos, com o objetivo de generalizar”, que nos serviu de meio para recolher dados junto do grupo alvo<sup>77</sup> (constituído por 153 estudantes) e extrair conclusões (Tuckman, 2005). Para Hoz (1985, p. 58) “o questionário é um instrumento para a recolha de dados constituído por um conjunto mais ou menos amplo de perguntas e questões que se consideram relevantes de acordo com as características de dimensões do que se deseja observar”. Neste sentido, o uso deste método revelou-se o mais adequado para “a análise de um fenómeno social que se julga poder apreender melhor a partir de informações dos indivíduos da população em questão” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 189). A opção por este método apresenta-se igualmente pertinente pois permite quantificar uma multiplicidade de dados e proceder a numerosas análises (idem).

O inquérito construído com base em questões fechadas (ver Anexo 7), com uma duração de resposta aproximada de 40 minutos, foi aplicado de forma direta pela investigadora aos estudantes que frequentavam cinco (5) universidades privadas de Angola, no ano de 2014, com o objetivo de apreender empiricamente a realidade dos processos de escolha a partir do momento da tomada de decisão de frequentar a instituições de Ensino Superior privada, e inquirir uma parte significativa de alunos que estudam nestas

---

<sup>77</sup> A população ou grupo alvo utilizada num estudo em que se recorre ao questionário é o grupo sobre o qual o investigador tem interesse em recolher informação e extrair conclusões (Tuckman, 2005).

instituições. O inquérito foi distribuído de forma diversificada e aleatória<sup>78</sup> com base numa amostra probabilística de escolha ao acaso, em que todos os elementos da população tiveram a oportunidade de serem conhecidos e selecionados (Laville & Dionne, 1999) para preencherem os questionários. Nos dias em que a investigadora se dirigiu às universidades, alguns estudantes que manifestaram interesse em participar neste estudo encontravam-se nas salas de aulas, nas bibliotecas e nos pátios, tendo em conta que naquele momento os alunos cumpriam um período de pausa pedagógica, devido ao Processo de Recenseamento da População Angolana, que teve lugar no mês de Maio, em todo o País. Para o preenchimento dos inquéritos, os estudantes tiveram ajuda de alguns docentes que se encontravam nas instituições e da própria investigadora, que garantiu o anonimato das respostas, como referido anteriormente.

Os dados recolhidos através dos questionários, aplicados de forma aleatória em alguns estudantes que frequentam as instituições de Ensino Superior privado, foram analisados com recurso à técnica de estatística descritiva, com o auxílio do programa informático estatístico *IBM SPSS Statistics*, que serve de suporte às aplicações, entre outros, a introdução, definição, organização e a utilização de gráficos na exploração de dados (Pestana & Gageiro, 2014). No total foram inquiridos 153 estudantes de cinco universidades privadas. Este baixo número de participantes no estudo deve-se principalmente ao facto de a recolha de dados ter sido feita numa altura em que as universidades se encontravam em pausa pedagógica, encontrando-se poucos estudantes nas instituições e destes poucos aceitaram colaborar com a investigadora, quer por desconhecimento da importância das informações solicitadas no âmbito de um processo de pesquisa, por considerarem não ser possível manter o seu total anonimato, apesar da explicação, da insistência e dos esclarecimentos prestados pela investigadora.

Em função da opção metodológica, foi considerada uma amostra de seleção aleatória, tendo sido dada relevância a um conjunto de variáveis tais como a idade, sexo, estado civil, estatuto familiar, meio de subsistência e profissão dos pais, que serviram de base à construção de “perfis” para a exploração desta investigação. Com a referida amostra procedemos a uma análise descritiva, que apresentaremos seguidamente.

---

<sup>78</sup> Segundo Tuckman (2005, p.183), uma forma de nos certificarmos de que a amostra é representativa da população mais ampla, é definir uma amostra aleatória.

## 5. Participantes do estudo: sua caracterização

Das 10 universidades privadas selecionadas para o estudo e às quais foram enviados pedidos de colaboração na presente investigação, contámos com uma participação positiva de metade das instituições. Neste sentido, das 10 cartas enviadas dirigidas aos Presidentes do Conselho de Administração (PCA) das dez Universidades selecionadas para o estudo, somente cinco instituições aceitaram conceder a entrevista, através da indicação dos seus vice-reitores. Esta situação passou-se igualmente com as famílias, na medida em que a nossa intenção consistia em entrevistar vinte famílias que tivessem os seus filhos a frequentar uma das dez instituições, mas apenas oito aceitaram conceder entrevista, que foi antecedida igualmente por um contacto prévio no qual se explicaram os motivos da referida recolha de dados. A mesma situação foi verificada junto dos estudantes, quando lhes foi solicitado que preenchessem os questionários, na presença da investigadora no local (Universidades), garantindo o total sigilo das respostas, servindo a sua presença para esclarecer de eventuais dúvidas e o facultar de orientações necessárias para o preenchimento dos inquéritos, mas que se deparou igualmente com uma recusa elevada de participação dos estudantes. Esta situação constituiu um desafio para a investigadora, pois, como refere Rosário (2013), algumas destas situações podem estar relacionadas quer com a dinâmica e logística de campo, outros quer com a sensibilidade dos temas abordados, e outros quer ainda com a perceção da utilidade da investigação por parte dos indivíduos alvo da investigação, o que leva o investigador a negociar para que estes aceitem “perder” tempo a fim de responderem a inquéritos que parecem não ter resultados palpáveis. Pensamos que as razões para este tipo de atitude, quer da parte das instituições, como das famílias e dos estudantes, devem-se provavelmente ao desconhecimento, algum tipo de receio, desconforto, e em alguns casos, principalmente, ao facto de a investigadora recorrer à utilização de um gravador, apesar de ter garantido o anonimato, para a proteção dos sujeitos, de acordo com as questões de ordem ética, que segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 75), “em investigação consiste nas normas relativas aos procedimentos corretos e incorretos (...)”.

Para a realização de entrevista, tivemos como participantes dois grupos alvo, 5 vice-reitores para as áreas científicas e académicas das universidades em estudo que aceitaram aceder a entrevista e 8 famílias. Os vice-reitores são professores de profissão/carreira,

estando atualmente a exercerem as funções de vice-reitores das referidas instituições. Quanto as habilitações dos mesmos apenas dois possuem doutoramento e os restantes são mestres. O outro grupo foi constituído por 8 famílias, que se caracterizam por trabalharem na função pública. As mesmas possuem poucas habilitações literárias e poucos recursos financeiros.

Quanto à aplicação dos questionários, tivemos como participantes 153 estudantes que responderam para os casos referenciados como o universo de análise. Em termos etários, constatamos que a população estudantil das instituições de Ensino Superior privadas em estudo nomeadamente Universidade Lusíada (ULA), Independente (UNIA), Privada (UPRA), Óscar Ribas (UOR) e Gregório Semedo (UGS), é maioritariamente jovem, rondando em média a idade dos 25 anos. Em termos de escalão etário, predomina o dos 21 aos 25 anos, onde encontramos mais de metade da população inquirida (53,6%). A população mais jovem, ou seja, com menos de 20 anos, representa 17% do universo inquirido, já os mais velhos, com idade superior a 26 anos, representam cerca de 29% desta população.

De um modo geral, podemos constatar que a população inquirida é maioritariamente jovem, como podemos observar no quadro abaixo apresentado. Estes dados são consentâneos com a estrutura etária angolana, como podemos verificar nos dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística de Angola (2015). Por esse facto, o sistema educativo de Angola é sujeito a pressão da parte da população estudantil, apesar de o subsistema de Ensino Superior ter conhecido recentemente um alargamento da rede de estabelecimentos de Ensino Superior público e privado, com a criação das oito regiões académicas.

**Quadro 16** – Distribuição por idades

	N	%
Menos de 20 anos (inclusive)	24	17,1
21-25 anos	75	53,6
26-30 anos	21	15,0
31-35 anos	8	5,7
36-40 anos	6	4,3
41-45 anos	5	3,6
46-50 anos	1	0,7

Fonte: Questionário administrado aos estudantes

No que se refere ao sexo dos inquiridos, a maioria é do sexo feminino, representando cerca de 63,2%, sendo apenas 36,8% do sexo masculino. Esta tendência, de um número maior da presença feminina no Ensino Superior, que se tem verificado em todo

mundo, revela-se igualmente em Angola, segundo os nossos dados, na medida em que encontramos em praticamente todos níveis de ensino uma maior presença significativa da população feminina.

**Quadro 17 – Distribuição por Sexo**

	N	%
Feminino	91	63,2
Masculino	53	36,8
<b>Total</b>	<b>144</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário administrado

Quanto ao estado civil, a grande maioria dos estudantes inquiridos é solteira, representando cerca de 86,1% dos respondentes. A presença de estudantes com outro estado civil, nomeadamente o de casado (9,9%), a viver em união de facto (2,6%) e divorciado (1,3%) são significativamente inferiores e praticamente residuais.

Tal distribuição não surpreende visto que o atual contexto angolano é caracterizado por uma população maioritariamente jovem. Nas instituições de Ensino Superior deparamo-nos mais com estudantes jovens do que com estudantes adultos. A tendência será de os mais velhos passarem a procurar o Ensino Superior, para aumentarem os seus conhecimentos e se qualificarem com vista a acompanharem os avanços da ciência e das novas tecnologias que estão a revolucionar o mundo global e aumentarem as suas possibilidades de aceder a um trabalho qualificado, com maior retorno social e económico.

**Quadro 18 – Estado civil**

	N	%
Solteiro	130	86,1
Casado	15	9,9
União de facto	4	2,6
Divorciado	2	1,3
<b>Total</b>	<b>151</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário administrado

Quanto à situação familiar, verifica-se que a grande maioria dos estudantes respondentes está integrado no agregado de origem, representando cerca 72,6%, que 15,6% constituem um agregado independente da família de origem e 11,9% estão integrados no agregado de origem, apesar de não residirem com ele. Este quadro demonstra que grande parte dos estudantes está integrado no seu agregado familiar de origem, o que pode ser associado ao facto de a maioria da população angolana ser jovem.

**Quadro 19** – Estatuto atual relativamente ao agregado familiar

	N	%
Está integrado no agregado de origem	98	72,6
Está integrado no agregado de origem e não reside com ele	16	11,9
Constitui um agregado familiar independente da família de origem	21	15,6
<b>Total</b>	<b>135</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário administrado

Para categorizarmos as profissões, optámos por adaptar a Classificação Portuguesa das Profissões 2010 (CPP) à realidade Angolana. Para tal, optámos por introduzir uma nova categoria, a dos *Funcionários Públicos*, que pela sua especificidade foi analisada separadamente das restantes categorias da CPP. Os grupos profissionais que mais se destacam no agregado familiar dos estudantes inquiridos é o de *Funcionário Público*, em que cerca de 39,2% são exercidas pelos pais e 31,7% pelas mães. Em segundo plano, está o de *Trabalhadores dos Serviços Pessoais, de Protecção e Segurança e Vendedores* (CPP5), em que as mães lideram com cerca de 30% e os pais representam apenas 5,6%.

Estes dados confirmam que, em Angola, grande parte dos estudantes que frequentam as universidades privadas são filhos de famílias que trabalham na função pública, auferindo um rendimento médio, que normalmente é suficiente para fazer face as despesas com habitação, transportes e alimentação, e restantes despesas da vida quotidiana, mas que pode não ser suficiente para sustentar os custos de uma instituição de Ensino Superior privada.

**Quadro 20** – Profissões dos pais - CPP (2010), em grande grupo (%)

	Mãe		Pai	
	N	%	N	%
<b>Funcionário público</b>	<b>39</b>	<b>31,7</b>	<b>49</b>	<b>39,2</b>
Dona de casa – Domestica	29	23,6	1	0,8
Professor	11	8,9	8	6,4
Enfermeiro	7	5,7	6	4,8
Empresário	6	4,9	2	1,6
Empregada domestica	5	4,1	-	-
Camponês	3	2,4	5	4,0
Medico	3	2,4	5	4,0
Comerciante	3	2,4	3	2,4
Empregada de limpeza	2	1,6	2	1,6
Advogado	2	1,6	1	0,8
Modista	2	1,6	-	-
Educadora de infância	2	1,6	-	-
Quitandeira vendedora	2	1,6	-	0,0
Contabilista	1	0,8	5	4,0
Polícia	1	0,8	2	1,6
Gestor	1	0,8	1	0,8
Guarda segurança	1	0,8	1	0,8
Antigo Combatente	1	0,8	-	-
Quinguila	1	0,8	-	-
Fisioterapeuta	1	0,8	-	-

Militar	-	-	8	6,4
Motorista	-	-	6	4,8
Piloto	-	-	4	3,2
Mecânico	-	-	4	3,2
Jornalista	-	-	3	2,4
Diplomata	-	-	2	1,6
Jurista	-	-	2	1,6
Economista	-	-	1	0,8
Administrador	-	-	1	0,8
Pastor de Igreja	-	-	1	0,8
Engenheiro	-	-	1	0,8
Soldador	-	-	1	0,8
<b>Total</b>	<b>123</b>	<b>100,0</b>	<b>125</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário administrado

À semelhança do que acontece com outras variáveis de caracterização dos estudantes inquiridos, pela sua jovialidade, também no rendimento familiar, mais concretamente os meios de subsistência durante o curso, surge o apoio dos pais como o principal meio (79,4%) de suporte da vida académica. Como meio secundário, encontramos as bolsas de estudos como o apoio secundário mais evidenciado (32,4%). Finalmente, para 28,2% dos inquiridos a remuneração da atividade profissional é também apresentada como o meio secundário, o que reflete que um quarto dos inquiridos tem uma atividade profissional remunerada.

**Quadro 21** – Meios de subsistência durante o curso (%)

	<b>Meio principal</b>		<b>Meio secundário</b>	
	<b>N</b>	<b>%</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Apoio dos Pais	112	79,4	17	23,9
Bolsa de estudo	4	2,8	23	32,4
Remuneração da atividade profissional	20	14,2	20	28,2
Outros	5	3,5	11	15,5
<b>Total</b>	<b>141</b>	<b>100,0</b>	<b>71</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Questionário administrado

**6. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS:  
APRESENTAÇÃO DOS DISCURSOS E  
PRÁTICAS DOS PROTAGONISTAS/ATORES  
DO ESTUDO EMPÍRICO**

## **6 – Análise e discussão dos resultados**

Podemos dizer que atualmente é frequente fazer-se a combinação das duas abordagens pela articulação dos resultados da investigação qualitativa e quantitativa no mesmo projeto. A combinação dos resultados da realização de uma entrevista e da aplicação de um inquérito tem como objetivos: (a) obter sobre o assunto em estudo um conhecimento mais alargado do que o proporcionado por uma única abordagem; (b) validar mutuamente os resultados das duas abordagens. Desta combinação podem surgir três tipos de resultados:

- 1) Os resultados qualitativos e quantitativos convergem, confirmam-se mutuamente e apoiam as mesmas conclusões;
- 2) Os dois resultados evidenciam aspetos diferentes de um problema, mas complementam-se e conduzem a um quadro mais complexo;
- 3) Os resultados qualitativos e os quantitativos são divergentes ou contraditórios.

Com efeito, se o interesse do investigador é combinar a investigação qualitativa e a quantitativa, no sentido de visar um conhecimento mais alargado, melhor e mais completo do problema, qualquer dos resultados é útil e interessante (Kelle & Erzberger, 2002, citado por Flick, 2005).

Com base nesta breve explanação metodológica, procuraremos seguidamente apresentar os resultados da aplicação da metodologia presente neste estudo, que visa contribuir para a construção de conhecimento sobre o Ensino Superior privado em Angola e sobre as representações que os estudantes e as suas famílias fazem da aposta na obtenção do diploma do Ensino Superior e da trajetória académica.

### **1. A lógica das instituições: uma formação direcionada para as demandas do Ensino Superior em Angola – discursos na primeira pessoa**

A apresentação e discussão dos resultados do estudo empírico tem como base as entrevistas realizadas a cinco vice-reitores de universidades privadas de Angola, através da

análise de comentários de alguns excertos.

A análise de conteúdo das entrevistas e o respetivo processo de categorização permitiu-nos definir seis grandes categorias: (i) Interesse em criar uma universidade privada; (ii) Criação de cursos; (iii) Expansão das instituições de Ensino Superior; (iv) Oferta de vagas das instituições de Ensino Superior; (v) Ensino-aprendizagem e profissionalização dos docentes; (vi) Relação com as famílias. Esta categorização permitiu-nos obter onze subcategorias: a) Processo de democratização da abertura do mercado; b) Contribuir para a formação de quadros; c) Necessidades e vagas; d) Grau de satisfação; e) Regulada pela democratização do acesso ao Ensino Superior; f) Condições da instituição; g) Exigências no exame de admissão; h) Apoio aos estudantes; i) Aposta na formação dos docentes; j) Pressão das famílias; l) Ajuda da universidade às famílias. Vejamos o quadro síntese da análise de conteúdo que apresenta o processo de categorização geral.

**Quadro 22** - Síntese de categorização geral: Análise de conteúdo das entrevistas aos vice-reitores subcategorias com mais indicadores [E1 A E5]

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistas					
			E1	E2	E3	E4	E5	F
Interesse em criar uma universidade privada em Angola	Processo de democratização da abertura do mercado	Legislação relativa ao ensino privado e interesse em abrir uma IES	5	8	3	2	7	(5)
		Projeto empresarial de investimento privado e aposta no crescimento	2	6	3	5	1	(5)
		Criação da universidade ligada a uma empresa de direito privado	2	3	4	5	7	(5)
	Contribuir para a formação de quadros	Ajudar o país na formação de quadros para o mercado de trabalho	5	5	1	3	4	(5)
		Unesco apostar na educação para o desenvolvimento e parceria internacional	11	3				(2)
Criação de cursos	Necessidades e Vagas	Escolha dos cursos de acordo com as necessidades do país	6	5	5	7	4	(4)
		Oferta de cursos de acordo com a demanda e vagas disponíveis	5	4	3	5	2	(4)
	Grau de satisfação	Insatisfação dos estudantes com o curso e a importância do ano propedêutico	8	6	5	7		(4)
		Satisfação e orgulho com o curso e a absorção por parte das empresas		3		10		(2)
Expansão das Universidades/ IES	Regulada pela democratização do acesso ao ensino superior	Surgimento do ensino superior privado e liberalização do ensino superior	2	8	4	10	6	(5)
		Acabar com as assimetrias regionais e investir na qualidade do ensino superior	12	5	5	6	3	(5)
Oferta de vagas das universidades/ IES	Condições da instituição	Criação de melhores condições de aprendizagem	3	2		1	3	(4)
		Propaganda/marketing empresarial	2	3	4	2	2	(5)
		Preenchimento e definição das vagas	4		4	4	2	(4)
	Exigência no exame de	Exame de admissão e competências necessárias para ser admitido	13	6	4		6	(4)

	admissão							
Ensino-aprendizagem e profissionalização dos docentes	Apoio aos estudantes	Dimensões da universidade e sua função social	3	2	3	2	3	(5)
		Acompanhamento e apoio aos estudantes	7	3	4	3	8	(5)
	Aposta na formação dos docentes	Formação contínua dos docentes	7	1	3	1	4	(5)
		Ensino superior e turbo-docência	8	3	7	3	3	(5)
		Potencializar as novas tecnologias de informação	7	3	5	6	3	(5)
Relação com as famílias	Pressão das famílias	Aumento crescente da procura	14	6	1	6	5	(5)
		Proveniência dos estudantes	3	4	7	2	2	(5)
	Ajuda da universidade às famílias	Bolsa interna aos estudantes carenciados	8	4	6	13	3	(5)

Assim, ao analisarmos as subcategorias de cada uma das categorias e os respetivos indicadores, debruçámo-nos sobre os que apresentam um maior número de frequências, ou seja, os indicadores mais referenciados pelos nossos entrevistados, que apresentamos a seguir.

### **1.1. Interesse em abrir uma universidade privada – A perceção/representação dos vice-reitores das Universidades Privadas em Angola**

Procedemos à análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria *Interesse em criar uma universidade privada* e os respetivos indicadores. A subcategoria *Processo de democratização da abertura do mercado* permitiu-nos obter três indicadores: (i) *Legislação relativa ao ensino privado e interesse em abrir uma instituição de Ensino Superior* (n=5); (ii) *Projeto empresarial de investimento privado e aposta no crescimento* (n=5); (iii) *Criação da universidade ligada a uma empresa de direito privado* (n=5). A subcategoria *Contribuir para a formação de quadros* permitiu-nos obter dois indicadores: *Ajudar o país na formação de quadros para o mercado de trabalho* (n=5); *Unesco apostar na educação para o desenvolvimento e parceria internacional* (n= 2).

Analisando estas informações podemos aferir que os nossos entrevistados atribuem maior importância às seguintes questões: *Legislação relativa ao ensino privado e o interesse em abrir uma instituição de Ensino Superior* (n=5); *Projeto empresarial de investimento privado e aposta no crescimento* (n=5); *Criação da universidade ligada a uma empresa de direito privado* (n=5); *Ajudar o país na formação de quadros para o mercado de trabalho*

(n=5), na medida em que verificamos, no que diz respeito aos principais propósitos em abrir uma instituição de Ensino Superior privado, que os vice-reitores entrevistados foram unânimes em dizer que o interesse na abertura de instituições de Ensino Superior deve-se ao aparecimento do Decreto-Lei n.º 21/91, de 22 de Junho do ensino privado que levou à conceção do projeto empresarial de investimento privado, tendo como um dos seus grandes objetivos contribuir para a formação de quadros para o mercado de trabalho angolano, que se encontra em franco crescimento. Na verdade, esta é de facto umas das missões que têm os promotores, competindo-lhes assegurar as condições para o normal funcionamento de ensino, gestão administrativa, económica e financeira (Veloso et al., 2010). Passaremos a apresentar alguns indicadores de forma detalhada com os respetivos excertos de entrevistas. Assim, relativamente à Legislação sobre o ensino privado e o interesse em abrir uma instituição de Ensino Superior (n=5), deparamo-nos com as seguintes opiniões:

*(...) A partir de 1991 com o Decreto do ensino privado [é] que aparece em Angola (...) a iniciativa privada oficialmente. (E1)*

*O interesse surge com o pensamento do promotor da universidade quando expressou na sua intervenção as famílias e aos estudantes (...) que iriam ter uma universidade para poderem continuar os seus estudos. No ano de 2002 começou a preparar as condições para abrir uma universidade, no âmbito do decreto do ensino privado de 1991. (E2)*

*O Estado permitiu liberalizar um pouco está área do ensino, permitindo que pessoas singulares ou coletivas pudessem intervir, à luz do decreto do ensino privado em 1991 [O surgimento da] universidade privada (...) é a razão de o estado ter reconhecido de que não podia assumir por si só toda a responsabilidade ao nível do processo da formação de quadros. (E3)*

*A Universidade Lusíada foi um projeto (...) a primeira privada a existir em Angola em 1999, com o Decreto 91 do ensino privado (...) não tinha a dimensão que tem hoje (E4) Um projeto de poder acudir aqueles que não tinham possibilidade de como estudar, ou seja apoiando o Estado naquilo em que o Estado não podia cobrir, não é?. No ensino superior nem sempre ou nunca havia vagas na instituição pública, então foi também de interesse dos proprietários da universidade pensar em abrir (...). (E5)*

Com base nestas opiniões podemos dizer que, de um modo geral, o Decreto-Lei n.º 21/91, de 22 de Junho, foi referido pelos entrevistados por ter sido o primeiro Decreto sobre o ensino privado introduzido em Angola, apesar do mesmo fazer referência apenas ao ensino não superior, o que revela um conhecimento da legislação por parte dos entrevistados destas instituições. Este diploma, que mais tarde foi revogado, favoreceu a elaboração de regulamentação, para abertura do Ensino Superior privado, que deu origem a aprovação dos Decretos-Leis n.ºs 35/2001, de 8 de Junho, e 2/2001, de 22 de Junho,

posteriormente revogados com a introdução do Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro, em vigor atualmente, que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema de Ensino Superior, como referimos no capítulo 2. Segundo os entrevistados, o primeiro diploma está na origem da promoção e do incentivo das instituições de Ensino Superior privadas, assim como a grande demanda que pressionou o Estado no sentido de responder e satisfazer as necessidades de formação, à luz do direito à Educação para Todos (Declaração de Jomtien, 1990).

No que diz respeito aos indicadores relativos ao *Projeto empresarial de investimento privado e aposta no crescimento* (n=5); *Criação da universidade ligada a uma empresa de direito privado* (n=5), os entrevistados foram unânimes em responder o seguinte:

*Eu penso que é empresarial, não é bem familiar quer dizer, embora há pessoas que têm ligação de família (...) o Reitor que é irmão, a filha (...) Mas como universidade (...) rege por princípios ligados ao empresariado privado e funciona dentro das regras, cobra as propinas (...). (E1)*

*Na sua criação funciona [a empresa] X ... por exemplo quando a universidade quer valer-se do ponto de vista financeiro e do pessoal. (...) Aqui nunca houve capital estrangeiro, os estrangeiros que têm levado capital daqui (...) da universidade . (E2)*

*Investimento privado (...) buscar a possibilidade de rentabilizar o negócio para melhorar as condições de continuidade do próprio negócio do ponto de vista do conceito económico de produção, de reprodução e ampliação das infra-estruturas e dar alguma qualidade conforto para que ela possa persistir no mercado. (E3)*

*[A universidade] está ligada a uma empresa a lei do ensino superior obriga que o promotor universitário tem que tem sempre uma empresa atrás neste caso aqui a empresa chama-se X (...) É um projeto privado empresarial (...). (E4)*

*Foi uma empresa que criou a universidade a universidade não se autocriou, não é? tem uma empresa promotora (...) nós prestamos contas, relatórios a esta empresa que é a promotora da universidade (...) a questão do lucro, do investimento tem a ver com a empresa que é a promotora da instituição. (E5)*

Estas opiniões mostram que os nossos entrevistados são unânimes em dizer que a abertura da universidade tem por detrás uma empresa que decidiu alargar o negócio para o Ensino Superior, o que parece adequar-se à afirmação de Kitaev (1999), Levy (2002), Varghese (2004) e Barry (2009), referidos anteriormente, sobre os vários modelos de propriedade das instituições de Ensino Superior privado em África, entre os quais figuram aquelas que são empresas privadas estabelecidas por nacionais que produzem lucros para a sua auto sustentabilidade. Este modelo existe em Angola, a julgar pelo que nos é dito nestes excertos de entrevista acima referidos. Por exemplo, o contrato de prestação de serviço

entre uma universidade e um professor é elaborado pela empresa promotora, o que revela que são as empresas que gerem financeiramente as instituições de Ensino Superior privadas. Esta situação, associada às entidades promotoras que operam no Ensino Superior privado em Angola, as quais prestam serviço de interesse geral às populações, encontra fundamento no n.º 1 do artigo 78.º do Decreto n.º 90/09, onde é referido que as “*instituições de Ensino Superior privadas são criadas por iniciativas de entidades promotoras de direito privado*”.

Quanto ao indicador *Ajudar o país na formação de quadros para o mercado de trabalho* (n=5), os excertos das entrevistas realçam a importância da formação de quadros para o mercado de trabalho:

*Há preocupações de formação para o mercado de trabalho, porque o mercado de trabalho exige (...). (E1)*

*A função essencial é ajudar o Estado a formar os quadros angolanos numa dimensão qualitativa que possa potenciar (...) a participação das universidades no processo de reconstrução nacional, seja ele no domínio técnico, seja no domínio tecnológico, académico e científico. (E3)*

*A nossa função é formar os quadros do país (...) um projeto de formar novas gerações de quadros (...). (E4)*

*A função é a mesma que é a de formar quadros para o País e não só (...) É de formar quadros com qualidade que possam cumprir com as obrigações do País, do Estado e da sociedade (...). Um projeto de poder acudir aqueles que não tinham possibilidade de estudar, ou seja, apoiando o Estado naquilo em que o Estado não podia cobrir, não é? (...) Abrir a universidade para ajudar as pessoas a estudarem mais, terem mais opções de cursos e ter mais turmas e mais vagas. (E5)*

Em Angola, durante muito tempo existia apenas uma única universidade pública, a UAN. O aumento significativo da procura de formação de nível superior ficou a dever-se às seguintes razões: (a) o crescimento exponencial de jovens provenientes do ensino médio (cujo número de instituições e de alunos aumentou significativamente); (b) o retorno de adultos ao sistema de ensino, após anos de afastamento forçado do sistema escolar, principalmente por motivos de ordem económica (trabalhar para suportar as despesas familiares). Esta população crescente, nomeadamente ao nível do Ensino Superior, procura aumentar os seus conhecimentos académicos, procurando usufruir dos benefícios da educação e estar preparada para enfrentar as novas exigências do mundo do trabalho, já que existe uma perceção de que o trabalho também vai ser cada vez mais aprimorado com base no diploma do Ensino Superior (Johnstone, 2009). Esta grande demanda dos estudantes e das famílias fez diminuir a capacidade de resposta do Estado, fazendo-o adotar como estratégia política a aposta na iniciativa de abertura de instituições de Ensino Superior

privadas, com a implementação, a partir de 2001, de novos dispositivos legais, como decretos-leis e regulamentos, já mencionados anteriormente, que vieram dar sustentabilidade ao processo de democratização da abertura do mercado educativo em Angola. Neste contexto, a UNESCO (1996, p. 143) argumenta de que “é preciso que as universidades continuem à altura de responder à procura, adaptando constantemente os novos cursos às necessidades da sociedade”.

## **1.2. Criação de cursos nas Instituições de Ensino Superior Privado**

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria *Criação de cursos*, obtiveram-se duas subcategorias e os respetivos indicadores. A subcategoria *Necessidades e vagas* permitiu-nos obter dois indicadores: (i) *Escolha dos cursos de acordo com as necessidades do país* (n= 5); (ii) *Oferta de cursos de acordo com a demanda e as vagas disponíveis* (n=5). Na subcategoria *Grau de satisfação* obtivemos dois indicadores: (i) *Insatisfação dos estudantes com o curso e a importância do ano propedêutico* (n=4); (ii) *Satisfação e orgulho com o curso e a absorção pelas empresas* (n=2). Destacaremos apenas os indicadores com mais frequência, ou seja, os indicadores mais referenciados.

Estes indicadores permitiram constatar as preocupações que os nossos entrevistados manifestaram com a oferta disponível dos cursos, sendo mesmo possível observar que a escolha do curso tem a ver com a perceção da falta de recursos humanos formados em determinadas áreas, devido à inexistência dessa oferta formativa no país. Esta ideia vai ao encontro do contexto real vivido e que ainda se vive atualmente em Angola, na medida em os cursos que existiam anteriormente não satisfaziam as necessidades da procura por parte das famílias e dos jovens que se candidatavam ao Ensino Superior com o objetivo de se formar numa área que tivesse aplicabilidade no mercado de trabalho angolano e consequentemente conduzisse a uma inserção profissional qualificada. Com efeito, a oferta formativa disponível por parte das instituições privadas da mesma forma que pretende corresponder às expectativas de muitas famílias e estudantes que procuram fazer da formação superior um projeto de realização profissional pessoal (Brito, 2001). É neste sentido, que os entrevistados referem que a oferta de cursos surgiu para responder à grande

demanda, conforme podemos encontrar nos seus discursos: “*Nós criamos os cursos em função das necessidades dos países [do país] em vias de desenvolvimento (...)*” (E2). Assim, nos indicadores *Escolha dos cursos de acordo com as necessidades do país* (n= 5) e *Oferta de cursos de acordo com a demanda e as vagas disponíveis* (n=5), notamos que as opiniões dos nossos entrevistados não divergem, pelo contrário, existe uma aproximação de ideias:

*Nós somos a única instituição, penso, em Angola que temos curso do Ambiente, Educação em Engenharia Ambiental (...).* (E1)

*Para criação dos cursos tivemos em conta esta procura, esta demanda (...) o que nos levou a começar primeiro com a Engenharia Informática, porque hoje é indispensável a informática para o desenvolvimento socioeconómico (...).* (E2)

*(...) No país não tinha [havia] quase nada nestas áreas e então foi a aposta que se apostou [fez] (...) Estes cursos foram selecionados de acordo com as necessidades.* (E2)

*Nós propusemos cursos que não existem ou que existem em percentagem bastante mínima, a nossa perspectiva é dar formação naquelas [áreas] que não existem (...) que não há quadros formados para cobrir o défice que o país tem.* (E2)

*A condição da procura já existia no mercado, porque com a UAN não se resolvia a demanda (...) A procura era tanta e as instituições eram escassas (...) O princípio da procura e da oferta colocou-se (...) [e] as universidades surgiram como cogumelos [tal como os] colégios.* (E3)

*O país esteve em guerra durante muitos anos e só [existia] a universidade pública (...) que não oferecia todos cursos (...) não tinha arquitetos, informáticos e mesmo na área das Ciências Humana havia poucos Psicólogos (...) A Lusíada foi a primeira universidade a abrir um curso de Relações Internacionais (...).* (E4)

*Nós avançamos com cursos que raramente se veem em Angola [como por exemplo] Curso de Fisioterapia; Curso de Gestão Hospitalar; Curso de Nutrição e Dietética.* (E5)

Constatando estas opiniões dos vice-reitores, é possível fazer algumas leituras sobre a criação e a oferta dos cursos nas instituições de Ensino Superior privado. No geral, segundo os dados do quadro 15, sobre cursos das instituições de Ensino Superior privadas apresentado no capítulo 3, os cursos surgiram para responder e satisfazer a demanda da população estudantil, que exigiam um crescimento da oferta de cursos e de instituições (Queiroz, 2011), que no entender de Cabrito (2002) passaram a ser objeto de procura por parte dos indivíduos ao escolherem determinadas áreas de estudos para garantirem a sua formação superior e adquirirem um estatuto e uma posição social diferente na sociedade. As entrevistas realizadas às famílias também corroboram esta ideia, ao referirem que os seus filhos, com a obtenção do diploma do Ensino Superior, terão um futuro melhor, destacando o facto de as altas qualificações proporcionarem melhores condições de vida para toda a família, na medida em que leva a um equilíbrio “qualificação alta-salário alto”

(OCDE, 2013, p. 15).

Na subcategoria *Grau de satisfação*, nos indicadores (i) *Insatisfação dos estudantes com o curso e a importância do ano propedêutico* (n=4); (ii) *Satisfação e orgulho com o curso e a absorção pelas empresas* (n=2), os entrevistados apontam que existe uma insatisfação com os cursos, pelo facto de os estudantes estarem constantemente a mudarem de curso. Isto deve-se ao facto de que quando ingressam no Ensino Superior não sabem bem o curso que querem seguir, acabando por escolher em função do que lhes foi dito ou do que ouviram. Quando iniciam a formação, começam a ter as dificuldades, o que lhes faz mudar automaticamente para outro curso. Isto acontece porque não se orientam os estudantes quando concluem o ensino médio. De acordo com Van Vught (2008), os sistemas de Ensino Superior deveriam produzir níveis de orientação vocacional em relação às necessidades do aluno e do mundo de emprego, visto que existe uma certa influência da situação do mercado de trabalho que condiciona a escolha da profissão dos jovens. Relativamente a esta situação, alguns entrevistados atribuem grande importância ao ano propedêutico, por considerarem que é uma forma de preparar melhor os estudantes que entram pela primeira vez neste nível de ensino:

*Eu penso que o estudante quando chega ao ensino superior deveria já [saber o curso que quer seguir] (...) O estudante chega ao ensino superior escolhe o curso [de qualquer maneira] (...). Ele procura os cursos em função daquilo que ouve (...) está a dar Gestão então vai para Gestão (...) Olha está a dar Comunicação Social (...) Olha esta a dar Medicina (...) como não há orientação vocacional ele não sabe para onde está vocacionado, portanto isto já devia vir do secundário. (E1)*

*Nós hoje verificamos nas escolas constantemente mudanças de cursos por parte dos estudantes (...) quando ele vê que reprovou um ano numa determinada área, ele diz epá, então se reprovei vou num outro curso para ver se consigo fazer o outro curso. (E2)*

*O Ministério pediu para acabar com o ano propedêutico (...) Os alunos que fazem o propedêutico entram na universidade e fazem os 4 ou 5 anos sem reprovarem (...) Eu acho que deveríamos continuar não como propedêutico, mas como um curso de extensão de preparação para a entrada na universidade (...) porque aí é reforçado nas matemáticas, na estatística, na história e na biologia (...) [depois] já está mais preparado, perde um ano mas ganha em fazer a sua formação em 4 ou 5 anos independentemente dos cursos. (E4)*

Contrariamente, o indicador *satisfação e o orgulho com o curso*, bem como a absorção dos estudantes por parte das empresas foi um dos aspetos muito pouco referenciado, como podemos observar nos discursos dos entrevistados que a seguir apresentamos. Provavelmente esta situação ocorre porque o que mais frequentemente se nota é o que acabamos de analisar, ou seja é mais visível a insatisfação do que a satisfação por parte dos estudantes relativamente aos cursos que frequentam:

*Os cursos por si só correspondem às expectativas dos estudantes (...) O maior défice que nós temos é que os nossos estudantes estudam pouco (...) Primeiro é que os estudantes vêm mal preparados dos ensino médio e entram na universidade às vezes com a média baixa (...) quando acabam o curso (...) fizemos uma cerimónia (...) vejo que os alunos têm orgulho, as famílias têm orgulho (...) porque vai o pai, a mãe, o avô, a avó, o tio, os primos (...) As pessoas sentem-se satisfeitas e orgulhosas de verem que o filho (...) um parente terminou uma formação superior (...) Os nossos alunos a maior parte quando entram a partir do segundo, terceiro ano já começam a trabalhar e até pedem para mudar de turno, o estudante começou de manhã arranhou um emprego e pede para passar a tarde no ano seguinte, ou começou à tarde pede para passar para a noite no ano seguinte (...). (E4)*

*Mas hoje a visão não é que a família encaminhe, é mais o desejo que família precisa de ter um filho com um curso superior, pronto ponto final (...) é assim que se concebe (...). (E3)*

Estas opiniões refletem o que se passa com os jovens quando terminam a sua formação superior e principalmente com as famílias, na medida em que a obtenção do diploma de um curso superior tem constituído uma alegria para toda a família, que alimenta por esta forma a perspectiva de que todos irão usufruir direta ou indiretamente dos benefícios proporcionados pelo retorno do investimento na formação, em termos de acesso a um trabalho qualificado e a uma boa remuneração salarial. Neste sentido, a UNESCO (2012), sustenta que o investimento na educação ajuda as famílias a superar as suas dificuldades e a investirem em níveis mais elevados de educação. Por outro lado, no dia da formatura, quase toda a família se faz presente, desde os pais, os avôs, os tios, os sobrinhos, os primos, como foi referido por um dos entrevistados, por se tratar de um momento único na vida das pessoas e como tal vive-se com muito mais satisfação quando este membro da família é o primeiro a ter uma licenciatura ou um curso superior. Corroborando Balsa et al. (2007), o facto de alcançarem o Ensino Superior é uma “vitória” que representa uma ascensão importante em relação à sua base social de origem. O recém-formado passa a ser chamado depois, no atual contexto angolano, de doutor por todos, principalmente no seu local de trabalho. Todos estes aspetos, particularmente o último, refletem-se no orgulho da família, dos amigos, dos vizinhos, da comunidade e da sociedade.

### **1.3. Expansão das Instituições de Ensino Superior Privado**

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria *Expansão das universidades/IES*, obteve-se uma subcategoria com dois indicadores. A subcategoria *Regulada pela democratização do acesso ao Ensino Superior* com dois

indicadores: (i) *Expansão do Ensino Superior privado e liberalização do Ensino Superior* (n= 5), (ii) *Acabar com as assimetrias regionais e investir na qualidade do Ensino Superior* (n= 2). Estes indicadores realçam-se pelo número de frequência que apresentam, destacando que a expansão deve ser regulada, que o Ensino Superior privado atenua as assimetrias regionais e que se deve investir na qualidade do Ensino Superior. Assim, relativamente ao indicador *Expansão do Ensino Superior privado e liberalização do Ensino Superior* (n= 5), deparamo-nos com os seguintes argumentos:

*(...) A expansão é em função das necessidades (...) O que dita realmente esta expansão é a procura (...).* (E1)

*Está expansão é muito boa, temos é que ter o controlo da qualidade do docente para que sirva melhor a sociedade, para que sirva melhor os interesses das universidades.* (E2)

*Defendo que esta expansão tem de ser regulada (...) As universidades não podem continuar a surgir como cogumelos, tem que haver uma necessidade, reconhecimento do próprio Estado (...) Objetivo principal é absorver a maior parte dos jovens que ainda estão fora do subsistema do ensino superior e que necessitam de ser enquadrados (...).* (E3)

*Aposta no ensino superior privado foi uma boa iniciativa, e hoje o ensino superior privado representa aí à volta 52%, 53% do total do número de alunos (...) O ensino superior privado hoje é um parceiro do Executivo (...) O Governo tem que (...) fiscalizar, acompanhar (...) elaborar as diretivas, as leis para regulamentar (...) ainda nalguns casos [existem] sob o modelo de documentos da UAN (...) é preciso que as normas do Regime Académico, do Estatuto da Carreira dos Professores, da metodologia de investigação científica têm de vir de facto do ministério.* (E4)

*Eu acho que foi uma boa medida (...) o facto de o Governo não ter a capacidade na altura para a demanda que estava a surgir, embora o redimensionamento da UAN em mais 6 universidade e institutos superiores para alguns casos, mas mesmo assim não chegou.* (E4)

*(...) Acho boa e aceitável uma vez que o Estado não está em altura para responder nem a 40% das necessidades dos estudantes, a pressão é grande, porque aliás se verificarmos agora estatísticas feitas 55% do público universitário estudantil está nas universidades privadas (...). Se retira-se as privadas nós vamos ter aqui uma hecatombe do ensino superior, e vai continuar, porque ainda há muita gente que não consegue entrar no Ensino Superior (...) Sou favorável que se estenda a rede privada e pública ao mesmo tempo e depois o próprio mercado vai decidir regular (...).* (E5)

Refletindo estas opiniões dos entrevistados, de um modo geral todos referem que a expansão do Ensino Superior surge com a procura e tem sido importante, na medida que dá respostas que satisfazem as necessidades dos cidadãos. Podemos observar esta situação através do maior número de estudantes que frequentam as instituições de Ensino Superior privadas, que corrobora os dados estatísticos apresentados no quadro e gráfico 1 do capítulo 3, onde o Ensino Superior privado apresenta uma evolução significativa. De acordo com a opinião de um dos entrevistados “*Se retira-se as privadas nós vamos ter aqui uma hecatombe do ensino superior*”(E5), que vai ao encontro do pensamento de Cotovia (2004),

ao referir igualmente que o ensino privado evita uma hecatombe cultural de consequências internas e externas imprevisíveis. Um outro aspecto referido por dois dos entrevistados, “(...)a pressão é grande, estatísticas feitas, 55% do público universitário estudantil está nas universidades privadas (...)”(E5); (...) hoje o ensino superior privado representa aí à volta 52%, 53% do total do número de alunos (...) (E4)”, prende-se com o facto avançado por Lawton (1992), Kitaev (1999), Lumumba (2006), Osokoya (2007), ao argumentarem que o setor privado é atualmente o segmento do Ensino Superior que mais se desenvolve.

As opiniões dos vice-reitores entrevistados ressaltaram igualmente a importância da produção de novas leis e regulamentos pelo facto de parte da legislação vigente se encontrar menos ajustada ao contexto actual (Teodoro, 2008). Esta ideia é reforçada com a entrevista do Ministro do Ensino Superior, Adão do Nascimento (2014), ao referir que “apresentamos diplomas reguladores que apresentam a solução dos diferentes problemas detetados”. A preocupação com a regulação está presente neste extrato de entrevista, o que mostra que o Estado tem feito o papel de ditar políticas e conteúdos por forma a orientar a política educativa, particularmente no Ensino Superior (Lombardi, 2005). Os vice-reitores reiteraram igualmente que a regulação, por parte do Governo, é um dos aspetos mais importantes em todo o processo de expansão das instituições de Ensino Superior privadas em Angola. Neste sentido, corroborando Barroso (2005) e Seixas (2000), adequa-se ao que se afirma acima. O problema da regulação tem sido considerado pelo Estado como uma questão central e de elevada atenção, de modo a não permitir que haja somente instituições quantitativas, mas sim instituições preocupadas principalmente com a qualidade de ensino e dos docentes, para que sirvam melhor os interesses da sociedade e contribuam para o desenvolvimento do país.

Quanto ao indicador *Acabar com as assimetrias regionais e investir na qualidade do Ensino Superior* (n= 2), foi referido por apenas dois entrevistados, onde um deu uma particular atenção, visível pelo número de frequências que apresenta:

*Se nós continuarmos a concentrar as universidades em zonas onde em princípio já estão minimamente desenvolvidas em relação a outras, vamos continuar a ter um país assimétrico (...) Tem de haver uma estratégia nacional com este tipo de preocupações voltadas para a correção das assimetrias de desenvolvimento que temos no nosso país. (E1)*

O mesmo entrevistado apontou áreas que devem ser prioritárias para o Governo investir no Ensino Superior, principalmente nas províncias do Cunene, por ser produtora de gado bovino e caprino, e do Namibe, por ser uma zona pesqueira. Rego e Caleiro (2003)

vão ao encontro da afirmação acima referida, ao argumentarem que o Ensino Superior é o motor de desenvolvimento das regiões mais desfavorecidas. De lembrar que o problema da assimetria regional está a ser resolvido pelo Governo com a expansão das universidades públicas a outras províncias do país e com a criação das oito Regiões Académicas, referidas no capítulo 2. Esta situação tem contribuído para que a população estudantil prossiga os seus estudos na província de origem onde vivem, evitando deste modo a ida destes para Luanda, onde, por enquanto, se encontra a maior parte das instituições de Ensino Superior públicas e privadas. A adoção desta política estratégica, pelo Governo, vem no sentido de se pensar no desenvolvimento das províncias com o estabelecimento de instituições de Ensino Superior para permitir a formação dos jovens que vão ajudar no desenvolvimento das infra-estruturas locais, de forma a contribuir para o progresso económico e social da província, assegurando, deste modo, a coerência nacional do sistema educativo e atenuar os desfasamentos regionais, de acordo com os princípios e diretrizes da política definida pelo Estado (UNESCO, 2005; Saúde et al., 2014). O quadro 8 sobre a criação das Regiões Académica ilustra a distribuição pelas 18 províncias das instituições de Ensino Superior públicas, sendo previsível que as privadas seguissem igualmente esta tendência.

*Luanda ainda continua a ser o centro (...) um terço da população está aqui em Luanda (...) Mas o que me parece é que ela deverá expandir-se mais para o interior. (E1)*

*(...) Penso que de certa maneira a Lundas, o Moxico, o Kwando-kubango, o Cunene, áreas (...) [que as] universidades e faculdades deem cursos para dar respostas das necessidades mesmo da [região]. (E1)*

*Um Cunene precisa realmente de veterinários, devido ao gado, então tem que ter lá Veterinária, tem que ter lá cursos que deem resposta. No Namibe tem que ter lá pesca, porque ali é zona de pesca, Cabinda tem lá petróleo (...). (E1)*

*Temos que corrigir para que a própria população não se centralize toda aqui no litoral, portanto nós temos que criar atrativos para que as pessoas fiquem onde lá estão e se possível outras comecem a criar outras oportunidades de emprego. (E1)*

*Do ponto de vista de ocupação do espaço territorial [tem que] haver um plano de desenvolvimento no sentido da expansão (...) o Governo tem de saber quando é que quer universidade na área do Sul, por exemplo na parte sul do país quantas universidades é que o Governo quer, sejam privadas ou sejam públicas (...). (E3)*

#### **1.4.Oferta de vagas das Universidades/IES privadas**

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria *Oferta de vagas das universidades/IES*, obteve-se duas subcategorias e os respetivos

indicadores. A subcategoria *Condições da instituição* com três indicadores: *Propaganda/marketing empresarial* (n=5); *Criação de melhores condições de aprendizagem* (n=4); *Preenchimento e definição de vagas* (n=4). A subcategoria *Exigência no exame de admissão* com apenas um indicador: *Exame de admissão e competências necessárias para ser admitido* (n=4).

Estes indicadores permitiram ter uma ideia da importância que os entrevistados atribuem a oferta de vagas e às exigências que se deve ter no exame de admissão, referindo que a definição das vagas deve obedecer à criação de melhores condições de ensino-aprendizagem dos estudantes e que o *marketing* das universidades é uma via para poderem publicitar os seus cursos. Neste sentido, foi sublinhado nos discursos que uma das preocupações é melhorar as condições de estudo dos estudantes na universidade.

Assim, o indicador *Propaganda/marketing empresarial* (n=5) foi a mais referenciada pelos entrevistados, o que significa dizer que todos adotam esta prática no momento da divulgação dos cursos e das respetivas saídas profissionais. O *marketing*, entendido como uma ferramenta de comercialização e de gestão estratégica das instituições (Laux, 2005), ajuda a divulgar informação e conhecimento sobre os cursos e instituições e traz vantagens competitivas no mercado educacional. Este aspeto foi referido pelos estudantes inquiridos, que apresentamos no ponto a seguir, quando lhes foi perguntado quais as fontes de informação para a escolha do curso, ou seja a forma como adquirem informações das instituições de Ensino Superior privadas. Verificamos que 30,5% dos respondentes refere a informação fornecida pelas universidades. Pensamos que este começa a ser um procedimento que no futuro será benéfico, a julgar pelas potencialidades que proporcionam o domínio das novas tecnologias de informação, que começa a ter uma utilização expressiva pela população angolana.

*(...) nós divulgamos os cursos (...) pela Internet, pela rádio. (E1)*

*A nossa publicidade (...) temos uma rádio [onde] fizemos e também pela página da internet vamos dando a informação dos cursos (...). (E1)*

*Nós (...) a três anos que não fizemos propaganda nem na rádio, nem na televisão. Nós (...) praticamente já somos uma marca na sociedade (risos). (E2)*

*Na publicidade (...) utilizamos os jornais, sejam públicos ou privados, a rádio e televisão (...) para fazer a propaganda. (E3)*

*Nós todos os anos fizemos marketing empresarial, fomos comunicados no Jornal de Angola, fizemos o nosso spot publicitário na televisão, na rádio, fundamentalmente na Rádio Mais e na Lac (...). (E4)*

*Nós emitimos um edital (...) em que informamos os cursos que estão disponíveis para o ano*

*tal, as vagas e os períodos em que eles estarão fixados na instituição. [fizemos] a publicidade através de folhetos e utilizamos também a televisão e a rádio para divulgar os cursos e as vagas (...). (E5)*

No que diz respeito ao indicador *Preenchimento e definição de vagas* (n=4), foi referido por alguns entrevistados que as vagas são criadas em função da melhoria de condições das salas de aulas e outras áreas e recursos que permitam boas condições de estudo aos estudantes. Outros referiram que, de um modo geral, as vagas que abrem são preenchidas pelos estudantes que procuram os seus estabelecimentos, embora muitas vezes depois de terem tentado na pública, o que dificulta o trabalho interno de organização destas instituições.

As famílias entrevistadas e os estudantes inquiridos apresentados nos subpontos seguintes deste capítulo afirmam que antes dos filhos se dirigirem às instituições de Ensino Superior privadas tentam, primeiro nas universidades e faculdades públicas, e que somente quando não conseguem ter acesso é que vão para o setor privado, como alternativa e não como primeira escolha. Esta é uma realidade que se vive atualmente em Angola, porque os cidadãos querem dar uma formação superior aos seus filhos com o menor custo possível, mas mesmo assim quando não conseguem, mobilizam uma série de estratégias como recurso, recorrendo à sua capacidade aquisitiva em termos de recursos económicos/financeiros, para que os filhos prossigam a escolaridade de nível superior. Contrariamente, o estudo efetuado por Balsa et al. (2007) indica que a preferência pelo ensino universitário público está associada à qualidade e ao prestígio destas instituições. Presentemente, a situação das candidaturas já foram ultrapassadas, porque o Ministério do Ensino Superior orientou para que todas as instituições de Ensino Superior privadas fizessem o processo de candidatura ao mesmo tempo que as instituições de Ensino Superior públicas para se evitar constrangimento no período de abertura do ano letivo no Ensino Superior, apenas de ainda persistirem de forma tímida:

*De um modo geral as vagas têm sido preenchidas e com a abertura de outros cursos (...) Porque os alunos chegam depois da pública (...) Os que não conseguem entrar na pública começam logo a procurar as universidades privadas. (E1)*

*A universidade define as suas vagas através da criação de melhores condições de estudo, melhores condições de aprendizagem e diversificação da tecnologia de aprendizagem (E2).*

*O que está a sair da UAN com os prazos todos finalizados [mais a vaga] acaba por ser preenchida, neste processo retardado. (E3)*

*As nossas vagas todas têm sido ocupadas, quer dizer preenchidas (...) até porque estamos numa zona privilegiada e por causa da mobilidade dos trabalhadores as vezes até nós*

*ficamos tristes porque não conseguimos cobrir (...). (E4)*

*As nossas vagas é feita em [função] do número de turmas (...) de lugares que temos numa sala de aulas, há salas com capacidade para 30 alunos outras para 40 alunos outras para 50. (E5)*

No que diz respeito ao indicador *Criação de melhores condições para os estudantes* (n=4), os entrevistados manifestaram que são da opinião de que a criação de melhores condições de estudo para os estudantes é importante para poderem acomodá-los melhor. Durante a visita que efetuámos às instituições de Ensino Superior privadas, aquando da recolha dos dados empíricos, foi possível verificar que, de um modo geral, estas instituições oferecem boas condições em termos de infra-estrutura e nota-se uma particular atenção no investimento e apetrechamento das bibliotecas, equipamentos informáticos adaptados às novas tecnologias de informação e comunicação, uma vez que o papel destas últimas na sociedade em geral e no Ensino Superior em particular é significativo. Com efeito, atualmente é reconhecido que a participação do Ensino Superior para produzir e mobilizar conhecimentos científicos continua a ser um dos pontos centrais da política educativa dos países.

*É com base nas salas (...) nós temos três turnos de manhã, tarde e noite (...) quer dizer nós conseguimos abrir estes cursos [neste momento] estamos a rebentar (...) nós já temos autorização para abrir outros, mas não temos espaço. (E1)*

*A nossa preocupação está em melhorar a cada dia as condições de estudo na universidade para os estudantes. (E2)*

*Nós criamos duas turmas do mesmo curso, uma de manhã, uma de tarde e as vezes no mesmo período duas (...) as vezes é difícil porque não temos salas [para todos]. (E5)*

Um outro aspeto referido pelos entrevistados prende-se com a realização do exame de admissão e com as competências necessárias para ser admitido. É notório um certo interesse dos entrevistados, na medida em que são unânimes em atribuir uma grande importância à realização de exames de admissão, cujo objetivo é selecionar os melhores, aferir determinadas competências, na medida que nem todos que concorrem para se candidatar estão em condições para ingressar no Ensino Superior. É uma forma de ver o nível que os estudantes trazem e poder acompanhar melhor a sua evolução ao longo do curso. Mas, na opinião dos entrevistados, há, contudo, que ter em conta que atualmente a prática do exame de admissão não tem sido muito rigorosa, pois procura-se saber apenas o mínimo, o que leva que muito dificilmente as pessoas que se submetem a este tipo de prova reprovem. Um dos factos que constatamos aquando da aplicação dos inquéritos aos

estudantes é que muitos deles entraram para a universidade sem fazerem nenhum tipo de teste, o que mostra a fraca pertinência que ainda se dá a esta forma de admissão dos jovens e adultos que muito anseiam em dar prosseguimento aos seus estudos de nível superior.

*Temos um exame de admissão (...) a exigência do exame de admissão não me parece que seja muito elevado (...) É um exame de admissão onde se procura ver o minimamente (...) Dificilmente as pessoas chumbam num exame de admissão (...) Se se levasse mesmo a sério, nós verificávamos que muitos alunos não entravam não (...). (E1)*

*Nós fizemos exame de admissão, como não? (E2)*

*É um meio de seleção do ponto de vista da admissão (...) Não é um meio de impedir, mas de saber que este aluno tem melhores qualidades de formação do período anterior e te [lhe] possibilita, não é? (E3)*

*Acredito que o exame de admissão tem várias vertentes, exame de admissão seletivo, eliminatório e qualificatório e nós não sabemos qual é o tipo de exame de admissão que fizemos. (E5)*

### **1.5. Ensino-aprendizagem e profissionalização dos docentes**

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria *Ensino-aprendizagem e profissionalização dos docentes*, obteve-se duas subcategorias e os respetivos indicadores. A subcategoria *Apoio aos estudantes* com dois indicadores: *Dimensão da universidade e sua função social* (n=5), *Acompanhamento e apoio aos estudantes* (n=5). A subcategoria *Aposta na formação pedagógica dos docentes* com três indicadores: *Formação contínua dos docentes* (n=5), *Ensino superior e turbo-docência* (n=5), *Potencializar as novas tecnologias de informação* (n=5).

Estes indicadores evidenciam bem a importância que os entrevistados atribuem ao papel da universidade e a aposta que fazem na formação dos docentes, em que ressaltam ideias consensualmente apontadas por todos de que as instituições de Ensino Superior têm em conta a função social da universidade, o acompanhamento e apoio aos estudantes, a formação contínua dos docentes e a pertinência das novas tecnologias de informação. Neste sentido, é possível verificarmos nas opiniões expressas pelos entrevistados que quanto às dimensões da universidade somente a vertente ensino é praticada pelos docentes e que as restantes ainda não se fazem sentir como tal. Isto porque atualmente grande parte dos professores, em Angola, ainda não tem preocupações e não percebe o quão é fundamental a dimensão da investigação, que possibilita o indivíduo conhecer outras realidades, “arejar as suas ideias” e poder partilhar com os seus pares reflexões em torno de determinados

conhecimentos na sua área do saber, partindo do princípio de que um dos grandes interesses ao nível do Ensino Superior é a produção e a inovação de conhecimentos que possa dar respostas aos reais problemas que se colocam na sociedade. É neste sentido que muitos governos vêem as universidades como centros de pesquisa e de inovação do conhecimento científico (UNESCO, 2014).

*A universidade deve saber situar [quanto] o seu papel de parceiro social (...) a função social de qualquer instituição é essa. A universidade não pode ser uma universidade (...) que não tenha nada a ver com a prática da vida comunitária (...). (E1)*

*Hoje os nossos professores estão mais preocupados com o ensino e não com a investigação (...). (E2)*

*Todas as universidades colocam isso como um indicador a atingir, na prática a [investigação] ainda não é um objeto a trabalhar (...). (E3)*

*Queremos (...) lançar a investigação e publicar o resultado dessa investigação. Extensão não só em termo de serviços, mas também em termos de desenvolver a universidade com os nossos próprios serviços (...). (E5)*

No que diz respeito ao indicador *Acompanhamento e apoio aos estudantes* (n=5), os nossos entrevistados referiram que tem sido uma prática nas suas instituições, na medida em que são sensíveis principalmente aos problemas de ordem financeira apresentados por alguns estudantes, cujas famílias têm poucos recursos para suportar as despesas com a formação. Segundo os entrevistados, esta situação tem sido superada através da atribuição de bolsas para os estudantes de famílias com poucos recursos e que revelam não possuir condições para dar continuidade aos seus estudos.

*Estamos a criar agora um gabinete de apoio ao estudante juntamente com o consultório médico (...). (E1)*

*São as faculdades que realmente se ocupam de incentivar o estudo e de executar (...) (E2).*

*O processo ainda é de descontinuidade, porque ele sai da universidade e nunca mais aparece (...). (E3)*

*Nos nossos centros é que têm feito este tipo de trabalho (...). (E4)*

*(...) Nós estamos neste momento a fazer um trabalho de ficar com os nossos melhores estudantes. A nossa clínica é aberta à população nos arredores [que] podem lá ir pagam apenas as análises, a consulta numa primeira fase é gratuita. (E5)*

Neste indicador *Formação contínua dos docentes* (n=5), os entrevistados referiram que têm apostado na formação dos docentes:

*Nós criamos uma Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (...), porque nós temos que apostar no professor e essa mesma faculdade não vai só formar professores para fora, mas também professores para dentro. (E1)*

*Este espírito de que o professor do ensino superior não precisava de formação (...) hoje em dia a própria UNESCO recomenda de que há uma pedagogia do ensino superior (...) no âmbito do ensino superior temos que capacitar os professores. (E1)*

*(...) Nós temos muitos kimbandas na educação (...) tem que transformar alguns destes kimbandas em verdadeiros professores (...). (E1)*

*É necessário (...) apostar continuamente na formação dos professores, na sua superação e sobretudo desenvolver nele esse sentimento (...). (E2)*

*[A formação] é fundamental (...) nós podemos apontar que a maior parte dos docentes que lecionam no ensino superior não têm formação pedagógica (...). (E3)*

*Isto é uma obrigatoriedade (...) nós temos tido estas formações já tivemos este ano e o ano passado, de aspetos pedagógicos (...). (E5)*

*[Alguns professores] são enviados a Portugal para fazerem uma formação pedagógica (...) alguns já estão a terminar a pós-graduação na área de Fisioterapia e [outros] do Curso de Direito estão a fazer a especialização e ao mesmo tempo uma formação pedagógica (...). (E5)*

Quanto a este indicador, *Ensino Superior e turbo-docência* (n=5), os nossos entrevistados são de opinião que o fenómeno turbo-docência é um mal necessário, por enquanto, no país devido à falta de professores para este nível de ensino, visto que muito professores dão aulas em duas ou três instituições de Ensino Superior como uma forma de obterem uma remuneração mais elevada, que vai ajudar nas despesas correntes da vida quotidiana das responsabilidades familiares. Por isso, atualmente, em Angola, existem mais professores a tempo parcial do que a tempo integral ou de dedicação exclusiva, apesar de o Governo estar a pensar em adotar uma estratégia, através de um dispositivo normativo, que faça com que todo o professor universitário tenha obrigatoriamente de dar aulas na instituição a que pertence e colaborar apenas em mais uma outra instituição.

*Temos mais professores a tempo parcial (...) de um modo geral o professor (...) no ensino superior é turbo-docente, quer dizer quando não está a tempo total, ele procura sempre onde vai dar (...), portanto a exclusividade do professor que tem um ordenado [temos poucos, a maioria] ganha por hora. (E1)*

*Nós não temos [professores a tempo inteiro] e em todas as universidades (...) com exceção talvez da UAN, mas mesmo assim muitos que estão na UAN estão [nas privadas] (...). Portanto nós precisamos de criar o conceito de profissionalização do docente (...). (E1)*

*(...) Todos os nossos melhores alunos mandamos para fazerem mestrados [fora do país], voltaram e são nossos docentes (...). Temos poucos docentes da UAN, outros são quadros dos ministérios, têm mestrados, têm doutoramentos, são Diretores nacionais vêm dar aulas de manhã, a tarde e a noite. (E4)*

*Os docentes vêm cá com o currículo (...) a maioria dos professores aqui estão em tempo parcial (...). (E2)*

*Existe mais professores (...) em tempo parcial do que em tempo integral porque também ali*

*é uma área de investimento. (E3)*

O Decreto n.º 90/09 no seu n.º 1 do artigo 96.º, sobre o vínculo do corpo docente, refere que o quadro de pessoal docente das instituições de Ensino Superior deve ser constituído pelo menos entre 40% a 60% de docentes em regime de efetividade. O n.º 2 do mesmo artigo refere que “é permitido a colaboração da função docente numa outra das instituições de Ensino Superior, desde que autorizado pelo órgão executivo onde o docente é efetivo”. O n.º 3 advoga que “é vedada ao docente a colaboração em mais de uma instituição de ensino ou de outra natureza, para além da instituição onde é efetivo”. Na verdade, estes aspetos até ao momento ainda não se cumprem em Angola, tendo em conta a falta de legislação própria, a exiguidade do corpo docente, a falta de qualificação pedagógica, a baixa remuneração salarial e a falta de condições de trabalho, que não têm deixado outra alternativa ao docente que não seja recorrer à “turbo-docência”<sup>79</sup>, como forma de obter maiores rendimentos para suportar os seus encargos com a família e com a vida quotidiana. Só muito recentemente se torna prioritário a aposta na formação de alto nível dos docentes como forma de melhorar a qualidade do trabalho docente e, conseqüentemente, as aprendizagens dos estudantes. O extracto de uma das entrevistas realizada sublinha que, *de um modo geral, o professor no Ensino Superior é um bocado turbo-docente, ele dá aqui e vai dar noutros sítios (...) quando não está a tempo total, ele procura sempre onde vai dar (E1).*

No indicador *Potencializar as novas tecnologias de informação* (n=5), os entrevistados sustentaram que têm estado a apostar em equipar a instituição com tecnologias de informação, por representar uma ferramenta de informação que possibilita a comunicação, o conhecimento e a interação entre os indivíduos de uma determinada sociedade. Os mesmos referiram que colocaram como obrigatória uma disciplina ligada às tecnologias de informação e comunicação:

*Temos (...) equipamentos do último grito. Estamos a pensar montar nas salas data show. Temos 3 ou 4 salas amplas de conferênci, e ginásio [para] os alunos (...). (E1)*

---

<sup>79</sup> De um modo geral, estes aspetos têm favorecido nas instituições de Ensino Superior o aparecimento do fenómeno “professor turbo-docente” que está acontecer em Angola: os professores dão aulas em mais de duas instituições, muitas vezes com poucas condições de trabalho e com uma remuneração insuficiente para suportar as suas despesas com a família, o que lhe obriga a incorrer neste tipo de prática, sobre o olhar silencioso das instituições onde prestam o seu serviço de educação, ao ponto de nada fazerem para que se reverta este modos *operand* e preocuparem-se sobretudo com o estudante que vai em busca de conhecimento e de formação. Se virmos bem, são as próprias instituições que transformam o professor neste tipo de professor, que em consequência põem em causa a qualidade de ensino-aprendizagem dos estudantes.

*Temos laboratórios de Informática, (...) a internet a funcionar em todas as salas e em todos os espaços os estudantes [terão] internet (...). (E2)*

*Todos os nossos cursos têm uma cadeira de Informática e os alunos do curso de Informática têm laboratórios de informática (...). (E4)*

*Nos outros cursos temos o Inglês e Português como grátis oferecidos pela universidade, assim os alunos têm pelo menos 2 a 3 anos de Português e 3 anos de Inglês (...). (E4)*

*Temos (...) dois laboratórios de informática onde os estudantes fazem as práticas. Temos a nossa biblioteca equipada com computadores ligados à Internet para os estudantes pesquisarem. (E5)*

*A sala de professores também tem computadores ligados à Internet (...) ainda não estamos contentes com esse trabalho, temos que fazer ainda mais (...). (E5)*

## **1.6. Relação universidade/família**

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria *Relação com as famílias*, obteve-se duas subcategorias e os respetivos indicadores. A subcategoria *Pressão das famílias* com dois indicadores: *Aumento crescente da procura* (n=5), *Proveniência dos estudantes* (n=5). A subcategoria *Ajuda da universidade às famílias* com apenas um indicador: *Bolsa interna aos estudantes carenciados* (n=5).

Podemos verificar nestes indicadores que as entidades promotoras estão ao corrente e recetivas quanto ao problema da pressão ou da crescente procura das famílias e dos jovens e adultos que procuram o Ensino Superior para darem continuidade aos seus estudos, devido às exigências socioeconómicas nacionais de pessoas capacitadas e altamente qualificadas. Esta tendência resulta das expectativas culturais, do retraimento dos mercados de trabalho e da crescente exigência de uma força de trabalho com graus de Ensino Superior (Castells, 2007). Segundo um estudo realizado, em Luanda, pelo IPOP<sup>80</sup>, a localização das universidades influi na frequência dos estudantes às universidades privadas (IPOP, 2014). O que ressaltou na opinião de alguns dos entrevistados (vice-reitores) foi igualmente a situação geográfica ou localização destas instituições, que corrobora com as opiniões dos estudantes inquiridos (Kandingi, 2014), que apontaram a localização da universidade como um aspeto muito importante quando tomam as suas decisões nos processos de candidatura, na escolha dos cursos e das instituições.

*Eu penso que de certa maneira há duas questões que se colocam, a pressão social da necessidade de um diploma (...) às exigências de trabalho no mercado competitivo perante a globalização que vivemos, as pessoas procuram cada vez mais pessoas capacitadas. (E1)*

---

<sup>80</sup> IPOP – Pesquisa de Opinião Pública e Mercado (2014).

*Tem aumentado a procura (...) ele sabe que a formação é indispensável, porque o que ele investe agora vai ter o retorno (...). (E2)*

*O indicador contínuo da nossa população é maioritariamente jovem (...) deve calcular que esta procura será continuamente permanente (...). (E3)*

*Tem aumentado aqui na Lusíada (...) eu creio que (...) hoje há mais consciência da importância do ensino superior privado em Angola. (E4)*

*A Universidade de Belas tem uma situação geográfica desfavorável (...) se estivéssemos (...) na cidade, acho que a nossa enchente seria maior (...) [temos vindo] a oscilar, há anos que temos maior procura, há anos que não (...) um dos maiores handicaps é mesmo a situação geográfica (...). (E5)*

Relativamente a este indicador *Proveniência dos estudantes* (n=5), os entrevistados referiram que os estudantes provêm dos Centros Pré-Universitários (PUNIV), o que vai ao encontro do quadro 13 sobre a proveniência dos estudantes que apresentámos no capítulo 3, onde é evidente que a maior parte dos alunos, que se candidatam para aceder as instituições de Ensino Superior públicas e privadas, saem dos Centros Pré-universitários. Portanto, as afirmações dos entrevistados dão sustentabilidade aos dados estatísticos recolhidos e tratados e apresentados anteriormente.

*O jovem que não conseguiu entrar na pública começa a vir na privada (...) e como a pública não aguenta com tudo, nós acabávamos por complementar esta formação (...) muitos professores da [universidade] pública estão daqui. (E1)*

*(...) A maioria é do pré-universitário (...) Se nós observarmos o universo de entrada a maioria são trabalhadores, porque à noite é onde temos mais estudantes. (E2)*

*Na generalidade são finalistas do ensino médio (...). Os estudantes que mais entram são provenientes do pré-universitário. No Curso de Gestão a maioria dos estudantes são pessoas que já estão no mercado de trabalho e vêm aprender para se qualificar (...). (E3)*

*A maior parte vem do ensino médio ou do PUNIV, IMEL e outros institutos privados que há por aí. Os da noite são trabalhadores (...) o que tem acontecidos é que estudantes no 1.º ano não trabalham e no 2.º ano já começam a trabalhar (...). (E4)*

*Nós temos uma multiplicidade de perfis (...) temos os trabalhadores que já trabalham a muito tempo, temos alunos que vêm mesmo do ensino médio, temos aqueles que trabalham e estudam, como temos aqueles que estão muito tempo sem estudar e os que não trabalham e que ficaram 2/3 anos e não conseguiram entrar em nenhum lado (...). (E5)*

Um outro aspeto também muito referenciado pelos entrevistados prende-se com a questão da ajuda que a universidade presta às famílias e estudantes mais carenciados, manifestada por unanimidade nos discursos dos vice-reitores. Nesta medida, há que ter em conta o facto de grande parte da população estudantil angolana ser de proveniência de famílias com poucos recursos, situação referida também pelos estudantes inquiridos, dando conta de que a maioria dos pais tem como profissão a de funcionário público. Nas

entrevistas, as famílias reafirmaram esta situação ao referirem que mesmo com os reduzidos recursos financeiros continuam a apostar na formação dos filhos por ser um investimento com retorno garantido, pois de acordo com Boudou (1974) existe uma sensibilidade das expectativas sociais em relação ao nível escolar, que é tanto maior quanto mais baixa a origem social.

*Há algumas bolsas internas que [a universidade] disponibiliza as vezes para alguns estudantes. (E1)*

*Nós demos bolsa [aos] estudantes (...), por exemplo, desde o ano passado que o Reitor retirou do pagamento as multas para todos daqueles estudantes que deviam muito (...). É um esforço e sobretudo ajuda que a universidade faz para as famílias com baixo rendimento (...). (E2)*

*[Oferecemos] bolsa interna (...) [tendo em conta] a qualidade e do interesse do aluno (...). (E3)*

*A universidade tem ajudado as famílias (...) dando bolsa de estudo aos jovens mais carenciados ou com mais dificuldades (...) Temos cerca de 300 estudantes que são bolseiros da universidade, (...) ontem duas jovens vieram ter comigo, cujos pais têm poucos recursos e foi-lhe dada a bolsa (...). (E4)*

*A universidade tem dado bolsas (...) está recetivo a isto (...) Nós verificamos [temos estado a ver que existem] pessoas necessitadas e o esforço que fazem (...) vemos como é que eles vêm a instituição (...). (E5)*

## **2. A perspetiva das famílias: a obtenção do diploma como um investimento com retorno garantido**

A análise de conteúdo das entrevistas e o respetivo processo de categorização permitiu-nos definir quatro grandes categorias: (i) *Opção de escolha de uma Instituição de Ensino Superior*; (ii) *Grau de satisfação com a frequência no ensino superior*; (iii) *Esforço financeiro e interesse pela aposta feita*; (iv) *Resultados esperados com a formação*. Estas categorias, por sua vez, permitiram-nos obter oito subcategorias: a) *Vantagens de estudar*; b) *Motivo para ingressar na universidade*; c) *Escolha da instituição privada*; d) *Escolha do curso*; e) *Universidade ao encontro das expectativas familiares*; f) *Preparação para o mundo do emprego*; g) *Processo de decisão de participação financeira*; h) *Investimento na educação dos filhos*. Ao analisarmos as subcategorias e os indicadores, debruçamo-nos sobre os que apresentam um maior número de frequências, ou seja, os indicadores mais referenciados pelas nossas entrevistadas. Vejamos o quadro síntese da análise de conteúdo que apresenta o processo de categorização geral.

**Quadro 23** - Síntese da análise de conteúdo das entrevistas realizadas às famílias, subcategorias com mais indicadores [E1 a E8]

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistas								
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	F
Opção de escolha de uma IES	Vantagens do estudo	Retorno das despesas com a educação	3	1	1	4		4			(5)
		Estatuto social diferente		5	3	2	2	4			(5)
		Perspetiva para uma vida melhor	4		1		2		2		(4)
		Realizar o sonho dos pais	1		5	1				1	(4)
		Escolha da formação no exterior	3	3		2	3				(4)
		Contribuir para o desenvolvimento do País			4					3	(2)
	Escolha do Curso	Continuar o curso do secundário	1	1	1		2				(4)
		Primeira opção				1		1	1		(3)
		Segunda opção					2		1		(2)
		Escolha do curso pelos filhos							3	3	(2)
		Interferência dos pais na escolha do curso					3				(1)
	Motivos para ingressar na universidade privada	Universidade privada, o caminho mais rápido	2	1	1	1	1	1	2	1	(8)
		Dificuldade de ingresso na universidade pública	1	2	2	4	1	2		2	(7)
		Inexistência do curso na pública			3						(1)
	Escolha da instituição privada	Proximidade geográfica	2	1		2				3	(4)
		Preferência pela instituição				1		1	1		(3)
		Existência do curso					2		1		(2)
	Grau de satisfação com a frequência numa IES	Universidade ao encontro das expectativas familiares	Satisfação da família com a aprendizagem	4	6	2	7	3	2	2	2
Satisfação da família e dos filhos com a universidade			1	2		3	5	3	5	1	(7)
Insatisfação dos filhos com a universidade			1			2	4	2	1		(5)
Preparação para o mundo do emprego		Empresas solicitarem candidatos				3		3		2	(3)
		Proposta e colocação de emprego				3				2	(2)
Rendimentos/esforço e interesse para um curso	Processo de decisão de participação financeira	Sacrifícios dos pais para pagarem as propinas	3	3	2	4	1	1	2	2	(8)
		Rendimento insuficiente para cobrir as despesas		1	2	1	2	1	1	1	(7)
	Melhor herança para um filho	Aposta na formação dos filhos afeta outras responsabilidades	2			4	1	2	4		(5)
		Desejo de ingresso dos filhos no mercado de trabalho	2	4		2		2	4		(5)
		Investimento na formação é uma prioridade e compensa	1		1		3		5		(4)
		Formação é um suporte e serve para suprir as dificuldades								4	(1)
Resultados esperados com a formação	Continuação dos estudos dos filhos	Licenciatura só não basta, devem continuar (a estudar)	1		3	4	5	1	2		(6)
		Exigência da universidade reflete-se no comportamento dos filhos			3	2	5	1	7		(5)
		Expectativas dos pais com o fim da formação dos filhos	3		2		1				(3)

## 2.1. A educação como um investimento: escolha de um Curso e de uma Universidade privada

Ao proceder-se à análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria «opção de escolha de uma Instituição de Ensino Superior» e os respetivos indicadores. A subcategoria «vantagens de estudar» permitiu-nos obter seis indicadores: (i) *Retorno das despesas com a educação* (n=5); (ii) *Formação dá um estatuto social diferente* (n=5); (iii) *Perspetiva para uma vida melhor* (n=4); (iv) *Escolha da formação no exterior* (n=4); (v) *Realizar o sonho dos pais* (n=4); (vi) *Contribuir para o desenvolvimento do País* (n=2). A subcategoria *Escolha do curso* permitiu-nos obter cinco indicadores: *Tendência para seguir a área de formação do médio* (n=4), *Primeira opção* (n= 3), *Segunda opção* (n= 2), *Escolha do curso pelos próprios filhos* (n=2), *Interferência dos pais na escolha do curso* (n= 1). Na subcategoria *Motivos para ingressar na universidade privada*, obtivemos três indicadores: *Universidade privada, o caminho mais rápido* (n=8), *Dificuldade de ingresso na universidade pública* (n=7), *Inexistência do curso na pública* (n=1). Na subcategoria *Escolha da instituição privada* obtivemos igualmente três indicadores: *Proximidade geográfica* (n=4), *Preferência pela instituição* (n= 3), *Existência do curso* (n= 2).

Refletindo sobre estas informações, podemos aferir que as nossas entrevistadas atribuem maior importância às seguintes questões: *Universidade privada, o caminho mais rápido* (n=8); *Dificuldade de ingresso na universidade pública* (n=7); *Retorno das despesas com a educação* (n=5); *Formação dá um estatuto social diferente* (n=5), na medida em que verificamos, no que diz respeito aos principais motivos para ingressar na universidade privada, que as famílias entrevistadas são unânimes em dizer que não é fácil um filho estudar na universidade pública, apesar de fazerem os testes, que consistem em requisitos para terem acesso a este nível de ensino, o que as faz recorrer ao privado como alternativa, sob pena de os filhos não continuarem a estudar, referindo mesmo que “o privado é a via mais rápida”:

*Não havia outra alternativa se não pô-lo na universidade privada. [para não] ficar um ano sem estudar. (E2)*

*Este é o grande calcanhar de Aquiles. Todo o cidadão gostaria de ver os seus filhos a estudarem numa universidade pública, sem qualquer custo. (E3)*

*Tentou entrar numa universidade pública, mas não conseguiu mesmo com a nota de 14*

valores. (E4)

*A minha filha fez vários testes de admissão na universidade pública e não conseguiu. Para não ficar sem estudar [tivemos] que recorrer a universidade privada. (E5)*

*Para entrar numa universidade pública é muito difícil. Fazem testes, mas mesmo com a nota de 14 ou 15 valores as vezes não ingressam. Preferimos a universidade privada, é o caminho mais rápido. (E6)*

Em Angola, durante muito tempo existia apenas uma única universidade pública, à UAN, que perante o crescimento exponencial de jovens provenientes do ensino médio (cujo número de instituições e de alunos aumentou significativamente) e de adultos que pretendiam retomar os estudos, que pelo facto de terem ficado fora do sistema escolar, por vários motivos (ter de ir trabalhar para suportar as despesas familiares, principalmente) procuram aumentar os seus conhecimentos académicos, através da frequência no Ensino Superior, procurando usufruir dos benefícios da educação e estarem preparados para enfrentar as novas exigências do mundo do trabalho. Esta grande demanda dos estudantes e das famílias fez diminuir a capacidade de resposta da UAN, fazendo com que estes passassem por sérias dificuldades para conseguir uma vaga na universidade pública. A maioria destes indivíduos adotou como alternativa a frequência em instituições de Ensino Superior privado, por ser a via mais rápida de aceder ao Ensino Superior. Contudo, esta situação persiste, num contexto em que o Estado adotou como estratégia política a abertura de mais Instituições de Ensino Superior públicas em quase todo o país, com a implementação de uma nova rede de estabelecimentos deste nível de ensino, em 8 Regiões Académicas.

Nos indicadores que se prendem com o *Retorno das despesas com a educação* (n=5) e *Formação dá um estatuto social diferente* (n=5), as entrevistadas mostraram-se esperanças com o investimento que estão a fazer neste momento na escolarização dos filhos, em termos de dispêndio em tempo e dinheiro destinados à educação, fator essencial para obter no futuro sucesso financeiro (Pires, 2005), augurando uma vida melhor, referindo mesmo que com um curso superior poderão ter um estatuto social diferente. No entender de Balsa et al. (2007), o facto de alcançarem o Ensino Superior é uma “vitória” que representa uma ascensão importante em relação à sua base social de origem. Uma vez que para estes estudantes e suas famílias os fatores ligados ao “prestígio” e à “qualidade” da formação não são fundamentais na construção das suas estratégias de escolarização, estando mais próximos de um perfil que atende à “viabilidade económica” do ingresso. Trata-se de um perfil estratégico que atende mais às preocupações com a proximidade

geográfica e a facilidade de ingresso (Balsa et al., 2007).

*Vai trabalhar para me ajudar no futuro. Sabendo que a mãe deu no duro para ela se formar, não vai deixar a mãe andar mal e ela andar bem. Ela tem que estudar para ser alguém.* (E1)

*Quem sabe ele [amanhã] não ajude um sobrinho (...).* (E2)

*Tudo que se faz com coração brota frutos e estes frutos é que nós esperamos amanhã colher.* (E3)

*Ela aproveitou bem e soube dar valor o que eu passei por ela. Ela agora já me paga uma viagem. No fim do ano, ela disse mamã estes cadeirões já estão velhos vou ti oferecer uns cadeirões da moda.* (E4)

Nestes discursos, é notório o estado motivacional das famílias que tudo fazem para que se concretize com sucesso o processo de escolarização dos filhos, na esperança de que estes possam alcançar com a formação um bom emprego e auferir rendimentos salariais consideráveis, que lhes proporcionem uma vida melhor, um estatuto social diferente e assim ajudar a família de uma forma simbólica, ou seja, na expectativa de obterem o retorno (de forma indireta) dos gastos com os custos no investimento da educação dos filhos. Esta ideia vai no sentido dos teóricos da teoria do capital humano (Schultz, 1961; Becker, 1975; Psacharopoulos & Woodhall, 1985) que trabalharam a questão do desenvolvimento da educação na perspectiva de uma análise das opções de investimento em termos de retorno das despesas com a formação dos indivíduos. Neste sentido, as despesas com a educação deixaram de ser vistas como consumo e passaram a ser consideradas uma posição de investimento, com a aquisição de competências que oferecem satisfações futuras, pois os gastos com a formação correspondem a um investimento rentável, indispensável para o desenvolvimento das pessoas e dos países (Cabrito, 2002; Pires, 2005).

Um outro aspeto referenciado pelas entrevistadas prende-se com os indicadores: *Perspetiva para uma vida melhor* (n=4) e *Realizar o sonho dos pais* (n=4), onde é possível observarmos o que Porte (1993) verificou nos seus estudos sobre o facto de a formação escolar dos filhos transformar-se para as famílias em critério de honra, de privilégio e de legitimidade do novo modelo de vida construído com o processo de escolarização, visto que destacam o seguinte pensamento:

*Porque hoje em dia (...) quem estuda é que tem mais vantagem. Se a minha filha não estudar vai ficar na situação em que me encontro, vender na rua.* (E1)

*Seria um privilégio que ele estudasse (...) formar-se para me sentir orgulhosa, já que eu não consegui. Acho que o meu filho pode ascender muito mais do que eu.* (E2)

*É um sonho meu (...) coisa que eu não consegui fazer. Apostei nela com todas as minhas forças (...) Eu queria tanto que ela se formasse. (E4)*

*Para ter um curso superior e ter mais oportunidades de trabalho. Como mãe é bom [saber] que estou a fazer alguma coisa para a minha filha. (E5)*

*O que quero é que ti formes. Só passando pela formação terão garantias para assegurar o futuro. (E7)*

Lê-se no pensamento destas famílias que, investindo na formação dos filhos, contribuem para as trajetórias escolares dos mesmos, procurando que obtenham sucesso académico, augurando perspectivas de uma vida melhor, através de expectativas de que estes obtenham, após a conclusão da formação, rendimentos elevados que aumentem ao longo da sua vida. Este é um argumento de peso que tem estado a atrair famílias e estudantes para o sistema educacional, preocupados em se adequar às novas exigências tecnológicas do mercado de trabalho (Pires, 2005). Dando assim, um importante “incentivo à formação de aspirações de mobilidade ascendente dos filhos” (Grácio, 1997, p. 48).

## **2.2.O investimento na formação dos filhos como prioridade: grau de satisfação da família com a formação**

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria *Grau de satisfação com a frequência no ensino superior*, obtiveram-se duas subcategorias e os respetivos indicadores. A subcategoria *Universidade ao encontro das expectativas familiares* permitiu-nos obter três indicadores: (i) *Satisfação da família com aprendizagem* (n= 8); (ii) *Satisfação da família e dos filhos com a universidade* (n=8), (iii) *Insatisfação dos filhos com a universidade* (n=4). Na subcategoria *Preparação para o mundo do emprego* obtivemos dois indicadores: *Tendência das empresas solicitarem candidatos para o emprego* (n=3); *Proposta e colocação de emprego* (n=2). Destacaremos apenas os indicadores com mais frequência, ou seja, os indicadores mais referenciados.

Estes indicadores permitiram constatar as representações que as famílias têm dos seus filhos na universidade, sendo notório o grau de satisfação com a aprendizagem/conhecimentos e com a própria instituição universitária privada, identificadas nas palavras das nossas entrevistadas, que referem que os filhos estão a adquirir conhecimentos visíveis a partir das atitudes, dos comportamentos, do respeito, da

conformidade àquilo que são as regras, o tempo dedicado ao estudo, às sociabilidades e ao lazer (Roldão, 2012), o que se encontra expresso nos seus discursos, ao referirem, por exemplo, “ o empenho dele; transitou de classe; já faz projetos”:

*Eu noto mediante o que ela faz e vejo as notas dela. Acredito que sim que ela está aprender e ter conhecimento. Pela educação dela e a forma dela ser. (E1)*

*(...) Gostei porque fui vendo o empenho dele, a satisfação e não só, pelas conversas dele. Ele transitou de classe mesmo com todas as barreiras e sacrifícios, porque é mesmo um sacrifício grande, porque não temos condições (...) não tenho vergonha de dizer isso (...) não temos condições, mas ele, tudo fez e passou de classe. Então quer dizer que para mim é uma satisfação. (E2)*

*Sinto-me muito orgulhoso, principalmente nesta primeira que está a fazer a sua monografia, sinto-me muito alegre, com muito orgulho. Já arranjou um emprego e as pessoas na família que sabem que eu apoio os miúdos vêem isso e também manifestam muita alegria. (E3)*

*Quando recebeu o diploma as minhas sobrinhas todas abraçaram-me primeiro a mim e não a ela. (E4)*

*Ela está no 4.º ano já consegue fazer um projeto. As pessoas amigas e familiares pedem e ela faz, quer dizer que ela está ter conhecimentos, as vezes faz comentários de alguma situação na televisão ligado a urbanização já fala (...) já faz críticas (...). (E5)*

É reconhecido que as famílias, ao suportarem os custos com a formação, contribuem para as trajetórias académicas de sucesso dos seus filhos e que, efetivamente, o conceito de mobilidade escolar familiar remete para práticas de envolvimento familiar sistemáticas, voltadas intencionalmente para a garantia do bom rendimento escolar dos filhos (Viana, 2000), tal como nos mostram os discursos onde as famílias se manifestam satisfeitas e orgulhosas com o desempenho dos filhos. Contudo, importa referir um aspeto importante que é prática da cultura africana, em que os membros de uma família alargada, de uma aldeia ou de uma igreja podem se tornar “familiares”, ao contribuírem para suportar os custos das despesas com a formação de um estudante (Johnstone, 2003). É o caso de um dos entrevistados que é membro da família e faz este exercício de ajudar os jovens (sobrinhos) de forma a orientar eficazmente as suas trajetórias nos momentos de decisão cruciais, tais como, por exemplo, na escolha do curso, na mudança de estabelecimento de ensino, na continuação ou interrupção dos estudos (Nogueira & Nogueira, 2002). Este investimento no capital escolar deve-se ao facto de ter sido também estudante, cujo benefício e retorno fez dele um pequeno empreendedor que ajuda a garantir o pagamento das propinas e a contribuir para assegurar outros custos. Este interesse, vontade e espírito de ajuda com vista ao sucesso académico dos estudantes é extremamente reconhecido e apoiado pelos membros da família.

### 2.3. Os custos do investimento no Ensino Superior: esforço financeiro e interesse pela aposta feita

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria *Esforço financeiro e interesse pela aposta feita*, obteve-se duas subcategorias e os respectivos indicadores. A subcategoria *Investimento na educação dos filhos* com quatro indicadores: *Investimento na formação é uma prioridade e compensa* (n= 5), *Aposta na formação dos filhos afeta outras responsabilidades* (n= 5), *Desejo de ingresso dos filhos no mercado de trabalho* (n= 5), *Formação é um suporte e serve para suprir as dificuldades* (n=1). A subcategoria *Processo de decisão de participação financeira* com dois indicadores: *Rendimento insuficiente para cobrir as despesas* (n= 3), *Pais fazem sacrifícios para pagarem as propinas* (n= 2).

Nestes indicadores, realçam-se apenas os que têm o número de frequência considerável: *Investimento na formação é uma prioridade e compensa* (n= 5), *Aposta na formação dos filhos afeta outras responsabilidades* (n= 5), *Desejo de ingresso dos filhos no mercado de trabalho* (n= 5), onde podemos constatar que as famílias têm como primeira prioridade a educação dos filhos e empreendem sacrifícios e esforços para suportarem os custos com as propinas, alimentação, transportes, gastos de saúde, livros, viagens de deslocação e outras despesas (Cabrito, 2002; Cerdeira, 2008; Epstein, 2002; UNESCO, 1996), em detrimento de outras responsabilidades, na medida em que reconhecem que a formação é a melhor herança que se pode deixar a um filho, reforçando mesmo a ideia de que o investimento na formação é uma prioridade e que permitirá aceder a recompensas no futuro.

*(...) Tenho que dar no duro, para que a menina esteja no bom caminho (...). (E1)*

*(...) Todo o sacrifício fiz para conseguir mensalmente pagar as propinas atempadamente e umas poucas vezes com atraso pagando multa, mas fui fazendo tudo (... ) para agradá-lo. Porque quero um filho formado e ele também quer formar-se, não havia outra opção(...) é um sacrifício (...) o meu salário vai quase tudo. (E2)*

*(...) Nós não estamos a fazer algo em vão. Precisamos que os nossos filhos também tenham estudos e um estatuto (...) temos que fazer de tripas coração. (E3)*

*Deixei de ser professora para trabalhar como cozinheira para poder pagar a faculdade (...)  
Eu chegava uma altura que dava o meu salário (...) completo (...) para pagar a faculdade.  
Não lembro comprar uma roupa. (E4)*

*Às vezes os vencimentos atrasam, temos que fazer (...) um conjunto de sacrifícios e vai conseguindo. (E5)*

*[o salário] não chega mesmo (...) as vezes a pessoa tem que fazer esforços. (E6)*

*É difícil(...) e o meu estudo também, não é fácil. As vezes a pessoa põe a mão na cabeça dizendo não pago, mas como é pela formação a pessoa faz. (E7)*

*(...) Temos conseguido pagar as propinas e a alimentação (...) não é fácil. Com este dinheiro poderíamos fazer outra coisa, mas é um investimento (...) realmente compensa-nos mais ver um filho formado do que ter uma casa ou ter um carro para mim é a melhor herança que eu posso deixar para o meu filho. Tive que fazer um sacrifício do meu salário (...) para pagar a faculdade. É um direito, é uma lei de Deus assumir a realidade de dar formação aos filhos, até eles irem para as suas vidas. (E8)*

De acordo com Grácio (1997), a importância crescente da educação escolar pode considerar-se um fator de primeiro plano. Este facto é notório nos discursos das famílias, que enfatizam que a formação dos filhos está em primeiro lugar e, por isso, fazem um conjunto de sacrifícios, recorrendo a várias estratégias no processo de decisão de participação financeira para suportarem as despesas com a educação, quer com recurso ao seu rendimento mensal, quer recorrendo às economias que juntaram, fiando-se em ganhos futuros (Johnstone, 1986, 2003). Esta atitude revela que consideram que com a escolarização os filhos poderão alcançar benefícios advindos do retorno privado do capital investido na educação, revelados no aumento dos rendimentos dos ganhos salariais, ou através de outras vantagens não monetárias com maiores opções quanto à ocupação profissional, controlo e poder na vida ao longo do tempo (Schultz, 1961; Johnstone, 2003). As famílias têm como expectativa para os filhos que logo que terminem a formação consigam ingressar no mundo do trabalho para pôr em prática a aprendizagem e os conhecimentos adquiridos ao longo do processo de escolarização:

*Porque com o curso superior ela vai ter o seu emprego. (E1)*

*Ter um curso superior [para] depois ingressar no mercado de trabalho. Poder levar a sua vida sem precisar de alguém. (E2)*

*Encontrar um emprego e mostrar o que aprendeu na universidade neste emprego (...). (E3)*

*Que ela consiga um emprego e aplicar aquilo que aprendeu. Vê-la na televisão apresentar o seu projeto e explicar (...). (E5)*

*Formado e estar no mercado de emprego. É uma mais-valia vê-lo formado e empregado. (E7)*

*Estou satisfeita, ontem recebi uma boa informação ele [foi] convidado para trabalhar. Vai realmente encarar a realidade, vai juntar a teoria a prática, a satisfação é grande (...). (E8)*

Nestes discursos é possível constatar que de facto a família está preocupada e envolvida na formação dos filhos, contribuindo assim para trajetórias académicas com sucesso, mas não através do “acompanhamento minucioso da escolaridade dos filhos ou de contactos frequentes com os professores e as instituições, nem da presença em reuniões” (Viana, 2000, p. 52). A participação das famílias nos percursos escolares dos filhos revela-se na presença da ordem moral doméstica, na atenção oferecida para a realização do trabalho escolar, no acompanhamento, compreensão e apoio dos filhos e no esforço e sacrifício para garantir o pagamento das despesas com os custos de educação (Psacharopoulos & Woodhall, 1985; Viana, 2000; Perez, 2010). No entanto, este aspeto é pouco referido, *Pais fazem sacrifícios para pagarem às propinas* (n= 2), porque para estas famílias o que conta mais é a prática ou o ato em si do que o exercício que fazem para adquirirem recursos financeiros, tendo como horizonte o grande desejo de os filhos, depois de terminarem a licenciatura, ingressarem no mercado de trabalho e poderem aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo dos anos de formação.

#### **2.4. Expetativas de um futuro melhor: Resultado esperado com a formação superior**

Na análise de conteúdo das entrevistas de cada uma das subcategorias da categoria *Resultados esperados com a formação*, obteve-se uma subcategoria e os respetivos indicadores. A subcategoria *Continuação dos estudos dos filhos* com três indicadores: *Licenciatura só não basta* (n=6), *Exigência da universidade reflete-se no comportamento dos filhos* (n=5), *Expectativas dos pais com o fim da formação dos filhos* (n=3). Destacaremos igualmente apenas os indicadores com o maior número de frequência.

Estes indicadores permitiram ter uma ideia da importância que as famílias africanas, particularmente angolanas, atribuem ao incentivo à formação escolar tendo em vista aspirações de mobilidade social ascendente<sup>81</sup> dos filhos (Grácio, 1997). Esta tendência das famílias valorizarem os estudos dos filhos tem subjacente uma questão cultural, na medida em que remonta ao período colonial. Naquela época, a forma pouco simpática como se

---

<sup>81</sup> Segundo Grácio (1997), o verdadeiro membro da classe social não é o indivíduo mas a família, no sentido da linhagem, uma vez que a pertença do indivíduo à classe depende da família. Apesar de as famílias e os indivíduos não se reduzirem pura e simplesmente a sua posição de classe (Nogueira & Nogueira, 2002), tendo em conta que o sucesso escolar dos filhos introduz-se uma mudança na condição de vida das famílias.

estabeleceram as relações entre africanos/angolanos e os europeus/portugueses fez com que as famílias aumentassem o seu interesse no investimento da escolarização dos seus filhos. Num estudo, Silva (2008, p. 156) verificou que “os professores valorizam bastante o empenho dos pais africanos, por serem pessoas abertas à escola e acreditarem nessa escola”, o que a autora considerou de pontos fortes e valiosos da cultura (idem, p. 158). No sentido de Piotto (2008), é facto assente que as famílias contribuem para trajetórias de longevidade escolar dos filhos, na medida em que a entrada do filho na universidade dá um *status* elevado e é uma forma de mudança que augura a possibilidade de melhoria de condições de vida dos seus filhos. Analisando as opiniões das famílias entrevistadas, verificamos que atribuem importância ao investimento na formação dos seus filhos para que obtenham níveis mais altos de escolaridade, porque consideram que a licenciatura já não é suficiente.

*Ela [pode] trabalhar e continuar os seus estudos (...). (E1)*

*Nós fizemos a nossa parte até a Licenciatura (...) pensamos que para o mestrado e para o doutoramento a filha tem que lutar para isso. (E3)*

*Eu até só peço a Deus que [lhe dê] mais força para fazer já o mestrado (...). A minha expectativa é que ela continue a estudar, até o doutoramento. Porque ela é que está a “engonhar” [com preguiça]. (E4)*

*A família acha que deve continuar, mas tudo depende dela, se houver esta oportunidade, acho que ela vai seguir fazer o mestrado ou o quê que tiver que fazer (...). (E5)*

*Não quero que ele faça só a Licenciatura, mas que (...) um dia ele faça [mestrado]. (E6)*

*A família pensa que ele continue (...) Não basta só a licenciatura, ele é novo tem muito pela frente (...) Vai continuar fazer mestrado, doutoramento. (E7)*

*Na universidade tem que ser dedicado aos estudos, no ensino médio brincava, na universidade já não se pode brincar. Na universidade o professor dá a matéria e o aluno tem que se esforçar, enquanto no ensino médio [não]. (E3)*

*A Católica é uma das universidades que se deve igualar à pública, porque dizem que exige muito. (E4)*

*Não tem nada a ver com o médio, nos (...) [no fim] do ano letivo os professores mandam [fazer] trabalhos e passa a noite sem dormir. (E5)*

*Sim. Ele está muito mais dedicado agora. (E6)*

*Eu vejo a preocupação que ele tem em estudar, no médio não tinha. Na universidade ele faz trabalho de campo. Ganhou maturidade, ganhou muito (...). (E7)*

Nestes discursos é possível constatar que de facto as famílias estão satisfeitas com a dedicação, o comportamento, os conhecimentos e sobretudo o percurso escolar dos filhos, manifestando o desejo de estes continuarem os estudos, argumentando que licenciatura só não basta. Nota-se que têm noção da importância de uma formação académica na vida dos

filhos, do prestígio social e do retorno financeiro e que percebem as dinâmicas do mercado de trabalho, tendo em conta as exigências e os desafios atuais do mundo global. Para Nogueira e Nogueira (2002), a compreensão que as famílias revelam é fundamental para a formulação de estratégias de forma a orientar eficazmente a trajetória escolar dos filhos, nos momentos de tomada de decisões pertinentes como, por exemplo, de continuação ou de interrupção de estudos, mudança de universidade, escolha do curso superior e da instituição. Esta situação vai ao encontro do que constatamos nas respostas dos estudantes inquiridos acerca da escolha do curso, onde uma parte significativa (52,6%) refere que os pais exerceram influência na escolha do curso. Neste sentido, os esforços financeiros associados à formação dos filhos são, acima de tudo, percecionados como um investimento com retorno garantido. O aspeto financeiro foi igualmente apontado pela maioria dos estudantes inquiridos (79,4%), que referiram o apoio dos pais como o principal meio de sustento da vida académica.

### **3. A lógica dos estudantes das universidades privadas em Angola: motivações, expectativas e aspirações.**

Esta secção visa estabelecer os parâmetros para a compreensão do processo de decisão dos estudantes na escolha dos cursos e das universidades privadas.

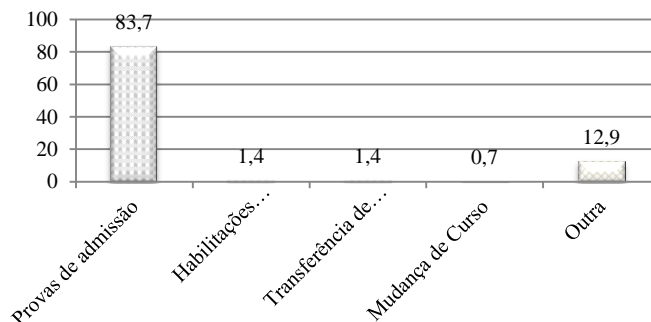
#### **3.1. Percurso escolar dos estudantes**

##### **1. Via de ingresso na Universidade**

Relativamente à via de ingresso, olhando para o gráfico abaixo apresentado, o mais comum que se destaca entre os estudantes inquiridos é a prova de admissão, representando cerca de 83,7% dos respondentes. As restantes vias de ingresso representam proporções residuais. Segundo as opiniões dos vice-reitores entrevistados, atualmente à prática do exame de admissão não tem sido muito rigorosa, pois procura-se saber apenas o mínimo, o que leva a que muito dificilmente os candidatos que se submetem a este tipo de prova reprovem. Os 12,9% da categoria “Outra” representam uma franja da população estudantil que se candidatou e ingressou numa universidade privada, que se encontram a frequentar este nível de ensino sem terem realizado um teste de admissão. Isto acontece porque,

provavelmente, algumas destas instituições pretendiam preencher as vagas disponíveis, o que pode ter induzido à aceitação de candidatos que não cumpriam com os requisitos exigidos para o ingresso no Ensino Superior.

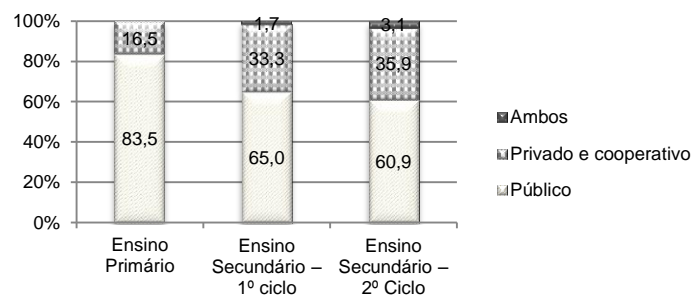
**Gráfico 6 - Via de ingresso no ensino superior (%)**



## 2. Estatuto do estabelecimento frequentado no ensino secundário

Quanto ao estatuto do estabelecimento frequentado no ensino secundário, olhando para o gráfico abaixo indicado, a grande maioria dos estudantes inquiridos, na ordem dos 83,5%, frequentam uma instituição pública no ensino primário, no primeiro e segundo ciclos do secundário, 65% e 60,9% respetivamente. Seguem-se os que frequentavam o ensino cooperativo (35,9%, 33,3% e 16,5%) e os restantes (ambos) representam percentagens muito reduzidas (1,7% e 3,1%). Esta situação reforça a ideia de que à semelhança do verificado na escolha de uma instituição de Ensino Superior, já no ensino primário, nos 1.º e 2.º ciclos e no ensino secundário se verifica esta tendência. De acordo com Balsa et al., (2007), as universidades públicas são a principal opção dos candidatos ao Ensino Superior, pelo facto de ser representada socialmente como a mais prestigiante, sendo, por isso, alvo de uma procura superior à sua capacidade de acolhimento em muitos casos. Em Angola, este facto ocorre igualmente, mas não tanto pelo prestígio destas instituições públicas, mas devido, principalmente, às questões relacionadas com a relação entre o custo das despesas com a educação e os recursos financeiros das famílias.

**Gráfico 7** - Estatuto do ensino anterior ao ensino superior



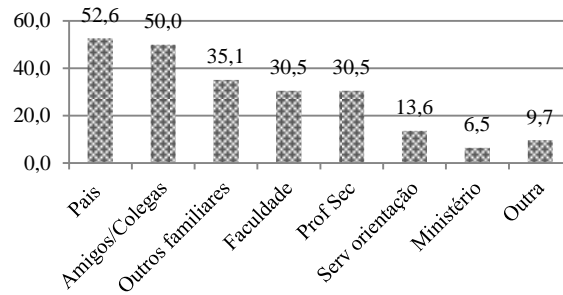
### 3.2. Entrada na universidade: Imagens, motivação e aspirações

#### 1. Fontes para a escolha do curso

No que diz respeito às fontes para a escolha do curso, é de referir que 52,6% dos respondentes aponta os pais, 50% os amigos e colegas, 35,6% outros familiares, 30,5% a informação fornecida pelas universidades, 30,5% a informação fornecida pelos professores do secundário, 13,6% os serviços de orientação do ensino secundário e 6,5%, o Centro de Informação do Ministério do Ensino Superior.

Estes dados corroboram o argumento de que geralmente na tomada de decisão tem-se em consideração as opiniões de terceiros, as percepções do consumidor a respeito do produto a adquirir e os objetivos a satisfazer (José, 2010). Neste gráfico, podemos constatar esta situação, na medida em que os pais aparecem em primeiro lugar, seguindo-se os amigos e colegas, outros familiares e as universidades, como as principais fontes que influenciam os estudantes na escolha do curso e da instituição. Os pais aconselham primeiramente os filhos na escolha dos cursos, pois atribuem maior importância ao curso que o filho pode seguir e ao retorno que poderá dar em termos profissionais, do que a instituição que frequenta. Esta situação encontra-se associada ao princípio segundo o qual a escolha de um curso ou instituição implica um conjunto de representações sobre o Ensino Superior (Balsa et al., 2007), de que muitas vezes as famílias não possuem.

**Gráfico 8 - Fontes para a escolha do curso**

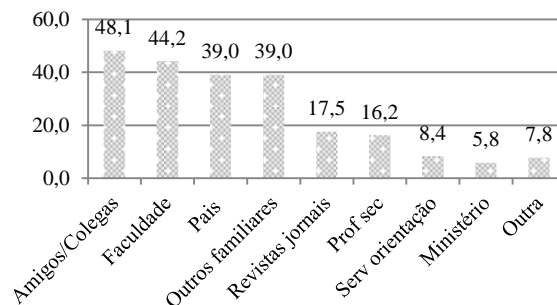


## 2. Fontes para a escolha da instituição de ensino

Relativamente às fontes para a escolha da instituição de ensino, do total da população inquirida cerca de 48,1% refere os amigos e colegas, 44,2% a universidade, 39% os pais e outros familiares, 17,5% revistas e jornais, 16,2% professores do secundário, 8,4% os Serviços de Orientação e 5,8% o Centro de Informação do Ministério do Ensino Superior.

Comparativamente aos dados da escolha do curso, para a escolha da universidade o quadro inverte-se, passando os amigos e colegas a ocupar para o primeiro lugar, seguindo-se as universidades e, em último lugar os pais e outros familiares. Provavelmente, este facto pode estar associado ao facto de os pais não conhecerem bem as instituições existentes, numa altura em quase todos os anos abre, em Angola, uma ou mais universidades privadas, facto que desperta mais a atenção dos jovens estudantes que interagem no dia-a-dia com o que acontece ao nível da política educativa do país, através das conversas dos amigos e colegas.

**Gráfico 9 - Fontes para a escolha da Universidade**



### 3. Opção pelo curso

O curso em que se inscreveram representa a primeira opção para a grande maioria dos inquiridos (72,2%), que se candidataram a uma universidade privada. Tal facto significa que as expectativas iniciais foram cumpridas para a maioria dos alunos, isto porque, juntando informações já referidas, a escolha do curso sobrepõe-se à escolha da instituição. A maioria dos alunos encontra-se no curso desejado, pelo que é possível antever um grau de satisfação elevado (em princípio) face à escolha dos percursos formativos. Apesar deste facto, constatamos, curiosamente, que alguns estudantes mudam de curso quando não conseguem obter resultados satisfatórios no curso que escolheram como primeira opção. O extrato de entrevista de dois vice-reitores retrata esta situação:

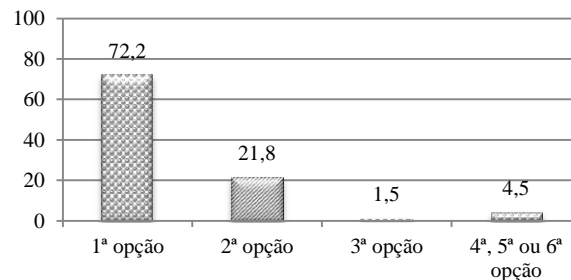
*Ele procura os cursos em função daquilo que ouve (...) está a dar Gestão então vai para Gestão (...) olha, está a dar Comunicação Social (...) olha, está a dar Medicina (E1); (...) Não há orientação vocacional, ele não sabe para onde está vocacionado, portanto isto já devia vir do secundário (...) olhar pelos testes que fez (...) e então o que é que ele faz é o que está a dar (...) (E1); Nós hoje verificamos nas escolas constantemente mudanças de cursos por parte dos estudantes (...) Quando ele vê que reprovou um ano numa determinada área, ele diz epá, então se reprovei um ano (...) então vou num outro curso para ver se consigo fazer o outro curso. (E2)*

Isto resulta, provavelmente, devido ao facto de não existirem seminários de orientação vocacional suficientes para acompanhar os estudantes, devido ao desconhecimento da importância de se escolher bem um determinado curso e sobretudo devido à falta de informação e de referência, quer por parte dos professores, das famílias e da sociedade civil, por forma a identificarem a sua vocação e a sentirem-se inspirados e motivados para a escolha de um determinado curso específico. No entanto, um dos vice-reitores entrevistados referiu que a sua instituição tem trabalhado no sentido de orientar os estudantes que procuram frequentar e obter um diploma de Ensino Superior. O excerto da entrevista espelha esta ideia:

*(...) Aqui temos um espaço onde orientamos os estudantes que querem estudar e isto para nós é muito importante. Temos provas de que muitos estudantes matriculam-se numa especialidade e quando já estão no segundo semestre querem mudar de curso. Então o que fizemos aqui é orientar os estudantes, informando das características do curso, as disciplinas e como funciona. Esta questão é importante porque nós vemos que quando eles*

saem daí vão com outro rosto e dirigem-se para as salas onde vão fazer as inscrições (...) (E2); (...) O que acontece (...) [é que] muitas vezes [os estudantes] não sabem bem o que querem. Começa num curso e depois chumba e muda para o outro e depois muda para o outro e então para facilitar esta coisa nós estamos a criar um gabinete de apoio ao estudante com uma psicóloga. O estudante ter alguém que lhe dá um acompanhamento e aconselhamento do ponto de vista educacional, para aquilo que ele deve fazer (...). Lembro-me de uma das finalistas (uma cantora) começou com o Curso de Medicina e teve que desistir no 3.º ano, porque afinal descobriu que nem sangue podia ver, mas queria ir para a Medicina e então mudou e fez Gestão e Marketing e foi por acaso uma boa aluna de Gestão e Marketing. (...) Apercebeu-se, mas se calhar se houvesse um curso de Belas Artes, como ela toca piano e é cantora de Jazz, se calhar ainda era ali onde se sentisse melhor (...) (E1).

**Gráfico 10** - Opção do curso em que se inscreve (%)



#### 4. Fontes de influência

A entrada no Ensino Superior é uma decisão medida por um conjunto de motivações, influências, aspirações pessoais, sociais e familiares, bem como por imagens sobre os cursos e os estabelecimentos de Ensino Superior.

A continuação dos estudos para nível superior, assim como a escolha do curso e do estabelecimento de ensino, podem ser condicionadas por determinadas condicionantes recebidas por parte dos pares, dos familiares ou de outros intervenientes com os quais os estudantes se cruzam ao longo do processo educativo, ou podem surgir simplesmente de uma decisão mais pessoal.

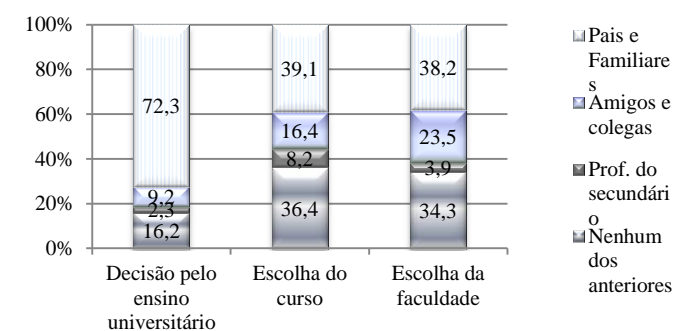
Assim, de acordo com os dados constantes do gráfico 11, que se apresenta seguidamente, as fontes que mais influenciam a tomada de decisão dos estudantes para prosseguirem estudo ao nível do Ensino Superior, a escolha do curso e a instituição, são os pais e familiares, representando cerca de 72,3%, 39,1% e 38,2% respetivamente dos respondentes. Seguem-se os amigos e colegas, com 9,2%, 16,4% e 23,5%, e ainda os professores do ensino secundário, com 2,3%, 8,2% e 3,9% respetivamente apresentando, portanto, uma expressão menos significativa. Estes resultados reforçam a ideia segundo o

qual os pais exercem influência direta na decisão das escolhas dos cursos e das instituições dos seus filhos. As famílias influenciam na escolha dos seus filhos por serem os mais interessados na formação dos mesmos, montando estratégias com vista à concretização do seu sucesso escolar. As famílias envolvem-se no percurso escolar dos filhos para que estes obtenham o diploma do ensino superior e consigam ingressar no mercado de trabalho, visto que estar preparado para exercer uma profissão, aumentar as possibilidades de ter boas oportunidades de emprego e arranjar um trabalho bem remunerado são alguns fatores que exercem uma influência na escolha educacional.

Segundo as opiniões constantes nos discursos das entrevistas realizadas às famílias, a escolha da instituição prende-se em primeiro lugar com a proximidade geográfica. De acordo com o estudo IPOP (2014) realizado em Luanda, a localização das universidades influi na opção dos estudantes por certas universidades privadas em detrimento de outras. O que ressaltou na opinião de alguns dos entrevistados (vice-reitores) foi a localização geográfica destas instituições. O extrato de entrevistas realizadas às famílias é revelador desta ideia:

*O meu filho preferiu a Universidade Metodista porque ele achou que era a melhor, em relação às mais próximas (E2); Para além de ser próximo da área de residência, porque isto diminui o custo do transporte (E3); Mandei mesmo diretamente para a Universidade Católica (...) sou católica e preferi que ela estudasse na católica (E4); (...) estar perto de casa, ter uma boa localização (E5); Ele está na (Universidade) Óscar Ribas (E6); O que me levou a escolher esta universidade (...) a área, por ser mais próxima (E7); (...) ele escolheu a Utanga que fica mais próximo (E8).*

**Gráfico 11** - Fontes de influência para tomada de decisão de ingresso no ensino superior, no curso e no estabelecimento de ensino (%)



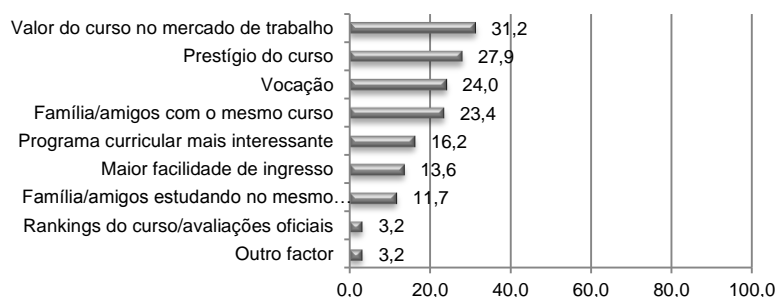
## 5. Razão para a escolha do curso de 1.ª opção

Nas razões para a escolha do curso de 1.ª opção, observa-se que um maior peso da

escolha recai no valor do curso no mercado de trabalho, com cerca de 31,2%, seguido do prestígio do curso, com 27,9%, e da vocação, com 24%. De salientar, ainda que com um peso ligeiramente inferior (23,4%), a influência que a família e/ou amigos com o mesmo curso representa no universo de referência destes indivíduos. Os estudantes escolhem os cursos que têm valor no mercado de trabalho, na medida que perspetivam uma ascensão social maior, augurando boas remunerações salariais e conseqüentemente melhores condições de vida. O extrato de entrevistas dos vice-reitores dá-nos este olhar:

*(...) Cursos de Licenciatura em Gestão e Recursos Humanos, que é o maior, e depois está o curso de licenciatura de Gestão e Organização de Empresas, estes são os cursos mais procurados (...) são cursos que permitem aos estudantes trabalharem em Bancos (...) (E2); (...) há um curso que está a ser muito procurado, acho que as empresas estão a direccionar para aí, é o curso de Gestão de Recursos Humanos (...) Nós temos mais de mil e seiscentos estudantes neste curso, portanto há uma procura muito grande (E4); O curso de Direito, Informática (...) [temos o curso] de Recursos Humanos a funcionar há 3 anos, também enche bastante e o de Psicologia. Estes são os cursos mais procurados e nós compreendemos na vertente emprego, os estudantes querem emprego imediato e eles sabem que estes cursos (...) são necessários em qualquer tipo de empresa, em qualquer ramo da sociedade e neste contexto temos tido sim grande abrangência (...) (E5).*

**Gráfico 12** - Razões para a escolha do curso de 1ª opção (% de respostas positivas)

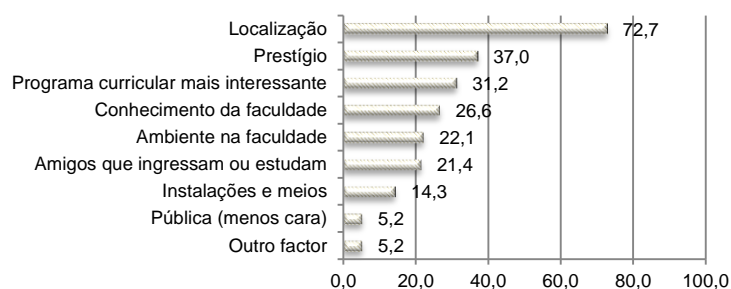


## 6. Razões para a escolha da instituição de ensino de 1.ª opção

A razão apontada pela maioria dos inquiridos, com cerca de 72,7%, para a escolha da instituição de ensino de 1ª opção é a questão da localização. O prestígio da instituição (37%), o programa curricular (31,2%), o conhecimento da universidade (26,6%) e o ambiente da mesma (22,1%) e ainda os amigos que ingressaram nessa mesma universidade (21,4%) constituem as razões apontadas por uma parte ainda significativa dos inquiridos. A

localização das instituições de Ensino Superior revela-se fundamental para as famílias e os estudantes, tendo em conta os custos que as deslocações implicam, como podemos constatar no gráfico e nos extratos das entrevistas.

**Gráfico 13** - Razões para a escolha da instituição de 1ª opção (% de respostas positivas)

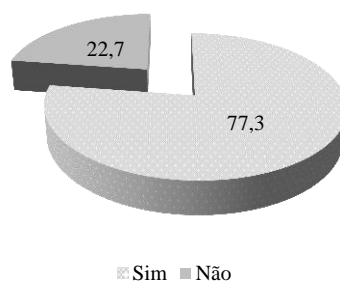


#### 7. Curso de primeira opção corresponde ao que sempre quis

A maioria dos inquiridos (77,3%) afirma que o curso colocado em 1.ª opção no processo de candidatura ao Ensino Superior correspondia ao que sempre desejou. Apenas 22,7% afirma que não correspondeu ao curso que pretendia tirar.

Trata-se de uma realidade marcante nas instituições de Ensino Superior privado em Angola, na medida em que esta tendência é a de aumento da proporção de estudantes que ingressa no curso que efetivamente gostaria de frequentar.

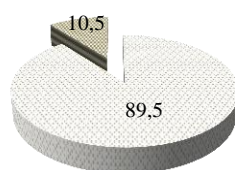
**Gráfico 14** - O curso da 1ª opção correspondia ao que sempre quis? (%)



## 8. Processo de decisão de candidatura ao ensino superior

No processo de decisão de candidatura ao Ensino Superior, a maioria dos inquiridos, representando cerca de 89,5%, refere que primeiro escolheu o curso e depois a universidade. Um número muito residual, que representa 10,5% dos estudantes, refere que primeiro escolheu a universidade e depois o curso. Perante os dados apresentados, somos levados a afirmar que a escolha do curso é um aspeto mais valorizado pelos inquiridos do que a escolha da instituição. Os estudantes atribuem importância ao curso que pretendem fazer, sendo motivo de conversa com os familiares, os amigos, os colegas e professores.

**Gráfico 15** - Processo de decisão de candidatura (%)

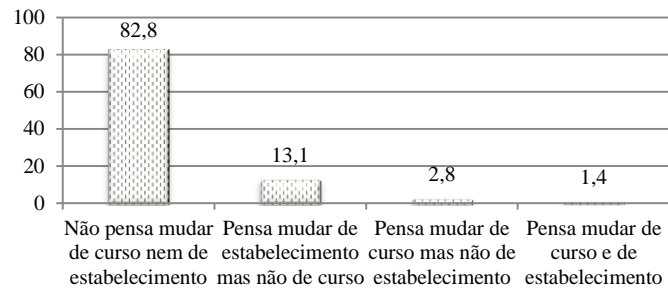


• O curso e depois a Faculdade    ✕ A Faculdade e depois o curso

## 9. Possibilidade de fazer transferência ou mudança de curso e de estabelecimento

Corroborando as informações anteriores, a mudança ou transferência de curso no futuro não faz parte das intenções dos respondentes, pois cerca de 82,8% do universo dos estudantes inquiridos refere que não pensa mudar ou pedir transferência de curso. No entanto, 13,1% pensa em mudar de estabelecimento, mas não de curso, 2,8% pensa em mudar de curso, mas não de estabelecimento, e apenas uma pequena parcela, na ordem de 1,4%, pensa em mudar de curso e de estabelecimento.

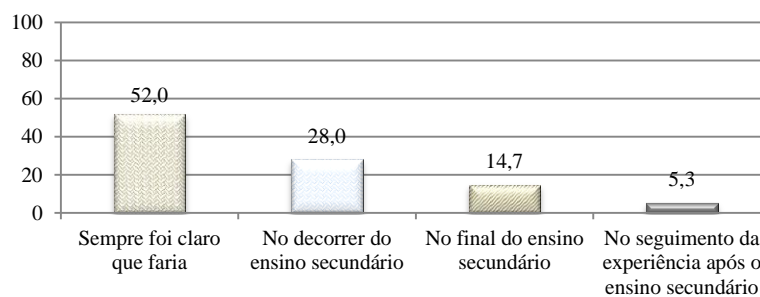
**Gráfico 16** - Pensa vir a fazer transferência ou mudança de curso? (%)



## 10. Momento projetado para a conclusão do curso

A continuidade dos estudos, após o ensino secundário, é uma decisão para a qual concorre uma série de fatores socioeconómicos e culturais relativos ao indivíduo e ao seu contexto familiar. Os resultados do gráfico que se segue demonstram que a maioria dos estudantes inquiridos vê com naturalidade a decisão de prosseguir os estudos superiores, representando cerca de metade (52%) dos que afirmam que sempre foi claro que iriam dar continuidade aos estudos de nível superior. Entre os estudantes inquiridos, 28% afirma que foi no decorrer do ensino médio, 14,7% no final do ensino médio e apenas 5,3% refere que foi no seguimento da experiência após o ensino médio.

**Gráfico 17** - Altura em que pensou que faria a universidade (%)



**Legenda:** UAN – Universidade Agostinho Neto; ISE – Instituto Superior de Enfermagem; ISIA – Instituto Superior Politécnico Internacional de Angola; ISRI – Instituto Superior de Relações Internacionais.

## 11. Universidade pública a que se candidatou

A quase totalidade da população estudantil inquirida que se candidatou a um estabelecimento de Ensino Superior Público fê-lo para a Universidade Agostinho Neto (UAN) (93,3%). Foram ainda mencionados o Instituto Superior Politécnico (ISIA) (3,3%), o Instituto Superior de Enfermagem (ISE) e o Instituto Superior de Relações Internacionais (ISRI), ambos com 1,7% respetivamente.

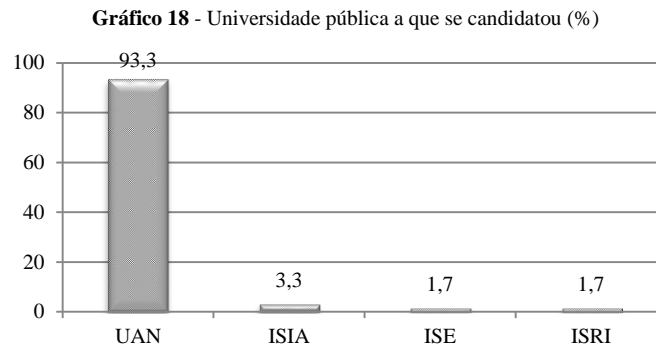
Na realidade, os estudantes primeiro desejam entrar para uma instituição de Ensino Superior pública, já que a maioria (83,5%) provém de uma instituição de ensino médio público. Quando não conseguem ser admitidos, recorrem aos estabelecimentos de ensino privado, evitando por essa via ficar fora do sistema de ensino. Em Portugal, Balsa et al. (2007) constataram que a procura tem sido canalizada para as universidades públicas e que grande parte dos estudantes não vê as suas pretensões satisfeitas, na medida em que são colocados em instituições que não correspondem à sua primeira opção. Em Angola, tendo em conta a realidade acima referida, o subsistema de Ensino Superior privado apresenta-se em grande parte como uma opção secundária, como “estabelecimentos refúgios” (Balsa et al., 2007, p. 83), para muitos dos candidatos que não conseguem uma vaga no setor público, principalmente na Universidade Agostinho Neto. O excerto de uma das entrevistas realizadas aos vice-reitores reflete esta ideia:

*A maior parte da juventude que tem condições de acesso vão apegar-se primeiro à pública e depois de ter feito todos os seus resultados de avaliação, das candidaturas e enquadramento, aqueles que sobraem correm à última hora para as privadas já combinado com as famílias a possibilidade de poderem gerir os poucos recursos financeiros que têm (E3).*

As restantes instituições apresentam números pouco expressivos, devido ao facto de terem sido criadas recentemente, e por esse motivo serem pouco procuradas. A escolha por um estabelecimento do ensino público parece dever-se ao facto de não acarretarem grandes custos, em termos de recursos financeiros das famílias, e provavelmente por estas estarem habituadas a ter os seus filhos a estudar numa instituição escolar pública, como vimos acima. O extrato de entrevista de algumas famílias sustenta a ideia do desejo de terem os seus filhos a frequentarem uma universidade pública:

*(...) todo o cidadão gostaria de ver os seus filhos a estudarem numa universidade pública,*

*sem qualquer custo ou a custo zero. (...) Quem vive em Angola sabe quais são as dificuldades que as pessoas passam para colocar um aluno numa universidade pública (E3); (...) para entrar numa universidade pública é muito difícil (E6); (...) no Estado não consegui (E8).*

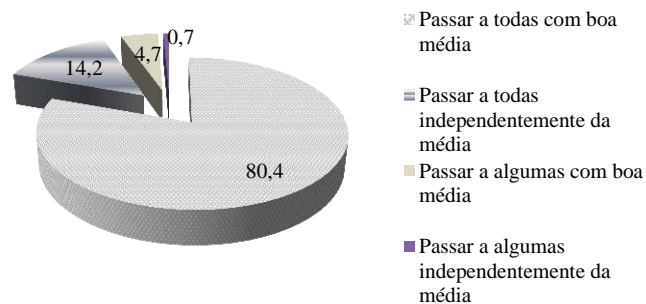


### 3.3. Estratégia de aprendizagem: vivência da vida académica

#### 1. Resultados até à conclusão do curso

Até à conclusão do curso, as expectativas de sucesso escolar revelam-se, em geral, bastante positivas. Neste sentido, 80,4% dos inquiridos perspetiva passar a todas as disciplinas com boa média, 14,2% pensa passar a todas as disciplinas independentemente da média, 4,7% perspetiva passar a algumas disciplinas com boa média, e somente 0,7% pensa passar a algumas disciplinas independentemente da média.

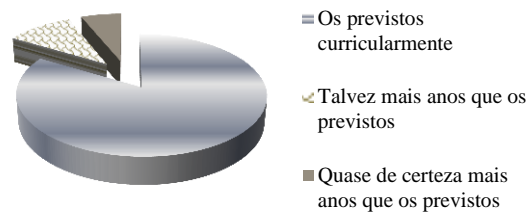
**Gráfico 19** - Resultado de investimento até terminar o curso (%)



## 2. Tempo para terminar o curso

Na mesma linha do plano das expectativas escolares, a maioria dos inquiridos, representando 83,6%, espera concluir a formação superior em que se inscreve no tempo curricularmente previsto. Em 10,3% dos casos é colocada a hipótese de a licenciatura ser concluída em mais anos do que os previstos, sendo que apenas 6,2% afirma que esse prazo terá que ser ainda mais alargado.

Gráfico 20 - Anos programados para terminar o curso (%)

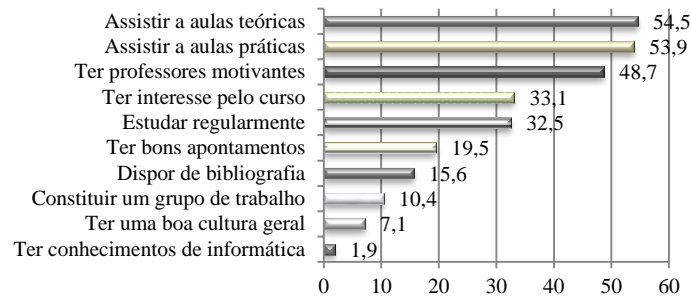


## 2.Expectativas sobre o desempenho escolar na universidade

À entrada e durante a frequência universitária, os estudantes têm expectativas sobre o seu desempenho escolar. O gráfico abaixo apresentado apresenta um conjunto de características sobre as quais os inquiridos as três mais importantes para um bom desempenho escolar ao longo do curso.

Assistir a aulas teóricas, com cerca de 54,5%, e a aulas práticas, com 53,9%, assim como ter professores motivantes, com 48,7%, são as atividades consideradas mais importantes pelos alunos para que possam ter um bom aproveitamento escolar.

Gráfico 21 - Atividades importantes para bom aproveitamento no curso



### 3. Realização de uma outra formação académica

Em termos de prolongamento da formação académica para além da licenciatura, a proporção de estudantes que afirma que pretende realizar outra formação académica ronda os 85,7%, enquanto 10,9% ainda não sabe se o fará. Certos de que tal não irá acontecer, encontravam-se somente 3,4% de estudantes. Este desejo dos estudantes vai ao encontro do desejo manifestado pelas famílias, no que diz respeito à continuação da formação dos seus filhos:

*(...) Eu até só peço a Deus que (...) (lhe dê) mais força para ver se ela consegue ir fazer já o mestrado (...). Porque ela é que está a “engonhar” (preguiça) (...) ela agora parece que está a se sentir já um bocadinho realizada (...). A minha expectativa é que ela continue a estudar até o doutoramento (E4); A família acha que deve continuar, mas tudo depende dela (...) se houver esta oportunidade, acho que ela vai seguir fazer o mestrado ou o que que tiver que fazer (...) (E5); Não quero que ele faça só a licenciatura, mas quero que amanhã, um dia ele faça (mestrado...) (E6); Não basta só a licenciatura, ele é novo tem muito pela frente (E7); Vai continuar a fazer mestrado, doutoramento, em princípio a família pensa assim, que ele continue... (E7).*

Gráfico 22 - Pensa vir a realizar outra formação (%)



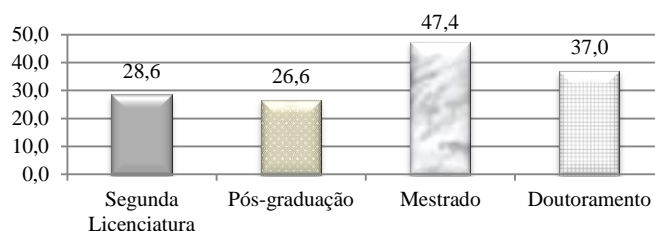
### 4. Outro curso que tenciona fazer

Entre o leque dos indivíduos que foram inquiridos, nomeadamente os que afirmam

que irão realizar uma outra formação académica, verifica-se que 47,4% dos respondentes refere o mestrado, seguindo-se o doutoramento, com 37,0%. Existindo também 28,6% que afirma frequentar no futuro uma segunda licenciatura, e 26,6% que pensa vir a realizar uma pós-graduação.

Esta tendência de prosseguir os estudos decorre de uma motivação que está a mover os jovens a valorizarem a educação, tendo em conta as mudanças das novas tecnologias, da explosão do conhecimento, da globalização e da produtividade, que estão a transformar as instituições de ensino e as formas de ver o mundo, assim como parece estar associado à emergência da competitividade para aceder aos melhores postos de trabalho. Se anteriormente a escassez de recursos humanos altamente qualificados fazia com que os lugares disponíveis no mercado de trabalho fossem superiores ao número de diplomados, atualmente o aumento da oferta formativa, o regresso de quadros formados no exterior e o aumento do número de diplomados parecem impelir os estudantes a reconhecer que se torna necessário prosseguir estudos superiores para além da licenciatura. É nesta linha de pensamento que se argumenta que “é preciso que as universidades continuem à altura de responder à procura, adaptando constantemente os novos cursos às necessidades da sociedade” (UNESCO,1996, p. 143).

**Gráfico 23** - Outra formação que pensa vir a tirar



### **3.4. Da universidade para o mercado de trabalho: Situação e aspirações profissionais**

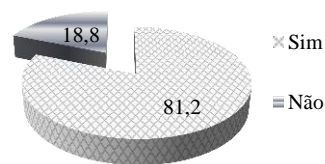
#### **1. Profissão desejada**

Olhando para o gráfico abaixo apresentado, a análise dos dados demonstra que a especificação da atividade profissional futura aponta para uma forte relação entre as áreas de estudo dos cursos nas quais os indivíduos se inscreveram e as áreas profissionais nas

quais se enquadram as atividades que gostariam de exercer no futuro. Assim, 81,2% tem ideia da área profissional desejada e somente 18,8% refere não ter ainda uma ideia sobre as suas expectativas profissionais.

Esta constatação decorre do facto de, atualmente em Angola, uma parcela significativa dos jovens perspetivarem obter uma formação superior para ingressarem no mundo do trabalho, com maiores qualificações e competências mais sólidas, por forma a terem um nível de vida melhor do que a família de origem. Neste sentido, é importante que as instituições de ensino compreendam os fatores que influenciam os estudantes (atuais e os futuros) no processo de decisão de escolha, de seleção e da satisfação com as instituições de ensino superior, na medida em que estes aspetos podem jogar um papel importante no aumento contínuo do planeamento e desenvolvimento das instituições (José, 2010).

Gráfico 24 - Ideia da atividade profissional desejada (%)



## 2. Competências adquiridas para o exercício de uma profissão

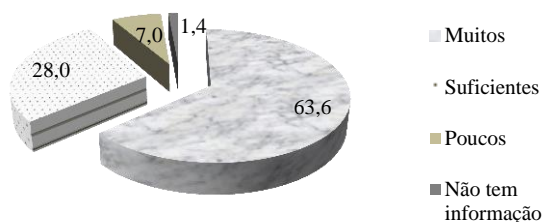
A análise das expectativas dos estudantes face ao seu percurso escolar tem a ver com a relação entre o curso e o mercado de trabalho. Deste modo, procurou-se compreender as expectativas que podem ser encontradas entre os estudantes em torno dos conhecimentos e competências que lhes são transmitidos ao longo do curso e da sua aplicabilidade no exercício de uma atividade profissional.

Podemos referir que as expectativas são elevadas, uma vez que 63,6% espera receber muitos conhecimentos e competências para o exercício da sua atividade profissional futura. No entanto, para 28% dos inquiridos esses conhecimentos e competências não são consideradas suficientes. As entrevistas realizadas às famílias sustentam esta ideia:

*Eu noto mediante o que ela faz e eu vejo as notas dela (...) (E1); Acredito que sim (...) que ela está aprender e ter conhecimento. Pela educação dela e a forma dela ser (...) (E1); (...) Conhecimento na matéria onde ela se formou tem (...) não é me gabar (...) (E4); (...) Está*

*adquirir conhecimentos, tanto é que ela está no 4.º ano e desde o ano passado que já consegue fazer um projeto (...) há pessoa amigas e familiares que pedem [projetos] e ela faz, quer dizer que ela está a ter conhecimentos. As vezes faz comentários de alguma situação na televisão ligada a urbanização (...) já faz as críticas (E5); Sinto que ele está a adquirir conhecimentos. Eu estou a gostar do desenvolvimento dele (...) na universidade (E6); Hoje eu já consigo conversar com ele e noto nele que o facto de ter ingressado para o curso de Psicologia tem uma outra visão do mundo, tem uma conversa com cabeça, tronco e membros (E7); Ele vai realmente encarar a realidade, vai juntar a teoria à prática (E8).*

**Gráfico 25 - Conhecimentos do curso (%)**



#### 4.Perspetiva de mobilidade social face ao agregado familiar

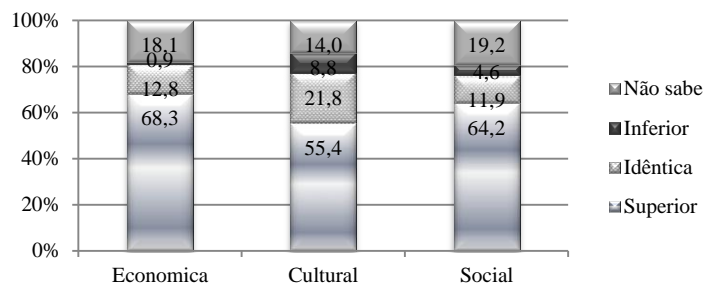
No que diz respeito às expectativas de ascensão social, o uso que os estudantes fazem da formação e o nível de investimento escolar no decorrer dessa formação podem estar associados a determinadas expectativas de ascensão social, o que releva a importância dos processos de socialização primária e secundária nas tomadas de decisão e no desenvolvimento de expectativas sociais. Assim, perante a atual situação dos pais, questionou-se a perspectiva de mobilidade social esperada pelos estudantes, tendo em conta as dimensões «posição económica, cultural e social».

A dimensão económica prende-se com as expectativas em relação ao rendimento económico e à posse de bens patrimoniais. A dimensão cultural é apreendida através da posse de bens culturais e do nível cultural a atingir com a formação. E finalmente, a dimensão da posição social contempla a análise do prestígio social esperado e da posição social e dos contactos sociais que esperam vir a ter.

Em termos gerais, qualquer que seja a dimensão analisada, os alunos inquiridos esperam conseguir uma posição superior à que os seus pais conseguiram até ao momento. Este sentimento é maior quando nos reportamos à condição económica, em que cerca de

68% dos inquiridos espera um futuro melhor que o dos seus pais e onde somente 0,9% espera uma condição inferior. A dimensão social é a segunda onde a proporção de inquiridos que espera um futuro melhor é mais significativa, com uma expressão de 64,2%. A dimensão cultural é a menos forte, apesar de ser elevado o número de inquiridos que espera uma condição cultural melhor que os seus pais (55%), bem como a proporção de inquiridos que refere que no futuro a sua posição será inferior à dos seus pais (8,8%).

**Gráfico 26** - Expectativa de mobilidade face ao agregado familiar (pais) (%)



### 3.5. Valores e atitudes

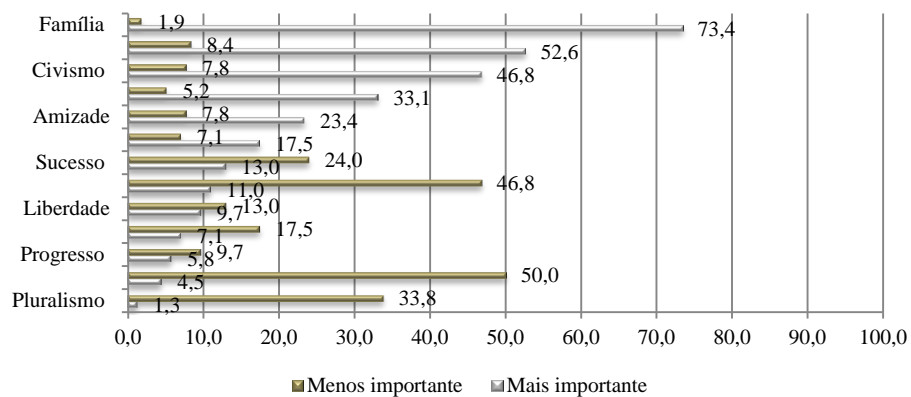
#### 1. Valores e atitudes sociais considerados mais importantes e menos importantes

O gráfico abaixo apresentado dispõe de um conjunto de valores sociais face aos quais os estudantes apresentam a sua opinião, estabelecendo uma hierarquia de evidências aos 3 valores mais e menos importantes. Assim, no conjunto das universidades destacam-se os valores respeitantes à «família», na ordem de 73,4%, e o «amor», com 52,6%, como os mais importantes. A estes seguem-se ainda o «civismo», com 46,8%, a «solidariedade», com 33,1%, e a «amizade», com 23,4%. Pelo contrário, são considerados valores menos importantes o «prazer», com cerca de 50%, o «dinheiro», com 46%, e o «pluralismo», com 33%.

O valor relativo à «família» destaca-se como o mais importante, na medida em que representa a maior percentagem do leque dos valores mais referenciados pelos estudantes inquiridos. Outro aspeto interessante é o facto de a família representar o núcleo central da sociedade, e em África, e muito particularmente em Angola, a família ter um valor

simbólico e altamente significativo para os indivíduos.

**Gráfico 27** - Valores e atitudes sociais – mais e menos importantes (%)



#### 4. Síntese

Neste capítulo que acabámos de apresentar analisámos os dados empíricos recolhidos junto dos representantes das universidades privadas e junto das famílias e dos estudantes, através da realização de entrevistas (aos vice-reitores e às famílias) e da aplicação de um inquérito por questionário (aos estudantes), tendo como referência os seguintes grandes propósitos de investigação:

- Compreender o interesse da abertura das universidades privadas, da criação dos cursos, do processo de expansão, da oferta de vagas, do processo de ensino-aprendizagem e da relação com as famílias;
- Perceber como é que as famílias e os estudantes fazem a opção de escolha por uma determinada universidade privada e do curso, o grau de satisfação que têm com a formação dos filhos, o interesse por um determinado curso e as expectativas que têm em relação à formação superior;
- Caracterizar o percurso escolar dos estudantes e a processo de entrada na universidade: a imagem, as motivações e as aspirações que têm, as estratégias de aprendizagem e as aspirações profissionais para o futuro.

A realização das entrevistas aos representantes de algumas universidades privadas permitiu compreender, de um modo geral, a forma como percecionam os objetivos e interesses na criação de cursos e das instituições, tendo em conta que a educação e a

formação dos cidadãos passaram a ser consideradas como formas de contribuir para o desenvolvimento social, económico, político e cultural do país. No excerto das entrevistas realizadas aos vice-reitores verificámos que as opiniões convergem quanto aos interesses que subjazem à abertura de uma universidade privada, na medida em que vão no sentido de contribuírem para a formação dos cidadãos: *A função essencial é ajudar o Estado a formar os quadros angolanos numa dimensão qualitativa (...) (E3); A função é formar os quadros do país (...) (E4); A função é de formar quadros para o País e não só (...) (E5)*. Neste sentido, as entidades promotoras, entendidas como agentes organizacionais que definem os programas estratégicos, os planos de ação e as iniciativas institucionais no campo do funcionamento e do sucesso do processo de ensino-aprendizagem (Veloso et al., 2010), jogam um papel fundamental no investimento que as famílias fazem com a formação dos filhos. Com efeito, cabe os órgãos de tutela regular o subsistema de Ensino Superior como um todo e determinarem de que forma podem contribuir para o alcance deste bem público. De acordo com as opiniões das famílias, o investimento que fazem produz resultados visíveis no comportamento dos filhos que frequentam a universidade privada, tanto na mudança de atitude como no processo de maturidade e, sobretudo, na aquisição de conhecimentos, o que as faz prever o retorno em termos de ingresso no mercado de trabalho, de melhores condições de vida e de um estatuto e posição social diferente na sociedade. Este facto é também percecionado pela maioria dos estudantes inquiridos que manifestam ter expectativas elevadas em relação aos conhecimentos e às competências que vão adquirir ao longo do curso, na medida em que uma parte significativa (68%) perspetiva no futuro um movimento de ascensão social face aos seus pais.

Retomando os discursos recolhidos junto das famílias, verificamos que, em Angola, as famílias mostram-se interessadas e bastante envolvidas no processo de formação dos filhos, esforçando-se principalmente em termos financeiros para concretizar a formação dos seus filhos, devido às expectativas que têm e à importância que atribuem à educação, para um futuro melhor e para uma qualidade de vida diferenciada. Sousa (2009) e Gonçalves (2012) caracterizam por trajetórias escolares improváveis as situações em que a família, como núcleo fundamental, atribui sentido a uma escolarização prolongada, apesar de não existir essa realidade (referência) nas gerações anteriores. De acordo com esta procura, os vice-reitores argumentaram que a concepção dos cursos que integram a oferta formativa traduz um esforço de adequação às necessidades do país, e na melhoria das condições da instituição para albergar convenientemente os estudantes e proporcionarem um ambiente

atrativo para os estudantes e as suas famílias. O excerto das entrevistas realizadas aos vice-reitores mostra estas opiniões: *Nós criamos os cursos em função das necessidades do país (...) (E2); A condição da procura já existia no mercado, porque com a UAN não se resolvia a demanda (E3)*. Este esforço por parte das instituições é percebido pelas famílias, pois verificamos nas entrevistas realizadas que as famílias sentem-se satisfeitas com os cursos que os seus filhos estão a frequentar e com as condições que as universidades oferecem.

Analisando agora o percurso formativo e da escolha do curso e das instituições de Ensino Superior privado dos estudantes, a maioria dos inquiridos (77,3%) afirma que o curso que frequenta é o que desejaram e, portanto, não pretendem mudar nem de curso e nem de instituição. Este elevado grau de satisfação com o curso e a instituição de ensino é percebida pelas famílias como um passo acertado e como um investimento com retorno garantido na trajetória académica dos filhos, na medida em que se apresenta como uma garantia de ingresso no mercado de trabalho qualificado em termos de acesso a posições mais vantajosas, devido às mais-valias associadas à posse de um diploma de Ensino Superior em Angola, país em desenvolvimento e em crescimento económico, o que faz com que as famílias não considerem os esforços que fazem e as estratégias que desenvolvem como sacrifícios, mas sim como a melhor forma de garantir um futuro seguro e próspero aos seus filhos e, conseqüentemente, para si.

A análise dos questionários permitiu identificar a tendência que os estudantes angolanos têm quando pretendem ingressar no Ensino Superior. Um aspeto que constatamos é que a quase totalidade da população estudantil inquirida candidatou-se a um estabelecimento de Ensino Superior Público, a UAN (93,3%), apesar de a maioria frequentar uma universidade privada. O quadro n.º 1 do capítulo 3 e o extrato de duas das entrevistas realizadas aos vice-reitores sustentam esta afirmação: *Aposta no ensino superior privado foi uma boa iniciativa, e hoje o ensino superior privado representa aí à volta 52%, 53% do total do número de alunos (E4); Se verificarmos estatísticas feitas, 55% do público universitário estudantil está nas universidades privadas (E5)*. Esta tendência vai ao encontro das opiniões dos vice-reitores entrevistados e das famílias entrevistadas ao referirem que a maior parte dos estudantes no período do processo das candidaturas escolherem primeiro a universidade pública e somente quando não conseguem uma vaga é que recorrem às universidades privadas, como uma opção alternativa.

A maioria dos estudantes ingressa na universidade através da prova de admissão, apesar de parte deles revelarem não a ter feito. Os vice-reitores entrevistados referem igualmente esta situação, ao atribuírem importância à realização de exames de admissão, sustentando que atualmente essa prática não tem sido muito rigorosa, pois procura-se saber apenas o mínimo, o que faz com que muito dificilmente os candidatos que se submetem aos testes reprovem. Contudo, ao analisarmos os dados do questionário aplicado aos estudantes, constatamos que estes possuem elevadas expectativas em relação aos conhecimentos e às competências que vão adquirir ao longo do curso, sendo aliás a frequência do Ensino Superior encarada pela maioria dos inquiridos, como algo natural para assegurarem o seu futuro, pois por esta via adquirem as competências necessárias para a concretização dos objetivos que tinham aquando do ingresso no Ensino Superior, que consistem essencialmente em dar continuidade aos estudos e realizarem-se profissionalmente da mesma forma que contribui para que se sintam aptos para enfrentar a competitividade crescente que se vem verificando no mercado de trabalho angolano.

O carácter exploratório e descritivo deste capítulo pretende ser um suporte para a compreensão do sistema de Ensino Superior angolano e particularmente do sector privado no panorama mundial, bem como das expectativas relacionadas com a obtenção de um diploma do Ensino Superior e o seu contributo para o desenvolvimento da sociedade angolana.

# CONCLUSÃO

Em Angola, a procura crescente da educação pública, sobretudo no ensino médio, tem vindo a criar uma massa de estudantes que almejam aceder ao ensino Superior e que procuram uma qualificação que permita aceder ao mercado de trabalho em posições entendidas como mais vantajosas económica e simbolicamente. Mas esta procura não se fez acompanhar pelo aumento da capacidade de resposta da universidade pública, cuja oferta de vagas anual ficava muito aquém das expectativas e aspirações de uma sociedade que, vivenciando o fim da guerra civil, almeja ser uma sociedade globalizada e do conhecimento. É neste contexto que surgem as instituições de Ensino Superior privadas em Angola com a finalidade de se tornarem parceiras do Estado e uma alternativa para os estudantes e para as suas famílias.

O reconhecimento do papel complementar do sector privado para dar resposta à pressão social impulsionou a expansão destas instituições não somente em Luanda, mas de igual forma para outras províncias do país. O efeito visível deste fenómeno tem sido a criação de um mercado educativo que implica o desenvolvimento de mecanismos de acompanhamento e regulação das políticas educativas do Ensino Superior, por parte do Estado.

Este estudo incidiu sobre a expansão das instituições de Ensino Superior privado em Angola, e as racionalidades / lógicas que estão subjacentes à sua criação, bem como as perceções subjetivas das famílias, que em grande medida suportam financeiramente a formação dos seus filhos, contribuindo para uma sociedade de cidadãos angolanos altamente qualificada. Recorremos para tal a uma metodologia combinada, entre qualitativa (entrevista semiestruturada) e quantitativa (inquérito por questionário). Com a realização da entrevista pretendíamos compreender, por um lado, o interesse e o propósito da criação das instituições de Ensino Superior privadas em Angola, no período entre 1999 e 2012, através da análise dos discursos das entidades promotoras/reitores destas instituições e, por outro lado, avaliar o grau de envolvimento das famílias de estudantes de classes sociais menos favorecidas no Ensino Superior privado em Angola e a importância que atribuem ao bem social que é a educação. A aplicação do questionário permitiu obter informações relativamente a atitudes, opiniões, perceções, interesses e comportamentos (Tuckman, 2005) dos estudantes de algumas universidades privadas sediadas em Luanda. Procurámos compreender a forma como os estudantes tomam as suas decisões nos processos de

candidatura, na escolha dos cursos e na escolha das instituições de Ensino Superior privadas.

Por forma a dar resposta às questões do nosso trabalho de investigação, procurámos ter presente o ponto de partida, que consistia em compreender a situação da expansão recente e acelerada das instituições do Ensino Superior privado em Angola, em virtude da insuficiente capacidade de resposta da universidade pública e perante o exponencial número de jovens que procuram o Ensino Superior. Contudo, é legítimo formular algumas ideias que permitam traduzir a avaliação das políticas públicas angolanas relativamente à participação dos instituidores privados nas dinâmicas do mercado da educação terciária e, por outro lado, compreender as estratégias que presidiram ao comportamento das famílias quando são confrontadas com os imperativos da formação dos seus filhos.

Parece-nos poder concluir que a expansão das instituições de Ensino Superior privado em Angola deve-se ao facto de existir uma crescente procura que pressiona o sector público e ao facto de grande parte dos estudantes que frequentam estas instituições pertencerem a famílias com poucos recursos financeiros que apostam fortemente na escolarização dos seus familiares. Estas famílias, através de esforços adicionais, como por exemplo ao entregarem a quase totalidade do ordenado, ao recorrerem a apoio familiar, e/ou a contraírem empréstimos, optam por investir na capacitação académica dos seus filhos, porque consideram um investimento com retorno garantido, que beneficiará a vida do diplomado e conseqüentemente da sua família.

De igual forma, neste estudo ficou evidenciada a contribuição das instituições de Ensino Superior privado, como parceiro da estratégia desenvolvida pelo sector público, no âmbito da formação de recursos humanos altamente qualificados, tanto no sector produtivo, como nos demais sectores de crescimento económico e desenvolvimento social do país. Neste sentido destacamos as principais conclusões decorrentes dos discursos dos atores, participantes no Estudo, e que agrupamos em torno de duas temáticas centrais: (1) Perspetiva das entidades promotoras do ensino superior privado, no âmbito da criação de condições para a abertura e expansão do ensino superior privado; (2) Perspetiva das entidades beneficiadas com o surgimento e expansão do ensino superior privado.

A abertura de instituições de Ensino Superior privado respondeu a uma estratégia adotada pelo Estado, legalmente instituído a partir de 1991, através do Decreto-Lei n.º 21/91, que incentivou a abertura de instituições de Ensino Superior privadas, enquanto

parceiras do sector público. O Ensino Superior privado tem assim como objetivo não só satisfazer a procura da população estudantil e das famílias, através da oferta de cursos e de instituições, devido à fraca capacidade do Ensino Superior público, mas também contribuir para a formação de quadros para o mercado de trabalho angolano que se encontra em crescimento.

Esta estratégia adotada pelo Estado tem gerado resultados visíveis, através da abertura de um número significativo de instituições de Ensino Superior públicas e privadas, no âmbito das Regiões Académicas que delimitam o âmbito territorial de atuação e expansão das instituições de Ensino Superior, com o objetivo de promover o desenvolvimento planificado e harmonioso do Subsistema de Ensino Superior nas diferentes províncias do País, em que mais de 50% destas pertencem ao setor privado. Observamos que entre os anos 1999 e 2012, o número de estudantes a frequentar o Ensino Superior privado aumentou de 349 para 160.340 inscritos, o que reflete uma expansão significativa deste sector, que apresenta uma taxa de crescimento muito superior à do sector público, que aumentou de 8.536 para 32.893 inscritos (ver quadro 12 sobre a evolução da população estudantil, inscritos no Ensino Superior por tipo de instituição, 1999-2012, no capítulo 3). Neste sentido, o Ensino Superior privado é considerado como um parceiro do Estado, na medida em que tem auxiliado o sector público a responder à crescente procura que se mostra em contínuo desenvolvimento.

Centrando-nos agora nos discursos das famílias entrevistadas, estas afirmaram que não é fácil colocar um filho a estudar na universidade pública e assim verem os seus desejos concretizados, facilitando-lhes em termos de custos com as despesas de educação. Apesar de fazerem os testes que possibilitam o acesso ao sector público, recorrem igualmente ao privado como alternativa, garantindo que os seus filhos não fiquem afastados do sistema do Ensino Superior, referindo mesmo que “o privado é a via mais rápida”.

Um segundo aspeto que retiramos dos discursos recolhidos diz respeito a oferta de cursos. Verificamos que a opinião dos vice-reitores entrevistados sobre a oferta de cursos das diferentes instituições de Ensino Superior privado não diverge, registando-se antes uma aproximação de ideias. Os cursos oferecidos pelas instituições de Ensino Superior privadas, no geral, e segundo os dados do quadro 15 e dos gráficos 2 e 3, apresentado no capítulo 3, demonstram que a existência da oferta de cursos procura responder à demanda da população estudantil, que exerce pressão sobre as entidades promotoras do ensino para a

criação de condições, no contexto nacional.

Os estudantes escolhiam estes cursos para garantirem a sua formação superior e adquirirem um estatuto e uma posição social diferente na sociedade. Entretanto, verificamos também que os cursos foram concebidos de acordo com as necessidades do país, na medida em que houve uma preocupação com a seleção dos mesmos para que pudessem cobrir principalmente as áreas mais carenciadas e que possibilitem o desenvolvimento do sector produtivo e económico do país. Por outro lado, os cursos estão a corresponder às expectativas dos estudantes e das famílias, sendo disso exemplo a adesão à celebração das cerimónias de outorga de diploma, nas quais todo o elenco familiar se faz presente para festejar o momento de graduação de um parente.

O desejo das famílias é de que os seus descendentes tenham um curso superior. No entanto, caso os filhos não consigam entrar na universidade pública, a alternativa mais rápida é o Ensino Superior privado, que parece ter respondido às suas necessidades e expectativas, em termos de formação dos filhos. Curiosamente, para as famílias não há uma preocupação grande com a escolha do curso e da instituição, pois o mais importante é garantir a entrada na universidade, reservando para segundo plano a questão da escolha da instituição e mesmo do curso. Assim, em Angola, prevalece o princípio segundo o qual o importante é estar a frequentar um curso para a obtenção de um diploma de nível superior, o que se encontra associado à crença social de que a aposta na formação é cada vez mais necessária, à medida que as atividades profissionais, sociais e pessoais vão-se complexificando e as sociedades são cada vez mais globalizadas e exigentes em termos de credenciação da mão-de-obra. Foi possível observar que as famílias estão bastante interessadas e envolvidas no processo de formação dos seus filhos, adotando estratégias para que estes tenham formação superior, fazendo um grande esforço financeiro para suportar os custos com as despesas, principalmente com o pagamento das propinas na universidade privada.

Entre as famílias há um grande empenho para que os filhos tenham acesso ao curso superior, para que as aspirações ascensionais possam tornar-se realidade, para pais e filhos (Romanelli, 1995). Verificamos que as famílias atribuem importância às seguintes questões: “universidade privada é o caminho mais rápido; dificuldade de ingresso na universidade pública; retorno das despesas com a educação; formação dá um estatuto social diferente”. Reiterando a ideia de que o ingresso na universidade é o único caminho para se

“ser alguém na vida”.

Para as famílias, o tipo de curso não é tão relevante como é para os próprios estudantes, pois o mais importante é garantirem que os seus filhos estudem, para obterem uma formação superior e desta forma estarem aptos e capacitados para ingressarem no mercado de trabalho. Constatamos, por outro lado, que o aumento do número de vagas nas instituições de Ensino Superior privadas torna possível que milhares de estudantes prossigam os estudos e contribuam para o crescimento intelectual da juventude.

Esta perceção de que o investimento na trajetória académica garante retorno no mercado de trabalho, com as consequentes mais-valias associadas à posse de um diploma do Ensino Superior, em Angola, país em desenvolvimento e em franco crescimento económico, faz com que as famílias não considerem os esforços que fazem e as estratégias que desenvolvem como sacrifícios, mas sim como a melhor forma de garantirem um futuro seguro e próspero aos seus filhos e, conseqüentemente, para si.

Para concluir, mencionamos algumas limitações e constrangimentos quanto ao procedimento de recolha de dados empíricos, principalmente quanto à realização da entrevista. A nossa pretensão era entrevistar agentes com poderes de intervenção direta na criação das instituições de Ensino Superior privado, por um lado, e avaliar o grau de envolvimento das famílias de estudantes no Ensino Superior privado, por outro. Pretendíamos que as nossas fontes de informação fossem, designadamente, as entidades promotoras das dez instituições de Ensino Superior privado e vinte famílias que têm os seus filhos a frequentar cada uma destas instituições. Curiosamente, os primeiros, em virtude de não demonstrarem disponibilidade de conceder a entrevista, delegaram nos seus vice-reitores para a área científica e académica. Apenas alguns vice-reitores (cinco) do universo das dez universidades privadas em estudo aceitaram conceder entrevista e muitas instituições de Ensino Superior privado não responderam ao pedido formulado. O mesmo se verificou com as famílias; pretendíamos entrevistar vinte, no entanto somente oito é que aceitaram conceder entrevista. Esta situação pode estar associada ao facto de grande parte desconhecer ou estar pouco familiarizada com a técnica utilizada para a recolha de dados. A aplicação do inquérito por questionário aos estudantes também revelou alguns constrangimentos, pelo facto de muitos não aceitarem preencher o inquérito. Na recolha de dados estatísticos tivemos igualmente algumas limitações, na medida em que nem todas as instituições disponibilizaram dados estatísticos completos, ou por não os terem organizado

ou por não estarem familiarizados com a importância do acesso a dados de fontes primárias no âmbito da realização de uma investigação científica.

A reter deste estudo fica o facto de ter permitido compreender o impacto das instituições de Ensino Superior privado na formação de quadros nacionais. As dinâmicas e estratégias com que as famílias operam para os seus filhos terem acesso à escolarização superior, e explorar aspetos importantes para o conhecimento da população estudantil do Ensino Superior em geral e das universidades privadas. Podemos dizer que esta abordagem de natureza compreensiva revela uma importância de grande alcance para o desenvolvimento do Ensino Superior angolano, em geral, e em particular no que se refere ao Ensino Superior privado.

Consideramos que mais estudos no âmbito do Ensino Superior privado deverão ser realizados, a fim de melhor compreendermos se o investimento na formação académica tem-se traduzido na concretização das aspirações dos estudantes, das suas famílias e mesmo do Estado, no que se refere ao contributo destas instituições do Ensino Superior para a formação de quadros nas diversas áreas necessárias ao aumento da produtividade, crescimento económico e desenvolvimento social do país.

Estas são algumas das potenciais pistas para novas e futuras investigações sobre o Ensino Superior privado em Angola.



# **BIBLIOGRAFIA E WEBGRAFIA**



- Afonso, A. J. (2001). A redefinição do papel do estado e as políticas educativas: elementos para pensar a transição. In *Sociologia, Problemas e Práticas* [online]. 2001, n.º37, pp. 33-48. Acedido Janeiro 3, 2008, em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n37/n37a02.pdf>.
- Afonso, A. J. (2002). Reforma do Estado e políticas educacionais: entre a crise do Estado-nação e a emergência da regulação supranacional. In *Educação & Sociedade*. Campinas: CEDES, n.º75, pp. 15-32.
- Alves, M. G. (2007). *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspetiva educativa: O caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Almeida, C. H. (2007). Estudo comparado sobre a expansão do ensino superior: Brasil e Estados Unidos [on line]. In Francisco Lopez Segrera. *Escenarios mundiales de la educación superior. Análisis global y estudios de casos*. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. Acedido em Janeiro, 25, 2014, em <http://bibliotecavirtual.CLACSO.org.ar/ar/libros/campus/segrera/06AdeCarvalho.pdf>.
- Almeida, L. (2011). *O sistema de ensino superior português. Expansão e desregulação: Reforma no quadro do espaço europeu de ensino superior*. Porto: Media XXI.
- Ahumada, C. (2002). La ideología neoliberal: Una justificación teórica del predominio de los poderosos. in *Papel Político*, n. ° 14, pp. 37-58.
- Altbach, G. P. (1999). The logic of mass higher education. In *Tertiary Education and Management*, 5, pp. 107-124.
- Altbach, G. P. (2007). *Tradition and Transition: The international Imperative in Higher Education*. Acedido em Junho, 25, 2014, em <https://www.sensepublishers.com/media/1195-tradition-and-transitiona.pdf>.
- Altbach, G. P. (2009). A globalização e a universidade. Mitos e realidades num mundo desigual. In João M. Paraskeva (Org.). *Capitalismo Académico*. Portugal: Edições Pedagogo.
- Altbach, P. G. & Teferra, D. (2004). African higher education: Challenges for the 21st Century. In *Higher Education*, 47, pp. 21-50, Kluwer Academic Publishers. Netherlands.
- Amaral, D. F. (2007). *Curso de direito administrativo*. Vol. I. Coimbra: Edições Almedina.
- Arroteia, J. C. (2004). Da regulação do ensino superior. Contributos. In *Cadernos de Análise Sócio Organizacional da Educação*, vol. 12, Aveiro: Universidade de Aveiro.
- AULP – Associação das Universidade de Língua Portuguesa (2001). *XI encontro da Associação das Universidades de Língua Portuguesa*. Viseu: AULP.

- AUALA, R. K. (1991). *Current main trends and issues facing higher education in Africa. Paper present at the consultation of experts on future trends and challenges in higher education in Africa*, 28 February – 1 March 1991, Dakar, Senegal. Paris, France: UNESCO.
- Balsa, C., Alberto, j., Nunes, P., Carmo, R., & Campos, R. (2007). *Perfil dos estudantes do ensino superior. Desigualdades e diferenciação*. Lisboa: Edições Colibri.
- Balsa, C. (2008). Processo de democratização e acesso ao ensino superior em Portugal”. In António Amaral. (Coord.). *Políticas de Ensino Superior – Quatro Temas Em Debate/Seminário Políticas de Ensino Superior*. Lisboa: Conselho Nacional De Educação, pp.249-289.
- Bardim, L. (1997). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barroso, J. (2005). O Estado, a educação e a regulação das políticas públicas. In *Educação & Sociedade*, Campinas, 26, 92, pp. 725-751, Especial- Out. Acedido em Novembro, 20, 2013, em <http://www.cedes.unicamp.br>.
- Barroso, J. (org.) (2006). *A regulação das políticas públicas de educação: Espaços, dinâmicas e atores*. Lisboa: Educa.
- Barry, A. (2009). The education of Africa South of the Sahara: A comparative Analysis of private and public education. In *Journal of Pan African Studies*, 3, 1. Acedido em Fevereiro, 15, 2012, em <https://www.questia.com/library/journal/1G1-306757718/the-education-of-africa-south-of-the-sahara-a-comparative>.
- Bell, J. (2008). *Como realizar um projeto de investigação. Um guia para a pesquisa em Ciências Sociais e da Educação*. Lisboa: Gradiva.
- Becker, G. (1975). *Human capital: A theoretical and empirical analysis, with special reference to education*. National Bureau of economic research. NY: NBER.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- Bondo, P. (2002). A reforma educativa no contexto do desenvolvimento de Angola. In *Reforma curricular*. Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED). Colectânea Dossier I.
- Boudon, R. (1974). *Education, opportunity, and social inequality: Changing prospects in western society*. New York: Wiley.
- Boudon, R. (1990). Les causes de l’inegalite des chances. In *Commentaire*, n.º 51, automne, pp. 533-542.

- Boudon, R. (1998). Limitations of Rational Choice Theory. In *American Journal of Sociology*, The University of Chicago Press, vol. 104 n.º 3, pp. 817-828.
- Bourdieu, P. (1978). *A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Lisboa: Editorial Veja.
- Bourdieu, P. (2001). *Razões práticas: Sobre a teoria da acção*. Portugal: Celta Editora.
- Brito, L.M.C.M. (2001). Perspetiva para o futuro do ensino superior de horticultura em Portugal. In *Comunicação apresentada no III Encontro de Docentes de Horticultura do ensino superior*, Escola Superior Agrária de Ponte Lima, pp. 45-55.
- Brown, P. & Lauder, H. (1999). Education, globalization, and economic development. In H. Halsey et al. (Org.). *Education: Culture, Economy, Society* (pp. 172-192). New York: Oxford University Press.
- Brock-Utne, B. (2003). Formulating higher education policies in Africa: The Pressure From External Forces and the Neoliberal Agenda. In *JHEA/RESA*. 1, 1, pp. 24-56. Acedido em Outubro, 3, 2012, em <http://www.bing.com/search?q=Brock-Utne+%282003%29+&go=Submeter+consulta&q=ds&form=QBRE>.
- Burbules, N. C. & Torres, C. A. (2004). Globalização e Educação: Uma Introdução. In Nicholas C. Burbules e Carlos A. Torres (Org.). *Globalização e Educação. Perspetivas críticas*. Porto Alegre: Artmed Editora, pp. 11-25.
- Campos, J. M. (Coord.) (1999). *Organizações internacionais. Teoria Geral: Estudo monográfico das principais organizações internacionais de que Portugal é membro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Candeias, A., Pinto, P. R. & Campos, C. (2005). *Contributos para a requalificação do ensino superior e universitário em Portugal. Um estudo de caso*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada (ISPA).
- Candeias, A. (2007). *Políticas educativas: História e políticas educativas contemporâneas*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.
- Candeias, A. (2009). *Educação, estado e mercado no século XX. Apontamentos sobre o caso Português numa perspetiva comparada*. Lisboa: Edições Colibri.
- Cabrito, B. (2002). *Economia da educação. Contributo para a reflexão em torno de alguns dos problemas que afectam os processos de tomada de decisão em educação*. Lisboa: Texto Editora.

- Cabrito, B. (2002). *Financiamento do ensino superior. Condição Social e despesas de educação dos estudantes universitários em Portugal*. Universidade de Lisboa. Lisboa: Educa e Editores.
- Cabrito, B. & Chaves, V. L. J. (2011). Políticas públicas de financiamento na educação superior do Brasil e de Portugal – Diferenças e convergências. In Belmiro Cabrito. & Vera L. J. Chaves (orgs). *Políticas de financiamento e acessibilidade da educação superior no Brasil e Portugal. Tendências atuais*, pp. 117-142. Lisboa: Educa.
- Cardoso, C. (2011). Os desafios da pesquisa em Ciências Sociais e o papel das organizações académicas regionais em África. In *1.º Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*, 27 a 28 de Outubro, CESA/ISEG, Lisboa.
- Carvalho, P. (2012). Evolução e crescimento do ensino superior em Angola. In Costa, A. B. & Faria, M. L. (Org.). *Formação superior e desenvolvimento. Estudantes universitários africanos em Portugal*. Coimbra: Almedina.
- Castells, M. (2007). *A sociedade em rede*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Cerdeira, M. L. (2011). As políticas de financiamento de ensino superior: Uma perspetiva europeia. In Belmiro C. & Vera L.J. C. (orgs). *Políticas de financiamento e acesso da educação superior no Brasil e em Portugal. Tendências actuais*. Universidade de Lisboa. Lisboa: Educa e Editores.
- Chaves, J.V. L. (2006). O público e o privado na educação superior brasileira: a privatização da universidade pública. In: SILVA, M. Abádia de & SILVA, R. Barreto (orgs). *A ideia de Universidade*. Brasília: Liber Livro Editora, pp. 139-178.
- Chaves, J.V. L. (2005). A política para a educação superior: entre o público e o privado. In *28.ª Reunião Anual da ANPED*, 16 a 19 de Outubro, Caxambu/MG.
- Chaves, J.V. L. (2009). Parceria público-privada na gestão da universidade pública brasileira. In *Cadernos de Educação*, 33, pp. 311-324.
- Crespo, V. (1993). *Uma universidade para os anos 2000. O ensino superior numa perspectiva de futuro*. Portugal: Editorial Inquérito.
- Correia, A. & Sousa, B. (1996). *Angola: História Constitucional*. Coimbra: Almedina.
- Cotovia, J. (2004). *O ensino privado*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Dale, R. (1994). A promoção do mercado educacional e a polarização da educação. In *Educação, Sociedade e Cultura*, 2, pp. 109-139.
- Delors, J. & Eufrazio, J. C. (1998). *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez.

- Delors, J. et al., (2001). Educação: um tesouro a descobrir: relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. São Paulo, Cortez, Brasília: MEC/UNESCO.
- Derrida, J. (2003). A universidade sem condição. Coimbra: Editora: Angelus Novus.
- Diogo, A. M. (2002). Envolvimento parental no 1.º ciclo: Representações e práticas, In Lima, J. A. (org.). *Pais e professores: Um desafio à cooperação*. Porto: ASA
- Diogo, A. M. (2006). Dinâmicas familiares e investimento na escola à saída do ensino obrigatório. In *Interações*, N.º 2, pp. 87-112. Acedido em Janeiro, 30, 2014 em <http://www.eses.pt/interaccoes>.
- Diogo, A. M. (2010). Estratégia de famílias e escolas: Composição social e efeitos de escolas. In *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, Vol. XX, pp. 425-442.
- Dubet, F. (2003) E´cole des hautes etudes en sciences sociais. Cadis Université Victor Segalen. In *Cadernos de Pesquisa*, n.º 119, pp. 29-45.
- Dubet, F. (2011). Repensar la justiça social. Buenos Aires: Siglo XXI Editores.
- Emediato, C. A. (1978). Educação e transformação social. In *Análise Social*, vol. XIV (54), pp. 207-217.
- Epstein, J. L. & Sheldon, S. B. (2002). Present and accounted for: Improving estudent altendance through família and community involvement. The Johns Hopkins University. In *Journal of Educational Research*, 95 (5), pp. 308-318.
- Eco, U. (2007). *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. Lisboa: Editorial Presença.
- Estrela, A. (1990). *Teoria e prática de observação de classes. Uma estratégia de formação de professores*. Porto: Porto Editora.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Momonitor.
- Fonseca, D. M. (1992). *O pensamento privatista em educação*. São Paulo: Papirus Editora.
- Franco, A. L. S. (1998). *Finanças públicas e direito financeiro*. Vol. I. Coimbra: Almedina.
- Freire, P. (2000). *Política e educação*. São Paulo: Cortez Editora.
- Friedman, M. (1955). "The role of government in public education." In *Economics and the Public Interest*, ed. RA Solo. University of Rutgers Press. New Brunswick.
- Fundação Gomes Teixeira (1996). *Contributos para a revitalização da universidade em Angola*. Porto: Universidade do Porto.
- Gadotti, M. (2000). Perspetivas actuais da educação. In *São Paulo em perspectiva*, 14 (2), pp. 3-11.

- Gentilli, P. (2012). *Neoliberalismo e educação: manual do usuário* [on line]. Acedido em Janeiro, 23, 2014, em <http://www.cefetsp.br/edu/eso/globalização/manualusuario.html>.
- Giron, G. R. (2008). Políticas públicas, educação e neoliberalismo: O que isso tem a ver com a cidadania? In *Revista de Educação PUC – Campinas*, n.º 24, pp.17-26.
- Ghiglione, R. & Matalon, B. (1993). *O inquérito: teoria e prática*. Oeiras: Celta.
- Gonçalves, E. P. D. (2010). *Envolvimento parental nos trajectos escolares dos filhos nas escolas integradas e escolas segmentadas. A influência sobre os resultados dos alunos*. Dissertação de mestrado FCSH-UNL.
- Gonçalves, M. (2012). *Educação, trabalho e família: trajetórias de diplomados universitários*. Lisboa: FCG/FCT.
- Gouveia, R. (2001). *Os serviços de interesse geral em Portugal*. Coimbra: Editora.
- Grácio, S. (1997). *Dinâmicas da escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: Educa.
- Grácio, S. (1994). Procura do ensino superior. In GAGO, J. M. (coord.). *Prospetiva do Ensino Superior* (pp. 57-91). Lisboa: Instituto Prospectiva - Ministério da Educação.
- Guerra, I.C. (2010). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Portugal: Príncipia Editora, Lda.
- Guimarães, J. M. (1999). *A política «educativa» do colonialismo português em África: Da Primeira República ao Estado Novo (1910-1974)*. Lisboa: Profedições.
- Hayek, F. (1977). *O caminho para a servidão*. Lisboa: Teoremas.
- HARVEY, D. (2005). *Uma breve história do neoliberalismo*. New York. NY: Oxford University Press.
- Hill, M. M. & Hill, A. (2012). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo, LDA.
- Homem, A. P. B. (Coord.) (2006). *Temas de direito da educação*. Coimbra: Edições Almedina.
- Ianni, O. (2001). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IPOP (2014). *Relatório*. Luanda: IPOP - Pesquisa de Opinião pública e Mercados, Lda.
- Jegade, O. (2012). *The status of higher education in Africa*. New York: Association of African Universities.
- Johnstone, D. B. (1986). *Sharing the cost of higher education. Student financial assistance in the United Kingdom, The Federal Republic of Germany, France, and the United States*. New York: College Entrance Examination Board.

- Johnstone, D. B. (2003). The economic and politics of cost sharing in higher education: Comparative perspectives. In *Economics of education Review*, 23 (200), pp. 403-410.
- Johnstone, D. B. (2009). *Autonomy and accountability: The search for balance in university Governance and Management in the Mena Region*. December, 16-17. Marseille, France. Acedido em Maio, 9, 2013, em [http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Recent\\_Publications/Autonomy\\_2009.pdf](http://gse.buffalo.edu/org/inthigheredfinance/files/Recent_Publications/Autonomy_2009.pdf).
- José, A. E. R. (2010). *Tomada de decisão na escolha do Curso Superior: Estudo de Caso dos Cursos da área de Ciências Empresariais da Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Portalegre* [online]. Acedido em Julho, 15, 2014, em <http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/2076/1/Tomada%20de%20decis%C3%A3opdf>.
- Kajibanga, V. (2000). *Ensino superior e dimensão cultural de desenvolvimento. Reflexões sobre o papel do ensino superior em África*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Kandingi, A. (2013). *O ensino superior privado em Angola. Sua evolução – 1992/2007*. Lisboa: TrianguarTE Editora.
- Kandingi, A. (2014), “Os estudantes das universidades privadas de Angola. Discursos sobre motivações, expectativas e aspirações na escolha do curso e do estabelecimento universitário”. In Díaz, J. M. H. & Eyeang, E. (coords.), *Lengua, Literatura Y Ciencias de la Educación en los Sistemas Educativos del África Subsahariana*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, pp 649-659.
- Kassam, Y. (2000). Julius Kambarage Nyerere. Le texte suivant est tiré de perspectives. In *Revue trimestrielle d'éducation compare*, Vol. XXIV, n.º 1-2, pp. 253-266. Paris:.
- Kaufman, B. E. (2008). *Jacob Mincer's Contribution to Modern Labor Economics: A Review Essay*. Georgia State University. Acedido em Fevereiro, 12, 2013, em <http://aysps.gsu.edu/usery/Papers.html>.
- Kerlinger, F. N. (1979). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais. Um tratamento conceitual*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Ketele, J. M. (1999). *Metodologia de recolha de dados: Fundamentos dos métodos de observação, de questionários, de entrevistas e de estudo de documentos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Ki-Zerbo, J. (1972). *História da África Negra*. Vol. I. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Ki-Zerbo, J. (1999). *Éduquer ou Périr*. Paris: Unicef, UNESCO.

Kitaev, I. (1999). *Private education in sub-saharan Africa: A re-examination of theories and concepts related to its development and finance*. Paris: UNESCO. ISBN: 92-803-1186-7.

Khôï, L.Th. (2013). *Educação e civilização. Génesse do mundo contemporâneo*. Lisboa: Instituto Piaget.

Koudawo, F. (1996). Conferência subordinada ao tema educação e desenvolvimento em África: O caso do ensino superior. In *Congresso de Estudantes Africanos em Portugal. O Ensino Superior e o Desenvolvimento em África* (pp. 23-26) de 27 a 28 de Outubro, Lisboa: Oikos.

Lahire, B. (2004). *Sucesso escolar nos meios populares - as razões do improvável*. São Paulo: Editora Atica Didático.

Lawton, D. (1992). *Education and politics in the 1980's: Conflict or Conversions?* London: The Falmer Press.

Langa, P. V. (2012). A mercantilização do ensino superior e a relação com o saber. A qualidade em questão. In *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane, Série Ciências da Educação*, vol. 1, n.º 0, pp 21-41. Moçambique: Faculdade de Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

Langa, P. V. (2013). *Higher education in Portuguese Speaking African Countries. A five countries baseline stude*. South Africa: African Minds.

Lane-Marher, M. and Ashar, H. (2001). Students. Edu: guidelines for online educations programs. In *Educause Quarterly*, 24 (1), pp. 26-31. Acedido em Julho, 4, 2014, em <http://eric.ed.gov/?id=EJ632848>.

Laville, C. & Dionne, J. (1999). *A construção do saber. Manual de metodologia de pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora Artmed.

Laux; R. O. (2005). *Marketing nas instituições de ensino superior privadas (ou a difícil arte da mutual satisfação negociável)* [on line]. Acedido em Novembro, 16, 2014, em [http://www.convibra.org/upload/paper/adm/adm\\_2877.pdf](http://www.convibra.org/upload/paper/adm/adm_2877.pdf).

Leão, M. T. (2007). *O ensino superior politécnico em Portugal: Um paradigma de formação alternativo*. Porto: Edições Afrontamento.

Lebeau, Y. (2008). *Universities and social transformation in sub-saharan Africa. Rhetoric and local contradictions*, vol. 38, N.º 2, pp. 139-153. Routledge online. Acedido em Janeiro, 10, 2012, em <http://www.informaworld.com>.

- Leher, B. (1999). *Um senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo*, 1,3, pp. 19-30.
- Lewis, L. & Patrinos, H. A. (2012). *Impact evaluation of private sector participation in education*. CFBT: Word Bank. Acedido em Março, 20, 2014, em [http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/PPP\\_impact\\_evaluation\\_report.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/PPP_impact_evaluation_report.pdf).
- Ludke, M. & André, M. E. D. A. (1986). *A pesquisa em educação: Abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU.
- Lima, L. C. (2013). Apresentação da seção temática – privatização da educação no contexto da(s) “Terceira(s) Via(s)”: Uma caracterização em Análise. In *Currículo Sem Fronteiras*, vol. 13,n.º 2, pp. 177-181. Braga: Universidade do Minho. Acedido em Setembro, 8, 2014, em [www.curriculosemfronteiras.org](http://www.curriculosemfronteiras.org).
- Lombardi, J. C. (2005). Público e privado como categorias de análise da educação? Uma reflexão desde no marxismo. In J. C. Lombardi, M. R. M. Jacomeli & Tomás M. T. da Silva, (orgs). *O público e o privado na história da educação brasileira. Conceções e práticas educativas*. Brasil: Editora Autores Associados.
- Lumumba, N. (2006). *Higher education in Africa. Crises, reforms and transformation*. Dakar, Senegal: Codesria.
- Magalhães, A. M. (2004). *A identidade no ensino superior. Política, conhecimento e educação numa época de transição*. Lisboa: FCG/FCT.
- Magalhães, A. M. & Stoer, S. R. (orgs) (2006). *Reconfigurações: Educação, estado e cultura numa época de globalização*. Porto: Edição Profedições.
- Makosso, et al. (2009). *Enseignement superieur em Afrique Francophone. Crises, reformes et transformations*. Senegal: Codesria working paper seris.
- M’bokolo, E. (1992). *Afrique Noire – Histoire et civilisations*. Paris : Hatier, Aupelf, U.R.E.F., Tome II.
- Mamdani, M. (2007). *Scholars in the Marketplace. The dilemmas of neo-liberal reform at Makerere University, 1989-2005*. Dakar, Senegal: Codesria.
- Mamdani, M. (2008). Higher education, the state and the Marketplace. Codesria: *JHEA/RESA* Vol. 6, No. 1, pp.1–10. Acedido em Março, 30, 2014, em <http://www.codesria.org/IMG/pdf/1-mamdani6-1-2008.pdf>.
- Marconi, M. A. & Lakatos, E. M. (2005). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas S. A.

- Marques, A. P. (2006). *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*. Porto: Edições Afrontamento.
- Mohamedbhai, G. (2008). *The effects of massification on higher education in Africa. Gana: Association of African Universities*. Acedido em Março, 27, 2014, em [http://ahero.uwc.ac.za/index.php?hmodule=cshe&action=viewtitle&id=cshe\\_803](http://ahero.uwc.ac.za/index.php?hmodule=cshe&action=viewtitle&id=cshe_803).
- Morley, L. (2014). Inside African Private Higher Education: Contradictions and Challenges. In *International Higher Education*, n. 76. Acedido em Julho, 20, 2014, em [https://www.google.pt/?gws\\_rd=ssl#q=Inside+African+Private+Highe](https://www.google.pt/?gws_rd=ssl#q=Inside+African+Private+Highe).
- Moraes, R. (2001). *Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai?*. São Paulo: Editora Senac.
- Moreira, V. (1997). *Auto-regulação profissional e administração pública*. Coimbra: Almedina.
- Mozzicafreddo, J. P. (1994). O Estado-Providência em transição. In *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 16, pp. 11-40.
- Mugimu, C. B. (2009). The state of higher education in Africa. *Comparative e International Higher Education*, 1. School of Education, Makerere University, Kampala, Uganda. Acedido em Janeiro, 5, 2013, em <http://www.higheredsig.org/cihe/Number01-03.pdf>.
- Nascimento, A. (2007). *Ensino Superior em Angola está harmonizado com a estratégia dos demais países do continente africano* [on line]. Acedido em Agosto, 12, 2007, em <http://www.angonoticias.com>.
- Nascimento, A. (2007). *Ensino superior vai ter rede de instituições* [on line]. Acedido em Fevereiro, 10, 2007, em <http://www.jornaldeangola.comartigo.php?ID=54897>.
- Nascimento, A. (2014). Extrato da entrevista exclusiva à Angop do Ministro do Ensino Superior, no dia 10 de Novembro de 2014 [on line]. *Portaldeangola*. Acedido em Janeiro, 23, 2015, em <http://www.portaldeangola.com/2014/11/ministro-destaca-accao-das-universidades-privadas-na-formacao-de-quadros/>.
- Neto, A. B. S. (2005). *Situação do setor da educação em 2003*. Luanda: Edições Kulonga.
- Neves, C. E. B. (2003). Diversificação do sistema de educação terciário. Um desafio para o Brasil. *Tempo Social.*, 15, 1, pp. 21- 44. Acedido em Abril, 19, 2010. Em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v15n1/v15n1a02.pdf>.
- Nogueira, M. A. & Nogueira, C. M. M. (2002). A sociologia da educação e Pierre Bourdieu: Limites e contribuições. In *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, pp.15-36.

- Nóvoa, A. & Shriewer, J. (eds.) (2000). *A difusão mundial da escola. Alunos, professores, currículos e pedagogia*. Lisboa: Educa.
- Nóvoa, A. (2011). Prefácio. In Belmiro C. & Vera L. J. (Orgs). *Políticas de financiamento e acesso da educação superior no Brasil e em Portugal. Tendências actuais*. Universidade de Lisboa. Lisboa: Educa e Editores.
- Ochawa-Echel, J. R. (2013). Neoliberalism and university education in sub-saharan Africa (on line). *Eastern Illinois University Charleston, IL, USA*. Acedido em Fevereiro, 11, 2014, em <http://www.sagepublications.com>.
- Oliveira, C. L. D. (2008). Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. In *Revista Travessias*, 2 (3), pp.1-16. Acedido em Abril, 20, 2015, em [http://www.unisc.br/portal/upload/com\\_arquivo/um\\_apanhado\\_teorico\\_conceitual\\_sobre\\_a\\_pesquisa\\_qualitativa\\_tipos\\_tecnicas\\_e\\_caracteristicas.pdf](http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/um_apanhado_teorico_conceitual_sobre_a_pesquisa_qualitativa_tipos_tecnicas_e_caracteristicas.pdf).
- Osokoya, I. O. (2007). Privatization of University Education in Africa: *Lessons from The Theories and Practices of the United States of America and Japan* [on line]. University of Ibadan, Nigéria, acedido em Julho, 20, 2014, em <https://ojs.siue.edu/ojs/index.php/ijaaas/article/view/94/154>.
- Patrinos, H. A., Barrera-Osorio, F. & Guaqueta, J. (2009). The role and impact of public-private partnerships in education (on line). Washington DC: World Bank. Acedido em Março, 20, 2014, em [http://www.ungei.org/files/Role\\_Impact\\_PPP\\_Education.pdf](http://www.ungei.org/files/Role_Impact_PPP_Education.pdf).
- PEREIRA, A. & POUPA, C. (2012). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o word*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Perez, M. C. A. (2009). Família e escola na contemporaneidade: Fenómeno social. In *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 10, 3, pp.1- 6. Acedido em Abril, 27, 2013, em <http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/2763>.
- Piotto, D. C. (2008). Trajetórias escolares longas nas camadas populares. In *Cadernos de Pesquisa*, Vol. 38, Set./Dez, n.º 135, pp. 701-727.
- Pires, V. (2005). *Economia da educação. Para além do capital humano*. São Paulo: Cortez Editora.
- Psacharopoulos, G. & Woodhall, M. (1985). *Education for development. An analysis of investment choices*. New York & Oxford: Oxford University Press.
- Queiroz, K. C. A. L. (2011). *Reforma Gerencial, Estado Avaliador e o sistema nacional de avaliação da educação superior: qual o papel da regulação* [on line]. Acedido em Outubro,

- 26, 2013, em <http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompleto/comunicacoesRelatos/0275.pdf>
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. V. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramesh, M. (1995), *O Estado-Providência na sociedade capitalista. Um estudo comparativo de políticas públicas na Europa, América do Norte e Austrália*. Oeiras: Celta Editora.
- Rego, C. & Caleiro, A. (2003). *Impactes das instituições de ensino superior no território: Estudo de caso da universidade de Évora. Doc. n.º 3, Departamento de Economia, Évora: Universidade de Évora*.
- Ribeiro, M. I. & Fernandes, A. (2008). Determinantes da procura do ensino superior agrário em regiões periféricas (CD-ROM). In *Actas do III Congresso de Estudos Rurais (IIICER)*. Faro, Universidade do Algarve, 1-3 Nov. 2007 – SPER / UAAlg, 2008.
- Ribeiro, I. (2008). Fatores decisivos para a escolha do binómio curso/instituição: O caso do ensino superior agrário português. In *Revista Portuguesa de Educação*, 21 (2), pp. 69-89. Ceid – Universidade do Minho.
- Ribeiro, M. A. & Saldanha, A. V. (2003). *Textos de direito internacional público – Organizações internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e políticas.
- Rhoades, G. & Slaughtete, S. (2009). O capitalismo académico na nova economia: Escolhas e desafios. In João M. Paraskeva (Org.). *Capitalismo Académico*. Portugal: Edições Pedagogo.
- Roldão, C. (2012). O olhar bourdiano sobre os trajetos escolares de contratendência, *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*, de 19 a 22 de Junho, pp.1-16. Acedido em Janeiro, 14, 2014, em [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/papers/finais/PAP1223\\_ed.pdf](http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1223_ed.pdf).
- Rosário, C., Granjo, P. & Cahen, M. (2013). *O que é investigar?*. Lisboa: Escolar Editora.
- Samoff, J. & Carrol, B. (2003). From manpower planning to the knowledge era: World Bank Policies on Higher Education in Africa [on line]. *Prepared for the UNESCO forum on Higher Education and Knowledge*. Acedido em Junho, 8, 2013, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001347/134782eo.pdf>.
- Samoff, J. & Carrol, B. (2004). Conditions, coalitions and influence: The World Bank and higher education in Africa [on line]. *Institute of Development studies*. Acedido em Julho, 15, 2013, em <http://www.eldis.org/vfile/upload/1/document/0708/doc17679.pdf>.

- Sandra, S. Barrolho, C., Féria, I. & Lopes, S. (orgs) (2014). *Os impactos socioeconómicos do ensino superior. Um retrato a partir de estudos de caso de Portugal e Espanha*. Lisboa: Edições Silabo.
- Santos, B. S. (2005). A universidade no século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. In *Educação Sociedade & Cultura*, 24, pp. 137-202.
- Santos, M. (1970). *História do ensino em Angola*. Luanda: Edições dos Serviços de Educação.
- Santos, M. (1998). *Cultura, educação e ensino em Angola* [on line]. Edição electrónica (1998). Acedido em Março, 23, 2013, em [http://www.info-angola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20em%20Angola%20\(%20Per%C3%ADodo%20Colonial\).pdf](http://www.info-angola.ao/attachments/article/4211/Historia%20desconhecida%20do%20Ensino%20em%20Angola%20(%20Per%C3%ADodo%20Colonial).pdf)
- Sawyerr, A. (2004). African universities and the challenge of research capacity development. In *JHEA/RESA*, vol. 2, n.º1, pp. 211-240. Research in Africa Council for the Development of Science.
- Scaff, E. A. S. (2001). Educação como estratégia política: Orientação dos organismos internacionais. *Linha Crítica*, 7, (12), pp.113-130. Acedido em Dezembro, 24, 2011, em <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/6645>.
- Seixas, A. M. (2000). O ensino superior privado em Portugal: Políticas e discursos (on line). In *Revista Portuguesa de Educação*, vol. 13, n.º2, pp. 53-79, Portugal: Universidade do Minho. Acedido em Janeiro, 2, 2015, em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=37413204>.
- Seixas, A. M. (2003). *Políticas educativas e ensino superior em Portugal: A inevitável presença do Estado*. Coimbra: Quarteto.
- Silva, A. S. & Pinto, J. M. (1986). *Metodologia das ciências sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, A. S. (2002). *Por uma política de ideais em educação*. Porto: Edições ASA.
- Silva, E. A. A. (2004). *O burocrático e o político na administração universitária: Continuidades e rupturas na gestão dos recursos humanos docentes na universidade Agostinho Neto (Angola)*. Braga: Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho.
- Silva, T. T. (1994). A "nova" direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: Pablo Gentili, e Tomás T. da Silva. (Orgs). *Neoliberalismo, Qualidade Total e Educação*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes.

- Silva, M.C.V. (2008). *Diversidade cultural na escola. Encontros e desencontros*. Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, T. C. (2010). The global and local limitations on academic freedom in Africa: Public higher education institutions in Mozambique. In *Internacional Conference: Academic Freedom and the Social Responsibility of Academics and Researchers in Africa: What are the new challenges?* 9-11 Março de 2010, Oran, Argélia. Acedido em Março, 20, 2014, em <http://www.codesria.org/spip.php?article674&lang=en>.
- Silva, S. E. A. (2001). Educação como estratégia política: Orientação dos organismos internacionais. In *Linha Crítica*, 7 (12), pp. 113-130.
- Simão, J. V., Santos, S. M. & Costa, A. A. (2002). *Ensino superior: Uma visão para a próxima década*. Lisboa: Gradiva.
- Simão, P. (2002). A reforma educativa no contexto do desenvolvimento de Angola. In Kajibanga, V. (Ed.). *Reforma Curricular* (pp. 13-19). Luanda: Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED).
- Sguissardi, V. (2000). O desafio da educação superior no Brasil: quais são as perspetivas. In *Avaliação*, Campinas, 5, 2 (16), pp. 7-25.
- Sguissardi, V. (2005). *Avaliação universitária em questão: reforma do estado e da educação superior*. Campinas, São Paulo: Autores Associados.
- Schultz, T.W. (1961). Investment in Human capital (on line). In *The American Economic Review*, Vol. 51, N.º 1, pp. 1-17, Acedido em Janeiro, 14, 2014, em <Http://www.jstor.org/>.
- Schwartzman, J. & Schwartzaman, S. (2002). O ensino superior privado como setor económico (on line). Banco Nacional de Desenvolvimento Económico e Social (BNDES). Acedido em Maio, 4, 2013, em [http://www.researchgate.net/publication/224771640\\_O\\_ensino\\_superior\\_privado\\_como\\_setor\\_economico](http://www.researchgate.net/publication/224771640_O_ensino_superior_privado_como_setor_economico).
- Soares, M. C. (1998). Banco Mundial e reformas. In L. Tommasi; J.M. Warde; & Haddad, S. (Orgs.). *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. São Paulo: Cortez.
- Soares, A. C. (2004). Universidade em Angola: A sua criação em 1962. In *Episteme – Revista Multidisciplinar*. Ano IV, 2ª Série, n.º triplo 13-14, pp. 1-12. Lisboa: UTL.
- Sousa, B. S. (1985). Estado, Sociedade na semiperiferia do sistema mundial: O caso Português. In *Revista Análise Social*, vol. XXI (87-88-98), 3, -4.º – 5.º, pp. 869-901.
- Sousa, A. B. (2005). *Investigação em educação*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.

- Sousa, M. S. N. Medeiros (2009). *Do seringal à Universidade: o acesso das camadas populares ao ensino superior público no Acre* [on line]. FaE/UFMG, Belo Horizonte. Acedido Novembro, 20, 2013, em <http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/6645/5362>.
- Stake, R. E. (2012). *A arte da investigação em estudos de caso*. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Teodoro, A. (2003). *Globalização e educação. Políticas educacionais e novos modos de governação*. Porto: Edições Afrontamentos.
- Teodoro, A. (2010). *Educação, globalização e neoliberalismo. Novos modos de regulação transnacional das políticas de educação*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Torres, A. (2011). *Crise ou renascimento em África? In África subsariana meio século depois*. CIS, pp.7-25.
- Tolentino, A. C. (2007). *Universidade e transformação social nos pequenos estados em desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Torres, P. M. (2004). La política de las políticas públicas: propuesta teórica y metodológica para el estudio de las políticas públicas en países de frágil institucionalidad. In *Série Política Sociales*. Santiago do Chile: Naciones Unidas, 93, 3-56.
- Trow, M. (2000). *From mass higher education to universal access: The American Advantage*. Research and Occasional Papers Series, Center for Studies in Higher Education University of California: Berkeley.
- Thaver, B. (2003). Private higher education in Africa: Six Country case studies. In Teferra, D. and Altbach, P. (eds). *African Higher Education. An International Reference Handbook*. Boomington: Indiana University Press.
- Thaver, B. (2008). The Private Higher Education Sector in Africa: Current Trends and Themes in Six Country Studies. In *JHEA/RESA* Vol. 6, No. 1, pp.127–142, Senegal: Codesria. Acedido em Março, 15, 2014, em <http://codesria.org/IMG/pdf/6-thaver6-1-2008.pdf>.
- Teodoro, A. & Beltrán, J. (coords). *Sumando Voces. Ensayos sobre Educación Superior em términos de igualdad e inclusión social*. Buenos Aires: Editores Mino y Dávila.
- Tuckman, B. (2005). *Manual de investigação em educação. Como conceber e realizar o processo de investigação em educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Vava J. et al. (1986). *Mudança social e psicologia social*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Vengeles, W. & Grooti, I. (2014). Educación Superior y desarrollo de la ciudadanía. In

- Varghese, N.V. (2004). *Private higher education in África*. Paris: UNESCO.
- Veloso H., Costa, A. F. & Lopes, J.T. (Coords) (2010). *Fatores, representações e práticas institucionais de promoção do sucesso escolar no ensino superior*. Porto: Universidade do Porto.
- Verger, A. & Bonal, X. (2011). La estratégia educativa 2020 o las limitaciones del Banco Mundial para promover el “aprendizagem para todos”. *Educação Sociedade*, Campinas. 23, 117, pp.911-932. Acedido em Agosto, 4, 2012, em <http://www.scielo.br/pdf/es/v32n117/v32n117a02.pdf>.
- Viana, M.J.B. (2000). Longevidade escolar em famílias de camadas populares: Algumas condições de possibilidade. In M. A. Nogueira; G. Roma Nelli; & N. Zago, *Família & Escolas – Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares*. Petrópolis: Vozes, pp. 45-60.
- Viana, M.J. Braga (2011). O bom desempenho escolar nos meios populares: elemento para uma definição e alguns dados de pesquisa. In *Sociologia da Educação Revista Luso-Brasileira*, ano 2, n.º 3, pp. 7-24.
- Vught, V. F. (2008). Mission diversity and reputation in higher education. *Higher Education Policy*, 21, 2, pp. 151-174. Acedido em Novembro, 6, 2013, em <http://www.narcis.nl/publication/RecordID/oai%3Adoc.utwente.nl%3A73249>.
- Wertheim, J. & Célio, C. (2000). *Fundamentos da nova educação*. Brasília: UNESCO.
- Whitty, G. & Power, S. (2006). A escola, o Estado e o mercado: A investigação de campo atualizada. In João Paraskeva et al (Orgs.). *Currículo sem Fronteiras. Por uma Educação Crítica e Emancipatória* (pp. 261-292). Vol. 1. Portugal: Edições Pedagogo.
- Witte, J. F. (2001). Educational Choice: A deep divide. In António Nóvoa, A. (Coord.). *Novos Espaços de Educação, Tempos de Formação* (pp. 155-171). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Wolff, L., González, P., Navarro, C. (2002). *Educación privada y política pública en américa latina*. Santiago de Chile: OPREAL/Banco Interamericano de Desarrollo.
- Zabalza, M. A. (2002). *O ensino universitário: Seus cenários e seus protagonistas*. São Paulo: Artmed Editora.
- Zago, N. (2006). Do acesso à permanência no ensino superior: Percursos de estudantes universitários de camadas populares. In *Revista Brasileira de Educação*, vol.11, n.º 32, pp. 226-370.
- Zau, F. (2002). *Angola: Trilhos para o desenvolvimento*. Lisboa: Universidade Aberta.

Zezeza, P. T. (2007). *The study of Africa. Volume 2: Global ant transnational engagements* [on line]. Senegal: Codesria. Acedido em Março, 25, 2014, em <http://www.africanbookscollective.com/books/the-study-of-africa-volume-2.pdf>.

## **DOCUMENTOS:**

Anuário do Ensino Superior (2014). *Ministério do ensino superior de Angola. Gabinete Estudos, Planeamento e Estatística*. Luanda

Boletim da Universidade Agostinho Neto, *II Série*, n.º 1 III Janeiro-Junho de 2012.

Banco Mundial (1995). *La enseñanza superior. Las lecciones derivadas de la experiência*. Washington: Banco Internacional de Reconstrucción y Fomento/Banco Mundial.

Banco Mundial (2000). *Educación superior en los países en desarrollo: Peligros y promesas*. Santiago do Chile: Corporación de Promoción Universitária.

Banco Mundial (2000). *O ensino superior nos países em desenvolvimento: perigos e esperança*. Lisboa: AULP.

CAMPUS (2012). *Boletim mensal da Universidade Agostinho Neto, II Série, N.º1*.

Comissão Económica da Organização das Nações Unidas para África – CEA (2012).

DECLARAÇÃO de JONTIEN (1990). *Declaração Mundial sobre Educação para Todos. Tailândia: Conferência Mundial sobre Educação para Todos*, de 5 a 9 de Março.

CODESRIA Boletim, 3 - 4, 2007, pp. 1 – 75.

ECOSPIAGET (2012). *Boletim informativo da Universidade Jean Piaget de Angola*. Edição N.º 19.

GEPE-RUAN (2014). *Memorando de balanço da área académico-científico e social da Universidade Agostinho Neto*.

IPOP (2014). *Relatório*. Luanda: IPOP - Pesquisa de Opinião pública e Mercados, Lda.

Johannesburgo (1999). *Plano de Ação para a África Subsariana: Educação para o Renascimento Africano no Século XXI*

WORLD BANK (2002). *Constructing knowledge societies: New challenge for higher education*. Washington. D. C., World Bank.

WORLD BANK, (2008). *Projects & operations*. Acedido em Fevereiro, 7, 2006, em <http://web.worldbank.org/external/projects/main?pagePK>.

WORLD BANK, (2011). Learning for All Investing in People's Knowledge and Skills to Promote Development World in *World Bank Group Education Strategy 2020*

WORLD BANK, (2012). A global compact on learning. Taking action on education in developing countries. Center for Universal Education at Brookings.

OECD. (1998). *Redefining tertiary education*. Paris: OECD.

OECD (2002). *Synthesis. Regional Integration in Africa: Panorama*.

OECD (2010). *Education at a Glance: Indicators da OCDE*.

OECD (2012). *Education at a glance 2012*. Portugal. Acedido em Dezembro, 5, 2013, em <http://www.oecd.org/portugal/CN%20-%20Portugal.pdf>.

OCDE (2013). *Education at a glance 2013: OECD Indicaton*. OECD Pulisching. Acedido em Março,12, 214, em [http://www.oecd.org/edu/eag2013%20\(eng\)--FINAL%2020%20June%202013.pdf](http://www.oecd.org/edu/eag2013%20(eng)--FINAL%2020%20June%202013.pdf)

PNUD (1990). *Rapport mondial sur le développement humain*, Paris: Economica. PNUD (2007). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2007. Combater as alterações climáticas: Solidariedade humana num mundo dividido*. Coimbra: Edições Almedina.

PNUD (2010). *Relatório de Desenvolvimento Humano2010. A verdadeira riqueza das nações. Vias para o Desenvolvimento Humano*. Nova Iorque: PNUD.

PNUD (2013). *Relatório de Desenvolvimento Humano 2013. A ascensão do sul. Progresso Humano num Mundo Diversificado*. Portugal: Instituto Camões.

PNFQ (2014). *Relatório conjunto do Plano Nacional de Formação de Quadros. Angola, Luanda*.

SARUA (2012). *Ensino Superior na Região da África Austral: Actuais tendências, desafios e recomendações*. África do Sul: SARUA.

SECRETARIA DE ESTADO PARA O ENSINO SUPERIOR (2005). *Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior*. Luanda.

SECRETARIA DE ESTADO PARA O ENSINO SUPERIOR (2006). *Plano de Implementação das Linhas Mestras para a Melhoria da Gestão do Subsistema do Ensino Superior*. Luanda.

UNESCO (1948). *Preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos do Homem*. 1.ª Série, n.º 58.

UAN (2002). *Relatório da Reitoria da Universidade Agostinho Neto*. Angola, Luanda.

UNESCO (1996). Educação um tesouro a descobrir. In *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. São Paulo: Cortez Editora.

UNESCO (1997). *Rapport sur l'état de l'éducation en Afrique*. Dakar: BREDA.

UNESCO (1998a). *Enseignement supérieur en Afrique : Réalisations, défis et perspectives*. Dakar: BRENDA.

UNESCO (1998b). *Declaración Mundial sobre La Educación Superior en el Siglo XXI: Vision y Acción*. Paris: Conferencia Mundial sobre la Educación Superior, 9 de Outubro.

UNESCO (1999). *Private education in sub-saharan africa: A re-examination of theories and concepts related to its development and finance*. International Institute for Educational Planning. Paris: UNESCO.

UNESCO (2000). *Relatório Mundial da Educação. O direito à educação: Rumo a educação para todos ao longo da vida*.

UNESCO (2000). *World education report. The right to education. Towards education for all throughout life*. Acedido em Janeiro, 20, 2014, em <http://www.unesco.org/education/information/wer/PDFeng/wholewer.PDF>.

UNESCO (2001). *Marco de Acción de Dakar. Educação para Todos*. Paris: UNESCO.

UNESCO (2004). *Private higher education in Africa*. International Institute for Educational Planning (IIEP). Association For The Development of Education in Africa (ADEA). (ADEA). Association of African Universities (AAU). Paris: UNESCO.

UNESCO (2005). *Hacia las sociedades del conocimiento*. Ediciones UNESCO. ISBN: 92-3-304000-3. Acedido em Março, 6, 2006, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001419/141908s.pdf>.

UNESCO (2007). *Global Education Digest 2007: Comparing Education Statistics Across the World*. Montreal: UNESCO.

UNESCO (2009). *Trends in global higher education: Tracking on academic revolution. A report prepared for the World Conference on Higher Education*. Printed in France

UNESCO (2011). *Financing education in Sub-Saharan Africa. Meeting the challenges of expansion, equity and quality*. Acedido em Fevereiro, 20, 2014, em <http://www.uis.unesco.org>.

UNESCO (2012). *Desafios e perspectivas da educação superior Brasileira para a próxima década 2011-2020*. Brasília: UNESCO. Acedido em Janeiro, 20, 2015, em <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002189/218964POR.pdf>.

UNESCO (2014). *Higher education in Asia: Expanding out, expanding up. The rise of graduate education and university research*. Canada: UNESCO Instituto of Statistics.

## LEGISLAÇÃO

Constituição da República (2010). Publicado no Diário da República I Série, N.º 23, de 5 de Fevereiro.

Decreto executivo n.º 121/2004, de 26 de Outubro, autoriza a Empresa «Saber Angola» Limitada a abrir a Universidade Lusíada de Angola (ULA), bem como a criação de cursos.

Decreto executivo n.º 121/2004, de 26 de Outubro, autoriza a Empresa «Saber Angola» Limitada a abrir a Universidade Lusíada de Angola (ULA), bem como a criação de cursos.

Decreto Executivo n.º 26/11, de 23 de Fevereiro

Decreto Executivo n.º 26/11, de 23 de Fevereiro

Decreto Executivo n.º 26/11, de 23 de Fevereiro. *Diário da República* I Série, N.º 36.

Decreto Executivo n.º 26/11, de 23 de Fevereiro. *Diário da República* I Série, N.º 36.

Decreto executivo n.º 46/2004, cria a Universidade Católica de Angola (UCA).

Decreto executivo n.º 46/2004, cria a Universidade Católica de Angola (UCA).

Decreto executivo n.º 47/2004, de 23 de Abril, cria o Instituto Superior de Ciências da Saúde Privado de Angola (ISPRA).

Decreto executivo n.º 47/2004, de 23 de Abril, cria o Instituto Superior de Ciências da Saúde Privado de Angola (ISPRA).

Decreto executivo n.º 65/2004, cria Universidade Jean Piaget de Angola (UNIPIAGET de Angola), os cursos superiores de Engenharia, de Construção Civil e Ordenamento do Território, de Informática de Gestão, de Direito, de Economia e Gestão e de Engenharia Electromecânica.

Decreto executivo n.º 65/2004, cria Universidade Jean Piaget de Angola (UNIPIAGET de Angola), os cursos superiores de Engenharia, de Construção Civil e Ordenamento do Território, de Informática de Gestão, de Direito, de Economia e Gestão e de Engenharia Electromecânica.

Decreto executivo n.º 66/2004, cria Universidade Jean Piaget de Angola (UNIPIAGET de Angola), os cursos superiores de Medicina, Enfermagem e de farmacêutica.

Decreto executivo n.º 66/2004, cria Universidade Jean Piaget de Angola (UNIPIAGET de Angola), os cursos superiores de Medicina, Enfermagem e de farmacêutica.

Decreto executivo n.º 74/2006, de 19 de Junho, cria a Universidade Independente de Angola.

Decreto executivo n.º 74/2006, de 19 de Junho, cria a Universidade Independente de Angola.

Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10, de 5 de Março

Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10, de 5 de Março

Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10, de 5 de Março. Publicado no Diário da República I Série, N.º 24.

Decreto Legislativo Presidencial n.º 1/10, de 5 de Março. Publicado no Diário da República I Série, N.º 24.

Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto. Diário da República I Série, N.º 162.

Decreto Legislativo Presidencial n.º 3/13, de 23 de Agosto. Diário da República I Série, N.º 162.

Decreto n.º 21/91, de 22 de Junho. Publicada no Diário da República, I Série, N.º 26.

Decreto n.º 21/91, de 22 de Junho. Publicada no Diário da República, I Série, N.º 26.

Decreto n.º 43/02, de 3 de Setembro. *Diário da República* I Série, N.º 70.

Decreto n.º 43/02, de 3 de Setembro. Diário da República I Série, N.º 70.

Decreto n.º 5/09, de 7 de Abril. *Diário da República* I Série, N.º 64.

Decreto n.º 5/09, de 7 de Abril. Diário da República I Série, N.º 64.

Decreto n.º 60/76, de 19 de Junho.

Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio. *Diário da República*, I Série, N.º 87.

Decreto n.º 7/09, de 12 de Maio. Publicado no Diário da República, I Série, N.º 87.

Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro. *Diário da República* I Série, N.º 87.

Decreto n.º 90/09, de 15 de Dezembro. Publicado no Diário da República I Série, N.º 87.

Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio. Diário da República I Série, N.º 99.

Decreto Presidencial n.º 111/14, de 27 de Maio. Diário da República I Série, N.º 99.

Decreto Presidencial n.º 168/13, de 28 de Outubro. Diário da República I Série, N.º 207

Decreto Presidencial n.º 168/13, de 28 de Outubro. Diário da República I Série, N.º 207

Decreto Presidencial n.º 172/13, de 29 de Outubro. Publicado no Diário da República I Série n.º 208.

Decreto Presidencial n.º 172/13, de 29 de Outubro. Publicado no Diário da República I Série n.º 208.

Decreto Presidencial n.º 172/14, de 23 de Julho. Diário da República I Série, N.º 135.

Decreto Presidencial n.º 172/14, de 23 de Julho. Diário da República I Série, N.º 135.

Decreto Presidencial n.º 172/14, de 23 de Junho. Publicado no Diário da República I Série n.º 135.

Decreto Presidencial n.º 172/14, de 23 de Junho. Publicado no Diário da República I Série n.º 135.

Decreto Presidencial n.º 233/12, de 4 de Dezembro. Diário da República I Série, N.º 231.

Decreto Presidencial n.º 233/12, de 4 de Dezembro. Diário da República I Série, N.º 231.

Decreto Presidencial n.º 252/11, de 26 de Setembro.

Decreto Presidencial n.º 252/11, de 26 de Setembro.

Decreto Presidencial n.º 70/10, de 19 de Maio. Publicado no Diário da República I Série, N.º 93.

Decreto Presidencial n.º 70/10, de 19 de Maio. Publicado no Diário da República I Série, N.º 93.

Decreto-Lei n.º 2/01 de 22 de Junho. *Diário da República*, I Série, n.º 28.

Decreto-Lei n.º 2/01 de 22 de Junho. Diário da República, I Série, n.º 28.

Decreto-Lei n.º 2/09, de 29 de Abril. Diário da República I Série, N.º 79.

Decreto-Lei n.º 2/09, de 29 de Abril. *Diário da República*, I Série, N.º 79.

Decreto-Lei n.º 2/2001, de 22 de Junho, estabelece as normas gerais reguladoras do Subsistema do Ensino Superior.

Decreto-Lei n.º 2/2001, de 22 de Junho, estabelece as normas gerais reguladoras do Subsistema do Ensino Superior.

Decreto-Lei n.º 35/2001, de 8 de Junho, aprova o estatuto das instituições de Ensino Superior, incluindo o ensino superior privado.

Decreto-Lei n.º 35/2001, de 8 de Junho, aprova o estatuto das instituições de Ensino Superior, incluindo o ensino superior privado.

Decreto-Lei n.º 35/2001, de 8 de Junho. *Diário da República*, I Série, n.º 26.

Decreto-Lei n.º 35/2001, de 8 de Junho. Diário da República, I Série, n.º 26.

Decreto-Lei n.º 44530, de 21 de Agosto de 1962 do Ministério do Ultramar. Publicado no Diário da República, I Série, n.º 1131.

Decreto-Lei n.º 44530, de 21 de Agosto de 1962 do Ministério do Ultramar. Publicado no Diário da República, I Série, n.º 1131.

Decreto-Lei n.º 45180, de 5 de Agosto de 1963. Ministério do Ultramar. *Diário do Governo* I Série, N.º 183.

Decreto-Lei n.º 45180, de 5 de Agosto de 1963. Ministério do Ultramar. Diário do Governo I Série, N.º 183.

Decreto-Lei n.º 48 790, de 23 de Dezembro de 1968, publicado no *Boletim Oficial de Angola*

Decreto-Lei n.º 48 790, de 23 de Dezembro de 1968, publicado no Boletim Oficial de Angola

Decreto-Lei n.º 6/2000, de 9 de Junho. *Diário da República*, I Série, n.º 23.

Decreto-Lei n.º 6/2000, de 9 de Junho. Diário da República, I Série, n.º 23.

Decreto-Lei n.º 60/2001, de 5 de Outubro. *Dário da República*, I Série, n.º 46.

Decreto-Lei n.º 60/2001, de 5 de Outubro. Dário da República, I Série, n.º 46.

Decreto-Lei n.º 5/2007, de 5 de Abril. Diário da República I Série, N.º 42.

Decreto-Lei n.º 5/2007, de 5 de Abril. *Diário da República*, I Série, N.º 42.

Despacho n.º 269/09, de 23 de Setembro. Diário da República I Série, N.º 180.

Despacho n.º 269/09, de 23 de Setembro. *Diário da República*, I Série, N.º 180.

Despacho n.º 269/09, de 23 de Setembro. Diário da República, I Série, N.º 36.

Despacho n.º 269/09, de 23 de Setembro. Diário da República, I Série, N.º 36.

Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola. Diário da República, 31 de Dezembro de 2001, I Série, n.º 65.

Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola. Diário da República, 31 de Dezembro de 2001, I Série, n.º 65.

Lei n.º 13/2001, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola). Diário da República, 31 de Dezembro de 2001, I Série, n.º 65.

Lei n.º 13/2001, de 31 de Dezembro (Lei de Bases do Sistema Educativo de Angola). Diário da República, 31 de Dezembro de 2001, I Série, n.º 65.

Portarias N.ºs 12196 e 12201 NASCIMENTO (2014).

Resolução 1/85, do CDS (DR 9- 1ª Série, n.º 28/01/1985)

Resolução 1/85, do CDS (DR 9- 1ª Série, n.º 28/01/1985)

Resolução n.º 4/07, de 2 de Fevereiro. Publicada no Diário da República I Série, N.º 15.

Resolução n.º 4/07, de 2 de Fevereiro. Publicada no Diário da República I Série, N.º 15.

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b> - Evolução da população estudantil inscritos no ES por tipo de instituições (1999/2012) .....	83
<b>Gráfico 2</b> - Evolução do número de estudantes matriculados nas IES privadas de 1999-2011 .	86
<b>Gráfico 3</b> - Número de cursos criados por áreas de formação nas 10 universidades privadas estudadas de 1999-2012 .....	87
<b>Gráfico 4</b> – Evolução das IES privadas reconhecidas pelo MÊS de 1992 até 2011.....	90
<b>Gráfico 5</b> – Número de IES públicas e privadas .....	90
<b>Gráfico 6</b> - Via de ingresso no ensino superior (%) .....	147
<b>Gráfico 7</b> - Estatuto do ensino anterior ao ensino superior .....	148
<b>Gráfico 8</b> - Fontes para a escolha do curso.....	149
<b>Gráfico 9</b> - Fontes para a escolha da Universidade .....	149
<b>Gráfico 10</b> - Opção do curso em que se inscreve (%) .....	151
<b>Gráfico 11</b> - Fontes de influência para tomada de decisão de ingresso no ensino superior, no curso e no estabelecimento de ensino (%).....	152
<b>Gráfico 12</b> - Razões para a escolha do curso de 1ª opção (% de respostas positivas).....	153
<b>Gráfico 13</b> - Razões para a escolha da instituição de 1ª opção (% de respostas positivas).....	154
<b>Gráfico 14</b> - O curso da 1ª opção correspondia ao que sempre quis? (%).....	154
<b>Gráfico 15</b> - Processo de decisão de candidatura (%) .....	155
<b>Gráfico 16</b> - Pensa vir a fazer transferência ou mudança de curso? (%).....	156
<b>Gráfico 17</b> - Altura em que pensou que faria a universidade (%) .....	156
<b>Gráfico 18</b> - Universidade pública a que se candidatou (%) .....	158
<b>Gráfico 19</b> - Resultado de investimento até terminar o curso (%) .....	158
<b>Gráfico 20</b> - Anos programados para terminar o curso (%) .....	159
<b>Gráfico 21</b> - Atividades importantes para bom aproveitamento no curso .....	160
<b>Gráfico 22</b> - Pensa vir a realizar outra formação (%).....	160
<b>Gráfico 23</b> - Outra formação que pensa vir a tirar.....	161
<b>Gráfico 24</b> - Ideia da atividade profissional desejada (%) .....	162
<b>Gráfico 25</b> - Conhecimentos do curso (%) .....	163
<b>Gráfico 26</b> - Expectativa de mobilidade face ao agregado familiar (pais) (%) .....	164
<b>Gráfico 27</b> - Valores e atitudes sociais – mais e menos importantes (%).....	165

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Centros de Estudos Universitários, por cursos e semestres .....	55
<b>Quadro 2</b> – Centros Universitários distribuídos por províncias.....	58
<b>Quadro 3</b> – Distribuição dos Pólos Universitários por província .....	58
<b>Quadro 4</b> – Duas fases do redimensionamento da UAN (2002-2008/2009-2014) .....	60
<b>Quadro 5</b> – Evolução nas instituições de Ensino Superior público em Angola 2002-2014, antes e depois do redimensionamento da Universidade Agostinho Neto (UAN) .....	62
<b>Quadro 6</b> – Distribuição de número de IES segundo a classificação e estado de atividade .....	64
<b>Quadro 7</b> – Distribuição dos novos cursos por algumas províncias do País.....	66
<b>Quadro 8</b> – Decretos das IES privadas reconhecidas pelo Ministério do Ensino Superior até 2012 .....	70
<b>Quadro 9</b> – Criação das oito (8) Regiões Académicas.....	72
<b>Quadro 10</b> – Regiões Académicas e número de estudantes e de docentes .....	74
<b>Quadro 11</b> - Distribuição de número de IES por Província e estado de atividade.....	78
<b>Quadro 12</b> - Evolução da população estudantil inscritos no ES por tipo de instituições (1999/2012). Ou Evolução da matrícula, pública e privada.....	82
<b>Quadro 13</b> - Proveniência dos candidatos inscritos, admitidos e excluídos da UAN .....	84
<b>Quadro 14</b> - Quadro Geral da Evolução das IES Privado em Angola (1999-2012) .....	85
<b>Quadro 15</b> - Cursos das instituições Ensino Superior Privadas em estudo.....	87
<b>Quadro 16</b> – Distribuição por idades .....	108
<b>Quadro 17</b> – Distribuição por Sexo .....	109
<b>Quadro 18</b> – Estado civil.....	109
<b>Quadro 19</b> – Estatuto atual relativamente ao agregado familiar .....	110
<b>Quadro 20</b> – Profissões dos pais - CPP (2010), em grande grupo (%) .....	110
<b>Quadro 21</b> – Meios de subsistência durante o curso (%).....	111



# **ANEXOS**



## ANEXO 1 - GUIÃO DE ENTREVISTA AOS VICE-REITORES DAS UNIVERSIDADES PRIVADAS

**Temática geral: motivos, causas e propósitos da abertura de uma instituição de ensino superior privado e da escolha dos cursos a oferecer aos estudantes**

Problemáticas/Designação dos Blocos	Informações pretendidas	Perguntas
Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	Legitimar a entrevista, motivar o entrevistado e garantir os termos de uso da informação	Informar, em linhas gerais, do nosso trabalho de investigação. Pedir a ajuda do entrevistado na medida em que as suas informações são absolutamente necessárias para o bom êxito do nosso trabalho. Assegurar o carácter confidencial dessas informações.
B. Perfil do Entrevistado	Caracterização do entrevistado, em termos académicos e profissionais	Habilitações académicas Situação profissional Experiência profissional Trabalho que desenvolve
C. Interesse/propósito em Criar/abrir uma Universidade privada em Angola	Objetivos/missão subjacentes à abertura de uma instituição de ensino superior privada [Se olha a educação como um bem público e/ou como um bem económico] [A universidade não é para o negócio (formação de mão de obra especializada para o mercado de trabalho), a universidade é para o ócio (formação de massa crítica, intelectual e científica)]	Agradecia que me falasse um pouco sobre: Os interesses/motivos em abrir a universidade Privada que preside/administra? Qual é o objetivo/missão que a universidade persegue? Quais os fins (lucrativos ou outros de cariz mais humanitário) que a criação da universidade tem em vista? Como caracteriza o tipo da sua instituição (familiar, empresarial, parceria internacional)? [No caso de parceria internacional] A parceria ainda se mantém ou não? Quais são as prioridades desta parceria em relação à instituição? A criação da universidade está ligada a uma empresa? Se sim, quando é que ela foi criada? O capital é estrangeiro ou nacional? Qual foi o capital inicial? Na sua perspetiva, qual a função de uma instituição de ensino superior/universidade privada? O que acha das novas decisões e exigências internacionais sobre a educação dos países em desenvolvimento, no âmbito da educação como um direito?
D. Criação dos cursos oferecidos pelas Universidades/IES	Apreciação/importância dos cursos que oferece [Dar resposta às necessidades de qualificação especializadas do mercado de trabalho - Quantidade] [Preocupação com a empregabilidade num contexto competitivo no qual não há lugar para todos e a qualidade da formação pode fazer a diferença - Qualidade]	O que está na base da escolha dos cursos a oferecer pela instituição (interesse)? Porquê a criação de vários cursos num curto espaço de tempo? Para a criação dos cursos tem em conta a procura por parte dos estudantes e/ou as necessidades do país e a demanda do mercado? Na sua opinião, os cursos têm estado a responder às expectativas dos estudantes? E até que ponto, do seu ponto de vista, satisfazem as expectativas das famílias, do mundo empresarial e produtivo?
E. Expansão das Universidades/IES	Apreciação sobre a expansão deste subsistema de ensino em Angola [A universidade pública já não lidera a expansão desse sistema, cujo ritmo de crescimento, há quase uma década, é pautado pelos investimentos privados]	Acredita que o ensino superior é o grande paradigma para o desenvolvimento país? Qual é a sua opinião sobre a expansão das instituições de ensino superior privadas em Angola (pontos fortes e fracos)? Quais os principais motivos para esta expansão? Qual o papel do ensino superior privado na democratização do acesso ao ensino superior em Angola?
F. Oferta de vagas das Universidades/IES	Informação sobre a oferta de vagas [Política de educação superior para o século XXI]	Qual a sua opinião sobre a ampliação da oferta de vagas? Como é que a Universidade/IES define as vagas? A oferta de vagas estabelecidas tem sido preenchida pela procura dos candidatos? Quais as estratégias que a universidade tem adotado para divulgar informação das vagas disponíveis? Qual(ias) a(s) finalidade(s) do exame de admissão?

G. Ensino-aprendizagem e profissionalização dos docentes	<p>Importância dada ao processo de ensino-aprendizagem</p> <p>Importância da formação contínua dos docentes</p> <p>[Valorização da pesquisa como fator de qualificação para a formação em todos os níveis]</p>	<p>Considera que a instituição tem em conta as três dimensões da universidade (ensino, pesquisa e extensão) ou é um espaço voltado somente para o ensino?</p> <p>Existem mecanismos de acompanhamento das trajetórias académicas dos estudantes? [Se sim, quais? / Se não, porquê?]</p> <p>O que pensa da aposta na formação contínua dos docentes?</p> <p>Tendo em conta a utilização de novas tecnologias aplicadas ao ensino, qual tem sido a política da instituição para favorecer aos estudantes a conexão com a sociedade do conhecimento?</p> <p>Como se processa o recrutamento dos docentes? Existem mais professores a tempo inteiro ou a tempo parcial?</p>
G. Relação com as famílias/procura	<p>Preocupação com o rendimento/comportamento das famílias – expectativas das famílias</p> <p>[Todas as famílias almejam a mobilidade social ascendente dos seus filhos – questão da procura]</p>	<p>Qual o perfil dos estudantes da instituição (finalistas do ensino médio/trabalhadores-estudantes)?</p> <p>Tendo presente o investimento financeiro que a frequência académica exige, como percebe a relação da universidade com as famílias?</p> <p>Tem conhecimento de estudantes oriundos de famílias com baixo rendimento e que fazem um grande esforço para manterem os seus filhos nesta instituição?</p> <p>[Se sim] O que é que a universidade tem feito para ajudar os alunos destas famílias?</p> <p>Apesar dos constrangimentos financeiros, considera que procura por parte das famílias/estudantes tem aumentado, diminuído ou estagnou?</p>
H. Outros elementos	Dados de carácter complementar	Quererá acrescentar algo que não tenha sido abordado?
Agradecimentos	Agradecer a disponibilidade e acolhimento	<p>Agradecer a disponibilidade do entrevistado.</p> <p>Informar que o conteúdo da entrevista ser-lhe-á apresentado, para que se pronuncie quanto ao mesmo.</p>

Fonte: Albano Estrela (1994). Teoria e prática de observação de classes

## ANEXO 2 - GUIÃO DE ENTREVISTA ÀS FAMILIAS DOS ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PRIVADO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE UMA FORMAÇÃO

Problemáticas/Designação dos blocos	Informações pretendidas/objetivos	Perguntas
Legitimação da entrevista e motivação do entrevistado	Legitimar a entrevista, motivar o entrevistado e garantir os termos de uso da informação	Informar, em linhas gerais, do nosso trabalho de investigação. Pedir a ajuda do entrevistado na medida em que as suas informações são absolutamente necessárias para o bom êxito do nosso trabalho. Assegurar o carácter confidencial dessas informações.
B. Perfil do Entrevistado	Caracterização do entrevistado, em termos académicos e profissionais	Grau de parentesco Habilitações académicas Situação profissional Trabalho que desenvolve
Opção de escolha de uma Universidade privada e de um Curso	Motivos para a aposta no ensino superior Motivos que levaram a escolher uma universidade privada Motivos que levaram a escolher o curso [A questão dos cursos dá composição social distinta] [Direcionado para a obtenção de um determinado percurso profissional/seguinte "natural" no ensino secundário/valorização pessoal]	Agradecia que me falasse um pouco sobre: Por que motivo quer que o seu filho tire um curso na universidade? Porque é que tem o seu filho a estudar numa Universidade Privada? O que levou a escolha da universidades Privada Y? Quais os principais motivos que o levaram a escolher o curso? Qual a área de formação no ensino médio? Na sua opinião ter um curso superior é fundamental para ter um estatuto social diferente/melhor?
D. Representações que as famílias têm dos seus filhos na universidade / Grau de satisfação da família com a formação	Representações que as famílias têm da integração dos seus filhos na universidade: Ao nível da aprendizagem e do sucesso escolar Ao nível da convivência com os professores Satisfação com o conhecimento adquirido Satisfação com a trajetória académica Satisfação com a interação social com os colegas Satisfação com o desempenho dos professores Satisfação com a forma como se sentem acolhidos na instituição	Qual é o grau de satisfação da família com a universidade? Porquê? O que tem a dizer sobre os conhecimentos que o seu filho tem adquirido na universidade? O que faz com o seu filho se sinta satisfeito na universidade? Existe algum aspeto que o seu filho não goste na vida universitária?
E. Rendimento/esforço e interesse para um curso superior	Apreciação sobre os perfis socioeconómico das famílias Significado da formação para o futuro do filho e da família Formas de financiamento das despesas do curso Orientação (geral) perante a formação	Tendo em conta o elevado custo das propinas, o seu rendimento permite suportar os custos de ter o filho (a) numa universidade privada? O investimento na universidade privada afeta outras responsabilidades financeiras da família? Qual a mais-valia que este investimento vai trazer para o seu filho e para toda a família? Apesar do esforço financeiro acrescido para formar o seu filho na universidade, qual a avaliação geral que faz desta situação?
F. Expectativas/resultado esperado com a formação superior	Compreender as expectativas em relação à obtenção da licenciatura na universidade privada	Que resultado prático pensa que da obtenção da licenciatura terá na vida do seu filho? Na sua opinião, a universidade exige que o seu filho se dedique mais ao estudo do que antes? Quais são as expectativas da família em relação à continuidade dos estudos (formação pós-graduada)?
G. Outros elementos	Dados de carácter complementar	Quererá acrescentar algo que não tenha sido abordado?
H. Agradecimentos	Agradecer a disponibilidade e acolhimento	Agradecer a disponibilidade do entrevistado Informar que o resultado final do trabalho será levado a consulta.

Fonte: Albano Estrela (1994). Teoria e prática de observação de classes

## ANEXO 3 - PROTOCOLO DE ENTREVISTA AOS VICE-REITORES

### PROTOCOLO DE ENTREVISTA REALIZADA AO VICE-REITOR DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (A)

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Vice-reitor para a área psicopedagógica: Universidade Gregório Semedo**

#### **Os interesses/motivos em abrir a universidade Privada que preside/administra?**

**R:** Sim. O interesse primário é um interesse que surge eh...o pensamento do promotor quando praticamente ele tinha de 7 a 10 anos, naquela época ele era José António Lopes Semedo, hoje é o Professor Doutor José António Lopes Semedo que é reitor da Universidade Gregório Semedo. A Universidade leva o nome do pai. Ele inicialmente abriu uma instituição educativa que foi e é o Colégio Gregório Semedo, na Maianga, no ano 98. E esta ideia dele vem da conduta do pai dele que era cabo-verdiano, nasceu em cabo verde, hoje falecido ...era um homem que tinha a 4.ª classe, embora aquela 4.ª classe que ele tinha, ele decidiu emigrar para cá para Angola, na área do Bengo e começou a trabalhar na fábrica de fazer açúcar. Ali se destacou, porque já tinha a 4.ª classe expressava-se muito bem e começou a ensinar o seu filho, não havia colégio, então começou a ensinar o seu filho em casa. E quando o filho dele foi ao colégio, já sabia ler, escrever e pouco de matemática. Isto deu como resultado o promotor desta universidade Dr. José António Lopes Semedo, se inclinou ao ensino, à docência, e então começou com 18 anos a ser professor de vários colégios,... escolas naquele tempo não havia colégio, isto foi no tempo colonial. E aí ele começou, logicamente, a desenvolver esta vocação do ensino. Vocação que continuou posteriormente, inclusive foi professor muitos anos da Faculdade de Direito, da Universidade Agostinho Neto, foi professor muitos anos ... ali. E ano 95 já começou a ter na sua mente como ele iria desenvolver a partir da sua possibilidade um projeto que fosse social, um projeto que beneficiasse a sociedade angolana, fazer crescer o pensamento do homem, desenvolver capital humano e então decidiu com pouco que tinha abrir o colégio Gregório Semedo. Esse colégio começou com 7 alunos...com 7 alunos começou a funcionar o colégio, porque o irmão dele que é o Diretor Executivo do colégio Gregório Semedo é que lhe orientou naquela época, não...não vamos a frente, vamos embora, vamos abrir o colégio, vais ver que depois vamos crescendo...crescendo, crescendo e, efetivamente, o colégio Gregório Semedo agora tem mil ou mil e tal estudantes, cresceu muito. E então já no ano de 2002 começou já a prepara as condições para abrir uma universidade. Eu lembro-me que na primeira graduação dos estudantes do colégio Gregório Semedo, que foi para aí no ano 2000, 2001. Ele quando faz a sua intervenção no ato de graduação, que foi lembro-me muito bem como se fosse hoje,... foi lá na radio vial ele aí expressou aos estudantes graduados e os familiares que estavam aí, ele disse ... pronto, que os estudantes do colégio Gregório Semedo iriam ter uma universidade para poder continuar os seus estudos. Iriam ter também uma universidade Gregório Semedo. Os alunos começavam no pré-escolar no colégio e continuavam até universidade e concluíam os seus estudos na universidade, e assim era o contributo que iria dar para desenvolver o pensamento lógico, a capacidade cognitiva, a capacidade profissional, a competência...já na universidade para inseri-lo em uma sociedade em concordância com a produção dos serviços e os estudos na universidade.

**E: Portanto, este foi também um dos objetivos do promotor, quer dizer fazer com que as crianças que entrassem desde o primário continuassem até a universidade, interessante!... Um dos grandes objetivos também foi esse!**

**Qual é o objetivo/missão que a universidade persegue? (ligar com a primeira resposta)**

**R:** Sim. Essa é ... essa foi a sua primeira ideia, bom ... subjaze nessa ideia nesse objetivo toda a sua trajetória na educação. Que ... bom eu penso que ...eu conheço muito de ... dessa área, porque, inclusive, eu fui ... eu elaborei ... elaborei não, organizei no ano 2000 as primeiras jornadas científicas do ensino particular, aí no EMEL ... aquilo foi uma coisa extraordinária, pelo Colégio, no ano 2000

**Quais os fins (lucrativos ou outros de cariz mais humanitário) que a criação da universidade tem em vista? (para as projeções futuras?)**

**R:** Bom ... Um dos fins básico é converter a universidade Gregório Semedo, numa universidade de elite. Nós estamos a trabalhar com a finalidade de ter professores de alta capacidade científica e pedagógica, sobretudo nós éhh...temos aqui ... anualmente o que se chama ... antes de iniciar o curso a semana pedagógica da universidade Gregório Semedo, onde trabalhamos só temas de didática do ensino superior, temos convidados que vêm, de ... inclusive nas primeiras jornadas tivemos convidados de Portugal, convidado do Brasil. Depois nas jornadas seguintes trabalhamos só sozinhos, depois as outras jornadas que terminou agora trabalhamos com os professores da UAN, sobretudo da faculdade de economia e de universidade e com os professores da universidade de Óscar Ribas, um seminário que ofereceu o ministério de ... ensino superior ciência e tecnologia e o objetivo é este preparar os professores com capacidade científica e pedagógica para fazer melhor sobre bases humanas não é ensinar por ensinar, não desenvolver um pensamento por desenvolver um pensamento é formar em princípios um homem com qualidades e valores humanos e sobre este homem sentar um cientista sentar um profissional. Estes são os objetivos básicos que nós temos, primeiro atendermos muito bem a problemática da formação harmónica e integral da personalidade do homem, do indivíduo e depois ... que estamos neste caminho vamos colocando neste indivíduo o germe do saber, o germe do conhecimento, para a partir do conhecimento desenvolver em função de tarefas, ... porque este projeto concebe a aula como uma atividade de estudo, nós não vemos a aula como uma processo para transmitir informação, para transmitir o conhecimento, não ... esta não é a nossa conceção, a nossa conceção está em que a aula é um local é um espaço, onde a partir da responsabilidade do docente que estrutura em função dos objetivos da aula preconizados no plano de estudo, porque não se pode trabalhar sem dar valor ao plano de estudo, o currículo, valorizando este currículo chega à aula, então o objetivo da disciplina é fazer com que o estudante se emerge também do seu objetivo que ele traça na aula e ambos combinados de acordo com o que se quer fazer começa a orientar as atividades que o estudante deve fazer, porque nós pensamos que o estudante do ensino superior deve ter uma participação muito mais ativa e ter uma atividade em percentagem com maior tempo que o docente, porque a melhor forma que o professor tem de controlar o estudo, a

aprendizagem do estudante, se o professor não é capaz em um momento determinado de ensinar ao estudante a pensar a partir da atividade, que o estudante saiba o que é identificar, que o estudante saiba o que é caracterizar, saiba o que é explicar, argumentar, se o estudante não sabe isso, ele não pode aprender por si só, porque o professor tem de ensinar em função disso, porque o professor tem de ser didático, o professor tem que ser didático na aula, e a didática implica que ele tem ...esta didática contemporânea que estamos a ver hoje, que estamos a ver hoje a todos os níveis de ensino, o professor deve ter a mesma performance, tem que ter uma grande preocupação e em princípio sentir-se ele mais humano para que possa dar a humanidade aos estudantes, porque quem não tem uma coisa não pode dar, não pode dar, então nós inculcamos isto, seguimos isto, temos isto presente independentemente da quantidade de hora que dedicamos as outras coisas, porque há muita coisa por fazer, mas esta é nossa tarefa fundamental, tarefa principal.

Do ponto de vista humanitário nós damos aos estudantes bolsa, daqui na universidade e as do Colégio, aqueles que têm mais dificuldade, aqueles que têm poucos recursos económicos, eu sou de opinião de que as diferenças são necessárias nesse mundo, são necessárias o mundo não pode viver se diferenças, se todos fossemos iguais, se aprendemos todos ao mesmo ritmo, epá eu não sei o que seria da humanidade, da sociedade, porque a sociedade tem determinados escalões e estes escalões são os marcam a diferença que nós temos que ter em consideração os indivíduos, os estudantes, as pessoas se superem, e veja que há aí os escalões mais acima vou lutar para chegar lá, essas são as diferenças do ser humano e logicamente nós temos que ter em consideração na hora do trabalho, das nossas ações, para tratar de puxar sempre aquele que mais distante está, não quer dizer que quem está adiante, adiante lhe vamos deixar que siga sozinho, não a estes vamos puxar também para que seja ainda maior, para que seja ainda melhor, embora o objetivo é puxar a todos e trabalhar com aquele que é mais humilde, com aquele que tem menos recursos económicos, isso é muito importante é um princípio que nós aplicamos tanto no colégio como aqui na universidade. O que acontece é que no ano letivo temos muitos bolsheiros da universidade, só aqui na universidade e não fora do país.

**Como caracteriza o tipo da sua instituição (familiar, empresarial, parceria internacional)? Justifique.**

R: Bom, bom ... se ... neste sentido eu não lhe posso definir que pertencemos a um grupo único no sentido de definir familiar, empresarial, parceria internacional, eu penso que aqui há um bocadinho de muita coisa, como por exemplo, no internacional nós temos convénio com a universidade do Minho, Portugal, universidade de São Paulo no Brasil, convénio aqui também nacional com outras universidades de intercâmbio e também pertencemos a uma organização que se chama ...The Internacional university network, que em África a única universidade que pertence a essa instituição de universidades somos nós, de África os únicos somos nós, embora nesta instituição há muitas universidades da América, da Europa, agora precisamente nos dias 21, 22, 23 de Abril haverá uma reunião de carácter geral em Catânia, em Itália, onde está a sede da instituição. Nesta instituição está a universidade de Havana, várias universidades Espanholas, várias universidades do Estados Unidos do Norte da América, várias universidades da América latina, da Argentina, do Panamá. Existe/há muitas, muitas universidades. Existe muitas parcerias. Mas para a criação não houve nenhuma parceria, a criação foi muito difícil, é o que desfrutamos hoje estas instalações foi um sonho que veio desde o ano de 2004, primeiro abriu como um instituto nas mediações da rádio nacional. Em 2004 quando começamos existia o Ministério da Educação, departamento de educação superior (...). Para a criação não houve nenhuma parceria ela foi fruto do esforço e do sacrifício do promotor. Depois na sua criação funcionava a *intelectus - formação e gestão* e para evitar uma série de constrangimentos ... do ponto de vista financeiros e do pessoal se faz mais complexo, então se passou a universidade para a empresa *intelectos*.

[No caso de parceria internacional] A parceria ainda se mantém ou não? Quais são as prioridades desta parceria em relação à instituição?

**A criação da universidade está ligada a uma empresa? Se sim, quando é que ela foi criada? O capital é estrangeiro ou nacional? Qual foi o capital inicial?**

R: Para a criação não houve nenhuma parceria ela foi fruto do esforço e do sacrifício do promotor. Depois na sua criação funcionava a *intelectus - formação e gestão* e para evitar uma série de constrangimentos ... por exemplo quando a universidade quer valer-se do ponto de vista financeiros e do pessoal se faz mais complexo, então se passou a universidade para a empresa *intelectus*. Aqui nunca houve capital estrangeiro, os estrangeiros são que têm levado capital daqui...da universidade (risos)

**Na sua perspetiva, qual a função de uma instituição de ensino superior/universidade privada?**

R: Uma universidade privada é uma parceira do Estado. Uma Universidade privada está sujeita a tutoria de um órgão que neste caso é o Ministério do Ensino Superior. Então este Ministério do Ensino Superior trabalha sobre a base das diretrizes do Estado do Governo ... do Governo ... então o que nos indica isto ...que nós somos parceiro do Ministério com a finalidade de cumprir os planos de desenvolvimento económico, social que o país tem, porque o Governo tem determinada responsabilidade e se atribui ... heehhh não se atribui responsabilidade se não a atividade de servir melhor a população, esta é a função do Governo servir melhor, o governo pensa nisso, tem especialistas nesta área, nós não somos especialistas dessa área, então o governo através da sua tutela que é Ministério Ensino Superior, nos orienta e com a independência que nós temos levamos adiante os planos, mas tem que se ter vocação, tem que se ter sentimentos e sentir amor, porque se não sentimentos amor por esta atividade isto não avança se no pensamento, na ideia do promotor estiver o lucro isto não avança ... e a universidade se perde ... como se tem perdido e como se está a perdendo já, precisamente por isso, porque o que o promotor quer é o retorno do capital investido ... e não é assim, porque quem investe na educação tem que pensar que o dinheiro vai ter o seu retorno, embora o mais importante, o que te vai dar a felicidade, porque cada um busca a sua felicidade na vida em diferentes lugares e nós buscamos na educação (risos)... a nossa felicidade é de saber que os estudantes todos os dias estão a aprender algo novo e estão a aprender connosco e que esta aprendizagem que ele está a fazer hoje lhe vai servir para amanhã aprender outra coisa, porque o objetivo básico é este ... ensinar a aprender ... a aprender, ensinar-lhe para que ele aprenda para que amanhã seja autónomo na sua aprendizagem.

**8. O que acha das novas decisões e exigências internacionais sobre a educação dos países em desenvolvimento, no âmbito da educação como um direito?**

R: Eu penso... eu estou no processo de ensino desde o anos de 1964, fui professor do primário, médio...Eu penso que a Unesco sempre se preocupou com a problemática da educação e ensino sempre historicamente. Hoje logicamente que a exigência tem que ser maior, porque vivemos num mundo praticamente polarizado, um mundo onde os interesses predominam sobre o valor humano, isso se passa em

praticamente em quase todos os países e onde lamentavelmente a pobreza e a fome estão aumentando, porque esta população que hoje tem fome e tem miséria ... nos sectores nos espaços as pessoas têm uma posição mais alta... onde a fome e pobreza as mulheres tem muitos (7,8) filhos, onde há riqueza têm 1 2 filhos ... isto nos vai dar a magnitude das projeções futuras, se nós não atacarmos este mal, logicamente que vai crescendo, crescendo e vai chegar um momento em que praticamente a percentagem de pessoas preparadas de pessoas do ponto de vista de mais utilidade na sociedade vai ser mínimo em relação com a pobreza e a fome, atacando isso é apostar na educação, pois vivemos na sociedade do conhecimento ... esta é a época do conhecimento. Está demonstrado que o conhecimento é superior ele tem muito mais valor ele é uma mais-valia que o dinheiro que o capital, o homem sem conhecimento não pode fazer capital, o homem que tem capital sem conhecimento perde o seu capital, então o que nos indica isto é que nós temos que desenvolver nos nossos países o capital humano e o capital humano se cria, se forma a partir do conhecimento, utilizando este conhecimento para desenvolver no indivíduo um pensamento, uma atividade cognitiva que seja capaz de leva-lo a desenvolver habilidades do pensamento lógico olhando em torno com a opção de ou ajuda ou perco, porque este é a situação que tem hoje o Banco Mundial e os grandes países desenvolvidos ou ajudas ou perces, porque a Europa esta a enfrentar hoje esta problema ... a imigração dos países africanos e da América que vão a Europa é muito alta os índices hoje são muito altos, porque as pessoas vão a procura do conhecimento, de um lugar onde estar e do bem-estar

#### **9. O que está na base da escolha dos cursos a oferecer pela instituição (interesse)?**

**R:** Na base da escolha dos cursos nós no momento atual quando os estudantes vêm para fazerem as inscrições para fazerem os seus exames de ingressos para matricularem-se nos nossos cursos que são ... nós temos aqui 4 faculdades ... nós temos uma equipa de docentes bem preparados que quando os estudantes chegam primeiro dirigem-se para esta sala onde estão estes professores que lhes dão a conhecer os nossos planos de estudos, explica-lhes as disciplinas que têm os cursos no 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos, que características tem cada uma dessas disciplinas que integra o currículo, qual é o nível de saída que tem se esta ou aquela área/ramo, quer dizer que o indivíduo que vem aqui ele vem com uma ideia de que quer inscrever-se, estudar ... mas em muitos casos ele vem já com uma ideia clara com uma informação já vinculada a área que ele deseja trabalhar no futuro desenvolver, isto se chama formação vocacional/profissional que existe em muitos países, ele vem já bem definida e perguntam sobre esta especialidade não é esta, mas sim esta que o professor falou, ou seja, já trabalham e pretendem aumentar os seus conhecimentos. Aqui temos um espaço onde orientamos os estudantes que querem estudar e isto logicamente que para nós é muito importante temos provas de que muitos estudantes matriculam-se numa especialidade e quando já estão no segundo semestre querem mudar de curso, isto passa-se não só cá, mas também noutros países quando o indivíduo não tem uma vocação profissional clara, então o que fizemos aqui é orientar os estudantes informando das características do curso as disciplinas e como funciona, esta questão é importante porque nós vemos que quando eles saem daí vão com outro rosto e dirigem-se para outra sala onde vão fazer as inscrições ...

#### **10. Porquê a criação de vários cursos num curto espaço de tempo?**

#### **11. Para a criação dos cursos tem em conta a procura por parte dos estudantes e/ou as necessidades do país e a demanda do mercado?**

**R:** Haaa ... Nós criamos os cursos em função das necessidades dos países em vias de desenvolvimento, os países emergentes primeiro antes de ... isto é muito simples, por exemplo nós para podermos industrializar o país a diferença do Japão que é um caso especial, o milagre japonês é uma coisa extraordinária... já na década de 60 se publicou um livro que fala sobre o milagre japonês, embora todos os demais países que seguiram a linha do campo socialista foram por exemplo o nacionalismo e está comprovado que o que realmente permite a sociedade ao indivíduo, ao crescimento da sociedade ... são em princípio aquelas especialidades que são indispensáveis para a convivência social, são indispensáveis organizações social, e isto foi o que nos motivou, o que nos levou a começar primeiro com a Engenharia Informática, porque hoje é indispensável a informática para o desenvolvimento socioeconómico, sem informática não se pode fazer nada, nós queríamos criar também ter um curso de Telecomunicações e Instrumentação e Controlo, embora não havia condições para isso, porque se nós por exemplo criarmos uma especialidade de Telecomunicações e Instrumentação e Controlo, onde vão trabalhar os nossos graduados se não existem fábricas, então vamos criar condições para organizar a empresa, para trabalhar a empresa e então depois a partir daí mais adiante ir passando para outra especialidade. Se criou a esta instituição em princípio nunca pensamos que queríamos ter mais de 6 ou 7 mil estudantes, nunca e mesmo fazíamos este projeto para 8 mil estudantes para ser uma universidade de elite que é o objetivo básico nosso, embora isto vai passar alguns anos porque independentemente do *boom* tão grande que há de necessidade de estudar no ensino superior, há um boom extraordinário éhhhh... a qualidade de ensino vai demorar um pouco mais, porque a qualidade de ensino vai ser um problema de sentimento humano, de indivíduo que vê o ensino como sua vocação que sintam amor pelo próximo e que goste de ver que como o que você ensinou hoje ele é capaz de aplicar amanhã e como é que este indivíduo depois sozinho que você ensinou foi aplicando e vai aprendendo de forma autónoma, para experimentarmos esta sensação no educar no docente vai demorar muito a qualidade do ensino, o processo de ensino/aprendizagem vai ser cada dia mais lento, porquê porque há um crescimento, há uma demanda muito grande, embora não temos professores para enfrentar esta grande tarefa, então por outra parte você não pode limitar esse ensino porque tem que esperar, porque a demanda é grande, o que é que temos que fazer é preparar os professores trabalhar com eles neste sentido. Para criação dos cursos tivemos em conta está procura, está demanda, porque fomos na lógica que nos indicava que era necessário primeiro criar juristas, porque onde há duas pessoas temos que pensar na existência das leis, onde há 5 e mais ainda mais e onde há um coletivo ainda mais a lei tem que imperar tem que haver juristas é necessário é muito importante tem que haver aquelas pessoas que preparar, organizar a empresa, tem que haver aquelas pessoas que saibam como vai manejar e indicar a superação dos trabalhadores que são os recursos humanos. Temos que ver também o processo de criação da nova empresa, o marketing, então precisamente nós temos como cursos fortes curso de licenciatura em Gestão e Recursos Humanos que é o maior e depois está a seguir no mesmo espaço o curso de licenciatura de Gestão e Organização de Empresa, estes são os cursos mais procurados, porque são cursos que permite por exemplo os estudantes trabalharem em Bancos, trabalharem em todas as empresas que estão sendo criadas no país e hoje

estas empresas...geralmente em qualquer banco que eu for encontro sempre um alunos meu que foram meus alunos no ISPra e aqui na UGS ... está a ver ... então estes cursos foram selecionados de acordo com as necessidades, de acordo com a demanda e o desenvolvimento do país, então o que falta agora... bom faz falta agora um desenvolvimento forte na agricultura para poder começar a industrializar a agricultura os produtos agrícolas...começar a industrializar... pensar na agricultura e no gado, nas aves ... nos produtos avícolas também ... aqui no Kwanza Norte vários empresários estão a desenvolver a área da agricultura, cá na universidade ainda não temos cursos nesta área ...estamos é a pensar em criar

**12. Na sua opinião, os cursos têm estado a responder às expectativas dos estudantes?**

**R:** Sim. Como não ...como não... nós temos inclusive estudantes que começaram no ano de 2004, 2005, 2006, 2007 que por razões económicas ou de outra índole deixaram a universidade...deixaram o curso e regressaram no ano seguinte ou passaram 2 anos e continuam no mesmo curso ... no mesmo curso, porque vêem o curso como de utilidade para a sociedade. Nós temos já neste momento ... graduados cerca de 1.500 mil estudantes graduados, desde a criação da universidade. Isto de satisfação já esta um pouco mais ... penso que é o lado mais triste, não só a nossa instituição como quase todas as instituições de ensino superior do mundo inteiro, a não ser as grandes universidades que utilizam os estudantes já desde o primeiro ano e começam a preparar no 2.º ano, estes estudantes eles começam já numa equipa de investigação para a sociedade ...estudam mais já fazem parte de uma equipa de investigação desde o 2.º ano. E isto lhes dá uma grande vantagem porque estão no campo investigativo. O ensino não se separa tanto da ciência e o problema que temos hoje da insatisfação e está insatisfação passa-se precisamente pela qualidade de docentes que nós temos hoje que cada dia mais nós vamos deixando a distância entre a ciência e o ensino da ciência na universidade e está se fazendo maior ... esta distância se faz maior pelo aumento do conhecimento científico e tecnológico que não se vê na universidade a universidade não renova o seu plano de estudo com a frequência que se deve fazer e neste sentido o Ministério também é um pouco lento porque não tem pessoal ... não tem pessoal para lidar ... para ver como estão os cursos ... e a universidade cada dia se alega mais porque existe e sempre existiu uma distancia entre a investigação científica, a ciência e a universidade ... o que está a fazer a Ciência hoje e o que a universidade esta a ensinar hoje e essa distância é que cria o sentimento de insatisfação muitas vezes em alguns estudantes, porque a universidade ensina uma coisa e quando vai para o mercado de trabalho ele vê que não há uma conexão do conhecimento adquirido com o que se pede no trabalho, ou seja sente-se que está atrasado em função de como vai a ciência e como vai a universidade. Hoje as empresas pegam nestes estudantes e põem a fazer cursos para se superarem 15 dias ou um mês...faz uma outra, ou seja vão dirigindo de acordo com os interesses deles ...das instituições, da empresa ...

**13. E até que ponto, do seu ponto de vista, satisfazem as expectativas das famílias, do mundo empresarial e produtivo?**

**14. Acredita que o ensino superior é o grande paradigma para o desenvolvimento país?**

**R:** Sim como não! Sem ensino superior não vamos a lugar nenhum (risos) ...de certeza absoluta ... se não tivermos um ensino superior forte ... e nós não podemos demorar muito em fortalecê-la, porque se demorarmos em fortalece-las mais depressa vão aparecer as coisas más ... os males vão ser maiores, portanto se há profissionais, se não há doutores ... esses doutores que sabem que têm que investigar nas diferentes áreas que é produto do ensino superior o país! ... Por muito rico que seja não avança, porque temos que prepara primeiro o nosso homem, porque não podemos trazer constantemente estrangeiros para trabalhar cá ...

**15. Qual é a sua opinião sobre a expansão das instituições de ensino superior privadas em Angola (pontos fortes e fracos)?**

**R:** Eu penso que está expansão é muito boa, temos é que ter o controlo da qualidade do professor, do docente para que sirva melhor a sociedade, para sirva melhor os interesses das universidades este é um elemento importantíssimo, não se pode fechar ... dizer a universidade não ... não abra tem que se deixar que ela abra dando atenção a que melhor pelo caminho como bem dizia a sua excelência Vice-Presidente da República no ato de abertura do ano académico 2013, no Soio...ele dizia que hoje não bastava ser bom ... não basta ser bom a que ser excelente e nós cá lutamos pela excelência universitária, estamos lutando neste sentido ... sabemos que não é suficiente, mas a suficiência se alcança sendo excelente (risos) ...

**16. Quais os principais motivos para esta expansão?**

**R:** Eu penso que em muitos casos é económico ...nesta área é económico, porque o país hoje está numa situação que é vivida por todos nós é um país que está num crescimento económico muito grande as pessoas não podem levar o seu capital para o exterior não pode, o Estado não permite ... tudo isso está bem controlado desde 2008 para cá ... e temos que investir aqui mesmo e isto é bom, tem que se investir, agora tem que se fazer um investimento com consciência de causa e não pelo lucro constantemente, o lucro não é o que realmente dá na pessoa satisfação, o lucro é capital e o que da uma satisfação é o conhecimento que seja capaz de fazer o benefício social isto é o que nós ensinamos aqui e preconizamos aqui com os nossos estudantes o dinheiro não é o mais importante, é verdade que você tem que pagar uma propina e não pagar não pode estudar, embora o dinheiro você consegue, mas o conhecimento não vais ter porque hoje o conhecimento se adquire sob a base orientadora e quem está capacitado para orientar para que você adquira os conhecimentos são as instituições educativas a todos os níveis e isto logicamente é um handicap que temos para que as pessoas que temos para que as pessoas pensem um bocado mais e que a felicidade não está no capital, no dinheiro que você tem e explica-se isso aos estudantes, porque isto são investigadores que são feitos já a muitos anos que o homem mais feliz não o que mais dinheiro tem, mais bonito é o homem mais feliz é aquele mais inteligente e mais educado este é o homem mais feliz não é o dinheiro que faz a felicidade...

**17. Qual o papel do ensino superior privado na democratização do acesso ao ensino superior em Angola?**

**R:** Bem aí do ponto de vista da democratização do acesso ao ensino participamos todos, tanto o ensino privado como o ensino estatal isto sim é uma aula de democratização todo o mundo tem acesso, agora o que acontece é em função das capacidades hoje a mais universidades privadas no país do que antes, hoje as universidades privadas têm mais estudantes, tem mais estudantes que nas universidades estatais, quer dizer que estamos a fazer um esforço aí mancomunado, vamos juntos avançando neste processo, porque realmente o Estado não pode assumir a responsabilidade total do ensino, da educação não é possível ele tem que ter um parceiro é indispensável e mais num país como este em que todo o mundo quer estudar, aqui todo mundo quer estudar ...temos aqui estudantes taxistas são aqueles que assim que terminam de conduzir esta luta que tem no seu dia-dia vêm para aqui estudar, têm outra visão, têm outra interpretar a vida, porque o homem tem que saber interpretar a vida o que é vida que é muito curta é muito curta eu me queixo disso todos os dias (risos) ...

**Qual (ias) a (s) finalidade (s) do exame de admissão?**

**R:** Nós fizemos exame de admissão, como não? Nós sempre todos anos temos um grupo de estudante não muito grande, porque não queremos que as pessoas que queiram estudar fiquem fora do sistema de ensino, embora sempre há aqueles que tiram 1, 2 e 3 que não entram na universidade ... que ficam fora e dizemos/aconselhamos tens que fortalecer-se um pouco mais para o próximo ano letivo, porque este ano ficaste muito fraco e assim não pode, porque com esta fraqueza há um resultado e é muito simples ... o estudante que entra com 2 e 3 no exame de acesso ... está na universidade 2 meses ou 3 meses, porque depois desiste ... tem que desistir porque não aquece ... não resiste, não aquece não resiste, se eu sei que mesmo passando aqui mais de 2 ou 3 meses e não consegue fica traumatizado, então em princípio e para que ganhe valor dizemos não estas preparado é melhor preparar-se para que possas resistir no outro ano letivo que é forte, porque no ensino superior a diferença com os outros ensinos é um nível onde o volume de conteúdo de ensino é muito amplo, onde ele tem que vir com uma série de habilidade e pensamento lógico e não vem com ela ... ele não sabe identificar, não sabe argumentar, não sabe comparar, não explicar e entram na universidade ... ele não sabe nem escrever ... então entraram e passados poucos meses desistem ...

**Qual a sua opinião sobre a ampliação da oferta de vagas?**

**R:** Nós temos capacidade no momento atual para 8 mil estudantes ainda não chegamos lá. Nós na oferta de vagas neste momento temos aproximadamente 2 mil e uns quantos estudantes mais para começar este ano letivo, mas os outros estudantes porque os nossos cursos são de 4 anos a diferença de outras universidades, mais os estudantes do 2.º, 3.º e 4.º anos tudo isso faz um total de aproximadamente 6 mil estudantes está crescendo este número, 6 mil e bocadinho mais. E a nossa preocupação esta em melhorar cada dia mais as condições de estudo na universidade, não ampliar mais a capacidade não, o nosso objetivo não é ampliar mais a capacidade mas sim de criar melhores condições de estudo, melhores condições de aprendizagem e diversificar com a tecnologia de aprendizagem que temos hoje a atividade do estudante em todos os cantos da universidade, todo aqueles espaços que o estudante pode utilizar para aprender e desenvolver o seu *intelectos* essa é a nossa via, nós temos 10 laboratórios ... 10 laboratórios entre de informática que é a maioria e uma sala de audiência onde se faz as simulações, por exemplo do curso de direito ...

**Como é que a Universidade/IES define as vagas?**

**R:** A universidade define as suas vagas através da criação de melhores condições de estudo, melhores condições de aprendizagem e diversificação da tecnologia de aprendizagem, a nossa preocupação esta em melhorar cada dia mais as condições de estudo na universidade para os estudantes ...

**A oferta de vagas estabelecidas tem sido preenchida pela procura dos candidatos?**

**R:** Não. Nem sempre se preenche todo, por essa razão eu dizia que nós estamos a trabalhar no nosso pessoal, no nosso professor para que seja em tempo integral a nossa luta é ter mais professor a tempo integral, porque tendo mais professor a tempo integral nós podemos personalizar um bocado mais a aprendizagem, porque nós colocamos no centro a aprendizagem, tudo o que nós fazemos para ensinar são questões de acessórios, porque a nós o que nos interessa é o resultado qual é o resultado do que o estudante aprendeu, qual é o resultado que a avaliação viu que ele é capaz e autónomo no seu pensamento em fazer isto, isto e isto ...

Qual é a dificuldade em ter um corpo docente efetivo - é um problema social isto é social, porquê por que por exemplo, um professor em exclusividade estaria aqui conosco 8 horas diários e se dedicaria a trabalhar só para nós e teria um salário de 3 mil 3 mil e tal dólares um professor que não é exclusivo que é cooperante o que acontece com ele converte-se num turbo docente que aqui ali e ali, embora no fim do mês ganha 5 mil ou 6 mil dólares, embora ele não se dá conta dos prejuízos que isso trás para a sua saúde e nem tão pouco vê que ele está a receber um salário no período que dá aulas, enquanto como exclusivo ele recebe salário todo o ano e o decimo terceiro mês, ele não dá conta disso se ele se desse saberiam o prejuízo que trás para ele mesmo para a sua saúde se eles se dessem conta talvez tivessem um pouco de pensamento mais para os estudantes, porque eles sabem bem que eles não estão muito bem preparados vêm muitas vezes aqui falam um pouco com os estudantes e assinam o livro do ponto e se vão embora ...e aqui temos muitos problemas como há em outras universidades ...

**Quais as estratégias que a universidade tem adotado para divulgar informação das vagas disponíveis?**

**R:** Não. Não ... nós não temos feitos ... já a três anos que não fizemos propaganda nem na rádio, nem na televisão, não ... não ... nós não já utilizámos isso, nós já praticamente somos uma marca na sociedade (risos) ...

**Considera que a instituição tem em conta as três dimensões da universidade (ensino, pesquisa e extensão) ou é um espaço voltado somente para o ensino?**

**R:** Não, ainda não. Nós ainda não estamos na plenitude disso ... nós estamos a fazer algo ... coisa de individualidade, por exemplo, eu para poder apresentar os trabalhos anualmente científicos que levo aos diferentes eventos, por exemplo levei um trabalho nos Estados Unidos, levei um trabalho no Panamá, levei um trabalho a Cuba, levei um trabalho na Argentina ... científico de investigação sobre a problemática do ambiente e nisso eu desenvolvo fundamentalmente o amor ao ambiente, a aprendizagem e cuidados do ambiente que tem que ter o ser humano no Colégio Gregório Semedo...

Hoje os nossos professores estão mais preocupados com o ensino e não com a investigação, não ... porque investigação encerra uma coisa ...por exemplo, vamos falar mais corretamente isto, a característica que deve ter um investigador é muito difícil criar em todos os estudantes e em todos os professores nem todo mundo pode investigar, investigar tem uma serie de qualidades que nem todos os seres

humanos podem desenvolver e daí que existe poucos investigadores como na antiguidade os que investigavam eram também muito poucos, a partir do século 9 10 e 11 desta era que aparece as universidades no velho continente é que se inicia realmente o que é a investigação, porque naquela época os que investigavam eram contadinhos e o ensino era muito fraco também era um ensino dogmático, eclesiástico ... Porque não temos cá exemplos, não temos o que é a preparação metodológica, tem que haver uma preparação metodológica, não temos aqui esta diferença entre os seres humanos e isto faz com haja melhoria o reconhecimento dos professores e muitos não respeitam princípios educacionais existe muitos professores mais mal-educados do que os próprios estudantes que tem na sala de aulas e isto é um problema sério e como se resolve isso é a medida que a universidade vai tendo professores exclusivos e estes vão fazendo atividades metodológicas ... para o seu próprio crescimento, para melhorar o ensino e para melhorar a aprendizagem ...

**Existem mecanismos de acompanhamento das trajetórias académicas dos estudantes? [Se sim, quais? / Se não, porquê?]**

**R:** Isto são as faculdades, são eles que realmente se ocupam de incentivar o estudo, nós orientamos, nós preparamos cá as questões e trabalhamos para as faculdades e a faculdade se ocupa de executar e quando têm alguns aspetos gnosiológico interessante trazem para o diretor da faculdade, ao decano e ao conselho de direção ...

**O que pensa da aposta na formação contínua dos docentes?**

**R:** É necessário ... se não se apostar continuamente na formação dos professores na sua superação e sobretudo desenvolver nele esse sentimento não vamos resolver nada ...

**Tendo em conta a utilização de novas tecnologias aplicadas ao ensino, qual tem sido a política da instituição para favorecer aos estudantes a conexão com a sociedade do conhecimento?**

**R:** Temos laboratórios ... laboratórios de informática temos muitos, neste momento penso que a partir deste ano letivo começa a funcionar aqui a internet em todas as salas e em todos os espaços os estudantes tem *internet Windows*... isto está criado em condições ambientais de maneira a fazer com que eles se sentam aqui na universidade com os seus computadores em qualquer parte e com a internet e podem dar solução aos seus problemas ...

**Como se processa o recrutamento dos docentes? Existem mais professores a tempo inteiro ou a tempo parcial?**

**R:** Os docentes vêm cá com o currículo ... a maioria dos professores aqui estão em tempo parcial ... a maioria, aqui lamentavelmente não temos esta sorte, porque também isto é muito oneroso, por exemplo falar com o professor e convencer aquele que ganha 5 mil e dizer vais ganhar 3 mil, mais este 3 mil vou te dar todos os meses e multiplica por 13 e multiplica os teus 5 mil não por 10 meses, mas sim por 7 quanto mais ou 6 meses e vê quanto terás por ano ... mas eles não se dão conta disso ... para o recrutamento eles trazem o seu currículo solicitando uma vaga numa determinada especialidade depois se analisa na faculdade e juntamente o chefe de departamento e convoca-se o professor ... não sei se se faz um teste...se fizer o teste e de acordo com o resultado trabalha ou não trabalha ...

**Qual o perfil dos estudantes da instituição (finalistas do ensino médio/trabalhadores-estudantes)?**

**R:** A proveniência ... aqui no momento atual os estudantes que mais entram são de proveniência do pré-universitário, temos muitos estudantes todos os anos que vêm transferidos de outras universidades ... temos ... não temos uma estatística que me pode ajudar a afirmar ... a maioria são do pré-universitário ... se nós observarmos/valorizarmos o universo de entrada a maioria são trabalhadores, porque à noite é onde temos mais estudantes

**Tendo presente o investimento financeiro que a frequência académica exige, como perceciona a relação da universidade com as famílias?**

**R:** Nós demos bolsa inclusive aqueles estudantes ... por exemplo neste momento desde o ano passado que o Magnífico Reitor retirou do pagamento das multas para todos daqueles estudantes que deviam muito, desde 2009 até 2004, todos que deviam muito, porque se atrasavam no pagamento não têm que pagar mais ... então não irão pagar mais ... esta é uma forma de incentivar e dar oportunidade aos estudantes para não pagarem as propinas ... é um esforço e sobretudo ajuda que a universidade faz para ajudar as famílias com baixo rendimento ...

**Tem conhecimento de estudantes oriundos de famílias com baixo rendimento e que fazem um grande esforço para manterem os seus filhos nesta instituição?**

**[Se sim] O que é que a universidade tem feito para ajudar os alunos destas famílias?**

**Apesar dos constrangimentos financeiros, considera que a procura por parte das famílias/estudantes tem aumentado, diminuído ou estagnou?**

**R:** Tem aumentado a procura ... aumenta todos os anos vêm muitas pessoas que querem estudar, primeiro porque muitas pessoas se empregam em determinados empregos que são muitos simples que lhe paga 400 usd, 500 usd e ele não se conforma com isto ... então busca uma forma de combinar o seu horário para continuar a estudar no período noturno com esse mínimo salário que recebe mesmo assim estuda, nós vemos isso aqui os nossos funcionários que ganham 400/500USD e estão a estudar na universidade aqui e noutras... porque ele sabe que a formação é indispensável, porque o que ele investe agora vai ter o retorno.

## **PROTOCOLO DE ENTREVISTA REALIZADA AO VICE-REITOR DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (B)**

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Vice-reitor para a área académica: Universidade Independente de Angola**

Sou vice-reitor para área académica aqui na unia. Fiz Licenciatura no Brasil. Depois Portugal como Adido Cultural na Embaixada de Angola, Fiz estudos superiores escolarizados e depois fiz o mestrado e doutoramento na Universidade Aberta em Ciências da Educação. Sou assessor do Ministro da Educação. Abrimos a Faculdade das Ciências da Educação aqui na Universidade

## 1. Os interesses/motivos em abrir a universidade Privada que preside/administra?

**R:** Eu penso que, de um modo geral, a maior parte das universidades privadas surgem com a privatização do próprio ensino em Angola em 1991, é tudo um processo ... há um processo de democratização de abertura ao mercado que se faz numa determinada altura a partir de 91 e o decreto do ensino privado que aparece em Angola em 1991 ... é no espírito disso que começa aparecer a iniciativa privada, não havia iniciativa privada em Angola de nada, quer dizer não havia era tudo o Estado, vivia-se numa economia estatizada ... tudo era do Estado e a iniciativa privada praticamente oficialmente começa em 1991 para tudo as rádios até algumas rádios privadas inclusivamente a católica é inclusivamente em 91 que também se devolve as instituições da Igreja. Portanto, nós sabemos desde o São José do Cluny, os Seminários estava tudo ... tinha passado tudo para a mão do Estado ..., portanto a partir de 91 a liberdade de imprensa, os jornais ... portanto a educação entra nessa linha de 91 para frente com os diferentes decretos que foram aparecendo com a abertura do Estado a economia privada e a abertura democratização. Portanto, a democratização e a iniciativa privada aparece, agora eu vejo hoje em dia que que as universidades privadas tal como outras escolas e todas as instituições privadas de ensino são parceiras do Estado ... são parceiras naturais do Estado, são parceiras do Estado porque têm algumas obrigações a cumprir, não é verdade, do ponto de vista de um Ministério de que dependem ou do Ministério da Educação ou do Ministério do Ensino Superior e a partir daí elas passam a ser uma forma de resolver a demanda ... a questão da demanda, portanto a Universidade Agostinho Neto (UAN) era uma única universidade que havia na altura e ainda por cima era uma universidade com faculdades espalhadas, por exemplo a de Educação estava no Lubango, a de Agronomia e a de Veterinária estavam no Huambo e portanto, petróleos que nem chegavam a ser o ensino superior estava no Kwanza Sul, estava tudo espalhado eram faculdades espalhadas, a UAN acabou por ficar só em Luanda e a abertura as regiões académicas e há portanto a resposta num país que maior parte da população é jovem, nós temos portanto 55% da população tem menos de 18 anos, num país onde a maioria da população é iletrada, que nós sabemos que realmente por razões de ordem histórica e do ponto de vista colonial, mais também com as dificuldades da guerra ... e portanto só a partir de 91 é que começa haver as primeiras iniciativas com a universidade católica, deverá ter sido a primeira depois de ter recuperado... e portanto depois começaram a surgir outras esta (UNIA), por exemplo, só tem 8 anos. E portanto isto porque faz parte das grandes necessidades que nós estamos a sair da era da industrialização para entrarmos na era do conhecimento. Nós estamos efetivamente ... hoje em dia a maior riqueza de um país está na riqueza dos seus recursos humanos e não na riqueza das suas matérias primas, porque e depois se haver técnicos que trabalhem estas matérias primas para a industrialização elas acabam nas mãos das multinacionais que ... Então o que me parece que é importante aí é que o papel que a universidade hoje joga como parceira do Estado é no sentido do desenvolvimento mais acelerado possível dos recursos humanos, porque isso é dá juntamente a autonomia política ... também alguma independência económica, não é? porque os países valem por isso, não é? E crescem dentro dessa base, porque é com o progresso e crescimento económico que se pode dar resposta ao progresso social, não é? Portanto a acumulação de dinheiro para dar resposta as preocupações da saúde, da educação, da habitação ... todo esse lado social responde por isso. Ora o défice dos recursos humanos em Angola é conhecido, porque o país é de dimensões continentais ... Angola é quase do tamanho da Europa Ocidental e ... tem uma população jovem e muito pequena, onde a maior parte dos encargos recai sobre uma população economicamente ativa que ainda é pequena, portanto tem muitos encargos aí, e ainda por cima uma população que cresce quase 3% ao ano. Ora, neste momento portanto o desenvolvimento do país só se pode garantir com recursos humanos e ademais essa formação dos recursos humanos que eu vejo e as respostas as necessidades do que está estipulado como agora aparece na estratégia de desenvolvimento humano e do plano, do plano nacional de formação de quadros que é preciso dar respostas para encurtar, portanto estes lugares tão baixos que nós ainda estamos a nível do desenvolvimento humano ... pelos relatórios do PND que nós temos que estamos realmente ... portanto só podemos subir 3 lugares mais só podemos subir mais com o desenvolvimento dos recursos humanos. Agora claro que esse desenvolvimento dos recursos humanos passa também pela qualidade dos recursos humanos, não é só por um tipo de formação voltada apenas para as preocupações de certificação, mas também para que essa certificação esteja o mais possível aliada a competência, esse é o grande desafio, por que se não o Estado passa a pagar duas vezes pelo mesmo serviço ... paga pelo angolano que depois embora esteja certificado não faz ou não sabe fazer e pelo o estrangeiro que tem que vir fazer o trabalho, não é verdade e então o mesmo serviço acaba por custar duas vezes mais ...

## 2. Qual é o objetivo/missão que a universidade persegue?

**R:** Neste momento é está ... portanto formar para o mercado de trabalho haaa... os recursos humanos de acordo com a estratégia nacional de formação de quadros que o próprio Estado, nomeadamente o Governo não é verdade e o executivo declarou, portanto precisamos para o projeto para 2020 um número significativo de quadros dentro de determinadas áreas o que a universidade procura fazer é ... cobrir as necessidades dos cursos para o qual o Estado faz apelo na medida do possível fortalecendo, por outro lado, cada vez melhor e melhorando a qualidade dos cursos que já tem. Ora, em 8 anos não tem muitos, não é verdade, mas por exemplo a base no meu entender está muito na formação do próprio professor, a estratégia da qualidade de desenvolvimento passa pelo professor, então nós criamos agora aqui uma Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação ... a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, porque nos parece que nós temos que apostar no professor e essa mesma faculdade não vai só formar professores para fora mas também professores para dentro como essa mesma faculdade terá que capacitar pedagogicamente os professores que já temos e que foram recrutados muitas vezes sem a necessária formação pedagógica ... podem ter o saber, mas há três dimensões que eles têm ter: saber, saber fazer e saber situar-se e nós normalmente temos estes problemas de um modo geral nas universidades todas quer particulares quer pelo Estado pela falta gritante que nós tínhamos de professores, alguns têm o saber, alguns têm o saber certificado que nós nem sempre sabemos se é de qualidade ou não, o saber fazer em termos de programas de conteúdo de aulas que são lecionadas nós pomos dúvidas, porque tudo isso passa por uma formação, havia muito este espírito de que o professor do ensino superior não precisava de formação ... hoje em dia a própria UNESCO recomenda de que há uma pedagogia do ensino superior, e portanto no âmbito do ensino superior nós temos que capacitar os próprios professores ... eu ouço as vezes disparates haaa ... a minha aulas são conferências ... conferências não são aulas ... outros acham que a aula dele é ele ser *how man show* quer dizer fala sozinho durante duas horas não há participação... outros não sabem bem como avaliar, realmente ... muitas vezes o professor não é um professor é um facilitador e nós temos que transformar alguns dos facilitadores em verdadeiros professores, porque a profissão de professor é uma profissão tal como ...hoohoo ... costume dizer várias vezes, quer dizer se a gente vir o kimbanda, embora possa resolver alguns problemas de saúde de algumas pessoas, mas não é um médico ... agora nós temos muitos kimbandas na educação (risos) ... então temos que transformar alguns destes kimbandas em verdadeiros professores ...

## 3. Quais os fins (lucrativos ou outros de cariz mais humanitário) que a criação da universidade tem em vista?

**R:** Bom ... haaa ... em 8 anos normalmente o que se tem estado a fazer é ainda apostar no crescimento, do ponto de vista humanitário há algumas atividades que são desenvolvidas fracas como ... há aqui uma pirâmide do leite que se tem dado no natal ... a partir de uma

determinada altura junta-se o leite ... faz-se uma pirâmide grande as pessoas vão oferecendo leite e este leite depois são dadas a instituições e as pessoas idosas, a crianças, e portanto esta é a iniciativa mais visível que nós temos estado a levar a cabo, não é ?, mas também ... haaa ... não diretamente a universidade, por exemplo, mas do PCA e eu próprio estamos ligados a um projeto chamado Projeto Prótese NIDE Angola que é o NIDE dos empresários tem uma preocupação que é de apoiar eventuais crianças mutiladas da guerra com traumas físicos ou mentais e adolescentes para fazer a inclusão deles ou nas escolas ou em locais de trabalho e este projeto que na altura que era de iniciativa do INIDE Angola do qual sou presidente do sub-comité cultura, visa unir o lado cultural a esse lado humanitário ... haha ... e onde nós procuramos juntar os artistas que tocam gratuitamente e os pintores oferecem os quadros que são leiloados e tudo isso reverte-se através de uma ligação que fizemos com uma empresa alemã para colhemos pelo menos todos os anos uma ou duas pessoas com aquele dinheiro irem Alemanha fazer o tratamento e virem com uma prótese e depois inclui-los. Ora, nesse projeto prótese tem estado ligado, portanto do ponto de vista cultural o nosso PCA e eu próprio, não é uma iniciativa da universidade como tal, porque também a estrutura pediu as pessoas, mas quer o PCA está lá no nide Angola que portanto é uma tass force do próprio Governo, face apresentação também mais de negócios, mas que tem essa componente de solidariedade. E eu preferi transformar a cultura numa cultura de solidariedade ... os músicos normalmente há a ideia de que o músico é um bandalho, um bêbado é um indivíduo que só anda a arranjar mulheres ou então só gosta de ser um vaidoso ou um bom vivam, e então a esta imagem do músico eu procurei como músico também procurei dar uma imagem diferente ... que a cultura que normalmente é essa que se espelha tem também o seu lado importante, eu não sou empresário estou numa organização de empresários portanto escolheram-me, mas é através dos pintores e dos músicos que eu chamo que fazem os seus espetáculos de graça e dos pintores que eu que vendem os seus quadros e o dinheiro que ganham é revertido diretamente para o projeto prótese e com esses dinheiro há uma conta do projeto prótese e todos os anos quando temos dinheiro suficiente escolhemos a criança, o adolescente, o idoso ou eventualmente adultos que possam beneficiar quase como se fosse de uma bolsa de saúde ... temos uma médica que faz a avaliação... e quando vem vem com uma prótese ... isto para levantar a autoestima das pessoas ... a guerra acabou a 10/11 anos, mas para estas pessoas que ficaram sem um braço, sem uma perna a guerra não acabou e a melhor forma de minimizar este sofrimento a sua baixa autoestima e facilitar a sua inserção no trabalho e minimizar o seu sofrimento viabilizando uma melhor deslocação levantando o seu baixo sentido de autoestima ...

#### **4. Como caracteriza o tipo da sua instituição (familiar, empresarial, parceria internacional)?**

**R:** Olha eu penso que é empresarial, não é bem familiar quer dizer, embora há pessoas que têm ligação de família que estão aqui necessariamente, por exemplo o Reitor que é irmão, a filha, mas não é esse espírito, porque os outros sócios não são da família. Mas como universidade é uma universidade portanto que rege por princípios ligados ao empresariado privado e funciona dentro das regras ... portanto cobra as propinas e a responsabilidade que nós queremos é o compromisso com o conhecimento ... nosso compromisso com os alunos é com o conhecimento ... eles pagam para terem esse conhecimento e nós através dos professores com a qualidade dos professores procuramos que eles tenham o melhor conhecimento possível, porque é mais tarde no mercado de trabalho que esta universidade pode ganhar nome e pode competir com outras universidades e sobreviver, não é verdadeira? de acordo com essa iniciativa privada que existe, porque não pode haver outro tipo de compromisso com o aluno a não ser com o conhecimento, embora nós sabemos que as vezes não é fácil aqui, porque por algumas razões nós temos alguns professores que não sabem ... e outros que não sabem estar, quer dizer que o perfil do professor deve ser exigido dentro de uma instituição de formação, mas que também é uma instituição de educação e esse é o problema, portanto e este tem sido pelo menos aqui eu como vice reitor para área académica é a preocupação que temos que ter com os nossos alunos e a relação que temos com os nossos professores ... portanto, académica é conhecimento é saber ... e o mais possível procuramos ligar agora, a partir de agora com o vice reitor para a área científica ligar a formação a investigação, porque eu entendo que um professor universitário que não escreva um professor universitário que não faça sequer a sua sebenta, que não leia ... que não tenha ... não desenvolve inovação e conhecimento... portanto isso não universidade será um secundário melhorado (risos) ... Nós não temos parceria internacional, nós pertencemos a ULP e somos membro da atual administração da ULP ...

#### **5. [No caso de parceria internacional] A parceria ainda se mantém ou não? Quais são as prioridades desta parceria em relação à instituição?**

#### **6. A criação da universidade está ligada a uma empresa? Se sim, quando é qual ela foi criada? O capital é estrangeiro ou nacional? Qual foi o capital inicial?**

**R:** Sim. É a DEA – Desenvolvimento de Educação de Angola no qual o PCA (Presidente do Conselho de Administração) é o ex-ministro da educação, António Burity da Silva ...

#### **7. Na sua perspetiva, qual a função de uma instituição de ensino superior/universidade privada?**

**R:** Eu penso que qualquer instituição a função deveria ser essencialmente ... há uns anos atrás era essencialmente investigar, inovar, porque a nível de uma universidade de ensino superior se não houver preocupações de investigação não há inovação de conhecimento, vamos repetindo os conhecimentos, então os conhecimentos passam a ser escolásticos. A universidade deve produzir conhecimento novo, deve estar ligada com a sociedade mais próxima ... aqui com o meio onde está inserida e interagir com ela... deve proporcionar o desenvolvimento dessa mesma comunidade o mais possível onde está inserida, mas hoje em dia com os novos exigências do mercado de trabalho, a formação a nível superior também acaba por voltar está voltada para o mercado de trabalho. Então há preocupações de formação para o mercado de trabalho, porque o mercados de trabalho exige, mas tem também de começar haver e não há de um modo geral ainda, ainda é pouco visível, por falta de bibliotecas, por falta de trabalhos de investigação suficiente de campo, trabalho de campo, isso porque tudo isso envolve outros custos, não é o trabalho de laboratórios, mas também algum trabalho de campo terá de ser feito para que haja conhecimento novo ... portanto a universidade em si é um produtor de conhecimento e um produtor de inovação, ao mesmo tempo que liga essa inovação e esse conhecimento à formação das pessoas, portanto as pessoas formam-se para o mercado de trabalho, mas também a universidade através da parte científica deve produzir um novo conhecimento novo e deve investigar deve proporcionar a investigação, deve levantar portanto, preocupações constantes da resolução dos problemas ... portanto a universidade não pode ser uma universidade com base num currículo absolutamente teórico que não tenha nada haver com a prática da vida comunitária, embora isto exista ... agente sabe muitas vezes os currículos são teóricos e dificilmente muitos deles dão resposta sobretudo nas áreas de ciências sociais aos problemas concretos da comunidade, bom mais isso porquê? por falta de investigação, por falta de trabalho de campo e eu penso que a meu ver esse trabalho de investigação deverá ser a minha preocupação constante, por exemplo a carreira do investigador ...

eu sou investigador mas é investigador de que ponto de vista, produziu quantos conhecimentos, participa em que revistas científicas ... nós quantas revistas científicas nós temos quais são as universidades que estão a produzir revistas científicas com que periodicidade não é verdade, com que ligação na verdade de trazerem conhecimento novo não agarrarem na bibliografia e estar a citar a citar é preciso também em alguns aspetos levantar ideias, quer dizer pesquisas primária fontes primárias de conhecimento eu falo sobretudo na área das ciências sociais que é aquela onde me sinto mais a vontade, mas eu acredito que também em inovações nas áreas das ciências exatas sobretudo nas engenharias, nas telecomunicações ... nós estamos na era da globalização e ela é uma das grandes componentes que participou para a globalização foi necessariamente as novas tecnologias, então as novas tecnologias hoje em dia estarão constantemente em renovação e as mutações nas sociedades hoje fazem-se de uma forma extremamente rápidas e aceleradas ... rápidas e aceleradas que as universidades têm que ir acompanhando... não só acompanhando mais têm também de ir procurando as suas próprias inovações, os seus próprios conhecimentos porque se não a universidade perde o seu carácter inovador de conhecimento novo, não é verdade ... e isso ... é isso que me parece que tem que se ver ... formação, mais formação na base do conhecimento novo, na base do conhecimento endógeno, na base do conhecimento que possa dar respostas aos problemas que nós temos do ponto de vista social, quer no mercado de trabalho quer problemas do dia-a-dia ... quer dizer tem que ser muito do ponto de vista do mercado de trabalho, cultura e também exercício da cidadania que aí emerge as três dimensões ... que a universidade deve saber situar o seu papel de parceiro social e aí a função social de qualquer instituição é essa ... portanto ao nível primário as escolas primárias têm uma função social e ao nível secundário com a ligação ao superior, mas ao nível superior é a produção e a inovação do conhecimento que possa dar resposta aos problemas ... Alguns sim, mas não a maioria, porque o problema é que o professor primário, o professor de um modo geral universitário joga muitas vezes e com a questão ... o aparecimento e crescimento das universidades e com a falta de formação de base, mais como tendo um salário adicional ao que já tem num outro sítio qualquer, então a forma dele trabalha até as 3 ou até as 4 e depois vai a outra universidade e completa o seu salário, bom e é isso que eu digo temos que fazer a diferença do formador ...heee... do facilitador, quer dizer ele dá aulas, mas não podemos considerar verdadeiramente como um professor por falta ... as vezes até pode ter o conhecimento, mas não transmitir efetivamente e também tem que ter este espírito de comportamento e de responsabilização perante uma turma de alunos que estão perante um curso do qual ele participa ou desde inclusivamente por exemplo não atrasar o lançamento de notas, desde avaliar convenientemente os conhecimentos que deve avaliar de uma forma objetiva e não muitas vezes de forma subjetiva e ou por conveniência em função do lhe apetece ... tudo isso obedece a um papel ... ele é um interventor social não há dúvida que o professor é um interventor social por excelência, mas as responsabilizações perante ele do ponto social tem que ter como professor, como comunicador ... mesmo na comunicação social há o jornalista com ética e o com menos ética ... eu penso que se nós analisarmos a lei de bases do sistema de educação que é única, nós verificamos que dos 5 subsistemas de ensino, apenas 4 funcionam: subsistema do ensino geral, subsistema de educação de adultos, subsistema do ensino profissional, subsistema do ensino superior, subsistema da formação de professores, aí é que ... sem uma boa formação de professores nós não temos nem inovação nem qualidade de ensino, nem nada e então porquê ... porque quantas escolas do magistério primário temos agora, o INE era uma escola boa do que nós sabemos o INE era uma escola onde passou muitas gente que não era para ser professores ... a escola era voltada para formar professores, mas como os professores não eram bem pagos, como os professores não eram reconhecimentos socialmente pela sua categoria, deixaram de ser ... as pessoas passavam pelo INE, mas não para serem professores mas para terem uma habilitação para fazerem qualquer coisa não para ser professor porque isso de ser professor, para ser médico é preciso vocação, e portanto nem todos os indivíduos que foram parar a educação foram por vocação ou foram para terem um salário ou foram porque não foram aceites em mais lado nenhum e então foram para professor e isto não pode ser quando um professor pela responsabilidade pela intervenção social que deve ter deveria ser o contrário e portanto eu a meu ver este é a parte neste momento do nosso maior calcanhar de Aquiles, porque não temos ... e só passaremos a ter uma boa formação de professores, no momento em que a função passar a ser melhor reconhecida e melhor paga, porque o formador de formador e o professor é o formador de todas as profissões ... é a profissão que forma todas as outras profissões, mas mesmo assim, não é verdade ele é visto como um mero funcionário público e isto não pode ser quer dizer o professor é uma herança do Estado novo que se herdou em que o professor não poderia ser um terço de respeitabilidade quer dizer o professor não podia ter muitos conhecimentos saber o mínimo para também não ser muito bem pago, mas o que é que acontece hoje em dia na era conhecimento nós não podemos ver as coisas assim ... (falta mais um pouco)

## **8. O que acha das novas decisões e exigências internacionais sobre a educação dos países em desenvolvimento, no âmbito da educação como um direito?**

**R:** Eu penso que ... eu estive agora mesmo no Senegal numa conferência sobre educação ...e eu penso que finalmente há coisas que agora começam a ser vistas ... bom reconheço sobre o papel que a educação tem, por exemplo, na luta contra a cólera, contra a extrema pobreza, contra o desemprego, contra o semiemprego ... os países desenvolvidos todos eles passaram por grandes apostas na educação, não é verdade ... a UNESCO considera por exemplo que o ideal seria de 20% do orçamento do Estado, nós ainda estamos com 8% e no tempo da guerra tínhamos apenas 4% do orçamento do Estado, portanto nós ainda não estamos apostar na educação como devíamos ... talvez seja difícil porque estamos apostar tudo ao mesmo tempo agora depois da guerra, não havia nada a guerra partiu tudo então não podemos ainda, ... mas nós ainda verificamos que os países na procura da sua estabilidade mesmo em tempo de paz os orçamentos, por exemplo, para com a defesa e com a segurança ainda são muitos elevados em relação as necessidades a que deveriam ter proporcionalmente em relação a educação, bom e nós verificamos que hoje em dia esse papel é importante porque a educação começou a ser vista como uma solução para uma série de problemas sociais, inclusivamente para a paz ... o conceito de paz educar para a paz ... hoje em dia quando nós pensamos no papel da educação para o desenvolvimento nós já começamos a ver áreas transversais e áreas específicas, por exemplo nas áreas transversais já temos que educar para a mudança ... as mudanças são rápidas e necessárias e temos que nos adaptar a mudança e saber conviver com ela ... sem criar muitas tensões as mudanças temos que saber abraçar as grandes mudanças que existem hoje em dia no mundo, apesar das resistências que é próprio da psicologia da aprendizagem do adulto, o adulto não gosta de estar constantemente a ser exposto e avaliado, mas temos que apostar na democracia mesmo os governos e as atitudes mais autocráticas tendem a se tornarem cada vez mais democráticas e alguns dos papéis que hoje em dia se pretende de uma democracia para o desenvolvimento temos que apostar na solidariedade na volta dos valores sociais que tínhamos e que o mundo de competitividade hoje nos tornou um bocado a insularizarmos-nos um pouco no nosso próprio egoísmo no nosso próprio egocentrismo porque as pessoas cada um esta a pensar ... as famílias praticamente vivem já não naquele sentido de família alargada, mas sim pai, mãe e filho e sentido de solidariedade perdeu-se um bocado. Temos que pensar do ponto de vista talvez mais específico em aspetos como o ambiente ... educação ambiental, porque se não partimos e não deixamos herança para as gerações futuras ... temos que pensar a educação para a mulher, hoje a questão do género ... educar para o multiculturalismo ... temos que educar para a identidade. E então assim de repente vimos que o papel da educação para o desenvolvimento de maneira a poder produzir progresso económico, mas também progresso social passa por um conjunto de vertentes algumas vertentes transversais quem têm em termos gerais tudo e outras muitas específicas para o qual são áreas de educação que nós temos e que todas concorrem em si para uma educação para o trabalho, uma educação para a cultura e uma educação para a cidadania

## 9. O que está na base da escolha dos cursos a oferecer pela instituição (interesse)?

**R:** Bom os cursos que foram aparecendo agora nesses 8 anos foi mais em função daquilo que se pensava de procura e também muitos vezes do condicionalismo dos professores que nós temos. Haaa ... a cursos ... eventualmente gostaríamos de abrir mais, mas por exemplo no âmbito das preocupações de carácter educativo por exemplo nós somos a única instituição penso em Angola que tem recursos do ambiente, educação portanto engenharia ambiental ... ninguém tem isto, nós apostamos porque pensamos que os problemas do ambiente é um problema de futuro é um problema que se coloca até nos petróleos, no ecossistema ... quando se educa para o ambiente nós resolvemos muitos dos problemas ... temos questões de ravina, questões de seca ... portanto é preciso estudar a questão dos ecossistemas resolvermos e para garantirmos ... portanto nós temos isso, mas temos engenharia de outras ... engenharia de construção civil, por causa da construção, engenharia informática, já temos uns 6 cursos de engenharia e abrimos arquitetura que ainda está dentro das engenharias, mas a espera possivelmente de entrar para o lado das belas artes que é uma coisa que estamos a tentar abrir que não pode ser aqui infelizmente, porque pensou-se num curso de belas artes porque nós vemos o artista como um interventor social tem um papel na sociedade, mas o artista não pode ser este que não tem formação nenhuma, nós não podemos estar a dar e continuar a estar a dar a ideia que em Angola o artista já nasce nato, já nasce escolarizado, já nasce bom ... porque vamos ver o nosso artista é o melhor do mundo, é o mais bangão do mundo, é o mais sabedor do mundo e não precisa de escola, ele faz tudo, ele dança, ele faz kuduro ele faz não sei o quê e então basta isso ... e não pode ser, isto em toda parte do mundo as belas artes passam pela formação, os grandes artistas são grandes artistas não só porque têm jeito em ou que têm vocação, mais têm escola ... então as escolas existem a escola não pode estar a margem de qualquer coisa que se queira com qualidade ... Bom nós temos esta Faculdade de Ciências da Educação e Psicologia que entra nesta lógica sobretudo mais tarde a gente poder ter realmente a qualidade dos professores aqui e ajudar a qualidade dos outros professores ... bom temos comunicação social ... ora na abertura realmente hoje em dia o jornalismo é o 4 poder ... a media é o 4 poder e, portanto um país democrático faz-se com bom jornalistas e nós então temos que aliar a formação a prática e criamos uma rádio e estamos a criar uma televisão para quê ... para que ele próprio vá a televisão ele próprio vá a rádio aprender já quando for na vida prática já leva uma bagagem melhor ... os cursos de finalistas já começam a passar por coisas e daí vamos abrindo ... A escola por exemplo de formação de professores vai ter já uma escola anexa ... E portanto estes são alguns dos indicadores da escolha, por exemplo de alguns cursos ... portanto a procura do mercado aqueles indicadores que nos dão da estratégia nacional ... haaa o país vai precisar não sei o quê, mas também o condicionalismo dos professores que nós precisamos para dar determinadas cadeiras e isso também as vezes é o problema ... nós as vezes para termos por exemplo um professor específico para dar nas engenharias temos que andar atrás dele e transformá-lo em professor, porque é um, dois ou três pessoas Angolanos no país que só tem para dar aquela cadeira ou que pode lecionar, as vezes são coisas tão específicas e então a gente puxa para poderem trabalhar no laboratório etc, etc, isto no fundo é este o desafio ou então temos que contratar alguém de fora, não é? Depois tem que ter visto de residência e estas coisas todas as vezes não é fácil, mas prontos vamos tentando crescer é esta a ideia este campus aqui não tem mais espaço e portanto penso que a universidade vai ter que se espalhar, expandir ..

## 10. Porquê a criação de vários cursos num curto espaço de tempo?

### 11. Para a criação dos cursos tem em conta a procura por parte dos estudantes e/ou as necessidades do país e a demanda do mercado?

**R:** A criação dos cursos tem a ver com a demanda, mas a demanda aparece muito também em função das estratégias nacional de formação ver onde há mais necessidade para se abrir os cursos ... e então nós vamos procurar dar o quanto possível resposta a isso, não é... e agora vamos ver como também recrutar professores para poder ... aliás isto é mais fácil professor, por exemplo se nós pensarmos em de direito ... há tantos advogados por aí que os cursos de direito funcionam mais facilmente do que outros como as engenharias ou gestão e marketing que passou a ser a moda, não é ... ou gestão só ou marketing, agora comunicação social já começa haver ... agora terão já suficiente ou não então esta informação ... por exemplo médicos continua haver muita falta, mas agora nós para abrimos um curso de medicina é preciso vermos vamos começar por um curso de medicina ou de enfermagem com que ligação ao hospital ... qual é o hospital onde vão ... será estas clínicas temos que ter acordos ... quer dizer temos que ter isto tudo, portanto há uma série de condicionalismos para a abertura dos cursos, nós agora vamos também abrir cinema então o estúdio para as coisas de televisão e dá também já para a área do cinema ...

### 12. Na sua opinião, os cursos têm estado a responder às expectativas dos estudantes?

**R:** Eu penso que ... essa pergunta é extremamente importante e oportuna ... eu penso que o estudante quando chega ao ensino superior deveria já conhecer a sua própria educação, o problema que me parece é que o estudante angolano chega ao ensino superior e escolhe o curso da maneira lhe parece ... tem duas formas dele escolher o curso, como não há orientação vocacional ele não sabe para onde está vocacionado, portanto isto já devia vir do secundário, já devia ter uma intuição olha você pelos testes que fez ... e então o que é que ele faz é o que esta a dar ... ele procura os cursos em função daquilo que ouve épa esta a dar gestão então vai para gestão... olha está a dar comunicação social ... esta a dar, olha esta a dar medicina, bom e o que é que acontece é que as grandes reprovações é logo ao princípio e porquê há estudantes, por exemplo que estudam no secundário numa área de Ciências Sociais e depois querem ser engenheiros nas Ciências Exatas, mas não deram não matemática e então não tem as bases para poder arrancar e então este é o lado em que nós acabamos por ter algum problema, porquê primeiro porque o estudante não tem orientação vocacional, segundo a má preparação muitas vezes dos estudantes do primário e do secundário arrasta-se esse mesmo problema até ao ensino superior e portanto o que é que acontece as respostas que muitas vezes os alunos dão as vezes não são as mais concretas e muitas vezes não sabem bem o que querem começa num curso e depois começa a chumbar e muda para o outro e depois muda para o outro e então para facilitar esta coisa nós estamos a criar um gabinete de apoio ao estudante com uma psicóloga. Conclusão aquilo que não se fez antes o estudante tem alguém que lhe da um acompanhamento e o aconselhamento do ponto de vista educacional para aquilo que ele deve fazer ... eu lembra-me na altura uma das finalistas (uma cantora) começou com medicina e teve que desistir no 3.º ano, porque afinal descobriu que nem sangue podia ver (risos), mas queria ir para a medicina e então mudou e fez Gestão e Marketing e foi por acaso uma boa aluno de Gestão e Marketing, mas apercebeu-se mas se calhar se houvesse um curso de belas artes como ela que até toca piano é cantora de Jazz se calhar ainda era ali onde se sentisse melhor. Portanto nós temos ainda problemas neste aspeto da orientação efetivamente dos alunos que deviam estudar aqui na última etapa dos seus estudos saberem o que querem e saberem quase eu quero isto, mas já bem preparados para fazer isso... portanto falta em meu entender alguma orientação dos alunos para que as respostas que possam dar sejam as melhores possíveis inclusivamente

depois mais tarde no mercado de trabalho, porque ficam muitas vezes a até a repetir, ao abandonar, as desistências é muito fruto de um trabalho que a meu ver devia de devir antes e que não foi feito ...

**13. E até que ponto, do seu ponto de vista, satisfazem as expectativas das famílias, do mundo empresarial e produtivo?**

**14. Acredita que o ensino superior é o grande paradigma para o desenvolvimento país?**

**15. Qual é a sua opinião sobre a expansão das instituições de ensino superior privadas em Angola (pontos fortes e fracos)?**

**R:** Bom a expansão é em função das necessidades, o que dita realmente esta expansão é a procura e como eu digo em Angola eu falo que Luanda ainda continua a ser o centro, se bem que um terço da população está praticamente aqui em Luanda, mas o que me parece é que ela deverá expandir-se mais para o interior, porquê porque necessariamente nós já temos um país assimétrico e então já temos essa assimetria desde o tempo colonial, ora se nós continuarmos a concentrar as universidades em zonas onde em princípio já estão minimamente desenvolvidas em relação a outras, não é que ainda nem sequer arrancaram, pois então vamos continuar a ter um país assimétrico e então eu penso que de certa maneira as Lundas, o Moxico, o Kwando-kubango, o Cunene áreas e universidades e faculdades que deem cursos que deem respostas as necessidades mesmo dali da área. Um Cunene precisa realmente de veterinários devido ao gado então tem que ter lá veterinária, tem que ter lá cursos que deem resposta, no Namibe tem que ter lá pesca porque ali é zona de pesca, Cabinda tem lá petróleos... e depois não é só isso serviços também eu penso que tem que haver uma estratégia nacional com este tipo de preocupações voltadas para a correção das assimetrias de desenvolvimento que temos no nosso país e que já veem de trás e portanto nós temos que corrigir para que própria população não se centralize toda aqui no litoral, portanto nós temos que criar atrativos para que as pessoas fiquem onde lá estão e se possível outras comecem a criar outras oportunidades de emprego, porque se calhar não faz sentido termos desempregados licenciados em Luanda quando em outras com faltas nas províncias se calhar com o nível de 12.ª classe já tem emprego, então é preciso não para ver o país como um todo igual, mas para corrigir estas assimetrias regionais...

**16. Quais os principais motivos para esta expansão?**

**R:** É a procura

**17. Qual o papel do ensino superior privado na democratização do acesso ao ensino superior em Angola?**

**18. Qual a sua opinião sobre a ampliação da oferta de vagas?**

**R:** Nós por exemplo no nosso caso ... nós estamos a crescer do ponto de vista de uma instituição na base material ... a base material aqui esta a solicitar mais, chega a uma altura em que não há mesmo vaga porquê porque nós não estamos com capacidade de expandir, mas se vamos ver nós estamos nessa área aqui há terrenos aqui a volta que talvez nós necessitássemos, mas o preço deles e então! ou as pessoas mesmo não querem vender e então não crescendo a base material não podemos crescer mais aumentado a oferta de vagas, não podemos recrutar mais professores, porque não há espaço, não há salas ... portanto as salas já começam a estar superlotadas, então não crescendo a base material não podemos aumentar as vagas e expandir mais ...

**19. Como é que a Universidade/IES define as vagas?**

**R:** É com base nas salas que tem, portanto numa lógica de complementaridade nós temos três turnos de manhã, tarde e noite e mesmo assim quer dizer nós conseguimos abrir estes cursos estamos a rebentar de maneira que nós já temos licença portanto autorização para abrir outros mas não temos espaço, portanto aqui a estratégia que temos que ter é agarrar numa faculdade inteira e levar num outro espaço e portanto para que possamos continuar a universidade assim um bocado saltimbanco aqui saltimbanco acolá em vez de estarmos concentrados só num sítio o que vai dificultar depois as questões de coordenação e até de complementaridade de professores que têm e podem dar aulas neste curso e naquele ...

**20. A oferta de vagas estabelecidas tem sido preenchida pela procura dos candidatos?**

**R:** De um modo geral as vagas têm sido preenchidas e agora com a abertura de outros cursos nós acabamos praticamente as coisas bem fechadas não haverá muito mais vagas por preencher, porque nós temos 3 turnos de manhã, tarde e noite ... porque os alunos chegam depois da pública os que não conseguem entrar na pública começam logo a procurar as universidades privadas, não é verdade, se bem que por exemplo nós agora no curso das engenharias estou, por exemplo a notar que nas engenharias são menos ... cada vez menos, porquê porque os cursos são mais difíceis e as pessoas fogem da matemática, eles primeiro entusiasmam vir para as engenharias para ganhar muito dinheiro, mas depois não têm a matemática é o problema, mas não é só em Angola ... quer dizer a maior parte dos países as pessoas fogem das matemáticas por causa disso ...

**21. Quais as estratégias que a universidade tem adotado para divulgar informação das vagas disponíveis?**

**R:** Nós temos uma rádio e pela rádio nós divulgamos os cursos ... pela internet, pela rádio e portanto a nossa publicidade é sobretudo temos uma rádio fizemos a coisa e também pela página da internet vamos dando a informação dos cursos ...

**22. Qual(ias) a(s) finalidade(s) do exame de admissão?**

**R:** Tem. Tem um exame de admissão, mas o exame de admissão é um exame de admissão ... vamos lá a exigência do exame de admissão não me parece que seja muito elevado ... é um exame de admissão onde se procura ver o minimamente ... dificilmente as pessoas chumbam num exame de admissão... porque se levasse mesmo a sério, não é verdade nós verificávamos que muitos alunos não entravam não... Nós não aquele tipo de vestibular ... aquele tipo ano zero, porque a orientação foi para tirar isso, e então é suposto que o indivíduo que acaba a 12.<sup>a</sup> classe tenha as competências necessárias ... e então de certa maneira o exame de admissão é um bocado ... não é assim uma coisa, não será uma exigência mais séria, mas eu penso que os filtros deveria existir, eu continuo a concordar que deveria haver filtros como nós tínhamos 4 classe, admissão, estes filtros não era por acaso ... afunilava-se sim senhor, estreitava-se sim senhor, mas eram cursos seletivos ... quantos mais filtros ... é que quando estamos preocupados com a qualidade a gente filtra e portanto se nós não temos muitos filtros, porque acreditamos que vai ... porque as condições actuais, mas o que é certo é que a qualidade que nós estamos ainda numa perspectiva quantitativa em tudo, em tudo nós precisamos de número ainda e dá-se em tudo, embora falemos de qualidade, mas ainda não chegamos realmente a necessidade, normalmente só quando se começa ter a mais é que nos preocupamos com a exigência de qualidade quando tem em falta ...

**23. Considera que a instituição tem em conta as três dimensões da universidade (ensino, pesquisa e extensão) ou é um espaço voltado somente para o ensino?**

**24. Existem mecanismos de acompanhamento das trajetória académicas dos estudantes? [Se sim, quais? / Se não, porquê?]**

**R:** Estamos a criar agora um gabinete de apoio ao estudante juntamente com o consultório médico tentar conjugar isto portanto eles têm dos associação dos estudantes que é onde eles põem um bocadinho os seus problemas, mas a associação dos estudantes é só a nível dos estudantes, mas agora um gabinete de apoio aí sim ...

**25. O que pensa da aposta na formação contínua dos docentes?**

**26. Tendo em conta a utilização de novas tecnologias aplicadas ao ensino, qual tem sido a política da instituição para favorecer aos estudantes a conexão com a sociedade do conhecimento?**

**R:** Nós temos .... nós temos aqui, portanto em termos de base material de equipamentos tudo do último grito, não é? Quadros interativos .. estamos a pensar montar nas salas o data show, temos 3 salas de conferencia ou 4, salas amplas e portanto nesse aspeto até ginásio os alunos têm aqui ... têm ginásio se quiserem ... portanto nós de apoio ao aluno temos a cantina deles lá em cima, portanto eles têm tudo e médico ... têm um médico e um enfermeiro permanentemente aqui todos os dias para qualquer eventualidade, portanto nós temos estado a dar esses apoios portanto visando a qualidade do aluno e o apoio ... apoio psicológico, apoio médico embora paguem pouco mas pagam, têm apoio nas refeições lá em cima na cantina deles em vez de estarem a deslocar de um lado par o outro que seria um problema e as salas próprias deles e uma biblioteca e a própria biblioteca que eles têm esta a ser pontada de maneira que tenham salas ... têm 3 salas para estudo de grupo, têm biblioteca e salas só para estudo de grupos onde podem falar a vontade interromper o outro lado da sala ...

**27. Como se processa o recrutamento dos docentes? Existem mais professores a tempo inteiro ou a tempo parcial?**

**R:** Pois ... em função do currículo ... há professores que temos nós que procurar ... há professores que se oferecem e em função do currículo e com as vagas aqui existentes e com o número de turmas ... nós em função dos currículos analisamos o saber ... se me disser que o professor não é só o saber é verdade, mas esse é o grande problema dos professores e da estrutura da formação de professores e da validação do próprio professor na sua verticalidade, nós vimos que o professor do INNE os currículos com os do ISCED não batem nada com nada ... nós até a Escola do Magistério não tem escola anexa. Portanto este subsistema de formação de professores que deveria ser a primeira coisa da própria reforma me parece que entrou tarde, quer dizer nós trabalhamos os conteúdos, nós trabalhamos os meios, trabalhamos a escola e as qualidades, trabalhamos hééé ... os objetivos de ensino mudaram quando mudou o regime tal como os conteúdos, mas ... demos as condições ao aluno, mas neste momento penso que falta é o professor ... mas o professor a nível geral no primário, no secundário no superior, portanto penso que é um problema que tem que ser resolvido por políticas que podem ir da carreira docente a prática e com reconhecimento social ... Nós temos mais professor a tempo parcial, porque o que acontece de um modo geral do professor sobretudo no ensino superior é um bocado turbo-docente, ele da aqui e vai dar nos sítios, quer dizer quando não esta a tempo total ele procura sempre onde vai dar, agora se ele tem uma profissão acaba por ficar aqui, mas nunca é um professor nosso, portanto a exclusividade do professor que tem um ordenado não ele ganha por horas, porque nós não temos e em todas as universidades ... todas elas não têm com excepção possivelmente talvez na UAN ... haaa ... mais mesmo assim muitos que estão na UAN estão aqui e os que estão na UAN estão aqui (risos), portanto eu penso que há definir um pouco esta questão para ele ter que andar como se fosse um indivíduo que anda nos diamantes a garimpar ... garimpar as aulas, fazendo o garimpo das aulas, quer dizer andar aí pupu pupu pupu, portanto nós precisamos de criar o conceito de profissionalização do docente e não o conceito de que quem dá aulas só por si só já é professor ... este é que parece que é um grande problema ...

**28. Qual o perfil dos estudantes da instituição (finalistas do ensino médio/trabalhadores-estudantes)?**

**R:** São os dois à noite é aquele que já trabalha e quer se qualificar mais, de manhã e de tarde é o mais jovem é aquele indivíduo que não conseguiu entrar muitas vezes na pública e então começa a vir aqui para a privada, não é verdade ... e como a pública também não aguenta com tudo não é verdade, nós acabávamos por dar complementar esta formação como muitos dos professores da públicas estão daqui, portanto ... penso que o problema do professor é um problema geral, não é? Quer da pública quer da privada, não é? ... tem que se encontrar um mecanismo qualquer, tem que se estudar a forma de tornar o professor como qualquer outra profissão até pela responsabilidade que ele tem de formação de todas as outras profissões ...

**29. Tendo presente o investimento financeiro que a frequência académica exige, como perceciona a relação da universidade com as famílias?**

**R:** Não temos muito esta ... a nível aqui da universidade não temos muito a relação, porque parte-se do princípio que o estudante quando vem para aqui é um adulto, é um estudante adulto se ele então já trabalhar ele próprio custeia a sua própria formação e normalmente o mais jovem quando chega aqui já tem 18 anos ... a maior dos alunos que veem para a universidade já têm 17 ou 18 anos no mínimo, então já é um estudante adulto e pressupõe-se que adulto é aquele que tem 3 características essenciais: predomínio da razão ...haaaa... estabilidade na sua própria personalidade e responsabilidade pelos seus atos, então como adulto ele toma em princípio conta de si, mas nós sabemos que muitos é o pai que dá o dinheiro é a mãe que dá o dinheiro, mas na idade dele que ele tem ... ele pode 17 ou 18 anos de um modo geral já é adulto e portanto ele tem estas características não é verdade equilíbrio da personalizar, não é verdade, aceitação da responsabilidade, e predomínio da razão não é? ...

**30. Tem conhecimento de estudantes oriundos de famílias com baixo rendimento e que fazem um grande esforço para manterem os seus filhos nesta instituição?**

**R:** Haaa ... não há algumas bolsas internas que ... disponibiliza as vezes para alguns estudantes, agora este problema tem sido um bocadinho a toa ... haaa ... eles vão a associação dos estudantes e a associação dos estudantes diz que este estudante tem este problema esta com dificuldades nos estudos e o Reitor ou abranda para 50% .... ou se ele participa nalgumas atividades como nós queremos fazer agora o coral da universidade, então eles têm algumas facilitações na universidade ou se joga na equipa, agora penso que isto vai ficar melhor definido com o gabinete de apoio é o gabinete de apoio que vai ter que estudar estas questões ... do ponto de vista psicossocial vai estudar estas situações dos próprio alunos para não ser aleatório para não ser assim chegou este primeiro e aquele não, então esta análise dos problemas dos alunos do ponto de vista social, do ponto de vista psicológico, ponto de vista da saúde, quer dizer já ... temos que realmente ter alguém da área da psicologia e daí também o curso de Psicologia pode vir ajudar na ação desse gabinete de apoio ...

**31. [Se sim] O que é que a universidade tem feito para ajudar os alunos destas famílias?**

**32. Apesar dos constrangimentos financeiros, considera que procura por parte das famílias/estudantes tem aumentado, diminuído ou estagnado?**

**R:** Eu penso que de certa maneira há duas questões que se colocam, por um lado é a pressão social da necessidade de um diploma hoje em dia ... haaaa ... as exigências de trabalho no mercado competitivo como é e perante a globalização em que vivemos as pessoas procuram pessoas cada vez mais capacitadas, nós e poderei até dizer que perdeu-se um pouco este sentido de educação geral, de educação intelectual, da educação moral e cívica, da educação manual e politécnica, da educação estética, da educação física ... haaaa ... que em princípio víamos como chamávamos de educação multifacetada ou a educação integral ou holística, partimos de uma educação hoje em dia tecnocrata e totalmente virada para o mercado de trabalho e daí a perda de valores ... a formação, mas não a educação, porque e então é um tipo de educação que não visa a formação holística do indivíduo a tal formação integral, mas visa o indivíduo para uma área especializada tal que dê resposta a um problema de trabalho tal e ele possa resolver o problema dele, e então as universidades estão a se tornar ao meu ver mais globalitárias no sentido economicista hoje em dia que a educação acaba por ter, não uma educação para o desenvolvimento com aquela perspectiva toda ampla, mas sim uma educação que dê resposta as necessidades de formação técnica, não é verdade ... e tecnológica dos profissionais para ganhar um emprego para resolver os problemas do emprego, então as coisas estão a ficar numa situação mais estreita o que para Angola é perigoso, porque nós temos outros valores que temos que ter como nação que esta em construção, e portanto podemos estar a criar ... ou não damos as outras componentes esta visão que toda a educação é ... que todo o indivíduo é culto o que é educado é culto, não é assim ... há muita gente inculta com muita boa informação, bom a instrução e a educação são duas coisas diferentes e aqui que temos este tipo de problema que se começa a colocar, agora ... haaa ... infelizmente são é quando se fala preciso tantos disto e tantos daquilo ... haaa ... as coisas estão ... os próprios currículos da maneira como são feitos são para respostas quase mecânicas a determinadas situações... respondem quase aquilo que agente podia dizer um cumprimento por objetivos ... eu preciso que você faça isto, isto, isto ... tão rápido assim tal tal o resto e ganha tanto e então mas pessoas são um pouco da visão mecanicista da própria educação, não esta visão global, esta visão holística de cultura geral que agora já se está a reclamar que faz falta e depois falta a educação para os valores, educação para a paz, falta isso tudo, falta porque prontos há outro tipo de problemas que nós temos aqui que verificamos que já lhe falei do ponto de vista específico, a questão da população que leva os jovens muitas vezes a assumirem uma maternidade e uma paternidade responsável, essa educação é necessária saber fazer para que assumam as suas responsabilidades como adultos ... não querem saber vira daqui e da-cola a cortesia parou para uma senhora grávida vai de pé e dar o lugar mas diz que também pagou bilhete a gente é vê mesmo na condução, esta falta de civismo, e portanto essa dimensão que existia tem se estado a perder por uma educação demasiadamente tecnocrata que é aquela que no fundo as respostas para uma industrialização e para apanhar e correr mais rapidamente é uma formação mais rápida, mais massiva, mais direcionada e menos completa, não é verdade, então eu penso que de certa maneira este vai ser um problema que eu entendo de corrida a necessidade do desenvolvimento e a necessidade de estreitar o mais possível o fosso que nos separa dos países mais desenvolvidos e sobretudo quando estamos cá atrás temos que correr mais e ao correr mais temos que deixar para trás coisas da nossa mochila (risos), que devíamos carregar ...

## **PROTOCOLO DE ENTREVISTA REALIZADA AO VICE-REITOR DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (C)**

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Vice-Reitor: Universidade Lusíada de Angola**

### **1. Os interesses/motivos em abrir a universidade Privada que preside/administra?**

**R:** Com a introdução do multipartidário em Angola o ensino superior público não correspondia com a demanda, só tínhamos uma universidade pública e tinha cerca de ... em 2002 a UAN tinha a nível de todo o território nacional cerca de oito mil e quinhentos alunos, não tinha mais do que isso e portanto sendo ... quer o Dr. Rui Mingas quer o Sr. Paulo Maesco que foram todos professores acharam que era oportuno contribuírem para abrirem um projeto universitário no sentido de ajudar o país na formação de quadros e acho que aí eles

tiveram digamos assim uma boa e o projeto está aí está andar, hoje eu acho que a Lusíada é uma das universidades de referencia a nível do país ...

**2. Qual é o objetivo/missão que a universidade persegue?3 Quais os fins (lucrativos ou outros de cariz mais humanitário) que a criação da universidade tem em vista?**

**4. Como caracteriza o tipo da sua instituição (familiar, empresarial, parceria internacional)?**

**R:** É assim, a universidade Lusíada foi um projeto privado de dois angolanos um médico que é o Dr. Paulo Nunes e um especialista em educação física e desporto que é o Dr. Rui Mingas. A universidade existe ... foi a primeira privada a existir em Angola em 1999, não tinha a dimensão que tem hoje, a Lusíada quando abriu abriu com duas salas de aulas e com cerca de 300 alunos ... hoje nós temos mais de 6 mil alunos e 9 licenciaturas, portanto é um projeto privado empresarial digamos assim, não tem só estrangeiros, mas tem parcerias com várias universidades ... com a universidade de São Paulo, com a Universidade Lusíada de Portugal, com a universidade técnica de Lisboa e com o Instituto Superior de Economia e Gestão e portanto ... temos uma mobilidade de docentes que veem dar conferencias, que veem dar aulas e acho que é um projeto que ficou bem estruturado ...

**5. [No caso de parceria internacional] A parceria ainda se mantém ou não? Quais são as prioridades desta parceria em relação à instituição?**

**6. A criação da universidade está ligada a uma empresa? Se sim, quando é qual ela foi criada? O capital é estrangeiro ou nacional? Qual foi o capital inicial?**

**R:** Está ligada a uma empresa ... a lei do ensino superior obriga que o promotor universitário tem que ter sempre uma empresa atrás neste caso aqui a empresa chama-se saber Angola limitada ... que podia ser uma cooperativa de ensino, mas tem que ter uma instituição porque o ... o projeto é empresa que depois o Conselho de Ministros agora é o Presidente da República delega ... depois por decreto cria a empresa pelo decreto 90/09 a empresa pedi ao Ministério a abertura e o Ministério diz que sim pega-se na papelada toda e é submetida ao Presidente da República que sai no diário da República em decreto presidencial e esse é o mesmo mecanismo que a Lusíada usou, agora só que os donos da empresa têm um projeto em Luanda que é este o maior e em Cabinda, no Lobito, na Lunda-Sul e no Huambo, como institutos superiores todos independentes ... Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda, Instituto Superior Politécnico Lusíada do Lobito, Instituto Superior Politécnico Lusíada da Lunda Sul, Instituto Superior Politécnico Lusíada do Huambo só que até o ano Cabinda e a Lunda Sul eram Polo, agora já são autónomos. Depois da abertura da universidade Lusíada de Luanda foi a de Benguela e depois Cabinda, quer uma quer outra já deram uma série de quadros no mercado de trabalho ...

**7. Na sua perspetiva, qual a função de uma instituição de ensino superior/universidade privada?**

**R:** Bom a nossa função é formar os quadros do país. Nós temos lançado anualmente cerca de 600 quadros nacionais. Nós temos licenciaturas em Direito, Economia, Relações Internacionais, Psicologia, Gestão de Empresa, Gestão dos recursos humanos, Arquitetura, Informática e Contabilidade ... portanto são 9 cursos. A universidade tem o controlo dos formandos, porque primeiro ... nós temos aqui duas questões primeiro fez isso um projeto de formar novas gerações de quadros, mas também tem uma componente social que é por exemplo a universidade dá bolsas de estudo aos jovens mais carenciados ou com mais dificuldades ... dá bolsa familiar ou bolsa da universidade, e neste aspeto todos os anos nós temos 300 alunos com bolsa da instituição, também damos aos desportistas de mérito, por exemplo a equipa angolana que ganhou o andebol, que ganhou o basquetebol africano são bolseiras da instituição ...

**8. O que acha das novas decisões e exigências internacionais sobre a educação dos países em desenvolvimento, no âmbito da educação como um direito?**

**R:** Eu acho que é uma decisão acertada ... porque a África se quiser sair do subdesenvolvimento que ainda tem ... tem que apostar mais na educação, quer na educação primária, secundária e na superior se não apostar na formação superior fundamentalmente na formação superior técnica a África vai continuar sempre dependente, quer dizer será um continente exportador de matérias primas, mas não como um continente de produtos acabados, porque não tem os quadros tecnicamente formados para poderem ... poderem contribuir a nível das empresas que se situam nos países africanos e Angola não faz isso ... eu vejo aqui na Lusíada e diariamente recebo pedidos das empresas a querer fazer parceria com a universidade para virem buscar os quadros de facto o país tem poucos e então as empresas quer os bancos, quer as seguradoras, quer a própria indústria veem aqui quer as empresas de consultoria internacional veem aqui buscar os melhores talentos para estagiarem e ficarem como quadros destas empresas ...

**9. O que está na base da escolha dos cursos a oferecer pela instituição (interesse)?**

**R:** Não nesta altura em 99 achávamos que estes eram bons cursos o país precisava, porque o país ainda não tinha arquitetos, o país ainda não tinha informáticos e ...mesmo na área das Ciências Humana havia poucos Psicólogos, nas várias variantes, porque nós temos Psicologia na variante das Organizações e na variante da Psicologia Clínica, trabalham a Psicologia das Organizações de Psicologia Clínica, portanto no ISCED sabíamos que só havia geral e portanto ... havia também poucos juristas no país. A Lusíada foi a primeira universidade a abrir um curso de relações internacionais e até domina neste momento praticamente docentes e ex-alunos que hoje são docentes também é que dominam o sistema Angolano de opinião pública, na Rádio Nacional, na LAC, na televisão são quadros que saíram daqui ... e na área das Ciências económicas que foi a contabilidade, a contabilidade e gestão de empresa e economia, portanto na altura o país praticamente não tinha quase nada nestas áreas e então foi a aposta que se apostou. Neste momento nós entregamos ao Ministério do Ensino Superior um plano para se fazer um curso de gestão turística, ... engenharia ambiental e queremos abrir um curso de medicina e temos aqui um curso de bacharelato em educação física e desporto ...

**10. Porquê a criação de vários cursos num curto espaço de tempo?**

**11. Para a criação dos cursos tem em conta a procura por parte dos estudantes e/ou as necessidades do país e a demanda do mercado?**

**R:** Há duas componentes, porque os nossos cursos estão sempre esgotados, nós temos sempre duas mil vagas por ano e elas ficam logo todas cobertas preenchidas, e neste momento há um curso que está a ser muito procurado acho que empresas estão a direccionar todos para aí que é o curso de Gestão de Recursos Humanos ... nós temos mais de mil e seiscentos estudantes neste curso, portanto há uma procura muito grande, por outro lado é assim, como o país esteve em guerra durante muitos anos e só a universidade pública é que tinha e também não oferecia todos cursos, então esta procura seja aqui na Lusíada seja noutras universidades praticamente os cursos que são oferecidos ao mercado têm ... têm muita alunos, de facto acho que os angolanos depois da guerra o maior investimento que a geração perdida, digamos assim, com a guerra de não ter podido estudar a geração hoje está ... portanto uma geração mais velhos com 50, 60, 70, estão a conciliar uma geração mais velha com a geração mais jovem e estão todos a estudar ...

**12. Na sua opinião, os cursos têm estado a responder às expectativas dos estudantes?**

**R:** Haaa ... Têm ... têm e não o que eu vou dizer é o seguintes os cursos por si só correspondem as expectativas dos estudantes agora o maior défice que nós temos é que os nossos estudantes estudam pouco, primeiro é que os estudantes veem mal preparados dos ensino médio e então entram na universidade as vezes com a média baixa e ... geralmente os que estão no primeiro ano a maior parte não passam, agora o Ministério pediu para acabar com o ano propedêutico e nós de facto não acabamos e os alunos que fazem o propedêutico entram na universidade e fazem os 4 ou 5 anos sem reprovar, portanto eu acho que deveríamos continuar não como propedêutico, mas como um curso de extensão de preparação para a entrada na universidade, acho que deveriam fazer, quer dizer o aluno que quiser entrar diretamente vai fazer, mas o aluno que entrar quiser faz um ano, porque aí é reforçado nas matemáticas, na estatística, na história e na biologia e depois quando vai para a universidade já está mais preparado, perde um ano mais ganha em fazer a sua formação em 4 ou 5 anos independentemente dos cursos, porque aqui a Arquitetura e Direito são cursos de 5 anos e os outros cursos são cursos são de 4 anos ...

**13. E até que ponto, do seu ponto de vista, satisfazem as expectativas das famílias, do mundo empresarial e produtivo?**

**R:** Eu acho que sim. Eu vejo que os alunos quando acabam o curso ... fizemos uma cerimónia de fim de curso ... eu vejo que os alunos têm orgulho, as famílias têm orgulho de ... num espaço para 3 mil pessoas ... são 600 alunos licenciados, mas aparecem de 3 mil pessoas, porque vai o pai, a mãe, o avó, a avó, o tio, os primos ... portanto as pessoas sentem-se satisfeitas e orgulhosas de verem que o filho ... um parente terminou uma formação superior. E as empresas, os nossos alunos a maior parte quando entram a partir do segundo, terceiro ano já começam a trabalhar e até pedem para mudar de turno, o estudante começou de manhã arranhou um emprego e pede para passar a tarde no ano seguinte ou começou a tarde pede para passar para a noite no ano seguinte e a noite também pede para mudar de turno, portanto tem havido ... neste aspeto me parece que não há ... que não tem havido problemas ... e há uma absorção pelas empresas pela Sonangol, pela Tagg, pelos Bancos comerciais, como disse pelas empresas de consultoria Deloitte, KBMG e outras têm vindo a recrutar os nossos estudantes na universidade ...

**14. Acredita que o ensino superior é o grande paradigma para o desenvolvimento país?**

**15. Qual é a sua opinião sobre a expansão das instituições de ensino superior privadas em Angola (pontos fortes e fracos)?**

**R:** Eu acho que foi uma boa medida. Eu acho que o facto do Governo não ter a capacidade na altura da demanda que estava a surgir, embora o redimensionamento da UAN em mais 6 universidade e institutos superiores para alguns casos, mas mesmo assim não chegou, e portanto a aposta no ensino superior privado foi uma boa iniciativa, e hoje o ensino superior privado representa aí a volta 52%, 53% do total do número de alunos. Agora o Governo tem que fazer a sua parte que é de facto fiscalizar, acompanhar ... primeiro elaborar as diretivas, as leis para regulamentar muito coisa que ainda não está regulamentado, que ainda nalguns casos seria sob o modelo de documentos da UAN que em alguns casos estão obsoletos e então agora que há ministério é preciso que as normas do regime académico, do estatuto da carreira dos professores, da metodologia de investigação científica ... tem de vir de facto do ministério, o número de vagas o ministério até agora ainda não determina o número de vagas, cada universidade decide o seu número de vagas, mesmo na pública cada faculdade é que decide o seu número de vagas e nas privadas também, não há ainda uma estratégia em relação a isso e ... o outro é que de facto ainda há um défice na formação dos professores, não é? ... portanto há poucos doutores, há poucos mestres em alguns casos, embora os mestres há mais equilíbrio, mas há poucos doutores e então a universidade muitas vezes vive dos assistentes que acabam os cursos ou pessoas que nunca deram aulas, mas trabalham numa empresa ou são funcionários senhor do Estado que veem dar aulas também na universidade ...

**16. Quais os principais motivos para esta expansão?**

**R:** Deve-se a grande demanda

**17. Qual o papel do ensino superior privado na democratização do acesso ao ensino superior em Angola?**

**R:** Ele exerce um bom papel ... Quer dizer nós temos estado a dizer o seguinte ... o ensino superior privado veio ajudar a resolver o problema de uma maior democratização do acesso do ensino superior, mas não veio resolver na totalidade, porque o ensino superior privado tem um custo ... uma propina anda a volta de 250, 300 dólares dependendo dos cursos e nem das famílias não têm a possibilidade de ter este valor, e portanto se por um lado resolvemos o problema da classe média com mais recursos, por outro lado não resolve o problema de uma classe média ou não ou de uma classe mais pobre com menos recursos, então há uma procura muito grande

em Angola e fundamentalmente no interior, só para dar um exemplo a Lusíada abriu este ano na Lunda e nos apareceram logo mil alunos para se matricularem em Psicologia, e só abrimos 3 cursos, Psicologia, Direito e Relações Internacionais ... só em Direito apareceram logo 300 alunos, porque não há ... não há ... eu lembro-me que no ano passado abriu o Instituto Superior Sol Nascente e apareceram logo 2 mil alunos a candidatar-se e mil ficaram, portanto há uma procura no interior, porque ainda ... apesar de haver uma dimensão espacial regional do ensino superior, mas quer o público, quer o privado também ainda não atingiram as regiões académicas, vamos dar um exemplo temos ali o Huambo, as universidades que estão no Huambo ainda não chegaram ao Bié e não chegaram ao Moxico ... ainda não chegaram ao Moxico, o Estado pode ter chegado a uma única unidade orgânica ... estão no Bié, mas os outros cursos todos ainda não estão, portanto ainda há muito por se fazer para levar ... para que todas as províncias do país possam ter uma unidade orgânica das universidades públicas que existem e também universidades privadas, portanto o mercado ainda ... ainda ... ainda tem capacidade para a existência de mais universidades públicas ou Institutos Superiores Politécnicos ou de Escolas de Formação de Professores, porque há uma procura muito grande da formação superior e o Angolano tem consciência hoje de que ter uma formação superior é passaporte para melhorar as suas condições de vida ...

**18. Qual a sua opinião sobre a ampliação da oferta de vagas?**

**R:** O número de vagas o ministério até agora ainda não determina o número de vagas, cada universidade decide o seu número de vagas, mesmo na pública cada faculdade é que decide o seu número de vagas e nas privadas também, não há ainda uma estratégia em relação a isso ...

**19. Como é que a Universidade/IES define as vagas?**

**R:** Nós temos um critério que é o seguinte ... nós anualmente, por exemplo se este ano metemos ... imaginemos 300 alunos num determinado curso no ano seguinte nós achamos metemos aí 20% por cada curso de vaga, portanto é mais ou menos isso que nós fizemos ...

**20. A oferta de vagas estabelecidas tem sido preenchida pela procura dos candidatos?**

**R:** As nossas vagas todas têm sido ocupadas quer dizer preenchidas ... até porque estamos numa zona privilegiada e por causa da mobilidade dos trabalhadores as vezes até nós ficamos tristes porque não conseguimos cobrir, porque há trabalhadores que as vezes estão a trabalhar em Viana, mas de repente são transferidos principalmente os bancários de repente são transferidos para trabalhar aqui na Maianga com a dificuldade do trânsito, ele pede transferência para vir para a Lusíada e nem sempre nós temos possibilidade ... porque ele já não tem tempo trabalhar na Maianga e sai as 18 horas e o Instituto Superior esta em Viana e como é que ele vai estudar e então muito gente pede para vir para a Lusíada e as vezes ficamos tristes porque não temos possibilidades de ajudar toda a gente ...

**21. Quais as estratégias que a universidade tem adotado para divulgar informação das vagas disponíveis?**

**R:** Nós todos os anos fizemos marketing empresarial, fomos comunicados no Jornal de Angola, fizemos o nosso *spot* publicitário na televisão fizemos também na rádio, fundamentalmente na Rádio Mais e na Lac e no Jornal de Angola ...

**22. Qual(ias) a(s) finalidade(s) do exame de admissão?**

**R:** Como há muita procura a nível dos alunos na nossa universidade, nós por ano temos cerca de 2 mil alunos, mais ou menos 2 mil e trezentos, 2 mil e quinhentos alunos, então serve para tentar entrar os melhores, só que em Angola está difícil encontrar quem são os melhores (risos), porque eu posso dar um exemplo, este ano pelos menos nos 500 alunos que vieram fazer prova de acesso só tinham passado cerca de 10 a 15 com positivas mesmo, o resto foi mesmo um desastre ...

**23. Considera que a instituição tem em conta as três dimensões da universidade (ensino, pesquisa e extensão) ou é um espaço voltado somente para o ensino?**

**R:** Nós temos as três áreas ... nós temos vários centros de investigação, aqui praticamente cada um curso tem um centro de investigação ... em Direito, Economia, Psicologia estamos agora a montar uma Clínica de Psicologia para fazer testes também, portanto cada curso tem um centro de investigação. Depois temos os centros de formação pós-graduada, por exemplo neste momento estamos a dar mestrado em Direito, na áreas das Ciências Empresariais e na área das Ciências Jurídico-Civistas, em Economia estamos a dar na Economia e na área de Gestão dos Recursos Humanos também ...

**24. Existem mecanismos de acompanhamento das trajetória académicas dos estudantes? [Se sim, quais? / Se não, porquê?]**

**R:** Temos feito investigação nos nossos centros que tem têm feito este tipo de trabalho

**25. O que pensa da aposta na formação contínua dos docentes?**

**26. Tendo em conta a utilização de novas tecnologias aplicadas ao ensino, qual tem sido a política da instituição para favorecer aos estudantes a conexão com a sociedade do conhecimento?**

**R:** Todos os nossos cursos têm uma cadeira de informática e os alunos do curso de informática têm laboratórios de informática neste aspeto não temos tido problemas, embora penso que podemos fazer mais, mas é um trabalho que tem sido feito regularmente até porque colocamos como obrigatoriedade uma cadeira ligada às tecnologias de informação e também adotamos ... como os nossos alunos têm muito dificuldade de Inglês e de Português mesmo fora do currículo escola a universidade dá grátis aos 6 mil alunos que estão aqui Língua Portuguesa e Inglês para o 2.º e para o 3.º anos, aqueles cursos que já têm Inglês não há problemas nenhum que é o caso das Relações Internacionais e têm também um ano de Português, o Direito e as Relações Internacionais têm um ano só de Português e Inglês, os outros cursos todos metemos o Inglês e Português como grátis oferecidos pela universidade, e assim os alunos têm pelo menos 2 a 3 anos de português e 3 anos de Inglês ...

**27. Como se processa o recrutamento dos docentes? Existem mais professores a tempo inteiro ou a tempo parcial?**

**R:** Nós anualmente temos cerca de 205 docentes ... e hoje já é mais fácil, no passado foi mais difícil recrutar docentes, mas não temos tido problemas, porque nós fizemos uma coisa boa que foi ... todos os nossos melhores alunos mandamos fazer mestrados no Brasil, em Portugal, nos EUA e em França, eles voltaram e hoje são os nossos docentes ... e estão a contribuir hoje temos poucos docentes da UAN e temos outros docentes que são quadros dos ministérios têm mestrados, têm doutoramentos, são Diretores nacionais veem dar aulas de manhã, à tarde e à noite. Nós temos a tempo parcial ... no nosso acaso aqui na Lusíada nós temos cerca de 60 professores em tempo integral é pouco para um leque de 250 docentes é pouco ...

**28. Qual o perfil dos estudantes da instituição (finalistas do ensino médio/trabalhadores-estudantes)?**

**R:** A maior parte vem do ensino médio ou do Puniv, IMEL e outros institutos privados que há por aí, e então são os estudantes do período da tarde e da manhã, agora os da noite são mesmos trabalhadores o que tem acontecidos é que estudantes no 1.º ano não trabalham e no 2.º ano já começam a trabalhar e também temos alguns estudantes que são bolsheiros do INABE

**29. Tendo presente o investimento financeiro que a frequência académica exige, como perceciona a relação da universidade com as famílias?**

**R:** É assim ... nós aqui na Lusíada em princípio a nossa propina são 300 dólares, esta propina existe desde que a universidade abriu nunca aumentamos, portanto é uma propina que existe há 13 anos e consoante o país foi evoluindo e a inflação foi baixando também os custos ... 300 dólares de 13 anos atrás não é nada, por outro lado também há estudantes que têm bolsa do INAB ou bolsa do INABE ou bolsa dos petróleos ou bolsas dos antigos combatentes, há aí empresas que também dão bolsas e temos cerca de 300 estudantes que são bolsheiros da universidade, portanto como bolsa familiar quer dizer que os donos cada um tem cerca de 100 bolsas para oferecer e há bolsas que são oferecidas a algumas instituições, por mérito não é? ... aos desportista, basquetebol, aos estudantes que fazem desporto universitário, estudantes mais carenciados veem falar com o Reitor que leva ao Administrador ... portanto temos cerca de 300 bolsas. Nos últimos anos a universidade investiu cerca de 1 milhão de dólares na formação dos nossos estudantes fora do país que fizeram a licenciatura começam como monitores do 3.º ano e depois assistentes estagiários e depois de 2 a 3 anos como estagiários é-lhes oferecido uma bolsa para irem para Portugal ou para Brasil, França, Grã-Bretanha ou EUA e muitos desse voltaram com o financiamento próprio da universidade e valeu a pena esta questão e até em alguns casos depois de formarmos estes quadros foram absorvidos pelo Ministério das Finanças (risos) ... e continuam aqui como docentes ... nós também não vamos estragar a vida dos jovens ... os jovens querem ... querem o estado e então vamos conciliando as coisas ...

**30. Tem conhecimento de estudantes oriundos de famílias com baixo rendimento e que fazem um grande esforço para manterem os seus filhos nesta instituição?**

**R:** A universidade tem ajudado as famílias ... ainda ontem duas jovens vieram ter comigo, cujos pais têm poucos recursos e foi-lhe dada a bolsa ...

**31. [Se sim] O que é que a universidade tem feito para ajudar os alunos destas famílias?**

**R:** Nós temos cerca de 300 estudantes que são bolsheiros da universidade, portanto como bolsa familiar quer dizer que os donos cada um tem cerca de 100 bolsas para oferecer e há bolsas que são oferecidas a algumas instituições, por mérito não é? ... aos desportista, basquetebol, aos estudantes que fazem desporto universitário, estudantes mais carenciados veem falar com o Reitor que leva ao Administrador ... portanto temos cerca de 300 bolsas. Nos últimos anos a universidade investiu cerca de 1 milhão de dólares na formação dos nossos estudantes fora do país que fizeram a licenciatura começam como monitores do 3.º ano e depois assistentes estagiários e depois de 2 a 3 anos como estagiários é-lhes oferecido uma bolsa para irem para Portugal ou para Brasil, França, Grã-Bretanha ou EUA e muitos desse voltaram com o financiamento próprio da universidade e valeu a pena esta questão e até em alguns casos depois de formarmos estes quadros foram absorvidos pelo Ministério das Finanças (risos) ... e continuam aqui como docentes ... nós também não vamos estragar a vida dos jovens ... os jovens querem ... querem o estado e então vamos conciliando as coisas ...

**32. Apesar dos constrangimentos financeiros, considera que procura por parte das famílias/estudantes tem aumentado, diminuído ou estagnou?**

**R:** Tem aumentado, tem aumentado aqui na Lusíada a maior parte dos alunos que veem têm recursos ... digamos que apenas 10% pode não ter recursos, mas o resto pagam as propinas normalmente, nós não temos problemas ... é assim os nossos estudantes ... as aulas começam em Março, em Março pagam e depois ficam Abril e Maio não pagam em Junho veem pagar tudo, porque aqui ninguém faz exames se não tiver a propina em dia e então não temos tido estes problemas ... Pode haver um ou outro problema de um ou outro estudante eu não vou dizer que não que tenha possibilidade de pagar, tenho aqui o processo de um aluno que diz que não tinha dinheiro para pagar e queria matricular-se e aceitamos matricular fora de época, é claro que não podemos fazer isso para todos, mas casos bem justificados sim ... é claro que temos que nos entender ...

Acrescentar: Eu creio que ... hoje há mais consciência da importância do ensino superior privado em Angola, o ensino superior privado hoje é um parceiro do executivo, é também um filho não podemos olhar o ensino superior privado como um enteado e ... e há também uma maior exigência na qualidade do ensino que oferece, na qualidade das condições que oferece e nas infra-estruturas na biblioteca, nas atividades científicas e na formação pedagógica dos professores, portanto há uma maior responsabilidade neste aspeto e há também maior consciência ... antigamente as pessoas queriam dar aulas para fazer banga como professor universitário, hoje não os professores cumprem com a regra do regime académico quer do ponto de vista da avaliação, quer do ponto de vista da transmissão do conhecimento, na publicação das notas, portanto há uma maior consciência a nível dos professores e depois aqui neste caso nós temos a universidade altamente organizada, porque está tudo informatizado ... aqui está tudo informatizado, se quiser a informação de um aluno é só clicar no número do aluno e está lá todo o seu historial e isto ajuda no trabalho do professor e da própria universidade ...o nosso professor quando vai dar a prova tem a pauta manual vai na área académica tem lá a senhora para lançar dos alunos e assina a pauta computadorizada, portanto acho que é um ganho que nós temos aqui a nível da universidade Lusitana ...

## **PROTOCOLO DE ENTREVISTA REALIZADA AO VICE-REITOR DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (D)**

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Diretor Executivo em exercício: Universidade Óscar Ribas**

**Apresentação:** Sou A. Miguel, na Universidade Óscar Ribas exerço o papel de Diretor Executivo numa perspectiva da construção do governo que ainda não está construído, não está criado, porque nós temos neste momento um Reitor nomeado já foi empossado e como ele vem de um lado para o outro, vem da Europa para aqui está a criar esta fase de introspeção para poder ver que equipa é que ele pode formar e porque eu já tive com ele uma interação na minha qualidade de consultor do grupo Pitabel para o ensino superior fui eu que fiz o trabalho de avaliação se ele pudesse ser a pessoa digna ou não e esta aferição permitiu já que ele fixasse em mim uma responsabilidade de substituição, portanto eu tenho a responsabilidade de substituir o Reitor nas suas ausências na qualidade de Diretor Executivo, outra parte da estrutura é aquela que vamos completando porque ele só terá fixação de residência em Agosto e nesta altura terá uma noção de como vai constituir o Governo e a partir daí funcionar normalmente ... Sou também docente e coordenador do departamento de Relações Internacionais, aliás a minha formação é em Relações Internacionais, fiz uma licenciatura em Ciências Sociais e depois fiz um mestrado em Relações Internacionais ... neste momento coordeno também o departamento de Direito nessa transição até a constituição do governo da universidade ...

### **1. Os interesses/motivos em abrir a universidade Privada que preside/administra?**

**R:** As universidades privadas ... permita que lhe diga tem dois indicadores que são conexos, uma é a razão de o Estado ter reconhecido de que não podia assumir por si só toda a responsabilidade ao nível do processo da formação de quadros como no princípio se tinha aparentemente demonstrado que o Estado podia, fazia tudo etc ... No âmbito da ideia de repensar o Estado ... o Estado permitiu liberalizar um pouco esta área do ensino, permitindo que pessoas singulares ou coletivas pudessem intervir. E as escolas do ensino superior privado surgiram como quase entre aspas cogumelas como os colégios haviam surgido em tempos atrás, mesmo por causa dessa abertura, porque ... e também não havia um órgão específico ao nível do Governo que pudesse regulamentar, que pudesse conceber e autorizar estas instituições a nível do ensino superior. Até a criação da Direção Nacional para o Ensino Superior onde eu também fiz parte como Chefe principal do Departamento para a Extensão Universitária e todos os processos passavam pela minha mão e iam depois para o Conselho de Direção para serem aprovados e seguia para o Conselho de Ministros e depois então o Conselho de Ministros aprovar os decretos e saíam publicados ...

### **2. Qual é o objetivo/missão que a universidade persegue?**

**R:** É ... é portanto ... o objetivo é ... é o que o Estado estabeleceu formar ... contribuir para a formação de quadros nacionais no sentido de tornar o país com uma quantidade e qualidade de quadros suscetível para poderem digamos contribuir para o processo de reconstrução. Como deve calcular o país veio de uma guerra muito triste, devastadora e os quadros são escassos para essa tarefa de grande dimensão que é a reconstrução nacional e ...e esse o objetivo principal de facto da universidade. A visão ... a visão podemos colocar-lhe em três indicadores, por exemplo, como instituição emergente enquadrada no subsistema do ensino superior temos que pensar não só na formação quantitativa como também na formação qualitativa, isto implica que a universidade tem de ter uma infraestrutura que seja compatível com as exigências de uma universidade, por outro lado, a universidade tem de se colocar também no subsistema do ensino superior como uma universidade de referencia, porque qual é a ideia, a ideia é que ... e é o que nós estamos a trabalhar neste momento ... não podemos permanecer com a ideia da generalidade, quer dizer, formar em todo o quadro no âmbito total das formações. Nós temos duas áreas ... temos as áreas das Ciências Sociais e Humanas e temos as áreas das Ciências das engenharias e tecnologias, a nossa opção neste momento é atacar, é investir com grande ímpeto ao nível das áreas das engenharias e Ciências e Tecnologias para nos referenciar com alguma qualidade nesse domínio ...

### **3. Quais os fins (lucrativos ou outros de cariz mais humanitário) que a criação da universidade tem em vista?**

**R:** Nós temos dois domínios ... por exemplo, os fins lucrativos é a natureza constitutiva do direito privado da própria universidade ... isto é o investimento privado, logicamente há aqui este dois binómio buscar a possibilidade de rentabilizar o negócio para melhorar também as condições de continuidade do próprio negócio do ponto de vista do conceito económico de produção, de reprodução e ampliação das infraestruturas e dar alguma qualidade e conforto para que ela possa persistir no mercado, por um lado, por outro lado é aquilo que hoje ainda não temos sequer assegurado a contribuição, a participação do Estado em projetos por exemplo de investigação e tecnológica que pudesse permitir que áreas de grande impacto de investimento pudessem ser também ... digamos contar com a contribuição do próprio Estado, um exemplo específico é o problema dos laboratórios. Os laboratórios são caros ... são acima de mais de 1 milhão de dólares, nós temos aqui 4 laboratórios todos das áreas das engenharias civil, eletromecânica, informática e etc, e como deve calcular manter estes laboratórios não é ... não é fácil ...

#### **4. Como caracteriza o tipo da sua instituição (familiar, empresarial, parceria internacional)?**

**R:** Nós temos ... esta instituição tem parceria internacional em detrimento até em abono da verdade da parceria digamos nacional, por exemplo no domínio do subsistema a nossa cooperação é mais virada no plano internacional do que no plano nacional, nós só temos para te dizer também um acordo com a Universidade Técnica de Angola (Utanga), mas como também deve calcular como são universidades que pairam no mesmo sistema quase que a implementação desse acordo é exíguo, porquê porque ninguém tem para dar ao outro é o que se pensa e os acordos são apenas resumidos no protocolo que foi assinado, ainda não há um aproveitamento coerente, sistémico e eficaz em relação o conceito da cooperação institucional seja no âmbito tecnológico, seja no âmbito da formação de quadros e seja até no âmbito também profícuo da relação institucional que deriva por exemplo da governação universitária, isso é um conceito fundamental ... como governar a universidade e se pudéssemos trabalhar nessas vertentes acho que seria no domínio da cooperação indicadores fundamentais nesse sentido ...

#### **5. [No caso de parceria internacional] A parceria ainda se mantém ou não? Quais são as prioridades desta parceria em relação à instituição?**

**R:** A parceria internacional nós fazemos através de protocolos com as universidades, por exemplo temos em Portugal com a Universidade Clássica de Lisboa no domínio sobretudo da Faculdade de Direito temos uma relação muito boa com ela, que aliás temos até já um professor a fazer uma formação nesta faculdade de direito que depois vai pertencer os nossos quadros definitivamente e poder servir até de um indicador fundamental de referencia nessa cooperação, temos também um protocolo que infelizmente não é muito propenso ... enfim com o Instituto Politécnico do Porto, através da sua fundação e do próprio instituto, mas infelizmente não há uma desenvoltura prática desta cooperação ... por isso estamos a tentar ver se conseguimos reativar isso e dar aqui uma pele prática digamos na funcionalidade orgânica, temos também com Espanha ... com algumas universidades de Espanha, mas também ainda estão no ponto de falta dinâmicas de prospeção para podermos fazer coisas visíveis ...

#### **6. A criação da universidade está ligada a uma empresa? Se sim, quando é qual ela foi criada? O capital é estrangeiro ou nacional? Qual foi o capital inicial?**

**R:** Sim. Está ligada a uma empresa ... a entidade promotora é a Empresa Grupo Pitabel, e deram o nome ao colégio têm dois colégios um é Pitabel e o outro é Renata Carina, são os donos da universidade, Pitabel é o nome dos dois Sócios, é uma empresa também de direito privado. Aqui na universidade é que não, porque discutimos que o nome tinha que ser um nome mais representativo da cultura nacional e adotamos então como o patrono da universidade Óscar Ribas, o grande escritor nacional da tradição oral angolana ...

#### **7. Na sua perspetiva, qual a função de uma instituição de ensino superior/universidade privada?**

**R:** A função essencial é ajudar o Estado a formar os quadros angolanos numa dimensão qualitativa que possa potenciar digamos também a participação das universidades no processo da reconstrução nacional, seja ele no domínio técnico, seja no domínio tecnológico, académico e científico ...

#### **8. O que acha das novas decisões e exigências internacionais sobre a educação dos países em desenvolvimento, no âmbito da educação como um direito?**

**R:** Isso já tem reflexos na nossa legislação, por exemplo a legislação do subsistema do ensino superior já evoca essa necessidade, aliás também é um princípio constitucional de que a cidadania ... o angolano tem direito à educação, à saúde, à habitação ... e estamos a ver coisas que se fazem no país, seja no domínio ... por exemplo como deve calcular desde a independência até a pouco tempo só havia um conceito de universidade que era a UAN hoje já temos umas quantidades de universidade na área privada e agora parece que houve mais extensões também da própria universidade pública, portanto é para ver a necessidade do executivo no sentido de que a educação é forte e tem que ser na educação que tem que se apostar e é extensivo a habitação, na saúde é que ainda vamos tendo alguns dificuldades, porque estamos a construir hospitais mais nos faltam recursos humanos cimentar a continuidade do tratamento do cidadão com alguma qualidade, etc, mas acho que daqui a algum tempo nós vamos ultrapassar esta transição e é própria as dificuldades dos processos de transição ...

#### **9. O que está na base da escolha dos cursos a oferecer pela instituição (interesse)?**

**R:** Os cursos foram muito ... haaa ... do ponto de vista da conceção que lhe deve ... que lhe possa explicar foram muito aleatórios, não houve digamos uma pesquisa anterior para saber se a vocação da universidade se podia digamos determinar a tipologia dos cursos, não, tanto mais que hoje podemos ver que a maior parte das universidades sejam elas de domínio privado, sejam de domínio público dão quase os mesmos cursos, não é? então se fosse uma previa reparação, uma previa conceção de saber eu estou no mercado ... estou no mercado se aquela tem o curso tal se o curso tal esta generalizado este curso, eu prefiro ir buscar um curso do tipo tal e do tipo tal para criar também uma novidade no mercado, mas infelizmente não a conceção que se tem é a conceção da generalidade e nós não fugimos a regras a esta ... a esta questão .....

#### **10. Porquê a criação de vários cursos num curto espaço de tempo?**

**R:** Não. É que naquela altura quando as entidades promotoras fossem levar o processo ao Ministério da Educação levavam já com um conjunto de cursos para serem também aprovados, mesmo inclusive que não fossem já efetivados, a ideia é salvaguardo-me já logo tenho a capacidade de implementar quando eu criar as condições porque já tenho os cursos aprovados, aliás um exemplo típico é que esta aprovada a universidade José Eduardo dos Santos com os cursos e tudo, mas não tem ainda a implementação, mas há um decreto do Conselho de Ministros que aprova que os cursos e a universidade, mas os cursos não existem na prática e publicaram no Diário da

República, portanto é como se fosse vou ocupar o espaço para quando eu tiver condições de realizar. A ideia foi na generalidade deste modo, por isso é que temos cursos idênticos na maior parte das universidades ...

**11. Para a criação dos cursos tem em conta a procura por parte dos estudantes e/ou as necessidades do país e a demanda do mercado?**

**R:** Não. A condição da procura já existia no mercado, porque com a UAN não se resolvia a demanda, não é? A oferta era tanta e as instituições eram escassas, portanto, logo o princípio da procura e da oferta colocou-se como lhe dizia anteriormente que as universidades surgiram como cogumelos ao nível do jeito dos colégios, então saíram as universidades que era para quê, para ocupar o espaço das necessidades de jovens tinham a ânsia, desejo e vontade do acesso ao ensino superior, portanto e aí o ensino superior privado acaba de ser uma complementaridade já depois da incapacidade de infraestrutura e de meios que a universidade estatal tinha para oferecer ...

**12. Na sua opinião, os cursos têm estado a responder às expectativas dos estudantes?**

**R:** Não. Não no sentido de quê, por exemplo nós hoje verificamos nas escolas constantemente mudanças de cursos por parte dos estudantes, porquê por que quando ele vê que reprovou um ano numa determinada área, ele diz epa, então se reprovei um ano então vou num outro curso para ver consigo fazer o outro curso, portanto, não é muito o conceito de vontade da família ... a família quer ter um filho formado, porque antigamente nós tínhamos os desejos em criança, quero ser médico, quero ser engenheiro e se a família absorvesse essa intenção colocava o seu filho nesse caminho de ser um engenheiro, ter um médico na família. As famílias mais tradicionais algumas delas conseguiram, sobretudo estas da plataforma da elite, etc ... algumas conseguiram ter engenheiros, médicos, arquitetos, etc, mas outras já não, ... não só por razões de opções mas também por razões financeira no fundo, porque eram cursos técnicos que naquela altura na era colonial custavam muito dinheiro. Mas hoje a visão não é que a família encaminhe, é mais o desejo que família precisa de ter um filho com um curso superior, pronto ponto final (risos) ... é assim que se concebe ...

**13. E até que ponto, do seu ponto de vista, satisfazem as expectativas das famílias, do mundo empresarial e produtivo?**

**R:** Essa é que é a grande dificuldade, por exemplo nós hoje temos como deve compreender e isto é antigo e se fizermos analogia corresponde ao que posso afirmar agora os cursos tecnológicos mesmo no tempo colonial eram de acesso difícil, hoje também continua ainda a ser de acesso difícil os cursos tecnológicos, é aí onde reside o menor número de estudantes, os genéricos aí sim, por exemplo na nossa escola ao nível da gestão nós temos o maior número de estudantes no curso de Gestão ... Gestão e Marketing e o menor número é nos cursos tecnológicos, portanto essa realidade acaba por criar, digamos alguma dificuldade na ideia de que este ou aquele curso é optativo para quem ... os que estão a vir de outras universidades para a nossa mesmo fazendo engenharia ali e aqui têm as equivalências e em termos curriculares e as vezes são obrigados a fazer algumas cadeiras, porque também há o desfasamento ao nível da estrutura dos cursos entre as universidades, o Ministério tem que normalizar isso, tem que normalizar isso, tem que legislar isso, tem que haver o tronco comum ao nível das escolas para todos os cursos e depois então haver a complementaridade e é essa complementaridade que tem que ter fundo da realidade nacional, vinculada a empresa nacional, vinculada a indústria nacional e vinculada ao mercado agrícola nacional, parece que há um desfasamento que é estrutural então temos que trabalhar no sentido de criar aqui uma uniformidade que permita que essa desestruturarão passe a garantir, não é? Continuidade para os espaços da necessidade, seja da produção e alcançar a produtividade no âmbito do processo de reconstrução nacional ...

**14. Acredita que o ensino superior é o grande paradigma para o desenvolvimento país?**

**R:** É ... é a base ... é fundamental. Se ela for tratada convenientemente do ponto de vista do investimento da qualidade, do ponto de vista do investimento técnico e tecnológico, vamos ter sim este princípio reiterado de que é base e é a base, aliás o programa do Governo sustenta que tem de haver ... os ministérios têm de trabalhar no sentido de capitalizarem os quadros para as melhores universidades do mundo. Esta condição é de se pensar que a qualidade de ensino do ponto de vista estrutural tem de ser o fomento para o processo do desenvolvimento social, económico e político do país, aliás é o princípio da educação, se nós não apostarmos na educação, na qualidade do homem não há desenvolvimento ...

**15. Qual é a sua opinião sobre a expansão das instituições de ensino superior privadas em Angola (pontos fortes e fracos)?**

**R:** Este é um problema que não pode ... que não pode ... Este é um problema que também o Estado tem de regular ... o Estado tem de regular, mas também não se esqueça que o nosso território é vasto, agora precisamos também de resolver um problema do conceito territorial, nós temos ainda populações que vivem muito desabitada do ponto de vista de ocupação do espaço territorial, então como é que podemos nos organizar é haver um plano de desenvolvimento no sentido da expansão, o Governo tem de saber quando é que quer universidade na área do Sul, por exemplo na parte sul do país quantas universidades é que o Governo quer, sejam privadas ou sejam públicas. As universidades não podem continuar a surgir como cogumelos como lhe disse anteriormente, não tem que haver uma necessidade, reconhecimento do próprio Estado que acredita as próprias universidades se podem ou não podem ser implantadas, já na base da necessidade do desenvolvimento do país, para nivelar ... nivelar e atender também a qualidade das universidades que vão surgindo. Hoje já não temos necessidade de haver universidade do ponto de vista quantitativo, hoje temos necessidade de haver universidade e institutos tecnológicos e técnicos com a qualidade já, seja ao nível das infraestruturas, seja ao nível dos recursos em termos de docentes, seja ao nível dos recursos humanos que garantam e assegurem a funcionalidade administrativa da instituição de ensino superior, essas exigência a lei já prevê ... agora precisamos é de criar instrumentos que avalizem todo este processo e deem aquela ... aquela aplicação em termos de fiscalização ...

**16. Quais os principais motivos para esta expansão?**

**R:** A necessidade da expansão é eminente, é necessária porque ... aliás o indicador segundo a qual a nossa população é jovem, maioritariamente jovem tem que se dar formação a estes jovens. O que eu defendo é que esta expansão tem de ser regulada ... tem de ser regulada para não permitir que haja apenas instituições quantitativas em detrimento das instituições qualitativas, já não temos necessidade

de fazer uma expansão quantitativa, temos necessidade sim de fazer uma expansão qualitativa independentemente de que o objetivo principal é absorver a maior parte dos jovens que ainda estão fora do subsistema do ensino superior e que necessitam de ser enquadradas no subsistema do ensino superior, mas essa necessidade tem que ser acompanhada na qualidade das instituições que devem surgir no âmbito do conceito da expansão do ensino superior ...

#### **17. Qual o papel do ensino superior privado na democratização do acesso ao ensino superior em Angola?**

**R:** Sim. Aliás o facto do Governo ter liberalizado já o monopólio que havia de que o ensino superior era detentora primeiro do Estado é o princípio já de democratização do ensino, o que podemos também reforçar aqui é a vinculação participativa dos estudantes em relação ao próprio processo de gestão da universidade, com a implantação das associações nós já temos aqui uma associação que tem o seu estatuto próprio e gere toda a atividade estudantil no âmbito do movimento associativo, isto é uma forma de democrática de participação dos estudantes, portanto não queremos anarquizar o ambiente universitário estudantil, queremos é organizar e esta forma de existirem associações e serem consideradas parceiras da gestão da universidade é uma das condições que podemos também apresentar como um princípio da democratização de ensino ...

#### **18. Qual a sua opinião sobre a ampliação da oferta de vagas?**

**R:** Aqui há dois ... nós temos um problema muito sério em relação a isso ... o Ministério normalmente determina os números cláusulos, através das nossas necessidades ... nós enviamos as nossas necessidades ao Ministério e o Ministério em função a isso acaba por determinar os os números cláusulos que são as vacaturas ao nível das universidades, mas em contrapartida nem sempre isto é assim, não é? Porque estamos num mercado já com algumas noções de competitividade o que sai de lá não está no número cláusulos e vem para aqui e o que sai daqui não está no número cláusulos e vai para ali, quer dizer que não é ainda fixo aqui a relação dos dados em termos da vacatura, em termos de números de vagas, por exemplo este ano nós tivemos dificuldades de preencher o número cláusulos logo nos primeiros meses, só um pouco mais tarde é que conseguimos preencher, mas como deve calcular atrasa o processo de organização ... do ponto de vista académico, pedagógico, etc. Os estudantes veem mais tarde porquê porque o grande problema também é que a lei é contraditória, eu vou lhe dar um exemplo a lei diz que todos nós escolas do subsistema do ensino superior temos que fazer provas de admissão e o que é que acontece se tens por exemplo 1500 candidatos para fazerem a prova não tens neste período este número de candidatos vão aparecendo a gota, e porquê que te vão aparecendo a gota por causa de um facto que é um facto público que não é o mesmo do facto privado é que nas escolas privadas pagas propinas e nas escolas públicas não pagas propinas, então a maior parte da juventude que tem condições de acesso vão apegar-se primeiro a pública e depois da pública ter feito todos os seus resultados de avaliação, das candidaturas e enquadramento aqueles que sobrarem correm a última da hora para as privadas já combinado com as famílias a possibilidade de poderem gerir os poucos recursos que têm, os poucos meios financeiros que têm a sua disposição para fazerem uma formação ao seu filho numa escola privada, portanto é aí também que concorrem alguns problemas, apesar de que pronto o princípio de lei é que todos têm que fazer a prova de admissão e concomitantemente não tem que se ficar condicionado a esta realidade, mas esta realidade é de fundo ...

#### **19. Como é que a Universidade/IES define as vagas?**

#### **20. A oferta de vagas estabelecidas tem sido preenchida pela procura dos candidatos?**

**R:** Acaba por ser preenchida, mas neste processo retardado (risos), porque o que esta a sair da UAN com os prazos todos finalizados, os nossos também estão em fim já acabamos por absorver aqueles que estão a vir não vamos fechar as portas quando ainda há este processo, mas é um processo que depois na lógica organizacional acaba sempre por se fazer e acabamos por estabelecer toda uma boa conjuntura favorável ...

#### **21. Quais as estratégias que a universidade tem adotado para divulgar informação das vagas disponíveis?**

**R:** Isto é a publicidade ... tens que ir a bolsa para utilizar os jornais sejam públicos ou privados, a informação seja público ou privado, rádio e televisão tens que tirar a bolsa para fazer a propaganda, Agora é que está ou vai surgir uma televisão que vai tratar de trabalhar com as universidades só na vocação programática das universidades, sim ... já estiveram a trabalhar aqui connosco e a ideia é que essa televisão o foco essencial, o objeto de trabalho da televisão é difundir a programação das universidades ... és obrigado a ser parceiro do ponto de vista dos requisitos que eles colocam, não é? ...

#### **22. Qual(ias) a(s) finalidade(s) do exame de admissão?**

**R:** É seleccionar os melhores do ponto de vista da ideia de que nem todos estão em condições para entrar. É um meio quase de seleção, não é um meio de impedir, mas de saber que este aluno tem melhores qualidades de formação do período anterior e te possibilita, não é? Poder acompanhar melhor a desenvoltura no ensino superior na universidade em que estas a ministrar os teus cursos e aqueles que não têm acabam por ficar para depois, é um meio de seleção do ponto de vista da admissão ...

#### **23. Considera que a instituição tem em conta as três dimensões da universidade (ensino, pesquisa e extensão) ou é um espaço voltado somente para o ensino?**

**R:** É ... nós temos na generalidade ... é uma pergunta extremamente importante e acho que é das mais importantes, estas três dimensões não se acompanham entre si, não são relacionáveis do ponto de vista teórico sim, todas as universidades colocam isso como um indicador a atingir, na prática a ciência ainda não é um objeto de trabalhar neste momento nas universidades do país, mesmo quando algumas aparecem a querer apresentação algum diagnóstico de trabalho científico, mas a repercussão internacional não advoga isso, então precisamos de investir no domínio científico, o Ministério da Ciência e Tecnologia já nos apresentou o seu programa, nós já estamos a

trabalhar em criar linhas de investigação, o Ministério da Justiça e Direitos Humanos também vieram ter connosco, estamos a trabalhar também vocacionado aos Direitos Humanos a Justiça etc, portanto vamos trabalhar também nisso, já estamos a trabalhar no acordo no sentido de poder traduzir a vontade das partes e podermos trabalhar neste sentido e é muito bom quando os ministérios estão aparecer na universidade para poderem dinamizar o conceito científico e até de gestão da governação, isso é muito importante ...

**24. Existem mecanismos de acompanhamento das trajetória académicas dos estudantes? [Se sim, quais? / Se não, porquê?]**

**R:** O processo ainda é de descontinuidade, porque ele sai da universidade e nunca mais aparece. É formado e nunca mais as vezes vem para a universidade, temos que fazer um trabalho interno profundo seja de publicidade mesmo internamente com conferencias, palestras no sentido de fazer com que o aluno entenda que ao fazer a sua licenciatura não termina aí a sua vocação universitária, tem de continuar com as pós-graduações, com os mestrados, tem de continuar com o doutoramento para ele poder ser um indivíduo capaz do ponto de vista das competências, das valências, das atribuições técnicas e científicas e tecnológicas, porque não basta só a licenciatura ...

**25. O que pensa da aposta na formação contínua dos docentes?**

**R:** Isto é fundamental, porque a base de dados que nós podemos apontar é que a maior parte dos docentes que estão que lecionam no ensino superior não têm formação pedagógica, então precisamos ... porquê porque a maior das universidades na sua generalidade também são cobertas são cabimentadas com este conjunto de professores em tempo parcial, nós ainda não conseguimos trabalhar a nível do país todo o nível no sentido de permitir que a lei diz que as universidades devem ter entre 40 a 50 por cento de professores em tempo integral para manter a regularidade do funcionamento orgânico da universidade, logicamente se nós temos ainda uma quantidade de professores em tempo parcial, que não estão vinculados do ponto de vista integral na universidade aí a qualidade de ensino também apresenta algumas dificuldades ...

**26. Tendo em conta a utilização de novas tecnologias aplicadas ao ensino, qual tem sido a política da instituição para favorecer aos estudantes a conexão com a sociedade do conhecimento?**

**R:** Nós por exemplo, tivemos aqui algumas empresas que trabalham no domínio da informática e mesmo no domínio das engenharias e o que está acordado é a potencialização dos nossos laboratórios, por exemplo ao nível da informática, dos laboratórios tecnológicos, para que esta tecnologia da informação se agregue ao conhecimento, porquê ... por exemplo o Ministério das Telecomunicações tem que se aproximar as universidades, tem de criar programas vocacionadas as universidades, em áreas porque se não ... porque se não nós estamos ... os Ministérios têm que se vincular as universidades para ajudarem as universidades a fazerem ciência, não é? Não é que cada ministério parece que a guisa de moda, não sei se isto vai pegar ... cada ministério quer criar a sua universidade, não pode ser! Os ministérios têm de investir no que necessitam de colher da universidade, não é? O que a universidade pode lhes oferecer e o que eles podem oferecer a universidade, tem de haver aqui uma relação recíproca no sentido de que se o ministério olhar para a área do conhecimento e fomentar este conhecimento no local próprio que é a universidade estaremos todos de parabéns ...

**27. Como se processa o recrutamento dos docentes? Existem mais professores a tempo inteiro ou a tempo parcial?**

**R:** Não. Existe mais professores em quase na generalidade mais em tempo parcial do que em tempo integral, porquê porque também ali é uma área de investimento, não é? Precisas de ter professores a tempo integral com alguma qualidade e para transformá-los em tempo integral tens que pagar bem, e essa é que é a grande aposta do investimento privado, não é? A qualidade de se pagar aos quadros nacionais para potenciar a mais-valia e as competências do conhecimento científico ainda infelizmente é quase nula para, para não dizer rasteiras, não é? (risos) ...

**28. Qual o perfil dos estudantes da instituição (finalistas do ensino médio/trabalhadores-estudantes)?**

**R:** Na generalidade são finalistas do ensino médio, aliás a lei diz que quem concluir o ensino médio ou ao equivalente tem direito ao acesso ao ensino superior, sim. Esta é a base da lei é a interpretação, não ... mais os trabalhadores têm que ter esta condição básica de formação anterior, mais se ... por exemplo no nosso Curso de Gestão onde a maioria de estudantes que este curso abarca uma boa parte das turmas são constituídas por estudantes trabalhadores. São pessoas que já estão no mercado de trabalho e veem aprender para se qualificar, muitos deles não estão nas mesmas áreas ... muitos deles não estão nas mesmas áreas, neste aspeto há também uma disfunção muito grande, as pessoas não estão a se formar as vezes nas áreas técnico profissionais que exercem nos seus locais de trabalho, não o conceito é ter uma formação superior e o resto vê-se, é um problema de orientação, exatamente ...

**29. Tendo presente o investimento financeiro que a frequência académica exige, como perceciona a relação da universidade com as famílias?**

**R:** É o trabalho da universidade com as comunidades ... a universidade tem que ter esta vocação virada as comunidades, o que é que significa os projetos de investigação científica que a universidade tem de idealizar tem que ter este enfoque de melhorar as condições das comunidades onde a universidade está inserida, se não isto ... não pode haver esta relação entre a universidade e as famílias e a comunidade se não houver um envolvimento da própria universidade em busca das necessidades das comunidades e das famílias e solucioná-las. Um projeto por exemplo de água de luz pode ser também trabalhado ao nível da universidade e pode ser capitalizável com outras contribuições, portanto a vocação da universidade com a comunidade é uma das funções primordiais ao nível daquilo que são as competências das universidades ...

**30. Tem conhecimento de estudantes oriundos de famílias com baixo rendimento e que fazem um grande esforço para manterem os seus filhos nesta instituição?**

**R:** Nós temos aqui ... na Universidade Óscar Ribas nós temos e ... e por grandes pecados ou do maiores dos pecados é que a dada altura acabamos por não assistir a conclusão porque desistem por falta dessa capacidade de não poderem pagar os seus compromissos, de cumprirem com os seus compromissos e terminarem a formação, mas em alguns casos nós temos sido muito digamos a generosos, por exemplo muito recentemente um grupo de cinco alunos trouxeram aqui as mães ... e o que é que nós fizemos pegamos nos processos que agora acompanhamos a nível do enquadramento no Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE), fizemos inclusive uma carta especial ao Diretor do INABE para atender estes casos que inclusive os municípios ao nível da administração conferem um atestado do nível de pobreza e então nós enviamos para o INABE oxalá que o INABE atenta esta preocupação ...

**31. [Se sim] O que é que a universidade tem feito para ajudar os alunos destas famílias?**

**R:** Nós não temos uma vocação de dar bolsa ... o que acontece é que o aluno que tem e esta no nosso regulamento interno, o aluno que tem a capacidade de atingir uma média de atingir uma média de 16 valores nós atribuímos de facto uma bolsa interna, chamamos bolsa interna só a este nível mesmo da qualidade do aluno do interesse do aluno e a partir daí oferecemos sim aquilo que nós chamamos de bolsa interna ...

**32. Apesar dos constrangimentos financeiros, considera que procura por parte das famílias/estudantes tem aumentado, diminuído ou estagnou?**

**R:** Sim. Porque como lhe disse se o indicador continua de que a nossa população é jovem maioritariamente deve calcular que esta procura será continuamente permanente ...

Acrescentar: é só dizer que a nossa universidade, o nosso subsistema carecem ainda de algumas políticas de apoio decisivas, como por exemplo há uma carência na falta de uma lei de financiamento as instituições de ensino superior que poderíamos dar ali uma cabimentação ao nível dos projetos científicos e mesmo da formação de docentes que agora provavelmente, não sei se é esta dimensão, não percebo que foi agora aprovada ao nível da estratégia da formação de quadros do governo dos ministérios, vamos ver se o alcance em relação a participação das universidades com este enfoque que o Estado dá nesta estratégia será de dimensão quantitativa significativa para irmos buscar resultados de alguma qualidade no sentido de potencializar não só os quadros e até de dar mercado e de dar qualidade a própria universidade ...

## **PROTOCOLO DE ENTREVISTA REALIZADA AO VICE-REITOR DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (E)**

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Vice-reitor: Universidade Lusíada de Angola**

**Apresentação:** De profissão sou professor já dou aulas a 28 anos e neste preciso momento faço parte da carreira universitária na categoria de professor auxiliar, estou a quase 3 anos em comissão de serviço a exercer a função de Reitor da Universidade de Belas, estou no meu primeiro mandato que termina no próximo ano se não for renovado saio se for renovado continuo, portanto este é o meu contexto, neste momento estou a gerir uma universidade ...

**1. Os interesses/motivos em abrir a universidade Privada que preside/administra?**

**R:** Falando dos objetivos da universidade em primeira análise surgiu como um projeto simplesmente ... como um projeto de poder acudir aqueles que não tinham possibilidade de como estudar, ou seja apoiando o Estado naquilo em que o Estado não podia cobrir, não é? Que a gente sabe que é o ensino superior e nem sempre ou nunca havia vagas na instituição pública, então foi também de interesse dos proprietários da universidade pensar nisto, abrir essa universidade para ajudar as pessoas a estudarem mais, terem mais opções de cursos e ter mais turmas e mais vagas, este é o primeiro objetivo contribuir com o ensino e para o ensino ...

**2. Qual é o objetivo/missão que a universidade persegue?**

**3. Quais os fins (lucrativos ou outros de cariz mais humanitário) que a criação da universidade tem em vista?**

**R:** Nós temos vários fins ... os fins académicos, científicos e sociocultural. Acho que quanto ao académico temos o ensino/aprendizagem, em investigação estamos a pensar em fazer um centro de investigação que ainda esta em projeto, para que possamos então fazer projeto de investigação que sejam coletivos ou individuais ou então que seja de interesse da linha de investigação da universidade ou do órgão de tutela. Quanto a área social um dos fins é mesmo acudir aqueles pessoas que estão em condições não favorável para poderem pagar os seus estudos e que ao mesmo tempo não conseguem ingressar no Estado, é assim que desde a criação da universidade a direção resolveu dar bolsas a muita gente que não têm possibilidade de estudar, sobretudo começando pelas igrejas, então nós temos bolseiros da igreja católica e filhos de ex-militar da FAPA que têm beneficiado de bolsa de estudo que não pagam durante a formação é uma forma de poder dar possibilidade a estas pessoas que não tem como pagar os estudos e no entanto são pessoas com grandes competências e nós sabemos na história do mundo que muitos que chegaram a grandes cargos são pessoas de famílias humildes que se não tivessem tido a possibilidade de estudar não chegariam onde chegaram. E a dois anos atrás implementou-se um sistema que nós chamamos de “credito formação”, porque verificamos que muita gente, mais muita gente mesmo ficava sem estudar deu-se esta possibilidade que o estudante, matricula-se e durante o tempo que durar o seu curso e não paga nada, apenas só paga os recursos ou o exame especiais ou qualquer coisa emolumento de despesas correntes que são necessários, portanto durante a formação não paga nada paga apenas no fim da formação depois de terminar começa então amortizar o ano antepassado tivemos nesta modalidade cerca de 2 mil estudantes e o ano passado tivemos cerca de 600 e este ano alteramos fizemos outra modalidade, o que é que verificamos nesta

modalidade como mas pessoas não pagavam nada desistiam, ou seja viam algumas dificuldades e como sabiam que não estavam a pagar nada simplesmente desistiam, agora nesta nova modalidade seguindo o mesmo objetivo, propusemos que o estudante tem que pagar pelo menos 50% já desta forma estamos a ver que estão a ficar mais coesos, porque sabem que estão a pagar alguma coisa e caso reprove ele pensa duas vezes bem já perde dinheiro vou me matricular outra vez para poder superar., contudo temos estes aspetos sociais para atender as camadas mais desfavorecidas em termos de rendimentos familiar ...

#### **4. Como caracteriza o tipo da sua instituição (familiar, empresarial, parceria internacional)?**

**R:** Empresarial, familiar e claro não se põe de parte a parceria internacional, porque nós temos vários protocolos internacionais e nacionais, portanto estes três âmbitos estão interligados ...

#### **5. [No caso de parceria internacional] A parceria ainda se mantém ou não? Quais são as prioridades desta parceria em relação à instituição?**

#### **6. A criação da universidade está ligada a uma empresa? Se sim, quando é que ela foi criada? O capital é estrangeiro ou nacional? Qual foi o capital inicial?**

**R:** Sim. Aliás foi uma empresa que criou a universidade ... a universidade não se auto-criou, não é? (risos), tem uma empresa promotora como o termo que se usa agora que criou a universidade, a empresa é a Mocape limitada ... então a direção da universidade dirigida por mim, não é? Nós prestamos contas, relatórios a esta empresa que é a promotora da universidade. O capital pertence a esta empresa não pertence a Universidade de Belas, a Universidade de Belas apenas tem orçamentos como tem as públicas que o Estado dá, nós também temos orçamentos de despesas correntes, mas a questão do lucro, do investimento tem a ver com a empresa Mocape que é a promotora da instituição ...

#### **7. Na sua perspetiva, qual a função de uma instituição de ensino superior/universidade privada?**

**R:** Eu acho que a função não difere da pública, a função é a mesma que é a de formar quadros para o País e não só, é de formar quadros com qualidade para que possam mais tarde cumprir com as obrigações do País, do Estado e da sociedade. São as tais funções que todas as universidades têm que é a função de ensino, investigação e extensão universitária, simplesmente o que muda é que as públicas têm um promotor que é o Estado e as privadas têm um promotor que é uma entidade privada ...

#### **8. O que acha das novas decisões e exigências internacionais sobre a educação dos países em desenvolvimento, no âmbito da educação como um direito?**

**R:** Eu acho pertinente ... eu acho que tem de haver exigências não só a nível internacional, mais também nacional, por que se não cada um parte na sua direção ... eu creio que é bem-vindo e também sem exigências não estaríamos a ir a lado nenhum, não é? Eu creio que para mim é bem vinda nada nos constrange, pelo contrário é uma mais-valia ...

#### **9. O que está na base da escolha dos cursos a oferecer pela instituição (interesse)?**

**R:** Uma boa questão, numa primeira análise nós propusemos cursos mais procurados no mercado, aqueles que os estudantes mais procuram e que de certa forma que mais facilmente que há ... há empregadores e que realmente aqueles cursos que “estão na moda” e que as empresas precisam ... há cursos que são digamos imprescindível a qualquer tipo de empresa e estes foram os primeiros a segundo nós propusemos cursos que não existem ou que existem em percentagem bastante mínima em Angola foi a nossa segunda perspetiva dar formação daqueles que praticamente não existem em Angola em áreas que não há quadros formação para cobrir aquele deficit que o país tem, os cursos são na área da Saúde, Engenharia com o curso de petróleos, acho que somos a segunda ou terceira universidade em Angola com este curso como um curso altamente definido como de Petróleos e na área da saúde nós avançamos com cursos que raramente se veem em Angola que é o curso de Fisioterapia, a Enfermagem já existia na pública, avançamos com o curso de Nutrição e Dietética, temos o curso de Farmácia, Análises Clínicas, Odontologia e Gestão Hospital. São cursos necessários para o país e quase que não existe, quase que ninguém dá estes cursos, agora começou a surgir numa outra universidade .... portanto a nossa política é esta de atacar aqueles cursos que não se fazem sentir e que o país precisa ...

#### **10. Porquê a criação de vários cursos num curto espaço de tempo?**

**R:** ... Há cursos que são digamos imprescindível a qualquer tipo de empresa e estes foram os primeiros a segundo nós propusemos cursos que não existem ou que existem em percentagem bastante mínima em Angola foi a nossa segunda perspetiva dar formação daqueles que praticamente não existem em Angola

#### **11. Para a criação dos cursos tem em conta a procura por parte dos estudantes e/ou as necessidades do país e a demanda do mercado?**

**R:** Alguns sim. Eu acredito que sim .... acredito que sim, os tradicionais não é? Como o curso de Direito, Informática ... agora nós temos o curso de recursos humanos a funcionar a 3 anos também enche bastante o de Psicologia estes são os cursos mais procurados e nós compreendemos na vertente emprego, os estudantes querem emprego imediato e eles sabem que estes cursos ... é o que eu dizia no princípio cursos que são necessários em qualquer tipo de empresa em qualquer ramo da sociedade e neste contexto temos tido sim grande abrangência ...

**12. Na sua opinião, os cursos têm estado a responder às expectativas dos estudantes?**

**13. E até que ponto, do seu ponto de vista, satisfazem as expectativas das famílias, do mundo empresarial e produtivo?**

**R:** Eu acho que ali não poderíamos avançar com alguns resultados era necessário fazer uma análise, fazer uma estatística dos resultados dos nossos formandos que é para termos depois o retorno de onde estão, nós já fizemos sair 3 formações, não é? Em 2010 saiu a primeira, em 2011 e em 2012, então precisaríamos fazer este trabalho digamos de inquérito para verificarmos onde estão os nossos estudantes onde é que foram aceites para vermos até que ponto os nossos formando foram aceites no mercado e onde estão e como é que estão, este trabalho tem que ser feito, enquanto não se fizer isto é difícil fazer-se uma análise ...

**14. Acredita que o ensino superior é o grande paradigma para o desenvolvimento país?**

**R:** Até certo ponto sim. Até certo ponto sim. Eu creio que neste âmbito corresponderia no meu ponto de vista a 50% ou ainda a 40%, não é? porque há áreas de desenvolvimento do país que não tem haver muitas vezes com pessoas formadas superiormente e nós estado a ver que num grande empreendimento podemos ter 50 técnicos de base, 30 técnicos médios e talvez 1 ou 2 licenciados a dirigir os trabalhos que vão conceber o projeto que vão dirigir, que vão orientar, que supervisionar, então acho que aí entre 40% sim ... porque precisa da mão-de-obra técnica que para mim é a base motriz para o desenvolvimento ...

**15. Qual é a sua opinião sobre a expansão das instituições de ensino superior privadas em Angola (pontos fortes e fracos)?**

**R:** Acho boa ... acho boa e aceitável uma vez que o Estado não está em altura para responder nem a 40% das necessidades dos estudantes existentes em Angola, a pressão é grande, porque aliás se verificarmos agora estatísticas feitas 55% do público universitário estudantil está nas universidades privadas, e então se retira-se as privadas nós vamos ter aqui uma hecatombe do ensino superior, e vai continuar, porque ainda há muita gente que não consegue entrar no ensino superior, não consegue pagar, por um lado porque não têm renda suficiente, na pública não consegue entrar porque as vagas são diminutas se não fossem as privadas como é que seria ... por isso eu como diria eu sou favorável que se estenda a rede privada e pública ao mesmo tempo e depois o próprio mercado vai decidir regular ...

**16. Quais os principais motivos para esta expansão?**

**R:** É a necessidade é a procura do ensino superior ... é a procura um país como o nosso com a história que teve bastante decente com a falta de quadros, não só de quadros em termos de número, mas em termos de qualidade e então temos que ter muitas turmas muitas vagas e depois selecionar cada vez os melhores, porque aliás até no nível médio, no nível mais básico digamos do empresariado e dos serviços precisamos de técnicos superiores, logo para quê travar esta avalanche das pessoas que querem estudar, porque ao travar a proliferação das instituições privadas estamos a travar o acesso ao estudo das pessoas e quem faz isto está contra o desenvolvimento deste país de uma forma ou de outra não importa quem seja ...

**17. Qual o papel do ensino superior privado na democratização do acesso ao ensino superior em Angola?**

**R:** Eu acho que o facto de ter havido o ensino superior privado já desafogou o ensino público e isto contribui para a democracia, porque a pessoa consegue escolher onde quer ir e para mim isto é uma democracia no acesso ao ensino superior, porque no passado muita gente ia para a pública só porque queria fazer um curso superior e não porque queria fazer o curso em que esta inscrito, hoje já se consegue escolher, muitos preferem ficar sem estudar na pública porque o curso que ele quer fazer está na privada, então para mim este é um aspeto democrático, e eu creio que as privadas estão a contribuir neste sentido na melhor democratização do que as próprias públicas que estão mais atrasadas em termos de aberturas de cursos, de abertura de acesso e etc, etc ..

**18. Qual a sua opinião sobre a ampliação da oferta de vagas?**

**R:** Deve ser cada vez maior. Eu sou de opinião que todo o mundo tem que ter uma vaga no ensino superior, todo no mundo que ter a possibilidade de ter acesso ao ensino superior como temos o direito de ter um bilhete de identidade ... e depois cabe ao próprio ensino selecionar quem serve para continuar e não as pessoas fecharem as portas ...

**19. Como é que a Universidade/IES define as vagas?**

**R:** A nossa questão das vagas é feita em nome do número de turmas, ou seja em função do número de lugares que temos numa sala aulas, há salas com capacidade digamos para 30 alunos outras para 40 alunos outras para 50 e paramos por aí e então assim definimos o número de vagas e para nós multiplicarmos as vagas o que é que nós fizemos criamos duas turmas do mesmo curso, uma de manhã, uma de tarde e as vezes no mesmo período duas, coisa esta que as vezes na privada é difícil porque não têm salas e nós temos ...

**20. A oferta de vagas estabelecidas tem sido preenchida pela procura dos candidatos?**

**R:** Nem sempre, nós por norma temos tido mais vagas do que estudantes, por exemplo este ano de 2013 nós anunciamos 2 mil e qualquer coisa não tenho assim em mente o número exato, mas tivemos mil e poucos inscritos ... sim é claro que está bom porque as turmas têm um número razoáveis, no entanto nós temos temos vagas ...

**21. Quais as estratégias que a universidade tem adotado para divulgar informação das vagas disponíveis?**

**R:** Primeiro nós emitimos um edital ... um edital em que nós informamos os cursos que estão disponíveis para tal ano, as vagas e os períodos em que eles estão e afixamos na instituição, usamos também a publicidade através de folhetos e utilizamos também a televisão e a rádio para divulgar os cursos e as vagas ...

## **22. Qual(ias) a(s) finalidade(s) do exame de admissão?**

**R:** Esta é uma questão que precisa ser analisada pelos órgãos competentes e pelas universidades, porque eu acredito, não vou falar com propriedade em termos de conceitos, mas acredito que o exame de admissão tem várias vertentes, exame de admissão seletivo, eliminatório e qualificatório e nós não sabemos qual é o tipo de exame de admissão que fizemos, não sabemos qual é ... eu acho que o que se nas instituições é mais o exame de admissão eliminatório, sobretudo das públicas como não têm vaga suficiente eliminam para ter o número suficiente para entrar. Nós ... eu na nossa instituição defendo o teste de admissão qualificatório, ou seja para qualificar o nível que os estudantes trazem ... para mim isto tem lógica ... para ver o nível que os estudantes trazem, então aí não se trata de selecionar nem de eliminar, trata-se de ver que nível eles trazem para prepararmos o tal teste de diagnóstico que o professor vai ter e já sabe que nível o estudante traz, de outra forma para quê fazer teste se eu tenho vagas suficiente ... se é para eliminar eu não preciso de eliminar eu dou lugar a todo o mundo, quem bate a porta tem direito a um lugar e nós temos estes lugares, a não ser que nos apareçam acima de 3 mil estudantes, aí sim teríamos que fazer teste não diria eliminatório, mas sim seletivo para selecionar os melhores, porque o eliminatório não seleciona os melhores admite-se para preencher vagas (risos) ...

## **23. Considera que a instituição tem em conta as três dimensões da universidade (ensino, pesquisa e extensão) ou é um espaço voltado somente para o ensino?**

**R:** Temos sim em conta ... temos sim em conta, em termos de investigação nós somos uma universidade nova e estamos a criar os paradigmas para entrarmos neste ramo com maior intensidade, temos por enquanto feito várias atividades que têm a ver com palestras, com jornadas científicas e estamos a preparar a publicação de uma revista científica com todas as comunicações que são apresentadas, isto é no âmbito das comunicações e queremos numa segunda fase e talvez numa terceira lançarmos a investigação propriamente dita e publicar o resultado dessa investigação para este ano temos um projeto de criação de um centro de investigação em que terá departamentos de cada área de ensino na instituição, ainda esta em projeto ... Quanto a extensão eu creio que ... como já avancei alguns aspetos nós temos realmente ... temos por exemplo no caso da saúde temos uma clínica universitária que atende a comunidade nos arredores e temos feito também muitas atividades na área da saúde que tempo em tempo para atender a população como atividades esporádicas de medir atenção das pessoas, ver o colesterol e etc e assim se atende a população e a nossa clínica é aberta a população nos arredores podem lá ir pagam apenas as análises e a consulta numa primeira fase é gratuita e os alunos que se estão a fazer o curso nesta área fazem nesta clínica as suas aulas práticas numa primeira fase, depois a segunda fase é feita nos hospitais onde há o maior fluidez de pacientes e noutros casos também temos feitos alguma coisa para nos inserirmos na comunidade, então extensão não só em termo de serviços, mas também em termos de desenvolver a universidade com os nossos próprios serviços ...

## **24. Existem mecanismos de acompanhamento das trajetórias académicas dos estudantes? [Se sim, quais? / Se não, porquê?]**

**R:** Ainda não chegamos neste ponto ... este é um aspeto que vamos amadurecer ... vamos amadurecer, agora nós estamos neste momento a fazer um trabalho de ficar com os nossos melhores estudantes primeiro e segundo queremos cadastrar todos os estudantes para sabermos onde estão, este ainda é um projeto porque não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, mas está isto em vista ...

## **25. O que pensa da aposta na formação contínua dos docentes?**

**R:** Isto acho que não é uma questão de pensar, isto é uma obrigatoriedade (risos), e nós temos tido estas formações já tivemos este ano e tivemos o ano passado de aspetos pedagógicos sobretudo aspetos mesmo candentes sobre como avaliar, o que é a avaliação continua dos estudantes, porque os professores têm muito dificuldades neste sentido e então também os estudantes recém-formados indicados para serem nossos docentes são enviados à Portugal para fazerem uma formação pedagógica e assim já tivemos cerca de 15 que já regressaram, ficaram lá cerca de 6 a 8 meses a fazer a formação pedagógica e temos alguns que estão a terminar agora pós-graduação em Portugal, sobretudo na área de fisioterapia e alguns do direito que estão a fazer a especialização e ao mesmo tempo uma formação pedagógica ...

## **26. Tendo em conta a utilização de novas tecnologias aplicadas ao ensino, qual tem sido a política da instituição para favorecer aos estudantes a conexão com a sociedade do conhecimento?**

**R:** Portanto .... nós temos numa primeira fase dois laboratórios de informática onde os estudantes fazem às práticas e temos a nossa bibliotecas equipados com computadores ligados a Internet para que os estudantes possam pesquisar e a sala de professores também com computadores ligados a Internet, mas ainda ... poderia dizer que ainda é um trabalho incipiente por enquanto, ainda não na altura ... ainda não estamos contentes com esses trabalho, temos que fazer ainda mais ...

## **27. Como se processa o recrutamento dos docentes? Existem mais professores a tempo inteiro ou a tempo parcial?**

**R:** O que se pretende é que tenha professores a tempo inteiro, respondendo as orientações ministeriais, não é? do Ministério de tutela é que nós temos que ter de 40% à 60% de efetivos nossos e ainda não chegamos a isso estamos a trabalhar neste sentido, ainda não chegamos aos 40% e .... hoje a maior parte dos nossos docentes ... a maior parte deles são de outras instituições

## **28. Qual o perfil dos estudantes da instituição (finalistas do ensino médio/trabalhadores-estudantes)?**

**R:** Acho que nós temos numa multiplicidade de perfis (risos) temos os trabalhadores que já trabalham a muito tempo, tempos alunos que vêm mesmo do ensino médio, tem aqueles que trabalham e estudam que acabaram agora o ensino médio, como tem aqueles que estão muito sem estudar e que também não trabalham que ficaram 2/3 anos e conseguiram entrar em nenhum lado estão lá, portanto temos todo o tipo de estudantes tendo em conta esta caracterização ...

**29. Tendo presente o investimento financeiro que a frequência académica exige, como perceciona a relação da universidade com as famílias?**

**R:** Eu diria ... este é um aspeto que ainda não esta bem desenvolvido ... ainda não está bem desenvolvido, mas sempre que nós temos um encarregado a bater a porta nós recebemos sem problemas

**30. Tem conhecimento de estudantes oriundos de famílias com baixo rendimento e que fazem um grande esforço para manterem os seus filhos nesta instituição?**

**R:** Temos temos bastantes, sobretudo aqueles que vêm das igrejas ... nós apresentamos... fizemos oferta as igrejas Católica e eles seleciona os mais necessitados e eles controlam porque conhecem melhor as pessoas ... e por outro nós verificamos vendo pessoas necessitadas no rosto no esforço que fazem, vemos como é que eles vêm a instituição isto nota-se

**31. [Se sim] O que é que a universidade tem feito para ajudar os alunos destas famílias?**

**R:** A universidade tem dado bolsas ... está recetivo a isto

**32. Apesar dos constrangimentos financeiros, considera que procura por parte das famílias/estudantes tem aumentado, diminuído ou estagnou?**

**R:** Isto é difícil dizer ... Nós a Universidade de Belas está tem uma situação geográfica desfavorável e nós cremos que se estivéssemos numa outra situação geográfica na cidade acho que a nossa enchente seria maior é assim que vemos a oscilar, há anos que temos maior procura há anos que não, mas um dos maiores handicaps é mesmo a situação geográfica ....

## ANEXO 4 - PROTOCOLO DE ENTREVISTA ÀS FAMÍLIAS

### PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA À FAMÍLIA DE ESTUDANTE QUE FREQUENTA UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (1)

**Entrevistadora/Investigadora: E**

**Entrevistado: Família de estudante de uma Universidade Privada (1)**

**E** – Muito bom dia dona Rosa. Obrigada por ter aceite estar aqui para me facultar algumas informações, estou a fazer trabalho de doutoramento...gostaria que se apresentasse dizendo o que faz, qual é a sua formação

**e - R: (1)** – Neste momento não formação, nem emprego ... quer dizer trabalho na minha própria conta, vendo, faço um esforço para pagar... arisco a minha vida para formar a minha filha, eu mãe já não tenho emprego e não quero mais que a minha também esteja nesta situação em que eu me encontro, por isso é que eu faço um esforço para formar a minha filha

Agradecia que me falasse um pouco sobre:

**Por que motivo quer que o seu filho tire um curso na universidade?**

**R: (1)** – Porque hoje em dia professora, quem estuda é que tem mais vantagem, se a minha filha não estudar vai ficar na minha situação em que me encontro... vai querer ficar na rua a vender ... e não vai dar, então por isso é que ela tem que estudar para se formar para ser alguém ...

**Porque é que tem o seu filho a estudar numa Universidade Privada?**

**R: (1)** – ... Ela fez os testes no Estado (pública) ... não conseguiu ... de qualquer das formas não podia ficar sem estudar ... fez-se um sacrifício para ela estudar...

**O que levou a escolha da universidade Privada Y?**

**R: (1)** – Nós tentamos noutras e não deu e ela preferiu ir que tinha que ser aí (independente)

**Quais os principais motivos que o levaram a escolher o curso?**

**R: (1)** –

**Qual a área de formação no ensino médio?**

**R: (1)** – O médio ... ela fez no Colégio Yara Jandira... não sei qual é o curso que ela fez lá...

**Na sua opinião ter um curso superior é fundamental para ter um estatuto social diferente/melhor? Justifique.**

**R: (1)** – Para mim é o melhor sim ... porque com o curso superior ela vai ter o seu emprego, vai trabalhar para me poder ajudar no futuro...

**Qual é o grau de satisfação da família com a universidade? Porquê?**

**R: (1)** – Realmente estamos ... eu noto mediante o que ela faz e eu vejo as notas dela e então... rezo à Deus que tenho a confiança ... e acredito que vai conseguir ...

**O que tem a dizer sobre os conhecimentos que o seu filho tem adquirido na universidade?**

**R: (1)** – Acredito que sim ... que ela está aprender e ter conhecimento, pela educação dele e a forma de ele ser ...

**O que faz com o seu filho se sinta satisfeito na universidade?**

**R: (1)** – Fala porque ... pronto ... aquilo que ele vai buscando lá ... perante o que ele escuta lá na escola com os professores e com os colegas ... porque com os outros é que nós aprendemos...

**Existe algum aspeto que o seu filho não goste na vida universitária? Qual? Porquê?**

**R: (1)** – Não. Nunca escutei...

**Tendo em conta o elevado custo das propinas, o seu rendimento permite suportar os custos de ter o filho (a) numa universidade privada?**

**R: (1)** – Hee.. Aquilo é arriscar mesmo... faço um esforço ...

**O investimento na universidade privada afeta outras responsabilidades financeiras da família?**

**R: (1)** – Realmente...tenho outras famílias sou a irmã mais velha, o meu pai e a mãe são falecidos eu tenho que dar no duro... tenho que tratar dos filhos dos outros familiares... para poder fazer para que a menina que esta estudar esteja no bom caminho...

**Qual a mais-valia que este investimento vai trazer para o seu filho e para toda a família?**

**R: (1)** – Quando ela terminar nós vamos estar bem...se ela estiver a trabalhar...quer dizer ...sei lá ... só Deus é que sabe ...

**Apesar do esforço financeiro acrescido para formar o seu filho na universidade, qual a avaliação geral que faz desta situação?**

R: (1) – Eu penso que é para o bem dela... para o futuro dela ...se ela estar bem nós também vamos estar bem, sabendo que a mãe deu no duro para ela se formar ...não vai deixar a mãe andar mal e ela andar bem...

**Que resultado prático pensa que a obtenção da licenciatura terá na vida do seu filho?**

R: (1) –

**Na sua opinião, a universidade exige que o seu filho se dedique mais ao estudo do que antes?**

R: (1) – Ela desde criança mesmo a escola é outra coisa ... de preferência largar outras coisas e fazer as tarefas da escola...e eu também dispenseo ...deixo

**Quais são as expectativas da família em relação à continuidade dos estudos (formação pós-graduada)?**

R: (1) – Isso já vai depender dela...Isto sim se der ...o Deus pode abençoar e ele trabalhar e continuar os seus estudos ...

## **PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA AOS FAMILIARES DOS ESTUDANTES QUE FREQUENTAM AS UNIVERSIDADES PRIVADAS**

Entrevistadora/investigadora: E

Entrevistadas/famílias: F

Data: 12/12/2012

**E - 1: Porque é que tem o seu filho a estudar numa Universidade Privada?**

**F – 1R:** Bom da minha parte, (nós) não conseguimos na universidade pública... então não havia outra alternativa se não pô-lo na univ. privada ...porque ele não queria ficar um ano sem estudar e também da minha parte acho que não ficaria bem ele ficar um ano sem estudar, foi esta a razão com que ele ficasse mesmo na privada, porque não conseguimos ...

**E - 2: Porquê da escolha de uma/desta Univ. Privada?**

**F – 2 R:** Bom da minha parte também (nós) não conseguimos ... é a mesma coisa. A minha filha tentou ... fez vários testes de admissão na universidade pública e não... não conseguiu ...então tivemos mesmo que matricula-la numa universidade privada

**F – 1R:** Pronto da minha parte ... mais da parte dele ... do meu filho preferiu esta porque ele achou que era a melhor ... melhor a metodista em relação as mais próximas ... em relação a lusíada que é aqui a mais próxima, e como o curso dele tem na Universidade Metodista ... então preferiu, a escolha foi essa ...quer dizer achou que era a melhor ... com mais condições e também parece o seguimento em si da da universidade tem muito mais (risos)... então ele achou, foi ... foi optar e não só ... tenho aqui uma colega mocinha ainda que também estuda ...então ela foi me dizendo em conversa que as condições, atenção e não só o seguimento mesmo daqui da univ. ... Então tudo isso... Então foi essa a razão que me levou e ele também foi ouvindo já por outras pessoas e escolheu mesmo a metodista e também por ser mais próxima (de casa)

**F – 2 R:** Portanto, na altura em que ela fez os testes ... fez os testes na univ. Metodista e na lusíadas ... pronto porque são as universidades mais próximas de casa ... portanto ela ... nós também preferimos que ela ficasse na metodista. As outras estão mais distantes ... lá para o Morro Bento, Benfica e aqui a mais próxima que temos é a metodista e a lusíada

**E – 3: Qual é o curso que escolheu e porque da escolha?**

**F – 1R:** O meu filho escolheu arquitetura e urbanismo, porque ele como fez o médio no Alda Lara e foi mesmo a área que ele seguiu durante os quatro anos e como também gosta ... porque inclusive eu até tentei, mas ele quer mesmo seguir... quer ser arquiteto... então foi mesmo opção dele... ele gosta mesmo gosta...

**E – 4: Qual é o grau de satisfação da família com a univ.?**

**F – 1R:** O tempo que lá esteve ... o ano passado, por exemplo, o meu filho como ficou todo o ano passado...eu gostei...gostei ... porque fui vendo que ...o empenho dele ... a satisfação ... e não só ... e depois ele transitou de classe mesmo com todas as barreiras e sacrifícios, porque é mesmo um sacrifício grande, porque não temos condições ... não tenho vergonha de dizer isso ... não temos condições, mas ele tudo fez e passou de classe ...Então quer dizer que para mim é uma satisfação, foi pena não continuar aqui...

**F – 2 R:** Nós também estamos muito contentes com a faculdade ...a universidade, não é? haa... eles exigem bem do aluno... então neste curso. Estes dias a minha filha não tem dormido a fazer lá os projetos e quê... e eu estou a gostar, ... exigem o aluno tem que ser mesmo aplicado, o estudante tem que ser mesmo aplicado e ... estamos a gostar mesmo

**E – 5: Tendo em conta o elevado custo das propinas, o seu rendimento permite-lhe ter o filho a estudar numa univ. Privada?**

**F – 1R:** Para mim não... não permite, mas eu quero o filho formado... eu também de tudo fiz durante o ano que ele ficou todo o sacrifício eu fiz para conseguir mensalmente pagar as propinas atempadamente e as vezes até...umas poucas vezes com um pouco de atraso pagando multa, mas fui fazendo tudo ... para agradá-lo ...e porque também quero um filho formado e ele também quer formar-se e então, não havia outra opção... é um sacrifício e eu estou sozinha, sou mãe solteira (viúva) não tenho mesmo quem me ajuda, mão tenho ...um ou outro ... um filho é que tenta, mas também tem a vida dele, mais na sua maior parte é mesmo ... tudo comigo

**F – 2 R:** Eu... portanto, tenho marido, portanto nós os dois com o nosso vencimento equilibramos as coisas e vamos pagando...porque para além da...da ...da mensalidade, tem os custos...mesmo o curso em si é muito ... esta sempre a pedir mana preciso de dinheiro para comprar isso para comprar aquilo... é cópias e não sei quê...a pessoa tem que fazer de tudo quê para poder...

**E – 6: Como é que com o pouco rendimento que tem, interessa-se em ter o seu filho na Univ. (perfis socioeconómico das famílias)?**

**F – 1R:** Eu para já não consegui...bem eu queria mais, mas não consegui por vários motivos que não dá para ... mencionar aqui...não tive oportunidade, surgiram muitos problemas enquanto nova...filhos, não sei o quê... então para mim seria um privilegio que ele estudasse, ou ele ou outro filho formar-se para eu me sentir ... orgulhosa, já que eu não consegui, mas ele...o filho, então é tudo isso. Acho que o meu filho pode ascender muito mais do que eu, mesmo que for para mim, mas...quem sabe ele não ajude um sobrinho, filho dum irmão...é tudo isso, eu penso por aí...

**F – 2 R:**Portanto, é importante porque...hoje é uma característica talvez de...nós africanos, pelo menos, aqui em Angola é assim, todo o pai, toda a mãe quer ver o seu filho formado e faz de tudo...não é? Para ver ele formar-se...por exemplo a minha filha que está na metodista, ela tem o exemplo do irmão ... o mais velho que já se formou, agora esta a fazer o mestrado, ele até esta a fazer na universidade pública, não é? aí na faculdade de ciências, não é? Então, a partir daquele exemplo...ela também esta a seguir e é uma satisfação para nós ...eles poderem ir até onde... não importa o dinheiro...a pessoa faz de tudo... eles estão bem e nós também estamos bem (risos)...

**E – 7: Qual é o esforço que faz para ter o seu filho a estudar na univ. Privada?**

**F – 1R:**Em suma é o mesmo isso ... no meu caso deixo de fazer muitas coisas, deixei e deixo mesmo até agora deixo de fazer muitas coisas para haa...então... pagar ou realizar aquilo que ele quer, não é? Pagar as propinas, comprar os materiais do ano que ele estava a estudar... para o taxer logo de manhã... preocupada já a noite ...o dinheiro para o taxer, isso é para aquilo, isto é para aquilo...enfim tudo isso...é um sacrificio...Como só sozinha é um grande sacrificio que faço, do meu salário vai quase tudo, fico apenas com 20 mil kwanzas, a senhora acredita?

**F – 2R:** Para além dos materiais é ter aquele dinheiro a horas ... para não ter que pagar com multa...sabe as vezes os vencimentos atrasam, temos que fazer de tudo ... quer dizer ...ummm ... um conjunto de sacrificios que a pessoa vai fazendo e consegue...e vai conseguindo assim...

**E – 8: Qual a importância da univ./Escola para si/família?**

**F – 1R:**Eheh ...Estar formado e ter um curso superior ...eu acho que é isso. Ter um curso superior na qual ele depois vai ingressar no mercado de trabalho... e por aí...poder levar a sua vida sem precisar de alguém

**F – 2R:** Hoje em dia...portanto, o mercado de trabalho está a exigir...então, a licenciatura até já está a ficar um bocado de parte, não é? Porque muita gente já está a licenciar-se o quê...então nós queremos que vá mais além para não ter tanta dificuldade na procura de trabalho ou ingressar no trabalho... enquanto são jovens os pais ainda podem garantir esse estudo, essa formação...então...épá eles vão fazendo

**E – 9: Qual é a sua opinião sobre o que é ter um curso superior?**

**F – 1R:**

**F – 2R:**

**E – 10:** Porque é que é tão importante para si/família ter o filho na univ.?

**F – 1R:** Também no meu caso ... eu sou como sou uma mãe muito exigente, talvez por outros motivos que já não interessa ... (risos) ... também pelo empenho dele, não é? em casa ... acompanho o que é que está a fazer... que é tudo verdade aquilo que ele esta a fazer, não vou para a universidade, mas pelas conversas dele qualquer coisa ele chega a casa conta...sabe o professor, o colega eu fiz e fiz aquilo o professor deu-me esta nota...e eu digo não é assim...esta nota é pouca eu digo não interessa...quer dizer toda esta conversa faz-me crer que ele está a empenhar-se...então

**E – 11:** Tem feito o acompanhamento escolar do seu filho?

**F – 2R:** Eu tenho acompanhado e tenho mesmo que fazer isso, prontos ...primeiro para saber se ela está realmente ah...ha ser aplicada, não é? No tal curso que ...que esta a fazer e ver também como é que está a Universidade em si, como é que está a gerir, não é? Portanto,...e eu tenho acompanhado, tenho acompanhado, apesar de não ir mesmo para lá...para a universidade eu não vou, mas converso com ela...converso e ela também tem o habito de levar lá em casa os colegas estudam...então eu tenho estado a acompanhar...

**E – 12:** Tem criado condições favoráveis ao seu filho para o bom ou baixo desempenho escolar?

**F – 1R:**No meu caso e no caso do curso dele requer condições ... muitas condições e eu não tinha mesmo, não tinha...isto também me punha um bocadinho triste...haaa, mas prontos ele até muitas vezes ... já foi aqui a casa da colega ... fica até meia-noite e eu preocupada em casa ...ficar na universidade até meia-noite, uma hora da manhã descer a pé eu preocupada sem dormir...a pedir ao irmão vai ver ele não aparece ...quer dizer tudo isso...então ... com os colegas também já trouxe aqui no meu serviço, apresentar este é o meu

colega...então vamos estudar eu vou com ele, enfim tudo isso...a falta de luz, ele as vezes fica aí a fazer o trabalho com candeeiro, quer dizer não dormia, depois ter que acordar sedo...

**F – 2R:** Portanto, condições, condições para um estudante de arquitetura ...portanto, nós devíamos ter uma casa com uma sala própria de estudo...como hoje em dia já há quem está a construir ... já tem esta tendência de fazer ... e ficarem aí a vontade, fazerem o seu trabalho...depois há o problema de luz, falta de luz...a minha filha estes dias de exames...aquelas lanternas... estudar com aquelas lanternas eu dizia-lhe tu te vais formar, mas depois vais ter problemas ... é da visão, da coluna ficar sentada durante muito tempo ...não temos mesmo condições... É mesmo um sacrificio ter um filho a estudar numa universidade privada...quem sabe amanhã este investimento não tenha o seu retorno...

**E – 13: Qual é o resultado que espera com esta formação?**

**F – 1R:**Resultados (risos) ...eu ando numa expectativa...quero é primeiro estar viva... é o que eu penso, por ser o meu casula ... para não falar da mais velha...é a primeira coisa que eu esteja viva e que eu veja esta formação, que ele esteja formado eu ando ansiosa (risos) até me vêm lágrimas nos olhos (risos) ando ansiosa...

**F – 2R:**A expectativa é vê-la já formada e ...aplicar aquilo que ela prendeu, amanhã vê-la na televisão a falar (risos) ...olha o projeto tal, não é? Apresentar aí o seu projeto e explicar e quê (risos) é esta expectativa que a pessoa tem...

**E – 14: Quais são as expectativas da família na continuidade da formação do seu filho?**

**F – 1R:**Agora o meu filho esta a estudar fora...foi pena, prontos...ele esta aqui no segundo ano, este ano seria o segundo ano, para mim...eu já fiquei assim um bocadinho, a principio...agora é que estou conformada. Ele está em Londres, porque ele tem que fazer a língua, apesar dele saber um pouco, mas tem que estar bem...ainda esta no colégio, só o próximo ano...quer dizer para mim já é um ano perdido. Isto até já me entristece...mas ele próprio já me vez convencer a irmã também que foi já assim, então vamos ver... a intenção dele é formar-se mesmo e ser um bom arquiteto, não só para Angola como para um outro país onde lhe possam aceitar como um bom arquiteto...então (risos) ...

**F – 2R:** Sim. Vamos ver, não é? Vai acabar, depois de terminar...agora vai depender dela, não é? Se disser olha eu preciso de trabalhar um bocado e depois continuar, não é? Tudo bem, vai depender dela, já tem um passo dado...ela previsão é de continuar até quer ir para fora, para especializar. Nós achamos bem, o problema são as condições, não é? Condições financeiras, vamos ver como é que vai ser...ela esta no terceiro...

## **PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA À FAMÍLIA DE UM ESTUDANTE QUE FREQUENTA UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (2)**

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Família de estudantes da Universidade Privada (2)**

**E –** Muito bom dia (...). Obrigada por ter aceite estar aqui para facultar algumas informações, estou a fazer trabalho de doutoramento...gostaria que se apresentasse dizendo o que faz, qual é a sua formação

**e - R: (1) –**

Agradecia que me falasse um pouco sobre:

**Por que motivo quer que o seu filho tire um curso na universidade?**

R: (1) – Para ter um curso superior e ter mais oportunidades de trabalho ...

**Porque é que tem o seu filho a estudar numa Universidade Privada?**

R: (1) – Haa ... porque não conseguiu estudar numa universidade estatal/pública e para não ficar sem ... sem estudar teve que recorrer a universidade privada ...

**O que levou a escolha da universidade Privada Y?**

R: (1) – Primeiro por ser uma universidade credível, estar perto de casa, ter uma boa localização e por ter o curso que ela escolheu...

**Quais os principais motivos que o levaram a escolher o curso?**

R: (1) – Ela esta a fazer o curso de Arquitetura...primeiro ela quis o curso ligado a saúde mais a universidade naquele ano não tinha o curso ainda aberto, então, e foi a segunda opção dela arquitetura...

**Qual a área de formação no ensino médio?**

R: (1) – No médio ela fez o Puniv – Ciências Exatas ...

**Na sua opinião ter um curso superior é fundamental para ter um estatuto social diferente/melhor? Justifique.**

R: (1) – Sim. Tudo isso faz parte, não é? Quando ela se formar...são fatores que levam-lhe na orientação para a vida dela... como é que ela se vai desenvolver depois mais adiante...

**Qual é o grau de satisfação da família com a universidade? Porquê?**

R: (1) – Sim. Estamos satisfeitos, porque o ensino é bom e estamos a ver que ela está com muita vontade, está muito motivada, e... os professores são mesmo exigentes, ela está sempre a fazer os trabalhos, estamos a ver sempre a movimentação dela com os colegas e, então estamos a ver que realmente a universidade está a ir de encontro com as expectativas...

**O que tem a dizer sobre os conhecimentos que o seu filho tem adquirido na universidade?**

R: (1) – Esta...esta adquirir conhecimentos, tanto e que ela esta no 4.º ano, desde o ano passado que já consegue fazer um projeto ...já pessoas assim amigas pedem familiares pedem e ela faz, quer dizer que ela esta ter conhecimentos, as vezes faz comentários, as vezes alguma situação na televisão ligado mesmo a urbanização já ... já fala ...já critica já faz as criticas... (risos)

**O que faz com o seu filho se sinta satisfeito na universidade?**

R: (1) Acho que o ambiente em si, ah ... a seriedade com que os professores levam a cabo o ensino ...Então ela esta satisfeita com o ambiente lá...

**Existe algum aspeto que o seu filho não goste na vida universitária? Qual? Porquê?**

R: (1) – Sim. Ultimamente, portanto, no fim de ano, não é? Há professores viajam e ... dá-se o caso dá ... de ... ou eles ou a culpa não é deles ou é mesmo de lá da universidade, as notas ficam sem saber... fazem trabalhos entregam e ficam sem saber qual é a nota que o professor deu, por exemplo, no ano passado ela só soube em Fevereiro a nota de uma disciplina e estava assim, mas como é que vou fazer a confirmação se o professor não deu a nota...pois houve aquele impasse, mas depois resolveu...

**Tendo em conta o elevado custo das propinas, o seu rendimento permite suportar os custos de ter o filho (a) numa universidade privada?**

R: (1) – Permitir não permite, mas temos que fazer sacrifícios... para tal... permitir não permite, não é? a pessoa tinha que ganhar mais que para poder sustentar mais a situação, mas tem que se fazer algum sacrifício que é para poder conseguir...

**O investimento na universidade privada afeta outras responsabilidades financeiras da família?**

R: (1) – De certa maneira afeta... porque é, portanto, a pessoa quer ter alguma coisa melhor, por exemplo, um carro, não é? Mesmo para apoiar, o estudo o trabalho ... não tem, não consegue ... e outras coisas que pessoa deveria ter, não é? Neste momento tem que fazer um plano, não é? E ... outra situação é que cada ano que passa eles aumentam mais a propina...

**Qual a mais-valia que este investimento vai trazer para o seu filho e para toda a família?**

R: (1) – Portanto, é mais por causa dela...não é? E...para o futuro dela, e também para a família ...não é? É bom quando a pessoa tem alguém formado, não é numa área...é bom...

**Apesar do esforço financeiro acrescido para formar o seu filho na universidade, qual a avaliação geral que faz desta situação?**

R: (1) – O que eu tenho a dizer é que como mãe, não é? É bom que estou a fazer alguma coisa para a minha filha...quero vê-la bem... todos os pais querem ver bem os seus filhos, então a avaliação que eu faço é positiva mesmo...

**Que resultado prático pensa que a obtenção da licenciatura terá na vida do seu filho?**

R: (1) – Portanto, a formação dela é que ela consiga um emprego...consiga um emprego...

**Na sua opinião, a universidade exige que o seu filho se dedique mais ao estudo do que antes?**

R: (1) – Sim, exige muito, tanto é que nos últimos dias, não é? Do ano letivo os professores mandam aqueles trabalhos ela passa a noite sem dormir, as vezes dorme mesmo aí na sala, no cadeirão dorme um bocadinho ... acorda faz o trabalho... exige mesmo... não tem nada a ver com o médio...

**Quais são as expectativas da família em relação à continuidade dos estudos (formação pós-graduada)?**

R: (1) – A família acha que deve continuar, mas tudo depende dela...tudo depende dela ...se ela quiser ... se houver esta oportunidade, acho que ela vai seguir fazer o mestrado ou o quê que tiver que fazer... (risos)

## **PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA À FAMÍLIA DE UM ESTUDANTE QUE FREQUENTA UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (3)**

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Família de estudante de uma Universidade Privada (3)**

E – Muito bom dia (...). Obrigada por ter aceite estar aqui para facultar algumas informações, estou a fazer trabalho de doutoramento...gostaria que se apresentasse dizendo o que faz, qual é a sua formação

**F - R: (1) –**

**Por que motivo quer que o seu filho tire um curso na universidade?**

R: (1) –

**Porque é que tem o seu filho a estudar numa Universidade Privada?**

R: (1) – Porquê que eu tenho o meu filho a estudar numa universidade/escola privada, porque no Estado não consegui, eu lutei para a engenharia, lá foi fazendo os testes...fez a primeira a segunda não conseguiu, para não ter o filho sem formação tive que fazer um sacrifício do meu salário mesmo tirar uma parte para pagar a faculdade ...

**O que levou a escolha da universidade Privada Y?**

R: (1) – É prontos... Eu antes vivia no prédio da Cuca ... e como no prédio da cuca houve aquele problema e projeto que estava ali, então houve necessidade de nós sairmos dali para irmos para o Zanco, na centralidade do Zango a nova cidade que besta a ser erguida que indicar ao Zango, Zanco Comuna, e então neste caso ficava... no primeiro ano que eu fui para lá o meu filho ainda fazia este trajecto... estudou um ano, porque ele antes estudava na Lusíada, morávamos na baixa e então estudava próximo de casa, mas vimos e tivemos que avaliar e vimos que era muito dispendioso financeiramente pagar táxis, tínhamos um carro que estava sempre avariado, lá tivemos mesmo que vender o carro. Então, é assim que este ano, no início deste ano letivo pedi a transferência daqui para lá, fica-lhe mais próximo e é menos dispendioso com carro sem carro épa ... uns mil kwanzas agente consegui virar-se, agora de lá para aqui era muito difícil. E então, mandei-lhe procurar uma universidade mais próxima que lhe facilitaria, e então ele encontrou/escolheu a Universidade Técnica de Angola (Utanga)...que fica mais próximo...

**Quais os principais motivos que o levaram a escolher o curso?**

R: (1) – Épa... eu acho que é um dom ... é uma vocação que ele teve. É assim, o meu filho desde a primeira classe já desenhava, desde a primeira classe já desenhava...tanto mais que ele quando ia a Benguela, há lá um senhor pronto ...que era amigo da minha irmã, que faz desenhos...acho que ele trabalho aí no ciclo Silveira Pereira, e ele quando ia para todos os anos ele entusiasma-se com aqueles desenhos...e ele quis sempre quis ir a Benguela para ir fazer aquela arte, eu disse que não...épa é mesmo carga, minha irmã solteira e depois não tinha casa vivia ainda na casa dos pais e os mesmos pais eram já velhos eu acho que era uma carga que eu haveria de suportar, porque naquela

altura o salário era lastimável e eu também não podia, porque tinha quatro filhos...e então eu disse vai só primeiro estudar, ele desenhava mesmo, mas a uma determinada altura ele quer dizer desvincular-se mesmo, perdeu um pouco de gosto e porque eu e o pai estávamos a procura aqui de uma escola dava aquele tipo de curso, estava muito difícil, apareceu agora já nos últimos tempos, então e como ele tinha já aquele dom já de desenhar achamos, então nós achávamos bem fazer este curso, ele próprio é que escolheu, ele primeiro matriculou-se lá no UÓR ele viu lá era o curso de construção e não gostou, dizia sempre que quero é arquitetura e fui para aquela faculdade afinal é construção...ele irritava, e então prontos no ano seguinte, nós dissemos que não...na Lusíada tem fica aqui na Lusíada e dali continuou e ele esta a fazer este curso com muito gosto...

**Qual a área de formação no ensino médio?**

R: (1) – Já não me lembro bem ...

**Na sua opinião ter um curso superior é fundamental para ter um estatuto social diferente/melhor? Justifique.**

R: (1) – Sim. É muito importante ...para ter uma vida melhor e não só ...

**Qual é o grau de satisfação da família com a universidade? Porquê?**

R: (1) – Epa...graças a Deus ... graças a Deus eu tenho um grau de satisfação, porquê o primeiro já é formado, a segunda já devia ter terminado só que mudou de curso e então...esta no terceiro curso de relações internacionais na Lusíada ano e a outra esta a fazer gestão e a última vai fazer medicina, quer dizer nós só estamos aproveitar os dons deles. Estamos a gostar...graças a Deus. Até hoje quase que não dormiu a fazer os projetos das casas, estamos a gostar porque foi um filho realmente que me deu muito trabalho, porque eu também paguei ...fez o médio no privado, também com muito sacrifício mesmo, eh... no último ano já...porque quando eu vi que o meu filho mais velho, sair-se bem na escola, fez o médio no Makareno sem problemas nenhuns, então quer dizer eu pedi um empréstimo para comprar um terreno, dei ao meu filho para comprar um carro...

**O que tem a dizer sobre os conhecimentos que o seu filho tem adquirido na universidade?**

R: (1) – está sim. ....porque conhecimento é sempre bom saber mais e eu sempre gostei ...estou a ver que ele está a ter ....

**O que faz com o seu filho se sinta satisfeito na universidade?**

R: (1) É o próprio ambiente .... segundo ele é isso ...

**Existe algum aspeto que o seu filho não goste na vida universitária? Qual? Porquê?**

R: (1) –

**Tendo em conta o elevado custo das propinas, o seu rendimento permite suportar os custos de ter o filho (a) numa universidade privada?**

R: (1) – E então é grande sacrifício não imagina, vamos dando graças a Deus estes aumentos do salário da função pública, mas nós sabemos o que nos gasta mais na casa hoje em dia é a alimentação, graças a Deus com o salário do meu marido temos conseguido pagar as propinas e na alimentação...não é fácil, realmente não é muito fácil...porque com este dinheiro poderíamos fazer outra coisa, mas é um investimento... realmente compensa-nos mais ver um filho formado do que ter uma casa ou ter um carro para mim é a melhor herança que eu posso deixar para o meu filho...

**O investimento na universidade privada afeta outras responsabilidades financeiras da família?**

R: (1) – Sim. Sim ... afeta muito ... mas os meus filhos vão se formar

**Qual a mais-valia que este investimento vai trazer para o seu filho e para toda a família?**

R: (1) – É o que eu disse a formação dele, para ele e vai assumir uma para a família, e não só um homem formado é outra coisa ...e para o nosso país pior ainda, se o formado para conseguir emprego se não tiver alguém é difícil, quanto mais aquele que não tem ninguém emprego, então optamos pela formação, só com a formação mesmo no nosso país ou em qualquer outro país epa...é melhor do que sem formação

**Apesar do esforço financeiro acrescido para formar o seu filho na universidade, qual a avaliação geral que faz desta situação?**

R: (1) – É muito esforço...não imagina. É muito importante, porquê, porque cada ano que passa a vida vai se multiplicando, a dificuldade vai se aumentando cada vez mais, então se você não formar o filho, o filho vai ter dificuldade com a família, então é para suprir as dificuldades...eu vejo no meu filho mais velho já é formado e trabalha a mulher realmente é formada mas não tem emprego ele é que tem estava suportar todas as despesas da casa, e se ele não tivesse formação, como é que passa aquela mulher como é que passa aquela família, desvincular-se automaticamente o casamento, então isso é um suporte para um filho é um suporte, uma formação é um suporte para uma família que começou agora é um grande suporte, ...quer dizer ...eu para mim não há melhor riqueza que nós apostar na formação, e o ensino superior é importante...é muito importante ...eu graças a Deus não tive o privilégio para chegar até, mas os meus filhos vão se formar...eu tinha traçado as minhas metas , porque o dinheiro não chegava, então eu tinha o meu projeto de primeiro pôr os filhos a formar-se para eu depois eu própria me formar, porque hoje as pessoas estão a se formar para aumentar o salário e eu a minha idade já não dá... para adquirir conhecimento só as vezes não é viável, este era o meu objetivo...formar os filhos e depois eu acabar a minha formação...mas também estou a ver me formar, me esforçar a minha mente para estar para a reforma, acho que já não tem lógica, o tempo depois dirá alguma coisa, mas é sempre bom, porque conhecimento é sempre bom saber mais e eu sempre gostei, mas as circunstâncias da vida impedem...

**Que resultado prático pensa que a obtenção da licenciatura terá na vida do seu filho?**

R: (1) – Bom ...bom porque eu estou satisfeita ontem recebi uma boa informação ele tem um irmão que é arquiteto e trabalha na SADC, já lhe convidou para trabalhar, então ele assim entra diretamente nos projetos porque eles aí só têm teoria então ele vai realmente encarar a realidade, vai juntar a teoria a prática, a satisfação é grande...

**Na sua opinião, a universidade exige que o seu filho se dedique mais ao estudo do que antes?**

R: (1) – Sim. ... Para mim ...eu vejo que sim...e o filho também fala ...

### **Quais são as expectativas da família em relação à continuidade dos estudos (formação pós-graduada)?**

É uma alegria uma mãe ver todos eles os filhos formados, é um direito os pais apostar é um direito é uma lei de Deus assumirem a realidade de dar formação aos filhos, até eles irem para as suas vidas, realmente estou satisfeita

## **PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA À FAMÍLIA DE UM ESTUDANTE QUE FREQUENTA UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (4)**

### **Entrevistadora: Investigadora**

#### **Entrevistado: Família de estudante de uma Universidade Privada (4)**

**E** – Muito bom dia ... Obrigada por ter aceite estar aqui para me facultar algumas informações, estou a fazer trabalho de doutoramento...gostaria que se apresentasse dizendo o que faz, qual é a sua formação

**F- R: (1)** – Sou Manuel Quibela ...nasce no Kwanza Sul... por questões de guerra refugiamos para Luanda desde 1982... 82 que estamos aqui, não temos condições, perdemos tudo que tínhamos, começamos a vida do zero... eu comecei no táxi ... eu era taxista e estava na escola nacional de comercio... do comercio estatística na escola nacional do comercio, e depois sai da escola nacional do comercio e fui para a escola comercial eu fiz contabilidade e gestão na escola nacional do comercial e posteriormente fiz o ... fiz o... fiquei no Makarengo 2 anos tive que desistir porque não tinha como sustentar ... e.. fiquei e depois fiz o ensino médio, fiz já o ensino médio, mas fazendo Ciências Exatas, e... portanto sou técnico médio na área das Ciências Exatas e ...através destes conhecimentos que tive na escola nacional do comércio eu tive que ser um empreendedor, abri um pequeno negócio e fui desenvolvendo...hoje graças a Deus tenho uma empresa formada mesmo que sustenta tudo aquilo que eu faço

Agradecia que me falasse um pouco sobre:

#### **Por que motivo quer que o seu filho tire um curso na universidade?**

**R: (1)** – É verdade que hoje por hoje toda a pessoa tem que formar-se ... tem que formar-se, porque o país precisa de pessoas formadas ... precisa de pessoas formadas... não para ajudar a mim, mas para ajudar o país para ajudar o país ...existem muitas situações no país que necessariamente muitos jovens têm que estar formados para poder desenvolver o país

#### **Porque é que tem o seu filho a estudar numa Universidade Privada?**

**R: (1)** – Este é o grande calcanhar de Aquiles em todo o país...todo o cidadão gostaria de ver os seus filhos a estudarem numa universidade pública, sem qualquer custo ou a custo zero, mas infelizmente não há esta possibilidade, quem vive em Angola sabe quais são as dificuldades que...as pessoas passam para colocar um aluno numa universidade pública, então não temos como temos que tentar gerir o bocado que temos para ver se os nossos filhos também estudam...

#### **O que levou a escolha da universidade Privada Y?**

**R: (1)** – Para além de ser próximo da área de residência, porque isto diminui o custo do transporte...diminui o custo do transporte, mas foi a escolha deles próprios, deles próprios um até fez teste na universidade pública, mas o curso que ele quer não encontra na universidade pública, ele queria tanto fazer o curso de construção civil e infelizmente aprovou para geologia e minas e, então ele não gostou e teve que desistir mesmo, teve que desistir porque não havia vagas para a área que ele queria

#### **Quais os principais motivos que o levaram a escolher o curso?**

**R: (1)** – um até fez teste na universidade pública, mas o curso que ele quer não encontra na universidade pública, ele queria tanto fazer o curso de construção civil e infelizmente aprovou para geologia e minas e, então ele não gostou e teve que desistir mesmo, teve que desistir porque não havia vagas para a área que ele queria

#### **Qual a área de formação no ensino médio?**

**R: (1)** – Um fez mesmo construção...construção num dos instituto politécnicos e trabalha também na área de construção e agora... ele agora esta a fazer o superior, por isso é que ele trocou da universidade pública para a Metodista, porque é onde esta o curso que ele quer ... o curso de construção ...

#### **Na sua opinião ter um curso superior é fundamental para ter um estatuto social diferente/melhor? Justifique.**

**R: (1)** – Não é. Não é. Porque o país ...não...em nenhuma parte do mundo em que o país cresce só com técnicos superiores. É verdade quem tem ... tem um curso superior e que encontra um bom emprego realmente tem um outro estatuto no país, comparado com aquele que não estudou

#### **7. Qual é o grau de satisfação da família com a universidade? Porquê?**

**R: (1)** – Eu sinto-me muito orgulhoso, principalmente nesta primeira que já terminou e esta a fazer a sua monografia e eu sinto-me muito alegre...muita alegria... com muito orgulho já arranjou um emprego e as pessoa na família que sabem que eu apoio os miúdos veem isso e também manifestam muita alegria...

#### **8. O que tem a dizer sobre os conhecimentos que o seu filho tem adquirido na universidade?**

**R: (1)** – É realmente toda a pessoa que esta na universidade conseguimos notar que realmente a diferença em relação as outras pessoa que não estão na universidade ...têm outra visão

#### **9. O que faz com o seu filho se sinta satisfeito na universidade?**

R: (1) – Eu até agora o único que não se sente bem...mesmo estando já a estudar na universidade...não se sente bem...ele quer é estudar fora do país, porquê... porque ele vê onde trabalha que as pessoas que estudaram no exterior têm tratamento diferente, e então ele está sempre a dizer que quer estudar fora...

**10. Existe algum aspeto que o seu filho não goste na vida universitária? Qual? Porquê?**

R: (1) – Na universidade pública é mesmo a questão de professores... já imaginou um professor que durante um mês só vem uma vez na aula e só manda panfletos e folhetos, e então os alunos ficam aborrecidos... ficam aborrecidos...o aluno vai para a universidade é para estudar para ver o professor. É verdade que estudar a distância por panfletos ou por via internet é bom, mas ao vivo ainda é melhor...ao vivo é outra coisa...

**11. Tendo em conta o elevado custo das propinas, o seu rendimento permite suportar os custos de ter o filho (a) numa universidade privada?**

R: (1) – Hum...Tem que fazer de tripas o coração...as vezes que fechar os olhos. mesmo.. . Fechar os olhos, nós precisamos que os nossos filhos também tenham estudos e um estatuto a nível do nosso país, então temos que fazer de tripas coração. É verdade que os nossos rendimentos não são suficientes para cobrir as despesas totais, mas temos que nos sacrificar...temos que nos sacrificar...

**12. O investimento na universidade privada afeta outras responsabilidades financeiras da família?**

R: (1) – De facto. De facto...Nessa altura a prioridade é mesmo para o estudo dos meninos...eles são a prioridade. Todos os rendimentos que tenho tido... a primeira coisa é os estudos deles...dos filhos...

**13. Qual a mais-valia que este investimento vai trazer para o seu filho e para toda a família?**

R: (1) – É. É. A mais valia (por exemplo da que já se formou) é quando alguém chega a ela e ela trata bem dessa pessoa ... e... é o nome dela que sai...é o nome dela que sai...tratar as pessoas humanamente...

**14. Apesar do esforço financeiro acrescido para formar o seu filho na universidade, qual a avaliação geral que faz desta situação?**

R: (1) – É verdade. É. ...Pensamos que...de tudo que a gente faz...a avaliação que fazemos disso é que de que nós não estamos a fazer algo em vão... e sabemos que tudo que se faz com coração ela brota frutos e estes frutos é que nós esperamos de amanhã dela colher. Sabemos que o país esta a crescer, novos horizontes vão se abrindo e ... os filhos na universidade vão aprendendo e vão poder também transmitir as outras gerações...as outras gerações...

**15. Que resultado prático pensa que a obtenção da licenciatura terá na vida do seu filho?**

R: (1) – Quando a pessoa termina a formação...a primeira coisa é encontrar um emprego ... encontrar um emprego e mostrar aquilo que ela aprendeu na universidade neste emprego...

**16. Na sua opinião, a universidade exige que o seu filho se dedique mais ao estudo do que antes?**

R: (1) – Sim. Sim. Realmente na universidade tem que se dedicar, tem que se dedicar aos estudos na no ensino médio brincava, na universidade já não se pode brincar. Embora eu consigo ver que há mais exigência no ensino médio do que na universidade, porque enquanto que no ensino médio o professor fica atrás do aluno, na universidade já não, na universidade acho eu que o professor dá a matéria e o aluno tem que se esforçar, enquanto no ensino médio nós vamos buscar do professor na universidade já não (risos)

**17. Quais são as expectativas da família em relação à continuidade dos estudos (formação pós-graduada)?**

R: (1) – É. É que nós fizemos a nossa parte, fizemos a nossa parte até a licenciatura...pensamos que para o mestrado para o doutoramento, o indivíduo ... a filha que já esta a trabalhar tem que lutar para isso... porque nós já fizemos a nossa parte...até ali nós já fizemos a nossa parte (risos), agora o resto é com ela vai fazer, doutoramento, mestrado , isto já é com ela .. é através dos seu rendimentos , dos seus rendimentos é que ela vai chegar até ali...

**PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA À FAMÍLIA DE ESTUDANTE QUE FREQUENTA UMA UNIVERSIDADE PRIVADA (5)**

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Família de estudante de uma Universidade Privada**

**E** – Muito bom dia (...). Obrigada por ter aceite estar aqui para facultar algumas informações, estou a fazer trabalho de doutoramento...gostaria que se apresentasse dizendo o que faz, qual é a sua formação

**F - R: (1)** – Bom dia ... chamo-me XX,...tenho a minha que ...graças a Deus .... Depois de tanto batalhar ....

Agradeça que me falasse um pouco sobre:

**Por que motivo quer que o seu filho tire um curso na universidade?**

R: (1) – Tive é um sonho meu...sonho sempre foi meu sonho coisa que eu não consegui fazer apostei nela com todas as minhas forças...entusiasmarei andei atrás, tanto é que quando ela se formou, quando ela recebeu o diploma as minhas sobrinhas todas abraçaram-me primeiro a mim e não a ela, diziam que o esforço foi da tia Lina e não teu, porque a tua mãe é que sempre se esforçou... eu fui professora no primeiro nível tive que deixar porque o salário era muito pouco como eu queria tanto, minha única filha queria tanto que ela se formasse, tentou entrar numa universidade pública, mas não consegui com nota que teve de 14 valores na faculdade de direito... fui falar com Professora Weba, naquela altura era diretora da faculdade de direito e viu nos meus olhos as lágrimas a escorrer e ela me respondeu que eu também sou mãe de filha única ... a minha filha está a estudar fora no estrangeiro, que não podia fazer nada só se fosse estudar à noite, porque com a nota de 14,5 valores que ela teve só podia estudar de dia só à noite, mas ela não podia a noite porque era menor, então foi assim que ela perdeu um ano, resolvi mudar o meu estilo de vida deixar de ser professora para ir ser como cozinheira ser governanta para poder pagar a faculdade dela ...

**Porque é que tem o seu filho a estudar numa Universidade Privada?**

R: (1) – Porque não conseguia entrar na pública ... (ver resposta n.º 1) queria tanto que a minha única filha queria se formasse... sonho que sempre foi meu coisa que eu não consegui fazer apostei nela com todas as minhas forças...entusiasmarei andei atrás...

**O que levou a escolha da universidade Privada Y?**

R: (1) – Mandeí mesmo diretamente para a Universidade Católica, porque fui sempre uma pessoa com educação e frequentei e... sou católica então assim que abriu preferi que ela estudasse na católica...

**Quais os principais motivos que o levaram a escolher o curso?**

R: (1) – O curso... basei mesmo no que eu gostava, tanto é que ela não queria, porque na pública ela foi para fazer direito, que era o sonho dela, mas eu sempre me bate e vi nela tinha queda que ela tinha mais, no médio já lhe coloquei a fazer o curso de contabilidade, como ela ficou um ano sem estudar matriculei-lhe num curso de contabilidade para se prepara, e um dia desses ela depois disse-me que mama cheguei a conclusão afinal que eu gosto de números, então foi só um empurrão para ela aceitar o curso que eu sempre quis... de contabilidade ... que ela agora esta formada em gestão financeira...

**Qual a área de formação no ensino médio?**

R: (1) – No médio ela fez o curso de contabilidade e gestão financeira... por isso foi mesmo na área ...só que no superior ela queria fazer direito...

**Na sua opinião ter um curso superior é fundamental para ter um estatuto social diferente/melhor? Justifique.**

R: (1) – A sim. Muito ... mais muito mesmo. Não se compara uma pessoa que não está formada com uma pessoa formada e eu dou o exemplo hoje a minha filha, ela tem a formação ... ainda não atingiu o teto máximo, não é? Porque ainda tem muita carreira pela frente, mas só o bocado que ela tem, já está num emprego bom, já tem uma vida totalmente diferente do que a vida que eu tinha quando tinha a idade dela, já é muito boa...

**Qual é o grau de satisfação da família com a universidade? Porquê?**

R: (1) – Entusiasmou todas... as primas que estavam fora do ensino voltaram nos trintam e tal e estão todas a estudar ... de novo estão na Lusitana... os primos que tinham abandonado, porque eu sou a terceira... quarta filha da minha mãe, eu fui a primeira a formar uma filha...fui a primeira, então entusiasmou todas, então os primos mais velhos estão todas a estudar...aquilo foi uma alegria tão grande, tão grande, tão grande, porque a minha família praticamente viveu a base dela e diziam possas se a Nina conseguiu nós também vamos conseguir, então foi um empurrão que deu a todo mundo...todo mundo está na faculdade agora...tinham parado no médio estão na faculdade agora ... (risos)

**O que tem a dizer sobre os conhecimentos que o seu filho tem adquirido na universidade?**

R: (1) – Que tenha conhecimentos na matéria em onde é que ela se formou tem...tem não é me gabar a minha filha tem mesmo...estava a trabalhar aqui na Bimak para conseguir ... para conseguir ajudar-me a pagar já ... porque eu também depois comecei a adoeecer e não sem quê..., porque eu disse tens que começar a trabalhar, vais acabar os últimos anos que te faltam, faltavam para aí um ano ou quê, para pagares a tua faculdade a partir de agora, e assim que ela foi ... passou para a noite ... teve que passar para a noite que aí foi a pior coisa da minha vida foi esta... eu ficava desde as 17h -18h horas que eu sabia que a minha ia para a Universidade e era no Palanca já não era mais aqui... as 22h eu criei varizes, eu ficava de pé, enquanto eu não visse o autocarro da católica, porque eu paga o autocarro, enquanto eu não visse o autocarro da católica deixar a minha filha aí, .... A minha cabeça andava...eu não via novelas nessa altura, porque via um bocadinho e depois ia ver o autocarro da faculdade foi uma grande preocupação, mas ela aproveitou bem e soube ...quer dizer dar valor o que eu passei por ela soube dar valor e ela agora ela dá valor e retribui... Ya muito muito mesmo. É verdade, e ela gosta onde esta agora depois ela saiu da Bimack e foi para trabalhar num empresa que fazia prestação de serviço para a Chevron, um ano depois concorreu e agora ela é uma efetiva da Chevron...

**O que faz com o seu filho se sinta satisfeito na universidade?**

R: (1) Haa... Mais de mais...a minha filha sempre gostou de escola trabalho de casa não, mas de escola a minha sempre gostou de estudar, se for ver no livro ...desde que a minha filha começou a trabalhar até hoje não tem nenhuma falta...ela nunca faltou, tira um dia para tratar das coisas agora dizer que a minha faltou esta cansada não, na faculdade é mesma coisa dizer que a faculdade é para se ir fazendo, hoje não me apetece e não vou, não ela ia todos os dias... todos os santos dias...

**Existe algum aspeto que o seu filho não goste na vida universitária? Qual? Porquê?**

R: (1) – Não. Só em algumas cadeiras ... quando tirasse uma nota que achasse que era baixa e que poderia ser mais... dizia eu vou me esforçar mais um bocado e vou mostrar que ainda posso tirar mais do aquilo...(risos)...e depois ela sempre teve um grupo bom de estudo, são umas meninhas que até agora continuam amigas... vinham cá a casa faziam cada semana era em casa de uma que iam estudar, uma pessoa podia deixar o lanchinho para quando elas acabarem de estudar, depois noutra semana é a outra mãe, acabaram por se conhecer as mães todas e até hoje elas continuam bem e todas muito bem empregues, duas delas até já são subdiretora dos BESA...foi um grupo mesmo muito bom

**Tendo em conta o elevado custo das propinas, o seu rendimento permite suportar os custos de ter o filho (a) numa universidade privada?**

R: (1) – O meu rendimento não permitia, tanto é como disse tive que deixar a educação logo que a minha filha deixou o médio eu deixei a educação e fui trabalhar trabalhar ... eu chegava uma altura que eu dava o meu salário que pagavam lá na Laba ... era completo e dava na mão da minha filha para pagar a faculdade e mais o autocarro e sobrevivíamos só com o do Zé...ya, só mesmo...

**O investimento na universidade privada afeta outras responsabilidades financeiras da família?**

R: (1) – Sim, sim, a pessoa muitas vezes tinha que escolher muito mesmo...mesmo que quisesse comprar alguma coisa ... eu até não lembro durante o tempo que ela estava a estudar comprar uma roupa, as minhas irmãs é que traziam quando viajavam...agora eu mesmo dizer estou a sair para ir a uma boutique porque vou comprar uma roupa não...

**Qual a mais-valia que este investimento vai trazer para o seu filho e para toda a família?**

R: (1) – Ah...grande, é uma mais-valia grande...ela agora já me paga uma viagem...vai para a Namíbia vai para descansar, vai a África do Sul e agora me perguntou se eu quero viajar para Portugal, depois ela é aquele menina que não deixa faltar nada na mãe, esta sempre a perguntar mama esta a faltar ... mama agora vamos fazer o quê...ainda no fim do ano ele disse oh mama estes cadeirões já estão velhos

vou te oferecer um cadeirão da moda...vai a loja sozinha saber quanto é e depois me diz ...já é uma mais-valia grande, não é? Depois ela não é uma menina agarrada...não a minha filha não, tudo que ela poder fazer por mim ela faz...

**Apesar do esforço financeiro acrescido para formar o seu filho na universidade, qual a avaliação geral que faz desta situação?**

R: (1) –

**Que resultado prático pensa que a obtenção da licenciatura terá na vida do seu filho?**

R: (1) – Sim está. Sim ... Muitos resultados mesmo ...muitos mesmo ... eu até só peço a Deus que deia mais força para ver se ela consegue ir fazer já o mestrado, pois porque ela é que está a enganhar...ela agora parece que está a se sentir já um bocadinho realizada ou quê...

**Na sua opinião, a universidade exige que o seu filho se dedique mais ao estudo do que antes?**

R: (1) – Muito mais ...muito mais... a católica é uma das universidades que se deve igual com a pública, porque dizem que exige muito, não é assim como estão a fazer na Lusíada, vários exames, reprovaste faz de novo, reprovaste faz de novo... aquilo não, na católica, ou avanças ou não então tens um recurso como ...

**Quais são as expectativas da família em relação à continuidade dos estudos (formação pós-graduada)?**

R: (1) – Sim. A minha expectativa é que ela continue a estudar...e vai até o doutoramento, é que temos conversado cá em casa todos os dias e ela já me disse mama ainda não pode só fui convertida agora no trabalho ... tenho que fazer só depois de dois anos.

## PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA À FAMÍLIA DE UM ESTUDANTE QUE FREQUENTA UMA UNIVERSIDADE PRIVADA

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Família de estudante de uma Universidade Privada**

**E** – Muito bom dia (...). Obrigada por ter aceite estar aqui para facultar algumas informações, estou a fazer trabalho de doutoramento...gostaria que se apresentasse ...

**F - R: (1)** – Eu trabalho...sou secretária do...do Reitor...desempenho esse trabalho de secretária já a caminho de 6 anos

Agradecia que me falasse um pouco sobre:

**Por que motivo quer que o seu filho tire um curso na universidade?**

R: (1) – Para o bem dele...também para desenvolver a capacidade dele estudantil...ter capacidade dele poder amanhã trabalhar e poder me poder ajudar um dia ... é isso que uma mãe espera de um filho...

**Porque é que tem o seu filho a estudar numa Universidade Privada?**

R: (1) –...Porque aqui em Angola para entrar numa universidade pública é muito difícil, as pessoas fazem testes, mas mesmo com a nota de 14 ou 15 valores as vezes não ingressam para as universidades públicas...então preferimos meter aqui mesmo na universidade privada que é o caminho mais rápido, porque na universidade pública é muito complicado por causa dos testes...

**O que levou a escolha da universidade Privada Y?**

R: (1) –...Ele está aqui na Óscar Ribas, como eu trabalho aqui e aquela coisa para eu poder acompanhá-lo, então por isso é que eu preferi que ele ficasse aqui...

**Quais os principais motivos que o levaram a escolher o curso?**

R: (1) – Porque ele desde o princípio...do médio já começou a fazer a Engenharia Informática...eu via logo a tendência dele de informática em computadores, então preferi que ele seguiu-se o curso de Engenharia Informática

**Qual a área de formação no ensino médio?**

R: (1) – A área de formação dele no médio é mesmo de informática...de informática, então ele preferiu continuar ...

**Na sua opinião ter um curso superior é fundamental para ter um estatuto social diferente/melhor? Justifique.**

R: (1) – Eu digo que é...mas também agora ...como vê em tempos atrás a universidade era uma coisa muito importante, quem tivesse curso superior era muito importante para aí nos anos de 2000-2001, mais agora ter um curso superior só já não basta tem que ter que fazer o mestrado, depois o douramento, pós-graduação, tudo isso...então o superior só não basta...

**Qual é o grau de satisfação da família com a universidade? Porquê?**

R: (1) – Estou a gostar, estou a gostar aqui na universidade Óscar Ribas tem professores muito bons , então eu preferi...e eu estou a gostar do desenvolvimento dele aqui na universidade

**O que tem a dizer sobre os conhecimentos que o seu filho tem adquirido na universidade?**

R: (1) – Sinto que ele esta adquirir conhecimentos, e aqui também na área de engenharia Universidade Óscar Ribas tem muita tendência, porque as empresas ... na área de engenharia eletromecânica. Engenharia civil e engenharia informática...as empresas veem sempre para aqui saber se tem alunos que estão nesta área e para o ramo do emprego, eles próprios veem, por exemplo a ODEBRECH vem sempre aqui solicitar assim, candidatos para o ramo da engenharia informática, engenharia eletromecânica e engenharia civil daqueles que já estão a terminar o curso e assim, já têm o emprego garantido...

**O que faz com o seu filho se sinta satisfeito na universidade?**

R: (1) – Sim. Sente-se bem ... gosta... gosta muito

**Existe algum aspeto que o seu filho não goste na vida universitária? Qual? Porquê?**

R: (1) – De princípio quando ele veio para cá era o problema de muita gente! As salas estavam muito cheias de alunos, mais depois repartiram/dividiram as turmas, mas de princípio ele dizia mesmo que não havia sitio para se sentar, havia poucas cadeiras

**Tendo em conta o elevado custo das propinas, o seu rendimento permite suportar os custos de ter o filho (a) numa universidade privada?**

R: (1) – ...Não. Não chega mesmo, as vezes a pessoas de que fazer esforços... dar cabeçadas em outros sítios e ajudas, por exemplo tenho ajuda da minha mãe, e eu consigo pagar as vezes as propinas do meu filho...

**O investimento na universidade privada afeta outras responsabilidades financeiras da família?**

R: (1) – Sim. Sim. Tem afetado. Tem muito muito muito, tem mesmo...

**Qual a mais-valia que este investimento vai trazer para o seu filho e para toda a família?**

R: (1) – Sim. Amanha também se Deus quiser, quando ele crescer...ele esta agora com 17 anos, se ele tiver 20, 30 aí ele vai ver formeime graças a minha mãe, mesmo com esforço dela, o sacrifício dela, eu formei-me e esperar um dia também que ele me ... não é um dever... como se diz uma obrigação, mas ele vai pensar se estou formado hoje graças a minha, e então todos os meses se ele tiver um bom emprego e também esperar um bocadinho...dar um bocadinho para ajudar...

**14. Apesar do esforço financeiro acrescido para formar o seu filho na universidade, qual a avaliação geral que faz desta situação?**

R: (1) – De momento ainda não tenho, como ele ainda esta no primeiro ano, ainda não tenho...

**15. Que resultado prático pensa que a obtenção da licenciatura terá na vida do seu filho?**

R: (1) – É um orgulho. Vai ser um orgulho. Vou estar muito orgulhosa

**16. Na sua opinião, a universidade exige que o seu filho se dedique mais ao estudo do que antes?**

R: (1) – Sim. Sim. Ele esta muito mais dedicado agora, mesmo no ensino médio ele também dedicava-se em grupo de estudo...

**17. Quais são as expectativas da família em relação à continuidade dos estudos (formação pós-graduada)?**

R: (1) – Não quero que ele faça só a Licenciatura, mas quero que amanha ...um dia ele faça o eu por exemplo já me tentaram alguns propostas na escola onde ele estava perguntaram-me se eu não queria mandar o meu filho estudar para fora do país, mas como ele era menor fiquei com receio/medo do filho ficar fora país sozinho é uma responsabilidade muito grande, não aceitei, mas agora quando ele tiver mais idade...20, 22 ele já pode, então ele vai um dia fazer o mestrado fora...

## **PROTOCOLO DA ENTREVISTA REALIZADA À FAMÍLIA DE UM ESTUDANTE QUE FREQUENTA UMA UNIVERSIDADE PRIVADA**

**Entrevistadora: Investigadora**

**Entrevistado: Família de estudante de uma Universidade Privada**

E – Muito bom dia (...). Obrigada por ter aceite estar aqui para facultar algumas informações, estou a fazer trabalho de doutoramento...gostaria que se apresentasse dizendo o que faz, qual é a sua formação

e - R: (1) – Sou mãe do estudante X do curso de Psicologia 2.º ano e sou e funcionária da área académica

Agradeçia que me falasse um pouco sobre:

**Por que motivo quer que o seu filho tire um curso na universidade?**

R: (1) – Formação...não é? Formação porque é necessário, formação porque o futuro, não é? Não sabemos, então temos que estar preparados para as dinâmicas da vida, então só passando pela formação por uma escola terão garantias para assegurar o futuro, por aí...

**Porque é que tem o seu filho a estudar numa Universidade Privada?**

R: (1) – Em princípio da na privada, porque tentou na pública e não conseguiu...fez o teste e não foi admitido e a opção que encontrei foi a privada, apesar de que não é fácil porque sou viúva e tenho dois filhos a fazerem a universidade, não é? E os dois andam na privada...

**O que levou a escolha da universidade Privada Y?**

R: (1) – O que é que me levou a escolher esta universidade...primeiro a área, por ser mais próxima, segundo como funcionaria da universidade benefício de um pequeno desconto, que facilitava, então prontos foi uma das condições...

**Quais os principais motivos que o levaram a escolher o curso?**

R: (1) – A questão do curso foram...são eles próprios que escolheram, a menina escolheu gestão e rapaz estava primeiro a estar na católica a fazer Ciências Humanas e Línguas e Literatura, mas depois ele dizia que queria fazer especialidade em Inglês, mas eles diziam que não dava especialidade em Inglês, ele ficou triste e preferiu desistir e agora esta a fazer psicologia aqui na UÓR

**Qual a área de formação no ensino médio?**

R: (1) – Ciências Sociais

**Na sua opinião ter um curso superior é fundamental para ter um estatuto social diferente/melhor? Justifique.**

R: (1) – Mais é. É... ter um curso superior é para ter um estatuto diferente, porque é bem verdade que pessoas há que não têm um curso superior e têm uma vida estável, mas é sempre importante ter um a formação superior, porque há certas coisas que notamos que se nós não passarmos por uma universidade ficamos vagos, parece que falta alguma coisa... falta alguma coisa (risos), então o ensino, a formação médio e superior é mesmo importante...

**Qual é o grau de satisfação da família com a universidade? Porquê?**

R: (1) – É bom. É...é bom. O grau de satisfação é muito bom, não só pelo meu filho, mas também pelas outras pessoa/famílias que eu conheço e que têm os seus filhos a estudarem aqui na universidade e que têm cá vinho os encarregados, temos conversados e o grau de satisfação é aceitável...

**O que tem a dizer sobre os conhecimentos que o seu filho tem adquirido na universidade?**

R: (1) – Muitos, muitos. Hoje eu já consigo conversar com ele e noto nele que o facto ter ingressado para o curso de psicologia tem uma outra visão do mundo, tem uma conversa com cabeça tronco e membros, ele já estava a fazer o 3.º ano na católica, mas ele preferiu começar aqui do primeiro, eu também disse o que eu quero é que tu te formes, agora o resto ... como ele também é músico estava mais inclinado na música (risos), mas prontos, mais agora eu noto que realmente ...e ele diz que esta no curso certo...diz ele que está no curso certo...(risos)

**O que faz com o seu filho se sinta satisfeito na universidade?**

R: (1) Ele sente-se muito bem na universidade...esta a gostar, se quando nós gostamos daquilo que fizemos, eu acho que maior é o empenho, maior ...sei lá...satisfação...é... então...

**Existe algum aspeto que o seu filho não goste na vida universitária? Qual? Porquê?**

R: (1) – Não. Não notei, por acaso ... ainda não me apercebi ...

**Tendo em conta o elevado custo das propinas, o seu rendimento permite suportar os custos de ter o filho (a) numa universidade privada?**

R: (1) – Não. Não, não, pelo facto eu tive que recorrer a bolsa de estudo...é difícil, porque tenho outros mais sob minha responsabilidade e o meu estudo também não é fácil...

**O investimento na universidade privada afeta outras responsabilidades financeiras da família?**

R: (1) – Afeta. Afeta ...afeta sim senhora, por exemplo, se tiver algum recurso a bolsa não cobre toda a propina tenho que sempre algum dinheiro, então afeta...

**Qual a mais-valia que este investimento vai trazer para o seu filho e para toda a família?**

R: (1) – Mais valia é a formação dele. A formação amanhã. Acho que isso depois...Vê-lo formado, vê-lo empregado, sobretudo isso, acho que aí vai compensar todos os transtornos, todos os gastos (risos)

**Apesar do esforço financeiro acrescido para formar o seu filho na universidade, qual a avaliação geral que faz desta situação?**

R: (1) – É difícil... realmente fica muito difícil. As vezes a pessoa põe a mão na cabeça dizendo não pago, mas depois como é pela formação a pessoa faz. Então, aí a pessoa pensa como a formação é importante...mas, eu acho que devemos investir na formação... acho que a formação é a melhor coisa que existe, eu acho que tudo isso compensa, depois da formado e tudo aí vem a compensação, aí já não vais pensar nos gastos, não é? (risos)

**Que resultado prático pensa que a obtenção da licenciatura terá na vida do seu filho?**

R: (1) – Ahhh... resultado prático...Estar formado, estar no mercado de emprego, estará capacitado para encarar os problemas sociais e ajudar a sociedade sei lá ... a desenvolver...Eu acho que isso é a melhor coisa que eu espero, é...que ele amanhã ele possa olhar e puxar por outras e outras pessoas e gerações que veem aí. Eu acho que é mais ou menos por aí....

**Na sua opinião, a universidade exige que o seu filho se dedique mais ao estudo do que antes?**

R: (1) – Claro, muito mais, eu vejo a preocupação que ele tem em estudar, no médio ele não tinha, em grupos de estudo,, e já na universidade ele faz fazer trabalho de campo, vai a ilha.... eu penso que sim ganhou maturidade, ganhou, ganhou muito...

**Quais são as expectativas da família em relação à continuidade dos estudos (formação pós-graduada)?**

R: (1) – Não. Não basta ... não basta só a licenciatura, ele é novo tem muito pela frente...vai continuar fazer mestrado, doutoramento, penso assim mas em princípio, mas em principio a família pensa assim que ele continue...

Geralmente as pessoas optam mesmo para os filhos entrarem na privada, porque na pública é difícil, o último recurso mesmo é esse ir para a privada. Porque se se tentar um ano nada outro ano nada o filho fica muito tempo sem estudar e pode perder-se noutras coisas...

## ANEXO 5 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS DOS VICE-REITORES

### ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS AOS VICE-REITORES CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS [E1 A E5]

Categories	Subcategorias	Indicadores	Unidades de Registo (testemunhos)
C) Interesse/propósito em criar/abrir uma universidade privada em Angola	C.1- Processo de democratização da abertura do mercado	C.1.1- Aparecimento do Decreto do ensino privado nos anos 90	<ul style="list-style-type: none"> <li>. A maior parte das universidades surgem com a privatização E1</li> <li>. Há um processo de democratização de abertura do mercado que se faz numa determinada altura a partir de 1991 com o Decreto do ensino privado que aparece em Angola E1</li> <li>. E no espírito disso que começa aparecer a iniciativa privada (...) não havia iniciativa privada em Angola (...) era tudo do Estado, vivia-se numa economia estatizada (...) tudo era do Estado E1</li> <li>. A iniciativa privada oficialmente começa em 1991 para tudo E1</li> <li>. (...) A educação entra nesta de 1991 para frente com os diferentes decretos que foram oferecendo com a abertura do Estado a economia privada e a abertura democrática E1</li> <li>. No ano de 2002 começou a preparar as condições para abrir uma universidade E2</li> <li>. Era o seu contributo para desenvolver o pensamento lógico, a capacidade cognitiva, a capacidade profissional, a competência na universidade para inseri-los na sociedade em concordância com a produção dos serviços e dos estudos na universidade E2</li> <li>. Um dos fins básico é converter a universidade Gregório Semedo, numa universidade de elite E2</li> <li>. [O surgimento da] universidade privada (...) é a razão de o estado ter reconhecido de que não podia assumir por si só toda a responsabilidade do processo da formação de quadros E3</li> <li>. No âmbito da ideia de repensar o Estado (...) o Estado permitiu liberalizar um pouco esta área do ensino, permitindo que pessoas singulares ou coletivas pudessem intervir E3</li> <li>. As escolas do ensino superior privado surgem como quase “cogumelos” (...) por causa dessa abertura E3</li> <li>. Hoje eu acho que a Lusíada é uma das universidades de referência a nível do país E4</li> <li>. A universidade em primeira análise surgiu como um projeto simplesmente ... E5</li> <li>. Apoiando o Estado naquilo em que o Estado não podia cobrir, não é? E5</li> <li>. No ensino superior nem sempre ou nunca havia vagas na instituição pública, então foi também de interesse dos proprietários da universidade pensar nisto E5</li> <li>. Abrir essa universidade para ajudar as pessoas a estudarem mais, terem mais opções de cursos e ter mais turmas e mais vagas E5</li> <li>. O primeiro objetivo contribuir com o ensino e para o ensino ...E5</li> </ul>
		C.1.2. Interesse em abrir uma universidade privada	<ul style="list-style-type: none"> <li>. O interesse primário surge com o pensamento do promotor da universidade Gregório Semedo que com 18 anos começou a ser prof. de vários escolas, no tempo colonial E2</li> <li>. Foi aí que começou a desenvolver esta vocação do ensino E2</li> <li>. Esta vocação continuou posteriormente quando foi prof. Durante muitos anos de faculdade de Direito, da Universidade Agostinho Neto E2</li> <li>. Ele inicialmente abriu uma instituição educativa que foi e é o Colégio Gregório Semedo, na Maianga, no ano 1998</li> <li>. Em 1995 começou a ter na sua mente a ideia de desenvolvimento um projeto social que beneficiasse a sociedade angolana E2</li> <li>. Fazer crescer o pensamento do homem, desenvolvimento capital humano (...) decidiu abrir o colégio Gregório Semedo E2</li> <li>. A Lusíada quando abriu, abriu com duas salas e com cerca de 300 alunos E4</li> <li>. [O interesse em] Abrir essa universidade [foi] para ajudar as pessoas a estudarem a terem mais opções de cursos e ter mais turmas e mais vagas E5</li> <li>. O primeiro objetivo contribuir com o ensino e para o ensino ...E5</li> </ul>
		C.1.3- Projecto privado empresarial	<ul style="list-style-type: none"> <li>. A universidade lusíada foi um projeto de dois angolanos (...) foram a primeira privada a existir em Angola em 1999, não tinha a dimensão que tem hoje E4</li> <li>. É um projeto privado empresarial (...) acho que eles tiveram uma boa ideia e o projeto está aí e está andar E4</li> <li>. Um projeto de poder acudir aqueles que não tinham possibilidade de como estudar, ou seja</li> <li>. É um projeto privado empresarial, não tem só estrangeiros, mas tem parcerias com várias universidades ... com a universidade de São Paulo, com a Universidade Lusíada de Portugal, com a universidade técnica de Lisboa e com o Instituto Superior de Economia e Gestão e portanto ... E4</li> <li>. Os donos da empresa têm um projeto em Luanda que é este o maior e em Cabinda, no Lobito, na Lunda-Sul e no Huambo, como institutos superiores todos independentes ... Instituto Superior Politécnico Lusíada de Cabinda, do Lobito, Lusíada da Lunda Sul e Lusíada do Huambo E4</li> <li>. Empresarial, familiar e claro não se põe de parte a parceria internacional, porque nós temos vários protocolos internacionais e nacionais, portanto estes três âmbitos estão interligados... E5</li> </ul>

	C.1.4- Do colégio a universidade dando continuação aos estudos	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Na primeira graduação dos estudantes do colégio G. Semedo, quando expressou na sua intervenção as famílias e aos estudantes (...) que iriam ter uma universidade para poderem continuar os seus estudos E2</li> <li>. Um dos objetivos do promotor (...) fazer com que as crianças que entrassem desde o primário continuassem até a universidade (...) . Esse foi um dos grandes objetivos E2</li> <li>. Os alunos começariam no pré-escolar no colégio e continuavam até a universidade E2</li> <li>. [Os alunos] concluíam os seus estudos na universidade E2</li> </ul>
C.2- Contribuir para a formação de quadros no país	C. 2.1 - Investimento privado/negócio e apostar no crescimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Em 8 anos o que se tem estado a fazer é apostar no crescimento E1</li> <li>. Há algumas atividades que são desenvolvidas (...) faz-se uma grande pirâmide do leito, as pessoas vão oferecendo e depois são dadas a instituições e as pessoas idosas, a crianças E1</li> <li>. Investimento privado (...) E3</li> <li>. Buscar a possibilidade de rentabilizar o negócio para melhorar as condições de continuidade do próprio negócio</li> <li>. Do ponto de vista do conceito económico de produção, de reprodução e ampliação das infra-estruturas e dar alguma qualidade e conforto para que ela possa persistir no mercado E3</li> <li>. Nós estamos a trabalhar com a finalidade de ter professores de alta capacidade científica e pedagógica E2</li> <li>. Anualmente (...) antes de iniciar o curso a semana pedagógica da universidade Gregório Semedo, onde trabalhamos só temas de didática do ensino superior E2</li> </ul>
	C.2.2- Criação da Universidade ligada a uma empresa de direito privado	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Sim. Está ligada a uma empresa ... E3</li> <li>. É uma empresa de direito privado E3</li> <li>. A entidade promotora é a Empresa Grupo Pitabel, (...) têm dois colégios um é Pitabel e o outro é Renata Carina, são os donos da universidade, Pitabel é o nome dos dois Sócios E3</li> <li>. Aqui na universidade discutimos que o nome tinha que ser (...) representativo da cultura nacional e adotamos (...) o patrono da universidade Óscar Ribas, o grande escritor da tradição oral angolana... E3</li> <li>. Para a criação [da universidade] não houve nenhuma parceria ela foi fruto do esforço e do sacrifício do promotor E2</li> <li>. Na sua criação funcionava [a empresa] a <i>intellectus - formação e gestão</i> e para evitar uma série de constrangimentos ... por exemplo quando a universidade quer valer-se do ponto de vista financeiros e do pessoal se faz mais complexo, então se passou a universidade para a empresa <i>intellectos</i> E2</li> <li>. Aqui nunca houve capital estrangeiro, os estrangeiros são que têm levado capital daqui...da universidade (risos) E2</li> <li>. Sim. É a DEA – Desenvolvimento de Educação de Angola no qual o PCA (Presidente do Conselho de Administração) é o ex-ministro da educação X ... E1</li> <li>[A universidade] está ligada a uma empresa E4</li> <li>. A lei do ensino superior obriga que o promotor universitário tem que tem sempre uma empresa, neste caso aqui a empresa chama-se saber Angola limitada ... E4</li> <li>. (...) Podia ser uma cooperativa de ensino, mas tem que ter uma instituição porque o projeto é empresa ... E4</li> <li>. O Conselho de Ministros, cria a empresa por decreto ... E4</li> <li>. Pelo decreto 90/09 a empresa pede ao Ministério a abertura [da instituição] E4</li> <li>. Foi uma empresa que criou a universidade E5</li> <li>A universidade não se autocriou, não é? (risos), tem uma empresa promotora E5</li> <li>. A empresa é a Mocape limitada (...) E5</li> <li>. Nós prestamos contas a esta empresa que é a promotora da universidade E5</li> <li>. O capital pertence a esta empresa não pertence a Universidade de Belas E5</li> <li>. A Universidade de Belas apenas tem orçamentos como tem as públicas que o Estado dá, nós também temos orçamentos de despesas correntes E5</li> <li>. A questão do lucro, do investimento tem a ver com a empresa Mocape que é a promotora da instituição ...E5</li> </ul>
	C.2.3 – Ajudar o país na formação de quadros para o mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>. A função essencial é ajudar o Estado a formar os quadros angolanos numa dimensão qualitativa que possa potenciar (...) a participação das universidades no processo da reconstrução nacional, seja ele no domínio técnico, seja no domínio tecnológico, académico e científico ... E3</li> <li>. A nossa função é formar os quadros do país E4</li> <li>. Nós temos lançado anualmente cerca de 600 quadros nacionais E4</li> <li>. Nós temos aqui duas questões primeiro um projeto de formar novas gerações de quadros, mas também tem uma componente social ... E4</li> <li>. Eu penso que qualquer instituição a função deveria ser essencialmente (...) investigar, inovar E1</li> <li>. Porque a nível de uma universidade de ensino superior se não houver preocupações de investigação não há inovação de conhecimento E1</li> <li>. A universidade deve produzir conhecimento novo, deve estar ligada com a sociedade mais próxima ...E1</li> <li>. A formação a nível superior também (...) está voltada para o mercado de trabalho E1</li> <li>. Há preocupações de formação para o mercado de trabalho, porque o mercado de trabalho exige E1</li> <li>. Uma universidade privada é uma parceira do Estado E2</li> <li>. Uma Universidade privada está sujeita a tutoria de um órgão que neste caso é o Ministério do Ensino Superior E2</li> <li>. (...) Ministério do Ensino Superior trabalha sobre a base das diretrizes do Estado do Governo (...) que nos indica que E2</li> <li>. Nós somos parceiro do Ministério com a finalidade de cumprir os planos de desenvolvimento económico, social que o país tem E2</li> <li>. Governo tem determinado responsabilidade e se atribui (...) responsabilidade (...) de servir melhor a população E2</li> <li>. Eu acho que a função não difere da pública, a função é a mesma que é a de formar quadros para o País e não só ... E5</li> <li>. É de formar quadros com qualidade que possam cumprir com as obrigações do País, do Estado e da sociedade E5</li> <li>. São as tais funções que todas as universidades têm que é a função de ensino, investigação e extensão</li> </ul>

			<p>universitária E5</p> <p>. As públicas têm um promotor que é o Estado e as privadas têm um promotor que é uma entidade privada... E5</p>
		C.2.4 – A Unesco e a aposta na educação para o desenvolvimento	<p>. Reconheço o papel que a educação tem, por exemplo, na luta contra a cólera, contra a extrema pobreza, contra o desemprego, contra o sem emprego ... E1</p> <p>. Os países desenvolvidos passaram por grandes apostas na educação (...) E1</p> <p>. A UNESCO considera por exemplo que o ideal seria de 20% do orçamento do Estado E1</p> <p>. Nós ainda estamos com 8% e no tempo da guerra tínhamos apenas 4% do orçamento do Estado [para a educação] E1</p> <p>. Nós ainda não estamos apostar na educação como devíamos (...) porque estamos apostar tudo ao mesmo tempo E1</p> <p>. Nós verificamos hoje que esse papel é importante porque a educação começou a ser vista como uma solução para uma série de problemas sociais ... E1</p> <p>. O conceito de paz ... educar para a paz ... hoje em dia quando nós pensamos no papel da educação para o desenvolvimento nós já começamos a ver áreas transversais e áreas específicas, por exemplo E1</p> <p>. Nas áreas transversais já temos que educar para a mudança ... E1</p> <p>. As mudanças são rápidas e necessárias e temos que nos adaptar a mudança e saber conviver com ela E1</p> <p>. O papel da educação para o desenvolvimento [para] produzir progresso económico, mas também progresso social passa por um conjunto de vertentes transversais, em termos gerais tudo (...) E1</p> <p>. São áreas de educação que nós temos e que todas concorrem em si para uma educação para o trabalho, uma educação para a cultura e uma educação para a cidadania E1</p> <p>. Eu penso que a Unesco sempre se preocupou com a problemática da educação e ensino sempre historicamente E2</p> <p>. Hoje a exigência tem que ser maior, porque vivemos (...) num mundo onde os interesses predominam sobre o valor humano, isso se passa em praticamente em quase todos os países e onde lamentavelmente a pobreza e a fome estão aumentar E2</p> <p>. A pobreza e a fome, atacando isso é apostar na educação, pois vivemos na sociedade do conhecimento E2</p>
D) Criação dos cursos oferecidos pelas Universidades/IES	D.1 – Escolha/conceção e proposta dos cursos	D.1.1 – Universidades dão os mesmos cursos	<p>. Os cursos (...) do ponto de vista da conceção (...) foram muito aleatórios E3</p> <p>. Não houve uma pesquisa anterior para saber se a vocação da universidade se podia determinar a tipologia dos cursos E3</p> <p>. Hoje podemos ver que a maior parte das universidades sejam elas de domínio privado, sejam de domínio público dão quase os mesmos cursos, não é? E3</p> <p>. Quando as entidades promotoras fossem levar o processo ao Ministério da Educação levavam já com um conjunto de cursos para serem também aprovados, mesmo que não fossem já efetivados E3</p> <p>. A ideia é de salvaguardar (...) [para quando for preciso] já tenho a capacidade de implementar E3</p> <p>. Quando eu criar as condições já tenho os cursos aprovados E3</p> <p>. A ideia foi na generalidade deste modo, por isso é que temos cursos idênticos na maior parte das universidades E3</p> <p>. Se fosse uma prévia preparação, uma prévia conceção de saber eu estou no mercado ... E3</p> <p>. Estou no mercado se aquela tem o curso tal se o curso tal está generalizado este curso [seria o ideal] E3</p> <p>. Eu prefiro ir buscar um curso do tipo tal e do tipo tal para criar também uma novidade no mercado ... E3</p> <p>. A conceção que se tem é a conceção da generalidade e nós não fugimos a regras a esta ... a esta questão ... E3</p> <p>. Nesta altura, em 99, achávamos que estes eram bons cursos que o país precisava E4</p> <p>. Numa primeira análise nós propusemos cursos mais procurados no mercado E5</p> <p>. Aqueles que os estudantes mais procuram e que de certa forma que mais facilmente há empregadores E5</p> <p>. Há uma série de condicionalismos para a abertura dos cursos E1</p>
		D.1.2 - Tipologia/esc olha dos cursos e sua importância	<p>. Na altura o país não tinha quase nada nestas áreas e então foi a aposta que se apostou [fez] ... E4</p> <p>. Porque o país ainda não tinha arquitetos, o país ainda não tinha informáticos e mesmo na área das Ciências Humanas havia poucos Psicólogos E4</p> <p>. A Lusfada foi a primeira universidade a abrir um curso de relações internacionais e até domina E4</p> <p>. Na área das Ciências económicas que foi a contabilidade, a contabilidade e gestão de empresa e economia E4</p> <p>. Neste momento nós entregamos ao Ministério do Ensino Superior um plano para se fazer um curso de gestão turística, engenharia ambiental ... E queremos abrir um curso de medicina E4</p> <p>. E temos aqui um curso de bacharelato em educação física e desporto E4</p> <p>. Nós temos Psicologia na variante das Organizações e na variante da Psicologia Clínica, trabalham a Psicologia das Organizações de Psicologia Clínica E4</p> <p>. Se nós pensarmos em de direito ... há tantos advogados por aí que os cursos de direito funcionam mais facilmente do que outros como as engenharias E1</p> <p>. Gestão e marketing que passou a ser a moda, não é ... E1</p> <p>. Nós agora vamos também abrir cinema E1</p> <p>. Nós somos a única instituição penso em Angola que temos curso do ambiente, educação em engenharia ambiental ... E1</p> <p>. Nós apostamos porque pensamos que os problemas do ambiente é um problema de futuro é um problema que se coloca até nos petróleos, no ecossistema ... E1</p> <p>. Quando se educa para o ambiente nós resolvemos muitos dos problemas E1</p> <p>. Nós criamos os cursos em função das necessidades dos países em vias de desenvolvimento E2</p> <p>. Estes cursos foram selecionados de acordo com as necessidades E2</p> <p>. Fomos na lógica que nos indicava que era necessário primeiro criar juristas E2</p> <p>. Nós queríamos criar também ter um curso de Telecomunicações e Instrumentação e Controlo, embora não havia condições para isso, porque se nós por exemplo criarmos uma especialidade de Telecomunicações e Instrumentação e Controlo E2</p> <p>. Nós avançamos com cursos que raramente se vêem em Angola E5</p> <p>. O curso de Fisioterapia, a Enfermagem já existia na pública E5</p>

		<p>. Avançamos com o curso de Nutrição e Dietética E5</p> <p>. Temos o curso de Farmácia, Análises Clínicas, Odontologia e Gestão Hospital E5</p>
	D.1.3 – Criação dos cursos obedece a demanda	<p>. Há cursos que eventualmente gostaríamos de abrir, no âmbito das preocupações de carácter educativo E1</p> <p>. Os cursos que foram aparecendo nesses 8 anos foi mais em função daquilo que se pensava de procura ... E1</p> <p>. A criação dos cursos tem a ver com a demanda E1</p> <p>. A demanda aparece muito em função da estratégia nacional de formação ver onde há mais necessidade para se abrir os cursos E1</p> <p>. Nós vamos procurar dar o quanto possível resposta a isso, não é... E1</p> <p>. Para criação dos cursos tivemos em conta está procura E2</p> <p>. [Tivemos em conta] está demanda E2</p> <p>. [Criamos os cursos] de acordo com a demanda e o desenvolvimento do país E2</p> <p>. Está comprovado que o que realmente permite a sociedade ao indivíduo, ao crescimento da sociedade ... são em Princípio aquelas especialidades que são indispensáveis para a convivência social, são indispensáveis organizações sociais ... E2</p>
	D. 1.4 – Oferta dos cursos mais procurados e vagas disponíveis	<p>. A condição da procura já existia no mercado, porque com a UAN não se resolvia a demanda, não é? E3</p> <p>. A oferta era tanta e as instituições eram escassas E3</p> <p>. O princípio da procura e da oferta colocou-se (...) [e] as universidades surgiram como cogumelos [tal como os] colégios E3</p> <p>. Os nossos cursos estão sempre esgotados, nós temos sempre duas mil vagas por ano e elas ficam logo todas cobertas preenchidas E4</p> <p>. Neste momento há um curso que esta a ser muito procurado acho que as empresas estão a direccionar todos para aí, é o curso de Gestão de Recursos Humanos ... E4</p> <p>. Nós temos mais de mil e seiscentos estudantes neste curso, portanto há uma procura muito grande E4</p> <p>. O país esteve em guerra durante muitos anos e só a universidade pública é que tinha ... e também não oferecia todos cursos E4</p> <p>. Esta procura seja aqui na Lusíada seja noutras universidades, praticamente, os cursos que são oferecidos ao mercado tem ... têm muitos alunos E4</p>
D. 2 – Os cursos respondem as expectativas dos estudantes	D. 2.1 – Satisfação e orgulho com o curso	<p>. Eu vejo que os alunos quando acabam o curso ... fizemos uma cerimónia de fim de curso ... eu vejo que os alunos têm orgulho, as famílias têm orgulho (...) porque vai o pai, a mãe, o avó, a avó, o tio, os primos E4</p> <p>. As pessoas sentem-se satisfeitas e orgulhosas de verem que o filho, um parente terminou uma formação superior E4</p> <p>. Os cursos por si só correspondem as expectativas dos estudantes E4</p> <p>. O maior défice que nós temos é que os nossos estudantes estudam pouco E4</p> <p>. Primeiro é que os estudantes vêm mal preparados do ensino médio e então entram na universidade as vezes com a média baixa E4</p> <p>. Geralmente os que estão no primeiro ano a maior parte não passam E4</p> <p>. Sim. Como não (...) E2</p> <p>. Nós temos inclusive estudantes que começaram no ano de 2004, 2005, 2006, 2007 que por razões económicas ou de outra índole deixaram a universidade (...) e regressaram no ano seguinte ... ou passados 2 anos e continuam no mesmo curso ... E2</p> <p>. No mesmo curso, porque vêm o curso como de utilidade para a sociedade E2</p>
	D.2.3- Importância do ano propedêutico	<p>. O Ministério pediu para acabar com o ano propedêutico e nós de facto não acabamos E4</p> <p>. Os alunos que fazem o propedêutico entram na universidade e fazem os 4 ou 5 anos sem reprovarem E4</p> <p>. Eu acho que deveríamos continuar não como propedêutico ... E4</p> <p>. Como um curso de extensão de preparação para a entrada na universidade E4</p> <p>. Acho que deveriam fazer, quer dizer o aluno que quiser entrar diretamente vai fazer, mas o aluno que entrar quiser faz um ano ... E4</p> <p>. Porque aí é reforçado nas matemáticas, na estatística, na história e na biologia E4</p> <p>. Quando vai para a universidade já está mais preparado, perde um ano mais ganha em fazer a sua formação em 4 ou 5 anos independentemente dos cursos E4</p>
	D.2.3 - Sentimento de insatisfação dos estudantes com o curso escolhido	<p>. [o que] cria o sentimento de insatisfação muitas vezes em alguns estudantes ... E2</p> <p>. Porque a universidade ensina uma coisa e quando vai para o mercado de trabalho ele vê que não há uma conexão do conhecimento adquirido com o que se pede no trabalho E2</p> <p>. Sente que está atrasado em função de como vai a ciência e como vai a universidade E2</p> <p>. Hoje as empresas pegam nestes estudantes e põem a fazer cursos para se superarem 15 dias ou um mês...faz uma outra, ou seja vão dirigindo de acordo com os interesses deles ...das instituições, da empresa ... E2</p> <p>. Nós hoje verificamos nas escolas constantemente mudanças de cursos por parte dos estudantes E2</p> <p>. Quando ele vê que reprovou um ano numa determinada área, ele diz epa, então se provei um ano então vou num outro curso para ver consigo fazer o outro curso E2</p> <p>. Eu penso que o estudante quando chega ao ensino superior deveria já conhecer a sua própria educação...E1</p> <p>. O estudante angolano chega ao ensino superior e escolhe o curso da maneira lhe parece ... E1</p> <p>. Tem duas formas dele escolher o curso, como não há orientação vocacional ele não sabe para onde está vocacionado, portanto isto já devia vir do secundário... E1</p> <p>. Já devia ter uma intuição olha você pelos testes que fez ... e então o que é que ele faz é o que esta a dar ... E1</p> <p>. Ele procura os cursos em função daquilo que ouve E1</p> <p>. Epá esta a dar gestão então vai para gestão... E1</p> <p>. Olha está a dar comunicação social (...)</p> <p>. Olha esta a dar medicina E1</p> <p>. Não é muito o conceito de vontade da família ... E3</p> <p>. A família quer ter um filho formado, porque antigamente nós tínhamos os desejos em criança, quero ser médico, quero ser engenheiro e se a família absorvesse essa intenção colocava o seu filho nesse caminho de ser um engenheiro, ter um médico na família E3</p>

			<p>. As famílias mais tradicionais algumas delas conseguiram, sobretudo estas da plataforma da elite (...) conseguiram ter engenheiros, médicos, arquitetos, etc, mas outras já não ... E3</p> <p>. Não só por razões de opções mas também por razões financeira no fundo, porque eram cursos técnicos que naquela altura na era colonial custavam muito dinheiro E3</p> <p>Mas hoje a visão não é que a família encaminhe, é mais o desejo que família precisa de ter um filho com um curso superior, pronto ponto final (risos) ... é assim que se concebe... E3</p>
		D.2.4 – Absorção dos estudantes por parte das empresas	<p>. Os nossos alunos a maior parte quando entram a partir do segundo, terceiro ano já começam a trabalhar E4</p> <p>. Pedem para mudar de turno, o estudante começou de manhã arranjou um emprego e pede para passar a tarde no ano seguinte ou começou a tarde pede para passar para a noite no ano seguinte ... E4</p> <p>. Neste aspeto há uma absorção pelas empresas pela Sonangol, pela TAAG, pelos Bancos comerciais E4</p> <p>. Pelas empresas de consultoria e outras têm vindo a recrutar os nossos estudantes na universidade... E4</p>
E) Expansão das Universidades/ES	E. 1 -Expansão em função das necessidades do país	E. 1.1 – Investir na qualidade do ensino superior	<p>. Sim como não! E2</p> <p>. Sem ensino superior não vamos a lugar nenhum (risos) de certeza absoluta ... E2</p> <p>. Se não tivermos um ensino superior forte ... e nós não podemos demorar muito em fortalecê-la, porque se demorarmos em fortalece-las mais depressa vão aparecer as coisas más ... os males vão ser maiores E2</p> <p>. Se há profissionais, se não há doutores ... esses doutores que sabem que têm que investigar nas diferentes áreas que é produto do ensino superior no país! ... E2</p> <p>. Por muito rico que seja não avança, porque temos que prepara primeiro o nosso homem, porque não podemos trazer constantemente estrangeiros para trabalhar cá E2</p> <p>. Esta condição é de se pensar que a qualidade de ensino do ponto de vista estrutural tem de ser o fomento para o processo do desenvolvimento social, económico e político do país, aliás ... E3</p> <p>. É o princípio da educação, se nós não apostarmos na educação, na qualidade do homem não há desenvolvimento... E3</p> <p>. Do ponto de vista do investimento técnico e tecnológico, vamos ter sim este princípio reiterado de que é base e é a base ...E3</p> <p>. É a base (...) é fundamental. Se ela for tratada convenientemente do ponto de vista do investimento da qualidade E3</p> <p>. O programa do Governo sustenta que tem de haver ... os ministérios têm de trabalhar no sentido de capitalizarem os quadros para as melhores universidades do mundo E3</p> <p>. Até certo ponto sim. Até certo ponto sim. Eu creio que neste âmbito corresponderia no meu ponto de vista a 50% ou ainda a 40% (...) porque há áreas de desenvolvimento do país que não tem haver muitas vezes com pessoas formadas superiormente (...) porque precisa da mão-de-obra técnica que para mim é a base motriz para o desenvolvimento ...E5</p>
	E. 2 - Expansão regulada e democratização do acesso ao ensino superior	E. 1.2 - Surgimento do ensino superior privado	<p>. Eu acho que foi uma boa medida. Eu acho que o facto de o Governo não ter a capacidade na altura da demanda que estava a surgir, embora o redimensionamento da UAN em mais 6 universidade e institutos superiores para alguns casos, mas mesmo assim não chegou E4</p> <p>. Aposta no ensino superior privado foi uma boa iniciativa, e hoje o ensino superior privado representa aí a volta 52%, 53% do total do número de alunos E4</p> <p>. Acrescentar: Eu creio que ... hoje há mais consciência da importância do ensino superior privado em Angola E4</p> <p>. O ensino superior privado hoje é um parceiro do executivo, é também um filho não podemos olhar o ensino superior privado como um enteado E4</p> <p>. Há uma maior exigência na qualidade do ensino que oferecemos E4</p> <p>. [Há uma maior exigência] na qualidade das condições que [que as instituições de ensino privado] oferecem e nas infra-estruturas E4</p> <p>. O Governo tem que fazer a sua parte que é de facto fiscalizar, acompanhar ... primeiro elaborar as diretivas, as leis para regulamentar muita coisa que ainda não está regulamentado ... E4</p> <p>. Nalguns casos seria sob o modelo de documentos da UAN que estão obsoletos e então agora que há ministério é preciso que as normas do regime académico, do estatuto da carreira dos professores, da metodologia de investigação científica ... têm de vir de facto do ministério ... E4</p>
		E.2.1 – Acabar com as assimetrias regionais	<p>. Bom a expansão é em função das necessidades ... E1</p> <p>. O que dita realmente esta expansão é a procura E1</p> <p>. E como eu digo em Angola (...) Luanda ainda continua a ser o centro, se bem que um terço da população está praticamente aqui em Luanda E1</p> <p>. Mas o que me parece é que ela deverá expandir-se mais para o interior E1</p> <p>. Porque nós já temos um país assimétrico e então já temos essa assimetria desde o tempo colonial E1</p> <p>. Ora se nós continuarmos a concentrar as universidades em zonas onde em princípio já estão minimamente desenvolvidas em relação a outras E1</p> <p>. Vamos continuar a ter um país assimétrico E1</p> <p>. Eu penso que de certa maneira as Lundas, o Moxico, o Kwando-kubango, o Cunene, áreas e universidades e faculdades que deem cursos para respostas das necessidades mesmo dali da área E1</p> <p>. Um Cunene precisa realmente de veterinários devido ao gado então tem que ter lá veterinária, tem que ter lá cursos que deem resposta E1</p> <p>. No Namibe tem que ter lá pesca porque ali é zona de pesca, Cabinda tem lá petróleo... E1</p> <p>. Penso que tem que haver uma estratégia nacional com este tipo de preocupações voltadas para a correção das assimetrias de desenvolvimento que temos no nosso país</p> <p>. Temos que corrigir para que própria população não se centralize toda aqui no litoral, portanto nós temos que criar atrativos para que as pessoas fiquem onde lá estão e se possível outras comecem a criar outras oportunidades de emprego E1</p> <p>. Não faz sentido termos desempregados licenciados em Luanda quando em outras com faltas (...) é preciso ver o país como um todo igual, para corrigir estas assimetrias E1</p>
		E. 2.1 – Liberalização do ensino	<p>. Ele exerce um bom papel ... Quer dizer nós temos estado a dizer [que] o ensino superior privado veio ajudar a resolver o problema de uma maior democratização do acesso do ensino superior, mas não veio resolver na totalidade, porque o ensino superior privado tem um custo E4</p>

		superior	<p>. Uma propina anda a volta de 250, 300 dólares e nem as famílias têm a possibilidade de ter este valor, e portanto se por um lado resolvemos o problema da classe média com mais recursos, por outro lado não resolve o problema de uma classe média ou não ou de uma classe mais pobre com menos recursos E4</p> <p>. Há uma procura muito grande em Angola e fundamentalmente no interior E4</p> <p>. A Lusfada abriu este ano na Lunda e nos apareceram logo mil alunos para se matricularem em Psicologia E4</p> <p>. Só abrimos 3 cursos, Psicologia, Direito e Relações Internacionais... E4</p> <p>. Só em Direito apareceram logo 300 alunos, porque não há ... não há ... eu lembro-me que no ano passado abriu o Instituto Superior Sol Nascente e apareceram logo 2 mil alunos a candidatar-se e mil ficaram E4</p> <p>. Há uma procura no interior, porque ainda ... apesar de haver uma dimensão espacial regional do ensino superior, mas quer o público, quer o privado também ainda não atingiram as regiões académicas E4</p> <p>. Temos ali no Huambo, as universidades que estão no Huambo ainda não chegaram ao Bié e não chegaram ao Moxico ... ainda não chegaram ao Moxico, o Estado pode ter chegado a uma única unidade orgânica ... estão no Bié, mas os outros cursos todos ainda não estão, portanto ainda há muito por se fazer para levar ...E4</p> <p>. Para que todas as províncias do país possam ter uma unidade orgânica das universidades públicas que existem e também universidades privadas E4</p> <p>. Portanto o mercado ainda não tem capacidade para a existência de mais universidades públicas ou Institutos Superiores Politécnicos ou de Escolas de Formação de Professores, porque há uma procura muito grande da formação superior E4</p> <p>. O Angolano tem consciência hoje de que ter uma formação superior é passaporte para melhorar as suas condições de vida... E4</p> <p>Sim. Aliás o facto do Governo ter liberalizado já ... E3</p> <p>. O monopólio que havia de que o ensino superior era detentora primeiro do Estado é o princípio já de democratização do ensino, o que podemos também reforçar aqui é a vinculação participativa dos estudantes em relação ao próprio processo de gestão da universidade E3</p> <p>. Com a implantação das associações nós já temos aqui uma associação que tem o seu estatuto próprio e gere toda a atividade estudantil no âmbito do movimento associativo, isto é uma forma de democrática de participação dos estudantes E3</p> <p>. Não queremos anarquizar o ambiente universitário (...) as associações serem consideradas parceiras da gestão da universidade é uma das condições que podemos também apresentar como um princípio da democratização de ensino E3</p> <p>. Bem aí do ponto de vista da democratização do acesso ao ensino participamos todos, tanto o ensino privado como o ensino estatal isto sim é uma aula de democratização todo o mundo tem acesso E2</p> <p>. Agora o que acontece é em função das capacidades hoje a mais universidades privadas no país do que antes E2</p> <p>. Hoje as universidades privadas têm mais estudantes, tem mais estudantes que nas universidades estatais, quer dizer que estamos a fazer um esforço aí mancomunado, vamos juntos avançando neste processo E2</p> <p>. O Estado não pode assumir a responsabilidade total do ensino, da educação não é possível E2</p> <p>. Ele tem que ter um parceiro, é indispensável e mais num país como este em que todo o mundo quer estudar, aqui todo mundo quer estudar ... E2</p> <p>. Temos aqui estudantes taxistas são aqueles que assim que terminam de conduzir esta luta que tem no seu dia-dia vêm para aqui estudar, têm outra visão, têm outra interpretação da vida E2</p> <p>. O homem tem que saber interpretar a vida o que é vida que é muito curta é muito curtinha eu me queixo disso todos os dias (risos) ... E2</p> <p>. Há um processo de democratização de abertura ao mercado que se faz numa determinada altura a partir de 91 ... E2</p> <p>. O decreto do ensino privado que aparece em Angola em 1991, portanto, a democratização e a iniciativa privada aparece E1</p> <p>. Eu acho que o facto de ter havido o ensino superior privado já desafogou o ensino público e isto contribuiu para a democracia E5</p> <p>. A pessoa consegue escolher onde quer ir e para mim isto é uma democracia no acesso ao ensino superior E5</p> <p>. No passado muita gente ia para a pública só porque queria fazer um curso superior e não porque queria fazer o curso em que estava inscrito ... E5</p> <p>. Hoje já se consegue escolher, muitos preferem ficar sem estudar na pública porque o curso que ele quer fazer está na privada E5</p> <p>. Para mim este é um aspeto democrático, e eu creio que as privadas estão a contribuir neste sentido na melhor democratização do que as próprias públicas que estão mais atrasadas em termos de aberturas de cursos, de abertura de acesso e etc, etc... E5</p>
F. Oferta de vagas das universidades/IES	F.1 – Oferta de vagas	F. 1.1 – Criação de melhores condições de aprendizagem	<p>. É com base nas salas que tem [temos], (...) numa lógica de complementaridade nós temos três turnos de manhã, de tarde e a noite ... E1</p> <p>. Nós conseguimos abrir estes cursos estamos a rebentar de maneira que nós já temos licença [de] autorização para abrir outros, mas não temos espaço E1</p> <p>. A estratégia que temos que ter é agarrar numa faculdade inteira e levar num outro espaço para que possamos continuar a universidade um bocado saltimbanco aqui saltimbanco acolá em vez de estarmos concentrados só num sítio o que vai dificultar depois as questões de coordenação e até de complementaridade de professores que têm e podem dar aulas neste curso e naquele ... E1</p> <p>. A universidade define as suas vagas através da criação de melhores condições de estudo, melhores condições de aprendizagem e diversificação da tecnologia de aprendizagem E2</p> <p>. A nossa preocupação está em melhorar cada dia as condições de estudo na universidade para os estudantes E2</p> <p>. Nós temos um critério (...) nós anualmente, por exemplo se este ano metemos ... imaginemos 300 alunos num determinado curso no ano seguinte nós metemos aí 20% por cada curso de vaga, portanto é mais ou menos isso que nós fizemos... E4</p> <p>. A nossa questão das vagas é feita em nome do número de turmas E5</p>

		<p>. Em função do número de lugares que temos numa sala de aulas, há salas com capacidade digamos para 30 alunos outras para 40 alunos outras para 50 E5</p> <p>. Definimos o número de vagas e para nós multiplicarmos as vagas o que é que nós fizemos criamos duas turmas do mesmo curso, uma de manhã, uma de tarde e as vezes no mesmo período duas, coisa esta que as vezes na pública é difícil porque não têm salas e nós temos ...E5</p>
	F. 1.2 – Preenchimento e definição das vagas	<p>. De um modo geral as vagas têm sido preenchidas e agora com a abertura de outros cursos nós acabamos praticamente as coisas bem fechadas não haverá muito mais vagas por preencher E1</p> <p>. Nós temos 3 turnos de manhã, tarde e noite ... porque os alunos chegam depois da pública E1</p> <p>. Os que não conseguem entrar na pública começam logo a procurar as universidades privadas E1</p> <p>. Nós agora no curso das engenharias estou, por exemplo a notar que nas engenharias são menos ... cada vez menos, porquê porque os cursos são mais difíceis e as pessoas fogem da matemática, eles primeiro entusiasma-se vir para as engenharias para ganhar muito dinheiro, mas depois não têm a matemática é o problema, mas não é só em Angola ... quer dizer a maior parte dos países as pessoas fogem das matemáticas por causa disso... E1</p> <p>. As nossas vagas todas têm sido ocupadas quer dizer preenchidas ... até porque estamos numa zona privilegiada e por causa da mobilidade dos trabalhadores as vezes até nós ficamos tristes porque não conseguimos cobrir E4</p> <p>. Há trabalhadores que as vezes estão a trabalhar em Viana, mas de repente são transferidos E4</p> <p>. Os bancários de repente são transferidos para trabalhar aqui na Maianga com a dificuldade do trânsito, ele pede transferência para vir para a Lusíada e nem sempre nós temos possibilidade ... porque ele já não tem tempo trabalhar na Maianga e sai as 18 horas e o Instituto Superior está em Viana e como é que ele vai estudar E4</p> <p>. Muita gente pede para vir para a Lusíada e as vezes ficamos tristes porque não temos possibilidades de ajudar toda a gente... E4</p> <p>. [A vaga] acaba por ser preenchida, mas neste processo retardado (risos) E3</p> <p>. O que está a sair da UAN com os prazos todos finalizados, os nossos também estão no fim já [mais] E3</p> <p>. Acabamos por absorver aqueles que estão a vir, não vamos fechar as portas quando ainda há este processo, mas é um processo que depois na lógica organizacional acaba sempre por se fazer E3</p> <p>. Acabamos por estabelecer toda uma boa conjuntura favorável ...E3</p> <p>. Nós por norma temos tido mais vagas do que estudantes E5</p> <p>. Este ano de 2013 nós anunciamos 2 mil e qualquer coisa não tenho assim em mente o número exato, mas tivemos mil e poucos inscritos (...) está bom porque as turmas têm um número razoável... E5</p>
	F. 1.3 – Propaganda/marketing empresarial	<p>. Nós todos os anos fizemos marketing empresarial E4</p> <p>. Pomos comunicados no Jornal de Angola, fizemos o nosso <i>spot</i> publicitário na televisão, na rádio, fundamentalmente na Rádio Mais e na Lac ... E4</p> <p>. Na publicidade (...) utiliza-se os jornais sejam públicos ou privados E3</p> <p>. A informação seja público ou privado, rádio e televisão, temos para fazer a propaganda ... E3</p> <p>. Agora vai surgir uma televisão que vai tratar de trabalhar com as universidades só na vocação programática das universidades E3</p> <p>. Nessa televisão o foco essencial, o objeto de trabalho da televisão é difundir a programação das universidades ... és obrigado a ser parceiro do ponto de vista dos requisitos que eles colocam, não é? ...E3</p> <p>. Nós temos uma rádio (...) [onde] nós divulgamos os cursos ... pela internet, pela rádio E1</p> <p>. A nossa publicidade é sobretudo (...) temos uma rádio [onde] fizemos a coisa e também pela página da internet vamos dando a informação dos cursos... E1</p> <p>. Não. Nós não temos feitos ... E2</p> <p>. Já a três anos que não fizemos propaganda nem na rádio, nem na televisão E2</p> <p>. Nós já não utilizámos isso, nós já praticamente somos uma marca na sociedade (risos) ...E2</p> <p>. Nós emitimos um edital (...) um edital em que informamos os cursos que estão disponíveis para ano tal E5</p> <p>. As vagas e os períodos em que eles estarão e afixamos na instituição E5</p> <p>. Usamos a publicidade através de folhetos e utilizamos também a televisão e a rádio para divulgar os cursos e as vagas... E5</p>
F.2 – Exigência no exame de admissão	F.2.1 - Competências necessárias para ser admitido	<p>. Nós fizemos exame de admissão, como não? E2</p> <p>. Nós sempre todos os anos temos um grupo de estudante não muito grande, porque não queremos que as pessoas que queiram estudar fiquem fora do sistema de ensino E2</p> <p>. Embora haja sempre aqueles que tiram 1, 2 e 3 que não entram na universidade, ficam fora e aconselhamos tens que fortalecer-se um pouco mais para o próximo ano letivo E2</p> <p>. Porque este ano ficaste muito fraco e assim não pode, porque com esta fraqueza há um resultado e é muito simples ... o estudante que entra com 2 e 3 no exame de acesso ... está na universidade 2 meses ou 3 meses, porque depois desiste ... tem que desistir porque não aquece ... não resiste, não aquece não resiste E2</p> <p>. Eu sei que mesmo passando aqui mais de 2 ou 3 meses e não consegue fica traumatizado, então em princípio e para que ganhe valor dizemos não estas preparado é melhor preparar-se para que possas resistir no outro ano letivo E2</p> <p>. No ensino superior há diferença com os outros ensinos, é um nível onde o volume de conteúdo de ensino é muito amplo, onde ele tem que vir com uma série de habilidade e pensamento lógico e não vem com ela ... ele não sabe identificar, não sabe argumentar, não sabe comparar, não explicar e entram na universidade ... ele não sabe nem escrever ... então se entrarem passados poucos meses desistem ...E2</p> <p>. Temos um exame de admissão E1</p> <p>. O exame de admissão é um exame de admissão ... vamos lá a exigência do exame de admissão não me parece que seja muito elevado ... E1</p> <p>. É um exame de admissão onde se procura ver o minimamente ... E1</p> <p>. Difícilmente as pessoas chumbam num exame de admissão... E1</p> <p>. Se se levasse mesmo a sério, nós verificávamos que muitos alunos não entram não... E1</p> <p>. Aquele tipo ano zero (...) a orientação foi para tirar isso, e então é suposto que o indivíduo que acaba a 12.ª classe tenha as competências necessárias ... E1</p>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>. O exame de admissão é um bocado ... não é assim uma coisa, não será uma exigência mais séria E1</li> <li>. Eu penso que os filtros deveriam existir E1</li> <li>. Eu continuo a concordar que deveria haver filtros como nós tínhamos (...) [na] admissão, estes filtros não eram por acaso E1</li> <li>. Afunilava-se sim senhor, estreitava-se sim senhor, mas eram cursos seletivos ... quantos mais filtros [melhor]...E1</li> <li>. Quando estamos preocupados com a qualidade a gente filtra e portanto se nós não temos muitos filtros, porque acreditamos que vai ... porque as condições actuais E1</li> <li>. A qualidade que (...) nós estamos ainda numa perspetiva quantitativa em tudo, em tudo nós precisamos de número ainda e dá-se em tudo, embora falemos de qualidade, mas ainda não chegamos realmente a necessidade ... E1</li> <li>. Só quando se começa a ter a mais é que nos preocupamos com a exigência de qualidade ...E1</li> <li>. É selecionar os melhores do ponto de vista da ideia de que nem todos estão em condições para entrar E3</li> <li>. É um meio quase de seleção, não é um meio de impedir, mas de saber que este aluno tem melhores qualidades de formação do período anterior e te possibilita, não é? E3</li> <li>. Poder acompanhar melhor a desenvoltura no ensino superior na universidade em que estas a ministrar os teus cursos e aqueles que não têm acabam por ficar para depois E3</li> <li>. É um meio de seleção do ponto de vista da admissão...E3</li> <li>. Acredito que o exame de admissão tem várias vertentes, exame de admissão seletivo, eliminatório e qualificatório e nós não sabemos qual é o tipo de exame de admissão que fizemos E5</li> <li>. Eu acho que o que [há] nas instituições é mais o exame de admissão eliminatório, sobretudo das públicas como não têm vaga suficiente eliminam para ter o número suficiente para entrar E5</li> <li>. Na nossa instituição defendo o teste de admissão qualificatório, ou seja para qualificar o nível que os estudantes trazem ... para mim isto tem lógica... E5</li> <li>. Para ver o nível que os estudantes trazem E5</li> <li>. Teríamos que fazer teste não diria eliminatório, mas sim seletivo para selecionar os melhores E5</li> <li>. O eliminatório não seleciona os melhores admite-se para preencher vagas (risos) E5</li> </ul>
<p>G) Ensino-aprendizagem e a profissionalizaã o dos docentes</p>	<p>G.1 – Universidade e o seu papel de parceiro social</p>	<p>G.1.1 – Função social das IES</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Do ponto de vista do mercado de trabalho, cultura e também exercício da cidadania que aí emerge as três dimensões ... que a universidade deve saber situar [quanto] o seu papel de parceiro social e aí a função social de qualquer instituição é essa ... E1</li> <li>. Ao nível primário as escolas primárias têm uma função social e ao nível secundário com a ligação ao superior, mas ao nível superior é a produção e a inovação do conhecimento que possa dar resposta aos problemas ...E1</li> <li>. O professor de um modo geral universitário joga muitas vezes e com a questão ... do aparecimento e crescimento das universidades e com a falta de professores E1</li> <li>. A universidade não pode ser uma universidade com base num currículo absolutamente teórico que não tenha nada a ver com a prática da vida comunitária, embora isto exista ... agente sabe muitas vezes os currículos são teóricos e dificilmente muitos deles dão resposta sobretudo nas áreas de ciências sociais aos problemas concretos da comunidade, bom mais isso porquê? E1</li> <li>. Por falta de investigação, por falta de trabalho de campo e eu penso que a meu ver esse trabalho de investigação deverá ser a minha preocupação constante, por exemplo a carreira do investigador ... eu sou investigador mas é investigador de que ponto de vista, produziu quantos conhecimentos, participa em que revistas científicas ...E1</li> <li>. Não, ainda não. Nós ainda não estamos na plenitude disso (...) nós estamos a fazer algo (...) coisa de individualidade, por exemplo, eu (eu para poder) [vou] apresentar os trabalhos anualmente científicos aos diferentes eventos E2</li> <li>. Hoje os nossos professores estão mais preocupados com o ensino e não com a investigação (...) E2</li> <li>. A investigação encerra uma coisa (...) a característica que deve ter um investigador é muito difícil criar em todos os estudantes e em todos os professores nem todo mundo pode investigar, investigar tem uma serie de qualidades que nem todos os seres humanos podem desenvolver e daí que existe poucos investigadores E2</li> <li>. Tem que haver uma preparação metodológica, não temos aqui esta diferença entre os seres humanos e isto faz com haja melhoria no reconhecimento dos professores E2</li> <li>. Muitos [professores] não respeitam princípios educacionais existe muitos professores mais mal-educados do que os próprios estudantes que têm na sala de aulas e isto é um problema sério e como se resolve isso é a medida que a universidade vai tendo professores exclusivos (...) [que vão] fazendo atividades metodológicas para o seu próprio crescimento, para melhorar o ensino e para melhorar a aprendizagem ...E2</li> <li>. É uma pergunta extremamente importante e acho que é das mais importantes, estas três dimensões não se acompanham entre si, não são relacionáveis do ponto de vista teórico E3</li> <li>. Todas as universidades colocam isso como um indicador a atingir, na prática a ciência ainda não é um objeto de trabalhar neste momento nas universidades do país, mesmo quando algumas aparecem a querer apresentação algum diagnóstico de trabalho científico, mas a repercussão internacional não advoga isso E3</li> <li>. Precisamos de investir no domínio científico E3</li> <li>. Nós temos as três áreas ... nós temos vários centros de investigação, aqui praticamente cada um dos cursos tem um centro de investigação ... em Direito, Economia E4</li> <li>. Estamos agora a montar uma Clínica de Psicologia para fazer testes também, portanto cada curso tem um centro de investigação ... E4</li> <li>. Depois temos os centros de formação pós-graduada, por exemplo neste momento estamos a dar mestrado em Direito, nas áreas das Ciências Empresariais e na área das Ciências Jurídico-Cívicas, em Economia estamos a dar na Economia e na área de Gestão dos Recursos Humanos também ...E4</li> <li>. Em termos de investigação nós somos uma universidade nova e estamos a criar os paradigmas para entrarmos neste ramo com maior intensidade E5</li> <li>. Temos feito várias atividades que têm a ver com palestras, com jornadas científicas e estamos a preparar a publicação de uma revista científica com todas as comunicações que são apresentadas E5</li> <li>. Queremos (...) lançar a investigação propriamente dita e publicar o resultado dessa investigação ... E5</li> <li>. Para este ano temos um projeto de criação de um centro de investigação em que terá departamentos de cada</li> </ul>

		<p>área de ensino na instituição, ainda está em projeto E5</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Quanto a extensão eu creio que ... como já avancei (...) temos por exemplo no caso da saúde temos uma clínica universitária que atende a comunidade nos arredores e temos feito também muitas atividades na área da saúde que (...) atende a população como atividades esporádicas de medir atenção das pessoas, ver o colesterol e etc E5</li> <li>. A nossa clínica é aberta a população nos arredores podem lá ir pagam apenas as análises e a consulta numa primeira fase é gratuita E5</li> <li>. Os alunos que se estão a fazer o curso nesta área fazem nesta clínica as suas aulas práticas numa primeira fase, depois a segunda fase é feita nos hospitais onde há o maior fluidez de pacientes ... E5</li> <li>. Noutros casos também temos feitos alguma coisa para nos inserirmos na comunidade E5</li> <li>. Extensão não só em termo de serviços, mas também em termos de desenvolver a universidade com os nossos próprios serviços ... E5</li> </ul>
	G. 1.2 – Acompanhamento e apoio aos estudantes	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Penso que isto vai ficar melhor definido com o gabinete de apoio E1</li> <li>. É o gabinete de apoio que vai ter que estudar estas questões ... do ponto de vista psicossocial vai estudar estas situações dos próprios alunos E1</li> <li>. Para não ser aleatório para não ser assim chegou este primeiro e aquele não, então esta análise dos problemas dos alunos do ponto de vista social, do ponto de vista psicológico, ponto de vista da saúde, quer dizer já ... E1</li> <li>. Temos que realmente ter alguém da área da psicologia e daí também o curso de Psicologia pode vir ajudar na ação desse gabinete de apoio ... E1</li> <li>. Isto são as faculdades, são eles que realmente se ocupam de incentivar o estudo, E2</li> <li>. Nós orientamos, nós preparamos cá as questões e trabalhamos para as faculdades e a faculdade se ocupa de executar e quando têm alguns aspetos gnosiológico interessante trazem para o diretor da faculdade, ao decano e ao conselho de direção ... E2</li> <li>. Temos feito investigação nos nossos centros que tem têm feito este tipo de trabalho E4</li> <li>. Também adotamos [para] os nossos alunos [que] têm muita dificuldade de Inglês e de Português, mesmo fora do currículo a universidade dá grátis aos 6 mil alunos que estão aqui Língua Portuguesa e Inglês para o 2.º e para o 3.º ano E4</li> <li>. Aqueles cursos que já têm Inglês não há problemas nenhum que é o caso das Relações Internacionais e têm também um ano de Português, o Direito e as Relações Internacionais têm um ano só de Português e Inglês E4</li> <li>. Os outros cursos todos metemos o Inglês e Português como grátis oferecidos pela universidade, e assim os alunos têm pelo menos 2 a 3 anos de português e 3 anos de Inglês... E4</li> <li>. Estamos a criar agora um gabinete de apoio ao estudante E1</li> <li>. [Temos] o consultório médico tentar conjuga (...) eles têm associação dos estudantes que é onde eles põem um bocadinho os seus problemas ... E1</li> <li>. Mas a associação dos estudantes é só a nível dos estudantes, mas agora um gabinete de apoio aí sim ... E1</li> <li>. O processo ainda é de descontinuidade, porque ele sai da universidade e nunca mais aparece ... E3</li> <li>. É formado e nunca mais vem para a universidade, temos que fazer um trabalho interno profundo seja de publicidade mesmo internamente com conferências, palestras no sentido de fazer com que o aluno entenda que ao fazer a sua licenciatura não termina aí a sua vocação universitária ... E3</li> <li>. Tem de continuar com as pós-graduações, com os mestrados, tem de continuar com o doutoramento para ele poder ser um indivíduo capaz do ponto de vista das competências, das valências, das atribuições técnicas e científica e tecnológicas E3</li> <li>. Não basta só a licenciatura... E3</li> <li>. Este é um aspeto que vamos amadurecer E5</li> <li>. Vamos amadurecer, nós estamos neste momento a fazer um trabalho de ficar com os nossos melhores estudantes E5</li> <li>. Queremos cadastrar todos os estudantes para sabermos onde estão, este ainda é um projeto porque não podemos fazer tudo ao mesmo tempo, mas está isto em vista... E5</li> </ul>
	G. 2 – Aposta na formação contínua Dos docentes	G.2.1 – Formação dos docentes <ul style="list-style-type: none"> <li>. Nós criamos aqui uma Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação ... E1</li> <li>. A Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, porque nos parece que nós temos que apostar no professor E1</li> <li>. Essa mesma faculdade não vai só formar professores para fora mas também professores para dentro E1</li> <li>. Vamos ver como recrutar professores para poder dar... aliás isto é mais fácil E1</li> <li>. Muitas vezes do condicionalismo dos professores que nós temos E1</li> <li>. Essa faculdade terá que capacitar pedagogicamente os professores que já temos e os que foram recrutados muitas vezes sem a necessária formação pedagógica ... E1</li> <li>. Podem ter o saber, mas há três dimensões que eles têm ter: saber, saber fazer e saber situar-se e nós normalmente temos estes problemas E1</li> <li>. De um modo geral nas universidades todas quer particulares quer do Estado pela falta gritante que nós tínhamos de professores, alguns têm o saber, alguns têm o saber certificado que nós nem sempre sabemos se é de qualidade ou não, o saber fazer em termos de programas de conteúdo de aulas que são lecionadas nós pomos dúvidas, porque tudo isso passa por uma formação E1</li> <li>. Este espírito de que o professor do ensino superior não precisava de formação ... E1</li> <li>. Hoje em dia a própria UNESCO recomenda de que há uma pedagogia do ensino superior, e portanto no âmbito do ensino superior não temos que capacitar os próprios professores E1</li> <li>. Porque a profissão de professor é uma profissão (...) costume dizer várias vezes (...) se a gente vir o kimbanda, embora possa resolver alguns problemas de saúde de algumas pessoas, mas não é um médico E1</li> <li>. Agora nós temos muitos kimbandas na educação (risos) ... então temos que transformar alguns destes kimbandas em verdadeiros professores ... E1</li> <li>. Não é só por um tipo de formação voltada apenas para as preocupações de certificação, mas também para que essa certificação esteja o mais possível aliada a competência, esse é o grande desafio, por que se não o Estado passa a pagar duas vezes pelo mesmo serviço ... E1</li> <li>. Paga pelo angolano que depois embora esteja certificado não faz ou não sabe fazer e pelo estrangeiro que tem que vir fazer o trabalho, não é verdade e então o mesmo serviço acaba por custar duas vezes mais ... E1</li> </ul>

		<p>. Este subsistema de formação de professores que deveria ser a primeira coisa da própria reforma que parece que entrou tarde, quer dizer nós trabalhamos os conteúdos, nós trabalhamos os meios, trabalhamos a escola e as qualidades, trabalhamos (...) E1</p> <p>. Os objetivos de ensino mudaram quando mudou o regime tal como os conteúdos, mas ... demos as condições ao aluno E1</p> <p>. Neste momento penso que falta é o professor ... mas o professor a nível geral no primário, no secundário no superior, portanto penso que é um problema que tem que ser resolvido por políticas que podem ir da carreira docente a prática e com reconhecimento social E1</p> <p>. Há uma maior responsabilidade neste aspeto e há também maior consciência ... antigamente as pessoas queriam dar aulas para fazer banga como professor universitário E1</p> <p>. Hoje os professores não cumprem com a regra do regime académico quer do ponto de vista da avaliação, quer do ponto de vista da transmissão do conhecimento, na publicação das notas E1</p> <p>. É necessário (...) apostar continuamente na formação dos professores na sua superação e sobretudo desenvolver nele esse sentimento ... E2</p> <p>. É fundamental, porque a base de dados que nós podemos apontar é que a maior parte dos docentes que lecionam no ensino superior não têm formação pedagógica, então precisamos ... E3</p> <p>. A nossa universidade, o nosso subsistema carecem ainda de algumas políticas de apoio decisivas, como por exemplo há uma carência na falta de uma lei de financiamento as instituições de ensino superior E3</p> <p>. Poderíamos dar ali uma cabimentação ao nível dos projetos científicos e mesmo da formação de docentes que agora provavelmente, não sei se é esta dimensão, não percebo que foi agora aprovada ao nível da estratégia da formação de quadros do governo dos ministérios E3</p> <p>. A participação das universidades com este enfoque que o Estado dá nesta estratégia será de dimensão quantitativa significativa para irmos buscar resultados de alguma qualidade no sentido de potencializar não só os quadros e até de dar mercado e de dar qualidade a própria universidade ... E3</p> <p>. [Há uma maior exigência] nas atividades científicas e na formação pedagógica dos professores E4</p> <p>. Isto não é uma questão de pensar, isto é uma obrigatoriedade (risos), e nós temos tido estas formações já tivemos este ano e tivemos o ano passado de aspetos pedagógicos sobretudo aspetos mesmo candentes sobre como avaliar, o que é a avaliação continua ... E5</p> <p>. Os professores têm muitas dificuldades neste sentido e então os [nossos] estudantes recém-formados [são] indicados para serem nossos docentes E5</p> <p>. São enviados à Portugal para fazerem uma formação pedagógica (...) já tivemos cerca de 15 que já regressaram, ficaram lá cerca de 6 a 8 meses a fazer a formação pedagógica ... E5</p> <p>. Temos alguns que estão a terminar agora pós-graduação em Portugal, sobretudo na área de fisioterapia e alguns do direito que estão a fazer a especialização e ao mesmo tempo uma formação pedagógica... E5</p>
	<p>G. 2.3 – Ensino superior e a turbo-docência (prof. garimpeiro/tempo inteiro)</p>	<p>. Em função do currículo E1</p> <p>. Há professores que nós temos que procurar (...) há professores que se oferecem e em função do currículo e com as vagas aqui existentes e com o número de turmas ... E1</p> <p>. Nós em função dos currículos analisamos o saber ... se me disser que o professor não é só o saber é verdade, mas esse é o grande problema dos professores e da estrutura da formação de professores e da validação do próprio professor na sua verticalidade E1</p> <p>. Nós temos mais professor a tempo parcial... E1</p> <p>. O que acontece, de um modo geral, o professor (...) no ensino superior é um bocado turbo-docente, ele dá aqui e vai dar nos outros sítios ... E1</p> <p>. Quando não está a tempo total ele procura sempre onde vai dar ... E1</p> <p>. Se ele tem uma profissão acaba por ficar, mas nunca é um professor nosso, portanto a exclusividade do professor que tem um ordenado não, ele ganha por hora ... E1</p> <p>. Porque nós não temos e em todas as universidades ... todas elas não têm com exceção possivelmente talvez na UAN ... mesmo assim muitos que estão na UAN estão aqui E1</p> <p>. Os que estão na UAN estão aqui (risos) E1</p> <p>. Eu penso que há que definir um pouco esta questão para ele não ter que andar como se fosse um indivíduo que anda nos diamantes a garimpar ... E1</p> <p>. Garimpar as aulas, fazendo o garimpo das aulas, quer dizer andar aí pupu pupu pupu E1</p> <p>. Portanto nós precisamos de criar o conceito de profissionalização do docente e não o conceito de quem dá aulas só por si só já é professor ... este é que parece que é um grande problema... E1</p> <p>. Muitos dos professores das públicas estão daqui E1</p> <p>. Penso que o problema do professor é um problema geral, não é? Quer da pública quer da privada, não é? ... tem que se encontrar um mecanismo qualquer, tem que se estudar a forma de tornar o professor como qualquer outra profissão até pela responsabilidade que ele tem de formação de todas as outras profissões ... E1</p> <p>. Porque a maioria das universidades na sua generalidade também são cobertas são cabimentadas com este conjunto de professores em tempo parcial ... E3</p> <p>. Nós ainda não conseguimos trabalhar a nível do país todo no sentido de permitir [que tenhamos professores a tempo inteiro] ... E3</p> <p>. A lei diz que as universidades devem ter entre 40 a 50 por cento de professores em tempo integral para manter a regularidade do funcionamento orgânico da universidade ... E3</p> <p>. Se nós temos ainda uma quantidade de professores em tempo parcial, que não estão vinculados do ponto de vista integral na universidade aí a qualidade de ensino também apresenta algumas dificuldades ... E3</p> <p>. Nós anualmente temos cerca de 205 docentes ... e hoje já é mais fácil, no passado foi mais difícil recrutar docentes, mas não temos tido problemas E4</p> <p>. Nós fizemos uma coisa boa que foi ... todos os nossos melhores alunos mandamos fazer mestrados no Brasil, em Portugal, nos EUA e em França, eles voltaram e hoje são os nossos docentes ... e estão a contribuir ... E4</p> <p>. Hoje temos poucos docentes da UAN e temos outros docentes que são quadros dos ministérios têm mestrados, têm doutoramentos, são Diretores nacionais vêm dar aulas de manhã, a tarde e a noite ... E4</p> <p>. Nós temos a tempo parcial ... no nosso caso aqui na Lusíada nós temos cerca de 60 professores em tempo</p>

			<p>integral é pouco para um leque de 250 docentes, é pouco E4</p> <p>. Os docentes vêm cá com o currículo ... a maioria dos professores aqui estão em tempo parcial (...) E2</p> <p>. Lamentavelmente não temos esta sorte, porque também isto é muito oneroso, por exemplo falar com o professor e convencer que ganha 5 mil e dizer vais ganhar 3 mil, mais este 3 mil vou te dar todos os meses e multiplica por 13 e multiplica os teus 5 mil não por 10 meses, mas sim por 7 quanto mais ou 6 meses e vê quanto terás por ano ...E2</p> <p>. Mas eles não se dão conta disso ... para o recrutamento eles trazem o seu currículo solicitando uma vaga numa determinada especialidade depois se analisa na faculdade e juntamente o chefe de departamento e convoca-se o professor ... não sei se se faz um teste...se fizer o teste e de acordo com o resultado trabalha ou não trabalha ... E2</p> <p>. Não. Existe mais professores em quase na generalidade mais em tempo parcial do que em tempo integral porque também ali é uma área de investimento, não é? E3</p> <p>. Precisas de ter professores a tempo integral com alguma qualidade ... E3</p> <p>. Para transformá-los em tempo integral temos que pagar bem, e essa é que é a grande aposta do investimento privado, não é? E3</p> <p>. A qualidade de se pagar aos quadros nacionais para potenciar a mais-valia e as competências do conhecimento científico ainda infelizmente é quase nula, para não dizer rasteiras, não é? (risos)... E3</p> <p>. O que se pretende é que tenha [ter] professores a tempo inteiro, respondendo as orientações ministeriais, não é? E5</p> <p>. Nós temos que ter de 40% à 60% de efetivos nossos e ainda não chegamos a isso, estamos a trabalhar neste sentido, ainda não chegamos aos 40% E5</p> <p>. Hoje a maior parte dos nossos docentes ... a maior parte deles são de outras instituições E5</p>
		G. 2.2 – Potencializar as novas tecnologias de informação	<p>. Nós temos aqui, portanto em termos de base material de equipamentos tudo do último grito, não é? E1</p> <p>. Estamos a pensar montar nas salas o data show, temos 3 salas de conferência ou 4, salas amplas e portanto nesse aspeto até ginásio os alunos têm aqui ... têm ginásio se quiserem ... portanto E1</p> <p>. Nós de apoio ao aluno temos a cantina deles lá em cima, portanto eles têm um médico e um enfermeiro E1</p> <p>. Nós temos estado a dar esses apoios portanto visando a qualidade do aluno E1</p> <p>. O apoio psicológico, apoio médico embora paguem pouco mas pagam, têm apoio nas refeições lá em cima na cantina deles em vez de estarem a deslocar de um lado para o outro que seria um problema e as salas próprias deles e uma biblioteca E1</p> <p>. A biblioteca que eles têm esta a ser pautada de maneira que tenham salas ... têm 3 salas para estudo de grupo, têm biblioteca e salas só para estudo de grupos onde podem falar a vontade interromper o outro lado da sala...E1</p> <p>. Há uma maior consciência a nível dos professores (...) nós temos a universidade altamente organizada, porque está tudo informatizado ... E1</p> <p>. Todos os nossos cursos têm uma cadeira de informática ... E4</p> <p>. Os alunos do curso de informática têm laboratórios de informática ... E4</p> <p>. É um trabalho que tem sido feito regularmente até porque colocamos como obrigatoriedade uma cadeira ligada as tecnologias de informação E4</p> <p>. Aqui está tudo informatizado, se quiser a informação de um aluno é só clicar no número do aluno e está lá todo o seu historial e isto ajuda no trabalho do professor e da própria universidade... E4</p> <p>. O nosso professor quando vai dar a prova tem a pauta manual vai na área académica tem lá a senhora para lançar dos alunos e assina a pauta computadorizada ... E4</p> <p>. Acho que é um ganho que nós temos aqui a nível da universidade Lusitana ... E4</p> <p>. Temos laboratórios de informática, temos muitos E2</p> <p>. Penso que a partir deste ano letivo começa a funcionar aqui a internet em todas as salas e em todos os espaços os estudantes tem <i>internet Windows</i>... E2</p> <p>. Está criado em condições ambientais de maneira a fazer com que eles se sentam aqui na universidade com os seus computadores em qualquer parte e com a internet podem dar solução aos seus problemas ...E2</p> <p>. Nós tivemos aqui algumas empresas que trabalham no domínio da informática e mesmo no domínio das engenharias e o que está acordado é a potencialização dos nossos laboratórios ... E3</p> <p>. Ao nível da informática, dos laboratórios tecnológicos, para que esta tecnologia da informação se agregue ao conhecimento E3</p> <p>. Temos de criar programas vocacionadas as universidades, (...) os Ministérios têm que se vincular as universidades para ajudarem as universidades a fazerem ciência, não é? ... E3</p> <p>. Os ministérios têm de investir no que necessitam de colher da universidade, não é? ... E3</p> <p>. O que a universidade pode lhe oferecer e o que eles podem oferecer a universidade, tem de haver aqui uma relação recíproca no sentido de que se o ministério olhar para a área do conhecimento e fomentar este conhecimento no local próprio que é a universidade estaremos todos de parabéns ... E3</p> <p>. Nós temos (...) dois laboratórios de informática onde os estudantes fazem às práticas ... E5</p> <p>. Temos a nossa biblioteca equipada com computadores ligados a Internet para que os estudantes possam pesquisar ... E5</p> <p>. A sala de professores também com computadores ligados a Internet E5</p> <p>. Mas ainda (...) ainda é um trabalho incipiente por enquanto, (...) ainda não estamos contentes com esse trabalho, temos que fazer ainda mais...E5</p>
H) Relação com as famílias/procura	H.1 – A pressão dos estudantes sobre a IES	H.1.1 – Aumento crescente da procura	<p>. Eu penso que de certa maneira há duas questões que se colocam, por um lado é a pressão social da necessidade de um diploma E1</p> <p>. Hoje em dia (...) as exigências de trabalho no mercado competitivo como é e perante a globalização em que vivemos as pessoas procuram cada vez mais pessoas capacitadas E1</p> <p>. Perdeu-se um pouco este sentido de educação geral, de educação intelectual, da educação moral e cívica, da educação manual e politécnica, da educação estética, da educação física (...) que em princípio víamos como chamávamos de educação multifacetada ou a educação integral ou holística E1</p> <p>. Partimos de uma educação hoje em dia tecnocrata e totalmente virada para o mercado de trabalho e daí a perda de valores ... E1</p> <p>. A formação, mas não a educação, porque é um tipo de educação que não visa a formação holística do</p>

		<p>indivíduo a tal formação integral, mas visa o indivíduo para uma área especializada tal que dê resposta a um problema de trabalho tal e ele possa resolver o problema dele E1</p> <p>. As universidades estão a se tornar mais globalitárias no sentido economicista hoje em dia que a educação acaba por não ser uma educação para o desenvolvimento com aquela perspectiva toda ampla E1</p> <p>. Mas sim uma educação que dê resposta as necessidades de formação técnica, não é verdade ... e tecnológica dos profissionais para ganhar um emprego para resolver os problemas do emprego E1</p> <p>. Para Angola é perigoso, porque nós temos outros valores que temos que ter como nação que esta em construção (...) e não damos as outras componentes esta visão que toda a educação é ... que todo o indivíduo é culto o que é educado é culto, não é assim ...E1</p> <p>. Há muita gente inculta com muito boa informação, bom a instrução e a educação são duas coisas diferentes e aqui que temos este tipo de problema que se começa a colocar, agora ... E1</p> <p>. Visão holística de cultura geral que agora já se está a reclamar que faz falta E1</p> <p>. Depois falta a educação para os valores, educação para a paz, falta isso tudo, falta porque prontos há outro tipo de problemas que nós temos aqui que verificamos que já lhe falei do ponto de vista específico, a questão da população que leva os jovens muitas vezes a assumirem uma maternidade e uma paternidade responsável ... E1</p> <p>. Essa educação é necessária saber fazer para que assumam as suas responsabilidades como adultos ... E1</p> <p>. Essa dimensão que existia tem-se estado a perder para uma educação demasiadamente tecnocrata que é aquela que no fundo dá as respostas para uma industrialização e para apañar e correr mais rapidamente é uma formação mais rápida, mais massiva, mais direcionada e menos completa, não é verdade, então eu penso que de certa maneira este vai ser um problema E1</p> <p>. Corrida a necessidade do desenvolvimento e a necessidade de estreitar o mais possível o fosso que nos separa dos países mais desenvolvidos e sobretudo quando estamos cá atrás temos que correr mais E1</p> <p>. Ao correr mais temos que deixar para trás coisas da nossa mochila (risos), que devíamos carregar ...E1</p> <p>. Tem aumentado a procura ... aumenta E2</p> <p>. Todos os anos vêm muitas pessoas que querem estudar, primeiro porque muitas pessoas se empregam em determinados empregos que são muitos simples que lhe paga 400 usd, 500 usd E2</p> <p>. Ele não se conforma com isto ... então busca uma forma de combinar o seu horário para continuar a estudar no período noturno ... E2</p> <p>. Com esse mínimo salário que recebe mesmo assim estuda E2</p> <p>. Nós vemos isso aqui os nossos funcionários que ganham 400/500usd e estão a estudar aqui na universidade e noutras... E2</p> <p>. Ele sabe que a formação é indispensável, porque o que ele investe agora vai ter o retorno ... E2</p> <p>. Tem aumentado, tem aumentado aqui na Lusíada a maior parte dos alunos que vêm têm recursos ... E4</p> <p>. Apenas 10% pode não ter recursos, mas o resto pagam as propinas normalmente, nós não temos problemas ... E4</p> <p>. Os nossos estudantes ... as aulas começam em Março, em Março pagam e depois ficam Abril e Maio não pagam em Junho vêm pagar tudo E4</p> <p>. Ninguém faz exames se não tiver a propina em dia e então não temos tido estes problemas ... E4</p> <p>. Pode haver um ou outro problema de um ou outro estudante eu não vou dizer que não que tenha possibilidade de pagar, tenho aqui o processo de um aluno que diz que não tinha dinheiro para pagar e queria matricular-se e aceitamos matricular fora de época E4</p> <p>. É claro que não podemos fazer isso para todos, mas casos bem justificados sim ... é claro que temos que nos entender ...E4</p> <p>. Sim. Porque como lhe disse se o indicador contínuo de que a nossa população é jovem maioritariamente deve calcular que esta procura será continuamente permanente ...E3</p> <p>. A Universidade de Belas tem uma situação geográfica desfavorável E5</p> <p>. Nós cremos que se estivéssemos numa outra situação geográfica, na cidade acho que a nossa enchente seria maior E5</p> <p>. É assim [que temos vindo] a oscilar, há anos que temos maior procura há anos que não E5</p> <p>. Um dos maiores handicaps é mesmo a situação geográfica .... E5</p>
	<p>H. 1.2 – Proveniência dos estudantes e a condição básica de formação anterior (ensino médio)</p>	<p>. São os dois, à noite é aquele que já trabalha e quer se qualificar mais E1</p> <p>. De manhã e de tarde é o mais jovem é aquele indivíduo que não conseguiu entrar muitas vezes na pública e então começa a vir aqui para a privada, não é verdade ... E1</p> <p>. Como a pública também não aguenta com tudo não é verdade, nós acabávamos por dar/complementar esta formação E1</p> <p>. Na generalidade são finalistas do ensino médio E3</p> <p>. Aliás a lei diz que quem concluir o ensino médio ou ao equivalente tem direito ao acesso ao ensino superior E3</p> <p>. Esta é a base da lei é a interpretação, mais os trabalhadores têm que ter esta condição básica de formação anteriorE3</p> <p>. No nosso Curso de Gestão onde a maioria de estudantes que este curso abarca uma boa parte das turmas são constituídas por estudantes trabalhadores São pessoas que já estão no mercado de trabalho E3</p> <p>. Vêm aprender para se qualificar, muitos deles não estão nas mesmas áreas ... muitos deles não estão nas mesmas áreas E3</p> <p>. Há também uma disfunção muito grande, as pessoas não estão a se formar as vezes nas áreas técnico profissionais que exercem nos seus locais de trabalho E3</p> <p>. O conceito é ter uma formação superior e o resto vê-se, é um problema de orientação... E3</p> <p>. A proveniência, aqui no momento atual os estudantes que mais entram são de proveniência do pré-universitário E2</p> <p>. Temos muitos estudantes todos os anos que vêm transferidos de outras universidades ... E2</p> <p>. Não temos uma estatística que me pode ajudar a afirmar ... a maioria é do pré-universitário ... E2</p> <p>. Se nós observarmos/valorizarmos o universo de entrada a maioria são trabalhadores, porque à noite é onde temos mais estudantes E2</p> <p>. A maior parte vem do ensino médio ou do Puniv, IMEL e outros institutos privados que há por aí, e então</p>

		<p>são os estudantes do período da tarde e da manhã E4</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>. Os da noite são mesmos trabalhadores o que tem acontecidos é que estudantes no 1.º ano não trabalham e no 2.º ano já começam a trabalhar e também temos alguns estudantes que são bolseiros do INABE ... E4</li> <li>. Nós temos numa multiplicidade de perfis (risos) E5</li> <li>. Temos os trabalhadores que já trabalham a muito tempo, tempos alunos que vêm mesmo do ensino médio, temos aqueles que trabalham e estudam que acabaram agora o ensino médio, como temos aqueles que estão muito tempo sem estudar e os que também não trabalham e que ficaram 2/3 anos e não conseguiram entrar em nenhum lado ... E5</li> </ul>
	<p>H.2 – Ajuda da universidade às famílias</p> <p>H. 2.1 – Universidade dá bolsa família (bolsa interna) aos estudantes carenciados</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. Nós aqui na Lusfada em princípio a nossa propina são 300 dólares, esta propina existe desde que a universidade abriu nunca aumentamos E4</li> <li>. Uma propina que existe há 13 anos e consoante o país foi evoluindo e a inflação foi baixando também os custos ... 300 dólares de a 13 anos atrás não é nada E4</li> <li>. Há estudantes que têm bolsa do INAB ou bolsa do INABE ou bolsa dos petróleos ou bolsas dos antigos combatentes, há aí empresas que também dão bolsas E4</li> <li>. A universidade dá bolsas de estudo aos jovens mais carenciados ou com mais dificuldades E4</li> <li>. Temos cerca de 300 estudantes que são bolseiros da universidade E4</li> <li>. Como bolsa familiar quer dizer que os donos cada um tem cerca de 100 bolsas para oferecer e há bolsas que são oferecidas a algumas instituições, por mérito, não é? E4</li> <li>. Os desportistas, basquetebol, aos estudantes que fazem desporto universitário, estudantes mais carenciados vêm falar com o Reitor que leva ao Administrador ... portanto temos cerca de 300 bolsas E4</li> <li>. Nos últimos anos a universidade investiu cerca de 1 milhão de dólares na formação dos nossos estudantes fora do país (...) E4</li> <li>. Fizeram a licenciatura começam como monitores do 3.º ano e depois assistentes estagiários e depois de 2 a 3 anos como estagiários é-lhes oferecido uma bolsa para irem para Portugal ou para Brasil, França, Grã-Bretanha ou EUA e muitos desse voltaram com o financiamento próprio da universidade e valeu a pena E4</li> <li>. Em alguns casos depois de formarmos estes quadros foram absorvidos pelo Ministério das Finanças (risos) ... E4</li> <li>. Continuam aqui como docentes ... nós também não vamos estragar a vida dos jovens ... os jovens querem o estado e então vamos conciliando as coisas...E4</li> <li>. Aqui a nível da universidade não temos muito a relação, porque parte-se do princípio que o estudante quando vem para aqui é um adulto E1</li> <li>. É um estudante adulto se ele então já trabalhar ele próprio custeia a sua própria formação e normalmente o mais jovem quando chega aqui já tem 18 anos ... E1</li> <li>. A maior dos alunos que vêm para a universidade já têm 17 ou 18 anos no mínimo, então já é um estudante adulto e pressupõe-se que adulto é aquele que tem 3 características essenciais: predomínio da razão (...) estabilidade na sua própria personalidade e responsabilidade pelos seus atos, então como adulto ele toma em princípio conta de si, mas nós sabemos que muitos é o pai que dá o dinheiro é a mãe que dá o dinheiro E1</li> <li>. Mas na idade dele que ele tem ... ele pode 17 ou 18 anos de um modo geral já é adulto e portanto ele tem estas características não é verdade equilíbrio da personalizar, não é verdade, aceitação da responsabilidade, e predomínio da razão não é? ... E1</li> <li>. Nós demos bolsa inclusive aqueles estudantes ... por exemplo neste momento desde o ano passado que o Magnífico Reitor retirou do pagamento das multas para todos daqueles estudantes que deviam muito, desde 2009 até 2004 E2</li> <li>. Todos que deviam muito, porque se atrasavam no pagamento não têm que pagar mais ... então não irão pagar mais ... E2</li> <li>. Esta é uma forma de incentivar e dar oportunidade aos estudantes para não pagarem as propinas ... E2</li> <li>. É um esforço e sobretudo ajuda que a universidade faz para ajudar as famílias com baixo rendimento ...E2</li> <li>. É o trabalho da universidade com as comunidades ... E1</li> <li>. A universidade tem que ter esta vocação virada as comunidades, o que é que significa os projetos de investigação científica que a universidade tem de idealizar tem que ter este enfoque de melhorar as condições das comunidades onde a universidade está inserida E1</li> <li>. Se não isto ... não pode haver esta relação entre a universidade e as famílias e a comunidade se não Há algumas bolsas internas que ... disponibiliza as vezes para alguns estudantes E1</li> <li>. Este problema tem sido um bocado a toa (...) eles vão a associação dos estudantes e a associação dos estudantes diz que este estudante tem este problema esta com dificuldades nos estudos e o Reitor ou abranda para 50% .... ou se ele participa nalgumas atividades como nós queremos fazer agora o coral da universidade, então eles têm algumas facilidades na universidade ou se joga na equipa E1</li> <li>. Nós temos aqui ... na Universidade Óscar Ribas nós temos [assistido que muitos] desistem por falta dessa capacidade de não poderem pagar os seus compromissos, de cumprirem com os seus compromissos e terminarem a formação E3</li> <li>. Nós temos sido generosos, por exemplo muito recentemente um grupo de cinco alunos trouxeram aqui as mães ... e o que é que nós fizemos pegamos nos processos que agora acompanhamos a nível do enquadramento no Instituto Nacional de Bolsas de Estudo (INABE) E3</li> <li>. Fizemos uma carta especial ao Diretor do INABE para atender estes casos que inclusive os municípios ao nível da administração conferem um atestado do nível de pobreza e então nós enviamos para o INABE oxalá atenta esta preocupação... E3</li> <li>. A universidade tem ajudado as famílias ... ainda ontem duas jovens vieram ter comigo, cujos pais têm poucos recursos e foi-lhe dada a bolsa ...E4</li> <li>. Temos bastantes, sobretudo aqueles que vêm das igrejas (...) nós fizemos oferta as igrejas Católica e eles seleciona os mais necessitados e eles controlam porque conhecem melhor as pessoas ... E5</li> <li>. Nós verificamos vendo as pessoas necessitadas no rosto no esforço que fazem, vemos como é que eles vêm a instituição isto nota-se E5</li> <li>. Nós não temos uma vocação de dar bolsa E3</li> <li>. O que acontece é que o aluno que tem (...) e esta no nosso regulamento interno, o aluno que tem a capacidade de atingir uma média de atingir uma média de 16 valores nós atribuímos de facto uma bolsa</li> </ul>

			<p>interna E3</p> <p>. Chamamos bolsa interna só a este nível mesmo da qualidade do aluno do interesse do aluno e a partir daí oferecemos sim aquilo que nós chamamos de bolsa interna ... E3</p> <p>. Nós temos cerca de 300 estudantes que são bolseiros da universidade, portanto como bolsa familiar E4</p> <p>. A universidade tem dado bolsas ... está receptivo a isto E5</p>
		Fim	

**ANEXO 6 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS AOS REITORES  
SUBCATEGORIAS COM MAIS INDICADORES [E1 A E5]**

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistas					
			E 1	E 2	E 3	E 4	E 5	F
Interesse em criar uma universidade privada em Angola	Processo de democratização da abertura do mercado	Legislação relativa ao ensino privado e interesse em abrir uma IES	5	8	3	2	7	(5)
		Projeto empresarial de investimento privado e aposta no crescimento	2	6	3	5	1	(5)
		Criação da universidade ligada a uma empresa de direito privado	2	3	4	5	7	(5)
	Contribuir para a formação de quadros	Ajudar o país na formação de quadros para o mercado de trabalho	5	5	1	3	4	(5)
		Unesco apostar na educação para o desenvolvimento e parceria internacional	11	3				(2)
Criação de cursos	Necessidades e Vagas	Escolha dos cursos de acordo com as necessidades do país	6	5	5	7	4	(4)
		Oferta de cursos de acordo com a demanda e vagas disponíveis	5	4	3	5	2	(4)
	Grau de satisfação	Insatisfação dos estudantes com o curso e a importância do ano propedêutico	8	6	5	7		(4)
		Satisfação e orgulho com o curso e a absorção por parte das empresas		3		10		(2)
Expansão das Universidades/IES	Regulada pela democratização do acesso ao ensino superior	Surgimento do ensino superior privado e liberalização do ensino superior	2	8	4	10	6	(5)
		Acabar com as assimetrias regionais e investir na qualidade do ensino superior	12	5	5	6	3	(5)
Oferta de vagas das universidades/IES	Condições da instituição	Criação de melhores condições de aprendizagem	3	2		1	3	(4)
		Propaganda/marketing empresarial	2	3	4	2	2	(5)
		Preenchimento e definição das vagas	4		4	4	2	(4)
	Exigência no exame de admissão	Exame de admissão e competências necessárias para ser admitido	13	6	4		6	(4)
Ensino-aprendizagem e profissionalização dos docentes	Apoio aos estudantes	Dimensões da universidade e sua função social	3	2	3	2	3	(5)
		Acompanhamento e apoio aos estudantes	7	3	4	3	8	(5)
	Aposta na formação dos docentes	Formação contínua dos docentes	7	1	3	1	4	(5)
		Ensino superior e turbo-docência	8	3	7	3	3	(5)
		Potencializar as novas tecnologias de informação	7	3	5	6	3	(5)
Relação com as famílias	Pressão das famílias	Aumento crescente da procura	14	6	1	6	5	(5)
		Proveniência dos estudantes	3	4	7	2	2	(5)
	Ajuda da universidade às famílias	Bolsa interna aos estudantes carenciados	8	4	6	13	3	(5)
		FIM						

**ANEXO 6 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS ÀS FAMÍLIAS**  
**CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS (E1 A E8)**

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Unidades de Registo (testemunho)</b>
C) Opção de escolha de uma universidade	C.1- Vantagens do Estudo	C.1.1-Melhorar a vida do filho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Porque hoje em dia (...) quem estuda é que tem mais vantagem (E1)</i></li> <li>• <i>Se a minha filha não estudar vai ficar na (...) situação em que me encontro (...) vai querer ficar na rua a vender (E1)</i></li> <li>• <i>Então por isso é que ela tem que estudar para se formar para ser alguém ... (E1)</i></li> <li>• <i>Eu penso que é para o bem dela ... para o futuro dela ...se ela estar bem nós também vamos estar bem (E1)</i></li> <li>• <i>Estar formado e ter um curso superior ...eu acho que é isso (E2)</i></li> <li>• <i>É verdade que hoje por hoje toda a pessoa tem que formar-se (...) tem que formar-se (E3)</i></li> <li>• <i>Para ter um curso superior e ter mais oportunidades de trabalho ... (E5)</i></li> <li>• <i>Para o bem dele (...) também para desenvolver a capacidade dele estudantil... (E7)</i></li> <li>• <i>Formação ... não é? Formação porque é necessário, formação porque o futuro, não é? Não sabemos, (E5)</i></li> <li>• <i>Então temos que estar preparados para as dinâmicas da vida (E5)</i></li> <li>• <i>Então só passando pela formação, por uma escola terão garantias para assegurar o futuro ... (E7)</i></li> </ul>
		C.1.2- Ajudar os pais e a família	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Para mim é o melhor sim ... porque com o curso superior ela vai ter o seu emprego, vai trabalhar para me poder ajudar no futuro... (E1)</i></li> <li>• <i>Quando ela terminar nós vamos estar bem...se ela estiver a trabalhar...quer dizer ...sei lá ... só Deus é que sabe ... (E1)</i></li> <li>• <i>Sabendo que a mãe deu no duro para ela se formar ...não vai deixar a mãe andar mal e ela andar bem... (E1)</i></li> <li>• <i>Acho que o meu filho pode ascender muito mais do que eu (...) quem sabe ele não ajude um sobrinho (...) eu penso por aí ... (E2)</i></li> <li>• <i>Sabemos que tudo que se faz com coração ela brota frutos e estes frutos é que nós esperamos amanhã colher (E3)</i></li> <li>• <i>Mas ela aproveitou bem e soube (... )dar valor o que eu passei por ela, soube dar valor e ela agora dá valor e retribui muito, muito mesmo (E4)</i></li> <li>• <i>(...) é uma mais-valia grande...ela agora já me paga uma viagem...vai para a Namíbia (...) descansar, vai a África do Sul e agora me perguntou se eu quero viajar para Portugal (E4)</i></li> <li>• <i>Depois ela é aquela menina que não deixa faltar nada na mãe, esta sempre a perguntar mama esta a faltar ... mama agora vamos fazer o quê...ainda no fim do ano ela disse mama estes cadeirões já estão velhos vou te oferecer uns cadeirões da moda...vai a loja sozinha saber quanto é e depois me diz ...já é uma mais-valia grande, não é? (E4)</i></li> <li>• <i>Depois ela não é uma menina agarrada...não, a minha filha não, tudo que ela poder fazer por mim ela faz... (E4)</i></li> <li>• <i>Ter capacidade dele poder amanhã trabalhar e poder me poder ajudar um dia (...) é isso que uma mãe espera de um filho (E6)</i></li> <li>• <i>Sim. Amanhã também se Deus quiser, quando ele crescer (...) vai ver formei-me graças a minha mãe, mesmo com esforço dela, o sacrifício dela, eu formei-me (E6)</i></li> <li>• <i>Esperar um dia também que ele (...) vai pensar se estou formado hoje graças a minha mãe (E6)</i></li> <li>• <i>E então todos os meses se ele tiver um bom emprego (...) esperar (...) dar um bocadinho para ajudar... (E6)</i></li> </ul>
		C.1.3- Contribuir para o desenvolvimento do país	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>País precisa de pessoas formadas (...) precisa de pessoas formadas... (E3)</i></li> <li>• <i>(...) não para ajudar a mim, mas para ajudar o país para ajudar o país ... (E3)</i></li> <li>• <i>Existem muitas situações no país que necessariamente muitos jovens têm que estar formados para poder desenvolver o país (E3)</i></li> <li>• <i>Sabemos que o país esta a crescer, novos horizontes vão se abrindo e ... os filhos na universidade vão aprendendo e vão poder também transmitir as outras gerações...as outras gerações... (E3)</i></li> <li>• <i>Estará (estar) capacitado para encarar os problemas sociais e ajudar a sociedade (...) a desenvolver... (E7)</i></li> <li>• <i>Eu acho que isso é a melhor coisa que eu espero... (E7)</i></li> <li>• <i>Que ele amanhã (...) possa olhar e puxar por outras e outras pessoas e gerações que vêm aí. Eu acho que é mais ou menos por aí.... (E7)</i></li> </ul>
		C.1.4. Realização do sonho dos pais	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Para mim seria um privilégio que ele estudasse (...) formar-se para eu me sentir orgulhosa, já que eu não consegui (E2)</i></li> <li>• <i>Tive é um sonho meu...sonho sempre foi meu sonho coisa que eu não consegui fazer (E4)</i></li> <li>• <i>Apostei nela com todas as minhas forças... (E4)</i></li> <li>• <i>Eu queria tanto (...) (que) a minha única filha (...) queria tanto que ela se formasse (E4)</i></li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• (...) teve que passar para a noite (...) foi a pior coisa da minha vida (...) eu ficava desde as 17h -18h horas (...) as 22h (E4)</li> <li>• Eu criei varizes, eu ficava de pé, enquanto eu não visse o autocarro da católica, porque eu pagava o autocarro, enquanto eu não visse o autocarro da católica deixar a minha filha aí, (...) eu não via novelas nessa altura, porque via um bocadinho e depois ia ver o autocarro da faculdade foi uma grande preocupação (E4)</li> <li>• O que eu tenho a dizer é que como mãe, não é? É bom que estou a fazer alguma coisa para a minha filha...quero vê-la bem...(E5)</li> <li>• Todos os pais querem ver bem os seus filhos, então a avaliação que eu faço é positiva mesmo... (E5)</li> <li>• Eu também disse o que eu quero é que tu te formes, agora o resto ... como ele também é músico estava mais inclinado na música (risos), mais agora eu noto que realmente ...(E7)</li> </ul>
	C.1.5. Desejo dos filhos estudarem fora do país	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Agora o meu filho esta a estudar fora...foi pena, prontos...e(...) este ano seria o segundo ano (E2)</li> <li>• Ele está em Londres, porque ele tem que fazer a língua, apesar dele saber um pouco, mas tem que estar bem...ainda esta no colégio, só o próximo ano...quer dizer para mim já é um ano perdido. Isto até já me entristece...mas ele próprio já me vez convencer a irmã também (E2)</li> <li>• (...) então vamos ver... a intenção dele é formar-se mesmo e ser um bom arquiteto, não só para Angola como para um outro país onde lhe possam aceitar como um bom arquiteto...então (risos) ... (E2)</li> <li>• Até agora (...) (há um) que não se sente bem...mesmo estando já a estudar na universidade...não se sente bem...(E3)</li> <li>• Ele quer é estudar fora do país, porquê... porque ele vê onde trabalha que as pessoas que estudaram no exterior têm tratamento diferente (E3) E então ele está sempre a dizer que quer estudar fora...(E3)</li> <li>• (...) (a)previsão (dela) é de continuar até quer ir para fora, para especializar (E5)</li> <li>• Nós achamos bem, o problema são as condições, não é? Condições financeiras, vamos ver como é que vai ser...ela esta no terceiro (ano)...(E5)</li> <li>• Mas como ele era menor fiquei com receio/medo do filho ficar fora país sozinho é uma responsabilidade muito grande, não aceitei (E6)</li> <li>• Por exemplo, já me tentaram alguns propostas na escola onde ele estava perguntaram-me se eu não queria mandar o meu filho estudar para fora do país (E6)</li> <li>• Mas agora quando ele tiver mais idade (...) ele já pode, então ele vai um dia fazer o mestrado fora... (E6)</li> </ul>
	C.1.6. Formação dá um estatuto social diferente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• (...) em nenhuma parte do mundo em que o país cresce só com técnicos superiores(E3)</li> <li>• É verdade quem tem (...) um curso superior é que encontra um bom emprego (E3)</li> <li>• Realmente tem um outro estatuto no país, comparado com aquele que não estudou ... (E3)</li> <li>• A sim. Muito ... mais muito mesmo!(não se compara uma pessoa que não está formada com uma pessoa formada(E4)</li> <li>• Eu dou o exemplo hoje a minha filha, ela tem a formação ... ainda não atingiu o teto máximo, não é? (E4)</li> <li>• Porque ainda tem muita carreira pela frente, mas só o bocado que ela tem, já está num emprego bom, já tem uma vida totalmente diferente do que a vida que eu tinha quando tinha a idade dela, já é muito boa... (E4)</li> <li>• Sim. Tudo isso faz parte, não é? quando ela se formar...são fatores que levam-lhe (lhe vão levar) na orientação para a vida dela ... (E5)</li> <li>• (...) (vamos ver) como é que ela se vai desenvolver depois mais adiante... (E5)</li> <li>• Eu digo que é...mas também agora ...como vê em tempos atrás a universidade (...) quem tivesse curso superior era muito importante para aí nos anos de 2000-2001 (E6)</li> <li>• Mas agora ter um curso superior só já não basta tem (...) que fazer o mestrado, depois o douramento, pós-graduação, tudo isso...então o superior só não basta... (E6)</li> <li>• Mais é. É... ter um curso superior é ... para ter um estatuto diferente (E7)</li> <li>• Porque é bem verdade que pessoas há que não têm um curso superior e têm uma vida estável (E7)</li> <li>• Mas é sempre importante ter uma formação superior, porque há certas coisas que notamos que se nós não passarmos por uma universidade ficamos vagos, parece que falta alguma coisa... (E7)</li> <li>• Falta alguma coisa (risos), então o ensino, a formação médio e superior é mesmo importante... (E7)</li> <li>• É realmente ... toda a pessoa que esta na universidade conseguimos notar que realmente há diferença em relação as outras pessoa que não estão na universidade...(E3)</li> <li>• Têm outra visão (E3)</li> </ul>
C.2. Motivos para ingressar na universidade privada	C.2.1. Dificuldade de ingresso no ensino público	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ela fez os testes no Estado (pública) ... não conseguiu ...(E1)</li> <li>• (nós) não conseguimos na universidade pública (...) então não havia outra alternativa se não pô-lo na univ. privada ... (E2)</li> <li>• Porque ele não queria ficar um ano sem estudar e também da minha parte acho que não ficaria bem ele ficar um ano sem estudar(E2)</li> <li>• primeira a segunda não conseguiu (E8)</li> <li>• Este é o grande calcanhar de Aquiles em todo o país...todo o cidadão gostaria de ver os seus filhos a estudarem numa universidade pública, sem qualquer custo ou a custo zero (E3)</li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• (...) infelizmente não há esta possibilidade, quem vive em Angola sabe quais são as dificuldades que...as pessoas passam para colocar um aluno numa universidade pública(E3)</li> <li>• Tentou entrar numa universidade pública, mas não conseguiu com nota que teve de 14 valores na faculdade de direito... (E4)</li> <li>• Porque não conseguiu entrar na pública (...)Tentou entrar numa universidade pública, mas não conseguiu com nota que teve de 14 valores na faculdade de direito (E4)</li> <li>• Com a nota de 14 valores (...) só podia estudar à noite, mas ela não podia a noite porque era menor, então foi assim que ela perdeu um ano(E4)</li> <li>• Queria tanto que a minha única filha queria se formasse... sonho que sempre foi meu coisa que eu não consegui fazer apostei nela com todas as minhas forças...entusiasmarei andei atrás... (E4)</li> <li>• (nós) não conseguimos (...). A minha filha tentou ... fez vários testes de admissão na universidade pública e não... não conseguiu (E5)</li> <li>• Porque aqui em Angola para entrar numa universidade pública é muito difícil (E6)</li> <li>• As pessoas fazem testes, mas mesmo com a nota de 14 ou 15 valores as vezes não ingressam para as universidades públicas...(E6)</li> <li>• Porque no Estado não consegui, eu lutei para a engenharia, lá foi fazendo os testes...fez a (E8)</li> </ul>
	C.2.2. Inexistência do curso na pública	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A escolha (foi) deles próprios, deles próprios um até fez teste na universidade pública, mas o curso que ele quer (queria) não encontra (encontrou) na universidade pública (E3)</li> <li>• Ele queria tanto fazer o curso de construção civil e infelizmente aprovou para geologia e minas e, então ele não gostou e teve que desistir mesmo (da universidade pública), teve que desistir porque não havia vagas para a área que ele queria (E3)</li> <li>• Então ele não gostou e teve que desistir mesmo, teve que desistir porque não havia vagas para a área que ele queria (E3)</li> </ul>
	C.2.3. Universidade privada, o caminho mais rápido	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não podia ficar sem estudar (...) fez-se um sacrifício para ela estudar (na universidade privada)... (E1)</li> <li>• Foi esta a razão com que ele ficasse mesmo na privada, porque não conseguimos ... (E2)</li> <li>• Então (...) temos que tentar gerir o bocado que temos para ver se os nossos filhos também estudam (na universidade privada)..(E3)</li> <li>• Resolvi mudar o meu estilo de vida deixar de ser professora para ir ser como cozinheira ser governanta para poder pagar a faculdade (privada) dela ... (E4)</li> <li>• Então para não ficar sem estudar teve (tivemos) que recorrer a universidade privada ...tivemos mesmo que matricula-la numa universidade privada (E5)</li> <li>• Então preferimos meter (...) mesmo na universidade privada que é o caminho mais rápido, porque na universidade pública é muito complicado por causa dos testes... (E6)</li> <li>• Fez o teste e não foi admitido e a opção que encontrei foi a privada, apesar de que não é fácil (...) (porque) tenho dois filhos a fazerem a universidade, não é? E os dois andam na privada... (E7)</li> <li>• Para não ter o filho sem formação tive que fazer um sacrifício do meu salário (...) para pagar a faculdade (privada) (E8)</li> <li>• (...) na privada, porque tentou na pública e não conseguiu...(E7)</li> <li>• Nós tentamos noutras e não deu e ela preferiu ir (na) independente (E1)</li> </ul>
C.3. Escolha da instituição privada	C.3.1. Existência do curso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O curso dele (que ele queria) tem (há) na Universidade Metodista ... então preferiu, a escolha foi essa ...quer dizer achou que era a melhor ... com mais condições e também parece o seguimento em si da da universidade tem muito mais (risos)... (E2)</li> <li>• Ele agora esta a fazer o superior, por isso é que ele trocou da universidade pública para a Metodista (Univ. Privada), porque é onde esta o curso que ele quer ... o curso de construção (E3)</li> <li>• (...) o curso que ele queria não encontrou na universidade pública, ele queria tanto fazer o curso de construção civil e infelizmente aprovou para geologia e minas (E3)</li> </ul>

		C.3.2. Proximidade geográfica	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>O meu filho preferiu esta (metodista) porque ele achou que era a melhor ... melhor a metodista em relação as mais próximas ... (E2)</i></li> <li>• <i>Então foi essa a razão que me levou e ele também foi ouvindo já por outras pessoas e escolheu mesmo a metodista e também por ser mais próxima ... (E2)</i></li> <li>• <i>Para além de ser próximo da área de residência, porque isto diminui o custo do transporte...diminui o custo do transporte (E3)</i></li> <li>• <i>(...) por ser uma universidade credível, estar perto de casa, ter uma boa localização ... (E5)</i></li> <li>• <i>Por ter o curso que ela escolheu... (E5)</i></li> <li>• <i>Ele antes estudava na (Universidade) Lusíada, porque morávamos na baixa (...) estudava próximo de casa..(E8)</i></li> <li>• <i>(...)Este ano pedi transferência para a centralidade do Zango (porque nos mudamos para lá) fica-lhe mais próximo e é menos dispendioso (...) agora de lá para aqui (cidade/baixa) era muito difícil...(E8)</i></li> <li>• <i>Então mandei-lhe procurar uma universidade mais próxima que lhe facilitasse (...) ele encontrou/escolheu a Utanga que fica mais próximo (E8)</i></li> </ul>
		C.3.3. Preferência pela instituição	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Mandei mesmo diretamente para a Universidade Católica, porque fui sempre uma pessoa com educação e frequentei e... sou católica então assim que abriu preferi que ela estudasse na católica... (E4)</i></li> <li>• <i>Ele está (...) na (Universidade) Óscar Ribas, (...) para eu poder acompanha-lo, então por isso é que eu preferi que ele ficasse aqui... (E6)</i></li> <li>• <i>O (...) que me levou a escolher esta universidade...primeiro a área, por ser mais próxima, segundo como funcionaria da universidade benefício de um pequeno desconto, que facilita, então prontos foi uma das condições... (E7)</i></li> </ul>
C.4. Escolha do curso	C.4.1. Primeira opção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Primeiro ela quis o curso ligado a saúde mais a universidade naquele ano não tinha o curso, ainda, aberto (E5)</i></li> <li>• <i>Na Católica a fazer Ciências Humanas e Línguas e Literatura (no médio fez Ciências Exatas). Mas depois ele dizia que queria fazer especialidade em Inglês, (...) não dava especialidade em Inglês (E7)</i></li> <li>• <i>Lutei tanto para a engenharia, lá foi fazendo os testes (E8)</i></li> </ul>	
	C.4.2. Segunda opção	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Ela esta a fazer o curso de Arquitetura... (E5)</i></li> <li>• <i>Então,... e foi a segunda opção dela arquitetura... (E5)</i></li> <li>• <i>Ele já estava a fazer o 3.º ano na católica, mas ele preferiu começar do primeiro (curso de Psicologia)...(E7)</i></li> </ul>	
	C.4.3. Tendência para seguir a área de formação do médio	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>O médio ... ela fez no Colégio Yara Jandira... não sei qual é o curso que ela fez lá ... (E1)</i></li> <li>• <i>(No médio) fez mesmo construção...construção num dos instituto politécnicos e trabalha também na área de construção e agora.(E3)</i></li> <li>• <i>No médio já lhe coloquei a fazer o curso de contabilidade, como ela ficou um ano sem estudar matricule-lhe num curso de contabilidade para se preparar (E4)</i></li> <li>• <i>A área de formação dele no médio é mesmo de informática</i></li> <li>• <i>(...) ele desde o (...) médio já começou a fazer a Engenharia Informática...(E6)</i></li> <li>• <i>Eu via logo a tendência dele de informática em computadores, então preferi que ele seguiu o curso de Engenharia Informática (E6)</i></li> </ul>	
	C.4.4. Interferência dos pais na escolha do curso	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>O curso... baseie mesmo no que eu gostava, (...) ela não queria, porque na pública ela foi para fazer direito, era o sonho dela, mas eu sempre me bate e vi nela (que) tinha queda (E4)</i></li> <li>• <i>Um dia desses ela depois disse-me que mama cheguei a conclusão afinal que eu gosto de números, então foi só um empurrão para ela aceitar o curso que eu sempre quis... de contabilidade (E4)</i></li> <li>• <i>Ela agora esta formada em gestão financeira... (E4)</i></li> </ul>	
	C.4.5. Escolha do curso pelos próprios	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>A questão do curso foram...são eles próprios que escolheram, a menina escolheu gestão e rapaz estava primeiro (...) na Católica a fazer Ciências Humanas e Línguas e Literatura (no médio fez Ciências Exatas) (E7)</i></li> <li>• <i>Ele ficou triste e preferiu desistir e agora esta a fazer psicologia na UÓR (E7)</i></li> <li>• <i>Ele diz que esta no curso certo...diz ele que está no curso certo...(risos) (E7)</i></li> <li>• <i>(...) acho que é um dom ... é uma vocação que ele teve</i></li> <li>• <i>O meu filho desde a primeira classe já desenhava, desde a primeira classe já desenhava... (E8)</i></li> <li>• <i>Então e como ele tinha já aquele dom já de desenhar achamos, ele próprio é que escolheu, ele primeiro matriculou-se lá no UÓR ele viu lá era o curso de construção e não gostou, dizia sempre que quero é arquitetura e fui para aquela faculdade afinal é construção...ele irritava (E8)</i></li> <li>• <i>(...) no ano seguinte, nós dissemos que não...na Lusíada tem (há) fica aqui na Lusíada e dali continuou e ele esta a fazer este curso com muito gosto... (E8)</i></li> </ul>	
D) Representações que as famílias têm dos seus filhos na universidade/grau de satisfação da	D.1. Universidade ao encontro das expectativas	D.1.1. Satisfação da família com a aprendizagem/conhecimentos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Realmente estamos ...</i></li> <li>• <i>Eu noto mediante o que ela faz e eu vejo as notas dela e então ... rezo à Deus (E1)</i></li> <li>• <i>Acredito que sim ... que ela está aprender e ter conhecimento (E1)</i></li> <li>• <i>Pela educação dela e a forma dela ser ... (E1)</i></li> </ul>

família com a formação	familiares	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Tenho a confiança ... e acredito que vai conseguir ... (E1)</i></li> <li>• <i>O tempo que lá esteve (...) o meu filho (...) eu gostei...gostei, porque fui vendo (...) o empenho dele, a satisfação e não só ... (E2)</i></li> <li>• <i>(...) ele transitou de classe mesmo com todas as barreiras e sacrifícios, porque é mesmo um sacrifício grande, porque não temos condições ... não tenho vergonha de dizer isso ... não temos condições, mas ele tudo fez e passou de classe (E2)</i></li> <li>• <i>Então quer dizer que para mim é uma satisfação, foi pena não continuar aqui ... (E2)</i></li> <li>• <i>Pelas conversas dele (E2)</i></li> <li>• <i>Qualquer coisa ele chega a casa conta...sabe o professor, o colega eu fiz e fiz aquilo (E2)</i></li> <li>• <i>O professor deu-me esta nota...e eu digo não é assim...esta nota é pouca ... eu digo não interessa (E2)</i></li> <li>• <i>Sinto-me muito orgulhoso, principalmente nesta primeira que já terminou e esta a fazer a sua monografia e eu sinto-me muito alegre...muita alegria... com muito orgulho (E3)</i></li> <li>• <i>Já arranjou um emprego e as pessoa na família que sabem que eu apoio os miúdos veem isso e também manifestam muita alegria... (E3)</i></li> <li>• <i>Quando ela se formou, quando ela recebeu o diploma as minhas sobrinhas todas abraçaram-me primeiro a mim e não a ela (E4)</i></li> <li>• <i>Diziam que o esforço foi da tia (...) e não teu, porque a tua mãe é que sempre se esforçou... (E4)</i></li> <li>• <i>Entusiasmou todas... as primas que estavam fora do ensino voltaram nos (aos) 30 e tal e estão todas a estudar ... os primos que tinham abandonado (E4)</i></li> <li>• <i>(...) eu fui a primeira (na família) a formar uma filha...fui a primeira, então entusiasmou todas (E4)</i></li> <li>• <i>Os primos mais velhos estão todas a estudar...aquilo foi uma alegria tão grande, tão grande, tão grande (E4)</i></li> <li>• <i>A minha família praticamente viveu a base dela e diziam (...) se (ela) conseguiu nós também vamos conseguir (E4)</i></li> <li>• <i>Então foi um empurrão que deu a todo mundo...todo mundo está na faculdade agora ...tinham parado no médio estão na faculdade agora ... (risos) (E4)</i></li> <li>• <i>(...) conhecimentos na matéria onde ela se formou tem...tem não é me gabar a minha filha tem mesmo...estava a trabalhar (...) para conseguir me ajudar a pagar ... porque eu também depois comecei a adoecer ..., porque eu disse tens que começar a trabalhar, vais acabar os últimos anos que te faltam (...) para pagares a tua faculdade ... (E4)</i></li> <li>• <i>(...) esta adquirir conhecimentos, tanto é que ela esta no 4.º ano (e) desde o ano passado que já consegue fazer um projeto ...há pessoas, assim, amigas e familiares pedem e ela faz, quer dizer que ela esta ter conhecimentos (E5)</i></li> <li>• <i>As vezes faz comentários, as vezes alguma situação na televisão ligado mesmo a urbanização (...) já fala, já critica (...) já faz as criticas... (risos) (E5)</i></li> <li>• <i>Sim. Estamos satisfeitos, porque o ensino é bom e estamos a ver que ela está com muita vontade, está muito motivada (E5)</i></li> <li>• <i>Sinto que ele esta adquirir conhecimentos (E6)</i></li> <li>• <i>Eu estou a gostar do desenvolvimento dele (...) na universidade ... (E6)</i></li> <li>• <i>Muitos, muitos. Hoje eu já consigo conversar com ele e noto nele que o facto de ter ingressado para o curso de psicologia tem uma outra visão do mundo, tem uma conversa com cabeça tronco e membros (E7)</i></li> <li>• <i>Graças a Deus eu tenho um grau de satisfação, porque o primeiro já é formado, a segunda já devia ter terminado só que mudou de curso (...) e a outra esta a fazer gestão e a última vai fazer medicina, quer dizer nós só estamos aproveitar os dons deles (E8)</i></li> <li>• <i>Estamos a gostar...graças a Deus (...) estamos a gostar porque foi um filho realmente que me deu muito trabalho, porque eu também paguei (...) o médio no privado, também com muito sacrifício mesmo ... (E8)</i></li> </ul>
------------------------	------------	--

		<p>D.1.2. Satisfação da família e dos filhos com a universidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• (...) aquilo que ele vai buscando lá ... perante o que ele escuta lá na escola com os professores e com os colegas ...</li> <li>• Porque com os outros é que nós aprendemos... (E1)</li> <li>• (...) ficar na universidade até meia-noite, uma hora da manhã descer a pé (sozinho) eu preocupada sem dormir... (E2)</li> <li>• (...) pedir ao irmão vai ver, ele não aparece ...quer dizer tudo isso...(indica que ele se sente bem...) (E2)</li> <li>• (...) mais de mais...a minha filha sempre gostou de escola, trabalho de casa não (E4)</li> <li>• (...) na faculdade é mesma coisa, dizer que a faculdade é para se ir fazendo, hoje não me apetece e não vou, não ela ia todos os dias...todos os santos dias...(E4)</li> <li>• (...) a minha filha sempre gostou de estudar (E4)</li> <li>• Acho que o ambiente em si, ... a seriedade com que os professores levam a cabo o ensino ... (E5)</li> <li>• Nós também estamos muito contentes com (...) a</li> <li>• universidade, não é? Eles exigem bem do aluno... então neste curso (E5)</li> <li>• (...) eu estou a gostar, exigem, o aluno tem que ser mesmo aplicado, o estudante tem que ser mesmo aplicado e ... estamos a gostar mesmo (E5)</li> <li>• Então estamos a ver que realmente a universidade está a ir de encontro com as (das nossas) expectativas... (E5)</li> <li>• Os professores são mesmo exigentes, ela está sempre a fazer os trabalhos, ... estamos a ver sempre a movimentação dela com os colegas (E5)</li> <li>• Sim. Sente-se bem...Gosta ... gosta muito (E6)</li> <li>• Estou a gostar, estou a gostar (...) (E6)</li> <li>• Na universidade Óscar Ribas tem (há) professores muito bons então eu preferi...(E6)</li> <li>• É bom. É...é bom (E7)</li> <li>• O grau de satisfação é muito bom, não só pelo meu filho, mas também pelas outras pessoa/famílias que (...)e que têm os seus filhos a estudarem (...) na universidade (...) (E7)</li> <li>• O grau de satisfação é aceitável... (E7)</li> <li>• Ele sente-se muito bem na universidade...esta a gostar (E7)</li> <li>• Quando nós gostamos daquilo que fizemos, eu acho que maior é o empenho, maior (...) (é a) satisfação... (E7)</li> <li>• sem problemas nenhuns (E8)</li> <li>• No último ano (...) quando eu vi que o meu filho mais velho, sair-se bem na escola, fez o médio no Makarenco (E8)</li> </ul>
		<p>D.1.3. Insatisfação com a universidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• (...) nunca escutei (dizer alguma coisa que não gostou) (E1)</li> <li>• (...) Só em algumas cadeiras ... quando tirasse uma nota que achasse que era baixa e que poderia ser mais... (E4)</li> <li>• Dizia eu vou me esforçar mais um bocado e vou mostrar que ainda posso tirar mais do aquilo...(risos) (E4)</li> <li>• Sim. Ultimamente, portanto, no fim de ano, não é? Há professores que viajam e (...) ficam em saber as notas (E5)</li> <li>• Fazem trabalhos entregam e ficam sem saber qual é a nota que o professor deu (E5)</li> <li>• No ano passado ela só soube em Fevereiro a nota de uma disciplina e estava assim, mas como é que vou fazer a confirmação se o professor não deu a nota...(E5)</li> <li>• Pois houve aquele impasse, mas depois resolveu... (E5)</li> <li>• De princípio (...) era o problema de muita gente! As salas estavam muito cheias de alunos, (...) depois repartiram/dividiram as turmas (E6)</li> <li>• (...) ele dizia mesmo que não havia sitio para se sentar, havia poucas cadeiras (E6)</li> <li>• Não. Não notei, por acaso ... ainda não me apercebi...(E7)</li> </ul>
<p>D.2. Preparação para o mundo do emprego</p>	<p>D.2.1. Tendência das empresas solicitarem candidatos para o emprego na universidade</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Na área de engenharia (a) Universidade Óscar Ribas tem muita tendência, porque as empresas ... na área de engenharia eletromecânica, Engenharia civil e engenharia informática...as empresas veem sempre para aqui saber se tem (há) alunos que estão nesta área para o ramo do emprego (E6)</li> <li>• Eles próprios veem, por exemplo a ODEBRECH veem sempre aqui solicitar candidatos para o ramo da engenharia informática, engenharia eletromecânica e engenharia civil (E6)</li> <li>• Daqueles que já estão a terminar o curso e assim, já têm o emprego garantido... (E6)</li> </ul>

		D.2.2. Proposta e colocação de emprego	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>É verdade, e ela gosta onde esta agora depois ela saiu da Bimack e foi para trabalhar num empresa que fazia prestação de serviço para a Chevron, um ano depois concorreu e agora ela é uma efetiva da Chevron... (E4)</i></li> <li>• <i>Se for ver no livro, desde que (...) começou a trabalhar até hoje, não tem nenhuma falta...ela nunca faltou (E4)</i></li> <li>• <i>Duas delas até já são subdiretora do BESA...foi um grupo mesmo muito bom (E4)</i></li> <li>• <i>Eu estou satisfeita (...) (porque recebeu um convite) para trabalhar, então ele assim entra diretamente nos projetos, porque eles aí só têm teoria (E8)</i></li> <li>• <i>Ele vai realmente encarar a realidade, vai juntar a teoria a prática, a satisfação é grande... (E8)</i></li> </ul>
E) Rendimento/esforço e interesse para um curso superior	E.1. Sacrifício e esforço dos pais para pagarem as propinas	E.1.1. Rendimento insuficiente para cobrir as despesas	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>(...)(o rendimento) não permite, mas eu quero o filho formado (E2)</i></li> <li>• <i>Tem que fazer de tripas coração...as vezes fechar os olhos mesmo... fechar os olhos (E3)</i></li> <li>• <i>É verdade que os nossos rendimentos são suficientes para cobrir as despesas totais, mas temos que nos sacrificar...temos que nos sacrificar... (E3)</i></li> <li>• <i>O meu rendimento não permitia, tanto é como disse tive que deixar a educação logo que a minha filha deixou o médio eu deixei a educação e fui trabalhar trabalhar (como cozinheira)... (E4)</i></li> <li>• <i>Permitir (o salário) não permite, mas temos que fazer sacrifícios... para tal... (E5)</i></li> <li>• <i>Permitir não permite, não é? a pessoa tinha que ganhar mais para poder sustentar mais a situação, mas tem que se fazer algum sacrifício que é para poder conseguir... (E5)</i></li> <li>• <i>Tenho ajuda da minha mãe, e eu consigo pagar as vezes as propinas do meu filho... (E6)</i></li> <li>• <i>Não. Não, não, pelo facto eu tive que recorrer a bolsa de estudo... (E7)</i></li> <li>• <i>Eu pedi um empréstimo para comprar um terreno, (mais)dei ao meu filho para comprar um carro...</i></li> </ul>
		E.1.2. Os pais fazem sacrifícios para pagarem as propina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Aquilo é arriscar mesmo...Faço um esforço ... (E1)</i></li> <li>• <i>Realmente...tenho outras famílias. Eu tenho que dar no duro... tenho que tratar dos filhos dos outros familiares... (E1)</i></li> <li>• <i>Para poder fazer (com) que a menina que esta estudar esteja no bom caminho... (E1)</i></li> <li>• <i>(...) durante o ano que ele ficou todo o sacrifício eu fiz para conseguir mensalmente pagar as propinas atempadamente e as vezes até...umas poucas vezes com um pouco de atraso pagando multa, mas fui fazendo tudo ... para agradá-lo ... (E2)</i></li> <li>• <i>Porque também quero um filho formado e ele também quer formar-se e então, não havia outra opção... é um sacrifício e eu estou sozinha (...) não tenho mesmo quem me ajuda (...) tudo comigo (E2)</i></li> <li>• <i>(...) é um grande sacrifício que faço, do meu salário vai quase tudo, fico apenas com 20 mil kwanzas, a senhora acredita? ... (E2)</i></li> <li>• <i>É verdade. É. ...Pensamos que...de tudo que a gente faz...a avaliação que fazemos disso é que (...) nós não estamos a fazer algo em vão... (E3)</i></li> <li>• <i>Nós precisamos que os nossos filhos também tenham estudos e um estatuto a nível do nosso país (...)então temos que fazer de tripas coração (E3)</i></li> <li>• <i>Eu chegava uma altura que eu dava o meu salário (...) completo (...) para pagar a faculdade e mais o autocarro e sobrevivíamos só com o do Zé...ya, só mesmo... (E4)</i></li> <li>• <i>Sim. Sim. a pessoa muitas vezes tinha que escolher muito mesmo...mesmo que quisesses comprar alguma coisa ... (E4)</i></li> <li>• <i>Eu até não lembro durante o tempo que ela estava a estudar comprar uma roupa, as minhas irmãs é que traziam quando viajavam... (E4)</i></li> <li>• <i>Agora eu mesmo dizer estou a sair para ir a uma boutique porque vou comprar uma roupa não... (E4)</i></li> <li>• <i>As vezes os vencimentos atrasam, temos que fazer de tudo ... quer dizer (...) um conjunto de sacrifícios que a pessoa vai fazendo e consegue...e vai conseguindo assim... (E5)</i></li> <li>• <i>Não. Não chega mesmo, as vezes a pessoas tem que fazer esforços... dar cabeçadas em outros sítios e ajudas (E6)</i></li> <li>• <i>É difícil, porque tenho outros mais sob minha responsabilidade e o meu estudo também não é fácil... (E7)</i></li> <li>• <i>(...) é grande sacrifício, não imagina, vamos dando graças a Deus estes aumentos do salário da função pública (E8)</i></li> <li>• <i>Temos conseguido pagar as propinas e na alimentação...não é fácil, realmente não é muito fácil...porque com este dinheiro poderíamos fazer outra coisa (E8)</i></li> <li>• <i>É difícil... realmente fica muito difícil (E7)</i></li> <li>• <i>As vezes a pessoa põe a mão na cabeça dizendo não pago, mas depois como é pela formação a pessoa faz (E7)</i></li> <li>• <i>É um direto, é uma lei de Deus assumirem a realidade de dar formação aos filhos, até eles irem para as suas vidas</i></li> <li>• <i>Realmente estou satisfeita... (E8)</i></li> </ul>
	E.2. A melhor herança que se pode deixar para	E.2.1. O investimento na formação é uma prioridade e	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Ela desde criança mesmo a escola é outra coisa ... de preferência largar outras coisas e fazer as tarefas da escola...e eu também dispenso ...deixo... (E1)</i></li> <li>• <i>Mais nós sabemos o que nos gasta mais na casa hoje em dia é a alimentação (E8)</i></li> </ul>

um filho é investir na formação	compensa	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Mas é um investimento... realmente compensa-nos mais ver um filho formado do que ter uma casa ou ter um carro</i></li> <li>• <i>Para mim (a formação) é a melhor herança que eu posso deixar para o meu filho...(E8)</i></li> <li>• <i>De facto. De facto...Nessa altura a prioridade é mesmo para o estudo dos meninos...eles são a prioridade</i></li> <li>• <i>Todos os rendimentos que tenho tido... a primeira coisa é os estudos deles...dos filhos...(E3)</i></li> <li>• <i>Portanto, é mais por causa dela...não é? E...para o futuro dela, e também para a família ...não é? (E5)</i></li> <li>• <i>É bom quando a pessoa tem alguém formado (...) numa área...é bom... (E5)</i></li> <li>• <i>É importante porque...hoje é uma característica talvez de...nós africanos, pelo menos, aqui em Angola é assim, todo o pai, toda a mãe quer ver o seu filho formado e faz de tudo...não é? (E5)</i></li> <li>• <i>Acho que aí vai compensar todos os transtornos, todos os gastos (risos) ... (E7)</i></li> <li>• <i>É o que eu disse a formação dele, para ele que vai assumir uma família, e não só, um homem formado é outra coisa ...(E8)</i></li> <li>• <i>Então optamos pela formação, só com a formação (...) no nosso país ou em qualquer outro país (...) é melhor do que sem formação ... (E8)</i></li> <li>• <i>É uma alegria uma mãe ver todos eles os filhos formados, é um direito e os pais apostarem</i></li> <li>• <i>Então, aí a pessoa pensa como a formação é importante...(E7)</i></li> <li>• <i>Eu acho que devemos investir na formação...(E7)</i></li> <li>• <i>Acho que a formação é a melhor coisa que existe(E7)</i></li> <li>• <b><i>Eu acho que tudo isso compensa, depois de formado e tudo aí vem a compensação, aí já não vais pensar nos gastos, não é? (risos)... (E7)</i></b></li> </ul>
	E.2.2. Aposta na formação dos filhos afeta outras responsabilidades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>De certa maneira afeta (...) a pessoa quer ter alguma coisa melhor, por exemplo, um carro, não é? (E5)</i></li> <li>• <i>Em suma é o mesmo isso (...) deixo de fazer muitas coisas, deixei e deixo mesmo até agora deixo de fazer muitas coisas para (...) pagar ou realizar aquilo que ele quer, não é? (E2)</i></li> <li>• <i>Pagar as propinas, comprar os materiais (...) preocupada já a noite o dinheiro para o taxee, isso é para aquilo, isto é para aquilo...enfim tudo isso...é um sacrifício...(E2)</i></li> <li>• <i>(...) para apoiar, o estudo ,o trabalho ... não tem, não consegue ... e outras coisas que pessoa deveria ter, não é? (E5)</i></li> <li>• <i>Neste momento tem que fazer um plano, não é? (E5)</i></li> <li>• <i>(...) outra situação é que cada ano que passa eles aumentam mais a propina...(E5)</i></li> <li>• <i>Sim. Sim. Tem afetado. Tem muito, muito, muito, tem mesmo...(E6)</i></li> <li>• <i>Afeta. Afeta ...afeta sim senhora, por exemplo, se tiver algum recurso a bolsa não cobre (E7)</i></li> <li>• <i>Toda a propina tenho que (ter) sempre algum dinheiro, então afeta...(E7)</i></li> <li>• <i>Porque com este dinheiro poderíamos fazer outra coisa, mas é um investimento...(E8)</i></li> <li>• <i>Realmente compensa-nos mais ver um filho formado do que ter uma casa ou ter um carro ...(E8)</i></li> <li>• <i>Então eu tinha o meu projeto de primeiro pôr os filhos a formar-se para eu depois eu própria me formar, porque hoje as pessoas estão a se formar para aumentar o salário e eu a minha idade já não dá (...) (E8)</i></li> <li>• <i>(...) o meu objetivo (era) formar os filhos e depois eu acabar a minha formação...mas também estou a ver me formar, me esforçar a minha mente para estar para a reforma (E8)</i></li> <li>• <i>Acho que já não tem lógica, o tempo depois dirá alguma coisa, mas é sempre bom, porque conhecimento é sempre bom saber mais e eu sempre gostei, mas as circunstâncias da vida impedem...(E8)</i></li> </ul>
	E.2.4. Formação é um suporte e serve para suprir as dificuldades	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>É muito esforço...não imagina. É muito importante (...) porque cada ano que passa a vida vai se multiplicando, a dificuldade vai se aumentado cada vez mais (E8)</i></li> <li>• <i>Então se você não formar o filho, o filho vai ter dificuldade com a família, então é para suprir as dificuldades...eu vejo no meu filho mais velho já é formado e trabalha a mulher realmente é formada mas não tem emprego ele é que suporta todas as despesas da casa, e se ele não tivesse formação, como é que passa aquela mulher como é que passa aquela família, desvincular-se automaticamente o casamento (E8)</i></li> <li>• <i>Então isso é um suporte para um filho é um suporte, uma formação é um suporte para uma família que começou agora é um grande suporte, ...quer dizer ...(E8)</i></li> <li>• <i>Para mim não há melhor riqueza (se não) nós apostarmos na formação, e o ensino superior é importante...é muito importante ...eu graças a Deus não tive o privilégio para chegar (...), mas os meus filhos vão se formar...eu tinha traçado as minhas metas , porque o dinheiro não chegava (E8)</i></li> </ul>
	E.2.5. Desejo de ingresso dos filhos no mercado de trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Ter um curso superior na qual ele depois vai ingressar no mercado de trabalho... e por aí (E2)</i></li> <li>• <i>Poder levar a sua vida sem precisar de alguém... (E2)</i></li> <li>• <i>É. É. A mais valia (por exemplo da que já se formou) é quando alguém chega a ela e ela trata bem dessa pessoa (...) é o nome dela que sai...é o nome dela que sai...(E3)</i></li> <li>• <i>Tratar as pessoas humanamente... (E3)</i></li> <li>• <i>Quando a pessoa termina a formação...a primeira coisa é encontrar um emprego ... (E3)</i></li> <li>• <i>Encontrar um emprego e mostrar aquilo que ela aprendeu na universidade neste emprego... (E3)</i></li> </ul>

			<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Mais valia é a formação dele. A formação amanhã. Acho que (...) depois...vê-lo formado, vê-lo empregado, sobretudo isso (E7)</i></li> <li>• <i>Portanto, com a formação dela é que ela consiga um emprego...consiga um emprego...(E5)</i></li> <li>• <i>vê-la já formada e ...aplicar aquilo que ela prendeu, amanhã vê-la na televisão a falar (risos) ...olha o projeto tal, não é? Apresentar aí o seu projeto e explicar e quê (risos) é esta expectativa que a pessoa tem... (E5)</i></li> <li>• <i>(...) resultado prático...estar formado, estar no mercado de emprego... (E7)</i></li> </ul> <p><i>Para o nosso país pior ainda, se o formado para conseguir emprego se não tiver alguém é difícil, quanto mais aquele que não tem ninguém (E8)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Bom ...bom porque eu estou satisfeita ontem recebi uma boa informação ele tem um irmão que é arquiteto e trabalha na SADC, já lhe convidou para trabalhar...(E8)</i></li> <li>• <i>Então ele assim entra diretamente nos projetos porque eles aí só têm teoria...(E8)</i></li> <li>• <i>Então ele vai realmente encarar a realidade, vai juntar a teoria a prática, a satisfação é grande...(E8)</i></li> </ul>
D) Expectativas/result ado esperado com a formação	D.1. Expectativas da família na continuação dos estudos dos filhos	D.1.1.A licenciatura só não basta, devem continuar	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Isso já vai depender dela...Isto sim, se der ...o Deus pode abençoar e ela trabalhar e continuar os seus estudos...(E1)</i></li> <li>• <i>É. É que nós fizemos a nossa parte, fizemos a nossa parte até a licenciatura...pensamos que para o mestrado para o doutoramento, o individuo ... a filha (...) tem que lutar para isso... (E3)</i></li> <li>• <i>Porque nós já fizemos a nossa parte...até ali nós já fizemos a nossa parte (risos)... (E3)</i></li> <li>• <i>Agora o resto é com ela (se) vai fazer, doutoramento, mestrado, isto já é com ela ..</i></li> <li>• <i>É através dos seu rendimentos, dos seus rendimentos é que ela vai chegar até ali... (E3)</i></li> <li>• <i>Sim está. Sim ... Muitos resultados mesmo ...muitos mesmo ... eu até só peço a Deus que (...) (lhe dê) mais força para ver se ela consegue ir fazer já o mestrado ... (E4)</i></li> <li>• <i>Porque ela é que está a “engonhar” (preguiça) ...ela agora parece que está a se sentir já um bocadinho realizada ou quê... (E4)</i></li> <li>• <i>Sim. A minha expectativa é que ela continue a estudar...e vai até o doutoramento...(E4)</i></li> <li>• <i>É o que temos conversado cá em casa todos os dias e ela já me disse mama ainda não pode só fui convertida agora no trabalho ... tenho que fazer só depois de dois anos... (E4)</i></li> <li>• <i>Sim. Vamos ver, não é? Vai acabar, depois de terminar...agora vai depender dela, não é? Se disser olha eu preciso de trabalhar um bocado e depois continuar, não é? Tudo bem, vai depender dela, já tem um passo dado (E5)</i></li> <li>• <i>A família acha que deve continuar, mas tudo depende dela...tudo depende dela ...se ela quiser ... se houver esta oportunidade, acho que ela vai seguir fazer o mestrado ou o quê que tiver que fazer... (risos) (E5)</i></li> <li>• <i>Não quero que ele faça só a Licenciatura, mas quero que amanhã ...um dia ele faça (mestrado...) (E6)</i></li> <li>• <i>Não. Não basta ... não basta só a licenciatura, ele é novo tem muito pela frente...(E7)</i></li> <li>• <i>Vai continuar fazer mestrado, doutoramento, penso assim</i></li> <li>• <i>Mas em principio a família pensa assim que ele continue...(E7)</i></li> </ul>
		D.1.2. Expectativas dos pais com o fim da formação dos filhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Resultados (risos) ...eu ando numa expectativa...quero é primeiro estar viva... é o que eu penso, por ser o meu casula ... para não falar da mais velha...(E2)</i></li> <li>• <i>A primeira coisa é que eu esteja viva e que eu veja esta formação, que ele esteja formado (E2)</i></li> <li>• <i>Eu ando ansiosa (risos) até me vêm lágrimas nos olhos (risos) ando ansiosa...(E2)</i></li> <li>• <i>É um orgulho. Vai ser um orgulho. Vou estar muito orgulhosa... (E6)</i></li> </ul>
		D.1.3. A exigência da universidade reflete-se no comportamento dos filhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Sim. Sim. Realmente na universidade tem que se dedicar, tem que se dedicar aos estudos, (se) no ensino médio brincava, na universidade já não se pode brincar (E3)</i></li> <li>• <i>Embora eu consigo ver que há mais exigência no ensino médio do que na universidade, porque enquanto que no ensino médio o professor fica atrás do aluno, na universidade já não (E3)</i></li> <li>• <i>Na universidade acho eu que o professor dá a matéria e o aluno tem que se esforçar, enquanto no ensino médio nós vamos buscar do professor na universidade já não (risos) (E3)</i></li> <li>• <i>Muito mais ...muito mais... a católica é uma das universidades que se deve igualar com a pública, porque dizem que exige muito, não é assim como estão a fazer na Lusíada, vários exames, reprovaste faz de novo, reprovaste faz de novo... aquilo não (E4)</i></li> <li>• <i>Na católica, ou avanças ou não então tens um recurso como ... (E4)</i></li> <li>• <i>(...) ela sempre teve um grupo bom de estudo, são umas meninas que até agora codsntinuum amigas... vinham cá a casa (E4)</i></li> <li>• <i>(...) faziam uma semana iam estudar (na casa de cada uma delas) uma pessoa podia deixar o lanchinho para quando elas acabarem de estudar (E4)</i></li> <li>• <i>Depois noutra semana é a outra mãe, acabaram por se conhecer as mães todas e até hoje elas continuam bem e todas muito bem empregues (E4)</i></li> <li>• <i>Sim, exige muito, tanto é que nos últimos dias, não é? Do ano letivo os professores mandam aqueles (fazer) trabalhos ela passa a noite sem dormir (E5)</i></li> </ul>

		<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>As vezes dorme mesmo na sala, no cadeirão, dorme um bocadinho ... acorda faz o trabalho...</i></li> <li>• <i>Exige mesmo... não tem nada a ver com o médio... (E5)</i></li> <li>• <i>Sim. Sim. Ele esta muito mais dedicado agora (E6)</i></li> <li>• <i>Mesmo no ensino médio ele também dedicava-se em grupo de estudo... (E6)Claro, muito mais, eu vejo a preocupação que ele tem em estudar, no médio ele não tinha (E7)</i></li> <li>• <i>Em grupos de estudo, e já na universidade ele faz trabalho de campo, vai a ilha....</i></li> <li>• <i>Eu penso que sim ganhou maturidade, ganhou, ganhou muito... (E7)</i></li> </ul>
--	--	--

**ANEXO 6 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS ÀS FAMÍLIAS SUB-CATEGORIAS COM MAIS INDICADORES [E1 A E8]**

Categorias	Subcategorias	Indicadores	Entrevistas								
			E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	F
Opção de escolha de uma IES	Vantagens do estudo	Retorno das despesas com a educação	3	1	1	4		4			(5)
		Estatuto social diferente			5	3	2	2	4		(5)
		Perspetiva para uma vida melhor	4		1		2		2		(4)
		Realizar o sonho dos pais	1		5	1			1		(4)
		Escolha da formação no exterior	3	3		2	3				(4)
		Contribuir para o desenvolvimento do País				4				3	(2)
	Escolha do Curso	Continuar o curso do secundário	1	1	1		2				(4)
		Primeira opção				1		1	1		(3)
		Segunda opção					2		1		(2)
		Escolha do curso pelos filhos							3	3	(2)
		Interferência dos pais na escolha do curso					3				(1)
	Motivos para ingressar na universidade privada	Universidade privada, o caminho mais rápido	2	1	1	1	1	1	2	1	(8)
		Dificuldade de ingresso na universidade pública	1	2	2	4	1	2		2	(7)
		Inexistência do curso na pública			3						(1)
	Escolha da instituição privada	Proximidade geográfica	2	1		2				3	(4)
Preferência pela instituição					1		1	1		(3)	
Existência do curso						2		1		(2)	
Grau de satisfação com a frequência numa IES	Universidade ao encontro das expectativas familiares	Satisfação da família com a aprendizagem	4	6	2	7	3	2	2	2	(8)
		Satisfação da família e dos filhos com a universidade	1	2		3	5	3	5	1	(7)
		Insatisfação dos filhos com a universidade	1			2	4	2	1		(5)
	Preparação para o mundo do emprego	Empresas solicitarem candidatos				3		3		2	(3)
		Proposta e colocação de emprego				3				2	(2)
Rendimentos/esforço e interesse para um curso	Processo de decisão de participação financeira	Sacrifícios dos pais para pagarem as propinas	3	3	2	4	1	1	2	2	(8)
		Rendimento insuficiente para cobrir as despesas		1	2	1	2	1	1	1	(7)
	Melhor herança para um filho	Aposta na formação dos filhos afeta outras responsabilidades	2			4	1	2	4		(5)
		Desejo de ingresso dos filhos no mercado de trabalho	2	4		2		2	4		(5)
		Investimento na formação é uma prioridade e compensa	1	1		3		5			(4)
		Formação é um suporte e serve para suprir as dificuldades								4	(1)
Resultados esperados com a formação	Continuação dos estudos dos filhos	Licenciatura só não basta, devem continuar (a estudar)	1		3	4	5	1	2		(6)
		Exigência da universidade reflete-se no comportamento dos filhos			3	2	5	1	7		(5)
		Expectativas dos pais com o fim da formação dos filhos	3		2		1				(3)

## **ANEXO 7 - INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ESTUDANTES DE ALGUMAS UNIVERSIDADES PRIVADAS DE ANGOLA**

O conhecimento das principais características dos alunos do ensino superior privado e a possibilidade de proceder a uma comparação no tempo, têm-se revelado de uma grande importância não só na organização do ensino como em muitos outros aspetos da vida académica.

Este questionário é dirigido a todos aos alunos que frequentam as universidades privadas, cujo objetivo é recolher informações sobre o perfil escolar e social, motivações, expectativas e preferências dos alunos.

Assim, apelo pela sua prestimosa colaboração, podendo garantir que foram acionados os procedimentos que asseguram o completo anonimato das respostas.

A Investigadora  
Professora: Adelina de Kandingi

**INQUÉRITO AOS ALUNOS**  
**QUE FREQUENTAM AS UNIVERSIDADES PRIVADAS EM ANGOLA**

Por favor, não  
escreva nesta coluna



Nº | | | | | 1:

O inquérito aos Alunos deve ser entregue no ato das respostas. De modo a garantir o anonimato das suas respostas, depois de preencher o inquérito, coloque-o no envelope e entregue-o.

3  Para indicar a resposta a cada pergunta, faça um círculo em volta do algarismo correspondente à resposta escolhida, ou preencha os espaços em branco para essa finalidade.

Procure responder o mais completamente possível sempre que lhe for solicitada uma resposta por extenso.

Preste atenção à existência de perguntas cujo número de respostas possíveis se encontra limitado.

Não deve escrever na margem direita do inquérito, que se encontra separada por um traço vertical. Esse espaço destina-se à codificação das respostas para tratamento estatístico dos dados.

**I. POSIÇÃO E PERCURSO ESCOLAR**

**1. Indique qual o curso em que frequenta:**

| | | | | 1

**2. Qual a sua via de ingresso no curso em que frequenta?**

1. Provas de admissão
2. Concurso especial
3. Concurso especial para Habilitações Especiais (Titulares de cursos superiores, médios, diplomas de especialização tecnológica, etc.)
4. Regime especial para Estrangeiros
5. Transferência de Estabelecimento
6. Mudança de Curso
7. Outra, indique

| 2

qual \_\_\_\_\_

**3. Qual a área de estudos que concluiu no ensino médio?**

1. Científico-humanístico
2. Artísticos especializados
3. Tecnológico
4. Profissional
5. Outros

| 3

**4. Entre o final do ensino médio e o ingresso no curso em que frequenta, quanto tempo decorreu?**

| | 4

1. Zero anos letivos → passar à pergunta nº 9
2. Um ano letivo
3. Dois anos letivos
4. Três anos ou mais

**5. Durante esse período de tempo, ingressou no Ensino Superior?**

| 5

1. Sim
2. Não

**5.1. Se sim, qual das seguintes situações correspondeu à sua?**

| | 5.1

1. Ingressou no atual curso mas num estabelecimento diferente
2. Ingressou no atual estabelecimento mas num curso diferente
3. Ingressou num curso e num estabelecimento diferentes

6. Antes de chegar ao ensino superior, qual o estatuto dos estabelecimentos de ensino que frequentou?

	Público	Privado e Cooperativo	Ambos	Não frequentou	
Ensino primário	1	2	3	4	<input type="checkbox"/> 6.1
Ensino Secundário – 1º ciclo (7º, 8º e 9º anos)	1	2	3	4	<input type="checkbox"/> 6.2
Ensino Secundário –2º ciclo (10º, 11º, 12º anos)	1	2	3	4	<input type="checkbox"/> 6.3

7. Qual o estabelecimento do ensino secundário frequentado?

Localidade: \_\_\_\_\_      7.1  
 Nome do estabelecimento: \_\_\_\_\_      7.2

**II. ENTRADA NA UNIVERSIDADE : IMAGENS, MOTIVAÇÕES E ASPIRAÇÕES**

8. Indique, para cada uma das opções de candidatura, qual o par curso/estabelecimento de ensino a que se candidatou:

	Curso	Estabelecimento		
1ª Opção			<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.1	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.2
2ª Opção			<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.3	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.4
3ª Opção			<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.5	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.6
4ª Opção			<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.7	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.8
5ª Opção			<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.9	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.10
6ª Opção			<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.11	<input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  8.12

9. Desta forma, o curso em que se inscreve neste estabelecimento de ensino correspondia à sua...

1. 1ª Opção  9  
 2. 2ª Opção  
 3. 3ª Opção  
 4. 4ª, 5ª ou 6ª Opção

10. De entre os fatores abaixo enunciados, indique [  ] os **três mais importantes** na base da sua escolha do curso da sua primeira opção:

	Três mais importantes	
Família ou amigos licenciados com o mesmo curso		<input type="checkbox"/> 10.1
Família ou amigos estudando no mesmo curso		<input type="checkbox"/> 10.2
Programa curricular mais interessante		<input type="checkbox"/> 10.3
Valor do curso no mercado de trabalho		<input type="checkbox"/> 10.4
Vocação		<input type="checkbox"/> 10.5
Maior facilidade de ingresso		<input type="checkbox"/> 10.6
Prestígio do curso		<input type="checkbox"/> 10.7
Ranking do curso em revistas e jornais/Resultado das avaliações oficiais		<input type="checkbox"/> 10.8
Outro. Qual? _____		<input type="checkbox"/> 10.9 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  10.9 a

11. De entre os fatores abaixo enunciados, indique [  ] os **três mais importantes** na base da sua escolha do estabelecimento de ensino da sua primeira opção:

	Três mais importantes	
Localização da Faculdade		<input type="checkbox"/> 11.1
Amigos que ingressam ou estudam na Faculdade		<input type="checkbox"/> 11.2
Ambiente na Faculdade		<input type="checkbox"/> 11.3
Prestígio da Faculdade		<input type="checkbox"/> 11.4
Instalações e meios disponíveis		<input type="checkbox"/> 11.5
Universidade pública, logo menos cara		<input type="checkbox"/> 11.6
Programa curricular mais interessante		<input type="checkbox"/> 11.7
Conhecimento da instituição		<input type="checkbox"/> 11.8
Outro. Qual? _____		<input type="checkbox"/> 11.9 <input type="checkbox"/> <input type="checkbox"/>  11.10

**12. O curso e o estabelecimento que frequente correspondiam à sua primeira opção? (uma resposta)**

1. Nem o curso nem o estabelecimento correspondiam à minha primeira opção
2. O curso correspondia à minha primeira opção, mas não o estabelecimento → *passar à pergunta nº 14*
3. O estabelecimento correspondia à primeira opção mas não o curso
4. O curso e o estabelecimento correspondiam à minha primeira opção → *passar à pergunta nº 15*

12

**13. No caso do curso não corresponder à sua primeira opção, indique [ X ], dos fatores abaixo enunciados, quais os três mais importantes na escolha do curso que frequenta:**

	Três mais importantes
Família ou amigos licenciados com o mesmo curso	
Família ou amigos estudando no mesmo curso	
Programa curricular mais interessante	
Valor do curso no mercado de trabalho	
Vocação	
Maior facilidade de ingresso	
Prestígio do curso	
Ranking do curso em revistas e jornais/Resultado das avaliações oficiais	
Outro. Qual? _____	

- 13.1  
 13.2  
 13.3  
 13.4  
 13.5  
 13.6  
 13.7  
 13.8  
 13.9  13.9 a

**14. No caso do estabelecimento não corresponder à sua primeira opção, indique [ X ], dos fatores abaixo enunciados, quais os três mais importantes na escolha do estabelecimento que frequenta:**

	Três mais importantes
Localização da Faculdade	
Amigos que ingressam ou estudam na Faculdade	
Ambiente na Faculdade	
Prestígio da Faculdade	
Instalações e meios disponíveis	
Universidade pública, logo menos cara	
Programa curricular mais interessante	
Conhecimento da instituição	
Outro. Qual? _____	

- 14.1  
 14.2  
 14.3  
 14.4  
 14.5  
 14.6  
 14.7  
 14.8  
 14.9  14.9 a

**15. Candidatou-se também a estabelecimentos do Ensino Superior Público?**

1. Sim
2. Não → *passar à pergunta nº 16*

15

**15.1. Se sim, indique qual(quais) a(s) universidade(s):**

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

- 15.1  
 15.2  
 15.3

**16. No processo de decisão de candidatura ao ensino superior, escolheu primeiro...**

1. o curso e depois a Faculdade.
2. a Faculdade e depois o curso

26

**17. O curso que colocou na sua primeira opção correspondia, de facto, àquele que sempre teria gostado de seguir?**

1. Sim → *passar à pergunta nº 18*
2. Não

17

**17.1. Se não, indique as razões por que não escolheu o curso que sempre teria gostado de seguir:**

1. Porque a média de entrada que possuía não permitiu escolher o curso que gostaria de seguir
2. Porque o curso que gostava de seguir não oferece boas saídas profissionais
3. Porque o curso que gostava de seguir não é proposto na sua zona de residência
4. Por sugestão de familiares
5. Outra. Qual? \_\_\_\_\_

- 17.1  
 17.2  
 17.3  
 17.4  
 17.5  17.5 a

**18. Pensa vir a fazer transferência de estabelecimento ou mudança de curso?**

1. Pensa vir a mudar de estabelecimento de ensino mas não de curso
2. Pensa vir a mudar de curso mas não de estabelecimento de ensino
3. Pensa vir a mudar de curso e de estabelecimento de ensino
4. Não pensa vir a mudar de curso nem de estabelecimento de ensino

18

**19. Em que altura começou a pensar que faria a universidade? (uma resposta)**

1. Nem pensou nisso, sempre foi claro que a faria
2. No decorrer do ensino secundário
3. No final do ensino secundário
4. No seguimento da sua experiência (eventualmente de trabalho) após o secundário

19

**20. Quando decidiu candidatar-se à universidade, quais as pessoas ou grupos de pessoas que tiveram importância nas decisões que tomou?**

**Indique apenas a influência com mais importância em cada uma das diferentes decisões que tomou:**

	Pais e Familiares	Amigos e Colegas	Professores do Secundário	Nenhum dos anteriores
Decisão de concorrer à Universidade	1	2	3	4
Escolha do Curso	1	2	3	4
Escolha da Faculdade	1	2	3	4

20.1

20.2

20.3

**21. De entre as razões ou motivações a seguir enunciadas, indique [  ] quais as duas mais importantes na base da sua decisão de seguir o ensino universitário.**

	<i>Duas mais importantes</i>
Aproveitar os bons resultados escolares no secundário	
Completar a sua formação escolar	
Complementar a atividade e conhecimentos profissionais	
Aceder a um nível social superior	
Aumentar o seu nível cultural	
Ter um diploma	
Realização pessoal	
Especializar-se numa determinada área	
Qualificação para exercer determinada profissão	
Outras _____	

21.1

21.2

21.3

21.4

21.5

21.6

21.7

21.8

21.9

21.10

**22. Quais foram as três principais fontes de informação para a escolha do curso [  ]?**

	<i>Três principais</i>
Pais	
Outros familiares e conhecimentos da família	
Amigos e colegas	
Informações fornecidas pela Faculdade	
Informações fornecidas por professor(es) do secundário	
Serviços de orientação no secundário	
Centro de informações do ministério	
Outra. Qual? _____	

22.1

22.2

22.3

22.4

22.5

22.6

22.7

22.8  22.8 a

23. Quais foram as três principais fontes de informação para a escolha da Universidade [  ]?

	Três principais
Pais	
Outros familiares e conhecimentos da família	
Amigos e colegas	
Informações fornecidas pela Universidade	
Informações fornecidas por professor(es) do secundário	
Serviços de orientação no secundário	
Centro de informações do ministério	
Ranking das Faculdades nas revista e jornais	
Outra. Qual? _____	

-----> p. 23.1

- 23.1
- 23.2
- 23.3
- 23.4
- 23.5
- 23.6
- 23.7
- 23.8
- 23.9     23.9 a

23.1. Se indicou como uma das principais fontes de informação as informações fornecidas pela Universidade, por favor, selecione as três que tiveram maior importância na escolha do estabelecimento de ensino, hierarquizando-as de 1 a 3 (em que 1 corresponde ao mais importante) :

Website da Universidade	
Brochuras feitas pela Universidade	
Apresentação na escola secundária	
Open Day (dia de visita à Universidade)	
Publicidade	
Artigos Publicados em revistas ou jornais	
Outra. Qual? _____	

- 23a1
- 23 a2
- 23 a3
- 23 a4
- 23 a5
- 23 a6
- 23 a7     23 a7a

**III. ESTRATÉGIAS DE APRENDIZAGEM**

24. Das atividades ou características abaixo descritas, indique [  ] as três que lhe parecem mais importantes para conseguir bom aproveitamento no curso em que frequenta:

	Três Mais Importantes
Assistir às aulas teóricas	
Assistir às aulas práticas	
Dispor de bibliografia sobre a matéria estudada	
Ter bons apontamentos das aulas	
Ter professores que motivem	
Ter motivação pessoal pelo curso	
Estudar regularmente as matérias	
Constituir um grupo de trabalho com os colegas	
Ter uma boa cultura geral	
Ter bons conhecimentos de informática	

- 24.1
- 24.2
- 24.3
- 24.4
- 24.5
- 24.6
- 24.7
- 24.8
- 24.9
- 24.10

25. Para que nível de resultados pensa organizar o seu investimento até terminar o curso na universidade?

1. Passar a todas as disciplinas com boa média
2. Passar a todas as disciplinas independentemente da média
3. Passar a algumas disciplinas com boa média
4. Passar a algumas disciplinas independentemente da média

25

26. Em quantos anos está a programar concluir a licenciatura que frequenta?

1. Os anos previstos no currículo do curso da universidade para a conclusão da licenciatura
2. Talvez mais anos do que os previstos

26

3. Quase de certeza que mais anos do que os previstos

27. Para além da licenciatura em que frequenta, pensa vir a realizar outra formação académica?

1. Sim
2. Não
3. Não sei

27

27.1. Se sim, qual das seguintes formações pensa vir a realizar? (Pode assinalar mais do que uma opção)

1. Segunda licenciatura
2. Pós-graduação
3. Mestrado
4. Doutoramento

27.1

27.2

27.3

27.4

#### IV. Situação e Aspirações Profissionais

28. Dos meios de subsistência abaixo indicados, diga o principal e o secundário durante os estudos? (Indique [  ] apenas 1 meio de subsistência principal e 1 secundário)

	Principal	Secundário
1. Apoio dos pais		
2. Bolsa de estudo		
3. Remuneração da sua atividade profissional		
4. Outros		

28.1

28.2

29. Para frequentar o curso em que está, concorreu ou pensa concorrer para a algum apoio económico?

1. Sim
2. Não
3. Não sabe

29.1. Se sim, a que tipo de apoio(s) candidatou-se ou pensa candidatar-se? (Assinale com [  ] o/os apoios a que se candidatou ou que pensa candidatar-se)

	Assinale uma ou mais opções
1. Bolsa de estudo da Universidade (SAS)	
2. Bolsa de estudo do Ministério do Ensino Superior (Enabe)	
3. Empréstimo a instituições bancárias	
4. Outra. Qual?	

29.1

29.2

29.3

29.4  29.4 a

30. Já tem uma ideia precisa da atividade profissional que gostaria de exercer após a conclusão do curso?

1. Sim
2. Não → passar à pergunta nº 31

30

30.1. Se sim, qual a profissão ou a área profissional ou de especialização?

30.1

31. Segundo as informações que tem, o curso que frequenta fornece «muitos», «suficientes», «poucos» ou « nenhuns » conhecimentos e competências para o exercício de uma atividade profissional?

1. Muitos
2. Suficientes
3. Poucos
4. nenhuns
5. Não tem informação

31

32. Quando tiver a idade dos seus pais, pensa que a sua situação será «superior», «idêntica» ou «inferior», em relação aos seguintes pontos?

	Superior	Idêntica	Inferior	Não sei
Rendimento económico	1	2	3	4
Posse de bens patrimoniais (habitação, automóvel, etc.)	1	2	3	4
Posse de bens culturais (livros, quadros, etc.)	1	2	3	4
Nível cultural	1	2	3	4
Prestígio social	1	2	3	4
Posição na hierarquia profissional	1	2	3	4
Contactos sociais	1	2	3	4

32.1

32.2

32.3

32.4

32.5

32.6

32.6

32.7

#### V. Caracterização familiar

**33. Qual o seu estado civil?**

1. Solteiro/a
2. Casado/a
3. Divorciado/a
4. Viúvo/a
5. União de facto

33

**34. Qual o seu estatuto atual relativamente ao agregado familiar?**

1. Está integrado no seu agregado familiar de origem e reside com ele
2. Está integrado no seu agregado familiar de origem e não reside com ele por razões de estudo
3. Constitui um agregado familiar independente da família de origem

34

**35. Quantas pessoas possui o seu agregado familiar? \_\_\_\_\_**

35

(Atenção: Entende-se por “agregado familiar” as pessoas da mesma família que vivem sob o mesmo tecto e dependem financeiramente de um mesmo rendimento familiar. Assim, deve contar consigo próprio, mesmo que esteja, ou venha a estar, deslocado da sua residência habitual para frequentar o curso.)

**36. Qual a profissão dos seus pais? (No caso dos pais estarem desempregados, serem reformados ou já terem falecido, indique a última profissão exercida.)**

- Profissão da mãe : \_\_\_\_\_
- Profissão do pai : \_\_\_\_\_

36.1

36.2

**VI Valores e Atitudes**

**37. Dos seguintes valores indique quais são, para si, os três mais importantes e os três menos importantes:**

	<i>Três mais importantes</i>	<i>Três menos importantes</i>
Civismo		
Prazer		
Família		
Amizade		
Liberdade		
Progresso		
Dinheiro		
Amor		
Justiça		
Solidariedade		
Igualdade		
Pluralismo		
Sucesso		

37.1

37.2

37.3

37.4

37.5

37.6

37.7

37.8

37.9

37.10

37.11

37.12

37.13

**VII Dados Pessoais**

**38. Idade :** \_\_\_\_ anos

38

**39. Sexo :**

1. Feminino
2. Masculino

39

**40. Nacionalidade:** \_\_\_\_\_

40

---

Obrigado pela sua colaboração